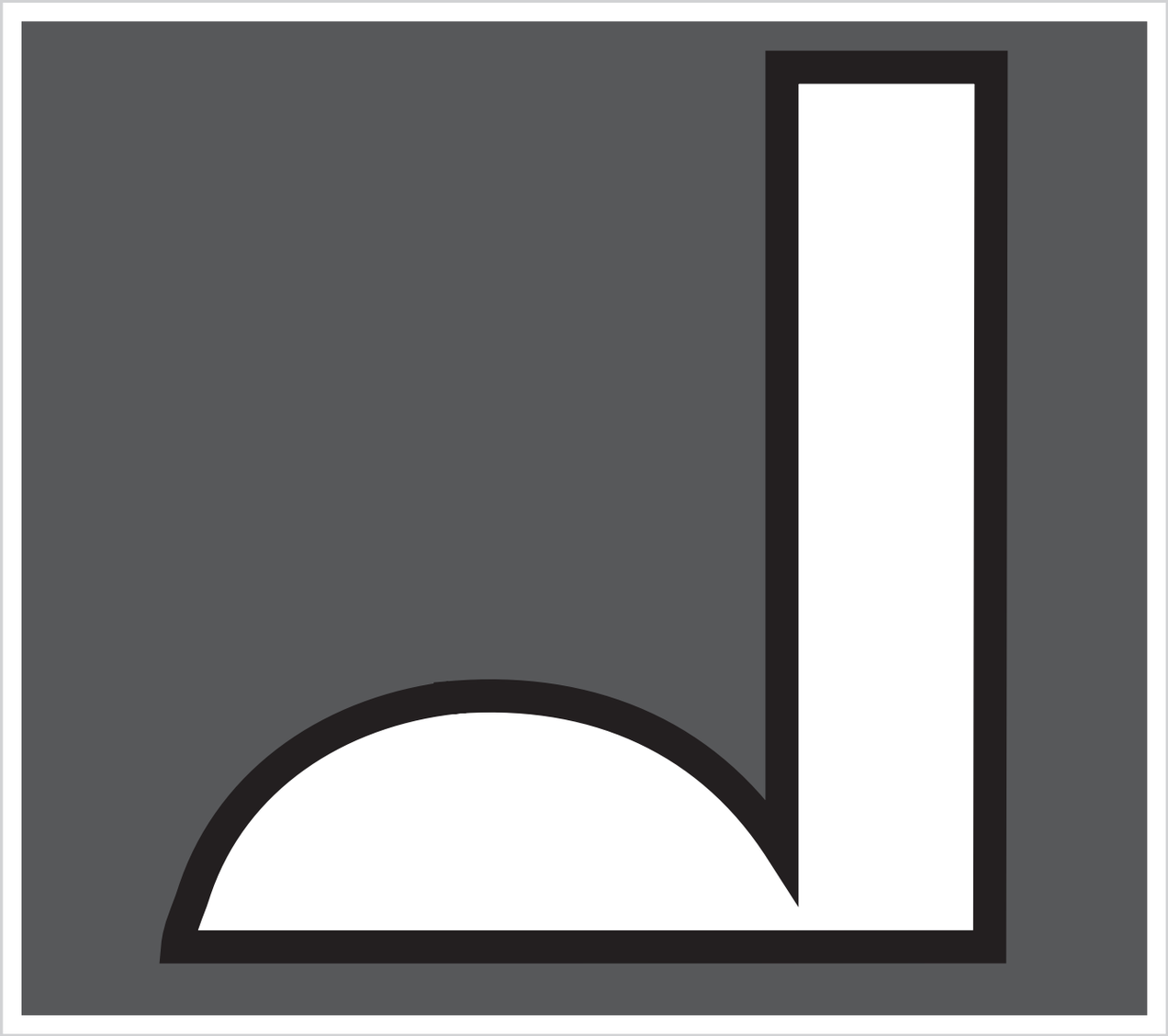
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – Nº 074 – QUARTA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1ÜVICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3Ü- João Durval - (PDT-BA)
4Ü- Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (62,70)

.....

Líder do PMDB - 20

Eunício Oliveira (62,70)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (105)
Romero Jucá (40,104)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 2

Sérgio Petecão (84,87)

Vice-Líder do PSD
Kátia Abreu (11,13,52,60,85)

Líder do PV - 1

Paulo Davim (75)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,66)
Eduardo Amorim (17,47,48,72)
Blairo Maggi (19,51)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56,58,59)

Líder do PR - 5

Alfredo Nascimento (41,66)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48,72)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25

Líder
Wellington Dias - Bloco (24,65,90)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,67,97)
Rodrigo Rollemberg (69,98)
Inácio Arruda (89,99)
Eduardo Lopes (37,45,63,100)

.....

Líder do PT - 12

Wellington Dias (24,65,90)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,93)
Anibal Diniz (25,94)
Paulo Paim (95)
Eduardo Suplicy (96)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55,67,97)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4

Rodrigo Rollemberg (69,98)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,82)

Líder do PC DO B - 2

Inácio Arruda (89,99)

Vice-Líder do PC DO B
Vanessa Grazziotin (1,91)

Líder do PRB - 1

Eduardo Lopes (37,45,63,100)

Líder do PSOL - 1

Randolfe Rodrigues (18,76)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,82)
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16

Líder
Mário Couto - Bloco (34,61)

Vice-Líderes
Wilder Morais (101)
Ataídes Oliveira (102)
Cyro Miranda (31,103)

.....

Líder do PSDB - 12

Aloysio Nunes Ferreira (7,68)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (74)
Alvaro Dias (78)
Paulo Bauer (5,35,79,80)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,44,46,77)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (28,106)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Ata
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATA

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS

1.1 – ATOS CONJUNTOS DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nºs 3 e 4, de 2013 27702

2 – ATA DA 77ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 21 DE MAIO DE 2013..... 27704

2.1 – ABERTURA 27704

2.2 – EXPEDIENTE 27704

2.2.1 – Parecer

Nº 384, de 2013, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 33, de 2013 **(conclui pela apresentação do Projeto de Resolução nº 33, de 2013)**. 27706

2.2.2 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 33, de 2013, resultante de parecer lido anteriormente. 27715

2.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 466, de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio Noroeste AM..... 27715

Nº 467, de 2013, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2013. **Deferido.** 27715

Nº 468, de 2013, de autoria do Senador Eduardo Braga, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 149, de 2009; 136, de 2010; e 638, de 2011..... 27715

Nº 469, de 2013, de autoria da Senadora Lídice da Mata, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 146, de 2013..... 27715

Nº 470, de 2013, de autoria do Senador Cyro Miranda, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 561, de 2011. 27715

Nº 471, de 2013, de autoria do Senador Ciro Nogueira, solicitando desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2011, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 467, de 2003; 300, de 2004; 74, 94, 105, 147, 292, 365, 447, 470 e 681, de 2007; 135, 138, 364 e 465, de 2008; 46, 242 e 568, de 2009; 18, 81 e 158, de 2010; 76, 98, 354 e 569, de 2011; e 128, de 2012..... 27716

Nº 472, de 2013, de autoria do Senador Ciro Nogueira, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 12 e 523, de 2011..... 27716

Nº 473, de 2013, de autoria do Senador Anibal Diniz, solicitando desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº 135, de 2008, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei da Câmara nºs 99, 103 e 128, de 2007; 74, 135, 165, 172 e 198, de 2008; e 48, de 2009; e com os Projetos de Lei do Senado nºs 71, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594 e 613, de 2007; e 19, 202, 253, 280 e 426, de 2008. 27716

Nº 474, de 2013, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 130, de 2012; e 226, de 2007..... 27716

2.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2013, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, que *estabelece o direito à meia-entrada nas atividades culturais e artísticas para professores.* 27716

Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2013, de autoria do Senador Pedro Taques, que *altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para determinar a extensão das disposições da Lei às entidades de fiscalização profissional*..... 27717

2.2.5 – Mensagem da Presidente da República

Nº 34/2013 (nº 190/2013, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. LINEU PUPO DE PAULA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana. 27720

2.2.6 – Ofício da Agência Nacional de Telecomunicações

Nº S/21/2013, encaminhando cópia do Relatório Anual de 2012, da referida Agência. 27747

2.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR *FRANCISCO DORNELLES*, como Líder – Apelo para que propostas de reforma tributária preservem os gastos com políticas sociais. .. 27851

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Considerações sobre a redução da maioridade penal. 27852

SENADOR *ALVARO DIAS* – Anúncio de petição junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, protocolada por S. Exª, contra o governo boliviano, no contexto do asilo concedido pelo governo brasileiro ao Senador Roger Pinto..... 27864

SENADOR *CÍCERO LUCENA* – Satisfação com a realização, hoje, da 5ª edição do Troféu Gonzagão em Campina Grande, no Estado da Paraíba. 27865

SENADOR *JORGE VIANA* – Defesa da implementação do novo Código Florestal, aprovado no ano passado. 27867

SENADOR *GARIBALDI ALVES* – Congratulações ao Governo Federal pelas ações direcionadas às populações atingidas pela seca no Nordeste, com destaque às obras de transposição do rio São Francisco..... 27869

SENADORA *ANA RITA* – Registro do aniversário, em 23 do corrente, dos 478 anos da cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo. 27869

SENADOR *CYRO MIRANDA* – Esclarecimentos a respeito do apoio prestado pelo Comitê Olímpico Brasileiro ao ginasta Arthur Zanetti e a outros atletas. 27871

SENADOR *FERNANDO COLLOR*, como Líder – Preocupação com possível crise entre os Poderes da União, em crítica a declarações do Presidente do STF, Ministro Joaquim Barbosa. 27873

SENADOR *HUMBERTO COSTA* – Registro da participação de S. Exª, juntamente com a Presidente Dilma Rousseff, em diversos eventos no Estado de Pernambuco. 27874

SENADORA *ANA AMÉLIA* – Comentários sobre a Lei nº 12.732, de 2012, que garante a pacientes com câncer tratamento pelo SUS. 27875

SENADOR *RODRIGO ROLLEMBERG* – Relato dos recentes filmes lançados sobre a vida e obra de Renato Russo; e outro assunto. 27878

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI*, como Líder – Críticas à administração dos recursos repassados ao Estado de Roraima..... 27880

SENADOR *PAULO DAVIM*, como Líder – Críticas ao subfinanciamento e à gestão da saúde pública no Brasil. 27881

SENADOR *LUIZ HENRIQUE* – Destaque à participação de S. Exª em missão à Europa para exposição do novo Código Florestal Brasileiro, que comemora um ano de vigência no próximo dia 25. 27882

SENADORA *LÍDICE DA MATA*, como Líder – Congratulações à Assembleia Legislativa da Bahia pela homenagem ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher; e outro assunto..... 27883

2.3 – ORDEM DO DIA 27884

2.3.1 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Resolução nº 33, de 2013, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Estado de Pernambuco a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$200,000,000.00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América)*. **Aprovado.** 27885

Redação final do Projeto de Resolução nº 33, de 2013 **(Parecer nº 385, de 2013-CDIR). Aprovada**. À promulgação..... 27886

2.3.2 – Item 1

Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2013, de autoria do Senador Eduardo Lopes, que *susta os efeitos da resolução administrativa expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral nos autos da Petição nº. 9.495/AM, que "redefine o número de Deputados Federais, Estaduais e Distritais"*. **Apreciação adiada**, tendo usado da palavra o Senador Clésio Andrade. 27888

2.3.3 – Item 2

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de homenagem permanente a Santos Dumont, o Pai da Aviação, nos aeroportos, bases aéreas e similares*. **Aprovado.** 27888

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2005 **(Parecer nº 386, de 2013-CDIR). Aprovada.** À sanção..... 27889

2.3.4 – Item 11 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2003 (nº 7.032/2002, na Casa de origem), de autoria do Deputado Luciano Pizzato, que *cria o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no Estado do Paraná*. **Aprovado**, tendo usado da palavra os Senadores Sérgio Souza e Alvaro Dias. À sanção. 27890

2.3.5 – Item 12 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 160, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Lopes, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 266 e 551, de 2011, por regularem matéria correlata. **Aprovado.** 27892

2.3.6 – Item 14 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 377, de 2013, da Senadora Ana Amélia e outros Senadores, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2013; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 266, de 2011, e 268, de 2011 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2008), por regularem matéria correlata. **Aprovado.** 27892

2.3.7 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária 27893

2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

2.4.1 – Leitura de requerimentos

Nº 476, de 2013, de autoria do Senador Renan Calheiros, em aditamento ao Requerimento nº 848, de 2012, solicitando prorrogação do prazo de duração e ampliação da composição de membros da Comissão de Juristas destinada a realizar estudos e propor atualização da Lei de Execuções Penais. 27895

Nº 477, de 2013, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, solicitando homenagem ao poeta e ex-Senador Ronaldo Cunha Lima, com a publicação de sua biografia e atuação parlamentar como parte da coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado..... 27896

Nº 478, de 2013, de autoria do Senador Eduardo Braga e outros Senadores, solicitando a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2010. 27896

Nº 479, de 2013, de autoria do Senador Eduardo Braga e outros Senadores, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2010. 27896

Nº 480, de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Rádio Solaris AM. 27896

Nº 481, de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações ao **Jornal do Comércio**. 27896

Nº 482, de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações ao **Jornal** *Expresso Ilustrado.* 27897

Nº 483, de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações ao GBOEX-Previdência e Seguro de Pessoas..... 27897

2.4.2 – Discursos

SENADOR *MÁRIO COUTO*, como Líder – Defesa da redução da maioridade penal; e outros assuntos. 27898

SENADOR *SÉRGIO SOUZA* – Reflexões a respeito do setor de energia elétrica no Brasil. 27900

SENADOR *CÁSSIO CUNHA LIMA*, como Líder – Críticas a diversos aspectos da atuação do Partido dos Trabalhadores à frente do Governo Federal..... 27903

SENADOR *RICARDO FERRAÇO*, como Líder – Referência a projeto de lei, de autoria de S. Exª, que adota o regime de concessões como modelo único para produção e exploração de petróleo..... 27907

SENADORA *LÚCIA VÂNIA* – Encaminhamento de voto de congratulações ao Sr. Eduardo Martins de Sousa..... 27910

2.4.3 – Leitura de requerimento

Nº 484, de 2013, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando voto de congratulações ao Sr. Eduardo Martins de Sousa. 27910

2.4.4 – Discursos (continuação)

SENADOR *EDUARDO AMORIM*, como Líder – Comentários a respeito do projeto de lei, de autoria de S. Exª, que destina trinta por cento dos recursos arrecadados com a cobrança de multas de trânsito ao SUS; e outros assuntos. 27910

SENADOR *WELLINGTON DIAS*, como Líder – Esclarecimentos sobre o Programa Bolsa Família; e outros assuntos. 27912

SENADOR *ACIR GURGACZ*, como Líder – Relato das condições de diversas estradas federais que atravessam o Estado de Rondônia; e outro assunto. 27918

2.4.5 – Comunicação

Da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização **(Ofício nº 575/2013)**. *Designação do Deputado Genecias Noronha, como suplente, para compor a referida Comissão*. 27920

2.4.6 – Discursos (continuação)

SENADORA *KÁTIA ABREU*, como Líder – Insatisfação com o tratamento dado pelas autoridades a produtores rurais em conflito fundiário com indígenas. 27920

2.4.7 – Comunicações da Presidência

Prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Mista destinada a elaborar proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional **(vide item 1.1)**. 27924

Designação do Deputado Eduardo Barbosa para compor a Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal **(vide item 1.1)**.

2.4.8 – Discursos (continuação) 27926

SENADOR *ANIBAL DINIZ* – Insatisfação com o não reconhecimento, pelo STF, da estabilidade dos servidores do Estado do Acre contratados anteriormente à Constituição de 1988; e outro assunto. 27927

SENADOR *ANTONIO CARLOS RODRIGUES* – Preocupação com a dívida pública dos municípios junto à União. 27931

2.4.9 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 26/2013 (nº 132/2013, na origem), encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de março do corrente, as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados e do Distrito Federal e Municípios. 27932

2.4.10 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 1.027/2013, na origem, encaminhando cópia de Despacho que conheceu do recurso interposto ao Acórdão nº 526/2013, daquele tribunal, referente à auditoria realizada no Serviço Social da Indústria e no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (TC 028.129/2012-1)..... 27975

2.4.11 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2013, de autoria do Senador Blairo Maggi, que *dispõe sobre o acesso a informações da administração pública para fins de transição entre governos e dá outras providências*..... 27975

Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2013, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que *altera o art. 7º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para condicionar a abertura de processo licitatório para a contratação de obras com valor estimado igual ou superior a cem milhões de reais à elaboração prévia de projeto executivo.*..... 27983

Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2013, do Senador Alvaro Dias, que *denomina "Rodovia Engenheiro Lysímaco Franco Ferreira da Costa" o trecho da BR-277 que se estende de Curitiba a Paranaguá; "Rodovia do Café Governador Ney Braga" os trechos da BR-277 e BR-376 que se estendem de Curitiba a Nova Londrina e seu prolongamento até Porto São José, na divisa com Mato Grosso do Sul; e "Rodovia General Luiz Carlos Pereira Tourinho" o trecho da rodovia BR-369 entre Londrina e Maringá*. 27987

Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2013, de autoria do Senado Rodrigo Rollemberg, que *institui a Semana Nacional do Bebê e do Aleitamento Materno*. 27990

2.4.12 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *MÁRIO COUTO* – Registro do artigo intitulado "O mito da presidente workaholic", publicado no jornal *O Globo*, edição de 19 de março último. 28018

SENADOR *PAULO BAUER* – Registro do artigo intitulado "Aprovação a Dilma mostra que o Brasil 'encherga' bem", publicado na revista *Época*, edição de 1º de abril último..... 28019

SENADOR *CÁSSIO CUNHA LIMA* – Registro do artigo intitulado "Lula e a falência da 'Doutrina Garcia'", publicado no jornal *O Globo,* edição de 31 de janeiro último..... 28021

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Registro do artigo intitulado "Desastre no Petróleo", publicado pela revista **Veja**, edição de 20 de fevereiro último. 28022

SENADOR *ALVARO DIAS* – Registro do artigo intitulado "Não se preocupe, embaixador", publicado no jornal *Estado de S. Paulo*, edição de 28 de fevereiro último..... 28023

SENADOR *CIRO NOGUEIRA* – Considerações acerca do leilão de blocos de gás, anunciado pela Agência Nacional do Petróleo, a realizar-se nos dias 30 e 31 de outubro próximo..... 28024

2.4.13 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 28025

2.5 – ENCERRAMENTO..... 28029

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 21.5.2013 28029

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação 28030

Bancadas dos Partidos 28031

Por ordem alfabética 28032

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL..... 28033

6 – LIDERANÇAS 28034

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO..... 28038

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS..... 28039

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 28052

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 28060

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 28064

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 28070

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle..... 28075

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa..... 28085

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 28093

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura 28102

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo..... 28108

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 28114

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 28118

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993) 28122

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)..... 28123

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995) 28124

Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9, de 2013)..... 28125

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005) 28125

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)..... 28126

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)..... 28128

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010). 28130

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010) 28132

Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012)..... 28134

CONGRESSO NACIONAL

11 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006) 28136

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008).. 28140

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2, de 2007)..... 28144

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999) 28145

Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito 28146

Comissões Mistas Especiais 28149

12 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972) 28153

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991) 28154

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011) 28155

CONGRESSO NACIONAL

ATO CONJUNTO Nº 3 DE 2013

DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Prorroga o prazo da Comissão Mista constituída pelo Ato Conjunto nº 1, de 2013, para conclusão dos trabalhos.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL e o PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições regimentais,

RESOLVEM:

Art. 1º Fica prorrogado por 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 1, de 2013, destinada a elaborar proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 13 de maio de 2013.

Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Deputado **HENRIQUE EDUARDO ALVES**
Presidente da Câmara dos Deputados

ATO CONJUNTO Nº 4 DE 2013

DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera a alínea "c" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL e o PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições regimentais,

RESOLVEM:

Art. 1º A alínea "c" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013, que "Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º.....

I – .....

c) Eduardo Barbosa;

....." (NR)

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em **21** de **maio** de 2013.

Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Deputado **HENRIQUE EDUARDO ALVES**
Presidente da Câmara dos Deputados

Ata da 77ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 21 de maio de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros, da Srª Ana Amélia, dos Srs. Eduardo Suplicy, Cícero Lucena, Sérgio Souza, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Amorim, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Rodrigues e Anibal Diniz

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 20 horas e 29 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal
54ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

77ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 21/05/13 07:00 até 21/05/13 21:15

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X
PTB	DF	GIM	X

PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

Compareceram: 72 Senadores

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sobre a mesa, parecer que será lido.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 384, DE 2013

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 33, de 2013 (nº 177/2013, na origem), da iniciativa da Senhora Presidente da República, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada a financiar o "Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Rio Ipojuca – PSA – Ipojuca."

RELATOR: Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**

I – RELATÓRIO

A Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal pleito do Estado de Pernambuco, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar o "Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Rio Ipojuca – PSA - Ipojuca", que objetiva "o aumento da cobertura de esgotamento sanitário e dos índices de tratamento de águas servidas em 12 cidades sedes de municípios que se localizam nas margens do rio Ipojuca".

O programa contará com ações direcionadas (i) à implantação de sistemas de coletas e de tratamento de esgotos, e (ii) ao apoio à sustentabilidade ambiental e social na bacia, incluindo a recuperação de trechos das margens do rio, que se encontra em estado avançado de degradação, além de medidas destinadas ao fortalecimento institucional da COMPESA.

O empréstimo pretendido foi credenciado pelo Banco Central do Brasil e as suas condições financeiras inseridas no sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) sob o número

TA637400. Será contratado sob a modalidade de Empréstimo com taxa de juros baseada na LIBOR, com a possibilidade de que, em qualquer momento durante a vigência do contrato, seja solicitada a conversão da moeda e da taxa de juros contratadas.

De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o custo efetivo médio do empréstimo será de 3,51% a.a., flutuante conforme a variação da LIBOR, considerado aceitável por essa Secretaria, dado o custo atual médio de captação do Tesouro Nacional, em dólar, no mercado internacional.

Vale destacar que os recursos totais a serem alocados no programa alcançam investimentos totais de US$ 330 milhões, no período de 2013 a 2018, sendo que além do empréstimo pretendido estão previstas contrapartidas de recursos do Estado no montante de US$ 130 milhões.

II – ANÁLISE

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, e visa examinar o cumprimento das determinações das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal, e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas são as normas que regulam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive concessão de garantia, nos três níveis de governo.

De acordo com o Parecer nº 393, de 3 de abril de 2013, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (COPEM) da STN, o Estado de Pernambuco cumpre os limites e demais condições definidas pelas referidas resoluções. Portanto, atende os requisitos mínimos previstos no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em particular, a operação enquadra-se nos limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual passível de

contratação, do comprometimento máximo da Receita Corrente Líquida com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, e do montante da dívida consolidada líquida do Estado.

No referido parecer, consta que, já considerado o empréstimo em exame, o Estado de Pernambuco terá nível de endividamento baixo, equivalente a 0,73 vez a sua Receita Corrente Líquida (RCL), comprometendo, tão somente, 36,5% do valor máximo admitido para esse limite de endividamento pela Resolução nº 40, de 2001, que é de 2.

Verifica-se ainda que, com o empréstimo, o montante global de operações realizadas em um exercício determinado, relativamente às projeções da RCL, é decrescente até 2018, último ano da projeção realizada, quando atingirá valor desprezível (0,09%).

Já o comprometimento anual da RCL do Estado com o serviço de sua dívida será de 7,23% em 2013, sendo decrescente no período apurado até 2037. Nesse período, no qual haverá pagamentos previstos da operação pretendida, a média de comprometimento será de 4,11%, bem inferior aos 11,5% fixados como limite máximo pelo Senado Federal.

Fica destacado ainda que, conforme declaração do Chefe do Poder Executivo do Estado de Pernambuco, as ações previstas para o Programa estão inseridas no Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015 estabelecido pela Lei Estadual nº 14.532, de 09 de dezembro de 2011.

O orçamento previsto para o exercício financeiro de 2013, conforme a Lei Estadual nº 14.898, de 20 de dezembro de 2012, contempla dotações para o Programa objeto da operação. Há declaração do Governo do Estado informando que o ingresso de recursos relativos à operação, bem como dos necessários à contrapartida estadual e aos encargos da operação de crédito, estão previstos e contemplados, sendo as dotações suplementadas na ocorrência de eventuais acréscimos.

Com vistas à concessão da garantia da União, submetida ao que determina o art. 40 da LRF e aos limites e condições previstos nos arts. 9º e 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, examina-se, em seguida, a situação de adimplência do Estado em relação à União e as contragarantias oferecidas.

Nesse contexto, de imediato cabe destacar que a Lei Estadual nº 14.763, de 31 de agosto de 2012, autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com o BID, no valor de até US$ 200 milhões, e a vincular, como contragarantias à garantia da União, as parcelas necessárias e suficientes das receitas a que se referem os arts. 155, 157 e 159, na forma do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas.

Em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e receitas próprias do Estado de Pernambuco, a STN conclui que as contragarantias oferecidas pelo Estado são consideradas suficientes caso a União venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

Por sua vez, não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Governo do Estado de Pernambuco nos últimos anos, em decorrência de garantias concedidas, estando ainda o Estado adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Não há ainda pendências do Estado referentes aos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União.

Ademais, a STN informa que o Estado cumpre com as metas e os compromissos assumidos no Programa de Ajuste e Reestruturação Fiscal, em conformidade com o disposto na Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, sendo que a operação pretendida não implica violação do seu acordo de refinanciamento firmado com a União.

Vale enfatizar que, nos termos da Resolução nº 41, de 2009, que alterou a Resolução nº 48, de 2007, a verificação de adimplência do ente garantido, tanto financeira como da prestação de contas de recursos recebidos da União, será procedida por ocasião da assinatura do contrato.

Conforme o Relatório de Gestão Fiscal da União para o terceiro quadrimestre de 2012, existe margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal nos termos do art. 9º da Resolução nº 48, de 2007.

A Secretaria do Tesouro Nacional procede ainda a uma avaliação própria acerca da capacidade de pagamento do empréstimo pelo Estado. Ela é aferida nos termos da Portaria MF nº 306, de 2012, e serve de parâmetro para efeito da concessão de garantia da União. Assim, de acordo com análise consignada na Nota nº 900, de 13 de novembro de 2012, da Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (COREM) da STN, o Estado de Pernambuco foi classificado na categoria "C*3", não atendendo, assim, ao indicador de Endividamento e ao indicador de Serviço da Dívida, portanto, não dispondo de recursos suficientes para fazer frente à totalidade dos serviços de sua dívida, incluída a operação pretendida.

Todavia, nos termos dessa Portaria MF nº 306/2012, pode o Secretário do Tesouro Nacional considerar o Estado elegível para fins de obtenção da garantia da União, desde que apresente situação fiscal favorável. O Estado de Pernambuco foi enquadrado nessa situação, manifestando-se o Senhor Secretário do Tesouro favoravelmente ao pleito, ou seja, considerando o Estado de Pernambuco elegível para a obtenção de garantia da União.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) considerou ainda que as condições contratuais são as usualmente estipuladas pelo BID em suas operações financeiras, concluindo que foi observado o art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras ou que implique compensação automática de débitos e créditos.

Registre-se, por fim, que o Estado de Pernambuco cumpre os limites constitucionais para os gastos com pessoal, educação e saúde, e exerce plenamente a sua competência tributária.

Conclui-se, assim, que estão satisfeitos os limites e condições estabelecidos pelas referidas Resoluções do Senado Federal que tratam da matéria; assim como as exigências e condições para a prestação de garantia pela União, contidas no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

III – VOTO

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado de Pernambuco para contratar a operação de crédito externo, nos termos do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 33, DE 2013

Autoriza o Estado de Pernambuco a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Estado de Pernambuco autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito referida no *caput* destinam-se a financiar o "Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Rio Ipojuca – PSA - Ipojuca".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – **devedor**: Estado de Pernambuco;

II – **credor**: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – **garantidor**: República Federativa do Brasil;

IV – **valor**: até US$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – **modalidade**: Empréstimo com taxa de juros baseada na LIBOR;

VI – **prazo de desembolso**: até seis anos, contados a partir da vigência do contrato;

VII – **amortização**: em parcelas semestrais, sucessivas, de valores, tanto quanto possível, iguais, vencendo-se a primeira depois de setenta e dois meses, e a última ao final de vinte e quatro anos, ambos contados da data de assinatura do contrato;

VIII – **juros**: os juros serão exigidos semestralmente e, enquanto nenhuma conversão tenha sido efetivada, calculados sobre os saldos devedores periódicos do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo BID e composta pela taxa de juros LIBOR trimestral para dólar dos Estados Unidos da América, mais ou menos uma margem relacionada ao custo de captação do BID que financiam seus empréstimos, mais a margem (*spread)* para empréstimos do capital ordinário;

IX – **comissão de crédito**: a ser estabelecida periodicamente pelo BID, até 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) a.a. sobre o saldo não desembolsado do financiamento, exigida juntamente com os juros e entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

X – **despesas com inspeção e supervisão geral**: em um semestre determinado, o valor devido não poderá ser superior a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

§ 1º As datas de pagamentos do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

§ 2º É permitido ao mutuário, já devidamente autorizado por esta Resolução, com o consentimento formal do Fiador, observados os prazos e montantes mínimos requeridos no Contrato de empréstimo, exercer a opção de conversão para uma Taxa de Juros Fixa, de parte ou totalidade dos saldos devedores sujeitos à taxa de juros baseada na LIBOR, ou qualquer outra opção aceita pelo Banco, bem com da moeda do desembolso ou da totalidade ou de parte do saldo devedor, em moeda de País não mutuário ou a uma moeda local que o Banco possa intermediar eficientemente.

§ 3º Para o exercício da opção referida no parágrafo anterior, fica autorizada a cobrança dos custos incorridos pelo BID na sua realização, assim como o repasse ao devedor de eventuais ganhos decorrentes da conversão.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado de Pernambuco na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Estado de Pernambuco celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam o arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4° do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado de Pernambuco quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, bem como o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 21 de maio de 2013.

SEN LINDBERGH FARIAS, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL
Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
MENSAGEM (SF) Nº 33, de 2013

ASSINAM O PARECER, NA 24ª REUNIÃO, DE 21/05/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATOR: _____

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT)
José Pimentel (PT)	3. Anibal Diniz (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Casildo Maldaner (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. VAGO
Roberto Requião (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	7. Ana Amélia (PP)
Ivo Cassol (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	9. Benedito de Lira (PP)
Kátia Abreu (PSD)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	5. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Gim (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Alfredo Nascimento (PR)
Blairo Maggi (PR)	3. Eduardo Amorim (PSC)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	4. Vicentinho Alves (PR)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 384, de 2013**, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação do Projeto de Resolução nº 33, de 2013.

A proposição ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "f", do Regimento Interno.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 466, DE 2013

Requeiro nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Noroeste AM pelo transcurso dos 50 anos da sua fundação que ocorrerá no dia 20 de maio de 2013.

A homenagem do Senado Federal que é extensiva a todos os seus funcionários e ouvintes deverá ser encaminhada ao seu Diretor Sérgio Ambros Mallmann no seguinte endereço Praça da Bandeira 36 – Centro – CEP 98900-000 – Santa Rosa/RS.

Sala das Sessões, 16 de maio de 2013. – Senadora **Ana Amélia,** PR-RS.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 467, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 256, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 183 de 2013, de minha autoria que denomina "Rodovia Engenheiro Lysimaco Franco Ferreira da Costa" e "Rodovia General Luiz Carlos Pereira Tourinho", respectivamente o trecho da rodovia BR-277 compreendida entre as localidades de Curitiba e Paranaguá, e o trecho da rodovia BR-407, compreendida entre as localidades de Cascavel e Toledo, ambos situados no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, – Senador **Álvaro Dias.**

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência defere o requerimento, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 468, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 149, de 2009; 136, de 2010; e 638, de 2011, por versarem sobre o mesmo assunto (Altera o Código de Trânsito Brasileiro – destinação dos veículos apreendidos pelo Sistema Nacional de Trânsito.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2013. – Senador **Eduardo Braga**, Líder do Governo no Senado.

(À Mesa, para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 469, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2013, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, Senadora **Lídice da Mata.**

(À Mesa, para decisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 470, DE 2013

Nos termos do artigo 255, inciso II, alínea **c**, item 12, combinado com o artigo 99, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), requeiro que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 561 de 2011 (que altera o art. 118 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para estender a manutenção do contrato de trabalho em caso de acidente do trabalho para os empregados admitidos por contrato de trabalho por tempo determinado em período de experiência) seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), visto que a proposta amplia o alcance da estabilidade provisória do empregado que sofreu acidente do trabalho, interferindo no custeio da Previdência Social e impactando na disponibilidade de mão de obra do empregador, gerando custo adicional.

Sala das Sessões, de maio de 2013. – Senador **Cyro Miranda.**

REQUERIMENTO Nº 471, DE 2013

Requeiro, na forma do regimental, que o PLS nº 12 de 2011, que "altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o imposto de renda das pessoas físicas, para permitir a dedução de despesa com medicamentos controlados", seja desapensado do grupo de Projetos em que o mesmo está vinculado tramitando em conjunto.

Sala das Sessões, – Senador **Ciro Nogueira**.

REQUERIMENTO Nº 472, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 258, combinado com o art. 260, II, do Regimento Interno, que o PLS nº 12 de 2011, que "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o Imposto de Renda das pessoas físicas, para permitir a dedução de despesa com medicamentos controlados", passe a tramitar em conjunto com o PLS nº 523, de 2011, que "Estabelece Programa de abatimento do IRPF do gasto na compra de medicamentos de doenças que especifica e dá outras providências", por versarem de matérias diretamente correlatas.

Sala das Sessões, – Senador **Ciro Nogueira.**

REQUERIMENTO Nº 473, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 235 e segs. Do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação autônoma do PLC nº 135/2008, desapensando-o dos demais, pois, apesar de dispor sobre o Código de Trânsito Brasileiro, trata de tema complexo e específico envolvendo penas alternativas aplicáveis aos crimes de trânsito.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2013. – Senador **Aníbal Diniz** PT/AC.

REQUERIMENTO Nº 474, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2012, com o Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2007, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, – Senador **Antonio Carlos Valadares** PSB-SE.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 192, DE 2013

Estabelece o direito à meia-entrada nas atividades culturais e artísticas para professores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica assegurado aos professores de todos os níveis de ensino o direito ao ingresso nas atividades de natureza cultural e artística mediante o pagamento de metade do valor efetivamente cobrado ao público em geral.

§ 1º As atividades referidas no caput compreendem os eventos artísticos ou culturais, tais como exposições e apresentações musicais, teatrais, circenses, de cinema ou de outro meio audiovisual ou multimídia.

§ 2º A comprovação do direito à meia-entrada pelos docentes será feita mediante a apresentação de carteira funcional ou documento oficial.

§ 3º O benefício de que trata o caput não se estende ao ingresso para camarotes, áreas especiais e a outros tipos de ingressos caracterizados por excepcionalidade econômica.

Art. 2º A fiscalização do cumprimento desta lei e a aplicação das sanções administrativas e penais cabíveis serão efetuadas pelos órgãos públicos federais, estaduais e municipais competentes, nos termos do regulamento.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

É patente a insuficiência do exercício pleno dos direitos culturais pela população brasileira e do seu acesso às fontes da cultura nacional, que devem, conforme o art. 215 da Constituição Federal, ser garantidos pelo Estado.

Cabe ao nosso sistema educacional, decerto, considerável parcela de responsabilidade em despertar o interesse de crianças, adolescentes e adultos pela cultura brasileira e universal, em sua dinâmica de reinvenção permanente da tradição e de abertura às transformações do mundo que nos cerca.

No entanto, a realidade dos docentes em nosso país, com salários inadequados e diversos outros fatores de desestímulo, não tem ajudado para que se mantenham atualizados face à dinâmica cultural e que renovem seu repertório e sua disposição inovadora pelo contato com as práticas criativas.

É certo que a amplitude do horizonte cultural e intelectual dos mestres e mestras propicia a capacidade de abordar os diferentes conteúdos e disciplinas de modo renovado, desenvolvendo seu teor crítico e criativo, contagiando seus alunos com o entusiasmo pelo conhecimento e pela descoberta.

A incorporação, pelos estudantes, de uma atitude engajada na descoberta e na construção do conhecimento e não em sua mera recepção, tem enorme impacto no desenvolvimento de suas habilidades intelectuais. Sem dúvida, o envolvimento com as atividades culturais e artísticas pode contribuir, de modo marcante, para o desenvolvimento dessa atitude cada vez mais necessária em um mundo onde a informação, a inovação e a criatividade se tornaram fatores econômicos decisivos.

A garantia do ingresso pela metade de seu efetivo valor para a categoria profissional dos docentes, que não é tão ampla no conjunto da população, contribuirá para esse importante processo de atualização e estímulo ao conhecimento e à percepção criativa do mundo, revertendo em benefício de seus alunos. Tal medida já vem sendo, inclusive, implementada em diversos Estados e Municípios, revelando um amplo anseio e reconhecimento por sua validade. Nada mais recomendável do que lhe dar vigência nacional.

É fato que os produtores e agentes culturais têm, com frequência, se posicionado contra o que consideram um excesso de meias-entradas em seus espetáculos e apresentações, concedidas a categorias como as de estudantes e idosos. No entanto, as estatísticas disponíveis para diversas atividades culturais, como cinema e teatro, revelam, na última década, um crescimento tanto de espaços de exibição quanto de número de ingressos vendidos e, ainda, de valores arrecadados.

No caso específico das professoras e professores, além de a meia-entrada consistir em justa retribuição complementar a um trabalho extremamente exigente e da maior relevância social, deve-se considerar o efeito multiplicador da sua presença em atividades culturais, despertando o interesse imediato de seus alunos e formando um público para o futuro próximo e longínquo.

Por tais razões, pedimos o apoio e o empenho dos nobres Senadores e Senadoras para aprovar o projeto que acarretará efeitos positivos tanto para a cultura como para a educação do País.

Sala das Sessões, – Senador **Alfredo Nascimento,** (PR/AM).

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....

Título VIII
Da Ordem Social

.....

CAPÍTULO III
Da Educação, da Cultura e do Desporto

.....

Seção II
Da Cultura

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I – defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II – produção, promoção e difusão de bens culturais;

III – formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;

IV – democratização do acesso aos bens de cultura;

V – valorização da diversidade étnica e regional.

.....

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, DE 2013

Altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para determinar a extensão das disposições da Lei às entidades de fiscalização profissional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

> "Art. 1º.....
> Parágrafo único. .....
> .....
> III – a Ordem dos Advogados do Brasil e os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a chamada "Lei de Acesso à Informação", substancia, com certeza, um dos mais importantes diplomas legais votados recentemente pelo Congresso Nacional.

A partir da sua edição, iniciou-se uma nova fase de relacionamento entre o Estado e os cidadãos, baseado na transparência e no fortalecimento do controle social, na busca de dar plena eficácia ao previsto no inciso XXXIII do art. 5º da Lei Maior, *verbis*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

.....

Um aperfeiçoamento, entretanto, se impõe, na direção de tornar pleno o direito republicano à informação. Cabe alterar a norma para explicitar que as suas disposições se aplicam às entidades encarregadas da fiscalização profissional.

Efetivamente, já é pacificado pelo Supremo Tribunal Federal que essas entidades têm natureza de direito público e exercem serviço público, apesar de não integrarem, em sentido estrito a Administração Pública indireta da União.

Essa caracterização, registra o Excelso Pretório, deriva do fato de elas exercerem atividade típica de Estado, que abrange até poder de polícia, de tributar e de punir, no que tange ao exercício de atividades profissionais.

Podemos citar nessa direção a Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.717, relator o Ministro SYDNEY SANCHES, julgada em 22 de setembro de 1999; na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.522, da relatoria do Ministro EROS GRAU, julgada em 8 de junho de 2006; e na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.026, também do Ministro EROS GRAU, julgada na mesma data.

No que tange à Ordem dos Advogados do Brasil, o dever de transparência deve considerar as seguintes premissas, subentendidas a partir do julgamento da precitada Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 1.717, ou seja, (i) não se trata de entidade autárquica típica (quando muito, cuidar-se-ia de entidade autárquica sui generis); (ii) não pode ser definida como ente paraestatal; (iii) não se submete ao regime de direito público de contratação de seu pessoal, e seus funcionários não se equiparam a servidores públicos; (iv) não demanda realização de licitação para contratação de obras, bens ou serviços; (v) no regime jurídico vigente, não se submete à fiscalização do Tribunal de Contas da União; (vi) não mantém com órgãos da Administração Pública qualquer vínculo funcional ou hierárquico; (vii) custeia seus serviços com a exclusiva contribuição de seus filiados; etc.

Assim, justamente por escapar aos demais mecanismos de controle aplicáveis à Administração Pública Direta e Indireta, torna-se altamente exigível e recomendável o dever de transparência imposto pela Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Desse modo, em razão do peculiar regime jurídico ao qual estão submetidos os Conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas, tem-se como contrapartida necessária a divulgação irrestrita de informações e de prestação de contas aos seus filiados, exercentes de profissões fiscalizadas.

O dever de transparência, nesse particular, independe do fato de que os atos praticados pelos dirigentes dessas entidades fiscalizadoras de profissões regulamentadas já estão sujeitos aos Conselhos de Fiscalização interna corporis que possam acompanhar a gestão dos seus controladores.

Ainda que se diga que tais entidades fiscalizadoras de profissões regulamentadas não gerem patrimônio público, não recebem subvenções ou auxílios públicos, parece indisputável que seus filiados possam exercer também a fiscalização necessária dos gastos

praticados por seus dirigentes, hipótese que restará garantida com a transparência das informações.

O mesmo se diga, por extensão, em relação aos demais Conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas. Afinal, a fiscalização dos atos de gestão praticados por seus dirigentes é altamente salutar. E, a fiscalização dar-se-á com ampla informação, disponível nos moldes já preconizados pela Lei da transparência.

Desta forma, estar-se-á cumprindo de forma plena o objetivo do dispositivo da nossa Carta Magna que garante a todos o direito à informação e obriga o Estado, na concepção mais ampla da palavra, a prestá-la.

Sala das Sessões, – Senador **Pedro Taques.**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

(...)

TÍTULO II
Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I
Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

(...)

LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

A Presidenta da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:

I – os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;

II – as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

(...)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 34, de 2013** (nº 190/2013, na origem), da Senhora Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. LINEU PUPO DE PAULA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana.

É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM
Nº 34, DE 2013
(nº 190/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor LINEU PUPO DE PAULA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana.

Os méritos do Senhor Lineu Pupo de Paula que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de maio de 2013.

EM nº 00156/2013 MRE

Brasília, 7 de Maio de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal, destinada à indicação de **LINEU PUPO DE PAULA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República Cooperativista da Guiana.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **LINEU PUPO DE PAULA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 156/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 7 de maio de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **LINEU PUPO DE PAULA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República Cooperativista da Guiana.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **LINEU PUPO DE PAULA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *LINEU PUPO DE PAULA*
CPF.: 013.322.658-12
ID.: 8120 MRE

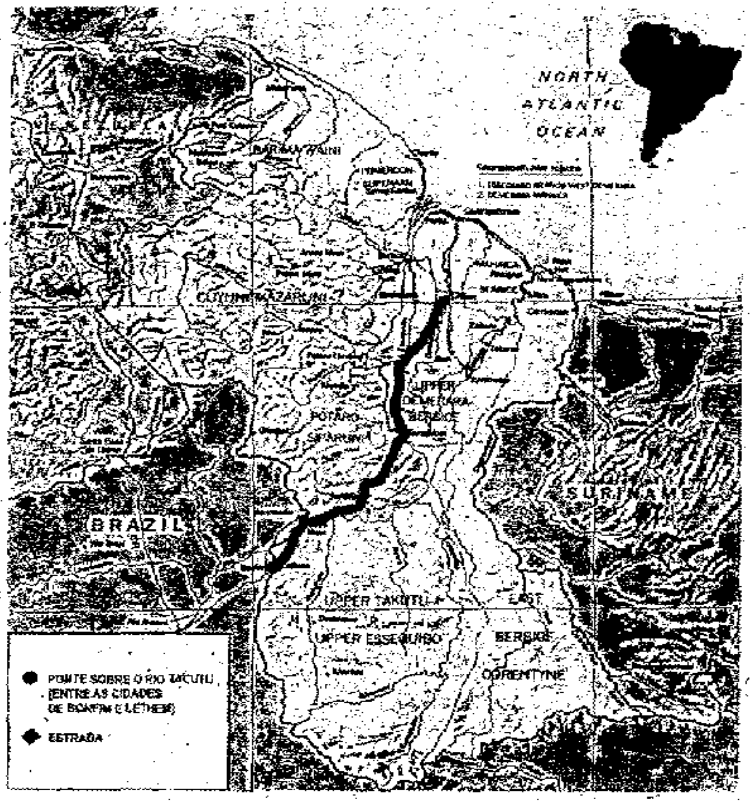
1954	Filho de Reynaldo De Paula Junior e Eufélia Camargo Pupo De Paula, nasce em 11 de maio, em São Paulo/SP
Dados Acadêmicos:	
1979	Direito pela Faculdade de Direito São Paulo da Pontifícia Universidade Católica/SP
1981	CPCD - IRBr
1988	CAD - IRBr
2005	CAE - IRBr, A gestão do patrimônio móvel e imóvel do Ministério das Relações Exteriores
Cargos:	
1982	Terceiro-Secretário
1986	Segundo-Secretário
1995	Primeiro-Secretario
2001	Conselheiro
2005	Ministro de Segunda Classe
Funções:	
1983	Divisão da África-I, assistente e Subchefe
1985	Divisão da África-II, assistente
1986	Embaixada em Bonn, Terceiro e Segundo-Secretário
1989	Embaixada em Quito, Segundo-Secretário
1993	Centro de Processamento de Dados, Chefe, substituto
1997	Embaixada em Buenos Aires, Primeiro-Secretário
2000	Departamento de Administração, assessor
2000	Coordenação de Patrimônio, Coordenador
2003	Embaixada em São Salvador, Encarregado de Negócios

2005	Gabinete do Ministro de Estado, Subchefe
2007	Missão junto à OEA, Washington, Ministro-Conselheiro
2009	Embaixada do Brasil em Tegucigalpa em missão transitória
2010	Embaixada do Brasil em Tegucigalpa, Encarregado de Negócios
2010	Consulado-Geral do Brasil em Caracas, Cônsul-Geral

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA COOPERATIVISTA DA GUIANA



Informação ao Senado Federal
OSTENSIVO
Maio de 2013

DADOS BÁSICOS

CAPITAL	Georgetown
ÁREA	214.969 km^2 (pouco maior que o Paraná)
POPULAÇÃO (2009)	777 mil (equivalente a metade da população de Sergipe)
IDIOMA	Inglês (oficial), crioulo, hindi, urdu
PRINCIPAIS RELIGIÕES (Censo de 2002)	Hinduísmo (28,8%); pentecostais (17%); outros cristãos 17;9%; católicos (8,1%); islamismo (7,3%); anglicanos (7%)
SISTEMA POLÍTICO	República semi-presidencialista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Donald Ramotar
PODER LEGISLATIVO	Unicameral
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Samuel Hinds
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar guianense (G$) US$ 1=G$ 204,39 (09/abril/2013)
VARIAÇÃO DO PIB	7% (2007); 1,9 % (2008); 3,3% (2009); 4,3% (2010); 5,4% (2011); 3,6% (2012) – est. FMI; 5,4% (2013) – est. FMI
PIB (2012)	US$ 2,78 bilhões – est. FMI – menos da metade do PIB de Roraima
PIB PPP (2012)	US$ 6,16 bilhões – est. FMI – 0,25% do PIB PPP brasileiro
PIB PER CAPITA (2012)	US$ 3.596,4 – est. FMI – equivalente à metade do PIB per capita do Maranhão em 2008
PIB PPP PER CAPITA (2012)	US$ 7.950,3 – est. FMI
IDH (2011)	0,633 – 117º lugar (BRASIL - 0,741 – 84º lugar)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	9,1%
EXPECTATIVA DE VIDA	67 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	91,8%
MINISTRA NEG. ESTRANG.	Carolyn Rodrigues-Birkett (desde abril de 2008)
EMBAIXADOR DA GUIANA	Merlin Udho (desde 22/11/2012)
EMBAIXADOR DO BRASIL	Luiz Gilberto Seixas de Andrade (desde 2009)
COMUNIDADE BRASILEIRA	9 mil pessoas

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ MIL, FOB) *Fonte: MDIC*

BRASIL / GUIANA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-mar)	2013 (jan-mar)
Intercâmbio	8.780	9.695	13.644	16.615	20.204	20.002	21.080	19.473	28.367	35.717	33.741	8.512	7.098
Exportações	8.754	9.695	13.633	16.604	20.204	18.030	20.785	18.481	28.300	35.666	33.556	8.487	7.083 (-16,54%)
Importações	25	0,03	10	11	-	1.972	295	991	66	51	184	25	14 (-44%)
Saldo	8.729	9.695	13.623	16.592	20.204	16.057	20.490	17.489	28.234	35.615	33.371	8.461	7.069

PERFIS BIOGRÁFICOS

DONALD RAMOTAR

Presidente da Guiana

Donald Rabindranath Ramotar nasceu em 22 de outubro de 1950, na vila de Caria Caria, próxima ao Rio Essequibo. Ramotar é formado em Economia pela Universidade da Guiana.

Filiado ao *People's Progressive Party* (PPP) desde 1967, Ramotar participa da liderança do partido desde 1979, quando foi eleito para o Comitê Central. Tornou-se membro do Comitê Executivo do PPP em 1983, e assumiu o cargo de Secretário Executivo um ano após a eleição de Cheddi Jagan, em 1992.

Foi eleito Secretário-Geral do PPP por unanimidade, em 29 de março de 1997, sucedendo o então Presidente Cheddi Jagan (que morrera no início daquele mês). Desde então, manteve o cargo no Partido, acumulando-o, a partir de 2008, com a função de conselheiro editorial do jornal do Partido, o *Thunder*.

Em 4 de abril de 2011, o Comitê Central do PPP escolheu, por unanimidade, Ramotar como candidato presidencial do Partido para as eleições de 2011. Ramotar tomou posse em 3 de dezembro de 2011, após vencer as eleições de 28 de novembro.

O Presidente é casado com Deolatchmee Ramotar, e pai de três filhos. Sua esposa é parteira aposentada, e completou os estudos de Português no Centro Cultural Brasil-Guiana. Seu pai, Sam Ramotar, operava concessão de exploração de madeira.

SAMUEL HINDS

Primeiro-Ministro

Nasceu em 27 de dezembro de 1943. Foi Primeiro-Ministro do Presidente Cheddi Jagan até 1997, quando assumiu a Presidência da República, após a morte do Chefe de Estado. Abdicou do cargo no mesmo ano, em favor de Janet Jagan, viúva de Cheddi Jagan, que o designou Primeiro-Ministro. Em 1999, foi substituído por Bharrat Jagdeo, que, ao assumir a Presidência após a renúncia de Janet Jagan, o nomeou Primeiro-Ministro. O Presidente Ramotar o manteve no cargo.

CAROLYN RODRIGUES-BIRKETT

Ministra dos Negócios Estrangeiros, Comércio Exterior e Cooperação Internacional

Nasceu em 16 de setembro de 1973, no povoado indígena de Santa Rosa, interior da Guiana. Formou-se em Serviço Social na Guiana, e em Administração de Empresas no Canadá.

Foi eleita para a Assembleia Nacional em 2006.

Foi Ministra de Assuntos Ameríndios entre 2001 e 2008. Em 10 de abril de 2008, tomou posse como Ministra dos Negócios Estrangeiros, no governo Bharrat Jagdeo, tornando-se a primeira mulher a exercer o cargo. Em fevereiro de 2009, passou a exercer também as funções do Ministério do Comércio Exterior e Cooperação Internacional.

Foi mantida no cargo pelo Presidente Ramotar.

RELAÇÕES BILATERAIS

Em 14 de setembro de 2009, com a presença dos então Presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Barrat Jagdeo, foi inaugurada a ponte sobre o Rio Tacutu, primeira ligação terrestre entre os dois países. Obra inteiramente financiada e construída pelo Brasil, a ponte fora inicialmente prevista em acordo de 1982.

A inauguração da ponte constituiu marco simbólico do movimento de aproximação e da prioridade conferida à relação entre os dois países. Se, por parte do Brasil, essa prioridade é tendência de longo prazo, no contexto da integração sul-americana, no caso da Guiana a tendência é razoavelmente nova, a partir do interesse em diversificar suas relações externas, tradicionalmente vinculadas ao Reino Unido, aos EUA e aos países anglófonos do Caribe.

Em agosto de 2011, o Ministro das Relações Exteriores realizou visita de trabalho ao país vizinho e manteve encontros com o então Presidente Bharrat Jagdeo e com a Chanceler Carolyn Rodrigues-Birkett (posteriormente confirmada no cargo pelo Presidente Ramotar), ocasião em que reiterou o apoio brasileiro ao desenvolvimento de projetos de infraestrutura na Guiana.

Comércio Bilateral

A participação da Guiana no comércio exterior brasileiro é de apenas 0,01%. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país aumentou 60%, apesar da queda de 5,4% registrada entre 2011 e 2012. O comércio bilateral é composto majoritariamente pelas exportações brasileiras (exportações de US$ 33,6 milhões contra importações de US$ 0,18 milhão, em 2012).

As exportações brasileiras para a Guiana são compostas, em sua maioria, por produtos manufaturados (99,5% do total em 2012), com destaque para máquinas mecânicas (38,5% do total) e automóveis (10,3%). Na pauta de importações, os produtos manufaturados representam 52,3% do total, com destaque para o álcool etílico, seguidos dos produtos básicos, com 34,1%, e dos semimanufaturados, com 13,6%.

O intercâmbio bilateral ainda é reduzido e desequilibrado. As importações de produtos da Guiana pelo Brasil ocorrem de forma intermitente ao longo do ano, concentradas em poucos produtos de baixo valor. Há de se reconhecer a possibilidade de que o intercâmbio na região se dê, sobretudo, de maneira informal – sem, portanto, gerar registros na balança comercial.

Acordo de Complementação Econômica (AAP-38)

O Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica Nº38 (AAP-38) entre Brasil e Guiana foi assinado em 27 de junho de 2001.

Atendendo a pedido guianense, em outubro de 2010 a lista de preferências outorgadas pelo Brasil - que já incluía, originalmente, cerca de 180 itens (basicamente frutas, legumes, madeira, papel, material para construção, para os quais há 100% de preferência tarifária) – foi ampliada em 60 itens. O 5º Protocolo Adicional ao AAP-38, que inclui esses novos itens, foi internalizado na Guiana em fevereiro de 2011. No Brasil, sua internalização esta em análise na Casa Civil.

A lista de preferências outorgadas pela Guiana, com cerca de 250 itens, é mais abrangente, incluindo bens manufaturados. As margens de preferência oscilam de 100% a 15%.

O Acordo prevê a possibilidade de adesão dos demais membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) ou da Comunidade do Caribe (CARICOM). Em 2010, São Cristóvão e Névis solicitou adesão ao Acordo, a qual foi aceita por Brasil e Guiana. A adesão do país foi formalizada com a assinatura do VI Protocolo Adicional ao AAP-38, em 25 de maio de 2012.

Desenvolvimento fronteiriço

Durante o encontro presidencial de 14 de setembro de 2009, foi assinado Memorando de Entendimento para a criação do "Comitê de Fronteira Brasil-Guiana". Com o objetivo de assegurar que a integração resulte em melhoria das condições de vida das populações fronteiriças, o instrumento examina mecanismos de cooperação em: educação; saúde; vigilância sanitária; vigilância agropecuária; saúde animal e sanidade vegetal; meio ambiente; desenvolvimento urbano; assuntos aduaneiros; circulação de pessoas; e transportes de passageiros e cargas. O instrumento se assemelha a alguns existentes entre os demais países vizinhos.

A primeira reunião do Comitê de Fronteira foi realizada em Boa Vista, em novembro de 2009. Na oportunidade, foi assinado Acordo que estabelece "Regime Especial Fronteiriço e de Transporte para as Localidades de Bonfim e Lethem". O

Acordo foi aprovado pelo Congresso brasileiro (o Governo da Guiana foi informado, por Nota Verbal, em 14 de dezembro de 2011). Uma vez em vigor, o Acordo simplificará a importação de mercadorias para subsistência pelos cidadãos residentes nas duas cidades, além de regulamentar o transporte na região (principalmente ônibus urbanos e veículos fretados).

Em seguimento à II Reunião do Comitê de Fronteira (Lethem, 6 e 7 de abril de 2011), foi realizado encontro (Bonfim, 13 e 14 de julho de 2011) entre as autoridades competentes a respeito da aplicação de Acordo de Transporte assinado entre os países. Na ocasião, foram estabelecidas as duas primeiras rotas de transporte de longo curso entre Guiana e Brasil, que deverão ser futuramente concedidas, de modo a atender demanda local por transporte direto entre os dois países.

A III Reunião do Comitê de Fronteira foi realizada nos dias 15 e 16 de maio de 2012, em Boa Vista. Na ocasião, foram tratados os seguintes temas: Educação (intercâmbio de estudantes brasileiros de Letras/Inglês na Guiana), sanidade vegetal e animal, questões migratórias (sincronização das horas de trabalho dos funcionários nos postos de fronteira e reativação do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Guiana), mulheres em situação de violência, temas indígenas, saúde (a delegação brasileira ofereceu treinamento conjunto para cinco guianenses em diagnóstico laboratorial de Leishmaniose e Chagas), recursos hídricos, segurança pública, transportes e consumo de subsistência (tratativas a respeito da entrada em vigor do Acordo para Estabelecimento de Regime Especial Fronteiriço entre as localidades de Bonfim e Lethem).

Temas migratórios e consulares

A comunidade brasileira na Guiana tem crescido, atraída principalmente por atividades ligadas à mineração de ouro. Tal população, estimada em 9.000 pessoas, vai à Guiana, de modo geral, por período limitado, de sete a nove meses por ano, retornando ao Brasil no ano seguinte.

Os locais de maior concentração de brasileiros são: Bartica, cidade à margem do rio Essequibo, com 18 mil habitantes, dos quais cerca de 3 mil seriam brasileiros; e a região de Lethem, na fronteira com o Brasil, onde foi instalado Vice-Consulado em dezembro de 2008.

POLÍTICA INTERNA

Candidato do ex-Presidente Bharrat Jagdeo, que governou o país de 1999 a 2011, o Presidente Donald Ramotar, do PPP, foi eleito com 48,6% dos votos e tomou posse em dezembro de 2011.

Desde a independência, em 1966, os dois principais partidos políticos guianenses refletem a tradição de divisão política seguindo linhas étnicas. A divisão entre o governista indo-guianense, PPP, e o segundo partido político, o afro-guianense *People's National Congress* (PNC), persiste. No entanto, o terceiro

partido da Guiana, a *Alliance for Change* (AFC), criada com a proposta de quebrar a rígida divisão étnica entre os partidos, obteve ganhos sobre o PPP na eleição geral de 2011, dando à oposição o maior número de assentos no Parlamento.

Se, por um lado, as eleições confirmaram o favoritismo do candidato da situação, por outro surpreenderam ao conformar o Parlamento onde, pela primeira vez desde 1992, o partido do Governo não tem maioria – o PPP/C tem 32 assentos, enquanto os partidos de oposição, juntos, obtiveram 33 – 26 da PNC e 7 da AFC.

ECONOMIA

Panoramía Geral

A economia guianense é tradicionalmente baseada na exportação de produtos primários, o que a torna particularmente vulnerável à evolução dos preços internacionais das *commodities*. Além disso, a escassez de mão de obra qualificada, o pequeno mercado interno, a precariedade da infraestrutura e a insuficiente e cara oferta pública de energia elétrica são gargalos que limitam a economia do país.

A geração de energia provém quase totalmente de unidades termelétricas movidas a diesel, as quais consomem combustível importado, impactando negativamente as contas externas do país e o índice de preços. A alta dos preços do petróleo é o principal fator negativo da conjuntura internacional para o país - apesar da adesão ao mecanismo do PETROCARIBE, por meio do qual a Guiana paga parcialmente pelo petróleo recebido da Venezuela, enviando, em troca, parte de sua produção de arroz.

A confiabilidade do sistema de geração e distribuição de energia é baixa; cortes de fornecimento e variações de voltagem são freqüentes, e o percentual de perda na distribuição elétrica é estimado em cerca de 40% da energia gerada. Consequentemente, boa parte das empresas e outras unidades consumidoras têm seus próprios geradores de energia.

Como forma de contornar esse problema, o governo Ramotar confere prioridade a dois projetos hidrelétricos: *Amaila Falls* (capacidade de 165 MW, custo estimado de US$ 800 milhões) e *Mazaruni I e II* (capacidade de 700 e 2.200 MW, custo estimado, com a estrada e o porto, de US$ 8 bilhões).

Dados macroeconômicos

Não obstante assentar-se em frágil estrutura, em 2012 a economia guianense apresentou resultados que podem ser considerados satisfatórios: o PIB cresceu 4,8%, enquanto o índice de inflação manteve-se em 3,5% no ano passado (Guyana National Bureau). O balanço de pagamentos apresentou superávit de US$ 12,4 milhões em 2012, contra déficit de US$ 15 milhões em 2011. O déficit em conta corrente em 2012 foi de US$ 394 milhões, contra US$ 373 milhões em 2011. A

conta capital registrou, em 2012, um superávit de US$ 428,5 milhões, contra US$ 373,2 milhões em 2011. O resultado em 2012 foi favorecido pelo fluxo de investimentos diretos que totalizou US$ 293,7 milhões, direcionado aos setores de mineração, transporte e telecomunicações.

As exportações em 2012 alcançaram US$ 1,5 bilhão, contra US$ 1,1 bilhão em 2011, o que representou aumento de 23,6%. As importações em 2012 atingiram US$ 2 bilhões, um aumento de 11,7 % em relação a 2011. Tal crescimento é atribuído pelo Governo ao aumento de 8% nos custos dos combustíveis no ano passado.

Os produtos de exportação da Guiana, por ordem de importância em valor foram, em 2012, os seguintes: ouro (US$ 716,9 milhões, crescimento de 38,7%); arroz (US$ 196,2 milhões, crescimento de 13,3%); bauxita (US$ 150,8 milhões, crescimento de 13,1%); açúcar (US$ 132,1 milhões, crescimento de 7,1%); e madeira (US$39 milhões, declínio de 1%).

Para 2013, o governo planeja implementar algumas medidas de alcance social, tais como: aumento do piso das pensões dos aposentados de US$ 50,00 para US$ 62,50; aumento do subsídio das contas de eletricidade dos aposentados em até US$ 100,00 por ano; redução da alíquota do imposto de renda de 33% para 30%; possibilidade de abater do imposto de renda os juros pagos na aquisição de casa própria; prosseguimento dos subsídios para as contas de eletricidade em Linden; e redução do imposto sobre propriedades, tanto para empresas quanto para indivíduos.

POLÍTICA EXTERNA

O Presidente Ramotar, assim como seu antecessor, tem privilegiado o espaço sul-americano em sua política externa – sem, no entanto, abdicar de seu empenho no projeto caribenho do CARICOM, ou das relações estreitas com os países do hemisfério Norte (que figuram, inclusive, como importantes doadores do país).

MERCOSUL

O Presidente Ramotar participou da Cúpula do MERCOSUL em Brasília, em dezembro de 2012 e, na ocasião, afirmou que seu país avaliava a possibilidade de estreitar relações com o MERCOSUL. Em janeiro de 2013, a Guiana solicitou apoio do Brasil para formalizar pedido para se tornar Estado Associado do MERCOSUL. Missão do MERCOSUL visitou Georgetown, em 12 de abril, com vistas a dar seguimento às tratativas.

ANEXOS

Cronologia Histórica

1814 – Guiana passa ao domínio inglês

1838 - Libertados os escravos, indianos passam a trabalhar no cultivo da cana de açúcar

1953 - O Partido Progressista do Povo- PPP (pró-asiáticos) elege Cheddi Jagan Primeiro-Ministro

1964 - Forbes Burnham, do Congresso Nacional Popular- PNC (pró- negros), assume o governo

1966 - Proclamada a independência; Burnham nacionaliza os principais setores da economia

1968 - São estabelecidas relações diplomáticas com o Brasil

1973 - Burnham é reeleito
Guiana adere à Comunidade Caribenha (CARICOM)

1980 - Burnham é eleito pela terceira vez

1980 - A Constituição inclui o Território Essequibo (em disputa com a Venezuela, objeto do Acordo de Genebra de 1966) dentro dos limites territoriais

1985 - Morre Burnham, sucedido por Desmond Hoyte, também do PNC

1992 - Cheddi Jagan, (PPP), aliado ao movimento Cívico, é eleito presidente

1992 - Samuel Hinds é eleito Primeiro-Ministro (permanece no cargo até 2008, com exceção de curto período em 1997, no qual assumiu a Presidência, com a renúncia de Janet Jagan)

1997 - Após a morte de Cheddi Jagan, sua esposa, Janet Jagan é eleita Presidente

1998 - Declarado estado de emergência em Georgetown, como resposta à escalada da tensão racial (o PPP, partido governante, é ligado à população de origem hindu; a população afro-guianense alegava discriminação)
1999 - Janet Jagan renuncia por motivos de saúde e Bharrat Jagdeo (PPP), então Ministro das Finanças, assume a Presidência

2001 - Bharrat reelege-se, a aliança PPP torna-se maioria na Assembleia Nacional

2005 - Georgetown é atingida por grave enchente, que causa cerca de 30 mortos, muitos desabrigados e grave recessão econômica. O Brasil presta assistência humanitária

2006 - Guiana assume a Presidência "Pro Tempore" do Grupo do Rio. Assassinado o Ministro da Agricultura da Guiana, Satyadeow Sawn. Adiadas as eleições gerais previstas inicial e constitucionalmente para 4 de agosto. Em função da legislação eleitoral, o Parlamento é dissolvido e o prazo constitucional para a realização do pleito eleitoral é dilatado. É reeleito o Presidente Jagdeo, para mandato de cinco anos. O PPP torna-se maioria na Assembleia Nacional. Jagdeo participa da I Cúpula América do Sul-África, em Abuja

2007 - proferida sentença arbitral do Tribunal Internacional do Direito do Mar a respeito do diferendo marítimo com o Suriname. A sentença confere à Guiana direitos sobre a maior parte da área contestada, que possivelmente conta com potencial petrolífero. Destacamento militar venezuelano realiza incursão na região a oeste do Rio Essequibo (território reivindicado pela Venezuela), para "reprimir atividades ilegais de mineração". Os dois Governos procuraram tratar a questão em tom moderado. Em seguida, Venezuela beneficiou a Guiana com carregamentos de petróleo no marco da PETROCARIBE.

2008 - Chanceler Samuel Insanally renuncia ao cargo por motivos de saúde, e é substituído por Carolyn Rodrigues-Birkett. O Presidente Jagdeo e a nova Chanceler participam da Reunião de Cúpula da UNASUL, em Brasília

2011 - Eleição e posse do Presidente Donald Ramotar

Cronologia das Relações Bilaterais

1904 – O Rei da Itália, Victor Emanuel, divulga, em 6 de junho, laudo arbitral relativo à questão da Guiana Inglesa (ou questão do Pirara), entre o Brasil e a Grã-Bretanha, dividindo o território disputado em duas partes - 3/5 para a Grã-Bretanha e 2/5 para o Brasil

1936 – Assinado Acordo do Ponto de Trijunção entre Brasil, Países Baixos e Inglaterra, regulamentando a fronteira entre Brasil, Suriname e Guiana

1968 – Missão do Governo da Guiana chefiada pelo Primeiro-Ministro Reid visita o Brasil, no primeiro contato de alto nível entre os dois países. Na ocasião, é firmado acordo cultural, e fica caracterizado o estabelecimento de relações diplomáticas

1971 – O Ministro das Relações Exteriores Mário Gibson é o primeiro chanceler brasileiro e latino-americano a visitar a Guiana. Na ocasião, acorda-se o estabelecimento de uma comissão de cooperação econômica, a assinatura de um convênio cultural e inicia-se cooperação tecnológica e em matéria de transporte

1976 – Visita do Chanceler guianense Wills ao Brasil. Na oportunidade, é criada a Comissão Conjunta Brasil-Guiana

1978 – Assinado, em Brasília, em 3 de julho, Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), do qual farão parte Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela

1982 – Assinado, em janeiro, o Acordo para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Tacutu

1982 – O Chanceler Saraiva Guerreiro visita a Guiana, e o Chanceler guianense visita o Brasil. São assinados Tratado de Amizade e Cooperação, Acordo Básico de Cooperação Técnica, Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, e memorando sobre interconexão dos sistemas viários brasileiro e guianense

1982 – Visita do Presidente da Guiana, Forbes Burnham, ao Brasil

1988 – O Chanceler Roberto de Abreu Sodré visita a Guiana. É concluído o Programa de Trabalho de Georgetown, que estabeleceu atividades de cooperação técnica entre os países

1988 – O Presidente José Sarney visita a Guiana

1993 – Visita do Presidente Cheddi Jagan a Brasília

2001 – As obras de construção da Ponte sobre o rio Tacutu, localizada entre o Brasil e a Guiana, são interrompidas

2002 – Visita do Chanceler Rudolph Insannaly a Brasília. É estabelecido Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais Brasil-Guiana

2003 – Visita de trabalho do Presidente Jagdeo ao Brasil, em 30 de julho

2004 – Visita do Chanceler Celso Amorim à Guiana

2005 – O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita a Guiana em 15 de fevereiro

2005 – O Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, chefia missão de alto nível a Georgetown nos dias 11 e 12 de setembro

2006 – O Ministro de Estado, Interino, das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, visita Georgetown em junho, para participar de reunião do Mecanismo de Consulta Política e de encontro do Grupo do Rio

2007 – São retomadas as obras da Ponte sobre o Rio Tacutu

2007 – O Presidente Lula visita Georgetown, nos dias 2 e 3 de março, para participar de Reunião de Cúpula do Grupo do Rio

2007 – Realiza-se, em Georgetown, nos dias 27 e 28 de junho, seminário "Como exportar para o Brasil"

2007 – O Ministro do Interior da Guiana, Clement Rohee, visita Brasília em setembro

2008 – Em abril, o Ministro da Defesa do Brasil, Nelson Jobim, visita Georgetown

2008 – O Presidente Bharrat Jagdeo participa, em maio, da Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo na qual se firmou o Tratado Constitutivo da UNASUL, em Brasília.

2008 – É realizada, em setembro, missão multidisciplinar de cooperação técnica, chefiada pelo Subsecretário-Geral de Cooperação e Promoção Comercial, Embaixador Ruy Nogueira

2008 – O Chanceler Celso Amorim encontra-se com a Ministra dos Negócios Estrangeiros da Guiana, Carolyn Rodrigues-Birkett, no Rio de Janeiro, no dia 7 de outubro. São firmados ajustes complementares de cooperação técnica

2008 – São realizadas, ao longo dos meses de outubro e novembro, reuniões bilaterais de acompanhamento das obras da Ponte sobre o Rio Tacutu e da Comissão Mista do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas

2008 – O Presidente Bharrat Jagdeo participa das cúpulas regionais (Grupo do Rio, UNASUL e CALC) na Costa do Sauípe, Bahia, em dezembro

2009 – Ponte sobre o Rio Tacutu é aberta ao tráfego de pessoas e veículos em julho e inaugurada pelos Presidentes do Brasil e da Guiana em 14 de setembro

2009 – A I Reunião do Comitê de Fronteira (criado em 14 de setembro) é realizada em novembro, em Boa Vista

2010 – Presidente Bharrat Jagdeo visita Brasília. Assinado Memorando de Entendimento na área de segurança fitossanitária de produtos de origem vegetal

2011 – Visita do Chanceler Patriota a Georgetown, onde mantém encontros com o então Presidente Bharrat Jagdeo e com sua homóloga Carolyn Rodrigues-Birkett

2012 – A Chanceler Carolyn Rodrigues-Birkett visita Brasília e encontra-se com seu homólogo. Assinado Memorando de Entendimento entre Brasil e Guiana sobre projetos de infraestrutura

Atos Bilaterais

Título	Data de Celebração	Vigência
Convênio Cultural	28/08/1968	Em vigor
Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Cooperação Econômica	11/11/1971	Em vigor
Ajuste Relativo à Execução de Projetos de Cooperação Técnica, Complementar ao Convênio Cultural de 28 de agosto de 1968	11/11/1971	Em vigor
Acordo Relativo ao estabelecimento de um Entreposto de depósito Franco de Mercadorias Exportadas ou Importadas pelo Brasil	11/11/1971	Em vigor
Declaração Conjunta	11/11/1971	Em vigor
"Aide Memoire" sobre Cooperação Técnica entre os Dois Países	11/11/1971	Em vigor
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares	10/05/1974	Em vigor
Comissão Mista Brasileiro-Guianense	13/07/1976	Em vigor
Comunicado Conjunto	13/07/1976	Em vigor
Entendimento para Intercâmbio de Informações Geológicas	31/01/1979	Em vigor
Acordo de Cooperação Sanitária	08/06/1981	Em vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica	29/01/1982	Em vigor
Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica	29/01/1982	Em vigor
Acordo para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Tacutu	29/01/1982	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Instituto de Ciências Aplicadas e Tecnologia (IASAT), de 29 de janeiro de 1982	29/01/1982	Em vigor
Comunicado Conjunto	29/01/1982	Em vigor
Protocolo de Intenções	22/06/1982	Em vigor
Acordo de Cooperação Amazônica	05/10/1982	Em vigor
Tratado de Amizade e Cooperação	05/10/1982	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 29 de janeiro de 1982, nas Áreas da Pesquisa e da Utilização de Recursos Energéticos	05/10/1982	Em vigor

Acordo, por Troca de Notas, Relativo à Isenção da Taxa de Melhoramento de Portos para Mercadores em Trânsito pelo Porto de Manaus	05/10/1982	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas da Agricultura e da Agroindústria	05/10/1982	Em vigor
Memorandum de Entendimento sobre a Interconexão dos Sistemas Viários Brasileiro e Guianense	05/10/1982	Em vigor
Declaração Conjunta	05/10/1982	Em vigor
Comunicado Conjunto sobre as Conversações, durante a Visita do Senhor Ministro das Relações Exteriores, a Guiana, da Comunidade do Caribe, em 16 de setembro de 1988	16/09/1988	Em vigor
Comunicado Conjunto	16/09/1988	Em vigor
Programa de Trabalho em Georgetown	16/09/1988	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, para a Criação de Grupos de Informação e Acompanhamento (CIACs)	16/09/1988	Em vigor
Declaração Conjunta	04/03/1989	Em vigor
Declaração Conjunta	04/10/1989	Em vigor
Plano de Metas - 1989/1990	04/10/1989	Em vigor
Protocolo de Intenções Relativo à Cooperação Bilateral para Completar a Interconexão dos Sistemas Viários do Brasil e a Guiana	04/10/1989	Em vigor
Protocolo de Intenções na Área de Saúde	04/10/1989	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de um Grupo de Cooperação Consular	17/11/1993	Em vigor
Comunicado Conjunto	18/11/1993	Em vigor
Acordo, por Troca de Cartas, para a Reativação da Comissão Mista Brasil-Guiana	18/11/1993	Em vigor
Comunicado Conjunto	25/08/1997	Em vigor
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	20/05/1999	Em vigor
Acordo, por troca de Notas, de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficial/Serviço Especial e Oficial de ambos os Países	20/05/1999	Em vigor
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Cooperação entre a Polícia	18/04/2002	Em vigor

Federal do Brasil e a Força Policial da Guiana		
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo Político de Consulta	02/10/2002	Em vigor
Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas	07/02/2003	Em vigor
Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos (2003)	30/07/2003	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Gestão de Base de Dados de Produção de Gado Leiteiro e Vigilância de Doenças na Guiana	30/07/2003	Em vigor
Comunicado Conjunto por Ocasião da Visita de Estado à Guiana do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva	15/02/2005	Em vigor
Acordo de Cooperação entre os Institutos Diplomáticos entre o Brasil e a Guiana	15/02/2005	Em vigor
Programa Executivo Brasil-Guiana na Área da Educação	15/02/2005	Em vigor
Ajuste Complementar na Área de Saúde ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Guiana	15/02/2005	Em vigor
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso do Etanol Combustível	12/09/2005	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do "Programa de Treinamento para Produtores em Técnicas de Produção para o Desenvolvimento da Indústria do Caju na Guiana"	12/09/2005	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Transferência de Técnicas para o Estabelecimento da Produção da Soja nas Savanas Intermediárias da Guiana"	12/09/2005	Em vigor
Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para Implementação do Projeto Transferência de Técnicas para Contribuir no Desenvolvimento do Setor de Aqüicultura da Guiana	07/10/2008	Em vigor

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para Implementação do Projeto Transferência de Técnicas para a Produção de Arroz de Sequeiro nas Savanas da Guiana	07/10/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para Implementação do Projeto Fortalecimento da Capacidade de Monitoramento da Comissão Florestal da Guiana	07/10/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para Implementação do Projeto Transferência de Técnicas para a Produção de Milho nas Savanas da Guiana	07/10/2008	Em vigor
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana no Setor Postal	07/10/2008	Em vigor
Programa Executivo Relativo ao Convênio Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para os anos 2009-2012	14/09/2009	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para a implementação do Projeto "Mapeamento Geológico e da Geodiversidade da Fronteira Guiana-Brasil"	14/09/2009	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para a Implementação do Projeto "Manejo Integrado da Mosca da Fruta na Guiana"	14/09/2009	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para a Promoção do Comércio e do investimento	14/09/2009	Em vigor

Memorando de Entendimento entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República da Guiana para a criação do Comitê de Fronteira	14/09/2009	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e o Ministério da Agricultura da República da Guiana na Área de Segurança Fitossanitária de Produtos de Origem Vegetal	26/04/2010	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativa Guiana para Cooperação na Área de Educação Física e Esportes	11/08/2011	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana sobre projetos de infraestrutura na Guiana	05/12/2012	Em vigor

Dados Econômico-Comerciais

GUIANA: DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	República Cooperativa da Guiana
Superfície	214.969 Km^2
Localização	Norte da América do Sul
Capital	Georgetown
Principais cidades	Georgetown, Linden, New Amsterdam
Idioma oficial	Inglês
Moeda	Dólar Guianense (G$)
População (2012)(1)	775 mil habitantes

A Guiana está localizada às margens do Atlântico Norte, entre o Suriname e a Venezuela. A população total de cerca de 775 mil habitantes, em 2012, segundo estimativas do FMI, está distribuída em uma extensão de 215 mil Km^2. O país dispõe de bauxita, ouro, diamante, além de madeira e pescado.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2013.

(1) Dado extraído do FMI/World Economic Outlook Database, October 2012.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS (2012)

PIB Nominal	US$ 2,8 bilhões
Crescimento real do PIB	3,7%
PIB Nominal "per capita"	US$ 3.596
PIB PPP	US$ 6,2 bilhões
PIB PPP "per capita"	US$ 7.950
Inflação	4,6%
Reservas internacionais[1]	Us4879,9 milhões
Câmbio (G$ / US$)[1]	204,37

Com PIB Nominal de aproximadamente US$ 3 bilhões e crescimento de 3,7% em 2012, segundo estimativas do FMI, a Guiana posiciona-se como a 158ª economia do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e compõs cerca de 45% do PIB, seguido da indústria, com 35%, e da agricultura, com 20%.

Elaborado pelo MRE/APR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI/World Economic Outlook Database, October 2012.

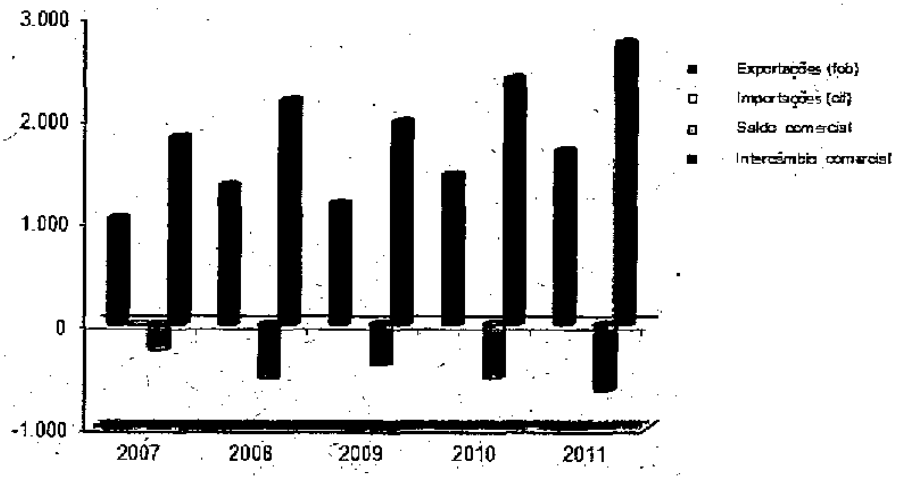
(1) Dado estimado da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2013.

GUIANA: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ milhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011[1]
Exportações (fob)	785	830	788	937	1.049
Importações (cif)	1.029	1.346	1.175	1.448	1.684
Saldo comercial	-244	-516	-387	-512	-635
Intercâmbio comercial	1.813	2.176	1.964	2.385	2.733

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/trademap, April 2013.

(1) Última posição disponível em 11/04/2013.

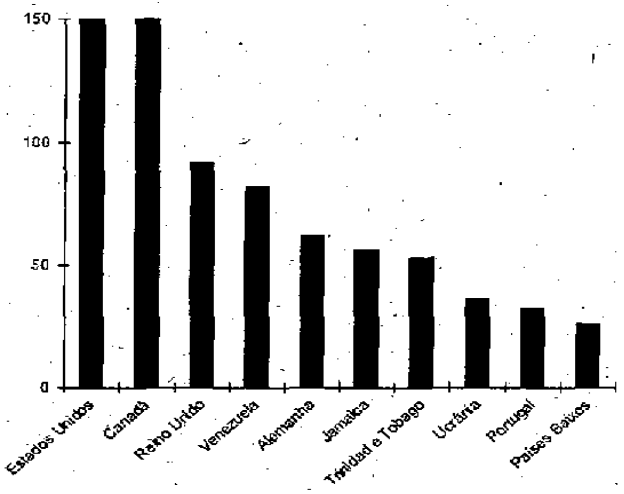


O comércio exterior da Guiana, em 2011, cresceu 50,7% em relação a 2007, de US$ 1,8 bilhões para US$ 2,7 bilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2011, Guiana figurou como o 167º mercado mundial, o 146º exportador e o 168º importador.

GUIANA : DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US$ milhões

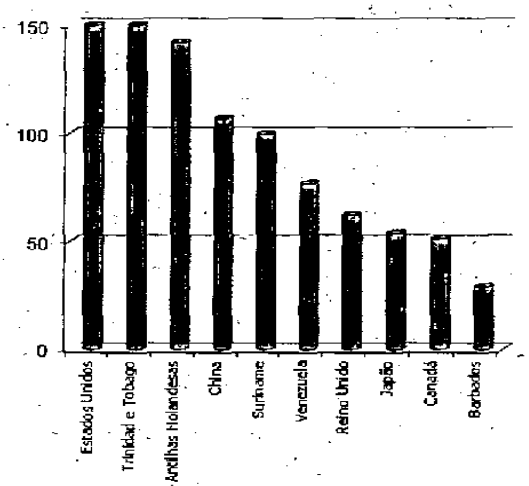
DESCRIÇÃO	2011[1]	% no total
Estados Unidos	238,9	22,8%
Canadá	211,0	20,1%
Reino Unido	91,7	8,7%
Venezuela	81,9	7,8%
Alemanha	61,8	5,9%
Jamaica	56,4	5,4%
Trinidad e Tobago	52,9	5,0%
Ucrânia	36,2	3,5%
Portugal	32,4	3,1%
Países Baixos	25,9	2,5%
...		
Brasil	*0,71*	*0,1%*
Subtotal	**889,9**	**84,9%**
Outros países	**158,8**	**15,1%**
Total	**1.048,7**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, April 2013.
(1) Última posição disponível em 11/04/2013.

Os Estados Unidos foram o principal destino das vendas da Guiana em 2011, com 22,8% do total, seguido de Canadá, com 20,1%, Reino Unid,o com 8,7%; e Venezuela, com 7,8%. O Brasil obteve a 45ª posição entre os principais compradores do país, com 0,1% de participação no total exportado.

DESCRIÇÃO	2011[1]	% no total
Estados Unidos	447,5	26,6%
Trinidad e Tobago	276,3	16,4%
Antilhas Holandesas	141,9	8,4%
China	107,0	6,4%
Suriname	99,7	5,9%
Venezuela	76,8	4,6%
Reino Unido	62,2	3,7%
Japão	53,8	3,2%
Canadá	51,4	3,1%
Barbados	29,0	1,7%
...		
Brasil	*24,63*	*1,5%*
Subtotal	**1.370,2**	**81,4%**
Outros países	**313,8**	**18,6%**
Total	**1.684,0**	**100,0%**



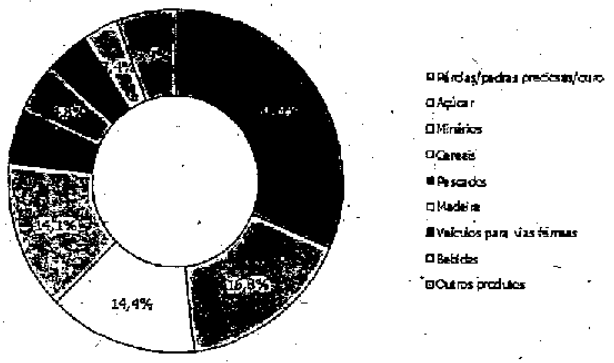
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, April 2013.
(1) Última posição disponível em 11/04/2013.

A principal origem das exportações da Guiana são os Estados Unidos, que supriram 26,6% do total em 2011, seguidos de Trinidad e Tobago (16,4%); e Antilhas Holandesas (8,4%). A China foi o 4º fornecedor, responsável por 6,4% do total. O Brasil obteve o 12º lugar, representando 1,5% do total das compras da Guiana em 2011.

GUIANA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US$ milhões

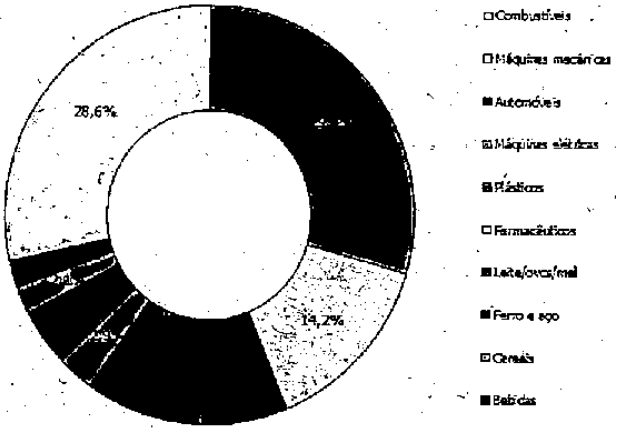
DESCRIÇÃO	2011(1)	% no total
Pérolas/pedras preciosas/ouro	328,3	31,3%
Açúcar	176,0	16,8%
Minérios	151,5	14,4%
Cereais	148,1	14,1%
Pescados	53,6	5,1%
Madeira	50,7	4,8%
Veículos para vias férreas	43,3	4,1%
Bebidas	35,8	3,4%
Subtotal	**987,2**	**94,1%**
Outros produtos	**61,4**	**5,9%**
Total	**1.048,7**	**100,0%**



Elaboração: MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, April 2013.
(1) Última posição disponível em 11/04/2013.

A pauta de exportações da Guiana é concentrada em alguns grupos de produtos: Pedras preciosas/ouro, açúcar, minérios e cereais, que, juntos ,somaram 76,6% do total das vendas do país em 2011. Ouro foi o principal produto exportado, com 30% do total, seguido de açúcar de cana em bruto, com 14,8%, minérios de alumínio, com 14,4%, e arroz com 14,1%.

DESCRIÇÃO	2011(1)	% no total
Combustíveis	495	29,4%
Máquinas mecânicas	240	14,2%
Automóveis	114	6,7%
Máquinas elétricas	105	6,2%
Plásticos	53	3,2%
Farmacêuticos	49	2,9%
Leite/ovos/mel	39	2,3%
Ferro e aço	37	2,2%
Cereais	36	2,1%
Bebidas	35	2,1%
Subtotal	**1.203**	**71,4%**
Outros produtos	**481**	**28,6%**
Total	**1.684**	**100,0%**



Elaboração: MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, April 2013.
(1) Última posição disponível em 11/04/2013.

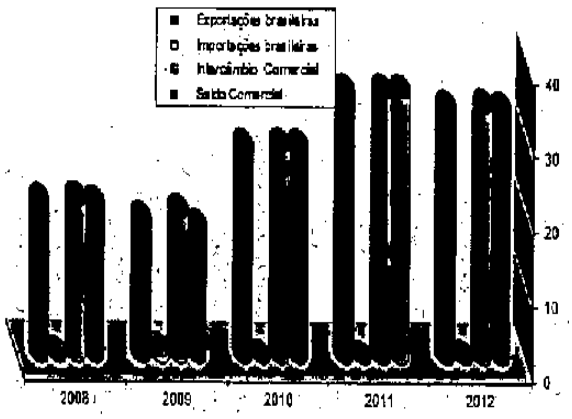
A pauta de importações da Guiana é composta, em grande parte, por bens com alto valor agregado, especialmente combustíveis e máquinas e automóveis, que, juntos, somaram 56,5% das compras do país em 2011. Combustíveis (óleos de petróleo refinado, basicamente) foram os principais produtos importados, representando 29,4% do total. Máquinas mecânicas e elétricas representaram 20,4%.

BRASIL-GUIANA : EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-mar)	2013 (jan-mar)
Exportações brasileiras	**20,8**	**18,5**	**28,3**	**35,7**	**33,6**	**8,5**	**7,1**
Variação em relação ao ano anterior	15,3%	-11,1%	53,1%	26,0%	-5,9%	21,2%	-16,5%
Importações brasileiras	**0,30**	**0,99**	**0,07**	**0,01**	**0,18**	**0,03**	**0,01**
Variação em relação ao ano anterior	-85,0%	235,9%	-93,3%	-92,3%	(+)	114,5%	-44,0%
Intercâmbio Comercial	**21,1**	**19,5**	**28,4**	**35,7**	**33,7**	**8,5**	**7,1**
Variação em relação ao ano anterior	5,4%	-7,6%	45,7%	25,8%	-5,4%	21,4%	-16,6%
Saldo Comercial	**20,5**	**17,5**	**28,2**	**35,7**	**33,4**	**8,5**	**7,1**

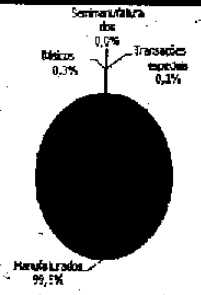
Elaborado pela MRE/DPR/DIC Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

No ranking do comércio exterior brasileiro de 2012, a Guiana figurou como a 133ª parceira comercial, participando com 0,01% do comércio total do país. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país aumentou 60%. As importaçõesreduziram-se em 37%. Em valores, o Intercâmbio comercial entre os dois países cresceu de US$ 21,1 milhões em 2008, para US$ 33,7 milhões, em 2012. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o quinquênio, registrou superávit de US$ 33,4 milhões em 2012.



BRASIL-GUIANA : EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob - 2012

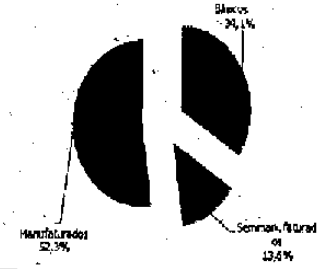
DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS VALOR	PART.%
Básicos	0,1	0,3%
Semimanufaturados	0,0	0,0%
Manufaturados	33,4	99,5%
Transações especiais	0,1	0,2%
Total	**33,6**	**100,0%**



As exportações brasileiras para a Guiana são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, que representaram 99,5% do total em 2012, com destaque para máquinas mecânicas e automóveis.

Elaborado pelo MIC/DEINT/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC

DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS VALOR	PART.%
Básicos	0,063	34,1%
Semimanufaturados	0,025	13,6%
Manufaturados	0,097	52,3%
Transações especiais	—	—
Total	**0,185**	**100,0%**

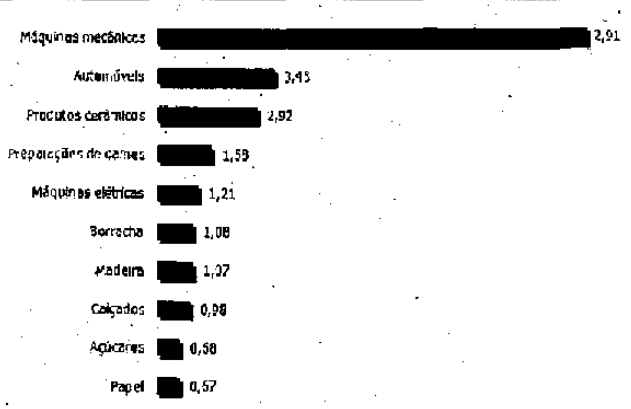


Na pauta de importações, os produtos manufaturados representaram 52,3% do total, com destaque para álcool etílico, seguidos do básicos, com 34,1% do total, e dos semimanufaturados, com 13,6%.

Elaborado pelo MIC/DEINT/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC

BRASIL-GUIANA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Máquinas mecânicas	9,39	17,98	12,91	38,5%
Automóveis	3,36	2,22	3,45	10,3%
Produtos cerâmicos	2,32	2,93	2,92	8,7%
Preparações de carnes	1,47	1,58	1,58	4,7%
Máquinas elétricas	0,67	1,26	1,21	3,6%
Borracha	0,74	0,96	1,08	3,2%
Madeira	0,57	0,64	1,07	3,2%
Calçados	0,66	1,16	0,98	2,9%
Açúcares	1,86	0,05	0,68	2,0%
Papel	0,60	0,53	0,67	2,0%
Subtotal	**21,63**	**29,20**	**26,54**	**79,1%**
Outros produtos	**6,67**	**6,47**	**7,02**	**20,9%**
Total	**28,30**	**35,67**	**33,56**	**100,0%**



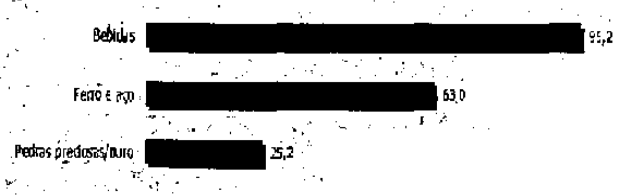
Elaborado pelo MIC/DEINT/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Máquinas mecânicas (outras partes de bombas para líquidos, escavadoras, motores a diesel/semidiesel, dentre outros) foram os principais produtos brasileiros exportados para Guiana em 2012, representadno 38,5% do total das vendas ao país, seguidos de automóveis (tratores, motocicletas e suas partes e acessórios) ,com 10,3%; produtos cerâmicos, basicamente ladrilhos, com 8,7%.

BRASIL-GUIANA : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Bebidas	37,8	0,0	95,2	51,5%
Ferro e aço	0,0	0,0	63,0	34,1%
Pedras preciosas/ouro	0,0	25,2	25,2	13,6%
Plásticos	28,7	23,8	1,5	0,8%
Subtotal	**66,5**	**49,0**	**184,9**	**100,0%**
Outros produtos	**0,0**	**2,2**	**0,0**	**0,0%**
Total	**66,5**	**51,2**	**184,9**	**100,0%**

Importações bras. originárias da Guiana, 2012



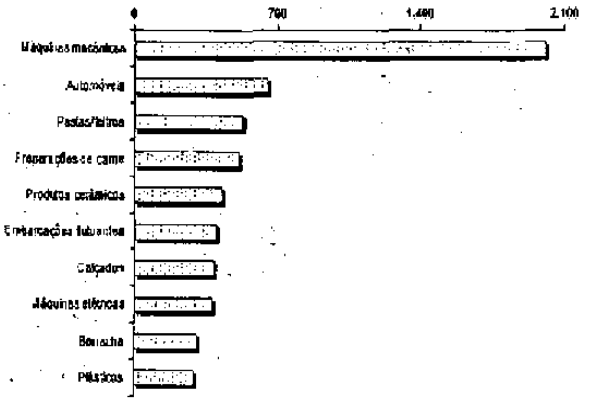
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicewab.

A pauta de importações brasileiras originárias da Guiana, em 2012,, concentrou-se basicamente em três grupos de produtos: bebidas, ferro e aço e pedras preciosas. Individualmente, álcool etílico não desnaturado, foi o principal produto importado, representando 51,5% da pauta de compras brasileiras do país, seguido de desperdícios e resíduos de ferro e aço, com participação de 34,1% e ouro em bruto com 13,6% do total.

BRASIL-GUIANA : COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR
US$ mil, fob

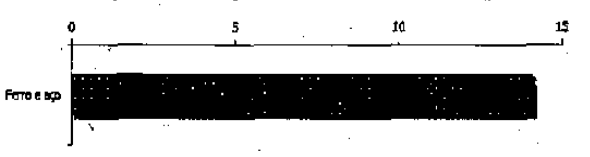
DESCRIÇÃO	2012 (jan-mar)	% do total	2013 (jan-mar)	% do total
Exportações				
Máquinas mecânicas	3.784	44,6%	2.007	28,3%
Automóveis	1.013	11,9%	645	9,1%
Pastas/feltros	91	1,1%	522	7,4%
Preparações de carne	286	3,4%	511	7,2%
Produtos cerâmicos	915	10,8%	428	6,0%
Embarcações flutuantes	63	0,7%	395	5,6%
Calçados	99	1,2%	384	5,4%
Máquinas elétricas	53	0,6%	375	5,3%
Borracha	224	2,6%	303	4,3%
Plásticos	90	1,1%	287	4,1%
Subtotal	**6.620**	**78,0%**	**5.855**	**82,7%**
Outros produtos	**1.867**	**22,0%**	**1.229**	**17,3%**
Total	**8.487**	**100,0%**	**7.084**	**100,0%**

Exportações bras. para a Guiana em 2013(jan-mar)



Importações				
Ferro e aço	0,0	0,0%	14,1	100,0%
Subtotal	**0,0**	**0,0%**	**14,1**	**100,0%**
Outros produtos	**25,2**	**100,0%**	**0,0**	**0,0%**
Total	**25,2**	**100,0%**	**14,1**	**100,0%**

Importações bras. originárias da Guiana em 2013(jan-mar)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicewab.

Aviso nº 376 - C. Civil.

Em 16 de maio de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LINEU PUPO DE PAULA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº S/21, de 2013** (s/nº, na origem), da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, que encaminha cópia, em meio magnético, do Relatório Anual de 2012, da referida agência.

É o seguinte o Ofício:

OFÍCIO "S"
Nº 21, DE 2013

Encaminho a Vossa Excelência exemplar do **Relatório Anual 2012**, com balanço das atividades desenvolvidas pela Agência Nacional de Telecomunicações ao longo do último exercício.

Respeitosamente,

João Batista de Rezende
Presidente do Conselho Diretor da Anatel

ANATEL
Agência Nacional de Telecomunicações

Anatel
Assessoria Parlamentar e de Comunicação Social
SAUS Qd 6 Bloco H, 3º andar – Ala Sul
70070-940 – Brasília/DF

RELATÓRIO 2012

SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE
PERFIL INSTITUCIONAL
Estrutura organizacional
DESEMPENHO DA ANATEL
Acesso aos serviços
Oferta de serviços
Competição
Qualidade
Gestão do espectro
Certificação de produtos
Fiscalização
Atuação internacional
Direitos do consumidor
Interação com a sociedade
Reorganização da Anatel
Transparência
PANORAMA DOS SERVIÇOS
Telefonia fixa
Universalização
Telefonia móvel
Comunicação multimídia
TV por assinatura
Satélites
ADMINISTRAÇÃO
Orçamento
Aquisições e contratos
Tecnologia da informação
Recursos humanos
SÉRIE HISTÓRICA
ANEXO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2012 foi de realizações para a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com a organização de licitações de enorme importância para a ampliação da infraestrutura de telecomunicações, a edição de novos regulamentos e a adoção de medidas para incentivar a melhoria da qualidade dos serviços para o usuário, promover a competição e estimular a redução de preços e tarifas.

Entre os diversos acontecimentos relevantes do exercício, destaco a assinatura dos termos de autorização para uso de radiofrequências nas subfaixas de 2.500 MHz a 2.690 MHz (destinadas à implantação da quarta geração da telefonia móvel no País) e nas subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz (a serem utilizadas na ampliação da cobertura nas áreas rurais).

A operação na faixa de 2,5 GHz permitirá a elevação da qualidade e da velocidade na transmissão de dados. Com a faixa de 450 MHz, as áreas rurais serão contempladas com serviços de voz e dados (internet banda larga). As duas faixas foram licitadas em 2012.

A implantação da quarta geração coloca o Brasil na vanguarda das telecomunicações no mundo e representa uma excelente oportunidade para a geração de emprego, renda e novos negócios. Também contribui sobremaneira para o aperfeiçoamento da infraestrutura necessária aos grandes eventos internacionais a serem realizados no País.

Segundo o cronograma do edital, todos os municípios com mais de 100 mil habitantes terão cobertura 4G até 31 de dezembro de 2016. As sedes da Copa das Confederações estarão cobertas por 4G até 30 de abril de 2013, enquanto as sedes e subsedes da Copa do Mundo terão o serviço até 31 de dezembro de 2013. Até 31 de dezembro de 2015, as áreas rurais distantes até 30 km das sedes de todos os municípios brasileiros terão cobertura na faixa de 450 MHz, com serviços de voz e dados.

Também com o objetivo de ampliar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das telecomunicações no País, a Agência regulamentou a abertura do mercado de TV por Assinatura – resultado da criação do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC).

Com essa regulamentação, os interessados em prestar serviço de TV por Assinatura poderão dar início às suas operações sem maiores burocracias e a um preço de outorga mais baixo. A Anatel estabeleceu o preço público de autorização em R$ 9 mil – mesmo valor do preço para a adaptação, consolidação ou transferência das autorizações desses serviços.

A ideia foi retirar entraves à livre iniciativa e facilitar o ingresso de empresas interessadas em prestar serviços por meio das mais diversas tecnologias, favorecendo a sinergia de infraestruturas para disseminar outros serviços, como voz e dados. Desta forma, espera-se a natural expansão de infraestrutura de TV por Assinatura e, também, de transmissão de dados, que utiliza a mesma "estrada" dos sinais de áudio e vídeo. Com isso, teremos em breve mais operações de internet em banda larga e de SeAC no País.

A preocupação da Agência em incentivar a concorrência – essencial para estimular ganhos de qualidade e quedas de preço ao consumidor – levou a Anatel a editar o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC). O regulamento dispõe sobre o incentivo e a promoção da concorrência livre, ampla e justa no setor de telecomunicações, além de aperfeiçoar a regulamentação relativa ao estabelecimento de assimetrias regulatórias com base em poder de mercado significativo.

O PGMC traça as linhas gerais de análise para verificação da competição nos diversos mercados relevantes, com o objetivo de tornar as medidas regulatórias mais precisas e menos intervencionistas. Nesse sentido, prevê que não haja necessidade da imposição de medidas assimétricas nos mercados em que se considera existir nível adequado de competição.

Menciono ainda como medidas importantes o estabelecimento de novos valores de referência de Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD) e a redução das tarifas fixo móvel.

Na mesma linha de incentivo à competição, a Anatel aprovou novos valores de referência de EILD aplicáveis aos prestadores de serviços que fazem parte do grupo detentor de Poder de Mercado Significativo (PMS). Os novos valores são, em média, 30% menores que os anteriores, o que certamente beneficia, na ponta, o consumidor.

Entre as realizações de 2012, certamente está o desenvolvimento do projeto de modelagem de custos, essencial para a compreensão dos custos de diversos serviços de atacado regulados no Brasil, incluindo aqueles relacionados com a interconexão fixa, a interconexão móvel e as linhas dedicadas.

Esses modelos serão utilizados pela Anatel para subsidiar futuras decisões regulatórias e fornecerão informações importantes para decisões relacionadas ao acompanhamento do

equilíbrio econômico-financeiro, investimentos em infraestrutura, desagregação de redes, competição, composição de conflitos, tarifas e preços, universalização e continuidade da prestação do serviço objeto de concessão, entre outros.

Trata-se de um trabalho robusto e complexo. Para tanto, a União Internacional de Telecomunicações realizou licitação internacional para contratar consórcio especializado no desenvolvimento de modelos *bottom-up* de custos incrementais de longo prazo. Tais estudos serão de grande importância para a Anatel, pois permitirão compreender os custos de diversos serviços de atacado.

Se, por um lado, houve um enorme esforço do órgão regulador para ampliar a cobertura e a oferta dos diversos serviços, por outro foi necessário atuar com energia para assegurar que esses mesmos serviços fossem prestados com a qualidade exigida pelos consumidores.

Pela primeira vez em sua história, a Agência suspendeu, temporariamente, a comercialização e a ativação de acessos móveis em nível nacional. Medida excepcional, tal intervenção foi necessária por conta da degradação do serviço prestado por diversas operadoras. A Anatel exigiu planos de investimento e, tão somente após a aprovação destes planos, permitiu a retomada das vendas.

Não foi uma decisão fácil, pois toda e qualquer intervenção do Estado no mercado apresenta uma série de repercussões. Especialmente quando se trata de um mercado gigantesco, com quase 260 milhões de *chips* ativados.

Foi também pensando nestes milhões de usuários de telefones móveis que Anatel decidiu que chamadas sucessivas feitas de celular para um mesmo número fossem consideradas uma única ligação para efeitos de tarifação. Para serem consideradas sucessivas, as chamadas devem ser refeitas no intervalo máximo de 120 segundos entre os mesmos números de origem e de destino.

Se uma ligação for interrompida por qualquer razão e o usuário repeti-la em até 120 segundos, essa segunda chamada será considerada parte da primeira, como se a anterior não tivesse sido interrompida. A alteração tem como objetivo evitar que o usuário sofra prejuízos com quedas de ligações, especialmente quando o seu plano prevê a cobrança por chamadas e não por tempo. A alteração abrange apenas ligações feitas de telefones móveis, mas os números de destino poderão ser fixos ou móveis.

A preocupação com a qualidade também foi demonstrada com a exigência de planos de melhorias das prestadoras de TV por Assinatura para reduzir a quantidade de reclamações dos usuários em pelo menos 35% até dezembro de 2013. As prestadoras foram convocadas e instadas

a apresentar planos de ação para a melhoria dos serviços. De um modo geral, as empresas se comprometeram a atuar em três frentes: infraestrutura, comunicação e atendimento. Os planos serão acompanhados pela Agência e estão disponíveis no portal da Anatel na internet.

A atuação da Anatel também foi importante para os serviços prestados pelas empresas de telefonia fixa. Por meio de despachos cautelares, concessionárias foram incentivadas a tomar providências para melhorar o atendimento aos seus clientes, além de serem proibidas de cobrar por determinadas chamadas originadas de orelhões até apresentarem índices satisfatórios de disponibilidade da sua planta de telefones públicos.

Em relação aos orelhões, foi lançado o sistema "Fique Ligado", com o objetivo de prestar informações sobre os orelhões em todo o Brasil, por meio de mapas digitais disponibilizados no portal da Anatel na internet. O sistema tem como finalidade apoiar o Plano de Revitalização de TUPs (Telefones de Uso Público), idealizado para recuperar a planta da telefonia pública nacional.

Para 2013, os desafios são muitos. Além da continuidade do trabalho de regulação e da realização de licitações necessárias para a utilização eficiente do espectro, há o horizonte dos grandes eventos internacionais, a começar pela Copa das Confederações.

Em 2012, houve um enorme esforço para modernizar as ferramentas da Anatel para a fiscalização, com importantes contratações de equipamentos e soluções de informática com vistas aos grandes eventos; em breve os recursos materiais necessários para o aperfeiçoamento deste trabalho estarão à disposição da Agência.

No plano administrativo, está prevista para 2013 a reorganização da Agência, com o propósito de modernizar a sua estrutura, adequando-a ao cenário dinâmico e convergente do setor de telecomunicações, de forma a implementar uma regulação ainda mais eficiente e aperfeiçoar a fiscalização sobre os diversos serviços.

Finalizando, agradeço a dedicação e o empenho de todo o corpo funcional da Anatel, que certamente terá capacidade, competência e criatividade para superar os desafios de 2013.

João Rezende
Presidente da Anatel

PERFIL INSTITUCIONAL

Regular, outorgar e fiscalizar o setor de telecomunicações. Essas são as três principais atribuições da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), primeira agência reguladora instalada no Brasil, em 5 de novembro de 1997.

Criada por meio da Lei 9.472/1997 – conhecida como Lei Geral de Telecomunicações (LGT) –, a Anatel é uma entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações. É administrativamente independente e financeiramente autônoma.

À Agência, conforme estabelece a Lei 9.472/1997, cabe adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras, atuando com independência, imparcialidade, legalidade, impessoalidade e publicidade.

A sua missão é promover o desenvolvimento das telecomunicações do País de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infraestrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional.

Além de outorgar, fiscalizar e regulamentar o setor de telecomunicações, destacam-se entre as atribuições da Anatel:

- implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de telecomunicações;
- representar o Brasil nos organismos internacionais de telecomunicações, sob a coordenação do Poder Executivo;
- administrar o espectro de radiofrequências e o uso de órbitas, expedindo as respectivas normas;
- expedir ou reconhecer a certificação de produtos, observados os padrões e as normas por ela estabelecidos;
- compor administrativamente conflitos de interesses entre prestadoras de serviço de telecomunicações;
- reprimir infrações dos direitos dos usuários; e
- exercer, relativamente às telecomunicações, as competências legais em matéria de controle, prevenção e repressão das infrações da ordem econômica, ressalvadas as pertencentes ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

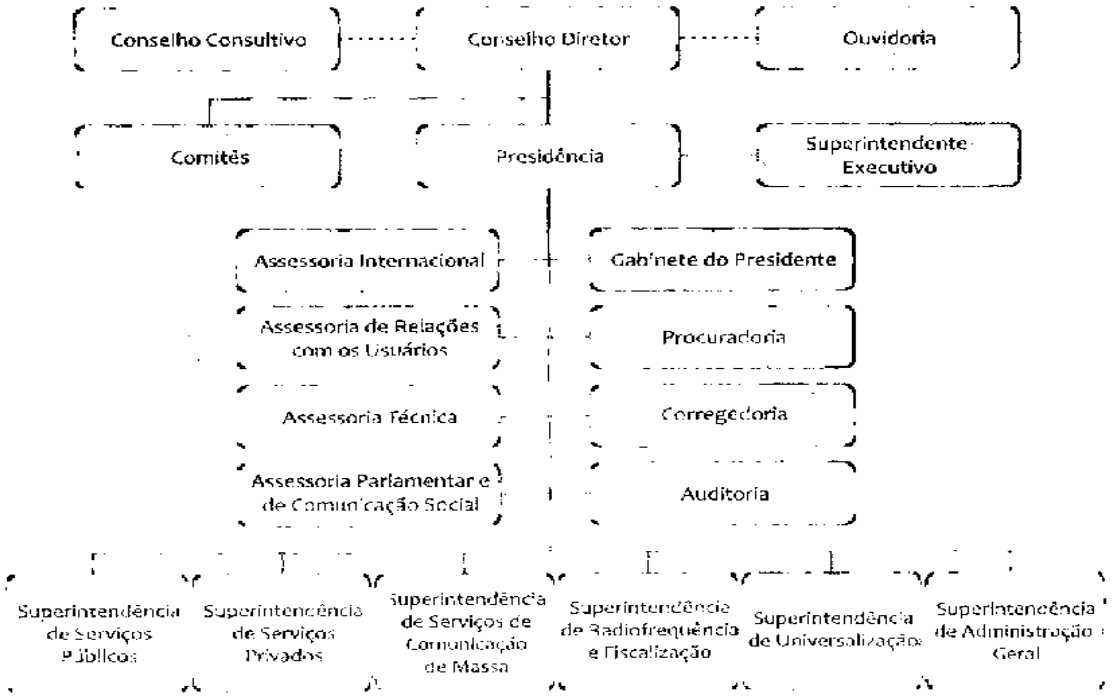
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Anatel tem como órgão máximo o Conselho Diretor, integrado por cinco membros, brasileiros de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de sua especialidade, escolhidos pelo Presidente da República e nomeados após aprovação pelo Senado Federal. Os conselheiros têm mandato fixo, de cinco anos, e estabilidade; votam com independência, fundamentando seu voto. As decisões são tomadas, sempre, por maioria absoluta, por meio de reuniões, sessões ou circuitos deliberativos (procedimento de coleta de votos sem a necessidade de reunião presencial).

As sessões do Conselho Diretor são públicas e dão oportunidade de debate oral aos interessados nas decisões da Agência; as reuniões são semanais e transmitidas ao vivo, via Internet. Nos dois casos, as pautas são divulgadas, com antecedência, no portal da Agência e as atas desses encontros – contendo os votos dos conselheiros – são disponibilizadas na Biblioteca da Anatel.

Os sorteios das matérias que serão deliberadas pelos conselheiros ocorrem duas vezes por semana e os resultados são divulgados no portal da Agência.

O presidente do Conselho Diretor acumula a função de presidente executivo e cabe a ele a representação da Agência, além do comando hierárquico sobre o pessoal e o serviço, exercendo todas as competências administrativas correspondentes. Além de oito órgãos de assessoramento, as atividades da Anatel são exercidas por seis superintendências – coordenadas pelo superintendente-executivo –, conforme o organograma a seguir:



O Conselho Consultivo é o órgão de participação institucionalizada da sociedade na Agência. Os 12 integrantes do colegiado não são remunerados e têm mandato de três anos, vedada a recondução. O Conselho se reúne mensalmente e as reuniões são abertas, com pautas antecipadamente divulgadas na internet para conhecimento do público em geral. As atas das reuniões do Conselho Consultivo são disponibilizadas na biblioteca e publicadas na internet. Integram o colegiado:

- dois representantes do Senado Federal,
- dois representantes da Câmara dos Deputados,
- dois representantes do Poder Executivo,
- dois representantes das entidades de classe das prestadoras de serviços de telecomunicações,
- dois representantes das entidades representativas dos usuários e
- dois representantes das entidades representativas da sociedade.

Nomeado pelo presidente da República para mandato de dois anos, admitida uma recondução, o ouvidor tem acesso a todos os assuntos da Anatel e acompanha as reuniões do Conselho Diretor da Agência. Cabe a ele produzir, semestralmente ou quando julgar oportuno, apreciações críticas sobre a atuação da Anatel, encaminhando-as ao Conselho Diretor, ao Conselho Consultivo, ao Ministério das Comunicações, a outros órgãos do Poder Executivo e ao Congresso Nacional. O ouvidor atua com independência e não tem vinculação hierárquica com o Conselho Diretor.

A Agência conta, ainda, com cinco comitês: de Infraestrutura Nacional de Informações, de Defesa da Ordem Econômica, de Uso do Espectro e da Órbita, de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e de Defesa dos Usuários dos Serviços de Telecomunicações.

A Anatel tem sede em Brasília e representações – escritórios regionais ou unidades operacionais – em todas as capitais brasileiras. Por meio dessas representações, a Agência realiza as atividades de fiscalização e mantém contato mais próximo com a sociedade e com as instituições locais.

DESEMPENHO DA ANATEL

Elaborado em atendimento ao inciso XXVIII do artigo 19 da Lei Geral de Telecomunicações (LGT – Lei 9.472/1997), o Relatório Anual da Anatel destaca o cumprimento das políticas públicas do setor. São apresentados a seguir os principais resultados alcançados no exercício 2012, bem como os esforços empreendidos pela Agência para o atendimento às políticas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

ACESSO AOS SERVIÇOS

AICE

Em abril de 2012, a Anatel aprovou, pela Resolução 586/2012, o Regulamento do Acesso Individual Classe Especial (Aice), conhecido como telefone popular. O Aice foi previsto em decreto presidencial com a finalidade de universalizar progressivamente o acesso individualizado à telefonia por meio de condições específicas para oferta, utilização, aplicação de tarifas, forma de pagamento, tratamento das chamadas, qualidade e função social.

Por meio do telefone popular, famílias incluídas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal passaram a ter acesso à telefonia fixa em condições especiais, com assinatura mensal de R$ 9,50, sem impostos – valor que alcança entre R$ 12,62 e R$ 14,80, dependendo da alíquota de tributos de cada estado.

O valor é inferior ao do Aice anterior (R$ 24,14, com tributos) e da assinatura básica residencial convencional (R$ 40,24, com tributos).

Os assinantes do Aice têm direito a franquia mensal de 90 minutos para realizar chamadas para outros telefones fixos. Para ligações locais acima dessa franquia, chamadas para celulares e chamadas de longa distância nacional e internacional, é necessário inserir créditos. O Aice utiliza os mesmos critérios de tarifação dos planos básicos de telefonia fixa, com as mesmas regras de modulação horária.

O Aice é oferecido pelas concessionárias de telefonia fixa local (Oi, Telefônica, Sercomtel e CTBC). As empresas autorizadas de telefonia fixa não têm a obrigação de oferecer o telefone popular.

A fim de ampliar o conhecimento, pela sociedade, das regras do novo Aice, a Anatel publicou, em junho, o Ato 2.979/2012, por meio do qual estabeleceu as diretrizes para a divulgação da oferta do telefone popular pelas concessionárias. A Agência definiu especificações mínimas para que essa comunicação fosse feita nas páginas das concessionárias na Internet, nos setores de atendimento presencial, por mala direta e pelas centrais de atendimento.

No final do exercício, 53,6 mil famílias possuíam o telefone popular.

O cronograma de atendimento do Aice tem três fases:

- desde junho de 2012 – disponível para famílias com renda de até um salário mínimo;
- a partir de junho de 2013 – disponível para famílias com renda de até dois salários mínimos; e
- a partir de junho de 2014 – disponível para todas as famílias incluídas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal.

No final de 2012, havia cerca de 11,5 milhões de famílias registradas no Cadastro Único do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome com renda de até um salário mínimo e 80% delas, ou seja, 9,2 milhões

de famílias, residiam em áreas urbanas atendidas pelo serviço de telefonia fixa. Em 2012, havia 22 milhões de famílias inscritas no Cadastro Único.

PNBL

Ao longo do exercício, a Anatel deu sequência ao acompanhamento da implementação dos compromissos assumidos, em 2011, em função dos termos firmados entre a Agência, o Ministério das Comunicações e os grupos Oi, Telefônica, Sercomtel e CTBC em atendimento ao Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) – instituído por meio do Decreto 7.175/2010.

De acordo com os termos, essas empresas assumiram a obrigação de disponibilizar, entre setembro de 2011 e dezembro de 2016, acesso banda larga a todos os municípios brasileiros por meio da combinação de Oferta de Atacado, Oferta de Varejo e Atendimento via Satélite.

Até o final de 2012, conforme detalhado na tabela abaixo, 2,8 mil municípios contavam com ofertas de varejo e 4,1 mil, com oferta de atacado. Também foi disponibilizada capacidade por satélite a 46 municípios, conforme previsto, embora não tenha havido demanda por sua utilização.

O acompanhamento das obrigações previstas no PNBL é feito por meio da análise das informações encaminhadas à Anatel, periodicamente, pelas autorizadas e, quando necessário, ações de fiscalização presenciais.

QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS COM OFERTA DE BANDA LARGA

Região	Municípios	Oferta de varejo	Oferta de atacado
Norte	449	138	242
Nordeste	1.794	805	1.302
Centro-Oeste	465	286	409
Sudeste	1.668	960	1.314
Sul	1.188	661	863
Total	5.564	2.850	4.130

Fonte: Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Relatório de Atendimento elaborado pelas autorizadas

ENTENDA MELHOR

A Oferta de Varejo consiste na disponibilização de plano de serviço de acesso à internet em banda larga destinado a pessoas físicas, ao preço mensal máximo de R$ 35 com tributos, para velocidade de 1Mbps para *download* e 128 Kbps para *upload*.

A Oferta de Atacado consiste na disponibilização de serviço de telecomunicações de transmissão para suporte à oferta de acesso à internet em banda larga, em conformidade com os preços fixados nos termos de compromisso.

O Atendimento por Satélite consiste na disponibilização, de forma gratuita, sob demanda, de um *link* de acesso em banda larga, com 2Mbps, para um posto público de acesso coletivo à internet.

BANDA LARGA NAS ESCOLAS

Até o final de 2012, 64,5 mil escolas haviam sido conectadas à internet por meio do Projeto Banda Larga nas Escolas Públicas Urbanas. A tabela a seguir apresenta o quantitativo de escolas conectadas por Unidade da Federação no exercício e o número consolidado desde o início do projeto, em 2008.

O acompanhamento do projeto é realizado pela Anatel, que consolida mensalmente as informações enviadas pelas prestadoras sobre as escolas ativadas ou que tiveram aumento de velocidade. Caso necessário, a Agência realiza missões de fiscalização com o objetivo de aferir a conformidade das informações prestadas e avaliar a qualidade da conexão.

O projeto, que conta com a participação das autorizadas do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) – Telefônica, Oi, CTBC e Sercomtel – foi lançado em 2008, quando as empresas firmaram com a Agência termo aditivo aos termos de autorização para prestação do Serviço de Comunicação Multimídia, fixando prazos e estipulando padrões de qualidade para a conexão das escolas públicas à internet.

De acordo com o termo aditivo, todas as escolas públicas urbanas relacionadas no Censo Inep/2007 deveriam ser conectadas à internet até o final de 2010. O serviço será mantido, de forma gratuita, até 2025. As instituições de ensino criadas entre 2011 e 2025 também serão atendidas pelo projeto, que inclui todas as escolas públicas urbanas de ensinos fundamental e médio, além das escolas públicas urbanas de formação de professores – vinculadas à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

De acordo com estimativas do Ministério da Educação, mais de 50 milhões de alunos – 86% dos estudantes

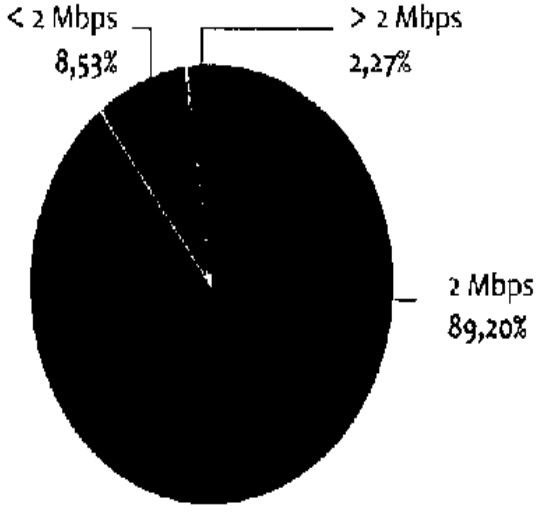
INSTITUIÇÕES ATENDIDAS PELO PROJETO BANDA LARGA NAS ESCOLAS			
Unidade da Federação	Escolas conectadas		Escolas abrangidas
	Em 2012	Desde 2008	
Acre	3	301	341
Alagoas	3	915	992
Amapá	24	231	280
Amazonas	178	739	1.205
Bahia	58	5.309	5.699
Ceará	25	2.296	2.780
Distrito Federal	22	553	584
Espírito Santo	11	1.187	1.273
Goiás	43	2.320	2.478
Maranhão	28	2.791	2.973
Mato Grosso	35	1.065	1.126
Mato Grosso do Sul	12	754	782
Minas Gerais	62	6.837	7.330
Pará	296	1.843	2.459
Paraíba	6	1.730	1.801
Paraná	154	4.352	4.643
Pernambuco	35	2.395	2.687
Piauí	28	1.718	1.845
Rio de Janeiro	16	4.541	4.811
Rio Grande do Norte	9	1.417	1.489
Rio Grande do Sul	44	3.742	4.092
Rondônia	10	507	542
Roraima	28	180	195
Santa Catarina	57	2.516	2.687
São Paulo	4.006	12.710	13.632
Sergipe	10	735	782
Tocantins	5	800	840
Total	5.208	64.484	70.348

brasileiros – serão beneficiados pelo projeto, viabilizado a partir da combinação de esforços da Presidência da República, da Casa Civil e dos ministérios da Educação e das Comunicações. A gestão do Projeto é feita em conjunto pelo MEC e pela Anatel, em parceria com as secretarias de Educação estaduais e municipais.

Além de instalar conexão à internet em alta velocidade nas escolas, as empresas devem oferecer ampliação periódica da velocidade, a fim de manter a qualidade e a atualização do serviço durante a vigência do aditivo firmado com o Governo Federal. Desde fevereiro de 2012, as prestadoras têm ampliado a velocidade de conexão – o valor mínimo é de 2 Mbps de *download* – de forma a assegurar a oferta de velocidade equivalente à melhor oferta comercial disseminada ao público em geral na área de atendimento da escola. No caso das escolas atendidas por capacidade espacial, essa revisão é dispensada. O gráfico abaixo apresenta a distribuição das escolas conectadas por faixa de velocidade, no final de 2012.

Embora algumas escolas já contem com velocidade de acesso superior a 2 Mbps, não foi cumprido integralmente o estabelecido nos termos aditivos que estabeleciam o aumento da velocidade de conexão, o que levou a Anatel a instaurar procedimentos de apuração de descumprimento de obrigações (Pados) contra as prestadoras com sanção de advertência e determinação de que a velocidade fosse ampliada, conforme os requisitos do Projeto.

DISTRIBUIÇÃO DAS ESCOLAS POR FAIXA DE VELOCIDADE



NONO DÍGITO

Com o objetivo de ampliar os recursos de numeração do Serviço Móvel Pessoal (SMP) na área de registro 11 – que compreende 64 municípios do Estado de São Paulo, entre eles a capital e os municípios da Região Metropolitana – a Anatel implementou, em julho de 2012, o nono dígito nos telefones móveis dessa área.

A adoção do nono dígito fez com que a capacidade de numeração da área 11 aumentasse de 44 milhões para 90 milhões de números. Antes da mudança, havia 34,2 milhões de acessos móveis ativos, ou seja, 77,7% dos números possíveis estavam em uso.

Com a medida, foi acrescentado o dígito nove à esquerda dos números de telefones celulares, que passaram a ter o formato 9xxxx-xxxx. Os planos de numeração dos serviços Telefônico Fixo Comutado (STFC) e Móvel Especializado (SME) não sofreram alterações, permanecendo com códigos de acesso de oito dígitos.

Além das adequações técnicas por parte das prestadoras de serviço de telecomunicações, essa medida demandou da sociedade a realização de ajustes em equipamentos e sistemas privados como, por exemplo, equipamentos de PABX e agendas de contatos.

A Anatel elaborou material informativo a respeito da implementação do nono dígito e estabeleceu prazos para que os usuários se acostumassem à mudança:

- de 29 de julho a 7 de agosto de 2012, as chamadas com oito e nove dígitos foram completadas normalmente;
- de 8 de agosto a 16 de setembro de 2012, as chamadas com oito dígitos foram interceptadas,

ENTENDA MELHOR

A decisão de adotar o nono dígito na telefonia móvel da área 11 foi tomada pela Anatel por meio da Resolução 553/2010, de modo a resolver o problema de escassez de recursos de numeração na região.

Ao analisar as alternativas existentes – a adoção de um novo código nacional (CN10) sobreposto ao CN11 e a inclusão de um nono dígito –, o Conselho Diretor da Agência considerou os pontos favoráveis e as dificuldades de implementação das duas alternativas e optou pela segunda. Foi estabelecido prazo de 24 meses para que as prestadoras implementassem o nono dígito à esquerda nos números de todos os telefones celulares da área 11.

A escolha da Anatel pela solução do nono dígito levou em consideração, principalmente, a facilidade de assimilação da mudança pela população e a manutenção da padronização da forma de discagem utilizada pelos usuários para chamadas locais e de longa distância, preocupação apresentada pelos representantes dos usuários durante a consulta e as audiências públicas sobre o tema realizadas pela Anatel.

Com o nono dígito, foi preservado um único e idêntico procedimento de discagem de chamadas em todo o território nacional, incluindo as chamadas a cobrar e em *roaming*. Além disso, a solução manteve a associação lógica feita por usuários entre o Código Nacional (DDD) e uma região geográfica certa e definida, contribuindo para a correta percepção do preço a ser pago nas chamadas telefônicas (se Local ou de Longa Distância).

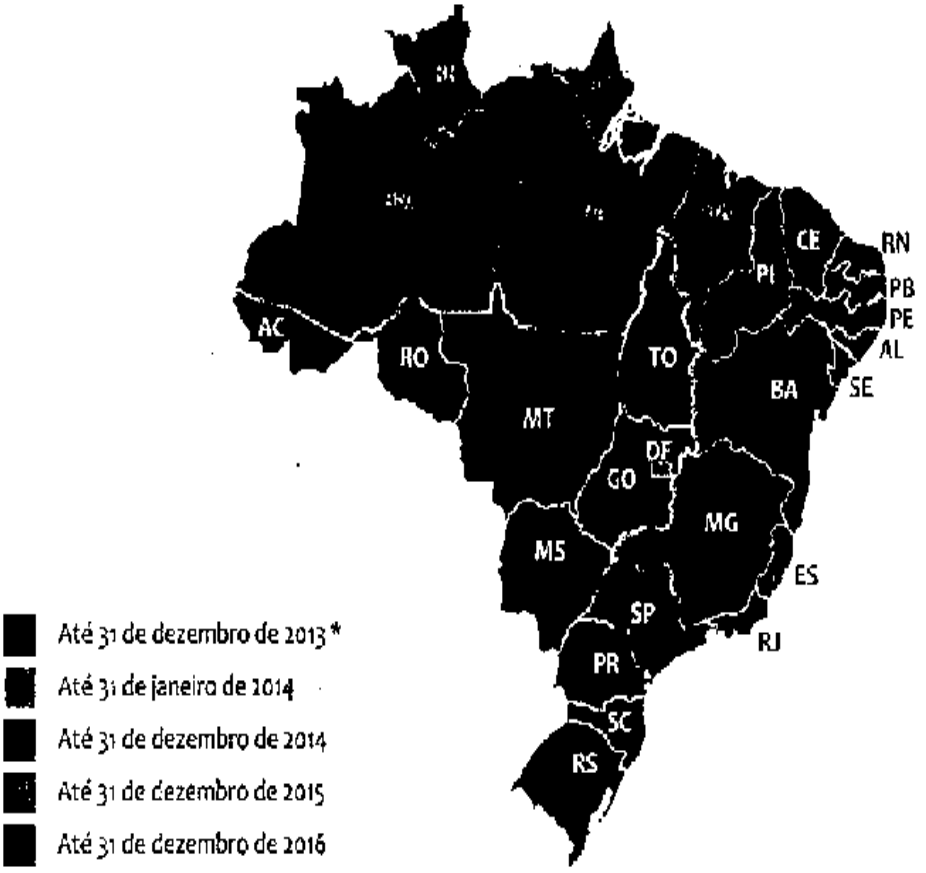
com aviso sobre a mudança. Ficou a critério de cada operadora completar, ou não, a chamada;

• de 17 de setembro de 2012 a 15 de janeiro de 2013, todas as chamadas para celulares marcadas com oito dígitos foram interceptadas, com aviso sobre a mudança, mas não completadas. Findo este prazo, não houve mais orientação sobre a nova forma de discagem.

A implementação do nono digito na telefonia móvel de São Paulo ocorreu em conformidade com o planejamento da Anatel, sem registro de ocorrências que comprometessem as chamadas entre os usuários.

O prazo para implementação do nono dígito nas demais áreas de registro – conforme determinado pela Resolução 553/2010 – foi definido pela Agência em novembro de 2012, por meio do Ato 6.305/2012. Até 31 de dezembro de 2016, o nono dígito estará implementado em todo o País; o mapa abaixo apresenta o cronograma para todos os códigos nacionais.

CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DO NONO DÍGITO
(datas-limite)



* Exceto para a área de registro 11, onde o nono dígito foi adotado em julho de 2012

OFERTA DE SERVIÇOS

LICITAÇÃO DAS FAIXAS DE 450 MHZ E DE 2,5 GHZ

A Anatel realizou, em junho de 2012, a licitação das faixas de 450 MHz e de 2,5 GHz associadas a autorizações para exploração dos serviços de Comunicação Multimídia (SCM), Telefônico Fixo Comutado (STFC) e Móvel Pessoal (SMP). As empresas participantes ofereceram R$ 2,93 bilhões pelo direito de uso dessas radiofrequências, o que resultou em ágio médio de 31,3% em relação aos valores mínimos dos lotes colocados em disputa.

Como não houve propostas para a faixa de 450 MHz isoladamente (lote 1), ela foi ofertada com lotes da faixa de 2,5 GHz (lotes 2 a 5).

O resultado da licitação foi homologado em setembro de 2012, conforme tabela abaixo.

RESULTADO DA LICITAÇÃO DAS FAIXAS DE 450 MHZ E 2,5 GHZ (Totais Gerais)

Proponente	Quantidade de Lotes	Valor de Venda (em R$ 1,00)
Claro	20	988.804.000,00
Oi	12	399.783.450,00
Tim	7	382.238.000,00
TV Filme Brasília	12	90.576.000,00
Sunrise	2	19.094.000,00
Vivo	1	1.050.000.000,00
Total	**54**	**2.930.495.450,00**

Com a licitação da faixa de 450 MHz, as áreas rurais e as regiões remotas distantes até 30 quilômetros das sedes dos municípios serão atendidas com serviços de voz e dados (internet banda larga). Na faixa de 2,5 GHz, será introduzida no Brasil a telefonia móvel com tecnologia de quarta geração (4G), que permitirá a elevação da qualidade e da velocidade na transmissão de dados. A licitação visou, também, a atender a crescente demanda por serviços de telecomunicações e propiciar a infraestrutura adequada à realização dos grandes eventos internacionais que serão realizados no País nos próximos anos. Como resultado dessa licitação, combinada com licitações anteriores conduzidas pela Anatel em 2007 e 2010, todos os municípios brasileiros terão telefonia móvel prestada com tecnologias ditas de terceira geração (3G), em substituição à tecnologia de segunda geração.

A elaboração do edital da licitação – que recebeu contribuições da sociedade por meio de consulta e audiências públicas – observou as seguintes premissas:

- disponibilização de serviços de telecomunicações de voz e de dados em todos os municípios brasileiros, inclusive em suas áreas rurais, conforme previsto no Decreto 7.512/2011, que aprovou a terceira edição do Plano Geral de Metas para a Universalização (PGMU III);

- massificação das conexões de dados sem fio, com tecnologias que permitam maiores taxas de transmissão de *download* e de *upload*;

- atendimento imediato dos municípios designados como sede ou subsede da Copa das Confederações e da Copa do Mundo;

- estabelecimento de compromissos de abrangência que priorizem construção de infraestrutura de rede; e

• incentivo à competição e à concorrência na exploração dos serviços com a participação de agentes de pequeno, médio ou grande portes.

Entre os compromissos de abrangência definidos pela Anatel para a faixa de 2,5 GHz, destacam-se o atendimento:

• até abril de 2013, de todas as sedes da Copa das Confederações;

• até dezembro de 2013, de todas as sedes e subsedes da Copa do Mundo;

• até maio de 2014, de todas as capitais e todos os municípios com mais de 500 mil habitantes;

• até dezembro de 2015, de todos os municípios com mais de 200 mil habitantes;

• até dezembro de 2016, de todos os municípios com mais de 100 mil habitantes; e

• até dezembro de 2017, de todos os municípios com população entre 30 e 100 mil habitantes.

Além disso, deverão ser atendidos – com 2,5 GHz ou oferta de tecnologia equivalente ou superior ao 3G – 24% dos municípios brasileiros com população abaixo de 30 mil habitantes que ainda não contam com banda larga móvel.

Em relação à faixa de 450 MHz, os principais compromissos de abrangência são o atendimento a escolas públicas rurais com conexão de dados e às áreas rurais de:

• 30% dos municípios, até junho de 2014;

• 60% dos municípios, até dezembro de 2014; e

• 100% dos municípios, até dezembro de 2015.

O edital estabeleceu, ainda, que os proponentes vencedores assumissem compromisso de aquisição de aquisição de bens, produtos, equipamentos, programas, sistemas de telecomunicações e de redes com tecnologia nacional.

O compromisso é, em linhas gerais, dividido em dois componentes: o primeiro referente aos investimentos em bens ou produtos adquiridos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), definido por meio da Lei 8.387/1991; e um segundo relacionado a investimentos em bens ou produtos com tecnologia desenvolvida no País, com percentual de adoção crescente:

• entre 2012 e dezembro de 2014: 60% (50% de PPB mais 10% de tecnologia desenvolvida no País);

• entre 2015 e dezembro de 2016: 65% (50% de PPB mais 15% de tecnologia desenvolvida no País); e

• entre 2017 e dezembro de 2022: 70% (50% de PPB mais 20% de tecnologia desenvolvida no País).

Conforme previsto no edital, está em estudo na Anatel o Regulamento do Compromisso de Aquisição de Produtos de Tecnologia Nacional, que estabelecerá as condições para o acompanhamento deste compromisso.

LICITAÇÃO DE DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE SATÉLITE BRASILEIRO

A Anatel realizou, em março de 2012, sessão de análise e julgamento das propostas de preços das proponentes remanescentes referentes à quarta etapa da Licitação 002/2011/PVSS/SPV-Anatel (modalidade concorrência pública) para conferência de direito de exploração de satélite brasileiro.

Iniciada em 2011, a licitação teve como objetivos possibilitar a ocupação de recursos de órbita e espectro coordenados pela Administração brasileira ante a União Internacional de Telecomunicações (UIT) e aumentar a capacidade satelital brasileira para atender as atuais demandas no setor e aquelas antecipadas em função de grandes eventos, tais como a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

A tabela abaixo apresenta as empresas vencedoras – incluindo os resultados das sessões realizadas em 2011 e 2012 –, bem como os valores ofertados.

A capacidade referente aos novos satélites brasileiros estará disponível nos próximos cinco anos. Esse aumento de capacidade possibilitará novas aplicações de internet em alta velocidade – inclusive em projetos como o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) – e expansão de serviços de TV por Assinatura, entre outros.

Os novos satélites brasileiros cobrirão 100% do País e dedicarão parte da capacidade para atender o mercado nacional. Os direitos de exploração serão conferidos por 15 anos, prorrogáveis uma única vez.

RESULTADO DA LICITAÇÃO DE DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE SATÉLITE BRASILEIRO

Lote	Empresa vencedora	Valor (em R$ milhões)	Ágio
Primeiro direito	HNS Americas Comunicações Ltda.	145,2	3.579,82%
Segundo direito	Star One S.A.	37,0	837,70%
Terceiro direito	Star One S.A.	37,0	837,70%
Quarto direito	Eutelsat do Brasil Ltda.	14,0	254,85%

Operação de satélites em Banda Ka

No final de 2012, a Anatel aprovou, por meio da Resolução 599/2012, a Norma das Condições de Operação de Satélites Geoestacionários em Banda Ka com Cobertura sobre o Território Brasileiro.

A Norma disciplina as condições para a operação de satélites geoestacionários com separação orbital de dois graus ou mais, nas faixas de frequências 17,7 a 20,2 GHz, enlace de descida, e 27 a 30 GHz, enlace de subida, a chamada banda Ka, estabelecendo parâmetros e critérios técnicos para esse fim, bem como as condições para o licenciamento em bloco de estações terrenas operando nessa banda.

A proposta de Norma foi submetida às contribuições da sociedade, no final de 2011, por meio de consulta pública. A elaboração considerou, entre outros aspectos, as manifestações de interesse na exploração de satélites em banda Ka sobre o território brasileiro; a demanda de novas aplicações por satélite que requerem grande largura de banda e altas taxas de transmissão; e o estado da arte das técnicas de codificação e modulação e das tecnologias adaptativas.

Além de contribuir para a otimização do uso dos recursos de órbita e de espectro, a Norma representa um estímulo à expansão do uso de redes e serviços de telecomunicações em benefício da população brasileira e para a massificação do acesso à internet banda larga, especialmente nas regiões onde a infraestrutura de telecomunicações é incipiente.

A exploração de satélites na banda Ka já ocorre nos Estados Unidos, no Canadá e na Europa para atendimento a serviços em banda larga e TV por Assinatura via satélite. Está previsto para 2013 o lançamento do primeiro satélite brasileiro que irá operar nas faixas de frequências dessa banda.

Licenciamento de estações terrenas

Com a publicação, em julho de 2012, da Norma para o Licenciamento de Estações Terrenas – aprovada pela Resolução 593/2012 –, a Anatel disciplinou as condições e os procedimentos para o licenciamento dos mais variados tipos de estações terrenas, desde pequenos terminais portáteis até grandes estações instaladas em teleportos, que se comunicam com mais de um satélite.

A Norma regulamentou, além do licenciamento individual de estações terrenas, o licenciamento em bloco dessas estações. Nesse sentido, foram estabelecidos procedimentos que possibilitam que sejam licenciadas, com agilidade, estações de observação associadas a serviços científicos, estações móveis, estações terrenas de pequeno porte (VSAT, do inglês *Very Small Aperture Terminal*) e estações terrenas a bordo de embarcações (ESV, do inglês *Earth Station on Board Vessel*) na banda Ku com características técnicas similares.

A Norma define, ainda, as situações que configuram alteração de natureza técnica em estações, evitando-se a necessidade de licenciar novamente a mesma estação caso sejam realizadas alterações que não aumentam o potencial de interferência.

Especificamente em relação às ESVs, a regulamentação aprovada pela Anatel atende às necessidades de importantes nichos de mercados, como a indústria de exploração de petróleo e gás natural e a indústria de transporte marítimo ou pluvial.

SeAC

A Lei 12.485/2011 determinou que o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) sucederia os serviços de TV por Assinatura até então existentes, cabendo à Agência regulamentá-lo no âmbito de suas competências. Por meio da Resolução 581/2012, a Anatel aprovou o Regulamento do SeAC. O modelo do termo de autorização do serviço, por sua vez, foi aprovado pela Resolução 582/2012.

A regulamentação do SeAC foi feita após processo que contou com a participação da sociedade por meio de consulta e audiência públicas e teve como objetivos simplificar a regulamentação, de forma a permitir a ampliação dos serviços de TV por Assinatura; incentivar a competição; e, consequentemente, estimular a redução de preços, trazendo benefícios à sociedade.

Com o novo regulamento, foram unificadas as regras para serviços semelhantes, antes diferenciados pela tecnologia utilizada para a distribuição da programação: Serviço de TV a Cabo (TVC), Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite (DTH) e Serviço Especial de Televisão por Assinatura (TVA). A regulamentação aprovada pela Agência em 2012 foi elaborada com o intuito de reduzir possíveis barreiras à entrada de novos prestadores, favorecendo a competição, com foco nos pequenos prestadores de serviço, e inclui disposições sobre outorga; instalação e licenciamento de estações; e canais de programação de distribuição obrigatória.

Com a publicação das novas regras, a Anatel passou a desenvolver dois processos referentes às outorgas de TV por Assinatura:

- atuais prestadores de serviços podem solicitar à Agência a adaptação das respectivas outorgas para termos de autorização para a prestação do SeAC e
- novos operadores podem solicitar outorga para a prestação do SeAC

Desde março de 2012, quando foi publicado o Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), os pedidos de anuência prévia para transferência de controle e/ou de outorga de prestadoras de TV por Assinatura só podem ser processados após a adaptação dos instrumentos de outorga para o SeAC, conforme estabelecido pela Lei 12.485/2011.

Ainda de acordo com a Lei 12.485/2011, alterações societárias que envolvam empresas prestadoras do SeAC devem observar os limites de propriedade cruzada com empresas de radiodifusão e com produtoras e programadoras de conteúdo.

Também como resultado da regulamentação elaborada pela Anatel, a autorização para a prestação do SeAC passou a ser de âmbito nacional. A interessada na prestação do serviço deve ser empresa constituída

Entenda Melhor

De acordo com a Lei 12.485/2011, o SeAC é o serviço de telecomunicações de interesse coletivo prestado no regime privado, destinado à distribuição de conteúdos audiovisuais na forma de pacotes, de canais nas modalidades avulsa de programação e avulsa de conteúdo programado e de canais de distribuição obrigatória, por meio de qualquer tecnologia, processo, meio e protocolo de comunicação, cuja recepção é condicionada à contratação remunerada por assinantes.

sob as leis brasileiras, com sede e administração no País. O preço da outorga é de R$ 9 mil e devem ser observadas, além das condições previstas em lei e na regulamentação, a necessidade de apresentação de documentação e do projeto técnico, bem como a não detenção de outorgas dos serviços de DTH, de TVC, de MMDS ou de TVA.

As prestadoras que tiverem suas outorgas adaptadas para a prestação do SeAC deverão assegurar a continuidade da prestação dos serviços a seus assinantes, com preços similares ou inferiores aos por elas praticados na mesma área de prestação dos serviços. Também estarão sujeitas ao Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura e ao Plano Geral de Metas de Qualidade para os Serviços de Televisão por Assinatura.

O Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado garante aos assinantes, sempre que solicitado:

- o acesso, de forma onerosa, a dispositivo eletrônico que permita o bloqueio da recepção de canais de programação e de conteúdos transmitidos;

- que a unidade receptora decodificadora (URD) assegure a utilização de janela com intérprete em Libras ou subtitulação; e

- informações sobre características e especificações técnicas das URDs necessárias à sua conexão com a rede.

A expectativa da Anatel, com a regulamentação do SeAC, é que, em cinco anos, seja possível dobrar a presença da TV por Assinatura no País. Além disso, a ampliação da rede de fibra óptica decorrente da expansão da TV por Assinatura poderá contribuir para a massificação da internet de alta velocidade.

Os primeiros pedidos de autorização para a prestação do Serviço de Acesso Condicionado foram apresentados à Anatel ainda no primeiro semestre de 2012. Até o final do exercício, 82 processos de outorga foram instaurados na Agência. Além disso, haviam sido adaptadas 168 outorgas de serviços de TV por Assinatura para o SeAC.

Rede de Fibra Ótica Nacional

Em cumprimento aos condicionamentos estabelecidos pela Anatel, por meio do Ato 7.828/2008, para a anuência prévia da aquisição da Brasil Telecom pela Telemar Norte Leste, em 2012 foi atestada a interligação à infraestrutura de telecomunicações por meio de fibra ótica do município de Boa Vista, no Estado de Roraima, conforme Ato 1.595/2012-CD, e do município de Manaus, no Estado do Amazonas, conforme Ato 4.536/2012-CD.

A interligação gerou maior confiabilidade, maior capacidade de transmissão e menores preços para os cidadãos. Especificamente quanto ao município de Manaus, Oi e Embratel firmaram contrato para utilização mútua de suas redes de fibra ótica para fins de redundância, reduzindo, assim, a probabilidade de constantes interrupções na região.

RADIODIFUSÃO

Em junho de 2012, a Anatel e o Ministério das Comunicações firmaram o Acordo de Cooperação 002/2012 com o objetivo de conferir maior celeridade aos processos de alterações técnicas de entidades de radiodifusão.

Por meio do acordo, o Ministério delegou à Agência a competência para analisar processos técnicos de engenharia dos serviços de radiodifusão, com poderes de instrução e decisão sobre os seguintes assuntos:

- licenciamento das estações;
- alteração de local de instalação das estações;
- alteração de frequência ou canal de operação;
- alteração de características técnicas;
- mudança de transmissor e/ou sistema irradiante;
- alteração do local do estúdio;
- enquadramento em novas características de plano básico;
- aumento de potência; e
- mudança de classe.

Entre julho e dezembro de 2012, o Ministério das Comunicações encaminhou à Anatel 5,5 mil processos de licenciamento e de alterações técnicas de entidades de radiodifusão e 360 deles haviam sido analisados até o final do exercício. A fim de imprimir maior agilidade na análise dos demais processos, a Agência capacitou 30 servidores das representações estaduais – o que permitirá descentralizar esse trabalho.

No final do exercício, foi firmado novo convênio entre a Anatel e o Ministério das Comunicações. O Acordo de Cooperação Técnica 004/2012 tem como objetivo a definição das funcionalidades de sistemas de informação capazes de atender demandas relacionadas à regulação da radiodifusão no Brasil.

COMPETIÇÃO

PGMC

Em novembro de 2012, a Anatel aprovou, por meio da Resolução 600/2012, o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC). O documento trata do incentivo e da promoção da concorrência livre, ampla e justa no setor de telecomunicações, além de aperfeiçoar a regulamentação relativa ao estabelecimento de assimetrias regulatórias caso seja constatada a existência de Poder de Mercado Significativo (PMS).

O Plano foi elaborado com o objetivo de propor medidas de promoção da competição e da diversidade dos serviços, de modo a incrementar a oferta de telecomunicações em padrões de qualidade e preços compatíveis com a exigência dos usuários. O PGMC traça as linhas gerais de análise para verificação da competição nos diversos mercados relevantes regulados pela Anatel, com o objetivo de tornar as medidas regulatórias mais precisas. Nesse sentido, prevê a necessidade de imposição de medidas assimétricas somente quando forem verificadas falhas de mercado.

O PGMC reúne, em um único documento, medidas específicas para a promoção da competição e possibilita futuras reavaliações sistemáticas e mais críticas do mercado quanto a esse aspecto. O Plano estabelece:

- critérios e diretrizes para a identificação e a análise de mercados relevantes do setor de telecomunicações;

- critérios e diretrizes para a identificação dos grupos com Poder de Mercado Significativo em cada mercado relevante;

- diretrizes para a adoção de medidas regulatórias assimétricas;

- medidas regulatórias assimétricas para os mercados relevantes;

- medidas gerais a serem cumpridas por grupos que contenham concessionárias de telefonia fixa em setores de mais de uma região, conforme o Plano Geral de Outorgas (PGO);

- procedimentos para a composição de conflitos entre agentes econômicos em matérias diretamente relacionadas com o PGMC;

- critérios e diretrizes para o acompanhamento da competição nos mercados relevantes; e

- a criação de uma Entidade Supervisora de Ofertas de Atacado e das Bases de Dados de Atacado, para centralizar e operacionalizar as bases de dados, além de desenvolver e disponibilizar Sistema de Negociação de Ofertas de Atacado.

De acordo com o Plano, os seguintes tipos de medidas regulatórias assimétricas podem ser impostos aos grupos detentores de PMS:

- medidas de transparência;

- medidas de tratamento isonômico e não discriminatório;

- medidas de controle de preços de produtos de atacado;

- medidas de obrigação de acesso e de fornecimento de recursos de rede específicos;

- obrigações de oferta de produtos de atacado nas condições especificadas pela Anatel;

- obrigações para corrigir falhas de mercado específicas ou para atender ao ordenamento legal ou regulatório em vigor; e

- separação contábil, funcional ou estrutural.

A Anatel reavaliará periodicamente os mercados relevantes identificados e os grupos detentores de PMS – além da necessidade e da adequação das medidas regulatórias assimétricas estabelecidas –, acompanhando permanentemente a competição e atuando, quando demandada, na composição de conflitos entre agentes econômicos.

Os mercados objeto de análise e imposição de medidas assimétricas foram:

- rede fixa de acesso para transmissão de dados via par de cobre em taxas inferiores a 25 Mbps;

- rede fixa de transporte local e de longa distância para transmissão de dados em taxas inferiores a 25 Mbps;

- infraestrutura passiva;

- interconexão em redes móveis;

- itinerância nacional; e

- grupo com concessionária de STFC em mais de uma Região do PGO.

O PGMC inova também ao estabelecer um rito sumário para a resolução de conflitos, medida que surgiu da necessidade de maior celeridade para a resolução de questões que, caso não resolvidas, poderiam, inclusive, impedir a entrada de um novo competidor no mercado.

Os documentos que serviram de base à elaboração do Plano e a relação dos grupos detentores de Poder de Mercado Significativo – discriminados por mercado relevante – foram disponibilizados pela Agência em seu portal na internet.

EILD

No exercício, a Anatel aprovou, por meio da Resolução 590/2012, a revisão do Regulamento de Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD). O documento reúne as regras que disciplinam a EILD no Brasil, tendo em vista a sua adequação ao atual panorama tecnológico e mercadológico nacional e a necessidade de torná-las mais aderentes à promoção da competição na oferta dos serviços de telecomunicações. O objetivo do Regulamento é disciplinar a EILD, atuando, especialmente, nos conflitos entre prestadoras de serviços de telecomunicações.

Entre as principais mudanças do novo Regulamento, estão a melhoria dos critérios para definição da EILD como Padrão ou Especial (o que impacta diretamente nos custos) e o estabelecimento de um procedimento célere para mediação da Agência em caso de conflitos.

Entenda Melhor

A EILD é uma modalidade de exploração industrial em que uma prestadora de serviços de telecomunicações fornece à outra, mediante remuneração preestabelecida, Linha Dedicada com características técnicas definidas para constituição da rede de serviços.

Modelo de Custos

Em julho de 2012, a Anatel realizou consulta pública para receber contribuições da sociedade sobre documentos relevantes para a modelagem de custos do setor de telecomunicações. Considerando a experiência internacional de outros órgãos reguladores, a Agência decidiu colher comentários e sugestões sobre o *Documento de Conceito* e a *Solicitação de Dados*. Em dezembro, a Agência promoveu – com o objetivo de apresentar um panorama do desenvolvimento do modelo de custos na região das Américas e no Brasil – o *Seminário Internacional sobre Modelagem de Custos*.

O modelo orientado a custos está associado, entre outros aspectos, à fixação das tarifas de uso de rede da telefonia fixa (TU-RL) e à apuração dos valores de referência de Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD) e do Valor de Remuneração de Uso de Rede do Serviço Móvel Pessoal (VU-M). Ele é de fundamental relevância para a Anatel no cumprimento das políticas públicas setoriais e contribuirá para o aperfeiçoamento da regulação do setor como um todo.

Para o desenvolvimento do modelo de custos, foi contratado um consórcio integrado pelas consultorias britânicas Analysis Mason e Grant Thornton e pela brasileira Advisia – escolhidas por meio de licitação internacional realizada pela União Internacional de Telecomunicações (UIT).

Coordenado pela Anatel, o desenvolvimento do Projeto Modelo de Custos foi iniciado no segundo semestre de 2011. Até o final de 2013 – quando esse trabalho será concluído –, estão previstas sete etapas para a implementação do modelo de custos, conforme a tabela a seguir.

IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO DE CUSTOS	
Etapa	Descrição
I	Planejamento Geral: definição detalhada de todo o Plano de Trabalho e do Cronograma do Projeto. Etapa concluída em outubro de 2011.
II	Processamento e validação de dados das operadoras: realização de auditorias das informações dos Documentos de Separação e Alocação de Contas (DSACs) entregues pelas operadoras, consolidação das informações dos DSACs, integração das informações dos DSACs na aplicação ABC/ABM (ferramenta de gestão de custos por atividade), com os respectivos treinamentos. Etapa concluída em setembro de 2012.
III	Modelo Top-down FAC-HCA: análise, desenvolvimento e implementação dos modelos FAC-HCA *top-down* (modelo de custeio baseado em atividades a partir da contabilidade – custo histórico – das operadoras).
IV	Modelo Top-down FAC-CCA: análise, desenvolvimento e implementação dos modelos FAC-CCA *top-down* (modelo de custeio baseado em atividades a partir da contabilidade das operadoras, considerando a atualização dos ativos a custos correntes).
V	Modelo *Top-down Long Run Incremental Cost* (LRIC): análise, desenvolvimento e implementação dos modelos LRIC (modelo de custos incrementais de longo prazo que considera as informações dos modelos FAC-CCA e que os insumos são variáveis no longo prazo).
VI	Modelo *Bottom-up* (Modelo de Empresa Eficiente): desenvolvimento e implementação dos modelos *Bottom-Up* (modelos de empresas hipotéticas eficientes).
VII	Metodologia para estabelecimento de tarifas de interconexão e valores de EILD: procedimento metodológico a ser considerado quando da precificação dos produtos de atacado.

Com o desenvolvimento do Modelo de Custos, a Agência contará com ferramentas mais robustas para subsidiar ações regulatórias que poderão incentivar a competição e contribuir para tornar as políticas públicas para o setor mais efetivas ao longo do tempo.

Para o exercício de 2013, está prevista a conclusão das modelagens FAC, LRIC e Bottom Up e a realização de consultas públicas para a revisão da regulamentação afeta à separação contábil e à modelagem de custos.

QUALIDADE

TELEFONIA MÓVEL

Em julho de 2012, a Anatel – de modo a garantir a melhoria dos serviços prestados à sociedade – adotou cautelar determinando a suspensão da ativação de novos acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP) das prestadoras que apresentaram o pior desempenho por Unidade da Federação. A medida foi tomada em razão do crescimento do número de reclamações registradas na Anatel, associado aos dados de acompanhamento e de fiscalizações realizadas.

Durante a vigência da cautelar, os novos consumidores puderam escolher entre, pelo menos, três operadoras em cada Unidade da Federação.

Paralelamente à suspensão de novas ativações, a Agência determinou que as prestadoras apresentassem, em até 30 dias, Plano Nacional de Ação de Melhoria da Prestação do Serviço Móvel Pessoal, detalhado por Unidade da Federação, contendo medidas capazes de garantir a qualidade do serviço e das redes de telecomunicações, em especial quanto ao completamento e à interrupção de chamadas e ao atendimento aos usuários.

Mesmo as prestadoras que não foram proibidas de comercializar novas linhas em nenhum estado tiveram de apresentar o Plano de Melhoria.

A suspensão durou de 23 de julho a 2 de agosto. A comercialização e a ativação de novos acessos só foram permitidas após a análise e a aprovação, pela Anatel, dos planos apresentados pelas empresas. As propostas foram consideradas satisfatórias pela Agência e são acompanhadas trimestralmente. As três prestadoras que tiveram suas vendas suspensas se comprometeram a investir, no período de 2012 a 2014, R$ 20 bilhões para melhorias no serviço.

A fiscalização dos planos apresentados à Anatel tem sido feita por meio de monitoramento no qual são verificados:

- parâmetros de rede (taxa de acesso à rede de voz e dados, taxa de queda de chamadas de voz e conexão de dados, congestionamento em rotas de longa distância e níveis de bloqueio e quedas de chamadas, por município);

- atendimento (taxa de reclamação na prestadora e taxa de reclamação dos usuários na Anatel, com ênfase nos motivos relacionados à qualidade da rede); e

- interrupções no serviço (índice de interrupções no SMP, levando-se em consideração quantidade, duração média e causas. Nos municípios com população acima de 300 mil habitantes, esse monitoramento é feito antena por antena).

CHAMADAS SUCESSIVAS

Em novembro de 2012, a Anatel aprovou, por meio da Resolução 604/2012, alteração no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal para que chamadas sucessivas feitas de celular para um mesmo número fossem consideradas uma única ligação para efeitos de tarifação. Para serem consideradas sucessivas, as chamadas devem ser refeitas, no intervalo máximo de 120 segundos, entre os mesmos números de origem e de destino. A alteração teve como objetivo evitar prejuízos aos usuários devido a quedas de ligações.

De acordo com a regulamentação da Agência, não há limite para a quantidade de ligações sucessivas. A alteração abrange apenas ligações feitas de telefones

móveis, mas os números de destino podem ser fixos ou móveis.

A regra das chamadas sucessivas é aplicável a todos os planos de serviço, independentemente se a tarifação é feita por tempo de ligação ou por chamada. No caso de quem paga a ligação por tempo, a cobrança é feita a partir da soma dos segundos e minutos de todas as chamadas sucessivas. No caso de quem paga por ligação, as chamadas sucessivas são consideradas uma só para efeito de cobrança.

TELEFONIA FIXA

Em 2012, a Anatel expediu despachos cautelares em desfavor de concessionárias da telefonia fixa para a redução do número de interrupções e suas durações, bem como a regularização dos processos de ressarcimento aos usuários. A medida – que atingiu a prestação do serviço no Amazonas, no Pará, no Maranhão, no Piauí, no Ceará, na Bahia, em Minas Gerais, em São Paulo e no Paraná – foi adotada como parte dos processos de acompanhamento e controle da qualidade da prestação do serviço instaurados em 2011.

Entre os resultados verificados pela Agência em todo o País, na comparação com 2011, destacam-se:

- redução de 8% no número de interrupções;
- redução de 17% na duração das interrupções;
- redução de 16% no número de acessos afetados por interrupção.

Essa melhora foi verificada, principalmente, nos estados mais críticos, como Amazonas, Pará e Piauí. O mapa a seguir destaca alguns dos principais resultados alcançados na comparação com 2011.

No final do exercício, a Anatel estudava medidas para garantir o cumprimento dos índices fixados nas cautelares nos estados em que a melhoria do serviço ficou abaixo do esperado pela Agência.

Também em 2012, a Agência expediu despachos cautelares determinando que concessionárias apresentassem planos de ação para alcance das metas estabelecidas no Plano Geral de Metas de Qualidade do Serviço Telefônico Fixo Comutado – aprovado pela Resolução 341/2003 –, especialmente com relação aos indicadores mais críticos.

Os planos de ação apresentados pelas prestadoras são acompanhados pela Anatel. Como resultado desse trabalho, foi constatada melhora em indicadores da telefonia fixa, com reflexos no número de reclamações registradas na Central de Atendimento da Agência: as queixas por motivo de reparo registraram queda de 28%, as relacionadas à cobrança, diminuição de 6%.

RESULTADO DAS CAUTELARES SOBRE INTERRUPÇÕES NA TELEFONIA FIXA

REVITALIZAÇÃO DE ORELHÕES

Durante 2012, a Anatel prosseguiu com as ações – iniciadas em 2011 – para melhorar e modernizar a planta de orelhões. Em agosto, a Agência divulgou o primeiro balanço do Plano de Revitalização da Telefonia de Uso Público, tendo registrado evolução positiva na disponibilidade da planta.

Do início da implementação do Plano até dezembro de 2012, segundo dados das concessionárias, cerca de R$ 200 milhões foram investidos na recuperação dos orelhões em todo o País. O Plano de Revitalização da Telefonia de Uso Público engloba ações que visam à manutenção permanente da planta, por meio de procedimento operacional de vistoria periódica dos TUPs para garantir a continuidade dos resultados alcançados.

ENTENDA MELHOR

No segundo semestre de 2011, a Anatel iniciou esforço para solucionar problemas na telefonia pública de todo o País, em especial da Região Norte. A Agência determinou às prestadoras a adoção de ações emergenciais para a revitalização dos orelhões e, além disso, estabeleceu que fossem solucionados problemas de cobertura e interrupções dos serviços de telefonias fixa e móvel.

Em outubro de 2011, as prestadoras firmaram compromissos por meio de planos de revitalização e melhoria dos serviços prestados.

Com o objetivo de elevar as taxas de disponibilidade da planta de TUPs, a Anatel estabeleceu que as empresas devem atingir patamar mínimo de 90% de orelhões em funcionamento em cada estado. Para as localidades atendidas apenas por TUPs, foi estabelecido percentual mais elevado: 95% de disponibilidade.

GRATUIDADE DE LIGAÇÕES

Em 2012 a Anatel emitiu despachos cautelares que resultaram na gratuidade de chamadas originadas a partir dos orelhões de responsabilidade de duas concessionárias. A medida foi adotada porque, segundo avaliação da Agência, as prestadoras apresentaram desempenho insatisfatório na execução do Plano de Revitalização da Telefonia de Uso Público iniciado em setembro de 2011.

Para uma das empresas, a medida foi ampliada devido ao não cumprimento da densidade de orelhões estabelecida no novo Plano Geral de Metas para a Universalização (PGMU III), que alterou a densidade mínima da telefonia pública de seis TUPs por mil habitantes por setor do Plano Geral de Outorgas para quatro TUPs por mil habitantes por município, mudança que teve como objetivo proporcionar melhor distribuição dos orelhões, beneficiando diretamente mais de 37 milhões de habitantes de cerca de dois mil pequenos municípios. Essa nova densidade deveria ter sido cumprida por todas as concessionárias até 30 de junho de 2012.

MODERNIZAÇÃO DOS ORELHÕES

Desde julho de 2012, o nível de ocupação dos orelhões brasileiros vem sendo monitorado pela Anatel, que acompanha, inclusive, o horário e a duração de cada uma das chamadas originadas e terminadas em cada orelhão, a fim de melhor avaliar a densidade e a distribuição dos telefones públicos no País.

Ao longo do ano, foram priorizadas ações que embasaram a revisão da regulamentação de modo a permitir a modernização dos orelhões, apresentando inovações na forma de cobrança e funcionalidades como o acesso à internet e melhorias na acessibilidade.

No exercício, a Anatel realizou consulta pública para ouvir a sociedade sobre o Regulamento de Características de Funcionamento e Cobrança do Telefone de Uso Público do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC). A proposta da Agência unifica os regulamentos de Características de Funcionamento do Telefone de Uso Público do STFC e para Utilização do Cartão Indutivo em Telefone de Uso Público do STFC.

Além da consulta, a Anatel promoveu uma audiência pública sobre o assunto, de modo a ampliar a participação da sociedade na elaboração do Regulamento.

BANDA LARGA

No exercício, a Anatel iniciou o projeto de medição da qualidade da banda larga fixa e móvel no Brasil. As medições, que começaram em novembro, estão previstas no Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia (RGQ-SCM – aprovado pela Resolução 574/2011) e no Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal (RGQ-SMP – aprovado pela Resolução 575/2011).

Os resultados dessas medições permitirão à Anatel conhecer com maior precisão a qualidade do serviço em todo o País e, assim, adotar as medidas necessárias para a progressiva melhoria e o atendimento às metas estabelecidas na regulamentação da Agência.

As medições contribuirão, ainda, para a elevação da competição na banda larga, pois oferecerão ao consumidor parâmetros objetivos para a comparação dos serviços oferecidos pelas diversas prestadoras, o que tende a estimular as empresas a investir mais para assegurar a qualidade dos serviços e a reduzir preços para ampliar sua base de clientes.

Os processos de aferição da qualidade da banda larga têm sido desenvolvidos por um grupo de trabalho coordenado pela Anatel; a implementação das ações está a cargo da Entidade Aferidora da Qualidade (EAQ). Na definição do modelo adotado no Brasil, foi aproveitada a experiência e a tecnologia usadas para a medição da banda larga fixa em iniciativas semelhantes desenvolvidas por mais de 35 países, como Estados Unidos e Reino Unido. Já para as medições da banda larga móvel, estava em desenvolvimento, no final de 2012, metodologia com premissas semelhantes às utilizadas na banda larga fixa, considerando as peculiaridades do serviço.

A iniciativa da Agência é considerada pioneira no mundo porque, apesar de outros países acompanharem a qualidade das conexões de dados, nenhum órgão regulador estabeleceu metas objetivas como as definidas no RGQ-SMP e no RGQ-SCM.

O projeto abrange usuários das prestadoras do Serviço de Comunicação Multimídia e do Serviço Móvel Pessoal com mais de 50 mil acessos: Oi, Net/Embratel, Telefônica/Vivo, GVT, CTBC, Claro, Sercomtel, Tim e Cabo Telecom. Desde agosto de 2012, a Anatel desenvolve campanha, por meio de seu portal na internet e em seus perfis nas redes sociais, para atrair voluntários que queiram participar do projeto instalando equipamentos de medição em suas conexões de banda larga fixa.

Podem ser voluntários todos os usuários que tenham contrato de prestação de serviço de banda larga fixa em seu nome; apenas funcionários das empresas analisadas – bem como suas coligadas, controladas ou controladoras – não podem participar. De modo a permitir a avaliação do serviço prestado a diferentes perfis de usuários, o plano amostral elaborado pela Agência prevê a seleção de voluntários distribuídos por Unidade da Federação, operadora e faixa de velocidade contratada.

Os selecionados pela EAQ não têm qualquer ônus para a instalação dos equipamentos e também não são remunerados. Os voluntários recebem um aparelho batizado de *whitebox*, que faz a medição ao ser conectado ao modem/roteador de cada residência ou empresa. A aferição nos equipamentos instalados nos computadores é diária e ininterrupta. O equipamento não coleta qualquer informação pessoal, nem interfere ou monitora a navegação do usuário.

Por meio das medições, são acompanhados – na banda larga fixa – indicadores como velocidades de *upload* e

de *download*, latência, variação da latência (ou *jitter*) e perda de pacotes.

Para as medições de qualidade da banda larga móvel, o Rio de Janeiro foi a primeira Unidade da Federação a receber os medidores. Desde novembro, as conexões à internet prestadas por meio do Serviço Móvel Pessoal são avaliadas por equipamentos distribuídos em diversos pontos do Estado. Gradativamente, outros estados receberão os equipamentos.

Também desde novembro foi disponibilizado pela Entidade Aferidora da Qualidade *software* para que usuários de banda larga móvel possam medir a qualidade do serviço em seus computadores ou *smartphones*. Em fevereiro de 2012, programa semelhante havia sido disponibilizado para os usuários da banda larga fixa. Com essas ferramentas, o usuário pode acompanhar velocidades de *upload* e de *download*, latência, perda de pacote e o histórico das medições realizadas.

O grupo de trabalho responsável pela definição da metodologia e dos procedimentos referentes às medições é coordenado pela Anatel e conta com a participação de representantes das prestadoras, da Entidade Aferidora da Qualidade e de entidades convidadas, como o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.Br) e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

Os regulamentos gerais de qualidade do SCM e do SMP trazem elementos para garantir a isenção da EAQ, como a obrigatoriedade de ela ser dotada de independência administrativa e autonomia financeira, patrimonial e neutralidade decisória. Além disso, a EAQ deve certificar os processos de aferição junto a um Organismo de Certificação Credenciado, o que confere ainda mais credibilidade aos processos executados. Caso entenda necessário, a Anatel pode realizar auditorias nos processos e comparar os dados apresentados pela EAQ com o resultado de pesquisas junto aos usuários do serviço.

A PricewaterhouseCoopers foi escolhida Entidade Aferidora da Qualidade após processo de seleção realizado pela Anatel no início de 2012. Segundo as regras do processo seletivo, cabe à empresa, até 2017, realizar todos os processos necessários para a medição da qualidade da banda larga no País e enviar à Anatel todas as informações necessárias à composição e cálculo dos indicadores previstos na regulamentação.

TV por Assinatura

Entre o final de setembro e o início de outubro de 2012, a Anatel realizou reuniões com prestadoras de TV por Assinatura para discutir a qualidade do serviço. Nesses encontros, ficou decidido que as prestadoras deveriam elaborar e apresentar à Agência, em até 30 dias, um plano de ação e investimento no setor, a exemplo do que foi estabelecido para as concessionárias de telefonia fixa, em 2011, para a melhoria dos orelhões e, em 2012, para as prestadoras de telefonia móvel. Por meio da medida, buscou-se a diminuição do número de reclamações e a progressiva melhoria da qualidade da TV por Assinatura, em todo o País.

A decisão da Anatel foi motivada pelo aumento do número de reclamações referentes ao serviço, que dobrou no período de um ano: a quantidade de queixas registradas na Agência subiu de 7.329, em julho de 2011, para 14.851, em julho de 2012, o que representa aumento de 102,6%. Considerando a meta estabelecida no Índice de Desempenho no Atendimento (IDA) dos Serviços de TV por Assinatura de, no máximo, 0,65 reclamação para cada mil assinantes, a Anatel estabeleceu que as prestadoras adotassem ações para reduzir em,

no mínimo, 35% o número de queixas registradas na Agência.

Entre os principais motivos reclamados estão cobrança, cancelamento, reparo, instalação e atendimento. As prestadoras de TV por Assinatura atuarão em três frentes:

- infraestrutura – com ampliação das centrais de atendimento, capacitação das equipes de campo e ampliação e modernização das redes de serviço;
- comunicação – com aprimoramento dos meios de comunicação com os clientes e implementação de novos canais de interação com os assinantes; e
- atendimento – com capacitação de equipes de atendimento e revisão e aprimoramento dos métodos de cobrança e cancelamento do serviço.

Todas as empresas apresentaram planos de ação, que foram publicados no portal da Agência na internet, de modo a ampliar a transparência das medidas adotadas pela Anatel. A expectativa da Agência é que todos os planos sejam concluídos até dezembro de 2013. As prestadoras se comprometeram a investir cerca de R$ 2,5 bilhões em 2013 – somados os investimentos originalmente programados e os necessários para a implementação dos planos de ação.

A exigência de apresentação dos planos integra os esforços da Anatel para melhorar a qualidade do serviço, que incluem, ainda: no aspecto regulatório, a revisão dos regulamentos de qualidade e de proteção e defesa dos direitos dos assinantes; no aspecto fiscalizatório, ações sistêmicas para verificar o cumprimento das metas estabelecidas no PGMQ; e em relação às autorizações, as adaptações de outorgas dos diversos serviços de TV por Assinatura para outorgas do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) e, também, a concessão de novas outorgas para o SeAC.

O acompanhamento dos planos é feito por meio da verificação do volume de reclamações registradas na Anatel, bem como pelo monitoramento dos indicadores do Plano Geral de Metas de Qualidade dos Serviços de TV por Assinatura (PGMQ – TV por Assinatura). Mensalmente, os resultados do desempenho são monitorados e as empresas são convocadas, a cada dois meses ou sempre que necessário, para reuniões de avaliação e ajustes, visando minimizar eventuais incapacidades de atingimento das metas definidas nos planos.

GESTÃO DO ESPECTRO

O planejamento do espectro de radiofrequências, em 2012, incluiu a realização de estudos para a regulamentação de condições de uso de diversas faixas, como a de 700 MHz, por sistemas banda larga sem fio, e a destinação de faixas de radiofrequências para o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC). Também foi considerada a necessidade de atendimento a projetos estratégicos, como a revisão da regulamentação do uso de radiofrequências em aeroportos e a destinação de faixas para comunicação ferroviária, como o Trem de Alta Velocidade (TAV); para sistemas de segurança pública; para Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT); para sistemas por satélite operando na Banda Ka; e para equipamentos de radiação restrita, como radares automotivos.

Ao longo do ano, também foram realizados estudos – importantes, principalmente, para a indústria aeronáutica nacional – para viabilizar sistemas de telemetria e de transmissão de dados em banda larga. Além disso, a Anatel desenvolveu ações ligadas à coordenação do

atendimento das necessidades de comunicação das Forças Armadas e dos órgãos de segurança pública, com a emissão de regulamentos de uso de radiofrequências.

Com os esforços relacionados à gestão do espectro, pretende-se criar um ambiente regulatório adequado à implementação e à ampliação das políticas públicas de banda larga e, também, à aplicação de tecnologia de ponta nos grandes eventos internacionais que o Brasil sediará nos próximos anos.

No exercício, a Anatel adquiriu uma solução integrada de gestão e controle do espectro para apoiar a elaboração de plano de frequência para esses eventos e a execução das atividades de fiscalização do espectro radioelétrico. Com essa ferramenta, será possível obter maior segurança e agilidade nos processos de licenciamento de estações, principalmente para operação em caráter temporário.

A implantação desse sistema envolve um grande trabalho de integração com os sistemas já utilizados pela Agência e está alinhado com o conceito de uso eficiente do espectro, pois viabilizará o planejamento automatizado de uso de radiofrequências, considerando aspectos como interferência, coexistência e reuso de frequências. Assim, este sistema instrumentalizará a Anatel com ferramentas avançadas, de modo a administrar os recursos de espectro com maior qualidade e eficiência.

USO TEMPORÁRIO DO ESPECTRO

Em 2012, a Agência emitiu 1.143 atos de autorização de uso temporário de radiofrequências para 1.882 estações fixas e 13.676 estações terminais ou móveis destinadas. Na comparação com 2011, quando foram emitidos 545 atos, o crescimento foi de 109,7%.

Por meio dessas autorizações, foram atendidos, principalmente, dois objetivos: o provimento da cobertura de diversos eventos – com destaque para o Carnaval, as festividades de fim de ano e eventos automobilísticos, como a Fórmula 1 –, incluindo demonstrações de produto emissor de radiofrequências; e o atendimento a autoridades estrangeiras ou embarcações e aeronaves militares em visita oficial ao Brasil. As solicitações de autorização para missões estrangeiras são encaminhadas por meio do Ministério das Relações Exteriores, situação em que a autorizada fica isenta do recolhimento de taxas.

As autorizações em caráter temporário têm como finalidade garantir maior eficiência no uso das radiofrequências e, assim, prevenir interferências. No exercício, devido à realização, no Rio de Janeiro, da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), houve maior demanda de autorizações de uso temporário do espectro.

Para os próximos anos, espera-se crescimento no número de demandas devido aos grandes eventos internacionais que serão realizados no Brasil. Tradicionalmente, a Anatel analisa cerca de 500 solicitações de frequências para uso temporário de espectro para os maiores eventos sazonais, que são o Carnaval e a Fórmula 1. A estimativa para a Copa do Mundo 2014 é que

sejam analisadas mais de 3.000 frequências, o que corresponde a um aumento de 600%.

A arrecadação decorrente de autorizações para uso temporário do espectro, em 2012, foi 59,9% superior à registrada no exercício anterior, como mostra a tabela abaixo.

USO TEMPORÁRIO DO ESPECTRO			
Taxa	Valor (em R$ 1,00)		Variação (2011 – 2012)
	2011	2012	
Taxa de Fiscalização da Instalação (TFI)	818.886,47	1.177.223,85	43,76%
Preço Público pelo Direito de Radiofrequências (PPDUR)	322.998,03	646.126,66	100,04%
Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélites (PPDESS)	7.570,00	14.904,45	96,89%
Total	1.149.454,50	1.838.254,96	59,92%

EXPOSIÇÃO A CAMPOS ELÉTRICOS, MAGNÉTICOS E ELETROMAGNÉTICOS

Ao longo de 2012, foram realizadas 597 atividades relacionadas à exposição humana a campos eletromagnéticos, sendo 365 sobre estações de radiodifusão e 232 sobre estações de telecomunicações. Além disso, foram realizadas 17 mil horas de medições em tempo real com equipamentos instalados nas dependências da Anatel em todas as capitais do País. No exercício, a Agência intensificou as medições de campos elétricos e magnéticos de estações de radiocomunicação instaladas em áreas consideradas críticas e empreendeu esforços para atender pedidos de órgãos do Legislativo e do Judiciário.

Os principais resultados obtidos nesse trabalho estão associados ao melhor controle do espectro radioelétrico no País, com mapeamento de áreas nas capitais e cidades com mais de 500 mil habitantes, de forma a criar um banco de dados que aumente continuamente o conhecimento da Agência para a administração do espectro de radiofrequências. A Anatel possui, em todas as capitais, equipamentos para a medição de campos elétricos em tempo real, de forma a atender ao estabelecido na Lei 11.934/2009.

CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS

Em 2012, a Anatel homologou cinco mil produtos de telecomunicações, volume 3,4% maior que o registrado em 2011, como mostra o gráfico abaixo. Desde 2001 – quando a Anatel adotou modelo em que o processo de certificação é realizado por um Organismo de Certificação Designado (OCD), após a realização de ensaios e testes em laboratórios especializados, cabendo à Anatel expedir o ato de homologação –, 38,7 mil produtos foram homologados pela Agência. No exercício, foram aprovadas quatro resoluções relativas à certificação e homologação de produtos para telecomunicações e emitidos 24 novos requisitos técnicos para certificação.

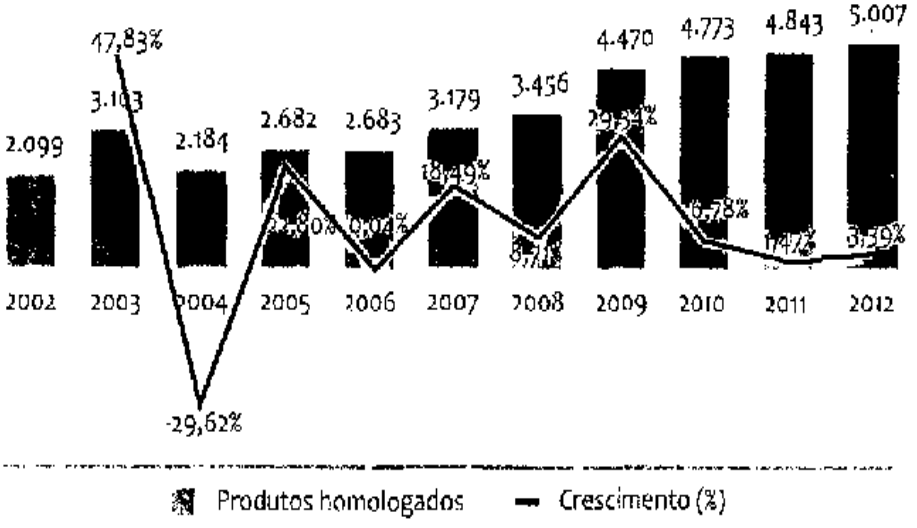
A certificação garante ao consumidor a aquisição e o uso de produtos de telecomunicações que respeitam padrões mínimos de qualidade e de segurança, além do cumprimento das funcionalidades técnicas regulamentadas. A presença da marca Anatel e do número do certificado de homologação é a garantia de que o produto passou pelo devido processo de avaliação de sua conformidade com a regulamentação vigente.

Em 2012, 66% das solicitações de homologação recebidas pela Anatel foram analisadas em menos de 30 dias.

No final do exercício, o cadastro da Agência incluía 12 OCDs e 38 laboratórios de ensaios. Embora o número de laboratórios seja suficiente para atender aos fabricantes e fornecedores da maioria dos produtos de telecomunicações, a Anatel tem se empenhado para aumentar a quantidade de laboratórios disponíveis e, com isso, reduzir o custo dos ensaios.

A fiscalização de produtos homologados é atividade rotineira da Anatel. Ao longo de 2012, foram realizadas 180 ações de fiscalização. Como resultado desse trabalho, foram identificados produtos – como telefones celulares e amplificadores de potência de radiofrequência – comercializados irregularmente.

EVOLUÇÃO DE PRODUTOS HOMOLOGADOS



As ações de fiscalização realizadas pela Anatel envolvem a inspeção, nos locais selecionados por amostragem ou denúncia, dos produtos passíveis de homologação. Os fiscais da Agência verificam a presença do selo de certificação, conforme determina a Resolução 242/2000. Com base nos dados do selo, verifica-se a situação do certificado de homologação. Em caso de irregularidades – como equipamentos não homologados, equipamentos sem o selo da Anatel ou equipamentos comercializados com homologação suspensa ou cancelada –, os estabelecimentos são notificados e podem ser punidos com multa, lacre ou apreensão de equipamentos.

FISCALIZAÇÃO

Com quase 600 mil horas de trabalho, a Anatel realizou, em 2012, 10,6 mil ações de fiscalização, sendo 8,7 mil presenciais e 1,9 mil de forma remota. O maior esforço foi dedicado aos serviços de interesse coletivo – que reúnem o maior número de usuários –, como detalhado na tabela abaixo.

DISTRIBUIÇÃO DAS HORAS DE FISCALIZAÇÃO		
Objeto	Horas de Fiscalização	Participação
Telefonia Fixa	186.831	31,3%
Radiodifusão	140.461	23,6%
Telefonia Móvel	57.525	9,7%
Tributário *	33.656	5,6%
Comunicação Multimídia	20.731	3,5%
TV por Assinatura	8.963	1,5%
Outros	148.147	24,8%
Total	596.314	100,0%

* Fiscalização sobre recolhimento de tributos e demais aspectos financeiros e econômicos das prestadoras

Ao longo do ano, a Anatel fez diversos investimentos em equipamentos e infraestrutura necessários à realização das atividades de fiscalização. Foram adquiridas 48 estações transportáveis de monitoração, equipamentos que serão usados, em todo o País, nos veículos que dão suporte às ações de fiscalização, permitindo detecção de radiointerferências, localização de emissões clandestinas, medição de parâmetros técnicos de emissões, medição de taxa de ocupação, varreduras de faixas de frequência e de cobertura/contorno protegido de emissões.

Também foram adquiridas 66 estações de radiação não ionizante, que permitirão à Anatel maior agilidade na realização de atividades de gestão, monitoração, controle e fiscalização dos níveis de exposição humana a campos eletromagnéticos.

Para a modernização da Rede Nacional de Radiovideometria (RNR), foram contratadas 32 estações que serão usadas para a fiscalização de obrigações legais relativas à transmissão de conteúdo de radiodifusão e da comunicação audiovisual de acesso condicionado. Além disso, esses equipamentos auxiliarão no controle do espectro radioelétrico nacional em relação aos aspectos técnicos e legais dos serviços de radiocomunicação, radiodifusão, especiais, ancilares e correlatos.

Outro importante investimento realizado pela Anatel em 2012 foi a aquisição de oito plataformas para o Sistema de Avaliação de Cobertura e Qualidade de Serviços Móveis, incluindo banda larga, que viabilizará a fiscalização, com recursos próprios, dos compromissos de abrangência e de qualidade no Serviço Móvel Pessoal, assim como a avaliação da qualidade dos serviços de voz e dados oferecidos por redes sem fio.

As principais ações de fiscalização do exercício são destacadas a seguir.

PRESTAÇÃO DO SMP

No segundo semestre de 2012, as ações de fiscalização da telefonia móvel foram ampliadas devido ao acompanhamento dos planos de melhoria da prestação do serviço apresentados por todas as prestadoras em atendimento a exigência da Anatel, conforme detalhado na abordagem *Qualidade – Telefonia móvel.*

O acompanhamento dos planos tem sido realizado por meio de avaliação de dados trimestrais e fiscalização *in loco* nas prestadoras, em complementação às ações realizadas por ocasião da suspensão de ativação de novos acessos determinada pela Agência entre 23 de julho e 2 de agosto.

Até o final de 2012, as atividades de fiscalização haviam resultado em 24 relatórios – referentes ao primeiro trimestre de acompanhamento do plano; estavam em andamento as fiscalizações relacionadas ao segundo trimestre de acompanhamento (novembro de 2012 a janeiro de 2013).

METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO

Em 2012 foram realizadas ações de fiscalização para verificação do cumprimento das metas de universalização, tais como instalação de acessos coletivos em localidades com mais de 100 habitantes ainda não atendidas pelo STFC, implantação de acessos individuais do STFC em localidades com mais de 300 habitantes e cumprimento do prazo previsto para atendimento de solicitações de acessos. Nesse trabalho, foram fiscalizadas as concessionárias Oi, Telefônica, CTBC, Sercomtel e Embratel.

Entre os principais indícios de irregularidades detectados, destacam-se:

- não atendimento das solicitações de acesso individual e coletivo no prazo máximo de sete dias;
- falta de acesso coletivo em localidades com população superior a 100 habitantes;
- em localidade atendida apenas por TUP, telefones de uso público sem capacidade de receber chamadas de longa distância nacional e internacional; e
- indisponibilidade de acesso individual do STFC em localidades com mais de 300 habitantes.

TELEFONIA DE USO PÚBLICO

No exercício, foi concluído o trabalho *in loco* de fiscalização do funcionamento dos orelhões existentes nas plantas das concessionárias de telefonia fixa iniciado em 2011 em decorrência dos Planos de Ação para Revitalização da Telefonia de Uso Público. Foram analisados aspectos como fruição, conservação, higienização e instalação, além de adequação ao disposto no Regulamento de Características de Funcionamento do Telefone de Uso Público, aprovado pela Resolução 459/2007.

As informações reunidas durante as fiscalizações realizadas – e do acompanhamento feito pelas áreas técnicas da Agência – serviu de base para a emissão de despachos cautelares que resultaram na gratuidade dos Telefones de Uso Público para a realização de chamadas locais e de longa distância nacional de duas concessionárias de telefonia fixa, conforme detalhado na abordagem *Gratuidade de ligações.*

O cumprimento dessas cautelares também foi objeto de ações de fiscalização, principalmente para a verificação dos dados encaminhados pelas prestadoras.

TELEFONIA NA REGIÃO NORTE

Tiveram sequência, em 2012, as ações da Anatel para a normalização da telefonia na Região Norte, com o acompanhamento dos compromissos assumidos pelas prestadoras por meio dos planos de ação apresentados à Agência em 2011, dentre os quais se destacam os relacionados à rede e à qualidade do SMP, ao funcionamento de TUPs e ao atendimento de solicitações de acesso individual de STFC.

Com relação à telefonia móvel, os planos apresentados pelas prestadoras continham compromissos de ampliação da rede de acesso e dos sistemas de transmissão. No final de 2012, estavam em execução as fiscalizações para o acompanhamento desses compromissos em cada uma das quatro prestadoras do serviço – ações com término previsto para janeiro de 2013. As fiscalizações sobre a qualidade do serviço na Região, por sua vez, foram substituídas pela verificação do cumprimento do Plano Nacional de Melhoria da Prestação do SMP, que se encontrava em curso no final do exercício.

Na telefonia fixa, foram identificados problemas relacionados ao funcionamento e à conservação da planta de orelhões – tratados no âmbito do Plano de Revitalização da Telefonia de Uso Público – e ocorrências de recusa da prestadora para registrar solicitações de acesso individual.

COMBATE A NÃO OUTORGADAS

Ao longo de 2012, a Anatel interrompeu o funcionamento de 1.308 estações de telecomunicações ou radiodifusão, sendo 1.189 delas não outorgadas. A tabela a seguir detalha o quantitativo de estações clandestinas interrompidas no exercício.

As entidades de radiodifusão responderam por 55% do total de estações não outorgadas que tiveram seu funcionamento interrompido pela Anatel. Como em anos anteriores, o maior índice de clandestinidade de radiodifusão esteve concentrado na faixa de frequência modulada (FM).

Um dos principais problemas da clandestinidade está relacionado ao uso indevido do espectro, o que pode causar interferências em outros serviços de telecomunicações e de radiodifusão, sendo o maior ofensor para os serviços Móvel Aeronáutico e de Radionavegação Aeronáutica.

ESTAÇÕES DE ENTIDADES NÃO OUTORGADAS INTERROMPIDAS

Estado	Radiodifusão				Telecomunicações	Total
	≤ 25 Watts	> 25 Watts	Sem registro de potência	Total		
Sede Distrito Federal	6	12	0	18	6	24
ER-1 São Paulo	20	49	7	76	140	216
ER-2 Rio de Janeiro e Espírito Santo	17	37	5	59	23	82
ER-3 Paraná e Santa Catarina	10	8	3	21	82	103
ER-4 Minas Gerais	79	94	7	180	77	257
ER-5 Rio Grande do Sul	21	7	21	49	21	70
ER-6 Pernambuco, Alagoas e Paraíba	26	6	9	41	21	62
ER-7 Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins	12	16	0	28	59	87
ER-8 Bahia e Sergipe	15	16	8	39	26	65
ER-9 Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí	28	44	8	80	18	98
ER-10 Pará, Maranhão e Amapá	25	28	6	59	56	115
ER-11 Amazonas, Rondônia, Acre e Roraima	1	3	0	4	6	10
Total	260	320	74	654	535	1.189

RADIOINTERFERÊNCIAS

Em 2012, a Anatel desenvolveu 87 ações de combate a radiointerferências, atividade desenvolvida pela Agência de modo a coibir os efeitos negativos causados às comunicações, buscando o uso eficiente do espectro. A ação da Agência é feita de acordo com a criticidade das interferências: se há risco à vida, os esforços da fiscalização são imediatos.

Entre as principais causas de radiointerferências destacam-se equipamentos domésticos – como babás eletrônicas e telefones residenciais sem fio – interferindo no Serviço Móvel Pessoal. Especificamente em relação às interferências com risco à vida, o principal ofensor foram as emissoras de radiodifusão não outorgadas.

FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

No exercício, a Anatel realizou 1.450 ações de fiscalização relacionadas ao Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações (Fust) e ao Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) com foco nos anos-calendário de 2007 e 2008. Esse trabalho foi realizado em complementação ao desenvolvido em 2010, quando a Agência fiscalizou – em relação a esses mesmos exercícios – as entidades que tinham as maiores receitas. Em 2012, esse esforço envolveu 669 entidades com menor receita ou sem receita de serviços de telecomunicações – o que resultou na apuração de aproximadamente R$ 300 milhões para o Fust e R$ 120 milhões para o Funttel.

Foram efetuadas, ainda, 19 ações relacionadas ao Fust e 18 ao Funttel referentes ao passivo de ações de fiscalização tributária previstas no Plano Operacional de Fiscalização de 2011 e de ações pontuais referentes a impugnações de créditos tributários lançados como resultado de fiscalização de anos anteriores.

No exercício foram realizadas, também, 24 ações de fiscalização referentes à arrecadação do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) e da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP), trabalho que envolveu sete entidades.

ELEIÇÕES 2012

Em outubro, servidores da Anatel em todos os estados acompanharam a monitoração das redes usadas para a transmissão de dados entre os cartórios eleitorais, os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) durante o primeiro e o segundo turnos das eleições municipais de 2012.

Nas semanas que precederam os dias de votação, servidores das unidades descentralizadas da Agência realizaram reuniões e mantiveram contato com os secretários de informática dos TREs e representantes das prestadoras para identificar os problemas que poderiam ocorrer e conhecer os planos de contingência para contorná-los.

O planejamento e a coordenação dessas atividades foram feitas a partir da sede da Anatel, em Brasília. Durante os dois dias de votação, gerentes e equipes de fiscalização ficaram de sobreaviso.

No primeiro turno, o acompanhamento também foi feito dentro dos Centros de Gerência de Redes da Telefônica, em São Paulo; da Oi, no Rio de Janeiro; e da Embratel, no Distrito Federal.

Durante o período de monitoramento foram verificadas poucas falhas, todas pontuais e resolvidas por planos de contingência, sem impactos no processo eleitoral.

BENS REVERSÍVEIS

Em setembro de 2012, a Anatel colocou à disposição da sociedade, por meio de seu portal na internet, a relação dos bens reversíveis – aqueles usados pelas concessionárias para a prestação do serviço de telefonia fixa e que serão revertidos para a União ao término da concessão, em 2025.

A Relação de Bens Reversíveis registra os equipamentos, a infraestrutura e qualquer outro direito ou bem, móvel ou imóvel, integrantes do patrimônio da concessionária, de sua controladora, controlada ou coligada, indispensáveis à continuidade da prestação do serviço no regime público.

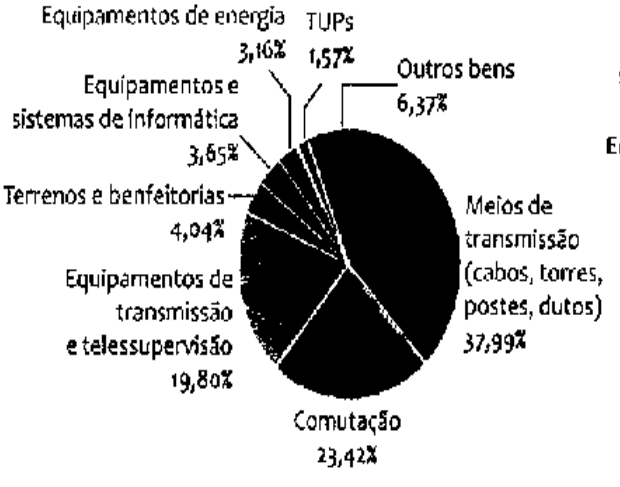
Estão registrados nas relações referentes a 2012, ano-base 2011, mais de oito milhões de itens patrimoniais, cujo valor histórico de aquisição alcançou mais de R$ 108 bilhões, com valor contábil superior a R$ 17 bilhões. Os gráficos abaixo mostram a distribuição desses valores.

Respeitada a regulamentação, as relações de bens reversíveis podem sofrer alterações decorrentes de atualizações realizadas na infraestrutura que suporta a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), de atividades de acompanhamento e controle dos bens reversíveis realizadas pela Agência e de ações de fiscalizações da Anatel junto às concessionárias. A divulgação das relações de bens reversíveis é mais uma forma de a Agência aumentar a transparência e, ao mesmo tempo, fomentar a participação da sociedade em suas ações.

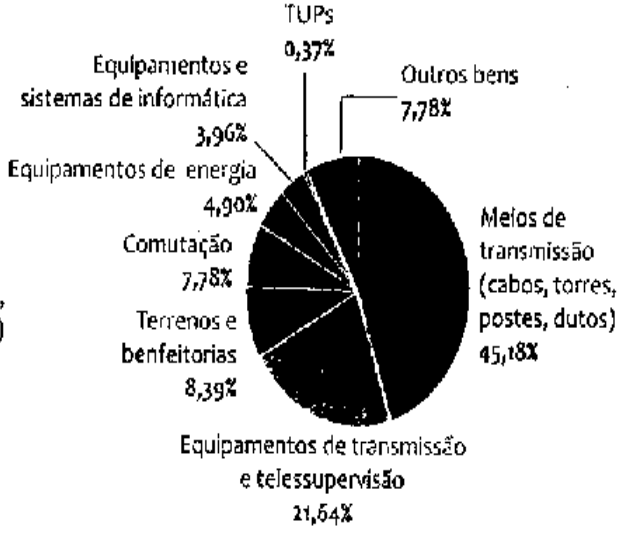
Ao longo do ano, o acompanhamento e o controle dos bens reversíveis foram realizados por meio do recebimento, do tratamento e da análise das informações das concessionárias. O volume de itens patrimoniais cresceu em relação a anos anteriores devido aos inventários determinados pela Anatel. No exercício, a Agência realizou fiscalizações pontuais para análise de solicitações de anuências prévias e verificação da existência de bens reversíveis envolvidos em notícias de venda de bens das concessionárias.

DISTRIBUIÇÃO DOS BENS REVERSÍVEIS

Valor de aquisição
R$ 108,3 bilhões



Valor contábil
R$ 17,4 bilhões



Regulamento de Fiscalização

No exercício, a Anatel aprovou, por meio da Resolução 596/2012, uma série de alterações no Regulamento de Fiscalização com o objetivo de conferir maior eficiência e celeridade às atividades fiscalizatórias desenvolvidas pela Agência.

A nova versão do regulamento estabelece os limites, os procedimentos e os critérios para o exercício das atividades de fiscalização da execução, da comercialização e da prestação dos serviços, da implantação e do funcionamento das redes de telecomunicações, bem como da utilização dos recursos de órbita, de numeração e do espectro de radiofrequências, entre outros.

Entre as inovações do documento está a possibilidade de a Anatel se utilizar do acesso *on-line* a sistemas, aplicativos e facilidades tecnológicas das prestadoras com o propósito de obter informações para fins de fiscalização.

No final de 2012, uma comissão formada por representantes das superintendências da Anatel discutia a implementação do modo de fiscalização *on-line*.

Regulamento de Sanções Administrativas

Por meio da Resolução 589/2012, a Anatel aprovou a revisão do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas. A norma estabelece os parâmetros e os critérios para a aplicação de sanções administrativas por infrações à Lei 9.472/1997 e às demais normas aplicáveis, bem como por inobservância dos deveres decorrentes dos contratos de concessão, dos atos de designação ou dos atos e termos de permissão, de autorização de serviço, de autorização de uso de radiofrequência, de direito de exploração de satélite, ou, ainda, dos demais atos administrativos de efeitos concretos expedidos pela Agência.

O regulamento traz inovações como:

- atualização dos valores mínimos e máximos de multa com base no porte das empresas e não mais por tipo de serviço prestado;
- instituição de rito sumário para infrações de simples apuração a serem definidas por Ato do Conselho Diretor;
- criação de incentivos à regularização da infração e de desincentivos à litigância administrativa e judicial;
- aprimoramento dos critérios de aplicação das penalidades, especialmente a sanção de multa;
- possibilidade de celebração de compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais;
- inclusão da obrigação de fazer e de não fazer no rol das sanções passíveis de aplicação pela Anatel;
- gradação dos percentuais de circunstâncias agravantes e atenuantes;
- aprovação, pelo Conselho Diretor, das metodologias para o cálculo das sanções de multa; e
- suspensão automática da exigibilidade da multa aplicada quando da interposição de recursos.

A revisão do Regulamento de Sanções Administrativas teve como objetivo aprimorar os parâmetros e os critérios para aplicação de sanções administrativas, além de fortalecer a capacidade regulatória da Anatel pela criação de incentivos à regularização de infrações e reparação de danos aos usuários, bem como de desin-

centivos à litigância, sempre em atenção aos princípios da eficiência, da celeridade e da economia processual.

PADOS E MULTAS

Em 2012, a Anatel instaurou quatro mil procedimentos para apuração por descumprimento de obrigações (Pados) – volume 17,1% menor que o registrado no exercício anterior. Essa redução foi causada, principalmente, pelo maior número de fiscalizações centralizadas, que resultam na abertura de apenas um processo com as irregularidades identificadas em todos os estados envolvidos. O número de Pados encerrados, por outro lado, superou em 47,5% o de 2011, alcançando a marca de 13,1 mil processos.

A tabela abaixo mostra o número de procedimentos instaurados e encerrados desde 2006.

Entre os principais motivos para a instauração de Pados destacam-se:

- nos serviços de TV por Assinatura, descumprimento do cronograma de implementação do sistema (Home-Passed), descumprimento de exigências da Anatel, violação aos direitos dos usuários e alterações societárias não comunicadas no prazo legal;

- nos serviços privados, ausência de formalização de contrato com o usuário, discriminação no atendimento aos usuários, não atendimento das obrigações constantes do Decreto do SAC;

- na telefonia fixa, interrupções na prestação do serviço, descumprimento das metas de qualidade, não submissão de anuência prévia, cobrança indevida, não disponibilização, nos pontos de venda, de cartões indutivos de 20 créditos, não cumprimento de regras de bloqueio, interceptação e cancelamento dispostas na regulamentação da Anatel, infrações à universalização;

- na fiscalização do espectro, uso não autorizado do serviço ou de radiofrequência (atividade clandestina) e uso irregular de radiofrequência (irregularidades técnicas nas estações de telecomunicações e radiodifusão); e

- utilização de produtos não homologados pela Anatel.

EVOLUÇÃO DOS PADOS

Situação	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Instaurados	6.514	3.210	2.214	3.655	3.894	4.893	4.055
Encerrados	3.244	5.299	7.777	9.353	7.288	8.909	13.138

Em 2012, as 3,3 mil multas constituídas pela Anatel -- aquelas apuradas e consolidadas, contra as quais não cabem recursos, encontrando-se superada a fase do contencioso administrativo – somaram R$ 1 bilhão, superando em 58,6% o registrado no exercício anterior. As multas arrecadadas no período totalizaram R$ 72,3 milhões, conforme aponta o gráfico abaixo.

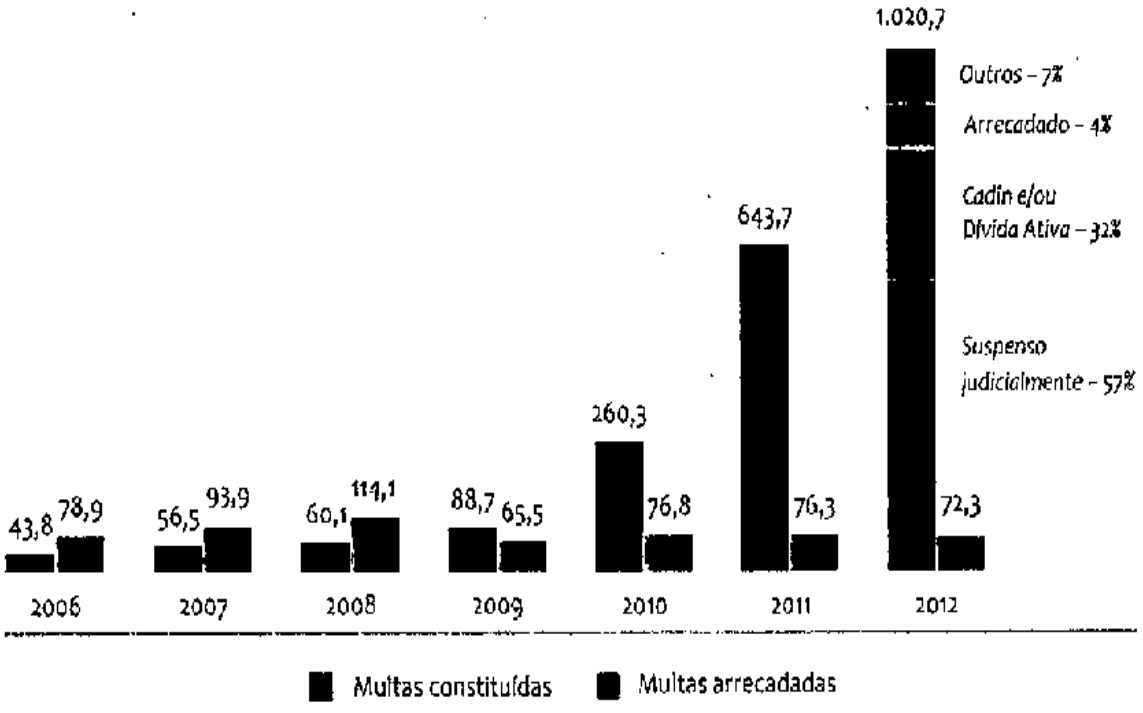
Das multas aplicadas entre 2000 e 2012, a Anatel constituiu o quantitativo de 38,5 mil – em termos financeiros, o equivalente a R$ 2,2 bilhões. Até o final de 2012, 56% das multas constituídas haviam sido integralmente pagas, resultando em arrecadação de R$ 448,7 milhões – o que, em termos financeiros, corresponde a 19,9% das multas. No período, a Agência arrecadou, ainda, R$ 3,2 milhões em multas parcialmente pagas. A tabela a seguir detalha esses valores.

ENTENDA MELHOR

Multas constituídas são as apuradas e consolidadas por meio de regular processo administrativo em que não seja mais cabível qualquer recurso, encontrando-se, assim, superada a fase do contencioso administrativo. Somente após o trânsito em julgado a sanção torna-se líquida, certa e exigível e a Anatel pode adotar as ações de cobrança cabíveis.

Multas arrecadadas são os valores recolhidos no exercício, independentemente da data da aplicação da multa e se ocorreu, ou não, a publicação.

MULTAS
(em R$ milhões)



Quantitativos alterados devido a revisão de sistemas e depuração da base de dados

MULTAS CONSTITUÍDAS (2000 – 2012)				
Montante arrecadado integralmente				
Situação	Financeiro		Quantidade	
	Em R$	Participação	Multas	Participação
Multas arrecadadas	448.668.414,46	19,94%	21.564	55,96%
Montante arrecadado parcialmente				
Situação	Financeiro		Quantidade	
	Em R$	Participação	Multas	Participação
Suspensas judicialmente	2.646.468,07	0,12%	8	0,02%
Parceladas	59.860,03	0,00%	88	0,23%
Cadin e/ou Dívida Ativa	349.875,11	0,02%	465	1,21%
Comunicado Cadin expedido	122.614,85	0,01%	104	0,27%
Comunicado Cadin pendente de expedição	4.128,89	0,00%	16	0,04%
Subtotal	3.182.946,95	0,14%	681	1,77%
Montante não arrecadado				
Situação	Financeiro		Quantidade	
	Em R$	Participação	Multas	Participação
Suspensas judicialmente	1.363.819.629,83	60,60%	449	1,17%
Parceladas	3.124.040,20	0,14%	598	1,55%
Cadin e/ou Dívida Ativa	362.826.452,10	16,12%	13.366	34,69%
Comunicado Cadin expedido	68.414.854,85	3,04%	1.850	4,80%
Comunicado Cadin pendente de expedição	365.106,62	0,02%	26	0,07%
Subtotal	1.798.550.083,60	79,92%	16.289	42,27%
Total	2.250.401.445,01	100,00%	38.534	100,00%

Os montantes integralmente e parcialmente arrecadados correspondem ao valor principal recolhido, sem o acréscimo de juros e correção monetária. O montante ainda não arrecadado corresponde ao saldo devedor principal, desconsiderando os acréscimos moratórios.

A Anatel tem adotado as medidas necessárias para a cobrança das multas ainda não arrecadadas. Das 16,3 mil multas ainda não quitadas, 34,7% já foram inscritas no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) e/ou na Dívida Ativa e 1,6% delas estão parceladas. Entre as multas parcialmente arrecadadas, 465 foram inscritas no Cadin e/ou na Dívida Ativa e 88 estão parceladas.

Para 1,8 mil multas ainda não arrecadadas – equivalentes a R$ 68,4 milhões – e outras 104 parcialmente arrecadadas, foram expedidos comunicados para os devedores, informando-os de que o não pagamento dos débitos implica na inclusão no Cadin, no prazo de 75 dias, podendo acarretar, também, a inscrição do nome do devedor em Dívida Ativa. Após esse prazo, caso não haja pagamento, a Anatel inscreve o devedor no Cadin e encaminha o processo para inscrição em Dívida Ativa e ajuizamento de execução fiscal, ressalvados os casos em que o valor do crédito seja inferior aos limites mínimos: R$ 500, para a Dívida Ativa e mil reais para o Cadin.

As multas em fase de notificação (Comunicado Cadin pendente de expedição), na maioria dos casos, correspondem a créditos recentemente constituídos de forma definitiva, para os quais ainda não foi expedido o comunicado para inscrição.

Embora, em termos físicos, apenas 1% das multas constituídas estivessem, no final de 2012, suspensas judicialmente, em termos financeiros, elas somavam 60,6% das multas – resultado do fato de que as empresas de grande porte, que tendem a recorrer ao Judiciário, respondem por sanções de alto valor. Por meio de sua Procuradoria, a Anatel tem atuado na esfera judicial para adotar as medidas de cobrança necessárias.

No exercício, o volume financeiro constituído representou 45,4% de todo o montante constituído pela Agência entre 2000 e 2012. Essa concentração em um único ano indica que a Anatel constituiu sanções de elevado valor financeiro, cuja aplicação se deu em exercícios anteriores, mas com decisão final deferida em 2012.

O inadimplemento das obrigações com a Anatel pode ter implicações como restrição da certidão negativa de débitos e o impedimento de licenciamento de novas estações. A regularidade fiscal das prestadoras é importante por ser condição para que elas possam, por exemplo, participar de licitações, requerer outorgas e celebrar contratos com a Agência. Tal requisito se traduz em incentivo à regularização dos débitos das empresas.

Entre as ações voltadas à melhoria da gestão das multas, destaca-se a publicação do novo Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado por meio da Resolução 589/2012. Além disso, a Anatel criou, em maio de 2012, Grupo de Trabalho, composto por representantes das áreas envolvidas nos processos sancionatório e de arrecadação, com o objetivo de debater e implementar novos procedimentos e rotinas, incluindo ferramentas sistêmicas, que visam melhorar os processos de constituição e cobrança das multas aplicadas e constituídas.

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

Em 2012, a Anatel deu continuidade a suas atividades de cooperação bilateral e multilateral com parceiros internacionais do setor de telecomunicações.

Além de manter diálogos sobre Sociedade da Informação com representantes dos Estados Unidos, de Portugal e da União Europeia, a Agência recebeu reguladores de países como Costa Rica, Guiné-Bissau e Paraguai para troca de experiências em assuntos como gerenciamento de espectro, proteção dos direitos dos usuários, leilões de faixas de frequência, portabilidade, *roaming* internacional e coordenação de posições em foros internacionais. Na preparação para os grandes eventos internacionais que ocorrerão no Brasil nos próximos anos – tais como a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016 –, foram realizados encontros técnicos com reguladores da China e do Reino Unido, países que organizaram os dois últimos Jogos Olímpicos.

No plano regional, o Brasil sediou a Assembleia-Geral Extraordinária da Associação de Reguladores de Comunicações e Telecomunicações da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (ARCTEL-CPLP) e a XLIV Reunião do Subgrupo de Trabalho nº 1 (SGT-1) "Comunicações" do Mercado Comum do Sul (Mercosul). A Anatel coordenou, ainda, a realização do Seminário ARCTEL-CPLP sobre *Segurança Cibernética e Neutralidade de Rede* e do *Seminário Regional sobre Notificação Eletrônica de Serviços Terrestres*. Na XV Cúpula do Regulatel, o Brasil apresentou contribuições ao Projeto de *Roaming* Internacional, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, do qual participam 13 países da América do Sul e do Caribe.

Essas atividades de cooperação estão alinhadas à Política Externa Brasileira e colaboraram para estreitar os laços da Agência com as regiões africana e sul-americana.

UIT

Ao longo do ano, foram aprovadas diversas propostas apresentadas pela Anatel em foros internacionais. No exercício, a União Internacional de Telecomunicações (UIT) realizou três de seus principais eventos: a Conferência Mundial de Radiocomunicações (CMR-12), a Assembleia Mundial de Normalização de Telecomunicações (AMNT) e a Conferência Mundial de Telecomunicações Internacionais (CMTI-12).

A Sessão 2012 do Conselho da UIT, realizada em Genebra, na Suíça, em julho de 2012, aprovou a proposta apresentada pela delegação brasileira de gratuidade dos Regulamentos Internacionais de Telecomunicações e dos Regulamentos de Radiocomunicações. Desde então, os documentos podem ser acessados no portal da UIT na Internet. A Decisão 571 foi aprovada com apoio dos 48 estados-membros do Conselho da UIT presentes à Sessão Plenária e assegurou maior transparência e publicidade aos regulamentos.

CMR-12

A Conferência Mundial de Radiocomunicações 2012 (CMR-12) foi realizada no início do exercício e trouxe importantes resultados para o desenvolvimento das radiocomunicações, definindo questões regulatórias para a harmonização do uso do espectro. Além de coordenar a delegação brasileira, integrada por representantes dos setores de telecomunicações e de radiodifusão, a Anatel presidiu a região das Américas na fase preparatória e durante a Conferência.

Dentre os resultados da CMR-12, destacam-se decisões sobre faixa de frequência destinada à tecnologia VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado), atualização de resolução garantindo apoio da UIT aos países na implantação de processos de notificação eletrônica de serviços terrestres para coordenação e mitigação de interferências em zonas de fronteira, novas provisões regulatórias relacionadas ao espectro para o Serviço Móvel Aeronáutico, método de trabalho para harmonização do espectro e novos procedimentos de coordenação internacional de redes de satélites.

Também como resultado da CMR-12, foram preliminarmente definidos itens de agenda das próximas edições da Conferência, a serem realizadas em 2015 e em 2018.

AMNT-12

Realizada entre 19 e 30 de novembro de 2012, em Dubai, nos Emirados Árabes, a Assembleia Mundial de Normalização de Telecomunicações (AMNT) também foi positiva: a delegação brasileira, composta por servidores da Anatel, conseguiu a aprovação da maioria das propostas encaminhadas à deliberação dos 104 países-membros da UIT, entre elas, a de Resolução sobre mecanismos de incentivo à participação de acadêmicos nos trabalhos técnicos do setor de normalização da entidade (UIT-T).

A delegação aprovou, também, novas questões para a Comissão de Estudos 11 sobre especificações de teste de conformidade e interoperabilidade. Com relação ao gerenciamento de redes, foi decidido que serão estudados aspectos regulatórios relacionados à qualidade de serviço e à qualidade de experiência, temas em que a Anatel tem interesse.

O Brasil apresentou, ainda, propostas de revisão de resoluções existentes, a maioria delas sob a forma de Propostas Interamericanas, com o apoio de outros países membros, apresentadas por intermédio da Citel.

CMTI-12

Em dezembro, servidores da Anatel integraram a delegação que representou o Brasil na Conferência Mundial de Telecomunicações Internacionais (CMTI-12), realizada em Dubai com o objetivo de revisar os Regulamentos de Telecomunicações Internacionais (ITRs, do inglês *International Telecommunication Regulations*).

As quatro propostas defendidas pelo Brasil sobre *roaming* internacional foram aprovadas. A delegação brasileira atuou para aprovar medidas que incentivam a prática de preços de *roaming* mais razoáveis, a maior transparência em relação aos valores cobrados pelos serviços e condições de acesso, a aplicação de padrões de qualidade de serviço similares ao oferecido aos usuários do país visitado e a criação de condições diferenciadas para *roaming* em zonas de fronteira.

A delegação brasileira também enviou à CMTI-12 uma proposta – aprovada ao final da Conferência – de incentivo a criação de pontos regionais de troca de tráfego internacional, com os objetivos de criar condições favoráveis à melhoria da qualidade, conectividade e resiliência das redes; fomentar a competição; e reduzir os custos de interconexão de redes de telecomunicações internacionais.

Além disso, o Brasil apresentou proposta reconhecendo a importância da UIT em discutir os aspectos técnicos relacionados à segurança, com comando aos estados-membros para que encorajem, em seus territórios, a adoção de medidas que assegurem a segurança das redes.

A preparação para a Conferência incluiu a realização de mais de 30 reuniões abertas à sociedade. Além disso, a minuta dos ITRs foi submetida a consulta pública. O resultado desse processo foi ampla adesão de representantes dos mais diversos setores da sociedade.

APOIO A BRASILEIROS NO EXTERIOR

Como resultado de parceria entre a Anatel e o Ministério das Relações Exteriores – com a colaboração das prestadoras de telefonia móvel –, foi iniciado, em julho de 2012, projeto-piloto de envio de mensagens para brasileiros em viagem ao exterior. Ao chegarem a seus destinos, os viajantes passaram a receber SMS (torpedo) informando os números de telefones dos consulados brasileiros.

O projeto-piloto *SMS de boas vindas* tem como objetivo principal facilitar o contato dos cidadãos brasileiros, em casos de emergência, com os consulados dos países visitados.

Os primeiros a receberem a mensagem foram os brasileiros que viajaram para Portugal e Espanha. As representações brasileiras nesses países têm monitorado a quantidade de chamadas para os consulados, de modo a avaliar a efetividade do projeto-piloto. Após análise dos órgãos envolvidos, será estudada a possibilidade de implementação do projeto em outros destinos.

GRANDES EVENTOS INTERNACIONAIS

Em fevereiro de 2012, a Anatel lançou, em seu portal na internet, um espaço com informações relacionadas aos grandes eventos internacionais que serão promovidos no Brasil nos próximos anos. A página é direcionada, principalmente, a operadores de redes, emissoras de rádio e televisão e profissionais responsáveis pela transmissão dos eventos. A Agência disponibilizou, também, uma versão em inglês da página, com foco no público especializado internacional.

Por meio deste espaço no portal é possível obter orientações da Agência sobre autorização de uso temporário do espectro e certificação de equipamentos para atuação no Brasil, bem como informações sobre legislação de telecomunicações no País, evolução da regulamentação do setor e canais de comunicação com a Anatel, entre outros assuntos.

A iniciativa pretende facilitar o acesso a informações técnicas sobre o setor de telecomunicações e conferir mais transparência às contratações relacionadas à Copa 2014. Além de ter sediado, em 2012, a conferência Rio+20, o Brasil será sede da Copa das Confederações, em 2013; da Copa do Mundo, em 2014; da Copa América, em 2015; e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, em 2016. Cabe à Anatel administrar o uso das radiofrequências e fiscalizar o funcionamento de equipamentos com o objetivo de evitar interferências prejudiciais às transmissões durante os grandes eventos.

Por meio de Resolução do Grupo Executivo da Copa do Mundo Fifa de 2014 (Gecopa), publicada em abril de 2012, o Governo Federal incluiu as atividades de telecomunicações na Matriz de Responsabilidades – documento que estabelece os compromissos de estados e municípios com ações referentes à Copa de 2014.

Com isso, foi prevista a destinação de R$ 171 milhões, distribuídos entre os exercícios de 2012, 2013 e 2014, para que a Anatel exerça suas atribuições durante o evento esportivo, em especial as relacionadas à gestão do uso do espectro e ao mapeamento de infraestruturas críticas de telecomunicações.

O planejamento da Agência inclui, para cada cidade-sede, estações de radiomonitoragem em estádios, aeroportos e fan fests, além de equipamentos para testes de qualidade dos serviços móveis.

A Anatel ainda tomará medidas regulatórias, como a emissão de licenças de uso temporário do espectro; mapeamento dos riscos na infraestrutura crítica de telecomunicações; e suporte à mobilidade dos agentes, possibilitando o acesso em tempo real a sistemas.

A Anatel tem quatro projetos prioritários em seu Programa de Ações para os Grandes Eventos Internacionais:

- **uso temporário do espectro:** o projeto tem como objetivo atender à demanda de solicitações de uso temporário do espectro, comuns em grandes eventos internacionais. Na Copa do Mundo da África do Sul, por exemplo, foram recebidos mais de três mil pedidos. No Brasil, no Carnaval e na Fórmula 1, são recebidas aproximadamente 500 solicitações desse tipo. Devido a esse aumento de demanda, faz-se necessário o planejamento técnico adequado, que implicará na aquisição de sistema de apoio para o gerenciamento do espectro, de forma a garantir o sucesso das transmissões de som e imagem dos jogos esportivos;

- **fiscalização e monitoração do espectro:** o projeto tem como objetivo planejar, gerenciar e coordenar os recursos de espectro para garantir que os diversos segmentos atuem em conformidade com a regulamentação brasileira, além de viabilizar ações coordenadas de fiscalização para imprimir maior eficiência na localização e neutralização de fontes interferentes. Para viabilizar esse projeto, é necessária a aquisição de sistemas e equipamentos que farão a monitoração de satélites, do espectro e de radiação não ionizante, além da avaliação de cobertura e qualidade de serviços móveis;

- **acesso a banco de dados e mobilidade:** por meio do projeto, pretende-se possibilitar solução rápida e precisa de problemas ocorridos durante os eventos internacionais, com a possibilidade de acesso, em tempo real, a informações constantes das bases de dados da Anatel; possibilitar mobilidade das equipes de fiscalização para solucionar problemas de interferências dentro ou fora dos estádios, no menor tempo possível; garantir a integridade do perímetro da rede de dados da Agência e a recuperação imediata no caso de incidentes de segurança da informação; e divulgação (em português, inglês e espanhol) das informações e atos normativos da Anatel aplicáveis aos operadores de serviços de telecomunicações. O público-alvo do projeto são os usuários internacionais especializados, que desconhecem a estrutura regulatória nacional; e

- **projeto setor:** pretende dimensionar os recursos para atender as necessidades de modernização e atualização do setor de telecomunicações, com vistas a atender a demanda de infraestrutura prevista para a Copa das Confederações e a Copa do Mundo.

Em 2012, a Anatel comprometeu todo o orçamento (R$ 45,7 milhões) – além de outros R$ 6,8 milhões de seu orçamento ordinário – em projetos que atenderão as demandas da Copa. Esses investimentos, que podem ser acompanhados pelo site da Anatel e pelo Portal da Transparência da Controladoria Geral da União, contemplaram a aquisição de solução de gestão do

espectro, de estações móveis de radiolocalização e radiomonitoragem, de estações de monitoração de radiação não ionizante, de estações móveis de radiovideometria, de sistema de avaliação de cobertura e qualidade de serviços móveis, incluindo banda larga, e de analisadores de espectro de alto desempenho. Em 2013, terá continuidade o processo de construção de uma infraestrutura de alto desempenho compatível com as necessidades atuais do Brasil.

RIO+20

Em junho de 2012, a Anatel participou da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Na ocasião, a Agência apresentou propostas para incentivar o desenvolvimento das telecomunicações no País, promover a inclusão social e minimizar o impacto ambiental no setor.

Em seminário promovido pela UIT e pelo Ministério das Comunicações, a Anatel anunciou o estudo de medidas para regulamentar mais detalhadamente o descarte de baterias utilizadas por produtos de telecomunicações, em conformidade com as normas do Ministério do Meio Ambiente. Na mesma ocasião, divulgou que estava prevista a elaboração de regulamento sobre certificação de equipamentos com vistas a conferir um "selo verde" para os produtos mais eficientes e com menor impacto ambiental.

Além disso, a Agência informou que estuda a criação de mecanismos de incentivo para que as empresas de telecomunicações adotem práticas que as credenciem a integrar o Índice de Sustentabilidade da Bovespa – composto por ações de empresas que possuem as melhores práticas em sustentabilidade – e a inclusão de uma linha de pesquisa "verde" para telecomunicações, com recursos do Fundo para o Desenvolvimento das Telecomunicações (Funttel).

EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

Entre maio e junho de 2012, a Anatel realizou missão técnica à China com o objetivo de coletar dados e experiências sobre infraestrutura de telecomunicações, espectro, fiscalização e certificação de produtos, entre outros, relevantes à preparação das Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016. O programa de trabalho da missão foi estruturado em torno de 129 questões, que abarcaram os principais temas em discussão no Grupo de Trabalho da Anatel sobre os Grandes Eventos. Além de responder às questões apresentadas pelos representantes da Agência, os chineses contribuíram com diversos dados, publicações e apresentações sobre as telecomunicações nas Olimpíadas.

Durante a fase final dos Jogos Paralímpicos de Londres, fiscais da Anatel acompanharam atividades de campo do Office of Communications (Ofcom), agência reguladora setorial britânica. A missão técnica teve por objetivo obter informações para subsidiar os projetos da Agência relacionados aos grandes eventos internacionais. Os fiscais estiveram no Centro de Operações Técnica, em arenas utilizadas nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, no Centro Nacional de Monitoragem do Ofcom, no estúdio da BBC de Londres e no Centro Internacional de Radiodifusão.

Além das visitas técnicas, foram realizadas reuniões com o regulador britânico sobre os desafios enfrentados no planejamento do espectro, as quantidades de licenças expedidas e os sistemas utilizados. Também foram debatidas as particularidades dos equipamentos utilizados pelos usuários especializados no evento, suas quantidades e as consequentes peculiaridades do licenciamento.

Os membros da delegação da Anatel debateram com os representantes do Ofcom os aspectos logísticos do

evento, tais como acomodações, alimentação, transporte, controle das credenciais, comunicação entre os agentes e equipamentos de fiscalização.

CBCs

Por meio das Comissões Brasileiras de Comunicação (CBCs), a Anatel estimula o engajamento da academia, de atores privados e de outros órgãos do governo a contribuir diretamente para a projeção do País no cenário internacional e, com isso, desenvolver o mercado nacional de telecomunicações. A participação nas comissões é aberta a toda a sociedade, bastando que os interessados cadastrem-se na área destinada às comissões no portal da Agência na internet.

As CBCs debatem questões técnicas com o intuito de reunir sugestões, esclarecer conceitos e consolidar propostas que orientem as posições brasileiras no exterior. Além disso, por meio das comissões, o conhecimento gerado no Brasil por entidades voltadas à produção, à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias alcança visibilidade, respeito e aceitação internacional.

São quatro as comissões encarregadas de organizar os trabalhos dos foros internacionais de telecomunicações: Governança e Regimes Internacionais; Radiocomunicações; Normalização de Telecomunicações; e Desenvolvimento das Telecomunicações.

DIREITOS DO CONSUMIDOR

CAMPANHA

Em março de 2012, durante a semana do Dia Mundial do Consumidor, a Anatel realizou uma campanha para reforçar o conhecimento dos usuários de serviços de telecomunicações sobre alguns dos principais direitos previstos na regulamentação editada pela Agência. A campanha foi desenvolvida por meio dos perfis da Anatel no Twitter e no Facebook, com o objetivo de ressaltar os principais direitos dos usuários e despertar na sociedade o interesse em conhecer melhor a regulamentação do setor.

A campanha incluiu, ainda, a produção e a elaboração de cartazes e avisos de porta com mensagens relacionadas aos direitos dos usuários de telecomunicações. O material foi enviado a todas as representações da Anatel no País para instalação nas dependências dos escritórios regionais e das unidades operacionais, de forma a ser visualizado pelos servidores e visitantes. Os arquivos foram disponibilizados no portal da Anatel na internet para reprodução pelos interessados.

CURSO *ONLINE*

Também em março, a Anatel lançou, em parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro do Senado Federal (ILB), o curso *Introdução ao Direito do Consumidor*. O curso aborda a responsabilidade civil nas relações de consumo, questões relativas a publicidade, proteção contratual, cláusulas abusivas e defesa do consumidor em juízo, entre outros assuntos. Até o final do exercício, haviam sido concluídas duas turmas desse curso – gratuito, com 40 horas-aula –, atraindo cerca de dois mil alunos.

A parceria entre a Anatel e o ILB, firmada em 2011, prevê que a Agência desenvolva o conteúdo dos cursos e o Instituto forneça o sistema de ensino à distância do Senado, o Trilhas. Os próximos cursos previstos são *Processo Administrativo*, *Auditoria*, *Gestão de Projetos* e *Fundamentos de Sistemas de Telecomunicações*, ainda sem data definida para lançamento.

Cooperação Interinstitucional

Em agosto de 2012, como resultado da assinatura de portaria interinstitucional, foi criado grupo de trabalho com o objetivo de elaborar proposta de termo de cooperação institucional, de caráter técnico e operacional, para a atuação conjunta da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), vinculada ao Ministério da Justiça, com a Anatel.

O termo de cooperação visa à proteção e à defesa dos direitos dos consumidores de serviços de telecomunicações e ao aprimoramento da atividade de regulação das telecomunicações. A proposta de termo contemplará os seguintes objetivos:

- aprimoramento dos canais de comunicação direta entre a Senacon e a Anatel;

- elaboração de guias, cartilhas, manuais, artigos e informativos sobre temas relacionados a telecomunicações, para difusão e distribuição aos usuários;

- realização de programas de capacitação e treinamento que auxiliem os técnicos de cada órgão na interpretação da legislação atinente à defesa do consumidor e ao setor de telecomunicações;

- troca de informações sobre os indicadores de problemas recorrentes no setor de telecomunicações sinalizados pelos membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC); e

- estabelecimento de mecanismos de intercâmbio para tratamento conjunto das demandas dos consumidores oriundas da Anatel e do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec), com vistas a aperfeiçoar o modelo regulatório.

Reparação aos consumidores

A regulamentação da Anatel obriga as prestadoras de serviços de telecomunicações a repararem os consumidores com medidas como a devolução em dobro de valores cobrados indevidamente. Em 2012, a Agência definiu que, no caso de usuários não identificados, as prestadoras devem depositar no Fundo de Defesa dos Diretos Difusos (FDD) os valores correspondentes à reparação de danos causados aos consumidores. O FDD é uma conta vinculada ao Ministério da Justiça que apoia projetos relacionados aos direitos transindividuais, entre os quais a proteção e defesa dos direitos do consumidor.

A determinação da Anatel impede que as prestadoras obtenham lucro em decorrência de infrações e deixem de reparar os consumidores na impossibilidade de identificação dos usuários prejudicados.

Apesar de não existir representatividade da Anatel na composição do Conselho Federal Gestor do FDD, a Agência pode buscar parcerias para encaminhar propostas de projetos que contemplem a utilização de recursos para benefício dos usuários de serviços de telecomunicações. Nesse sentido, a Anatel passou a incentivar o Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações (Cdust) e o Conselho Consultivo a apresentarem ou estimularem a apre-

sentação de projetos – ou outras medidas que entenderem pertinentes – que destinem parte dos valores arrecadados ao FDD aos consumidores de telecomunicações lesados.

PUBLICIDADE PELO CELULAR

A Agência determinou, em 2012, que os usuários de telefonia móvel recebessem mensagem de texto (SMS) por meio da qual poderiam manifestar sua intenção de não receber mensagens de cunho publicitário de sua operadora.

Em atendimento a essa orientação da Anatel, as prestadoras de telefonia móvel enviaram aos usuários que constavam de suas bases de *opt-in*, entre julho e outubro de 2012, mensagem de texto com o seguinte teor: "Por determinação da Anatel, caso não queira receber mensagem publicitária desta Prestadora, envie SMS gratuito com a palavra SAIR para XXXXX".

A decisão da Anatel partiu do entendimento de que mensagens publicitárias só podem ser enviadas a usuários que optaram previamente pelo seu recebimento, o que é conhecido como *opt-in*. O objetivo da medida adotada pela Anatel era corrigir a base de *opt-in* das prestadoras, devido à constatação de envio de mensagens de cunho publicitário a usuários que não haviam concordado em recebê-las.

Desde 2010 a Anatel desenvolve ações para regulamentar o envio de mensagens publicitárias por SMS. As prestadoras são orientadas a incluir em seus contratos cláusula em que o usuário sinalize se deseja, ou não, receber essas mensagens. A Agência também determinou a anulação de qualquer disposição contida em regulamentos de promoção que imponham ao usuário a obrigatoriedade de recebimento de publicidade via mensagem de texto.

INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE

ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS

Em 2012, a Anatel realizou 6,2 milhões de atendimentos a usuários de serviços de telecomunicações, superando em 13,5% os 5,5 milhões de atendimentos registrados no exercício anterior.

O registro das interações realizadas por todos os canais de atendimento é feito em uma mesma base

ENTENDA MELHOR

O atendimento aos usuários é feito, principalmente, por três meios:

- Central de Atendimento – principal canal de interação, disponível pelos telefones 1331 e 1332 – este último, exclusivo para pessoas com deficiência auditiva;
- Fale Conosco – canal de atendimento disponível na Internet; e
- Sala do Cidadão – atendimento pessoal prestado nas representações da Agência em cada capital por meio de estruturas organizadas para a realização de pesquisas e consultas sobre os serviços de telecomunicações, com todos os recursos necessários ao registro e ao acompanhamento das solicitações efetuadas pelos usuários.

A Anatel também atende demandas apresentadas por carta, fax ou e-mail.

de dados, de modo a possibilitar visão completa das demandas dos usuários, independentemente do canal de relacionamento utilizado. Esse sistema de registro permite que a Anatel realize o tratamento e o acompanhamento das solicitações – sejam elas pedidos de informação, reclamações, denúncias, sugestões ou elogios – e acompanhe as solicitações pendentes de resposta, as reiterações e as reaberturas de demanda.

A partir das estatísticas de atendimento monitoradas pela Anatel, é desenvolvido um panorama qualitativo e quantitativo das incidências referentes a cada serviço, cada prestadora e cada ofensor, para a adoção de ações de melhorias voltadas para as principais deficiências identificadas. O resultado dessas análises subsidia a fiscalização e a regulamentação dos serviços de telecomunicações.

A Anatel conta com uma estrutura terceirizada, envolvendo mais de 400 pessoas, com 240 posições de atendimento aos usuários. Como em anos anteriores, em 2012 a Central de Atendimento foi o canal mais utilizado, responsável por 93,6% das interações, conforme detalhado na tabela abaixo.

INTERAÇÕES POR CANAL DE ATENDIMENTO

Canal	2011		2012		Variação (2011–2012)
	Quantidade	Participação	Quantidade	Participação	
Central de Atendimento	5.231.565	95,31%	5.828.500	93,59%	11,41%
Fale Conosco *	236.760	4,32%	379.236	6,09%	60,18%
Sala do Cidadão	10.225	0,19%	10.658	0,17%	4,23%
Carta e Fax	6.793	0,12%	7.203	0,12%	6,04%
E-mail	1.108	0,02%	907	0,01%	-18,14%
Outros	596	0,01%	1.084	0,02%	81,88%
Total	5.487.047	100,00%	6.227.588	100,00%	13,50%

* Interações realizadas por meio do Focus, sistema interativo disponível no portal da Anatel na internet

A Anatel tem procurado rever e aprimorar, continuamente, suas técnicas de atendimento ao cidadão, investindo no acompanhamento da gestão de indicadores. Esse esforço resultou em um conjunto de práticas que pretendem informar, instruir e orientar o usuário dos serviços de telecomunicações. Como resultado, mais de 60% das interações dos usuários, em 2012, foram classificadas como Acompanhamento de solicitações e pedidos de informação com resposta padrão, ou seja, pedidos de informação e solicitações de usuários prontamente respondidos, a partir de *scripts* pré-elaborados.

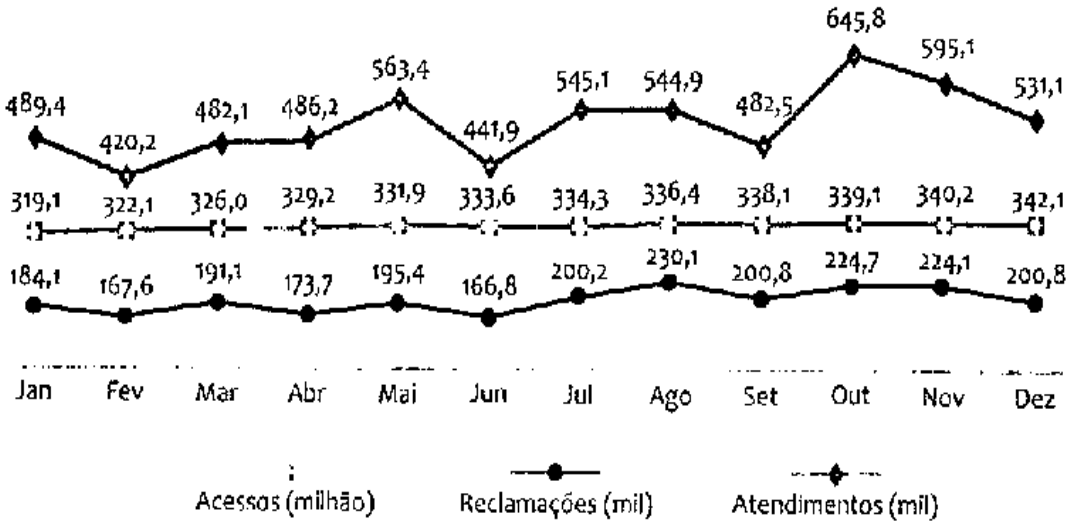
A tabela abaixo apresenta a distribuição dos atendimentos registrados ao longo de 2012 por tipo.

INTERAÇÕES POR TIPO					
Tipo de atendimento	2011		2012		Variação (2011 –2012)
	Quantidade	Participação	Quantidade	Participação	
Acompanhamento de solicitações e pedidos de informação com resposta padrão	3.608.855	65,77%	3.803.437	61,07%	5,39%
Reclamações	1.801.545	32,83%	2.359.337	37,89%	30,96%
Pedidos de informação com registro	63.010	1,15%	50.441	0,81%	-19,95%
Denúncias	8.650	0,16%	9.146	0,15%	5,73%
Sugestões	3.228	0,06%	2.074	0,03%	-35,75%
Elogios	1.759	0,03%	3.153	0,05%	79,25%
Total	5.487.047	100,00%	6.227.588	100,00%	13,50%

A Agência diferencia reclamações e denúncias, sendo estas últimas caracterizadas por registros referentes à práticas ilegais ou irregulares de serviços ou prestadores de serviços, como rádios e empresas operando sem autorização e interferências causadas por uso de radiofrequências fora das especificações técnicas. Esses registros apresentaram crescimento de 5,7% em 2012, resultado de maior parceria da Anatel com a sociedade para a adequada fiscalização dos serviços de telecomunicações.

O gráfico abaixo relaciona a evolução do número de atendimentos realizados ao longo de 2012, o crescimento da base de assinantes dos principais serviços de telecomunicações e as reclamações registradas por meio dos canais de atendimento da Agência.

EVOLUÇÃO DE ACESSOS, ATENDIMENTOS E RECLAMAÇÕES



Em 2012, a Anatel resolveu 99,3% das reclamações registradas, sendo 83,6% delas no prazo máximo de cinco dias úteis. No exercício, o índice de reclamações por mil assinantes cresceu 14,3% em relação a 2011, conforme detalhado na tabela abaixo.

Entre os motivos mais reclamados destacam-se:

- na telefonia móvel, a cobrança, que representou 41% dos registros; e os serviços adicionais – na maioria das vezes, reclamações referentes à internet móvel –, responsáveis por 10% das queixas;

- na telefonia fixa, as reclamações sobre reparo (linhas mudas ou com ruído) responderam por 31% das reclamações, seguidas pelas reclamações sobre cobrança, que somaram 28% dos registros;

- na TV por assinatura, as reclamações sobre cobrança somaram 35%; em segundo lugar, as dificuldades de cancelamento do serviço representaram 19% do total de registros; e

- na comunicação multimídia, as reclamações sobre reparo, que se caracterizam por oscilações na qualidade do sinal de internet – e refletem diretamente na queda da velocidade de tráfego de dados, ou ausência total de sinal – corresponderam a 53% do total de queixas sobre o serviço; reclamações sobre cobrança ficaram em segundo lugar, com 18% dos registros.

ÍNDICE DE RECLAMAÇÕES POR MIL ASSINANTES			
Serviço	2011	2012	Variação (2011 –2012)
Principais serviços	**0,516**	**0,590**	**14,34%**
Telefonia Móvel	0,336	0,369	9,82%
Telefonia Fixa	1,107	1,326	19,78%
Comunicação Multimídia	1,118	1,301	16,37%
TV por Assinatura	0,692	1,032	49,13%

ÍNDICE DE DESEMPENHO NO ATENDIMENTO

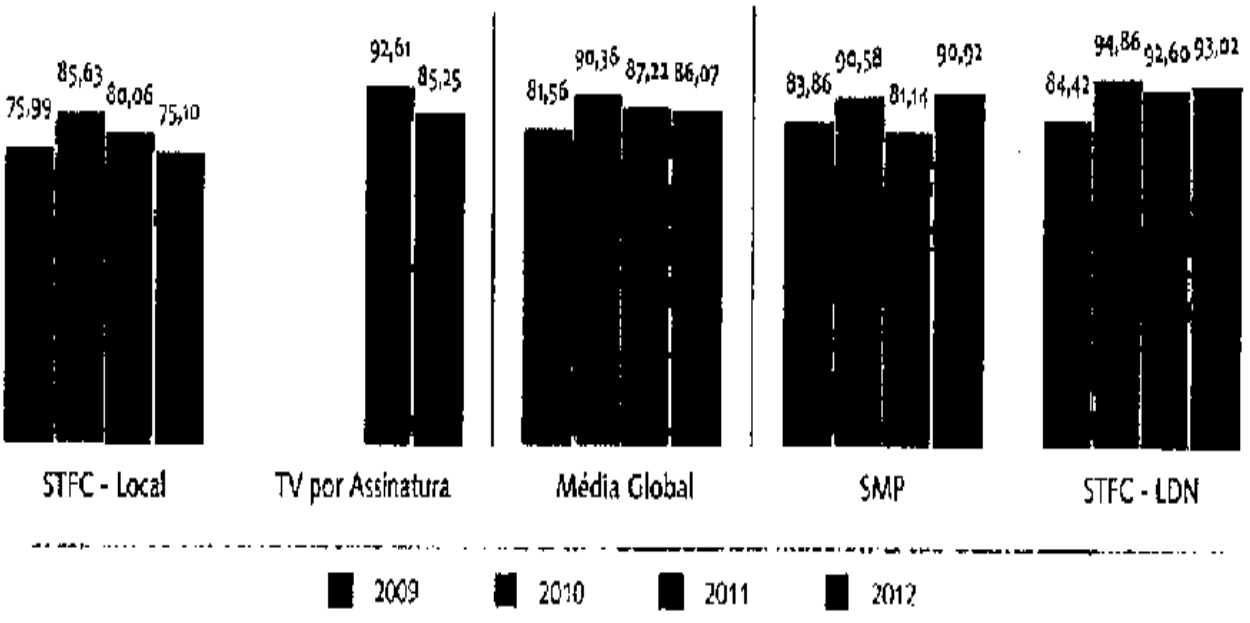
Criado em 2009 a fim de permitir a mensuração, de forma objetiva, da qualidade dos serviços ofertados pelos prestadores dos serviços de telecomunicação sob o ponto de vista do usuário, o Índice de Desempenho no Atendimento (IDA) foi incluído, em 2012, como novo indicador dos regulamentos gerais de qualidade revistos pela Agência no exercício.

Com a inclusão de novas operadoras no rol de avaliados, o setor de TV por Assinatura apresentou queda de 8% na comparação com 2011. As prestadoras de telefonia móvel, tiveram piora do Índice nos meses seguintes à edição das cautelares que suspenderam a ativação de novos acessos da prestadora com pior desempenho em cada Unidade da Federação e encerraram 2012 com resultado nove pontos percentuais superior ao do exercício anterior. Na telefonia fixa local, houve nova queda do indicador; na telefonia fixa de Longa Distância Nacional (LDN), houve ligeiro aumento em relação ao índice de 2011.

O gráfico abaixo mostra a evolução do IDA nos últimos quatro anos.

Os resultados do IDA podem ser acessados por meio da página da Anatel na internet.

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESEMPENHO NO ATENDIMENTO



CDUST

Ao longo de 2012, foram realizadas quatro reuniões do Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações (Cdust). Entre os assuntos tratados durante esses encontros, destacam-se: a avaliação de dados do Sistema Focus, usado pela Anatel para o registro das interações com os usuários, e do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec); a proposta de novas ações do Plano de Ação Pró-Usuários; a revisão do Regimento Interno do Cdust; apresentação das propostas de regulamentos de Atendimento e Cobrança, de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia e de Acesso Individual Classe Especial (Aice); as alterações do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal; o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD); e a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) sobre banda larga móvel.

Criado por meio da Resolução 107/1999, o Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações tem como principal finalidade assessorar e subsidiar o Conselho Diretor da Anatel no exercício de suas competências legais em matéria de defesa e proteção dos direitos dos usuários de serviços de telecomunicações. Além de representantes de diversos órgãos da Agência, participam do Comitê representantes do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), órgão da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça; de usuários da telefonia fixa de uso individual e de uso coletivo; de usuários de serviços móveis; de usuários de serviços de Comunicação de Massa; de usuários de outros serviços de telecomunicações; e de entidades de classe de prestadoras de serviços de telecomunicações.

CONSELHOS DE USUÁRIOS

Os conselhos de usuários do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) foram criados pela Resolução 490/2008 com o objetivo de orientar, analisar e avaliar os serviços e a qualidade do atendimento das prestadoras, além de formular sugestões e propostas para a melhoria dos serviços.

Entre as atribuições desses colegiados, destacam-se:

- cooperar com a prestadora no desenvolvimento e na disseminação de programas educativos destinados à orientação dos usuários sobre a utilização da telefonia fixa, bem como aos seus direitos e deveres;
- analisar, debater e propor soluções na existência de eventuais conflitos entre usuários e prestadora; e
- propor alternativas que possibilitem a melhoria e a adequação dos serviços prestados aos usuários.

Os conselhos são integrados por usuários e associações ou entidades que possuam, em seu objeto, característica de defesa dos interesses do consumidor e têm caráter consultivo. No final do exercício, 42 conselhos estavam em funcionamento, como detalhado na tabela abaixo:

CONSELHOS DE USUÁRIOS DO STFC	
Prestadora	Quantidade
Oi	26
Telefônica	8
CTBC	4
Embratel	3
Sercomtel	1
Total	42

A instalação dos conselhos de usuários é exigida das prestadoras com Poder de Mercado Significativo (PMS), que devem implantar pelo menos um conselho a cada dois milhões de acessos fixos em serviço em cada setor do Plano Geral de Outorgas em que detenha PMS.

A Anatel acompanha os trabalhos desses colegiados por meio de relatórios anuais de atividades encaminhados pelos conselhos de usuários; relatórios de análises e providências acerca das sugestões propostas encaminhados pelas prestadoras; atas das reuniões publicadas nos sites das prestadoras; e informações pontuais encaminhadas tanto pelos conselhos quanto pelas prestadoras. Com base nessas informações, a Agência adota providências adequadas por meio da regulação e da fiscalização dos serviços.

Em dezembro de 2012, a Anatel publicou consulta pública sobre a alteração do Regulamento de Conselho de Usuários. A proposta da Agência foi elaborada com base nas diretrizes contidas no Plano de Ação Pró-Usuários, aprovado pela Portaria 1.160/2010, e nas constantes demandas dos conselhos então existentes. Vários itens foram incluídos na proposta a partir das contribuições recebidas pela Anatel no 1º *Encontro Nacional de Conselho de Usuários*, realizado em Brasília em outubro de 2011.

Um dos principais pontos da alteração proposta na Consulta Pública é o aumento do escopo dos conselhos, de forma que eles passem a tratar também de outros serviços de telecomunicações de interesse coletivo, como o Móvel Pessoal (SMP), o de Comunicação Multimídia (SCM) e os de Televisão por Assinatura.

Consultas e Audiências Públicas

Em 2012, a Anatel realizou 55 consultas públicas destinadas a submeter minuta de ato normativo, documento ou assunto de interesse relevante a comentários e sugestões do público em geral, conforme definido no Regimento Interno da Agência, aprovado pela Resolução 270/2001. A consulta com o maior número de contribuições foi a que tratou da proposta de alteração do Regimento Interno da Agência.

A Anatel promoveu, ainda, oito audiências públicas. O assunto que reuniu o maior número de participantes foi a proposta de Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC). As audiências têm como objetivo debater ou apresentar, oralmente, matéria de interesse geral. No exercício, a fim de ampliar a participação da sociedade nas audiências públicas, a Agência passou a transmitir esses encontros pela internet.

Interação com o Congresso

Ao longo do ano, a Anatel participou de 17 audiências públicas no Congresso Nacional, sendo nove no Senado Federal e oito na Câmara dos Deputados. Entre os temas debatidos nesses encontros, o mais frequente foi a qualidade da telefonia móvel: a suspensão da ativação de novos acessos, em julho, levou o Congresso a convocar a Anatel quatro vezes para tratar do assunto. A Agência esteve presente também na instalação da Frente Parlamentar em Defesa das Telecomunicações.

No exercício, foram apresentadas 101 propostas – 88 na Câmara e 13 no Senado – de interesse direto da Anatel. Ao final de 2012, a Agência acompanhava 897 matérias

legislativas em tramitação, sendo 759 com origem na Câmara e as 138 restantes, no Senado.

Em 2012, a Agência se manifestou, perante o Ministério das Comunicações, sobre 87 proposições legislativas e respondeu a mais de 200 pedidos de esclarecimentos do Congresso Nacional (requerimentos de informações, indicações, ofícios etc.) sobre assuntos diversos, como a instalação de torres de telefonia móvel, implementação de banda larga em localidades/distritos ainda não atendidos e informações sobre a nova regulamentação do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC).

A Anatel também apresentou posicionamentos e esclarecimentos nos estados, tanto nas assembleias legislativas quanto nas câmaras de vereadores. No total, foram 64 participações – 16 em audiências públicas em legislativos estaduais e 48 nos legislativos municipais –, tendo como principais focos de discussão a qualidade da telefonia móvel, a instalação de internet em banda larga e a manutenção de orelhões.

PUBLICAÇÃO DE NOTÍCIAS

No exercício, a Agência publicou em seu portal na internet 479 notícias relacionadas às atividades da Anatel, número 18,3% maior que o registrado no exercício anterior. Além de publicadas no portal e divulgadas nas redes sociais Twitter e Facebook, as notícias da Anatel são enviadas por e-mail para 4,7 mil cadastrados e incluídas no *Correio Anatel*, boletim eletrônico com 15,5 mil assinantes. Por meio desse esforço, a Anatel mantém a sociedade informada sobre suas principais ações, ampliando a transparência de sua atuação.

BIBLIOTECA

A Biblioteca da Anatel é especializada em telecomunicações e demais assuntos relacionados às atribuições da Agência e tem como missão adquirir, disponibilizar e difundir recursos de informação – impressos e eletrônicos – a seus usuários para que sirvam de apoio a atividades acadêmicas, científicas e funcionais. Cabe à Biblioteca, também, assegurar ao público o conhecimento dos autos, documentos, decisões, informações e demais atos da Anatel, assim como a gestão do acervo bibliográfico e documental da Agência.

O acervo da Biblioteca é formado por livros, periódicos, multimeios e trabalhos acadêmicos. Ao final de 2012, a Biblioteca contava com 22.553 itens distribuídos na Sede, nos escritórios regionais e nas unidades operacionais. A Biblioteca é aberta a qualquer interessado, embora apenas servidores possam solicitar o empréstimo de publicações.

VISTAS DE PROCESSOS

No exercício, a Anatel recebeu 7.355 solicitações de cópia e/ou vista de processos. Além disso, iniciou projeto-piloto de atendimento às solicitações de cópias através da digitalização dos processos, tendo criado uma central de digitalização equipada com máquinas multifuncionais já existentes na Agência.

Como resultado dessa medida, praticamente todos os processos tramitados no atendimento documental da sede foram digitalizados e anexados ao Sistema de Controle de Rastreamento de Documentos e Processos (Sicap), o que gerou ganhos significativos em agilidade e rapidez no atendimento das solicitações. Outro ganho resultante dessa medida foi a economia processual, já que foi possível atender a demandas de outras

Unidades da Federação sem a necessidade do envio de cópias em papel.

PORTAL ANATEL

O Portal Anatel contava, no final de 2012, com 164 mil publicações, das quais 15,1 mil incluídas no exercício. Ao longo do ano, o Portal recebeu mais de 52 milhões de acessos. Entre as áreas mais visitadas, destacam-se os canais *Fale Conosco*, *Velocidade de Conexão* e *Acesso à Informação*.

Além de disponibilizar informações e documentos no site, o Portal oferece o serviço *Correio Anatel*, que possibilita a distribuição e a divulgação das publicações da Agência. O boletim é enviado diariamente, durante todo o ano. No final do exercício, o *Correio Anatel* contava com 15,5 mil assinantes.

FIQUE LIGADO!

Em março de 2012, a Anatel lançou o sistema *Fique Ligado!*, criado para a consulta de informações sobre a disponibilidade de serviços de telecomunicações. O primeiro módulo desta ferramenta permite a realização de pesquisas em mapas digitais para a localização de orelhões em todo o território nacional e a obtenção de informações sobre a condição de funcionamento de cada aparelho. Por meio do sistema, o usuário pode saber o número do orelhão, suas características e facilidades de acessibilidade.

O *Fique Ligado!* utiliza o georreferenciamento para disponibilizar na internet as informações sobre orelhões fornecidas periodicamente pelas concessionárias do STFC (Oi, Telefônica, Embratel, Sercomtel e CTBC). O sistema pode ser acessado por meio do endereço http://sistemas.anatel.gov.br/sgmu/fiqueligado/.

Em agosto de 2012, o sistema passou a oferecer aos interessados nova funcionalidade: uma área específica para localização dos pontos de venda dos cartões telefônicos das concessionárias de telefonia fixa.

No final do exercício, outras funcionalidades e melhorias estavam em desenvolvimento. A ferramenta para localização de pontos de acesso *wi-fi* instalados em todo o País – por meio da qual será possível identificar prestadora, tipo de acesso e velocidade estimada –, por exemplo, deverá ser lançada ainda no primeiro semestre de 2013.

PORTAL DE LEGISLAÇÃO

Em 5 de novembro de 2012 – dia em que completou 15 anos –, a Anatel lançou o Portal de Legislação do setor de telecomunicações. Na primeira etapa de implantação do site, foram disponibilizadas as 346 resoluções vigentes e as 12 súmulas editadas pela Agência. Gradativamente serão publicadas também as resoluções revogadas, de forma a manter o histórico do marco legal do setor. Por meio do Portal da Legislação será possível:

- busca direta em todo o conteúdo das normas;
- acesso às revogações, alterações e retificações de texto diretamente no trecho pertinente;
- *links* entre normas citadas;
- *links* diretos para os artigos e anexos das normas;
- lista de normas relacionadas;
- possibilidade de uso de ferramentas de tradução automática; e
- outros benefícios relacionados à acessibilidade, viabilizada pelo formato aberto de publicação.

Além das resoluções e súmulas da Agência, serão publicados leis e decretos pertinentes e os regulamentos, normas e demais regras em vigor – anteriores à LGT e ainda não substituídos.

A iniciativa atende às diretrizes relacionadas à assimetria informacional quanto à regulamentação das telecomunicações definidas no Plano de Ação Pró-Usuário; segue o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG), instituído pela SLTI/MPOG por meio da Portaria 3/2007; e atende ao disposto na Lei de Acesso à Informação.

PUBLICAÇÕES

A fim de ampliar e facilitar o acesso da sociedade aos documentos publicados pela Anatel, em 2012 foi disponibilizada no portal da Agência na internet uma versão do Relatório Anual referente ao exercício 2011 em formato EPUB (abreviação de *Eletronic Publication* – Publicação Eletrônica). O EPUB é um formato de arquivo digital padrão específico para *ebooks*, os livros eletrônicos. A versão do relatório foi a primeira nesse formato disponibilizada pela Agência para atender dispositivos digitais (*tablets* e *e-readers*).

A versão do relatório em PDF é voltada para a impressão (possui tamanho fixo das páginas e preserva a diagramação de seus elementos – gráficos, tipos e tamanho das fontes, por exemplo). A versão em EPUB é voltada para os dispositivos digitais, adaptando-se a qualquer tamanho de tela, possibilitando ao leitor escolher a cor do fundo e o tamanho das fontes.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA REGULAÇÃO

Em novembro de 2012, a Anatel aprovou plano de trabalho com diretrizes voltadas à ampliação da divulgação de informações aos usuários dos serviços de telecomunicações, com vistas a disseminar direitos e deveres e incentivar a participação social no processo de regulação.

O plano descreve as ações realizadas em cumprimento a determinações do Tribunal de Contas da União, bem como as planejadas. Entre as ações adotadas estão:

- a revisão do Regimento Interno;
- o acesso pelo público em geral aos documentos e informações acostados em procedimentos de apuração de descumprimento de obrigações (Pados);
- as transmissões ao vivo, pela internet, das reuniões do Conselho Diretor e dos sorteios dos relatores dos processos;
- o ingresso da Agência em redes sociais;
- a revisão da regulamentação da Agência, que tem buscado, cada vez mais, incentivar a participação da sociedade por meio das consultas públicas; e
- a aprovação, em 2010, do Plano de Ação Pró-Usuários, o qual definiu ações a serem realizadas no sentido de fortalecer a participação social nas atividades regulatórias.

Outras medidas são contínuas e integram a rotina da Agência. Os processos de elaboração e de revisão da regulamentação, por exemplo, são permanentes e permitem a participação da sociedade por meio de consultas e audiências públicas.

REORGANIZAÇÃO DA ANATEL

Em maio de 2012, a Anatel iniciou consulta pública para receber contribuições da sociedade sobre a proposta de revisão do Regimento Interno da Agência. Entre os principais objetivos da revisão estão a modernização da estrutura da Agência, adequando-a a convergência tecnológica; a divisão das competências por processos e não mais por serviços; a alocação das principais atividades da Agência em superintendências diferentes para descentralização do poder decisório; e a criação de mecanismos para aperfeiçoar a interação entre as superintendências.

O processo de participação social contou, também, com a realização de audiência pública sobre o Regimento Interno. A consulta pública seria encerrada em julho, mas, devido à relevância do tema, foi prorrogada até setembro, tendo recebido mais de 1,2 mil contribuições.

TRANSPARÊNCIA

REUNIÕES DO CONSELHO DIRETOR

Em 2012, a Anatel ampliou a transparência de suas ações. As reuniões do Conselho Diretor, por exemplo, que podiam ser acompanhadas pela sociedade, desde o final de 2011, nos auditórios da sede e das representações estaduais da Agência, passaram a ser também transmitidas pela internet, ao vivo.

As deliberações de assuntos administrativos ou de matérias com dados protegidos por lei ou pela Constituição Federal não são transmitidas. As transmissões das reuniões e dos sorteios conferiram ainda mais transparência ao processo decisório da Anatel.

As análises dos conselheiros são publicadas no portal da Agência e, desde maio de 2012, é disponibilizado na internet um boletim de estatísticas do trabalho desenvolvido pelo colegiado, com informações so-bre o número de processos e matérias distribuídas (sorteadas), bem como o volume de processos relatados e deliberados a cada mês.

REDES SOCIAIS

Também com o propósito de ampliar o conhecimento da sociedade sobre as ações da Anatel, a Agência criou, em 2012, um canal no YouTube (http://www.youtube.com/anatel) para que os interessados possam ter acesso a vídeos relacionados às atividades do órgão regulador. São colocadas à disposição da sociedade gravações das reuniões do Conselho Diretor da Anatel, de entrevistas coletivas concedidas à imprensa por representantes da Agência e de audiências e sessões públicas, por exemplo.

Também no exercício foi criado, no Twitter, o perfil *Anatel Informa* (http://twitter.com/anatel_informa). O ingresso da Agência no Twitter deu continuidade ao projeto de inserção da Anatel nas principais redes sociais usadas pelos brasileiros, ampliado, em março de 2012, com o ingresso da Agência no Facebook, também com o perfil *Anatel Informa* (http://www.facebook.com/anatel.informa).

Por meio desses canais de interação, os seguidores da Agência passaram a receber mensagens a respeito de direitos e deveres dos usuários, notícias, avisos sobre audiências e consultas públicas, *links* de cartilhas, atas, pautas e vídeos, além de materiais informativos produzidos pela Agência, entre outros conteúdos.

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Em março de 2012, a Anatel criou, por meio da Portaria 186, grupo de trabalho com o objetivo de coordenar e executar, no âmbito da Anatel, as ações necessárias ao atendimento da Lei 12.527/2011, que regula o acesso a informações públicas.

O grupo, composto por 36 servidores de diferentes áreas, teve como atribuições: subsidiar a participação da Agência no comitê de acompanhamento formado pelo Ministério das Comunicações, pela Telebrás, pelos Correios e pela própria Anatel; reunir e organizar informações para publicação em espaço específico no portal da Agência na internet; definir e organizar a infraestrutura de atendimento do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC); levantar e revisar informações classificadas, constantes de documentos, processos, bancos de dados e outros meios, entre outras atividades.

Entre maio e dezembro de 2012, a Anatel recebeu 939 pedidos de informação registrados por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC). Desse total, 886 (94%) foram atendidos – 47,8% deles, em até cinco dias, dentro, portanto, do prazo legal de 20 dias prorrogáveis por mais dez. Entre as principais informações demandadas com base na Lei de Acesso à Informação Pública estão multas aplicadas às empresas; dados do setor (quantidade de assinantes, de linhas, orelhões etc.); dúvidas sobre direitos do consumidor; e situação/cópia de processos.

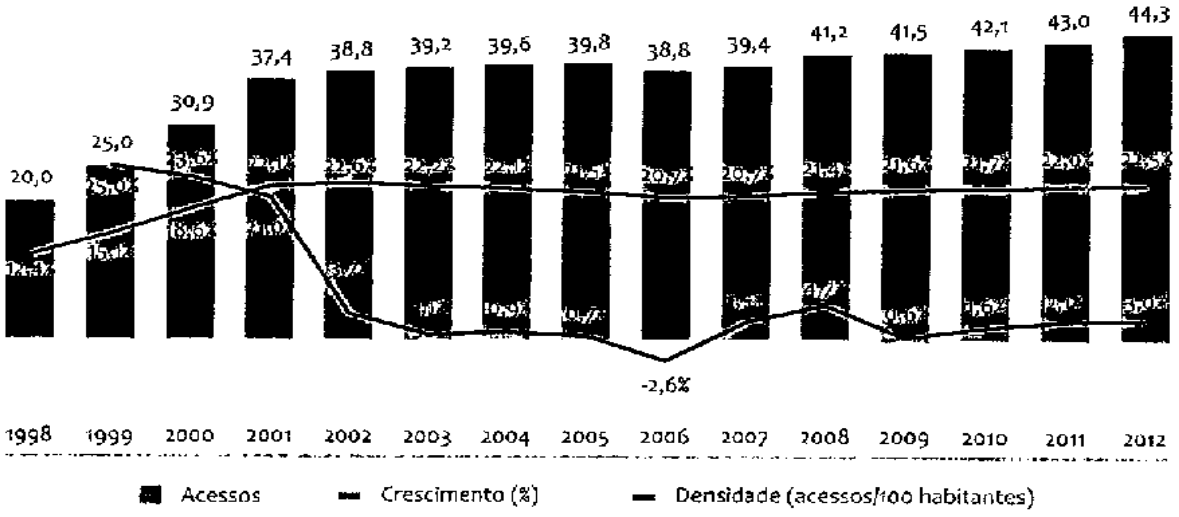
PANORAMA DOS SERVIÇOS

TELEFONIA FIXA

EVOLUÇÃO DA PLANTA

No final de 2012, o Brasil somava 44,3 milhões de acessos do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC). Em relação a 2011, houve crescimento de 3% – o maior índice desde 2008. Com esse aumento da planta de acessos fixos em serviço, a densidade da telefonia fixa alcançou a marca de 22,5 acessos para cada grupo de cem habitantes, como mostra o gráfico abaixo.

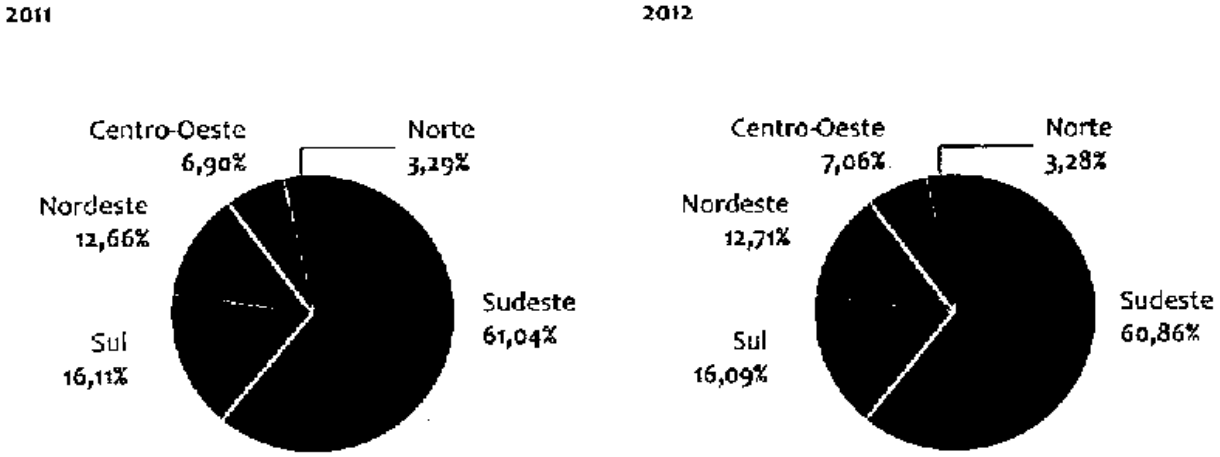
EVOLUÇÃO DOS ACESSOS EM SERVIÇO DO STFC
(em milhões)



O percentual de crescimento tem como referência o número absoluto de acessos.

Em 2012, a concentração de acessos de telefonia fixa no Brasil praticamente não apresentou variações entre as regiões em relação a 2011, como apontam os gráficos abaixo.

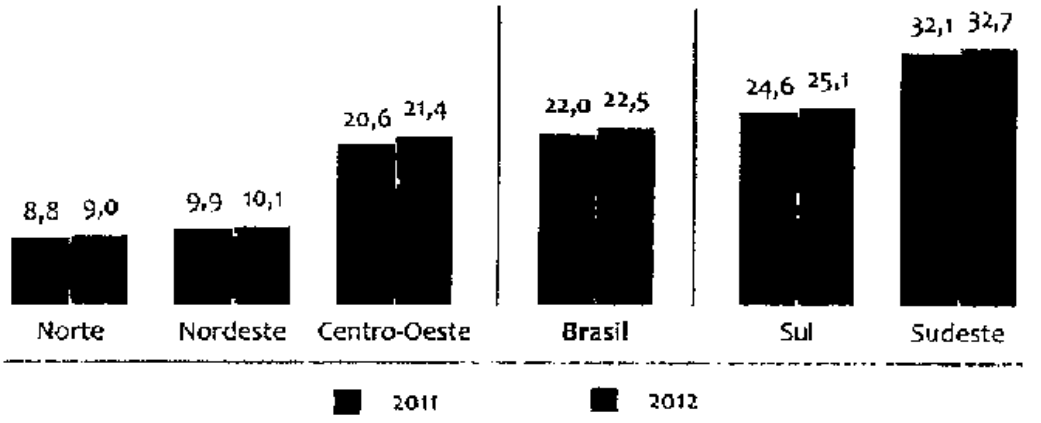
DISTRIBUIÇÃO DOS ACESSOS DO STFC POR REGIÃO



DENSIDADE

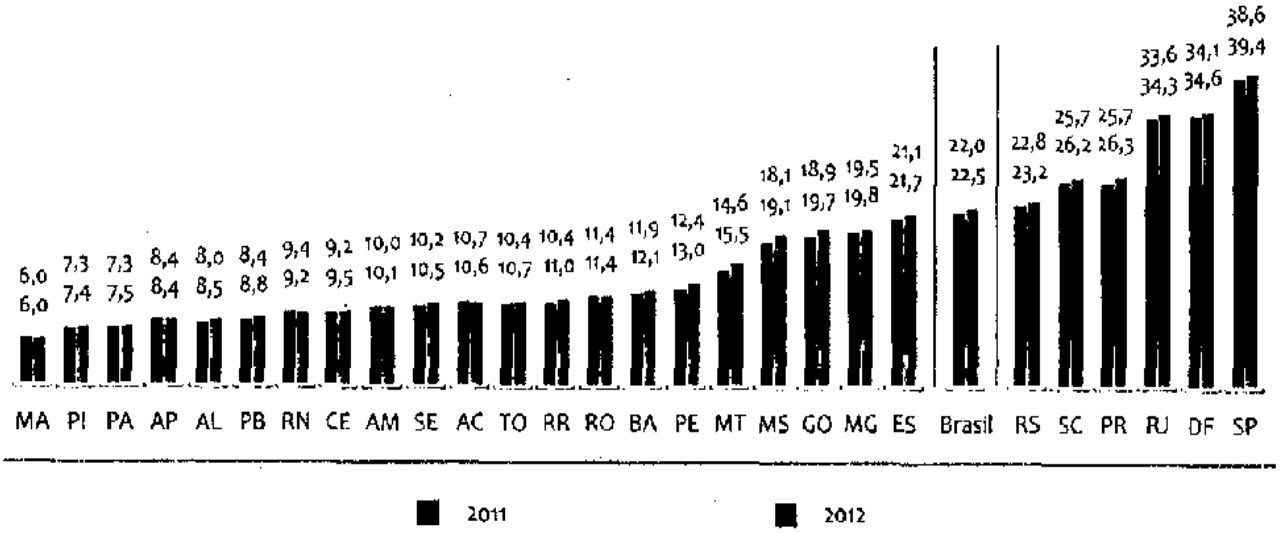
No final de 2012, as regiões Sul e Sudeste possuíam, respectivamente, densidade de 25,1 e 32,7 acessos para cada grupo de cem habitantes, maior que a média nacional (22,5). O maior crescimento desse indicador (3,9%) ocorreu na Região Centro-Oeste, onde a densidade passou de 20,6 para 21,4, conforme aponta o gráfico abaixo.

DENSIDADE DO STFC POR REGIÃO
(acessos por 100 habitantes)



Em 2012, o Rio Grande do Norte (-2,1%) e o Acre (-0,9%) foram as duas Unidades da Federação em que houve queda da densidade da telefonia fixa. Os maiores aumentos da densidade foram registrados em Alagoas (6,3%), no Mato Grosso (6,2%) e em Roraima (5,8%). O gráfico abaixo mostra a evolução da densidade, por Unidade da Federação, entre 2011 e 2012.

DENSIDADE DO STFC POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO
(acessos por 100 habitantes)

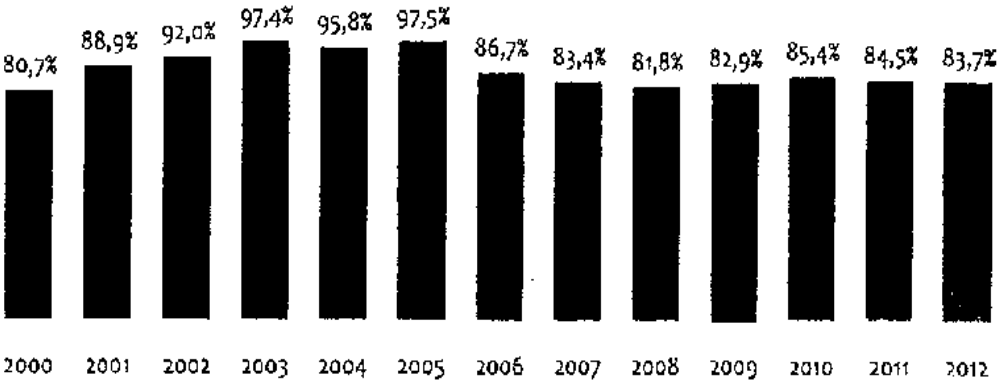


QUALIDADE

Entre 2011 e 2012, diminuiu o percentual de cumprimento do Plano Geral de Metas de Qualidade da telefonia fixa (PGMQ – STFC), que passou de 84,5% para 83,7%, como aponta o gráfico abaixo.

Com o objetivo de reverter a tendência de queda, a Anatel intensificou, no exercício, ações de acompanhamento e controle da qualidade do STFC por meio do monitoramento dos indicadores mais críticos, da realização de ações fiscalizatórias pontuais, de acompanhamento dos planos de ação solicitados às empresas por ocasião das cautelares expedidas no exercício, de inspeções técnicas e da instauração de processos administrativos e sancionatórios.

CUMPRIMENTO DO PGMQ – STFC

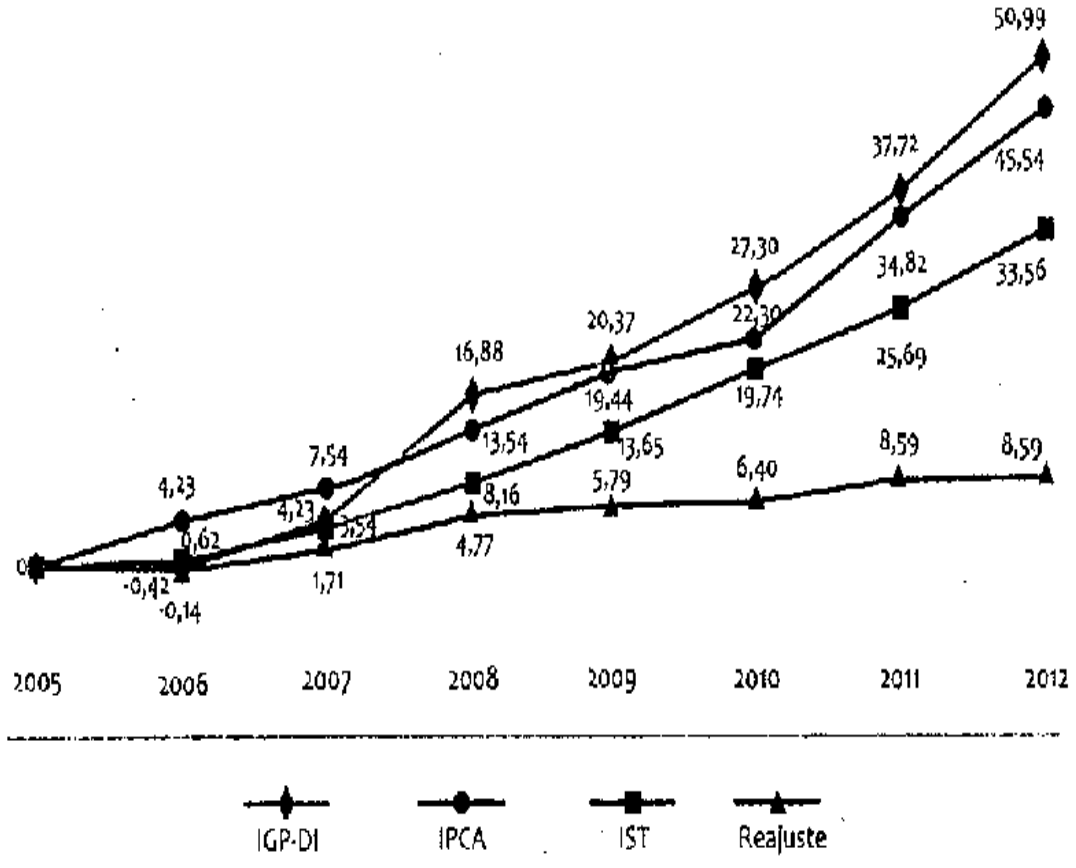


TARIFAS E PREÇOS

O último reajuste das tarifas do plano básico do STFC para chamadas entre terminais fixos ocorreu em dezembro de 2011. Assim, respeitando o intervalo mínimo de 12 meses entre um reajuste e outro estabelecido na regulamentação, novo reajuste só poderia ser concedido após dezembro de 2012. No final do exercício, as concessionárias encaminharam à Anatel solicitações de reajuste que devem ser analisadas nos primeiros meses de 2013.

O gráfico a seguir mostra a evolução dos principais índices de inflação e do reajuste de tarifas nos últimos anos. Como não houve reajuste no exercício, a média acumulada no período 2005-2012 permaneceu em 8,59%.

COMPARATIVO INFLAÇÃO X REAJUSTE
Ano-base: 2005

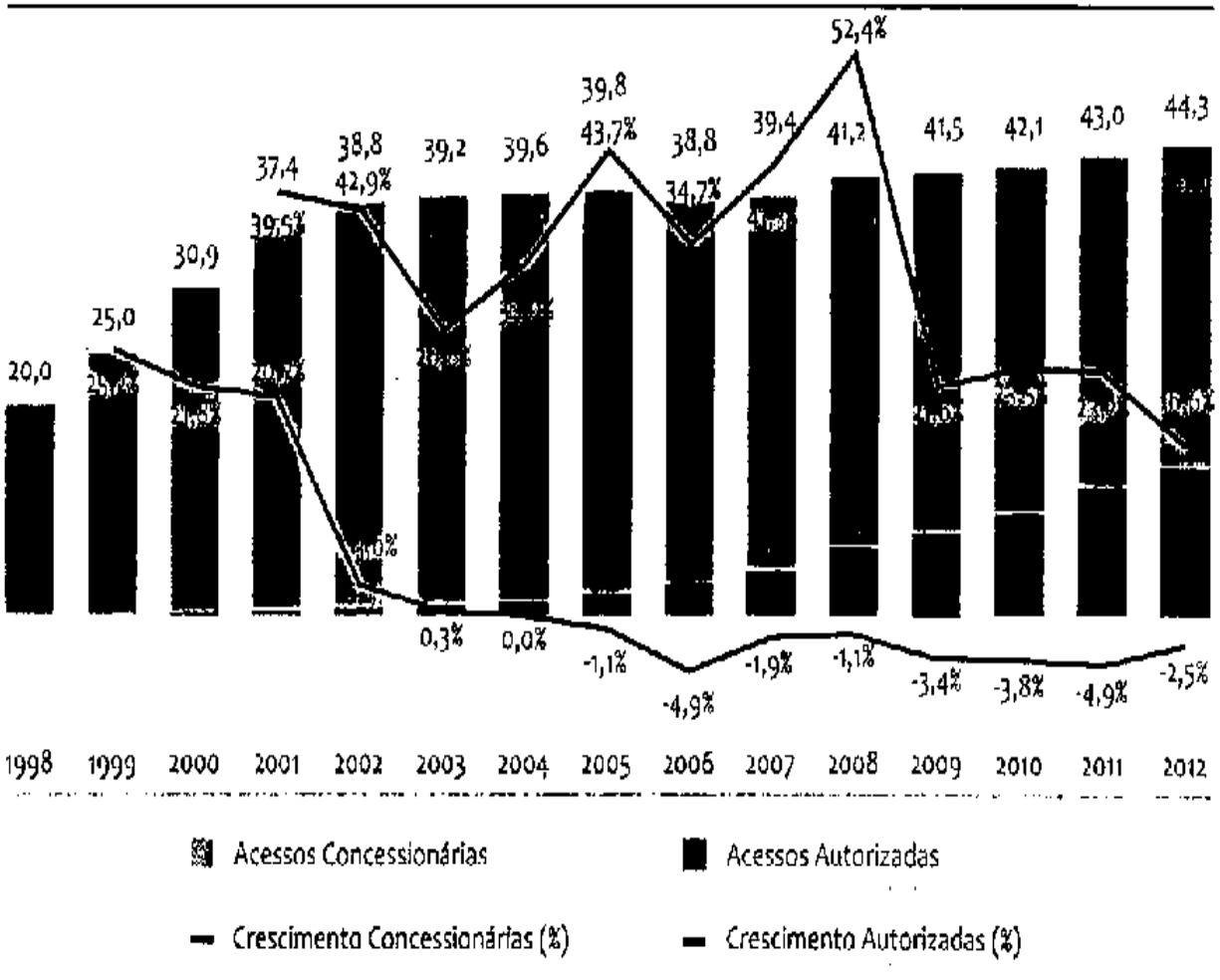


COMPETIÇÃO

LOCAL

Embora as concessionárias de telefonia fixa concentrem a maioria dos acessos, a participação das prestadoras autorizadas na telefonia fixa tem crescido: no ano 2000, apenas meio milhão de acessos – 1,6% do total – eram oferecidos por autorizadas; em 2012, esse percentual havia subido para 32,5%, correspondendo a 14,4 milhões de acessos. No exercício, o número de assinantes das autorizadas cresceu 16,6% na comparação com 2011; no mesmo período, o número de assinantes das concessionárias caiu 2,5%, conforme mostra o gráfico abaixo.

DISTRIBUIÇÃO DOS ACESSOS DO STFC
Concessionárias x Autorizadas



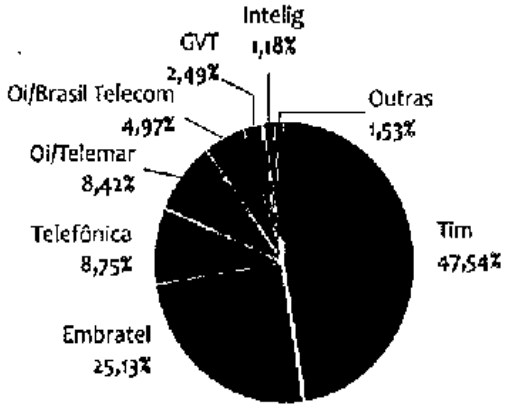
O percentual de crescimento tem como referência o número absoluto de acessos.

LONGA DISTÂNCIA NACIONAL

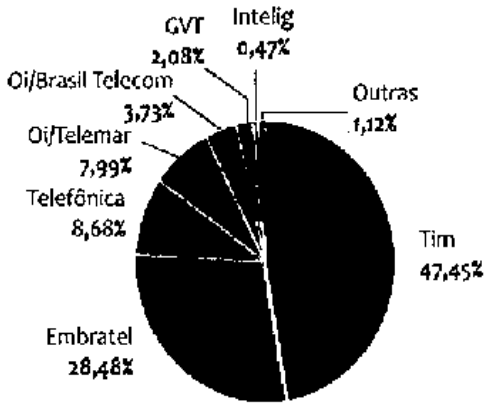
Em 2012, permaneceu praticamente inalterada a participação da Tim nas ligações de Longa Distância Nacional (LDN): no final do ano, a empresa respondia por 47,4% dos minutos tarifados nacionais; em 2011, eram 47,5%. A participação da Embratel cresceu, passando de 25,1% para 28,5%. Telefônica, Oi/Telemar, Oi/Brasil Telecom, GVT e Intelig, por outro lado, perderam espaço no mercado, como apontam os gráficos a seguir.

PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL
(minutos tarifados)

2011



2012

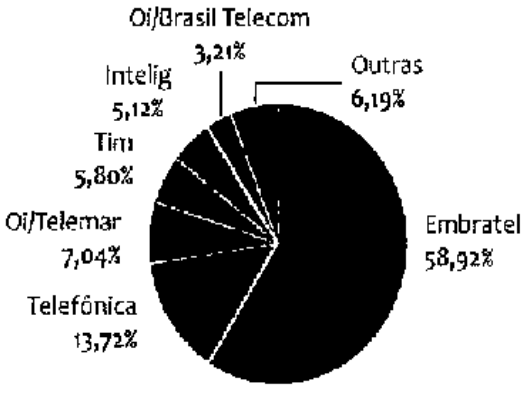


LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL

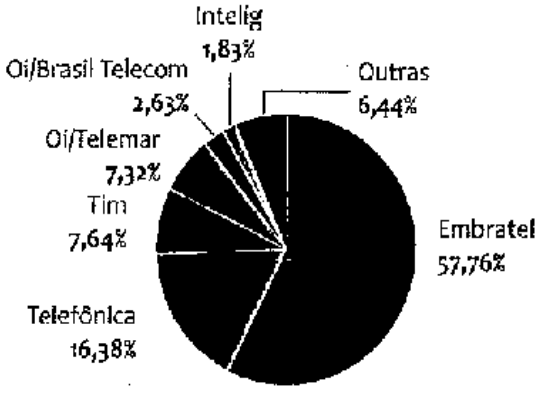
Na Longa Distância Internacional, houve ligeira diminuição da participação da Embratel de 58,9% para 57,8%. Percentualmente, no entanto, as maiores alterações foram a queda de 3,3 pontos percentuais da Intelig e o crescimento de 1,8 ponto percentual da Tim. Os gráficos abaixo mostram como evoluiu, nos últimos dois anos, a competição nas chamadas internacionais.

PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL
(minutos tarifados)

2011



2012



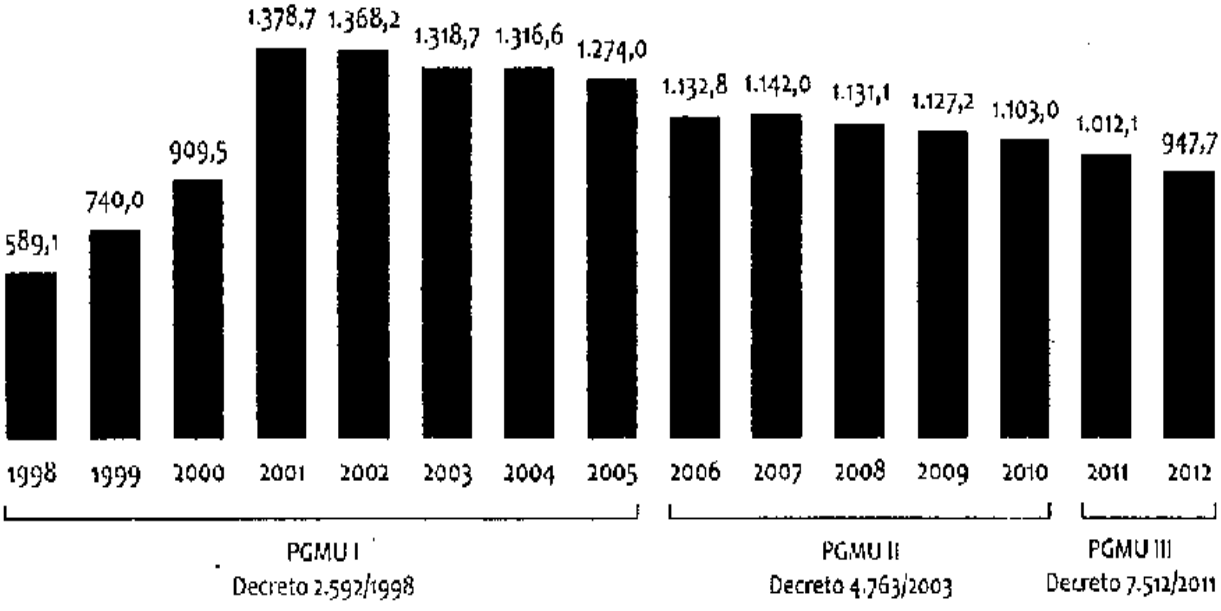
UNIVERSALIZAÇÃO

EVOLUÇÃO DA PLANTA

O Brasil encerrou 2012 com 947 mil Telefones de Uso Público (TUPs), como mostra o gráfico abaixo. A redução de 6,4% em relação a 2011 reflete a mudança da meta de densidade – de 6 orelhões por mil habitantes por setor do Plano Geral de Outorgas para 4 orelhões por mil habitantes por município – estabelecida pelo Plano Geral de Metas para a Universalização (PGMU III), aprovado pelo Decreto 7.512/2011.

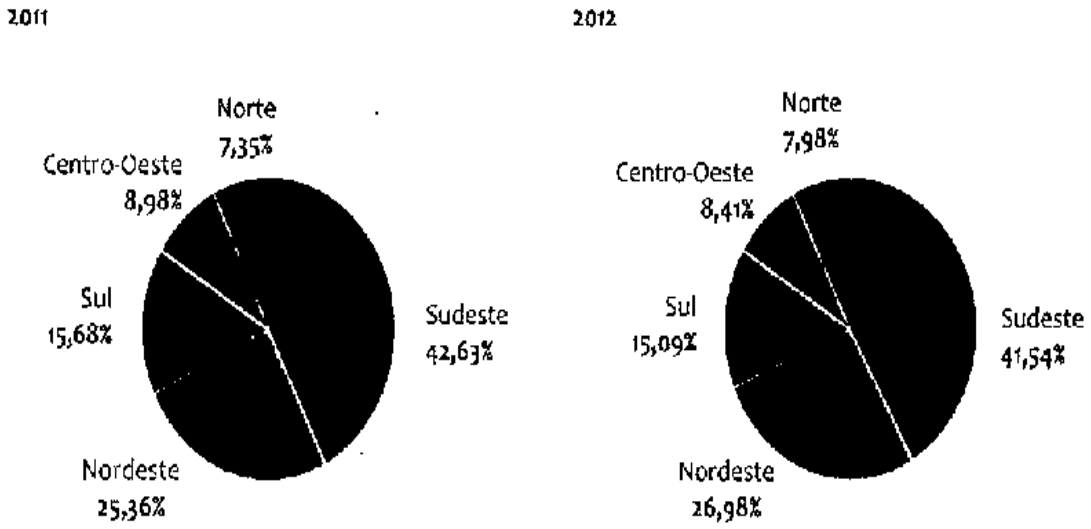
No final do exercício, 39,6 mil localidades com mais de cem habitantes, em todos os municípios do País, contavam com pelo menos um orelhão em funcionamento 24 horas por dia. Arquipélagos, aldeias indígenas, projetos de assentamento, regiões remotas e zonas de fronteira representavam 68% das localidades atendidas.

EVOLUÇÃO DE TUPS
(em mil)



Não houve alteração significativa na distribuição de orelhões por região entre 2011 e 2012. No final do ano, 41,5% dos telefones públicos estavam no Sudeste; seguido pelo Nordeste, com 27% dos orelhões. A região com o menor número de aparelhos era a Norte, com 8%, como apontam os gráficos abaixo.

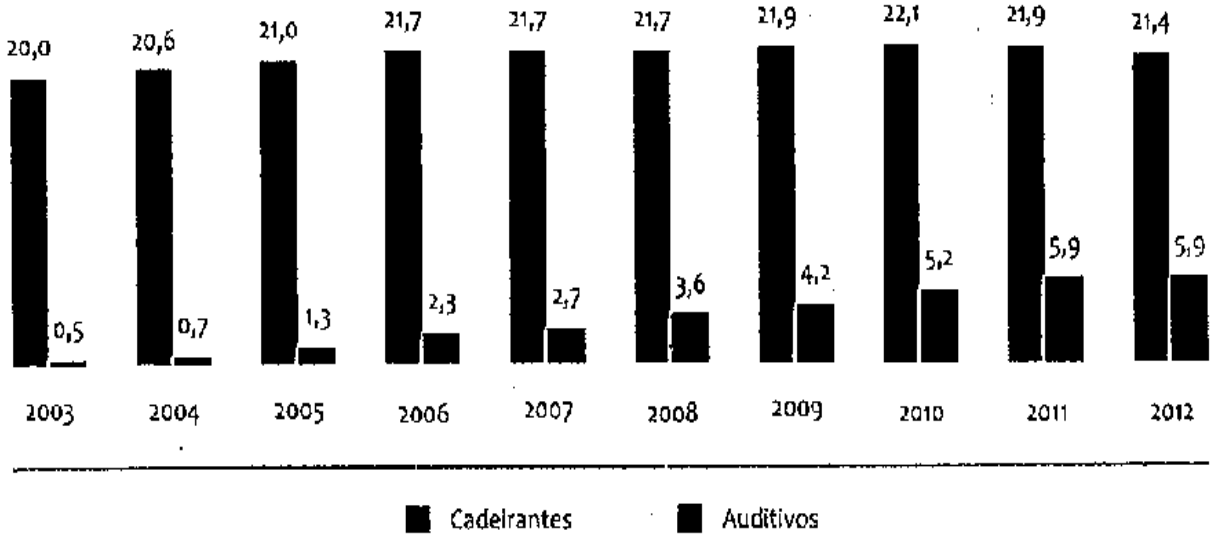
DISTRIBUIÇÃO DOS TELEFONES DE USO PÚBLICO POR REGIÃO



ACESSIBILIDADE

Ao final de 2012, havia no Brasil 21,4 mil telefones públicos adaptados para pessoas com deficiência de locomoção (cadeirantes) e 5,9 mil para pessoas com deficiências auditiva ou da fala. O total de orelhões adaptados alcançava quase 3% dos TUPs instalados. O gráfico a seguir mostra a evolução do número de orelhões adaptados nos últimos anos.

ORELHÕES ADAPTADOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS
(em mil)

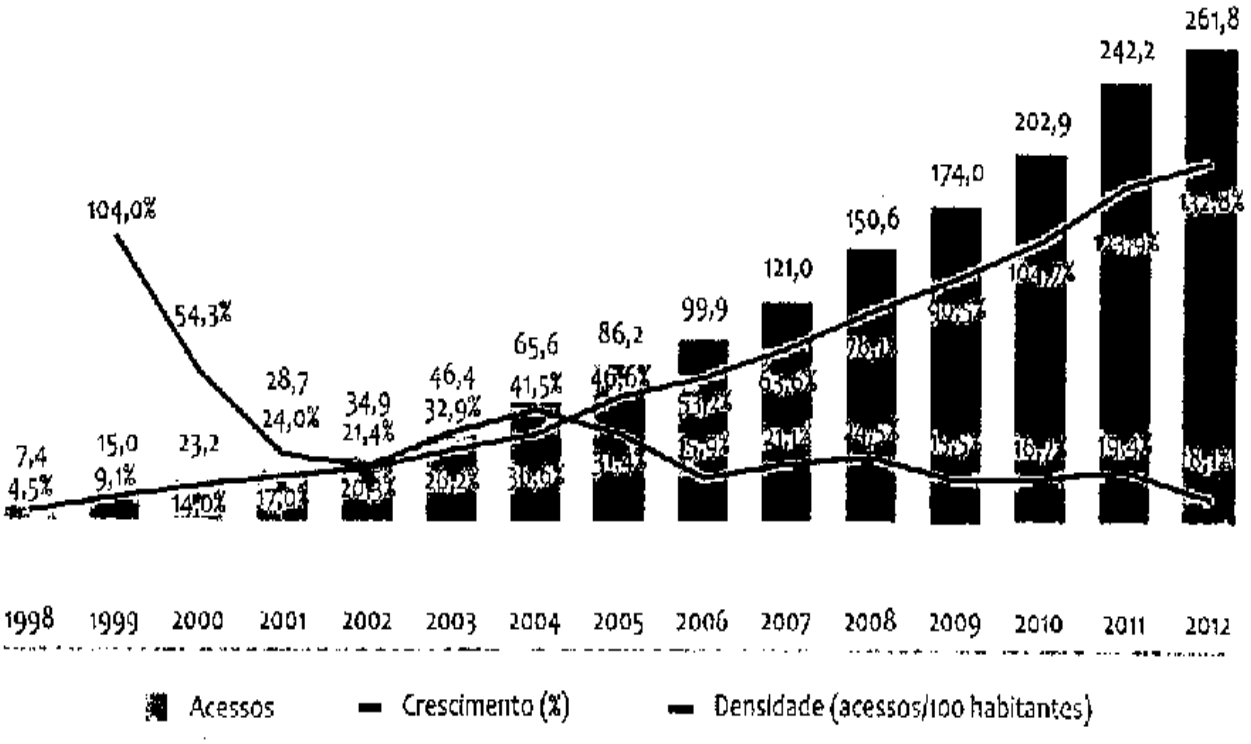


TELEFONIA MÓVEL

EVOLUÇÃO DA PLANTA

No final de 2012, o Brasil contava com 261,8 milhões de acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP). No ano, foram registradas 19,5 milhões de novas habilitações – crescimento de 8,1% na base de assinantes em relação ao ano anterior. Com esse resultado, a densidade do serviço alcançou a marca de 132,8 acessos para cada grupo de cem habitantes. O gráfico abaixo apresenta a evolução do número de acessos e das taxas de crescimento da telefonia móvel nos últimos anos.

EVOLUÇÃO DOS ACESSOS DO SMP
(em milhões)

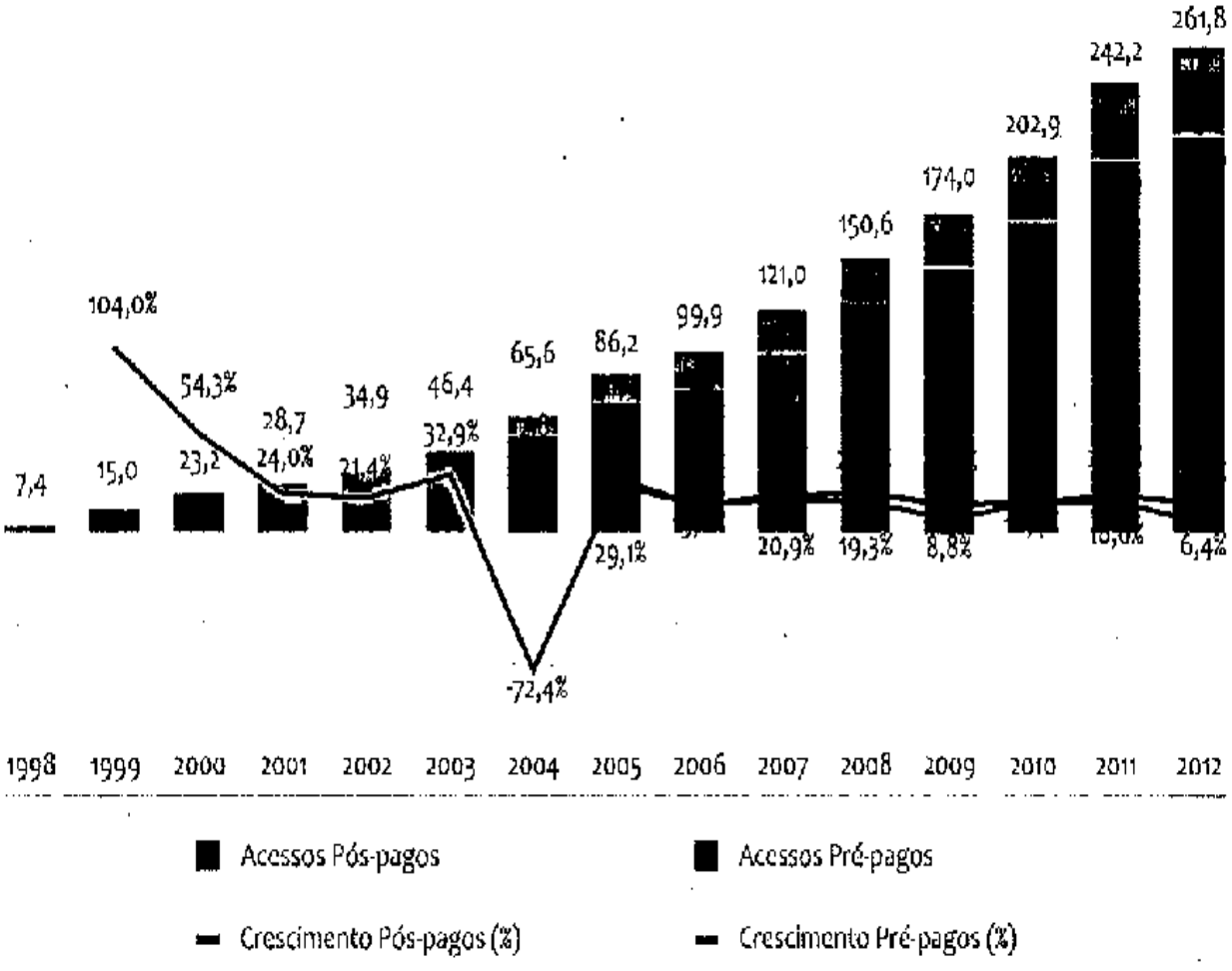


O percentual de crescimento tem como referência o número absoluto de acessos.

Apesar de o crescimento de 8,1% ter sido o menor registrado pela Agência desde 1999, a base de 261,8 milhões de telefones celulares fez com que o Brasil permanecesse em sexto lugar no *ranking* mundial de número de acessos da telefonia móvel, atrás, apenas, da China, da Índia, dos Estados Unidos, da Rússia e da Indonésia, conforme dados da União Internacional de Telecomunicações (UIT).

Do total de acessos em serviço no País ao final do exercício, 210,9 milhões (80,5%) eram pré-pagos e os 50,9 milhões restantes, pós-pagos. Desde 2004, o percentual de acessos pré-pagos na planta está acima de 80% do total. O gráfico abaixo apresenta a distribuição dos acessos da telefonia móvel entre pré e pós-pagos, bem como as taxas de crescimento registradas nos últimos anos.

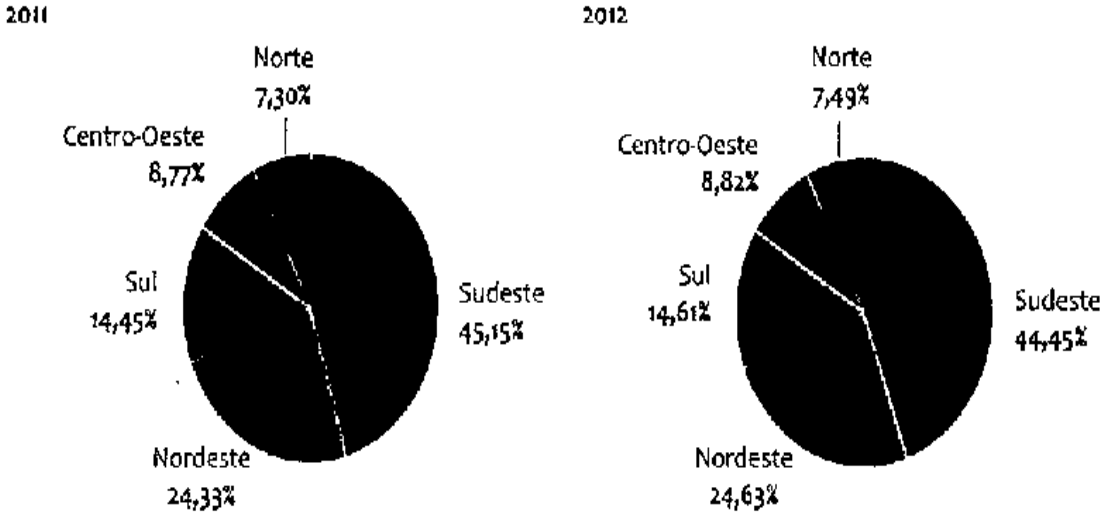
EVOLUÇÃO DOS ACESSOS DO SMP
(em milhões)



O percentual de crescimento tem como referência o número absoluto de acessos.

Manteve-se, em 2012, a mesma distribuição de acessos do SMP por região. O Sudeste concentrava, ao final do exercício, 44,4% dos acessos – tendo registrado ligeira queda em relação a 2011, como mostram os gráficos abaixo.

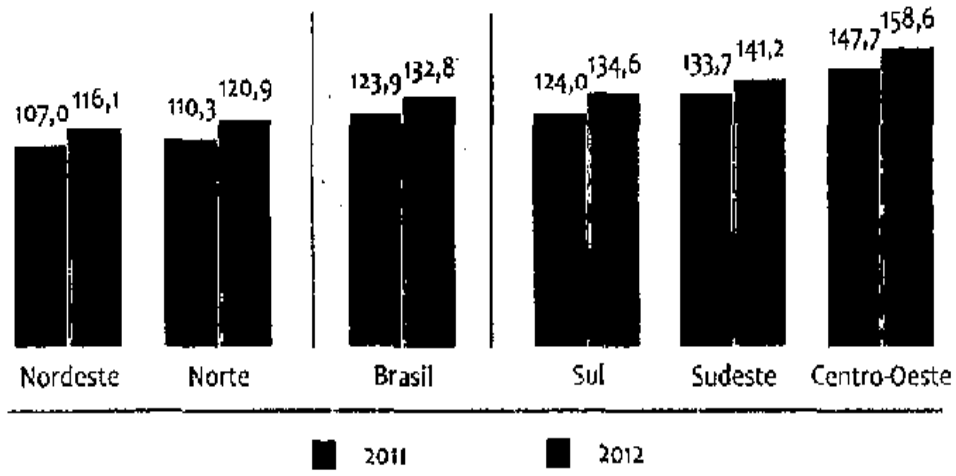
DISTRIBUIÇÃO DOS ACESSOS DO SMP POR REGIÃO



DENSIDADE

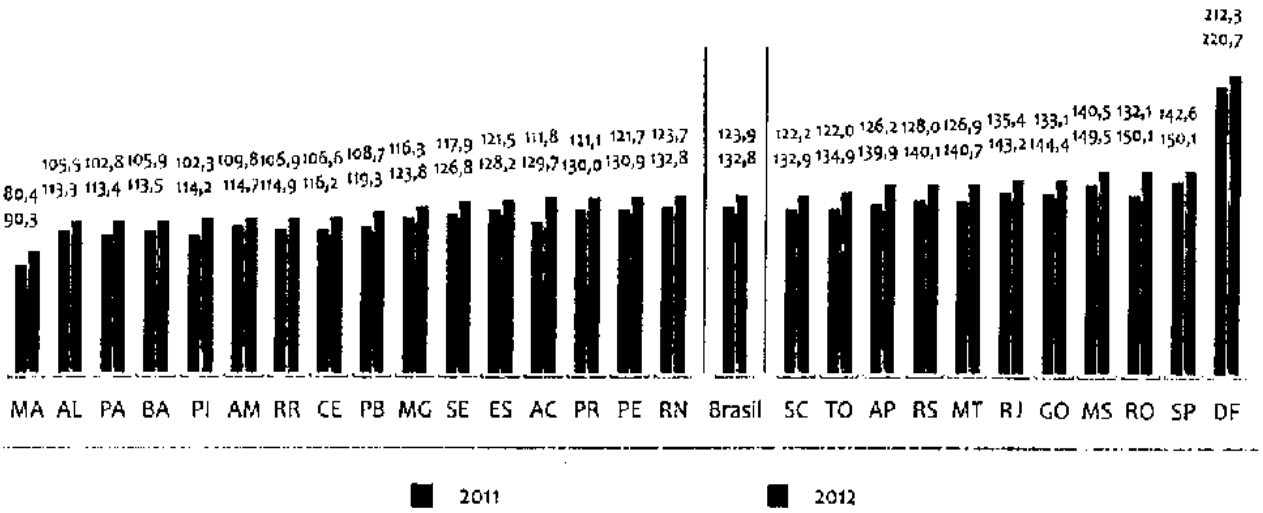
Em 2012, a densidade do serviço alcançou 132,8 – aumento de 7,2% em relação a 2011. No final do exercício, o Centro-Oeste possuía o maior número de acessos por grupo de cem habitantes, com densidade de 158,6. As regiões Norte e Nordeste ainda possuíam densidade menor que a média nacional, como aponta o gráfico abaixo.

DENSIDADE DO SMP POR REGIÃO
(acessos por 100 habitantes)



Todas as Unidades da Federação tiveram, em 2012, crescimento na densidade da telefonia móvel, indicador que varia em função de fatores econômicos e socioculturais, como o perfil de uso do serviço. As maiores variações foram registradas no Acre (16%), em Rondônia (13,7%) e no Maranhão (12,4%) e as menores, no Amazonas (-4,4%) e no Distrito Federal (-4%). O gráfico abaixo mostra a variação da densidade em cada Unidade da Federação entre 2011 e 2012.

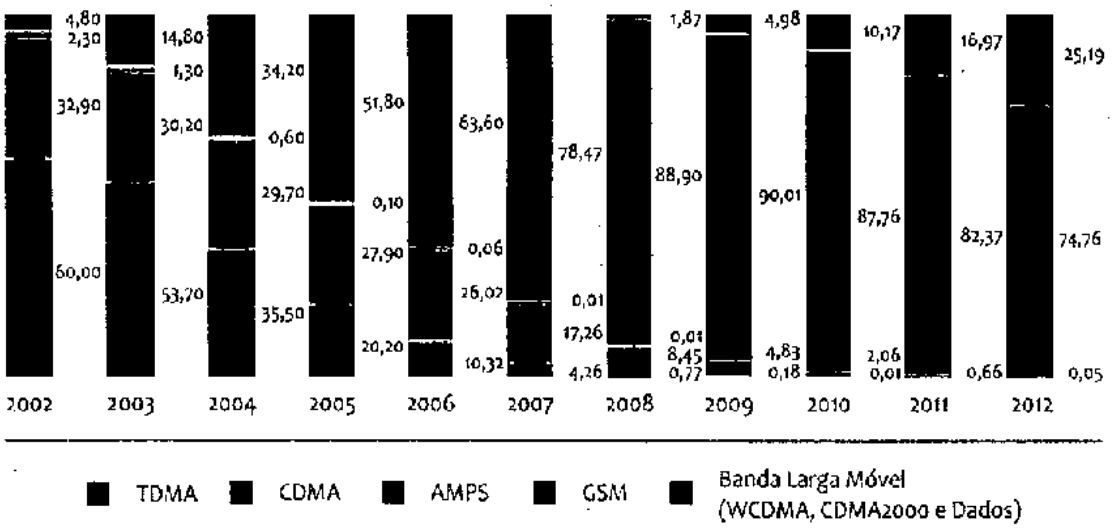
DENSIDADE DO SMP POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO
(acessos por 100 habitantes)



TECNOLOGIA

Nos últimos anos, o Serviço Móvel Pessoal tem experimentado importantes mudanças decorrentes da evolução tecnológica. Desde 2010, não existem mais, no Brasil, acessos cadastrados para os terminais exclusivamente analógicos (AMPS); em 2011, a tecnologia TDMA – dita de segunda geração – deixou de ser usada; em 2012, os terminais CDMA foram praticamente extintos, como mostra o gráfico abaixo.

DISTRIBUIÇÃO DOS ACESSOS DO SMP POR TECNOLOGIA
(em %)

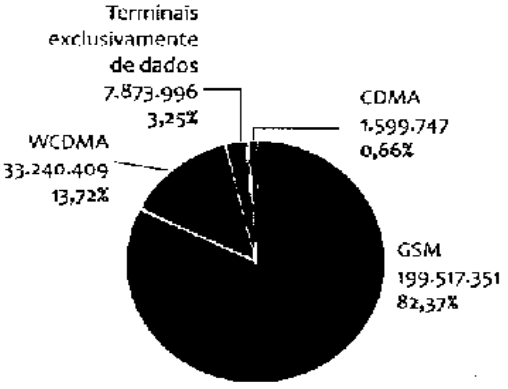


No exercício, a tecnologia que apresentou maior crescimento percentual foi a WCDMA (57,8%), utilizada para a prestação do 3G. A expansão dos acessos de terceira geração é resultado, entre outros fatores, das obrigações estabelecidas pela Anatel nas licitações realizadas em 2007 e em 2010 para a prestação do SMP por meio dessa tecnologia. No final de 2012, dos 5.565 municípios brasileiros, 2.865 – pouco mais de 51% - estavam atendidos com tecnologia 3G.

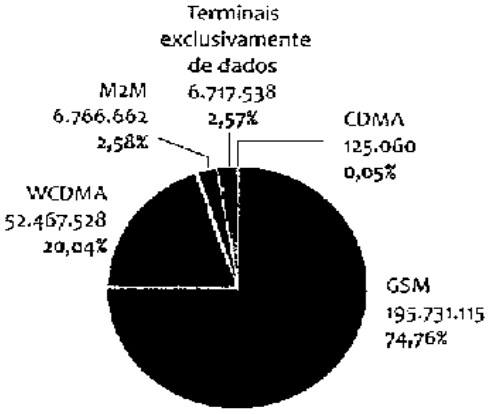
Os gráficos a seguir mostram a distribuição dos acessos do Serviço Móvel Pessoal por tecnologia em 2011 e 2012. Desde junho de 2012, a Anatel passou a classificar em separado os terminais M2M (*machine to machine* ou comunicação entre as máquinas), assim considerados aqueles com velocidade de acesso inferior a 256 Kbps, o que causou a redução do percentual de terminais exclusivamente de dados.

ACESSOS DO SMP POR TECNOLOGIA

2011



2012



COMPETIÇÃO

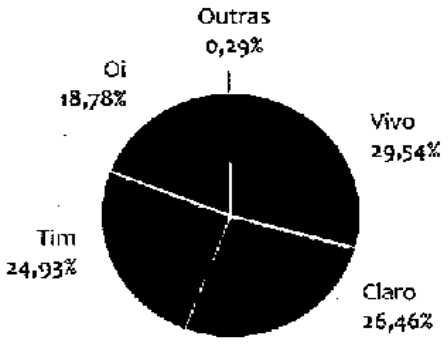
Em 2012, não ocorreram variações significativas no market share das prestadoras do SMP; todas as empresas mantiveram-se na mesma posição em que encerraram o ano de 2011, como apontam os gráficos abaixo.

Desde a publicação da Resolução 550/2010 – que aprovou o Regulamento sobre Exploração de Serviço Móvel Pessoal por meio de Rede Virtual (RRV-SMP) – até o final de 2012, foram apresentadas cinco solicitações de autorização de rede virtual, dentre as quais quatro foram expedidas. Não foram submetidos à homologação, até o ano de 2012, contratos referentes a credenciados de rede virtual.

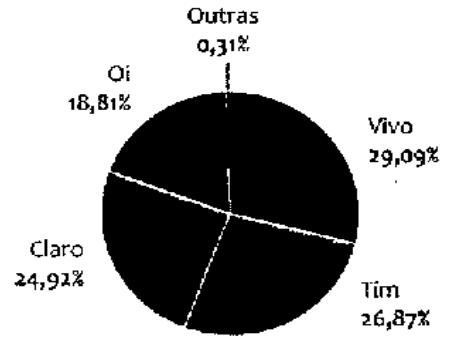
Ao final de 2012, apenas uma autorizada de rede virtual havia entrado em operação, alcançando, no exercício, oito mil assinantes do Serviço Móvel Pessoal.

PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE SMP

2011



2012

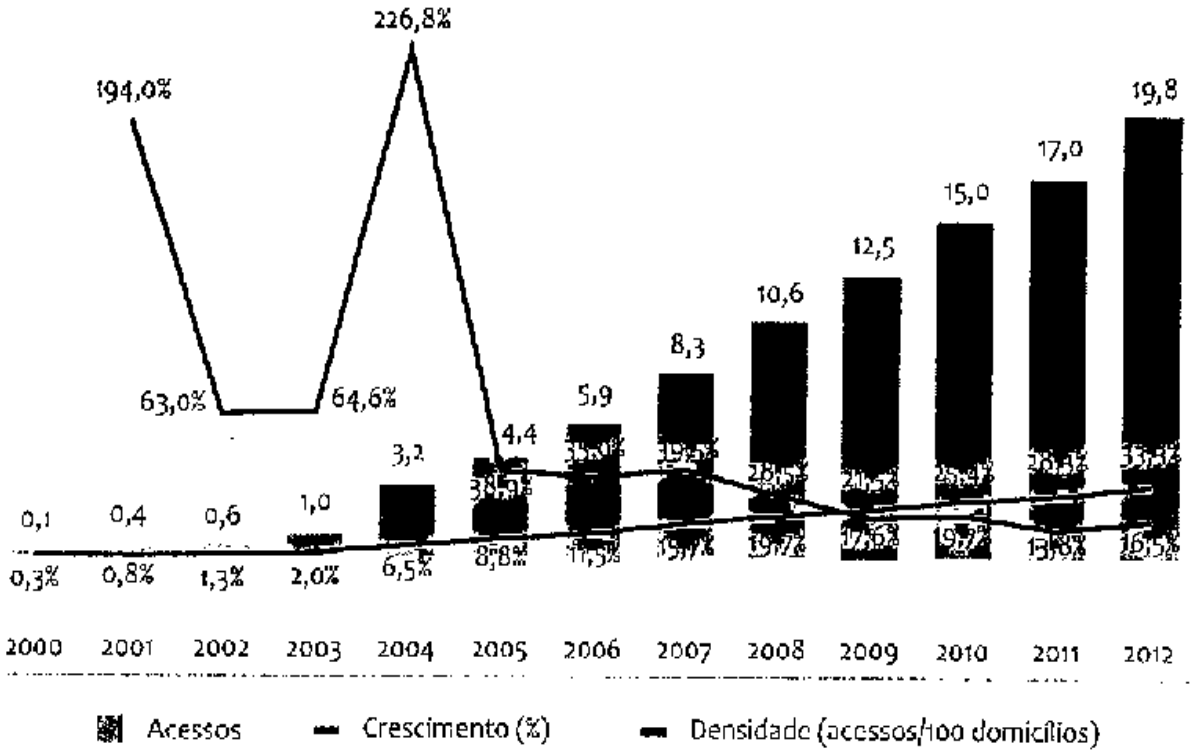


COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA

EVOLUÇÃO DA PLANTA

A base de assinantes do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) – o principal serviço de telecomunicações para a oferta de acesso fixo à internet em banda larga – teve, em 2012, crescimento de 16,5%, totalizando 19,8 milhões de assinantes, como mostra o gráfico abaixo.

EVOLUÇÃO DOS ACESSOS DO SCM
(em milhões)



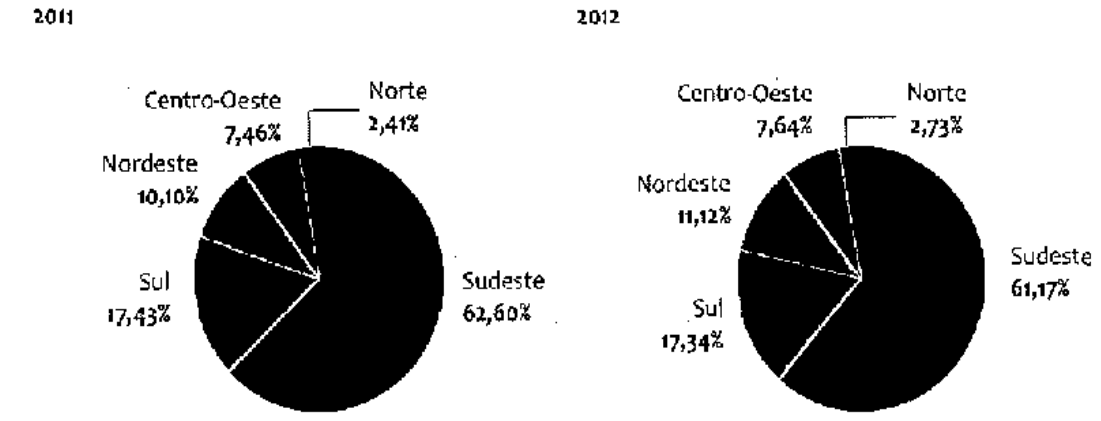
Devido à depuração de dados de 2007 a 2011 e à revisão de sistemas, as informações sobre acessos do SCM nesse período foram alteradas. Até 2011, os dados sobre acessos de comunicação multimídia incluíam outros serviços registrados no Sistema de Coleta de Informações da Anatel (SICI).

O percentual de crescimento tem como referência o número absoluto de acessos.

No final de 2012, o Brasil contava, ainda, com 65,9 milhões de acessos móveis à internet rápida no Serviço Móvel Pessoal, totalizando 85,7 milhões de acessos banda larga.

Dos 19,8 milhões de acessos do Serviço de Comunicação Multimídia, 61,2% estavam, no final do exercício, concentrados no Sudeste; a Região Norte era a que possuía o menor número de acessos, com ligeiro aumento em relação à participação registrada em 2011, como mostram os gráficos abaixo.

DISTRIBUIÇÃO DOS ACESSOS DO SCM POR REGIÃO

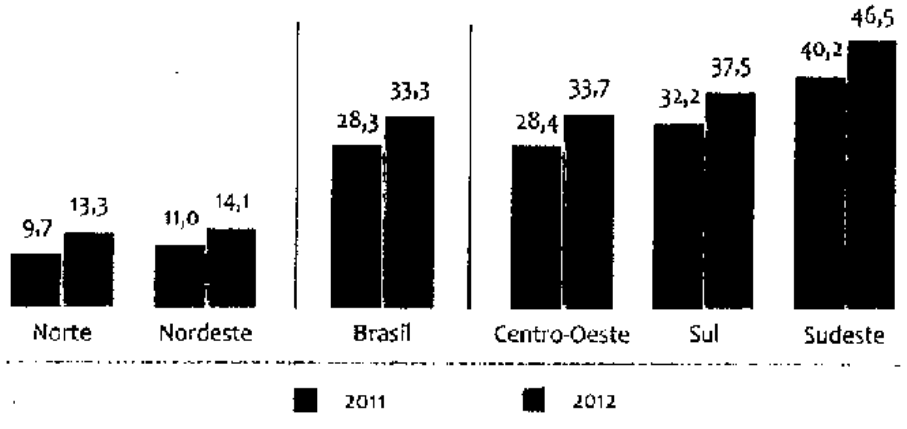


DENSIDADE

Em 2012, a densidade do Serviço de Comunicação Multimídia alcançou a marca de 33,3 acessos para cada grupo de cem domicílios. Foi registrado crescimento significativo – de 38% – na densidade da Região Norte, o que se deve, em parte, aos compromissos assumidos pela Oi, em 2008, para a aquisição da Brasil Telecom, entre os quais se destacam a modernização e a expansão da rede de fibra ótica nacional e às obrigações estabelecidas no Plano Nacional de Banda Larga, que estabeleceu que as maiores prestadoras do SCM fornecessem o serviço, até dezembro de 2015, a 5.379 municípios.

No final de 2012, o Sudeste era a região com maior densidade (46,5 acessos a cada cem domicílios) e o Norte, a região com menor densidade (13,3), como mostra o gráfico abaixo.

DENSIDADE DO SCM POR REGIÃO
(acessos por 100 domicílios)

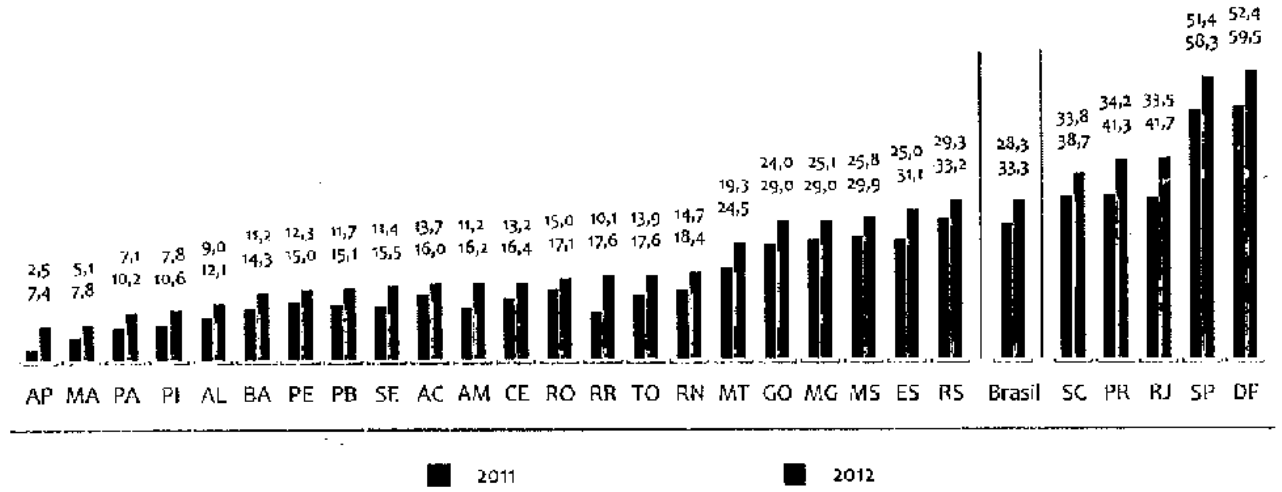


Seis Unidades da Federação – Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – possuíam, no final do exercício, densidade superior à média nacional. Os estados com as menores densidades eram Amapá – estado que registrou o maior aumento desse indicador no exercício, alcançando crescimento de quase 200% em relação a 2011 –, Maranhão, Piauí e Alagoas.

Em 2012, a densidade do serviço cresceu em todos os estados, como mostra o gráfico abaixo.

No final do exercício, todos os municípios brasileiros possuíam acessos do Serviço de Comunicação Multimídia; nove deles contavam com apenas uma autorizada em operação. De acordo com dados da União Internacional de Telecomunicações (UIT), o Brasil ocupava a nona posição no ranking mundial em relação ao número de acessos.

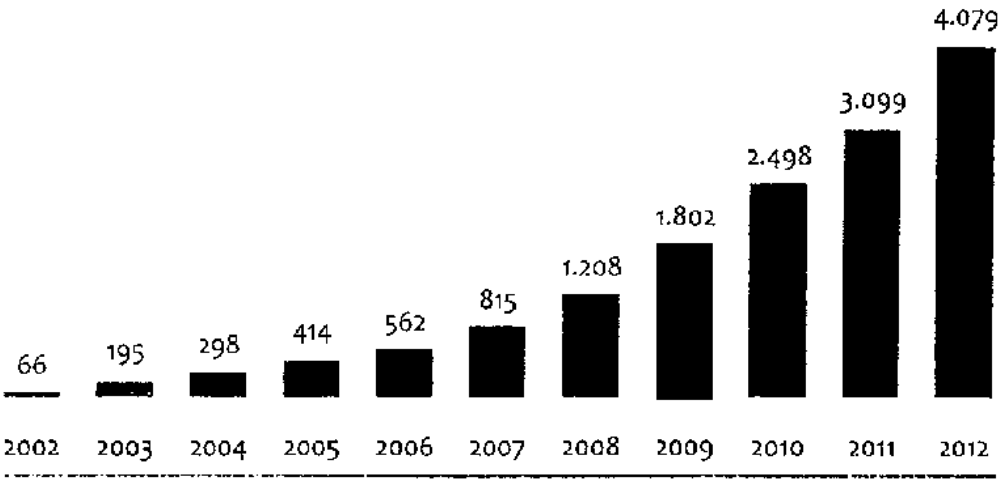
DENSIDADE DO SCM POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO
(acessos por 100 domicílios)



COMPETIÇÃO

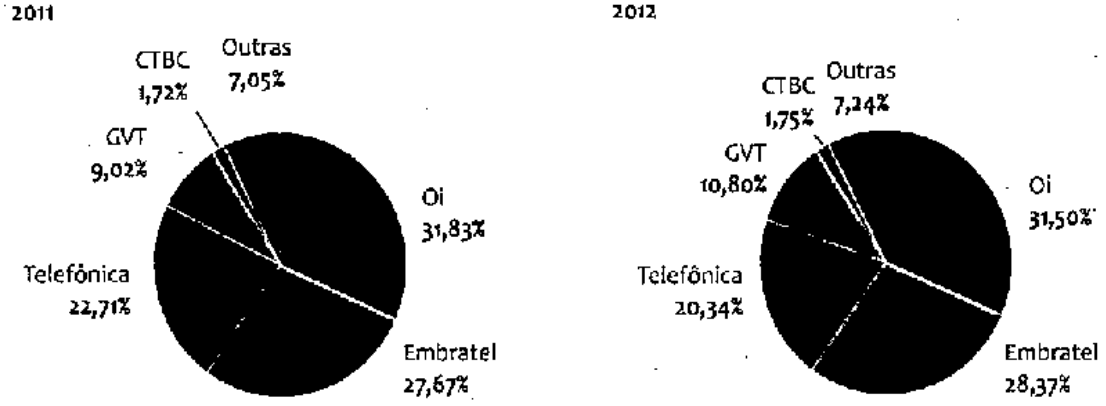
No final de 2012, o Brasil somava mais de quatro mil empresas autorizadas a prestar o Serviço de Comunicação Multimídia – crescimento de 31,5% em relação a 2011, conforme detalhado no gráfico abaixo.

AUTORIZADAS DO SCM



Embora a maioria das empresas seja de pequeno e médio portes, há uma distribuição de mercado equilibrada entre grandes grupos econômicos – em especial a Oi, a Embratel e a Telefônica – que possuem concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado. Em 2012 não houve mudanças nas posições do mercado de SCM registradas em 2011, como apontam os gráficos abaixo.

PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE SCM

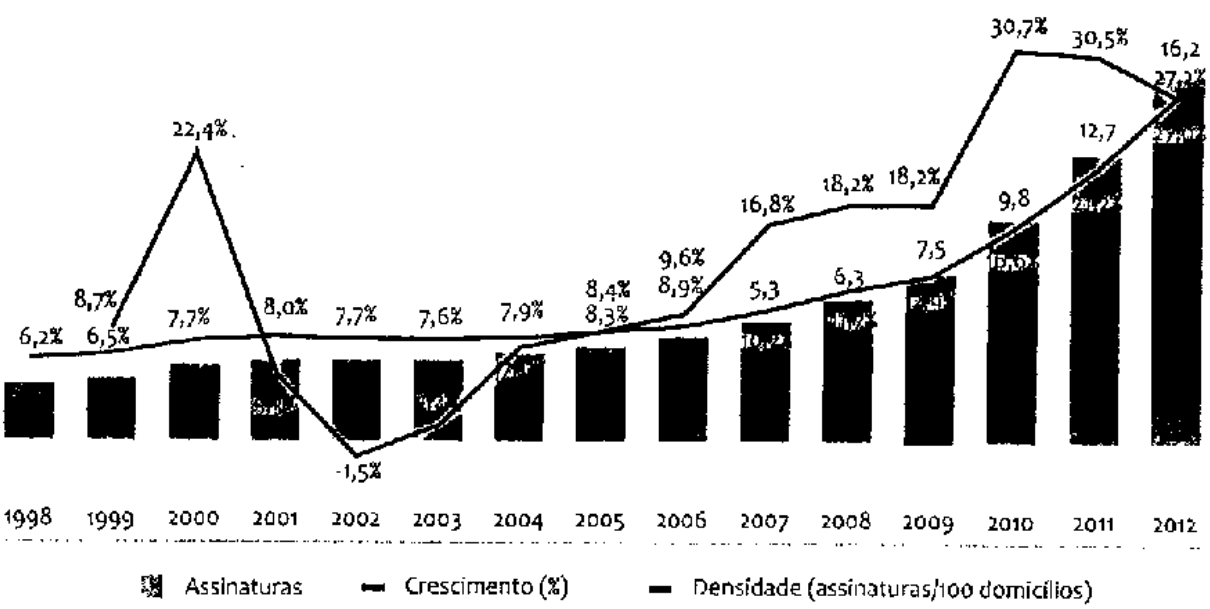


TV POR ASSINATURA

EVOLUÇÃO DA PLANTA

O Brasil encerrou 2012 com 16,2 milhões de assinaturas dos serviços de TV paga – crescimento de 27% em relação a 2011. Com a adição de 3,5 milhões de novas assinaturas, o País manteve a tendência de forte crescimento registrada nos últimos anos e alcançou a marca de 27,2 assinaturas para cada cem domicílios, como mostra o gráfico abaixo.

EVOLUÇÃO DA TV POR ASSINATURA
(em milhões)



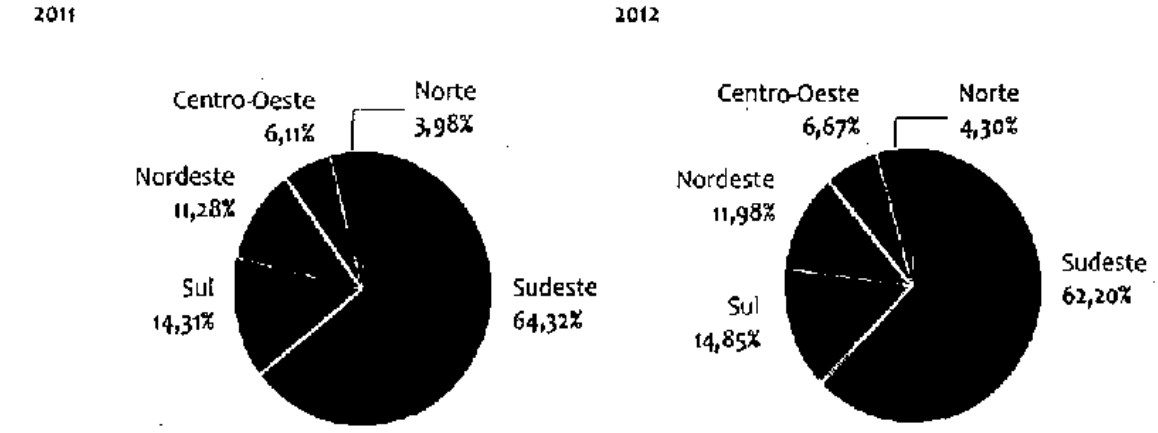
O percentual de crescimento tem como referência o número absoluto de acessos.

Considerando a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 3,3 pessoas por domicílio, os serviços de TV por Assinatura estavam disponíveis, no final de 2012, para mais de 53 milhões de brasileiros.

Em relação a 2011, houve ligeira queda do percentual de assinaturas da Região Sudeste, que passou de 64,3% para 62,2%, como mostram os gráficos abaixo. A participação da Região Norte na distribuição dos acessos cresceu 8%, passando de 4% para 4,3%.

No final de 2012, três municípios – São Paulo (13,8%), Rio de Janeiro (7,9%) e Belo Horizonte (2,9%) – concentravam quase 25% de todas as assinaturas de TV paga do País.

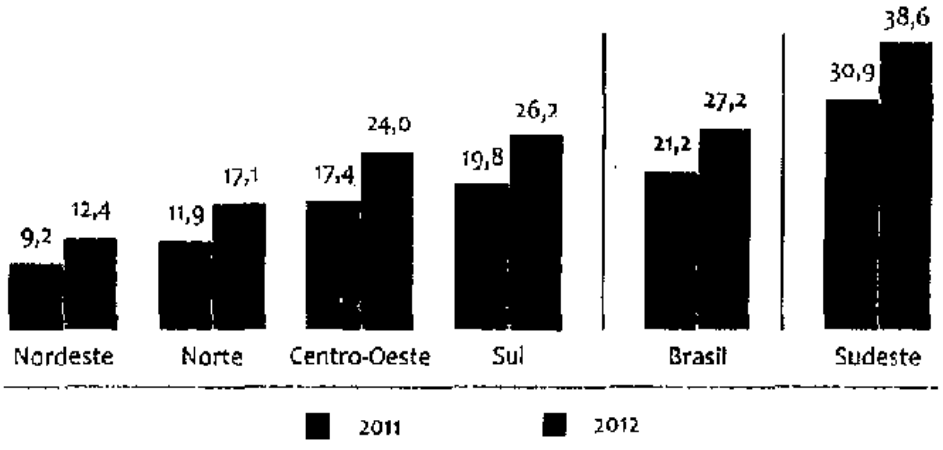
DISTRIBUIÇÃO DAS ASSINATURAS POR REGIÃO



DENSIDADE

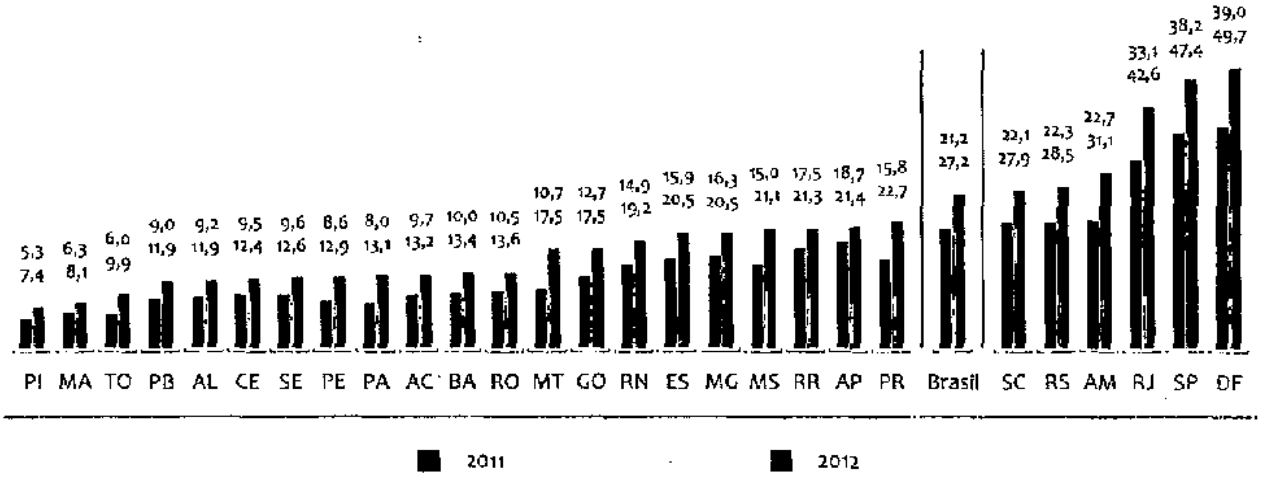
Apenas a Região Sudeste – com 38,6 assinaturas a cada grupo de cem domicílios – possuía, no final do exercício, densidade maior que a média brasileira, como mostra o gráfico abaixo. Entre 2011 e 2012, o maior crescimento percentual desse indicador (43,7%) foi registrado na Região Norte, onde a densidade saltou de 11,9 para 17,1.

DENSIDADE DA TV POR ASSINATURA POR REGIÃO
(assinaturas por 100 domicílios)



No período, o maior crescimento da densidade do serviço foi registrado no Tocantins, onde o número de assinaturas por cem domicílios passou de 6 para 9,9 – aumento de 65%. O menor crescimento, por sua vez, foi registrado no Amapá, onde a densidade passou de 18,7 para 21,4. Os estados com as menores densidades de TV por Assinatura eram Piauí (7,4), Maranhão (8,1) e Tocantins (9,9); as maiores densidades estavam no Distrito Federal (49,7), em São Paulo (47,4) e no Rio de Janeiro (42,6), como mostra o gráfico abaixo.

DENSIDADE DA TV POR ASSINATURA POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO
(assinaturas por 100 domicílios)

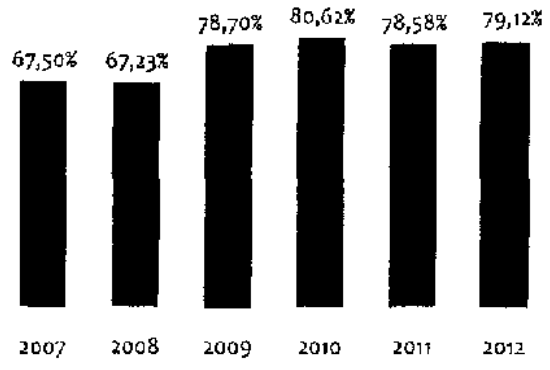


QUALIDADE

O crescimento do número de assinantes de TV paga não provocou impacto negativo sobre a capacidade do setor para cumprir as metas de qualidade estabelecidas pela Anatel por meio do Plano Geral de Metas de Qualidade (PGMQ – TV Por Assinatura, aprovado pela Resolução 411/2005). Em 2012, houve um pequeno aumento no percentual de cumprimento de metas, conforme detalhado no gráfico abaixo.

No início do exercício, foi registrada a tendência de queda no cumprimento do PGMQ já identificada em 2011, quando o percentual de metas atendidas ficou dois pontos percentuais abaixo do registrado em 2010. Ao longo do ano – a fim de reverter esse quadro –, as empresas de TV paga receberam, sistematicamente, recomendações para a melhoria da qualidade, com destaque para os pontos críticos a serem aperfeiçoados. Como resultado desse trabalho, o cumprimento de metas, que chegou a 76,2% em março de 2012, alcançou 82,6% em novembro, o melhor desempenho do exercício. Considerando todos os dados registrados pelas prestadoras ao longo do ano, 79,1% das metas foram cumpridas.

CUMPRIMENTO DO PGMQ – TV POR ASSINATURA

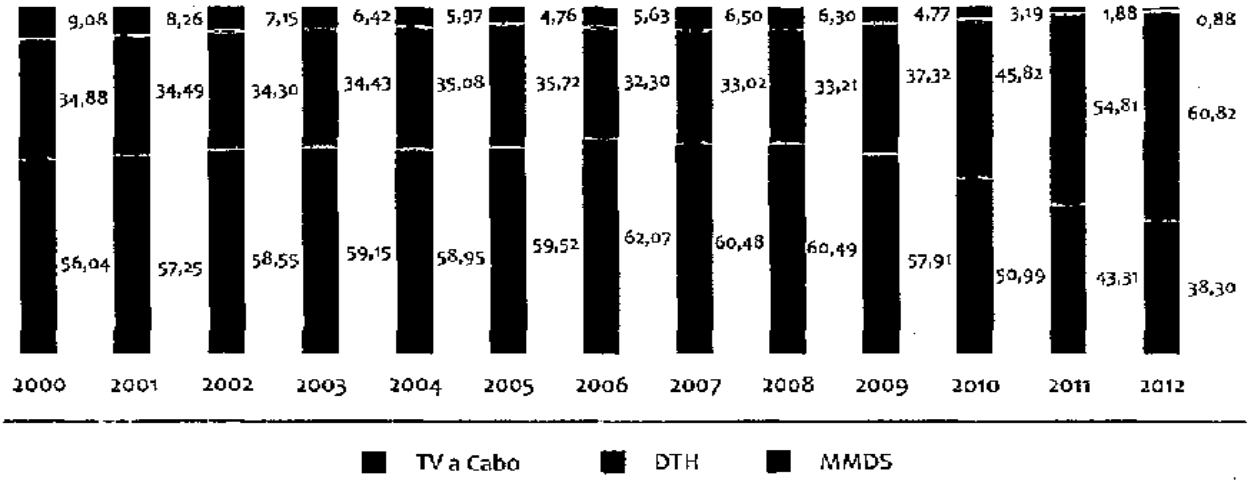


TECNOLOGIA

A distribuição do número de assinaturas de TV paga por tecnologia aponta que o serviço DTH – prestado via satélite – segue em forte expansão. Em dezembro de 2011, essa tecnologia representava 54,8% do mercado nacional; no final de 2012, a participação do DTH atingiu 60,8% da base. Do total de 3,5 milhões de novas assinaturas registradas em 2012, 83% foram provenientes da tecnologia DTH.

O gráfico abaixo apresenta a distribuição de assinaturas por tecnologia desde 2000.

DISTRIBUIÇÃO DA TV POR ASSINATURA POR TECNOLOGIA
(em %)



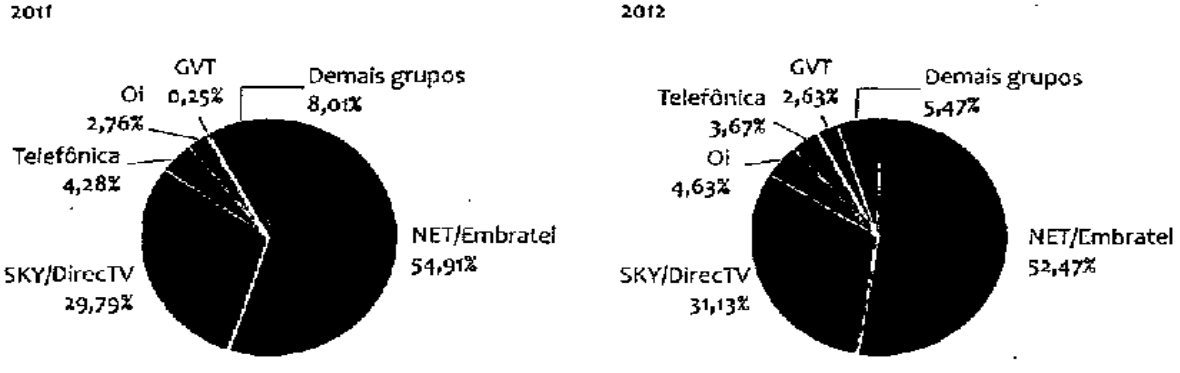
COMPETIÇÃO

Em 2012, o grupo Net/Embratel apresentou o maior crescimento da TV por Assinatura no Brasil, com 1,5 milhão de novas assinaturas. Ainda assim, perdeu participação do mercado em função do crescimento dos demais grupos. No final do exercício, Net/Embratel e Sky/DirecTV concentravam mais de 80% do mercado brasileiro de TV paga.

Os gráficos abaixo mostram como evoluiu a competição no setor entre 2011 e 2012.

A Lei 12.485/2011, que dispõe sobre a Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado, contribuiu para o desenvolvimento do setor, ao remover barreiras à entrada do capital estrangeiro no mercado de TV por Assinatura e permitir a oferta do serviço por qualquer tipo de plataforma tecnológica. A criação do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) simplificou e reduziu os custos para obtenção da autorização para a prestação do serviço de TV por Assinatura, proporcionando condições favoráveis para a ampliação do número de prestadoras, inclusive com a participação de pequenos e médios empreendedores.

PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TV POR ASSINATURA



SATÉLITES

SATÉLITES BRASILEIROS

Em 2012, mantiveram-se em operação os dois satélites não geoestacionários brasileiros para fins científicos utilizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e os oito satélites geoestacionários brasileiros comerciais – três deles responsáveis pelo provimento de capacidade espacial apenas em banda C, dois apenas em banda Ku os outros três nas bandas C e Ku.

Em novembro, foi lançado o novo satélite brasileiro Star One C3, que irá operar na banda C, com 28 transponders equivalentes de 36 MHz, e na banda Ku, com 36 transponders equivalentes de 36 MHz. Esse satélite entrará em operação comercial em janeiro de 2013.

Outros quatro satélites brasileiros estão previstos para serem lançados e entrarem em operação nos próximos cinco anos, como resultado de licitação iniciada em 2011.

SATÉLITES ESTRANGEIROS

Em 2012, foram conferidos sete novos direitos para satélites estrangeiros e dois foram extintos. Assim, o Brasil encerrou o ano com 36 satélites geoestacionários estrangeiros autorizados a comercializarem capacidade espacial no País, cinco a mais que em 2011.

A Figura abaixo indica as posições orbitais e faixas de frequências de operação desses satélites.

SATÉLITES GEOESTACIONÁRIOS ESTRANGEIROS AUTORIZADOS

O aumento no número de satélites estrangeiros autorizados, combinado com os vários pedidos de uso de faixas de frequências adicionais atendidos pela Anatel ao longo do ano, resultou em ampliação de mais de 12% da capacidade espacial disponível no Brasil em relação a 2011.

Além desses satélites geoestacionários estrangeiros, permaneceram em operação no Brasil, em 2012, os três sistemas de satélites não geoestacionários – Globalstar, Iridium e Orbcomm – associados à prestação do Serviço Móvel Global por Satélite (SMGS).

No exercício, a Agência iniciou processos de coordenação envolvendo os Planos dos Apêndices 30, 30A e 30B do Regulamento de Radiocomunicações da UIT, de modo a permitir que os recursos de órbita e espectro desses Planos possam ser utilizados para o provimento de capacidade espacial no Brasil.

Além dos processos de coordenação envolvendo os Planos acima mencionados, também foram submetidas à UIT as informações técnicas de coordenação de novas redes de satélites brasileiras em banda Ka. A utilização desses recursos escassos tem sido cada vez mais buscada, tendo em vista o congestionamento do arco de satélites geoestacionários para algumas faixas de frequências, em particular as bandas C e Ku.

CAPACIDADE ESPACIAL

Ao final de 2012, a capacidade espacial autorizada no Brasil totalizava 27,5 mil MHz, ou seja, 763 transponders equivalentes de 36 MHz estavam disponíveis para o mercado brasileiro, nas bandas C e Ku. Desse total, 10.785,96 MHz (cerca de 300 transponders equivalentes de 36 MHz) correspondem à capacidade provida por satélites brasileiros e 16.698,96 MHz (463 transponders equivalentes de 36 MHz) à capacidade provida por satélites estrangeiros. A tabela abaixo mostra a distribuição dessa capacidade por banda.

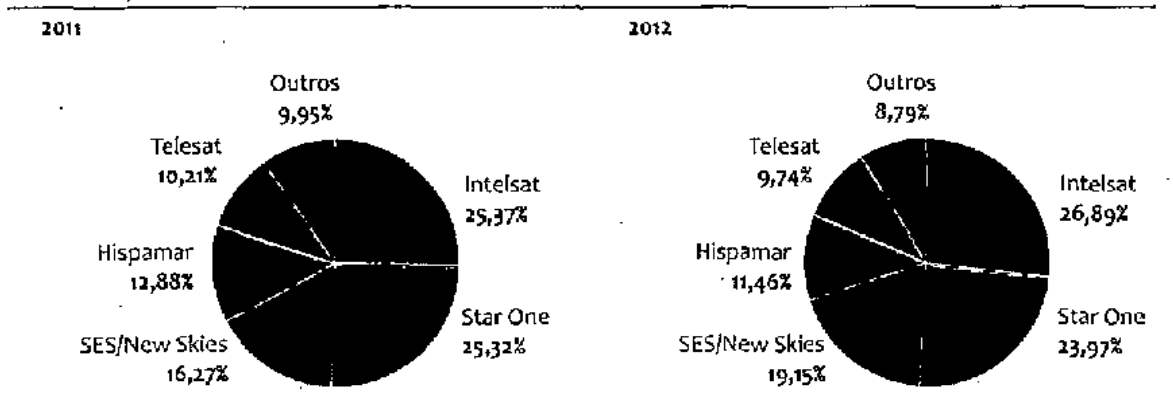
DISTRIBUIÇÃO DA CAPACIDADE SATELITAL
(referente a direitos de exploração de satélite conferidos pela Anatel)

Satélites	Em Mhz			Participação	Quantidade de *transponders* de 36 Mhz
	Banda C	Banda Ku	Total		
Estrangeiros	10.292,76	6.406,20	16.698,96	61%	463,86
Brasileiros	6.030,00	4.755,96	10.785,96	39%	299,61
Total	16.322,76	11.162,16	27.484,92	100%	763,47

COMPETIÇÃO

Considerada a capacidade total autorizada, a Intelsat detinha, no final do exercício, a maior participação no mercado brasileiro, com 26,89%, seguida pela Star One, com 23,97%. Os gráficos abaixo mostram a distribuição do mercado de satélites nos exercícios 2011 e 2012.

PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE SATÉLITES – BANDAS C E KU



ADMINISTRAÇÃO

ORÇAMENTO

RECEITAS

Em 2012, as receitas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) alcançaram R$ 4,91 bilhões – montante 32,3% menor que o registrado no exercício anterior. Essa redução explica-se, principalmente, por dois fatores: em 2011, houve uma elevada arrecadação decorrente da receita de outorgas de autorização de uso de radiofrequências para a prestação de serviços de telecomunicações – resultado da antecipação de pagamento, no valor de R$ 2,1 bilhões, de lotes da Banda H e de sobras de radiofrequência do Serviço Móvel Pessoal (SMP) licitados em 2010. Em 2012, as receitas de outorgas foram decorrentes, principalmente, do leilão dos lotes referentes às faixas de 450 MHz e de 2,5 GHz e da licitação dos direitos de utilização de posição orbital.

O segundo fator que determinou a menor arrecadação foi a desaceleração do número de licenciamento de estações. Como o volume de receitas relativas às taxas de fiscalização de serviços é proporcional ao número de estações licenciadas, o menor fluxo de licenciamentos em 2012 reduziu a arrecadação de taxas, comparativamente ao exercício anterior.

A receita de taxas representou 62,9% de toda a arrecadação, ou seja, R$ 3,1 bilhões. Criado pela Lei 5.070/1966, o Fistel tem natureza contábil e destina-se a prover recursos para cobrir as despesas relacionadas à fiscalização dos serviços de telecomunicações, além de desenvolver os meios e aperfeiçoar a técnica necessária a essa atividade.

A tabela abaixo detalha a arrecadação do Fistel entre 2011 e 2012.

RECEITAS DO FISTEL

(em R$ milhões)

Grupo de Receita	Arrecadado em 2011	Arrecadado em 2012	Variação (2011 – 2012)
Taxas de fiscalização (TFF + TFI) *	3.712,21	3.095,45	-16,61%
Outorgas de telecomunicações	3.553,40	1.819,93	-48,78%
Aplicações financeiras **	0,80	0,90	12,50%
Outras receitas	1,84	2,27	23,37%
Total	7.268,25	4.918,55	-32,33%

Fonte: Siafi

* TFF: Taxa de Fiscalização de Funcionamento / TFI: Taxa de Fiscalização de Instalação

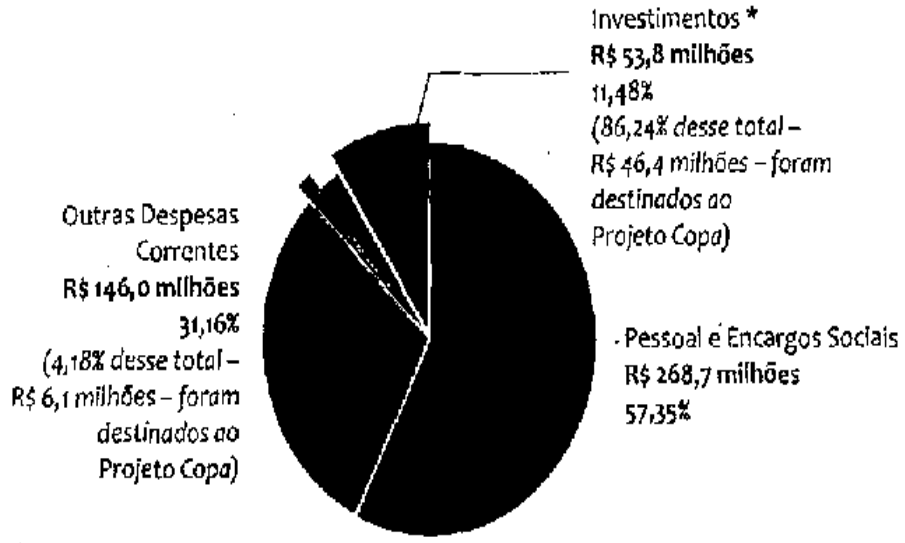
** Os recursos do Fistel são aplicados pelo Siafi, diariamente, na Conta Única do Tesouro Nacional e remunerados, a cada dez dias, por taxa estabelecida pelo Ministério da Fazenda

A arrecadação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) totalizou, no exercício, R$ 1,9 bilhão, superando em 17,5% a previsão constante na Lei Orçamentária Anual (LOA). Na comparação com 2011, foi registrada redução de 29,6% pelos mesmos motivos que causaram a queda de arrecadação do Fistel. O Fust foi criado pela Lei 9.998/2000 com o objetivo de proporcionar recursos destinados a cobrir a parcela de custo exclusivamente atribuível ao cumprimento das obrigações de universalização de serviços de telecomunicações que não possa ser recuperada com a exploração eficiente do serviço. Desde sua criação, o Fundo arrecadou R$ 14,3 bilhões.

DESPESAS

A Lei 12.595/2012 (Lei Orçamentária Anual – LOA/2012) destinou R$ 445,9 milhões para as despesas da Anatel. Ao longo do exercício, foram autorizados créditos suplementares que elevaram a dotação orçamentária da Agência para R$ 468,5 milhões, distribuídos conforme o gráfico abaixo, que destaca, também, os gastos destinados ao *Projeto Copa*.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
R$ 468,5 milhões



* Não foi considerado o crédito extraordinário de R$ 30 milhões – destinado à dotação final do grupo *Investimentos* – aberto pela Medida Provisória 598, de 27 de dezembro de 2012, uma vez que este representava antecipação da LOA/2013

Ao final de 2012, a Anatel havia empenhado 96,1% da dotação liberada, de acordo com os termos do Decreto 7.680/2012, que dispôs sobre a programação orçamentária e financeira e estabeleceu o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício.

Considerando os limites liberados, a Agência atingiu 98,4% de execução orçamentária, tendo empenhado R$ 443 milhões – 10,4% a mais que em 2011. Desse total, foram liquidados e pagos R$ 364,3 milhões. Os R$ 78,7 milhões restantes foram inscritos em *Restos a Pagar*, como detalhado na tabela abaixo.

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

(em R$ 1,00)

Grupo de Despesa	LOA + Créditos	Liberado para Empenho	Empenhado e Liquidado	Pago	Inscrito em Resto a Pagar
Pessoal e Encargos Sociais	268.709.574	268.367.058	267.756.679	266.869.649	887.030
Outras Despesas Correntes	145.982.486	130.893.324	124.634.060	97.014.107	27.619.953
Investimentos *	53.832.339	51.035.524	50.629.149	392.033	50.237.116
Total	468.524.399	450.295.906	443.019.888	364.275.789	78.744.099

* Não foi considerado o crédito extraordinário de R$ 30 milhões – destinado à dotação final do grupo Investimentos – aberto pela Medida Provisória 598, de 27 de dezembro de 2012, uma vez que este representava antecipação da LOA/2013

No exercício, o desempenho orçamentário da Anatel foi impulsionado pela execução dos projetos relacionados aos grandes eventos internacionais que serão realizados no Brasil nos próximos anos, como a Copa do Mundo, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016. Além dos R$ 45,7 milhões inicialmente estabelecidos, a Agência empenhou – para esses projetos – mais R$ 6,8 milhões oriundos de seu orçamento ordinário. Dessa forma, os projetos ligados aos grandes eventos internacionais apresentaram execução orçamentária de 114,9%.

A Anatel executou 99,8% da dotação orçamentária destinada às despesas de *Pessoal e Encargos Sociais*. O grupo *Outras Despesas Correntes* por sua vez, apresentou percentual de execução orçamentária de 95,2%. Os recursos desse grupo destinam-se à execução das atividades relacionadas à fiscalização, à manutenção da infraestrutura da sede e das 27 unidades descentralizadas e ao funcionamento da Central de Atendimento, dentre outros.

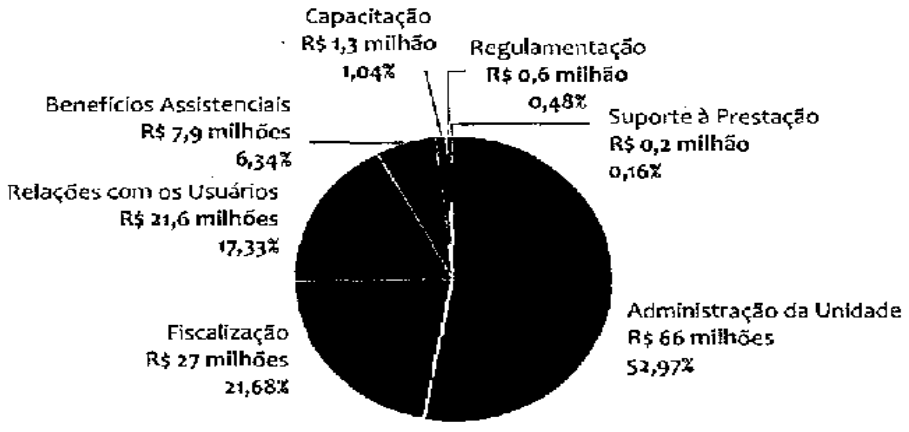
O gráfico a seguir mostra como foram distribuídos, em 2012, os valores empenhados e liquidados para pagamento de *Outras Despesas Correntes* da Anatel.

A execução das despesas de Investimentos alcançou 99,2%. Do limite de R$ 51 milhões destinados a esse grupo, 91,7% – o equivalente a R$ 46,4 milhões – foram aplicados no Projeto *Grandes Eventos Internacionais*.

AQUISIÇÕES E CONTRATOS

A Sede, os escritórios regionais e as unidades operacionais da Anatel concluíram, em 2012, 453 processos de aquisições e contratações. Nas contratações realizadas na modalidade pregão, houve economia de 18,7%, considerando as propostas iniciais e as finais, como detalhado na tabela ao lado.

EXECUÇÃO DAS OUTRAS DESPESAS CORRENTES
Valor empenhado e liquidado: R$ 124,6 milhões



ECONOMIA DECORRENTE DOS PREGÕES

(em R$ 1,00)

Local	Propostas Iniciais	Propostas finais	Economia	
			R$	%
Sede *	74.251.002,32	59.096.057,10	15.154.945,22	20,41%
ER-1 São Paulo	1.422.701,15	1.275.577,56	147.123,59	10,34%
ER-2 Rio de Janeiro e Espírito Santo	240.094,05	185.130,29	54.963,76	22,89%
ER-3 Paraná e Santa Catarina	2.949.632,91	2.505.474,42	444.158,49	15,06%
ER-4 Minas Gerais	693.798,50	546.881,73	146.916,77	21,18%
ER-5 Rio Grande do Sul	704.041,14	594.554,33	109.486,81	15,55%
ER-6 Pernambuco, Alagoas e Paraíba	435.918,70	333.302,78	102.615,92	23,54%
ER-7 Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins	1.372.995,21	1.282.524,65	90.470,56	6,59%
ER-8 Bahia e Sergipe	1.999.747,27	1.790.977,14	208.770,13	10,44%
ER-9 Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí	890.135,00	651.278,47	238.856,53	26,83%
ER-10 Pará, Maranhão e Amapá	602.265,31	578.905,51	23.359,80	3,88%
ER-11 Amazonas, Rondônia, Acre e Roraima	3.715.676,94	3.703.433,54	12.243,40	0,33%
Total	89.278.008,50	72.544.097,52	16.733.910,98	18,74%

* Inclui as contratações referentes aos grandes eventos internacionais

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O principal projeto ligado à infraestrutura de tecnologia da informação da Agência, em 2012, foi a modernização da rede corporativa de dados da Anatel, que possibilitará a diminuição de custos relacionados a telecomunicações e modernização dos recursos da rede corporativa da Agência.

As necessidades relacionadas aos grandes eventos internacionais motivaram ações em dois grandes projetos: Solução de Gestão de Espectro e Segurança de Infraestruturas Críticas de Telecomunicações (Siec).

Com a nova Solução de Gestão do Espectro, a Anatel pretende dar agilidade ao atendimento das solicitações de uso temporário do espectro, principalmente para os grandes eventos. O projeto tem como propósito viabilizar o planejamento do espectro nas regiões de realização dos eventos, além de garantir orientação prévia e segura para os usuários externos sobre a disponibilidade de recurso de espectro nessas regiões.

No caso do Siec, busca-se disponibilizar ferramentas para apoiar as atividades de gestão de riscos da Anatel relacionadas à segurança das infraestruturas críticas de telecomunicações, com foco nas sedes brasileiras dos grandes eventos esportivos internacionais que serão realizados nos próximos anos. Com o desenvolvimento do Siec, a Agência contará com um sistema que lhe permitirá inventariar, analisar, avaliar e tratar os riscos relacionados às redes e aos serviços de telecomunicações, além de realizar o monitoramento das redes.

Ao longo de 2012, a Anatel investiu no desenvolvimento de sistemas de informática – construídos a partir da identificação de necessidades decorrentes das diversas atividades da Agência ou da edição de novas regras. Exemplo disso foi a criação do Sistema do Acesso Individual Classe Especial (Aice), ferramenta usada para a carga dos dados encaminhados pelo Ministério do Desenvolvimento Social sobre a base de famílias inscritas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal. O sistema permite a validação dos dados da base, de modo a garantir a integridade da informação e permitir à Agência identificar os registros de famílias habilitadas ao Aice consultados pelas concessionárias. O Aice, também conhecido por telefone popular, permite que as famílias incluídas no Cadastro tenham acesso à telefonia fixa em condições especiais.

A fim de contribuir com outros órgãos da Administração Pública Federal, a Agência cedeu, no exercício, os seguintes sistemas de informação:

- Sistema de Atesto de Despesas Telefônicas – para a Presidência da República, o Supremo Tribunal Federal, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e a Procuradoria da República no Amazonas;

- Sistema de Acompanhamento de Consulta Pública – para o Ministério das Comunicações;

- Sistema de Atendimento ao Usuário – para a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); e

- Sistema de Coleta de Informações Documentais – para a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes).

RECURSOS HUMANOS

FORÇA DE TRABALHO

Ao final do exercício 2012, a força de trabalho da Agência era composta por 1.583 servidores, sendo 1.404 do quadro de carreira – 1.211 servidores efetivos e 193 do quadro específico. A tabela abaixo detalha a composição do quadro de pessoal da Anatel.

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL	
Situação	**Quantidade**
Quadro efetivo	1.211
Quadro específico	193
Exercício descentralizado	35
Lotação provisória	6
Nomeados	43
Requisitados da Telebras	71
Requisitados de outros órgãos	24
Total	1.583

Do total de servidores, 45,7% estavam lotados na sede da Anatel, em Brasília, 42% nos escritórios regionais e 12,2% nas unidades operacionais. Mais de 80% dos servidores da Anatel possuíam formação de nível superior. Do total de servidores da Agência, 85% estavam lotados na área finalística, com atribuições relacionadas, principalmente, a regulamentação, fiscalização e outorga.

Considerando o quadro autorizado pela Lei 10.871/2004 – alterada pela Lei 11.292/2006 – de 1.690 servidores do quadro efetivo – restavam, ainda, 286 vagas a serem preenchidas por concurso público. Ao final do exercício, não havia previsão de ampliação do quadro de pessoal da Agência. Após a reestruturação da Anatel – que deverá ser implementada ao longo de 2013 –, serão analisadas, por meio de estudo de dimensionamento de pessoal contemplando todas as unidades organizacionais, as demandas de força de trabalho, de modo a identificar eventuais necessidades de realocação de pessoal ou de ampliação do quadro.

GESTÃO COM PESSOAS

Em outubro de 2012, a Agência aprovou, por meio da Portaria 842, a Política de Gestão com Pessoas da Anatel, que tem como principal finalidade promover a valorização e o desenvolvimento dos servidores, contribuindo para a promoção da qualidade de vida no trabalho, o alcance da missão institucional da Agência e o atendimento das demandas da sociedade.

O documento fixa as diretrizes para orientar o planejamento e a operacionalização de ações que norteiam as relações de trabalho e sustentam as estratégias de atuação organizacional. Entre as inovações, a nova política estabelece nas gerências imediatas o papel de gestores de pessoas e facilita a integração e a sinergia das ações relativas à gestão com pessoas.

Com base no Diagnóstico e na Política de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), será construído, com participação de todos os servidores, via consulta interna, o Programa de QVT da Anatel, que estabelecerá o conjunto de ações práticas necessárias para a promoção da qualidade de vida na Agência. O Programa definirá o que é prioritário no campo das condições e da organização do trabalho, do reconhecimento e do crescimento profissional, das relações socioprofissionais e do elo trabalho vida social.

Ainda com foco na gestão de pessoas, foram iniciados, em 2012, estudos para proposição de nova estrutura de

cargos comissionados de acordo com o organograma proposto no novo Regimento Interno, além de regras e de critérios para a ocupação dos cargos.

CAPACITAÇÃO

Ao longo de 2012, a Anatel empreendeu esforços na realização de eventos de capacitação, com investimento de R$ 1,3 milhão para a qualificação de seus servidores, de modo a permitir a melhoria contínua dos processos de trabalho e dos índices de satisfação da sociedade em relação aos serviços prestados pela Agência.

No exercício, 80,8% da força de trabalho da Agência – o equivalente a 1.279 servidores – participaram de eventos de aprendizagem, totalizando 76.808 horas de capacitação. Foram realizados 392 eventos, sendo 277 presenciais e 115 à distância. Além disso, 40 servidores participaram de cursos de pós-graduação com o incentivo de bolsa de estudo; oito servidores com o benefício do afastamento para pós-graduação e outros 16 usufruíram, em 2012, da licença-capacitação.

O Programa de Desenvolvimento de Lideranças – destinado a servidores que desempenham ou pretendem desempenhar funções gerenciais, de coordenação ou de assessoria – capacitou, no exercício, 150 servidores.

CONCURSO PÚBLICO

A Anatel recebeu autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e realizou, em 2012, seu quarto concurso público, para provimento de 46 vagas, sendo 42 para o cargo de Técnico Administrativo (nível médio) e quatro para Analista Administrativo (nível superior). As vagas para o cargo de Analista eram para Brasília e as destinadas ao cargo de Técnico estavam distribuídas entre Brasília e as representações da Anatel em Alagoas, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco e São Paulo.

O concurso atraiu 51.441 candidatos, sendo 45.272 para o cargo de Técnico Administrativo e 6.169 para o de Analista Administrativo. As provas foram realizadas em 18 de novembro. Os aprovados de nível médio deverão ser nomeados até março de 2013; os de nível superior passarão por curso de formação previsto para ser realizado em fevereiro, e serão nomeados entre março e abril de 2013.

ANEXO

ACOMPANHAMENTO DO PGR

ACOMPANHAMENTO DO PGR

O Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil (PGR), aprovado em 2008 por meio da Resolução 516, estabeleceu uma agenda regulatória para o setor, com o objetivo de proporcionar previsibilidade e segurança jurídica à regulação.

No final do exercício, haviam sido concluídos os projetos associados ao atendimento de dispositivos legais definidos no Decreto 7.512/2011 (PGMU III), na Lei 12.485/2011 (SeAC) e no Decreto 7.175/2010 (PNBL).

Com base no processo decisório da Anatel, a metodologia de acompanhamento do PGR estabelece que o nível de realização de cada projeto é definido de acordo com a etapa em que ele se encontra: o estágio inicial são as discussões na área técnica para elaboração de proposta a ser submetida a consulta pública; a fase final é a aprovação pelo Conselho Diretor.

Em 2012, o PGR alcançou grau de realização de 86%. Em função da importância do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), a Anatel priorizou os 28 projetos a ele associados, direta ou indiretamente, nos quais foi atingido grau de completamento de 93%.

No final do ano, 40 projetos haviam sido concluídos; quatro encontravam-se em fase final de deliberação no Conselho Diretor da Agência; cinco projetos, com proposta de versão final dos regulamentos após a consulta pública, estavam em análise na Procuradoria Federal Especializada em exercício na Anatel e nas áreas técnicas, para ajustes; três projetos estavam em análise nas áreas técnicas, após avaliação das contribuições recebidas em consulta e audiências públicas; e dois projetos estavam em análise do Conselho Diretor para avaliação das minutas de normas e de regulamentos que deveriam ser submetidos a consulta pública ao longo de 2013.

Antes da análise do Conselho Diretor, as propostas de textos são avaliadas pela Procuradoria da Anatel e retornam às áreas técnicas da Agência, para ajustes. Ao final de 2012, dois projetos encontravam-se nessa etapa. Os quatro projetos restantes do PGR estavam em elaboração nas áreas técnicas da Agência.

Até o final de 2012, 40 projetos haviam sido concluídos, conforme detalhado a seguir.

PROJETO	DESCRIÇÃO
Alteração do Plano Geral de Outorgas (PGO)	Por meio do Decreto 6.654/2008, foi efetivada a alteração que permitiu a atuação de grupos que contenham concessionárias em mais de uma região do PGO, estabelecendo, para esses grupos, obrigações adicionais.
Proteção da Infraestrutura Crítica de Telecomunicações	Com o objetivo de subsidiar a formulação de estratégias, de normas e de regulamentos para a segurança de telecomunicações, o projeto foi concluído em 2009 com o desenvolvimento e a aplicação de cinco metodologias: Identificação da Infraestrutura Crítica; Identificação e Análise de Ameaças; Análise de Interdependência entre Infraestruturas Críticas; Criação do Cenário Ideal para Infraestrutura Crítica; e Diagnóstico de Infraestrutura Crítica.

PROJETO	DESCRIÇÃO
Revisão da Norma para Cálculo do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST)	Por meio da Resolução 532/2009, a Anatel aprovou a Revisão da Norma para Cálculo do Índice de Serviços de Telecomunicações Aplicado no Reajuste e Atualização de Valores Associados à Prestação dos Serviços de Telecomunicações. A metodologia para determinação do IST baseia-se em uma cesta ponderada de índices existentes, definida a partir da participação percentual de cada despesa na estrutura de Despesas de Referência definida na Norma.
Elaboração da Norma sobre Metodologia de Cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital	O projeto foi concluído com a publicação da Resolução 535/2009, que aprovou a Norma da Metodologia de Estimativa do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC – também conhecido pela sigla WACC, do inglês *Weighted Average Cost of Capital*). A Norma será adotada no cumprimento das obrigações legais, regulamentares e contratuais das prestadoras de serviços de telecomunicações. A metodologia de cálculo utilizará cinco fatores: Custo do Capital de Terceiros, Custo do Capital Próprio, Quociente de Capital de Terceiros, Quociente de Capital Próprio e Tributação Incidente sobre o Resultado.
Elaboração do Plano de Metas de Universalização II (PMU II)	A Anatel concluiu, em 2009, a elaboração do Plano de Metas de Universalização II, que tem como proposta o atendimento do serviço de telefonia fixa, por meio da instalação de um orelhão em localidades com menos de cem habitantes. A proposta – que beneficiará quase nove mil localidades – foi apreciada pelo Conselho Consultivo no início de 2010 e, em seguida, encaminhada ao Ministério das Comunicações. Foi solicitada pelo Ministério das Comunicações uma avaliação de eventuais sobreposições entre o PMU II e o novo PGMU. O estudo técnico foi finalizado em outubro de 2011, para posterior encaminhamento ao Ministério das Comunicações.
Plano de Ação Pró-Usuários	Aprovado por meio da Portaria 1.160/2010, o Plano de Ação Pró-Usuários tem como objetivo principal aperfeiçoar e ampliar, no âmbito da Anatel, os esforços para a proteção dos direitos do consumidor por meio de política específica que promova o fortalecimento da cultura interna em prol do consumidor, as parcerias com instituições, a transparência e a participação da sociedade no processo regulatório.

PROJETO	DESCRIÇÃO
Destinação da Faixa de 3,5 GHz	A Resolução 537/2010 republicou, com alterações, o Regulamento sobre Condições de Uso da Faixa de Radiofrequências de 3,5 GHz Com a decisão da Anatel, essa faixa poderá ser explorada também para a prestação de serviços móveis e nao apenas para os serviços de telefonia fixa e de comunicação multimídia. Além disso, a subfaixa de 3.400-3.410 MHz poderá ser usada por órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta – Federal, Estadual ou Municipal – para a prestação do Serviço Limitado Privado a fim de promover a inclusão digital
Elaboração do Regulamento do Plano Geral de Metas para a Universalização (PGMU II)	Por meio da Resolução 539/2010, a Anatel aprovou o Regulamento do Plano Geral de Metas para a Universalização (PGMU II), que estabeleceu a troca de metas de postos de serviços de telecomunicações (PSTs) urbanos por backhaul.
Destinação da Faixa de 2,5 GHz	Pela Resolução 544/2010, a faixa de 2,5 GHz foi destinada para os serviços Móvel Pessoal, de Comunicação Multimídia, Limitado Privado, Telefônico Fixo Comutado e de TV por Assinatura via MMDS, possibilitando a oferta de banda larga móvel.
Alteração do Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em FM	A alteração foi aprovada por meio da Resolução 546/2010. Na elaboração do documento, foram consideradas as adaptações decorrentes de recomendações da União Internacional de telecomunicações (UIT) e a necessidade de compatibilizar estudos de viabilidade técnica que envolvam simultaneamente emissoras do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM) e estações de Radiodifusão Comunitária (RadCom).
Revisão da Norma para unificação das tarifas e preços do STFC praticados nos setores consolidados pelo PGO	A Norma para Unificação das Tarifas e Preços do Serviço Telefônico Fixo Comutado Praticados nos Setores Consolidados pelo Plano Geral de Outorgas foi aprovada pela Resolução 547/2010. A unificação das tarifas e preços é aplicável às modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional e tem como pressuposto a preservação da receita obtida em cada item do plano básico analisado.
Elaboração do Regulamento do Uso Eficiente do Espectro	O Regulamento para Avaliação da Eficiência de Uso do Espectro de Radiofrequências foi aprovado pela Resolução 548/2010, que estabeleceu critérios para a avaliação da eficiência de uso do espectro para sistemas terrestres ponto-a-ponto e ponto-área, além de sistemas de satélites.
Revisão do Regulamento de Remuneração de Redes do SMP	Pela Resolução 549/2010, foi modificado o artigo 24 do Regulamento, que trata da determinação dos grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) na oferta de interconexão em rede móvel em cada Região do Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal.

PROJETO	DESCRIÇÃO
Elaboração do Regulamento de Exploração de Rede Virtual no SMP	Pela Resolução 550/2010, a Anatel aprovou o Regulamento sobre Exploração de Serviço Móvel Pessoal por meio de Rede Virtual (RRV-SMP – também conhecido como MVNO, do inglês *Mobile Virtual Network Operator*), que estabelece critérios e procedimentos para a prestação do serviço por autorizados e credenciados, normatizando as relações entre os envolvidos no processo. O Regulamento permite a existência de maior número de ofertantes do serviço, com propostas inovadoras de facilidades, condições e relacionamentos com os usuários.
Atualização do Planejamento de Outorga para os serviços de TV a Cabo e MMDS	O Planejamento foi aprovado por meio da Resolução 551/2010 com o objetivo de estimular a entrada de novas empresas e a competição no setor. O novo Planejamento abrange todo o território nacional, sem limites ao número de outorgas dos serviços de TV a Cabo e de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), salvo em caso de indisponibilidade de radiofrequência.
Destinação da Faixa de 450-470 MHz	Aprovado pela Resolução 558/2010, o Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 450-470 MHz destinou essa faixa de frequências para a prestação dos serviços Telefônico Fixo Comutado, Móvel Pessoal e de Comunicação Multimídia, de modo a permitir provimento de acesso aos serviços de telefonia e de dados em banda larga, preferencialmente em áreas rurais, de baixa densidade populacional ou não atendidas por sistemas de telecomunicações.
Revisão dos Contratos de Concessão do STFC	A Resolução 559/2010 aprovou a alteração dos contratos de concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional para o período 2011-2015. De acordo com a Resolução, os contratos poderão ser alterados em 2011, 2015 e 2020 para estabelecer novos condicionamentos e metas para a universalização e a qualidade. A assinatura dos contratos ocorreu em 30 de junho de 2011, data de publicação do Decreto 7.512/2011, que aprovou o Plano Geral de Metas para a Universalização (PGMU III).
Licitação da Banda H e Sobras do SMP	A licitação de radiofrequências nas faixas de 1,9 GHz e 2,1 GHz (subfaixa H), além de sobras e subfaixas de Extensão do SMP, foi realizada em dezembro de 2010. Os concorrentes ofereceram R$ 2,7 bilhões por 60 lotes, tendo sido registrado ágio médio de 30,6%. A licitação permitirá a entrada de um quinto prestador de SMP no Brasil, além da ampliação da capacidade dos prestadores atuais.

PROJETO	DESCRIÇÃO
Ampliação das Áreas Locais do STFC	O novo Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) aprovado pela Resolução 560/2011, tem como objetivo ampliar os critérios de definição de áreas locais, que passarão a abranger o conjunto de municípios pertencentes a uma região metropolitana ou região integrada de desenvolvimento (Ride) que tenham continuidade geográfica e pertençam a um mesmo código nacional de área (DDD).
Elaboração de Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (RGQ-SCM)	O Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (RGQ-SCM), aprovado pela Resolução 574/2011, estabelece padrões de qualidade para o serviço, de forma a promover a progressiva melhoria da experiência do usuário em aspectos relacionados ao atendimento e ao desempenho das conexões de banda larga.
Atualização do Plano Geral de Metas de Qualidade do Serviço Móvel Pessoal (PGMQ-SMP)	O Regulamento sobre Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal (RGQ-SMP), aprovado pela Resolução 575/2011, abrange a revisão do Plano Geral de Metas de Qualidade do SMP (PGMQ-SMP) e do Regulamento de Indicadores de Qualidade do SMP (RIQ-SMP). O RGQ-SMP trata da reestruturação do processo de avaliação de qualidade, em especial no tratamento de indicadores da qualidade percebida pelos usuários. Além disso, o RGQ-SMP passou a prever indicadores específicos voltados à aferição da qualidade de serviços de dados, inclusive quando prestados em banda larga.
Elaboração do PGMU III	O Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público – PGMU aprovado pelo Decreto 7.512/2011 – constitui um dos anexos dos contratos de concessão do STFC e estabelece obrigações que as concessionárias da telefonia fixa deverão atender no período de 2011-2015. Merecem destaque a revisão do Acesso Individual Classe Especial (Aice); a oferta, pelas concessionárias, de acesso individual em áreas rurais, por meio de plano alternativo de oferta obrigatória de serviço; e o estabelecimento de densidade de quatro telefones de uso público por grupo de mil habitantes, por município.
Elaboração do Regulamento para Critérios de Reajuste do Valor de Chamada (VC)	O Regulamento sobre os Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado Envolvendo Acessos do Serviço Móvel Pessoal ou do Serviço Móvel Especializado foi aprovado pela Resolução 576/2011. Até 2014, a medida fará com que os usuários tenham ganhos de cerca de 45% devido à redução das tarifas.

PROJETO	DESCRIÇÃO
Elaboração do Regulamento de Atendimento e Cobrança Indevida	A Anatel concluiu a realização dos estudos sobre uniformização das regras sobre atendimento e cobrança aplicáveis aos serviços de telecomunicações de interesse coletivo. O Conselho Diretor deliberou pela edição de um regulamento único sobre o assunto que contemplará normas sobre atendimento, cobrança, oferta conjunta e mecanismos de reparação ao usuário.
Implementação do Modelo de Custos	No exercício, a Anatel assinou contrato com consórcio internacional, para o desenvolvimento de modelo de custos, que terá dois anos para executar o trabalho de apoio à Anatel. O consórcio venceu licitação internacional realizada pela União Internacional de Telecomunicações (UIT). Por meio do modelo de custos, serão definidos aspectos como tarifas e preços de interconexão e preços de disponibilização de elementos de rede. Esse projeto é dividido em três subprojetos: licitação internacional, grupo de trabalho interno e aquisição de software – todos já concluídos.
Pesquisa de satisfação dos usuários do STFC, do SMP e dos serviços de TV por Assinatura	No primeiro semestre de 2011, a Anatel concluiu o processo licitatório, iniciado no final de 2010, para a contratação de instituição para execução de Pesquisa para Aferição do Grau de Satisfação da Sociedade com relação aos serviços de telecomunicações. Esse levantamento tem como objetivo obter subsídios para melhorar a qualidade dos serviços prestados, por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos regulatórios.
Elaboração da Norma de Uso dos Canais Básicos de Utilização Gratuita	Após a edição da Lei 12.485/2011, as competências para regulamentar a programação dos canais de que trata a proposta de Norma foram transferidas para a Ancine, exceto no caso do canal universitário – que será tratado pelo Regulamento do SeAC.
Revisão do Regulamento do Serviço de TV a Cabo	Devido ao novo marco legal estabelecido por meio da Lei 12.485/2011, Lei do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), este projeto foi arquivado por deliberação do Conselho Diretor da Anatel.
Revisão do Regulamento do Serviço DTH	Devido ao novo marco legal estabelecido por meio da Lei 12.485/2011, Lei do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), este projeto foi arquivado por deliberação do Conselho Diretor da Anatel.
Revisão do Regulamento do Serviço Especial de Televisão por Assinatura (TVA)	Devido ao novo marco legal estabelecido por meio da Lei 12.485/2011, Lei do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), este projeto foi arquivado por deliberação do Conselho Diretor da Anatel.
Concessão de Outorga para os Serviços de TV a Cabo	Devido ao novo marco legal estabelecido por meio da Lei 12.485/2011, Lei do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), não serão mais expedidas concessões para a prestação do serviço de TV a Cabo.

PROJETO	DESCRIÇÃO
Alteração do Regulamento Técnico para a Prestação dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e Retransmissão de Televisão	A alteração do Regulamento tem como objetivo incluir critérios técnicos para a instalação e a operação de estações de televisão digital. Resolução nº 584, de 27/03/2012 (SARC, RpTV e CFTV) e Resolução nº 583, de 27/03/2012 (Radiodifusão e Retransmissão).
Revisão do Regulamento do Acesso Individual Classe Especial (Aice)	Proposta de revisão do Aice, aprovada pela Resolução nº 586, de 5/04/2012, com o intuito de atualizar as regras básicas, os requisitos e as características para implementação, oferta, utilização, tarifação e qualidade. A iniciativa tem como finalidade possibilitar a oferta do serviço com assinatura mensal de aproximadamente R$ 9,50 (sem impostos) para a população inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.
Edital / licitação da faixa de 2,5 GHz Outorga da faixa de 450-470 MHz	Elaboração do Edital 4/2012 - PVCP/SPV e realização da Licitação para Expedição de Autorizações de Uso de Radiofrequências na subfaixa 2500 MHz a 2690 MHz e/ou na subfaixa de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, associadas a Autorizações para Exploração dos serviços de Comunicação Multimídia (SCM), Telefônico Fixo Comutado (STFC) e do Serviço Móvel Pessoal (SMP).
Revisão do Regulamento de Sanções Administrativas	A proposta aprovada pela Resolução 589/2012 estabelece parâmetros e critérios para a aplicação de sanções administrativas por infrações referentes às leis aplicáveis ao setor de telecomunicações, aos regulamentos ou às demais normas pertinentes, bem como em consequência da inobservância dos deveres decorrentes de outorgas para a prestação de serviços de telecomunicações ou o uso de radiofrequências.
Revisão do Regulamento de Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD)	A proposta de Revisão do Regulamento de EILD aprovada pela Resolução 590/2012 tem por objetivo proporcionar uma reavaliação do conjunto de regras que disciplinam a exploração industrial de linha dedicada no Brasil, tendo em vista a sua adequação ao atual panorama tecnológico e mercadológico nacional, a necessidade de torná-las mais aderentes às metas previstas no PGR, e a promoção da competição na oferta dos serviços de telecomunicações.
Revisão do Regulamento de Fiscalização	A proposta aprovada pela Anatel por meio da Resolução 596/2012 prevê o estabelecimento dos limites, dos procedimentos e dos critérios para a fiscalização da execução, da comercialização e do uso dos serviços de telecomunicações e da utilização dos recursos de órbita.

PROJETO	DESCRIÇÃO
Elaboração do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC)	A Resolução 600/2012, que aprovou o Plano, permitirá a definição dos mercados relevantes e dos Grupos Econômicos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) em cada um deles, bem como o estabelecimento de mecanismos de estímulo à competição, como assimetrias regulatórias entre Grupos com e sem PMS.
Atualização do Plano Geral de Metas de Qualidade do Serviço Telefônico Fixo Comutado (PGMQ-STFC)	A Resolução 605/2012 aprovou o Anexo dos contratos de concessão da telefonia fixa, o PGMQ – que passará a se chamar Regulamento de Gestão da Qualidade (RGQ-STFC) – será atualizado, com a incorporação de indicadores de qualidade percebida pelos usuários do serviço, além de outras obrigações das concessionárias para o período 2011-2015.

Em dezembro de 2012, quatro projetos do PGR encontravam-se em fase final de deliberação no Conselho Diretor da Agência. Nesse estágio, os projetos estavam 94,4% concluídos, conforme metodologia de acompanhamento estabelecida pela Anatel.

PROJETO	DESCRIÇÃO
Alteração do Regulamento do STFC	O Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) tem por objetivo disciplinar as condições de prestação e de fruição do serviço. A proposta da Anatel estabelece, entre outros pontos, diferenciação entre direitos de assinantes e de usuários; inserção de regra expressa determinando que o assinante tem direito de pedir detalhamento permanente do documento de cobrança; simplificação das regras de cobrança; e ajustamento das regras de atendimento.
Elaboração do Regulamento sobre Atendimento Fora da Área de Tarifação Básica (FATB)	O Regulamento tem por objetivo disciplinar as condições de atendimento rural para a prestação e a fruição de serviços de telecomunicações de interesse coletivo.
Implantação do Centro de Desenvolvimento de Estudos Regulatórios da Anatel (Cedra)	O Centro destina-se à realização de estudos e análises prospectivas, além de qualificação técnica dos servidores da Anatel relativamente ao avanço das telecomunicações e às respectivas técnicas de regulação. No final de 2011, a proposta estava sendo reavaliada com vistas a contemplar as orientações da nova gestão da Agência.
Revisão do Regulamento do SCM	A revisão do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) tem como objetivos principais a massificação do acesso à banda larga e a ampliação dos direitos dos usuários.

Outros sete projetos, com proposta de versão final dos regulamentos após a consulta pública – percentual de conclusão de 81,2% –, estavam em análise na Procuradoria Federal Especializada em exercício na Anatel e nas áreas técnicas, para ajustes.

PROJETO	DESCRIÇÃO
Elaboração de Regulamento do Serviço Limitado Privado	A proposta de Regulamento do Serviço Limitado Privado visa incorporar ao seu regime regulatório as autorizações referentes à maioria dos serviços explorados no interesse restrito, levando em conta o atual cenário de convergência de redes e de serviços de telecomunicações.
Revisão de Proposta de Regulamento sobre Divulgação de Listas de Assinantes e de Edição e Distribuição de LTOG	A proposta visa disciplinar a edição e o fornecimento de Lista Telefônica Obrigatória e Gratuita (LTOG) e a gratuidade do código 102
Revisão do Regulamento de Controle de Bens Reversíveis	A proposta da Anatel para o Regulamento de Acompanhamento e Controle de Bens, Direitos e Serviços Vinculados à Concessão do STFC tem como objetivo principal otimizar os processos relacionados aos bens reversíveis, permitindo, por exemplo, o acompanhamento informatizado e online de suas movimentações. Os bens reversíveis são aqueles indispensáveis à continuidade da prestação da telefonia fixa pelas concessionárias do serviço e devem voltar ao controle do Estado ao término da concessão.
Revisão do Regulamento para Expedição de Autorização para Prestação do STFC	Entre as alterações propostas pela Agência, destacam-se: a retirada da obrigação de submeter previamente à Anatel toda e qualquer alteração que a prestadora pretenda fazer nos seus estatutos ou contrato social; a inclusão da obrigatoriedade de a prestadora manter a oferta do STFC em pelo menos um município durante a vigência da autorização; e a inclusão da obrigatoriedade de a prestadora comunicar à Anatel e aos usuários do serviço, com antecedência de seis meses, a decisão de descontinuar a oferta do STFC em determinada localidade.
Revisão do PGMQ-TV por Assinatura	Proposta de atualização do PGMQ-TV por Assinatura, que passará a se chamar Regulamento Geral de Qualidade, deverá ser adequado ao Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes de Serviços de Televisão por Assinatura e aos dispositivos da Lei 12.485/2011.
Reestruturação da Anatel	Estudos e prospecção de nova estrutura organizacional, com vistas à otimização da gestão e dos resultados da Agência.

PROJETO	DESCRIÇÃO
Elaboração do Regulamento de resolução do Conflito	O Regulamento estabelece regras para a resolução administrativa de conflitos surgidos na aplicação e na interpretação dos regulamentos e outros dispositivos legais do setor de telecomunicações relativos à competência da Anatel. Os estudos sobre resolução de conflitos serão incorporados à revisão do Regimento Interno da Anatel.

Também ao final do exercício de 2012, dois projetos estavam em análise nas áreas técnicas, após avaliação das contribuições recebidas em consulta e audiências públicas – 70,4% de realização.

PROJETO	DESCRIÇÃO
Edital/licitação da faixa de 3,5 GHz	Elaboração do Edital e realização da licitação da faixa de 3,5 GHz para o Serviço Móvel Pessoal, de acordo com a destinação dada pela Resolução 537/2010.
Segurança e proteção da infraestrutura nacional de telecomunicações	Criação do Sistema Rede Nacional de Fibras Ópticas (Renaf), que tem como objetivo mapear as redes de fibras ópticas do País, de forma georreferenciada, para análise e planejamento de ações que viabilizem a mais eficientecobertura por esse tipo de infraestrutura. O projeto Renaf está contemplado no Projeto Sistema de Infraestrutura Crítica de Telecomunicações (Siec).

O Conselho Diretor da Anatel avaliava, ao final de 2012, dois projetos do PGR, alcançando 44,9% de realização. As minutas de normas e de regulamentos deverão ser submetidos a consulta pública ao longo de 2013.

PROJETO	DESCRIÇÃO
Elaboração do Regulamento de PD&I	Estabelecimento de diretrizes para fomento à pesquisa, ao desenvolvimento e à produção de tecnologia nacional em telecomunicações. O Regulamento proporá mecanismos para estimular a geração de inovação tecnológica em telecomunicações no País e investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) por parte de instituições e fabricantes nacionais.
Revisão do Regulamento de Uso do Espectro (RUE)	O Regulamento de Uso do Espectro estabelece procedimentos de utilização do espectro, assim como parâmetros gerais de administração, condições de uso e controle de radiofrequências em território nacional, incluindo o espaço aéreo e águas territoriais.

Antes da análise do Conselho Diretor, as propostas de textos a serem submetidos a consultas públicas são avaliadas pela Procuradoria da Anatel e retornam às áreas técnicas da Agência, para ajustes, conforme parecer. Ao final de 2012, dois projetos encontravam-se nessa etapa, com 34,2% de realização.

PROJETO	DESCRIÇÃO
Elaboração do Regulamento de Interrupções Sistêmicas do STFC	Elaboração do Regulamento de Interrupções Sistêmicas do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) à luz das metas de qualidade estabelecidas no Regulamento de Gestão de Qualidade e nos contratos de concessão.
Alteração do PGA-SMP	Revisão do Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal (PGA-SMP), considerando o conceito de Grupo Econômico.

Os três projetos restantes do PGR estavam, no final de 2011, em elaboração nas áreas técnicas da Agência. Nessa etapa, segundo a metodologia de acompanhamento de projetos aplicada pela Anatel, eles tinham grau de completamento de 20,1%.

PROJETO	DESCRIÇÃO
Atualização da regulamentação do SMGS e elaboração do Regulamento de Numeração do SMGS	Revisão da regulamentação do Serviço Móvel Global por Satélite (SMGS) em vigor e elaboração do Regulamento de Numeração do Serviço, para aumento da cobertura das redes de acesso, inclusive em banda larga, em áreas rurais ou de fronteira.
Elaboração do Regulamento de Numeração do SCM	O Regulamento de Numeração do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) proporcionará aos usuários do serviço a utilização mais eficiente de aplicações de voz, maximizando o valor agregado ao acesso em banda larga, com reflexos positivos para sua massificação.
Elaboração do Regulamento de Remuneração de Redes do SCM	Elaboração de Regulamento de Remuneração de Rede do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), com o objetivo de definir critérios aplicáveis à remuneração pelo acesso a redes de suporte do SCM quando interconectadas a redes de suporte de outros serviços de telecomunicações de interesse coletivo.

ANATEL

Agência Nacional de Telecomunicações
SAUS Qd. 6 Blocos C, E, F e H
Cep: 70.070-940 – Brasília/DF

(À Comissão de Serviços de Infraestrutura Ambiente)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Senador Dornelles.

Desculpe-me, Senador Mário Couto, é que o Senador chegou aqui em primeiro lugar.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Está corretíssima, Senadora. Nada de pedir desculpa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria de me inscrever como Líder.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – V. Exª está inscrito; é o primeiro orador inscrito como Líder.

Queria dizer que o meu microfone está lá porque fui a primeira a chegar hoje, e peço uma inscrição para comunicação inadiável.

Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Imagina! Não é só hoje que a senhora chega cedo, são todos os dias que a senhora dá quórum aqui para abrir a sessão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, meu caro Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Eu só vou falar depois da Ordem do Dia, porque aí eu falo por 20 minutos, tenho mais tempo. Eu seria o primeiro Líder inscrito após a Ordem do Dia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Mário Couto, pela Liderança da Minoria, após a Ordem do Dia.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Breve comunicação, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Para uma breve comunicação, V. Exª é o segundo, e, não havendo oradores, farei uma permuta com V. Exª, Senador Alvaro Dias.

Os Senadores que estão inscritos e que teriam preferência não estão presentes; então, convido o Senador Dornelles para fazer uso da palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente, como eu estou inscrito, se, no momento de me chamar, não houver orador inscrito, poderei falar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Tomarei a providência, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, é uma satisfação muito grande falar na sessão de hoje, presidida por V. Exª, ilustre membro do meu Partido, por quem temos uma admiração totalmente especial, Srªs e Srs. Senadores, a carga tributária do País, superando 35% do PIB, fica próxima a dos países ricos e muito acima da dos emergentes. Entretanto, é preciso atentar que poucas outras economias similares realizam um gasto social tão volumoso e diversificado. O Brasil tanto ampliou e descentralizou políticas universais, como educação e saúde, quanto estruturou uma ampla rede de proteção social, que vai do Regime Geral da Previdência até o Seguro-Desemprego, passando pelo Programa Bolsa Família.

Essa tese pode ser fundamentada com alguns números extraídos de fontes oficiais:

> – 30 milhões de pessoas são beneficiados diretamente pela Previdência Social, cujo gasto superará a casa de 8,7% do PIB;
>
> – 3,8 milhões de idosos com mais de 65 anos recebem benefícios da assistência social (LOAS), equivalente a 0,53% do PIB;
>
> –14 milhões de famílias pobres receberam a Bolsa Família, em 2012, com o gasto de 0,48% do PIB;
>
> – 7,6 milhões de trabalhadores foram beneficiados pelo Seguro– Desemprego, com gasto anual de 0,5% do PIB;
>
> – 110 milhões de brasileiros são atendidos pela rede do SUS. A despesa total com saúde, das três esferas de governo, chega a 4,5% do PIB;
>
> – 5 milhões de estudantes na educação infantil, 26 milhões no ensino fundamental, 7,4 milhões no ensino médio e 1,8 milhões na universidade fazem com que o gasto com educação de todos os governos do País seja de 4,9% do PIB.

É possível estimar um total de gastos para todos os governos na área social na casa de 20% do PIB, por si só um valor expressivo e que explica cerca de 60% da carga tributária do Brasil. Portanto, se o Brasil cobra muitos tributos, por outro lado, igualmente realiza muitas ações e presta importantes serviços no âmbito das políticas públicas sociais.

O País precisa encontrar um melhor equilíbrio entre a necessidade de recursos, que poderiam ser obtidos por um sistema de impostos mais justos, progressivos e transparentes, e a imperiosa manutenção e expansão de políticas públicas sociais, sempre atentando a que o debate da receita precisa ser feito junto com o da despesa pública.

Não se pode, entretanto, defender a tese simplista de redução de despesas de custeio sem levar em conta que a sociedade brasileira, principalmente os beneficiários do Estado Social hoje existente no Brasil, jamais aceitará que quaisquer das conquistas sociais sejam eliminadas ou reduzidas.

Srª Presidente, eu solicito a V. Exª que o meu pronunciamento seja publicado na íntegra.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Sem apanhamento taquigráfico.) –

GASTO SOCIAL

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, é comum discutir e reclamar do tamanho da carga tributária no Brasil e esquecer que ela decorre do tamanho do gasto público, que, por sua vez, é cada vez mais ditado pela extensa rede de ações sociais e benefícios prestados pelo Poder Público.

A carga tributária atual, superando a casa de 35% do PIB, fica próxima da média dos países ricos e muito acima da dos emergentes. Entretanto, é preciso atentar que poucas outras economias similares realizam um gasto social tão volumoso e diversificado. O Brasil não ficou preso ao falso dilema entre universalismo e focalização: tanto ampliou e descentralizou políticas universais, como educação e saúde, quanto estruturou uma ampla rede de proteção social, que vai do regime geral de previdência até o seguro-desemprego, passando pelo programa da bolsa-família. Essa tese pode ser fundamentada com alguns números extraídos de fontes oficiais:

– 30,0 milhões são beneficiados diretamente pela Previdência Social (benefícios emitidos em dezembro de 2012), cujo gasto anual superará a casa de 8,7% do PIB;

– 3,8 milhões de idosos com mais de 65 anos e pessoas portadoras

de deficiência recebem benefícios da assistência social (LOAS), equivalente a 0,53% do PIB;

–13,9 milhões de famílias pobres receberam a bolsa-família (em 2012), elevando o gasto federal com assistência para 0,48% do PIB;

– 17,7 milhões de trabalhadores receberam o abono salarial do PIS/PASEP (em 2011/12), tendo o gasto com defesa do trabalhador situado em 0,04% do PIB;

– 7,6 milhões de trabalhadores foram beneficiados pelo seguro– desemprego (em 2010), com gasto anual de 0,5% do PIB;

– 110 milhões de brasileiros são atendidos pela rede do SUS (incluindo 2,3 bilhões de procedimentos ambulatoriais, 11,3 milhões de internações e 23 mil equipes do programa de saúde da família, dentre outras ações); a despesa total com saúde, das três esferas de governo, chega a 4,5% do PIB (2011);

– 5,0 milhões de estudantes na educação infantil, 26,3 milhões no ensino fundamental, 7,4 milhões no ensino médio e 1,8 milhões na universidade (todos os dados são de 2011), fazem com o que o gasto com educação de todos os governos do País seja de 4,9% do PIB.

Somadas também os recursos aplicados em outras áreas, é possível estimar um total gasto por todos os governos brasileiros nas áreas sociais na casa de 20% do PIB, por si só um valor expressivo e que explica cerca de 60% da carga tributária brasileira. Portanto, se o País cobra muitos tributos, por outro lado, igualmente realiza muitas ações e presta importantes serviços no âmbito das políticas públicas sociais.

O País precisa encontrar um melhor equilíbrio entre a necessidade de recursos, que poderiam ser obtidos por um sistema de imposto mais justos, progressivos e transparentes, e a imperiosa manutenção e expansão das políticas públicas sociais, sempre atentando que o debate da receita precisa ser feito junto com o da despesa pública.

Não se pode, entretanto, defender a tese simplista de redução das despesas do custeio sem levar em conta que a sociedade brasileira, principalmente os beneficiários do Estado Social hoje existente no Brasil, jamais aceitará que qualquer das conquistas sociais sejam eliminadas ou reduzidas.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A solicitação de V. Exª será atendida na forma regimental, Senador Francisco Dornelles.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Eduardo Suplicy, como orador inscrito.

Em seguida, falará... Bom, o Senador Mário Couto está inscrito para após a Ordem do Dia.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Senadora Ana Amélia, o Presidente da CNBB, Dom Raymundo Damasceno, Arcebispo de Aparecida, manifestou-se contra a redução da maioridade penal no encerramento da 51ª Assembleia-Geral dos Bispos do Brasil, que reuniu religiosos de todo o País em Aparecida, no último dia 10 de abril.

Afirmou que o Estado precisa atacar as causas do problema que levam jovens a cometerem delitos. Ressaltou:

> *Precisa abordar o tema de maneira mais ampla, identificar suas causas, que se encontram, sobretudo, na desagregação familiar, na falta de oportunidades para esses adolescentes, na insuficiência de políticas públicas por parte do Estado, na banalização da vida, no narcotráfico, que recruta esses jovens, e na falta de segurança. Reduzir a maioridade penal é simplificar os problemas que provavelmente não serão resolvidos.*

Dom Raymundo Damasceno está com toda a razão, pois nestes primeiros anos do século 21, em que o *crack* se torna um terrível fenômeno nacional, o que acontece é o seguinte: cada vez mais adolescentes pobres fazem uso dele, primeiro porque é o mais barato dos entorpecentes, por ser o lixo da cocaína; causa mais rapidamente a sensação de prazer que o jovem abandonado emocional, financeira ou afetivamente sente.

A falta de esperança de um futuro, como elemento excluído da sociedade, e a impossibilidade de ter uma educação de qualidade tornam corriqueiro o seguinte fenômeno: os traficantes adultos usam os adolescentes como aviões para esse trabalho, tirando-lhes o resto da humanidade que possuíam e transformando-os em seres frios e desumanos, que não se apegam a coisa alguma.

Para eles, não faz a menor diferença entre passar *crack* aos 16 anos se a maioridade penal for aos 18; ou aos 15, se ela for aos 16; aos 14, se for aos 15; e assim por diante. O que mostra que reduzir a maioridade penal não só é desanimador como induz o adolescente a cometer crimes cada vez mais graves devido à impunidade da qual tem certeza, transformando-se assim, de mero "aviãozinho" para consumidor cada vez mais contumaz de *crack* e, a seguir, de outras drogas. Esta escalada vai até o latrocínio, homicídio seguido de roubo, que é o crime mais hediondo. Como foi o caso divulgado por todas as mídias brasileiras e internacionais, do jovem Victor Deppman, de 19 anos, assassinado em frente a sua residência, no dia 9 de abril, sem reagir ao assalto e entregando seu celular ao infrator menor de 17 anos, que completaria 18 anos três dias depois.

Os países avançados estão aumentando a idade penal ao invés de diminuí-la, conforme afirmação do Dr. Márcio Widal, Secretário da Comissão dos Advogados Criminalistas da OAB. Diz ele: "A Alemanha restabeleceu a maioridade para 18 anos e o Japão aumentou para 20 anos. A tendência é combater com medidas socioeducativas", incluindo esses adolescentes em atividades lúdicas, esportivas e culturais ou de ensino técnico e fundamental para poder prepará-los para um futuro que tenha alguma luz no fim do túnel. Os adolescentes incluídos em programas destes tipos têm menos probabilidade de entrar no caminho da droga porque encontram suporte afetivo, comunitário e educacional para evitar que caiam num poço sem fundo.

Em audiência pública realizada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, na quarta-feira passada, 15 de maio, o Ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo, ao responder pergunta sobre a redução da maioridade penal, afirmou ser "evidente que, quando se tem um crime bárbaro, a emoção floresce e a discussão ganha uma dimensão que, muitas vezes, foge à racionalidade que deve ter uma discussão dessa monta". Porém, para o Ministro José Eduardo Martins Cardozo, a questão está mal colocada, porque a Constituição da República é clara ao definir que a redução da idade não pode ocorrer, conforme entende a maioria dos juristas brasileiros, em virtude de ser uma garantia protegida por cláusula pétrea. Nem uma emenda constitucional poderia mudar esse quadro, pois ela seria julgada como inconstitucional. O art. 228 da Constituição diz: "São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial". O art. 60 da Constituição, que trata das emendas à Constituição, no §4°, cuida das chamadas cláusulas pétreas, ou seja, aquelas cláusulas que não podem ser modificadas por emenda constitucional.

O art. 60, §4°, diz:

> Art. 60. .....
> (...)
> §4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:
> I – a forma federativa de Estado;
> II – o voto direto, secreto, universal e periódico;
> III– a separação dos Poderes;
> IV – os direitos e garantias individuais.

Como a inimputabilidade penal é um direito individual dado àqueles que estão na situação de não ter a idade de 18 anos, é uma cláusula intocável, como todo e qualquer direito individual consagrado na Constituição Federal.

Uma visão superficial, como a das pessoas submetidas a fortes traumas, seria a favor da redução da maioridade penal, reduzindo-a aos 16 anos, mas uma visão mais profunda, como a que estamos vendo, mostra que, além de ser inconstitucional, é prejudicial tanto para a sociedade como para o adolescente de 16 anos, que se verá inserido no meio de um am-

biente criminal que pode influenciá-lo para sempre, piorando cada vez mais suas condições, que vão se deteriorando progressivamente. Ao invés de melhorar, o ambiente prisional tende a "educar" o adolescente para crimes cada vez mais pesados. Leis não podem ser feitas sob a forte pressão da dor, mas têm que ter a maturidade de uma visão solidária e ao mesmo tempo isenta de grave emoção. Esta medida é no mínimo paradoxal. Em nenhum dos casos pode-se ter unanimidade e, em ambos, os argumentos prós e contras são muito fortes. Se reduzir a criminalidade vai aumentar, e se elevar, como o caso do Japão, a sociedade se revoltará, que atitude tomar? Daí afirmarmos que este é um dos casos mais paradoxais que já vimos. Só temos uma saída: educação.

Para entender a realidade vivida por muitos de nossos jovens, temos que olhar o outro lado. Como é a cabeça daqueles que foram abandonados na infância. Para isso...

Quero, primeiro, também dizer que para existir a devida oportunidade de educação é preciso se dar as condições de sobrevivência digna a cada pessoa. Daí porque, ao lado da educação, precisamos também instituir para valer o que o Congresso Nacional já aprovou e o Presidente Lula sancionou, em 8 de janeiro de 2004, prevista para ser instituída passo a passo,...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... priorizando os mais necessitados, até que um dia tenhamos a renda básica de cidadania.

Mas como é a cabeça daqueles que foram abandonados na infância? Para isso, estou aqui transcrevendo a música – e vale a pena eu ler se puder, se a Presidenta me permitir – Vida Loka, dos Racionais MC's, na parte II. Nesta música, aparecem duas almas: a de um pobre revoltado contra a vida cotidiana, que é incrivelmente insatisfatória, e outra, do mesmo pobre, voltada para os desejos de salvação que todos os seres humanos trazem.

Diz a música de Mano Brown, dos Racionais MC's:

Firmeza Total, mais um ano se passando
Graças a Deus a gente tá com saúde aê, morô?
Muita coletividade na quebrada, dinheiro no bolso,
Sem miséria, e é nóis...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –

Vamos brindar o dia de hoje
Que o amanhã só pertence a Deus, a vida é loka
Deixa eu fala, pocê
Tudo, tudo, tudo vai, tudo é fase irmão
Logo mais vamo arrebentar no mundão
De cordão de elite, 18 quilates,
Poê no pulso, logo Breitling
Que tal? Tá bom?
De lupa Bausch & Lomb, bombeta branco e vinho,
Champanhe para o ar, que é para abrir nossos caminhos,
Pobre é o diabo, eu odeio a ostentação,
Pode rir, ri mais não desacredita não.
É só questão de tempo, o fim do sofrimento
Um brinde pros guerreiros, zé polvinho, eu lamento,
Vermes que só faz peso na terra.
Tira os zóio.
Tira os zóio, vê se me erra,
Eu durmo pronto pra guerra,
E eu não era assim, eu tenho ódio,
E sei que é mau pra mim,
Fazer o que se é assim,
Vida loka cabulosa,
O cheiro é de pólvora,
E eu prefiro rosas.
E eu que...e eu que...
Sempre quiz com um lugar,
Gramado e limpo, assim, verde como o mar,
Cercas brancas, uma seringueira com balança,
Disbicando pipa, cercado de criança...
How...how Brown
Acorda sangue bom,
Aqui é capão redondo, tru
Não pokemon,
Zona sul é o invés, é stress concentrado,
Um coração ferido, por metro quadrado...
Quanto, mais tempo eu vou resistir,
Pior que eu já vi meu lado bom na U.T.I,
Meu anjo do perdão foi bom,
Mas tá fraco,
Culpa dos imundo, do espírito opaco.
Eu queria ter, pra testar e vê,

Peço, Sr.ª Presidenta, que seja transcrita, na íntegra, tal letra deste *rap* que foi cantado ainda na Virada Cultural, domingo último, lá na Praça Júlio Prestes, em São Paulo, diante de uma multidão, sobretudo de jovens, que sabiam essa letra de cor. Mas eu gostaria, também, de pedir para ser tanscrito o extraordinário e excelente artigo de Eliane Brum:...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... "Pela ampliação da maioridade moral. E pelo aumento do nosso rigor ao exigir o cumprimento da lei de gover-

nantes que querem aumentar o rigor da lei (e também dos que não querem)".

Eliane Brum dá uma lição formidável de lucidez e, por isso, peço respeitosamente que seja transcrito, como parte de meu pronunciamento, este excelente artigo de Eliane Brum, publicado em 22 de abril último na revista *Época*.

Muito obrigado, Srª Presidenta.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

-Firmeza total, mais um ano se passando
Graças a Deus a gente tá com saúde ai moro?
Muita coletividade na quebrada, dinheiro no bolso
Sem miséria, e é nóis...
Vamos brindar o dia de hoje
Que o amanhã só pertence a Deus, a vida é loka.
Deixa eu fala, pocê,
Tudo, tudo, tudo vai, tudo é fase irmão,
Logo mais vamo arrebentar no mundão,
De cordão de elite, 18 quilates,
Poê no pulso, logo Breitling,
Que tal? tá bom?
De lupa Bausch & Lomb, bombeta branco e vinho,
Champagne para o ar, que é pra abrir nossos caminhos,
Pobre é o diabo, eu odeio a ostentação,
Pode rir, ri mais não desacredita não.
É só questão de tempo, o fim do sofrimento,
Um brinde pros guerreiro, zé polvinho eu lamento,
Vermes que só faz peso na terra.
Tira o zóio.
Tira o zóio, vê se me erra,
Eu durmo pronto pra guerra,
E eu não era assim, eu tenho ódio,
E sei que é mau pra mim,
Fazer o que se é assim,
Vida loka cabulosa,
O cheiro é de pólvora,
E eu prefiro rosas.
E eu que...e eu que...
Sempre quiz com um lugar,
Gramado e limpo, assim, verde como o mar,
Cercas brancas, uma seringueira com balança,
Disbicando pipa, cercado de criança...
How...how Brown
Acorda sangue bom,
Aqui é capão redondo, tru
Não pokemon,
Zona sul é o invés, é stress concentrado,
Um coração ferido, por metro quadrado...
Quanto, mais tempo eu vou resistir,
Pior que eu já vi meu lado bom na U.T.I,
Meu anjo do perdão foi bom,
Mas tá fraco,
Culpa dos imundo, do espirito opaco.
Eu queria ter, pra testar e vê,

Um malote, com glória, fama,
Embrulhado em pacote,
Se é isso que cêis quer,
Vem pegar.
Jogar num rio de lama e ver vários pular,
Dinheiro é tudo,
Na mão de favelado, é mó guela,
Na crise, vários pedra, 90 esfarela.
Eu vou jogar pra ganha,
O meu money, vai e vem,
Porém, quem tem, tem,
Não cresço o zóio em ninguém,
O que tiver que ser,
Será meu,
Tá escrito nas estrelas,
Vai reclamar com Deus.
Imagina nóis de Audi,
Ou de citröen,
Indo aqui, indo ali,
Só pam,
De vai e vem,
No Capão, no Apurá, vô colar,
Na pedreira do São Bento,
Na fundão, no pião,
Sexta-feira.
De teto solar,
O luar representa,
Ouvindo Cassiano,
Ha.
Os gambé não güenta.
Mais se não der,
Nêgo,
O que é que tem,
O importante é nós aqui,
Junto ano que vem,
O caminho,
Da felicidade ainda existe,
É uma trilha estreita,
Em meio a selva triste.
Quanto cê paga,
Pra vê sua mãe agora,
E nunca mais ver seu pivete,
Ir embora,
Dá a casa, dá o carro,
Uma glock, e um fal,

Sobe cego de joelho,
Mil e cem degraus.
Quente é mil grau,
O que o guerreiro diz,
O promotor é só um homem,
Deus é o juiz.
Enquanto Zé Polvinho,
Apedrejava a cruz,
E o canalha, fardado,
Cuspiu em Jesus.
Oh...
Aos 45 do segundo arrependido,
Salvo e perdoado,
É Dimas o bandido.
É loko o bagulho,
Arrepia na hora
Oh
Dimas, primeiro vida loka da história.
Eu digo.
Glória...glória...
Sei que Deus tá aqui.
E só quem é,
Só quem é vai sentir.
E meus guerreiro de fé,
Quero ouvir....quero ouvir...
E meus guerreiro de fé,
Quero ouvir...irmão...
Programado pra morre nós é,
Certo é...certo...é crê no que der...
Firmeza
Não é questão de luxo,
Não é questão de cor,
É questão que fartura,
Alega o sofredor.
Não é questão de preza, nêgo
A ideia é essa,
Miséria, traz tristeza, e vice-versa,
Inconscientemente,
Vem na minha mente inteira,
a loja de tênis,
O olhar do parceiro feliz,
De poder comprar,
O azul, o vermelho,
O balcão, o espelho,
O estoque, a modelo.

Não importa,
Dinheiro é mal,
E abre as portas,
monte o castelo de areia quem quiser.
Preto e dinheiro,
São palavras rivais,
É,
Então mostra pra esses fracos,
Como é que faz.
O seu enterro foi dramático,
Como um blues antigo,
Mas tinha estilo,
Me perdoe, de bandido.
Tempo pra pensar,
Quer parar,
Que cê qué?
Viver pouco como um rei,
Ou muito, como um Zé?
Às vezes eu acho,
Que todo preto como eu,
Só quer um terreno no mato,
Só seu.
Sem luxo, descalço, nadar num riacho,
Sem fome,
Pegando as fruta no cacho.
Aí truta, é o que eu acho,
Quero também,
Mas em São Paulo,
Deus é uma nota de 100,
Vidaloka!!!

"porque o guerreiro de fé nunca gela,
Não agrada o injusto, e não amarela,
O Rei dos reis, foi traído, e sangrou nessa terra,
Mas morrer como um homem é o prêmio da guerra,
Mas Óh,
Conforme for, se precisa, afoga no próprio sangue, assim será,
Nosso espírito é imortal, sangue do meu sangue,
Entre o corte da espada e o perfume da rosa,
Sem menção honrosa, sem massagem."
A vida é loka nêgo,
E nela eu tô de passagem.
À Dimas o primeiro.
Saúde guerreiro!
Dimas... Dimas... Dimas...

Pela ampliação da maioridade moral

E pelo aumento do nosso rigor ao exigir o cumprimento da lei de governantes que querem aumentar o rigor da lei (e também dos que não querem)

ELIANE BRUM

Eliane Brum, jornalista, escritora e documentarista. Autora de um romance - *Uma Duas* (LeYa) - e de três livros de reportagem: *Coluna Prestes – O avesso da lenda* (Artes e Ofícios), *A vida que ninguém vê* (Arquipélago, Prêmio Jabuti 2007) e *O olho da rua - uma repórter em busca da literatura da vida real* (Globo).
elianebrum@uol.com.br
Twitter: @brumelianebrum
(Foto: Lilo Clareto/ Divulgação)

Eu acredito na indignação. É dela e do espanto que vêm a vontade de construir um mundo que faça mais sentido, um em que se possa viver sem matar ou morrer. Por isso, diante de um assassinato consumado em São Paulo por um adolescente a três dias de completar 18 anos, minha proposta é de nos indignarmos bastante. Não para aumentar o rigor da lei para adolescentes, mas para aumentar nosso rigor ao exigir que a lei seja cumprida pelos governantes que querem aumentar o rigor da lei. Se eu acreditasse por um segundo que aumentar os anos de internação ou reduzir a maioridade penal diminuiria a violência, estaria fazendo campanha neste momento. Mas a realidade mostra que a violência alcança essa proporção porque o Estado falha – e a sociedade se indigna pouco. Ou só se indigna aos espasmos, quando um crime acontece. Se vivemos com essa violência é porque convivemos com pouco espanto e ainda menos indignação com a violência sistemática e cotidiana cometida contra crianças e adolescentes, no descumprimento da Constituição em seus princípios mais básicos. Se tivessem voz, os adolescentes que queremos encarcerar com ainda mais rigor e por mais tempo exigiriam – de nós, como sociedade, e daqueles que nos governam pelo voto – maioridade moral.

Se é de crime que se trata, vamos falar de crime. E para isso vale a pena citar um documento da Fundação Abrinq bastante completo, que reúne os estudos mais recentes sobre o tema. Mais de 8.600 crianças e adolescentes foram assassinados no Brasil em 2010, segundo o Mapa da Violência. Vou repetir: mais de 8.600. Esse número coloca o Brasil na quarta posição entre os 99 países com as maiores taxas de homicídio de crianças e adolescentes de 0 a 19 anos. Em 2012, mais de 120 mil crianças e adolescentes foram vítimas de maus tratos e agressões segundo o relatório dos

atendimentos no Disque 100. Deste total de casos, 68% sofreram negligência, 49,20% violência psicológica, 46,70% violência física, 29,20% violência sexual e 8,60% exploração do trabalho infantil. Menos de 3% dos suspeitos de terem cometido violência contra crianças e adolescentes tinham entre 12 e 18 anos incompletos, conforme levantamento feito entre janeiro e agosto de 2011. Quem comete violência contra crianças e adolescentes são os adultos.

Será que o assassinato de mais de 8.600 crianças e adolescentes e os maus tratos de mais de 120 mil não valem a nossa indignação?

Diante desse massacre persistente e cotidiano, talvez se pudesse esperar um alto índice de violência por parte de crianças e adolescentes. E a sensação da maioria da população, talvez os mesmos que clamam por redução da maioridade penal, é que há muitos adolescentes assassinos entre nós. É como se aquele que matou Victor Hugo Deppman na noite de 9 de abril fosse legião. Não é. Do total de adolescentes em conflito com a lei em 2011 no Brasil, 8,4% cometeram homicídios. A maioria dos delitos é roubo, seguido por tráfico. Quase metade do total de adolescentes infratores realizaram o primeiro ato infracional entre os 15 e os 17 anos, conforme uma pesquisa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). E, adivinhe: a maioria abandonou a escola (ou foi abandonado por ela) aos 14 anos, entre a quinta e a sexta séries. E quase 90% não completou o ensino fundamental.

Será que não há algo para pensar aí, uma relação explícita? Não são a escola – como lugar concreto e simbólico – e a educação – como garantia de acesso ao conhecimento, a um desejo que vá além do consumo e também a formas não violentas de se relacionar com o outro – os principais espaços de dignidade, desenvolvimento e inclusão na infância e na adolescência?

É demagogia fazer relação entre educação e violência, como querem alguns? Mas será que é aí que está a demagogia? É sério mesmo que a maioria da população de São Paulo acredita que tenha mais efeito reduzir a maioridade penal em vez de pressionar o Estado – em todos os níveis – a cumprir com sua obrigação constitucional de garantir educação de qualidade?

Não encontro argumentos que me convençam de que a redução da maioridade penal vá reduzir a violência. E encontro muitos argumentos que me convencem de que a violência está relacionada ao que acontece com a escola no Brasil. A começar pelo recado que se dá a crianças e adolescentes quando os professores são pagos com um salário indigno. Aqueles que escolhem (e eles são cada vez menos) uma das profissões mais importantes e estratégicas para o país se tornam, de imediato, desvalorizados ensinando (ou não ensinando) outros desvalorizados. Será que essa violência – brutal de várias maneiras – não tem nenhuma relação com a outra que tanto nos indigna?

Teríamos mais esperança de mudança real se, diante de um crime bárbaro, praticado por um adolescente a três dias de completar 18 anos, o povo fosse às ruas exigir que crianças e jovens sejam educados – em vez de bradar que sejam enjaulados mais cedo ou com mais rigor nas prisões que tão bem conhecemos. Vale a pena pensar, e com bastante atenção: a quem isso serve?

É uma mentira dizer que os adolescentes não são responsabilizados pelos atos que cometem. O tão atacado Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê a responsabilização, sim. Inclusive com privação de liberdade, algo tremendo nessa faixa etária. Mas, de novo, o Estado não cumpre a lei. Numa pesquisa realizada pelo CNJ, apenas em 5% de quase 15 mil processos de adolescentes infratores havia informações sobre o Plano Individual de Atendimento (PIA), que permitiria que a medida socioeducativa funcionasse como possibilidade de mudança e desenvolvimento.

Alguém pensa em se indignar contra isso?

Se você se alinha àqueles que querem que os adolescentes sejam encarcerados, torturados e sexualmente violados para pagar pelos seus crimes, pode se alegrar. É o que acontece na prática numa parcela significativa das instituições que deveriam dar exemplo de cumprimento da lei e oferecer as condições para que esses adolescentes mudassem o curso da sua história, como mostrou uma reportagem do Fantástico feita por Marcelo Canellas, Wálter Nunes e Luiz Quilião. Segundo a pesquisa do CNJ já citada, em 34 instituições brasileiras, pelo menos um adolescente foi abusado sexualmente nos últimos 12 meses, em 19 há registros de mortes de jovens sob a tutela do Estado, e 28% dos entrevistados disseram ter sofrido agressões físicas dos funcionários. Sem contar que, em 11 estados, as instituições operam acima da sua capacidade.

Será que a perpetuação da violência juvenil decorre da falta de rigor da lei ou do fato de que parte das instituições de adolescentes funciona na prática como um campo de concentração? Antes de tentar mudar a lei, não seria mais racional cumpri-la?

É o que o bom senso parece apontar. Mas é previsível que, num ano pré-eleitoral e com 93% dos paulistanos a favor da redução da maioridade penal, segundo pesquisa do Datafolha, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) prefira enviar ao Congresso um projeto para alterar o ECA, passando o período máximo de internação dos atuais 3 anos para 8 anos em casos de crimes hediondos. Uma medida tida como enérgica e rápida, num momento em que o Estado de São Paulo sofre com o que o próprio vice-governador, Afif Domingos (PSD), definiu como "epidemia de insegurança" – situação que não tem colaborado para aumentar a popularidade do atual governo.

Vale a pena registrar ainda que o número de crimes contra a pessoa cometidos por adolescentes diminuiu – e não aumentou, como alguns querem fazer parecer. Segundo dados da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, entre 2002 e 2011 os casos de homicídio apresentaram uma redução de 14,9% para 8,4%; os de latrocínio (roubo seguido de morte), de 5,5% para 1,9%; e os de estupro, de 3,3% para 1%. Vale a pena também dar a dimensão real do problema: da população total dos adolescentes brasileiros, apenas 0,09% cumprem medidas socioeducativas como infratores. Vou repetir: 0,09%. E a maioria deles cometeram crimes contra o patrimônio.

É claro que, se alguém acredita que os crimes cometidos pelos adolescentes não têm nenhuma relação com as condições concretas em que vivem esses adolescentes, assim

como nenhuma relação com as condições concretas em que cumprem as medidas socioeducativas, faz sentido acreditar que se trata apenas de "vocação para o mal". Entre os muitos problemas desse raciocínio que parece afetar o senso comum está o fato de que a maioria dos adolescentes infratores é formada por pretos, pardos e pobres. (São também os que mais morrem e sofrem todo o tipo de violência no Brasil.) Essa espécie de "marca da maldade" teria então cor e estrato social? Nesse caso, em vez de melhorar a educação e as condições concretas de vida, a única medida preventiva possível para quem defende tal crença seria enjaular ao nascer – ou nem deixar nascer. Alguém se lembra de ter visto esse tipo de tese em algum momento histórico? Percebe para onde isso leva?

Há que ter muito cuidado com o que se deseja – e com o que se defende. Assim como muito cuidado em não permitir que manipulem nossa indignação e nossa aspiração por um mundo em que se possa viver sem matar ou morrer.

Se eu estivesse no lugar dos pais de Victor Hugo Deppman, talvez, neste momento de dor impossível, eu defendesse o aumento do número de anos de internação, assim como a redução da maioridade penal. Não há como alcançar a dor de perder um filho – e de perdê-lo com tal brutalidade. Diante de um crime bárbaro, qualquer crime bárbaro e não apenas o que motivou o atual debate, os parentes da vítima podem até desejar vingança. É uma prerrogativa do indivíduo, daqueles que sofrem o martírio e estão sob impacto dele. Mas o Estado não tem essa prerrogativa.

O indivíduo pode desejar vingança em seu íntimo, o Estado não pode ser vingativo em seus atos. Do Estado se espera que leve adiante o processo civilizatório, as conquistas de direitos humanos tão duramente conquistadas. E, como sociedade, nossa maturidade se mostra pelo conteúdo que damos à nossa indignação. É nas horas críticas que mostramos se estamos ou não à altura da nossa época – e de nossas melhores aspirações.

De minha parte, sempre me surpreendi não com a violência cometida por adolescentes – mas que não seja maior do que é, dado o nível de violência em que vive uma parcela da juventude brasileira, a parcela que morre bem mais do que mata. E só testemunhei a sociedade brasileira olhar de verdade – olhar para ver essa realidade – uma única vez: quando o Brasil assistiu, em horário nobre do domingo, ao documentário Falcão - Meninos do tráfico. É um bom momento para revê-lo.

Sabe por que a violência praticada por adolescentes não é maior do que é? Por causa de seus pais – e especialmente de suas mães. A maioria delas trabalha dura e honestamente, muitas como empregadas domésticas, cuidando da casa e dos filhos das outras. Contra tudo e contra todos, numa luta solitária e sem apoio, elas se viram do avesso para garantir um futuro para seus filhos. O extraordinário é que, apesar de sua enorme solidão, sem amparo e com falta de tudo, a maioria consegue. Àquelas que fracassam cabe a dor que não tem nome, a mesma dor impossível que vive a mãe de Victor Hugo Deppman: enterrar um filho.

Em 2006, espantada com uma geração de brasileiros, a maioria negros e pobres, cuja expectativa de vida era 20 anos, andei pelo país atrás dessas mulheres. Elas respiravam, mas não sei se estavam vivas. Lembro especialmente uma, a lavadeira Enilda, de Fortaleza. Quando o primeiro filho foi assassinado pela polícia, ela estava com as prestações do caixão atrasada. O pai do menino tinha ganhado um dinheiro fazendo pão e, em meio à enormidade da sua dor, eles correram para regularizar o pagamento. Quando conversei com ela, Enilda pagava as prestações do caixão do segundo filho. O garoto ainda estava vivo, mas em absoluta impotência, essa mãe tinha certeza de que o filho morreria em breve. Diante da minha perplexidade, Enilda me explicou que se precavia porque testemunhava muitas mães nas redondezas pedindo esmola para enterrar os filhos – e ela não queria essa humilhação. Enilda dizia: "Meu filho vai morrer honestamente".

Nunca alcancei essa dor, que era não apenas de enterrar um filho, mas também de comprar caixão para filho vivo, o único ato de potência de uma mulher que perdera tudo. Enilda vivia numa situação de precariedade quase absoluta, tentando trancar nas peças apertadas da casa os filhos que restavam, num calor infernal, para que não fossem às ruas e se viciassem em crack. É claro que perdia todas as suas batalhas. A certeza de ser honesta era, para ela, toda a sanidade possível. (leia aqui).

O que podemos dizer a mulheres como Enilda? Que agora podem ficar tranquilas porque o país voltou a discutir a redução da maioridade penal e o aumento do período de internação? Que é por falta de cadeia logo cedo que seus filhos vendiam e consumiam drogas, roubavam e foram assassinados? Que, ao saber que podem ir presos aos 16 em vez dos 18 anos, seus filhos ainda vivos aceitarão as péssimas condições de vida e levarão uma existência em que não trafiquem, roubem nem sejam mortos? Que é disso que se trata? Quando o primeiro filho de Enilda foi executado, ele tinha 20 anos – e já tinha passado por instituições para adolescentes e pela prisão.

Antes de tornar-se algoz, a maioria das crianças e adolescentes que infringiram a lei foi vítima. E ninguém responde por isso.

Não há educação sem responsabilização. É por compreender isso que o ECA prevê medidas socioeducativas. Mas, quando a solução apresentada é aumentar o rigor da lei – e/ou reduzir a maioridade penal –, pretende-se dar a impressão à sociedade que os adolescentes não são responsabilizados ao cometer um crime. Essa, me parece, é a falsa questão, que só empurra o problema para a frente. A questão, de fato, é que nem o Estado, nem a sociedade, se responsabilizam o suficiente pela nova geração de brasileiros.

Educa-se também pelo exemplo. Neste caso, governantes e parlamentares poderiam demonstrar que têm maioridade moral cumprindo e fazendo cumprir a lei cujo rigor (alguns) querem aumentar.

(Eliane Brum escreve às segundas-feiras.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Na forma regimental, a solicitação de V. Exª, Senador Eduardo Suplicy, será atendida.

Convido, para fazer uso da palavra, como...

Consulto o Senador Alvaro Dias se quer falar agora como...

É que o Senador Cícero Lucena, na verdade, seria o próximo orador inscrito, mas o Senador Alvaro Dias tem preferência, porque há um rodízio entre orador inscrito e comunicação ou Liderança.

Então, V. Exª está convidado a usar a tribuna, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, por diversas oportunidades, abordamos desta tribuna, e também na Comissão de Relações Exteriores, o calvário que vive o Senador oposicionista da Bolívia Roger Pinto, asilado na Embaixada Brasileira em La Paz.

Afronta à liberdade de expressão, atentado contra os direitos humanos e violência contra o Estado de direito democrático. Por essa razão, hoje, pela primeira vez, recorro a um expediente inusitado na minha atuação política de tantos anos. Estou peticionando junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Protocolei, hoje pela manhã, uma petição, que foi recebida exatamente às 10 horas e 2 minutos do dia de hoje, contra o governo boliviano, citando especialmente, como autoridades responsáveis, o Presidente Evo Morales, o Vice-Presidente Alvaro Garcia Linera, a Ministra Nardi Suxo Iturri e o juiz Ponciano Ruiz, juiz primeiro de instrução penal, no contexto do asilo concedido pelo governo brasileiro ao Senador Roger Pinto, que se encontra, desde o dia 28 de maio do ano passado, asilado num cubículo de 20 metros quadrados, sem tomar sol. Portanto, na próxima semana, completará um ano o asilo do Senador de oposição da Bolívia Roger Pinto.

Ele foi eleito, legitimamente, várias vezes e liderou oposição contra o atual governo de Evo Morales. Essa atividade política oposicionista foi duramente obstruída pelas instituições locais, incluindo o Poder Judiciário, que não é caracterizado por sua independência.

O Senador, em sua atividade parlamentar, vinha fazendo várias denúncias que envolviam funcionários de governo e do Judiciário. Entre as quais, no dia 16 de abril de 2011, o Senador Roger Pinto, Carmen Eva Gonzáles e Marcelo Antezana apresentaram áudio em que a advogada Mary Carrasco, o promotor Marcelo Soza e o Vice-Ministro do Regime Interior, Marco Farfán, fazem acordo sobre o destino de alguns processos. Diante desse material, o Procurador-Geral recusou denunciar os envolvidos.

Igualmente, o Senador Molina denunciou a Ministra de Transparência Institucional e Luta contra a Corrupção sobre ações de nepotismo. Precisamente, no dia 5 de janeiro de 2011, o Senador denunciou que a Ministra teria favorecido seu marido, o Sr. Jhonny Antonio Miranda Martínez, acusado de desvio de recursos do Instituto Nacional de Cooperativas, quando fora diretor dessa instituição. Apesar das evidências, o promotor Roger Velasquez retirou-o da denúncia.

Outra denúncia foi a respeito da truculência policial...

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – ... quando do assassinato de Eduardo Rózsa, Árpad Magyarosi e Michael Dwyer, no Hotel das Américas, em 16 de abril de 2009, supostamente suspeitos de planejarem atentados terroristas.

Ainda, o Senador apresentou dossiê com possível envolvimento de agentes governamentais com o narcotráfico. Esse documento era fundado no envolvimento do ex-general René Sanabria, que foi chefe da Divisão Antidrogas, entre 2007 e 2009 e era assessor do Centro de Inteligência e Geração de Informação desde fevereiro de 2010, preso no Panamá por tráfico de cocaína.

Igualmente, entre as muitas denúncias, acusou Luis Flores, governador do departamento de Pando, sua base eleitoral, de ter beneficiado empresa de sua mãe...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – ...mediante criação de empresas fantasmas, a fim de ela poder abastecer com material de escritório a prefeitura de Cobija e o governo de Pando.

Muitos processos de caráter penal ou administrativo foram erigidos contra o Senador Roger Pinto, que, independente de ter ele culpa ou não, são reveladores da extrema parcialidade e falta de independência do Poder Judiciário local. Não à toa, foi-lhe concedido o asilo diplomático.

Muitos desses processos são pelo crime de desacato em razão de suas denúncias. Portanto, há afronta à liberdade de opinião.

Cumpre destacar a violação, também, do art. 8º da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos, ratificada pela Bolívia desde 20 de junho de 1979, que trata das Garantias Judiciais.

Não há independência e imparcialidade...

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – ...no sistema judicial boliviano para atores políticos oposicionistas. A própria Comissão Interamericana de Direitos Humanos atesta isso no seu informe "Acesso à Justiça e à Inclusão Social".

Eu vou concluir, Sr. Presidente, pedindo a V. Exª que autorize o registro, nos *Anais* da Casa, da íntegra deste documento e também da petição que protocolei, hoje, junto à Organização dos Estados Americanos, mais precisamente junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Este documento deve ser inserido nos *Anais do Congresso Nacional*.

Diante da postura adotada pelo governo de Evo Morales, que demonstra intenção clara de negar o salvo-conduto para que o Senador Roger Pinto deixe as dependências de nossa embaixada em La Paz e se desloque para o Brasil na condição de exilado político, estamos solicitando providências da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Esperamos que a Organização dos Estados Americanos, diante dos fatos apresentados, ofereça garantias efetivas para que o parlamentar deixe a Bolívia em segurança.

Nós estamos consubstanciando esta petição em dispositivos legais, Sr. Presidente. Há uma argumentação jurídica, elaborada por especialista, e certamente essa Comissão Interamericana de Direitos Humanos levará em conta os argumentos aqui expostos, que comprovam a existência de um brutal desrespeito aos direitos humanos de um Senador oposicionista impedido de exercer atividade parlamentar no seu país e, como recluso na embaixada brasileira, em situação dramática, sem sequer poder receber visitas de amigos, de correligionários e de jornalistas.

Portanto, Sr. Presidente, exige-se, nesta hora, providência imediata dessa Comissão Interamericana de Direitos Humanos, agindo no sentido de oferecer salvo-conduto ao Senador Roger Pinto.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, a Srª Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Alvaro Dias, considero importante a sua iniciativa e avalio que é importante que possa o governo boliviano permitir que o Senador Roger Pinto saia da embaixada e, eventualmente, inclusive venha ao Brasil.

Eu gostaria de – se V. Exª me permite, relacionado à questão da Bolívia – citar que a Presidenta Dilma Rousseff recebeu ontem uma carta dos 12 brasileiros torcedores do Corinthians que estão ali ainda detidos. Depois de 90 dias, estão aguardando das autoridades bolivianas – uma vez que está evidenciado que não houve culpabilidade deles com respeito à morte do jovem Kevin – que eles possam também ter o direito ao *habeas corpus* e voltar ao Brasil.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, esta é uma situação que tem que ser esclarecida, porque pesa sobre a Bolívia, inclusive, a suspeição de estar sequestrando esses brasileiros como forma de revidar o asilo concedido ao Senador Roger Pinto na Embaixada do Brasil, em La Paz.

Portanto, são dois fatos da maior gravidade que caminham paralelamente: há uma afronta aos direitos humanos, tanto na prisão, que nós denominamos de sequestro, mais do que prisão, pois seria uma prisão absolutamente arbitrária, violenta, desumana, insana, portanto um sequestro, que não pode ser admitido nas relações diplomáticas entre dois países irmãos. Portanto, esta é uma providência que se exige. De outro lado, o asilo do Senador Roger Pinto, que entendo como uma espécie de prisão; ele está, na verdade, prisioneiro na Embaixada do Brasil em La Paz.

Então, são dois fatos concomitantes, que caminham paralelamente e se interligam, e há a necessidade de uma ação pronta. Por isso, estamos recorrendo à Organização dos Estados Americanos.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

Documento em espanhol, aguardando tradução para posterior publicação na íntegra:

– Petição do Senador Alvaro Dias para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – A transcrição do documento que V. Exª solicitou será atendida.

Tem a palavra, agora, o Senador Cícero Lucena, pelo tempo regimental, como orador inscrito.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, falar sobre a contribuição que os artistas nordestinos dão à cultura brasileira é motivo de muito orgulho para mim e para todos os nordestinos. Em especial a música de caráter regionalista, com tantos artistas de qualidade que ajudam a difundir por todo o Brasil a fecundidade da criação instrumental, vocal e poética da região. Alguns

se tornaram estrelas, sobejamente conhecidas, inclusive no cenário nacional e internacional.

É por isso que me inflo de legítimo e justificado orgulho para anunciar que vai acontecer, nesta noite, dia 21 de maio de 2013, a 5ª edição do Troféu Gonzagão, que vem sendo apontado como o Oscar da música nordestina.

Este evento é realizado numa iniciativa conjunta do Centro de Ortodontia Integrado da Federação da Indústria do Estado da Paraíba (FIEP), do Projeto SESI Cultural e Tradição da Paraíba, e conta com o apoio do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal de Campina Grande, bem como da Universidade Estadual da Paraíba, além de alguns patrocinadores.

Desnecessário falar do grande compositor, sanfoneiro e cantor Luiz Gonzaga, de quem comemoramos, no ano passado, o centenário de nascimento.

É, por assim dizer, inacreditável pensar que alguém, no Brasil inteiro, possa desconhecer sua canção, praticamente um hino nacional, denominada "Asa Branca".

Se fosse o Senador Suplicy que estivesse aqui falando, com certeza, ele estaria entoando a música "Asa Branca", de Luiz Gonzaga.

Em parceria com Humberto Teixeira, Luiz Gonzaga ainda compôs: "Xote das Meninas", "Baião", "Respeita Januário", "Assum Preto", "A Vida do Viajante" e muitas outras, que seria cansativo enumerar aqui.

Esse é, pois, o artista que deu nome ao troféu, por ser o mais autêntico e legítimo representante da música nordestina.

Srªs e Srs. Senadores, neste ano, receberá uma homenagem *in memoriam* o grande instrumentista Sivuca, paraibano, que também teve uma glória na música brasileira.

Sivuca (Severino Dias de Oliveira) nasceu em Itabaiana, Estado da Paraíba, em 26 de maio de 1930 e faleceu em 14 de dezembro de 2006. Era um verdadeiro *virtuose* no acordeão – ou sanfona, nome mais popular –, mas não parava por aí. Também cantava e tocava violão, guitarra, piano e percussão, além de se ter também consagrado como maestro, arranjador, compositor e orquestrador. Casado também com a paraibana Glorinha Gadelha, da cidade de Sousa.

Certamente, as homenagens a esse músico excepcional não conseguirão igualar o nível de sua grandeza e de seu merecimento, levando-se em conta tudo aquilo que ele fez em prol da divulgação da música brasileira e, especialmente, da música nordestina.

Recordo-me bem de um concerto maravilhoso da Orquestra Sinfônica da Paraíba com Sivuca, que brindou a todos que tiveram a oportunidade de ver esses talentos juntos.

Nessa noite de gala, também serão homenageados o casal Antônio Barros e Cecéu e o cantor Genival Lacerda, pela grande contribuição que deram à música regional nordestina por meio de suas composições características.

Genival Lacerda, natural de Campina Grande, tornou-se um ícone da música nordestina, do verdadeiro forró. Quem conhece um pouco de música regional, certamente, se lembra de seus grandes sucessos: "De quem é esse jegue", "Julieta", "Severina Xique-Xique" e "O gato Tico".

Quanto ao casal Antônio Barros e Cecéu, algumas de suas composições também extrapolaram a região para conquistar todo o Brasil. Entre as centenas de composições, vale a pena destacar "Bate Coração", "É Proibido Cochilar" e "Homem com H". A dupla é referência na hora de animar um arrasta-pé e de incentivar, naturalmente, a participação do público, que sempre canta junto com o casal.

Outras personalidades do Estado também receberão homenagens pelo seu trabalho de divulgação da cultura nordestina. São eles o jornalista paraibano, escritor, ensaísta, crítico literário e poeta José Nêumanne Pinto; o cineasta Breno Silveira, responsável pelo filme *Gonzaga de Pai para Filho*; o cantor Chico César; o escritor, pesquisador e consultor da música brasileira Assis Ângelo; o cartunista Fred Ozanan; o juiz de direito Onaldo Rocha de Queiroga, titular da 5ª Vara Cível de João Pessoa, que é um especialista em Luiz Gonzaga e autor do livro *Baião em Crônicas*.

Todas as edições do Troféu Gonzagão devem ser consideradas momentos inesquecíveis, mas a deste ano promete ser ainda mais marcante. Mais de 100 artistas de renome devem participar da grandiosa festa, abrilhantando ainda mais o evento. São artistas destacados no cenário nacional e amplamente conhecidos do público, podendo-se mencionar Nando Cordel, Flávio José, Pinto do Acordeon, Amazan, Tom Oliveira, Capilé, Dorgival Dantas, Adelmario Coelho, Alcimar, Tony Dumond, Biliu de Campina, Trio Juriti, Três do Nordeste, Trio Nordestino, Maciel Melo, Josildo Sá, Cezinha do Acordeon, Cirano e Cirino, com destaque ainda para o maestro da noite, Adelson Viana, todos com presença já confirmada.

Não creio que um tal prêmio concedido periodicamente, como o Troféu Gonzagão, tenha o condão de aumentar a fecundidade dos artistas da Região Nordeste. A cultura nordestina já é muito rica. Ela transborda, tamanha é a criatividade dos artistas da terra. O prêmio serve, sim, para expressar o reconhecimento de um povo que muito deve ao trabalho produzido por esses artistas.

Por tudo isso, tenho a certeza de que vale a pena trazer para o conhecimento desta Casa e de todos os brasileiros a realização desse evento tão grandioso, visando a premiar personalidades marcantes da música e da cultura nordestina.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Meu muito obrigado e que Deus proteja a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Cícero Lucena, agradeceria se V. Exª pudesse presidir a sessão, uma vez que o Senador Jorge Viana vai falar como próximo orador inscrito e eu preciso retornar à Comissão do Mercosul.

O Senador Jorge Viana é o próximo orador inscrito.

Meus cumprimentos ao Senador Cícero Lucena, da Paraíba.

O Sr. Eduardo Suplicy deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cícero Lucena.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Suplicy.

Sr. Presidente, que agora assume, Senador Cícero Lucena, caros colegas Senadores e Senadoras, nos próximos dias vamos completar um ano da aprovação, depois de um intenso e longo debate, do novo Código Florestal Brasileiro.

Tive o privilégio de, nesta Casa, juntamente com o Senador Luiz Henrique – obviamente que S. Exª tendo a responsabilidade em várias comissões de ser o Relator –, atuar na busca de elaborar um código que pudesse garantir a proteção do meio ambiente ao mesmo tempo em que fizesse um enfrentamento do passivo ambiental que o Brasil acumulou ao longo de décadas.

Estamos às vésperas de o Código completar um ano e, hoje, no *Correio Braziliense,* saiu um artigo, assinado por pessoas ligadas à área, cobrando e questionando os feitos do novo Código Florestal.

Em primeiro lugar, é bom que esse debate e essas cobranças aconteçam, mas acho que é bom que se procure dar um tratamento, agora fora do debate, do enfrentamento, que possa expressar a verdade do que vem ocorrendo.

É fato que a implementação do novo Código Florestal – e falo com conhecimento de causa, porque trabalhei na sua elaboração juntamente com o Senador Luiz Henrique – é um desafio enorme para o País, para os Estados, para os Municípios e também para a União. Aliás, o novo Código Florestal é um desafio para toda sociedade.

O novo Código Florestal é um instrumento poderoso que o Brasil passa a ter; um instrumento que pacifica a verdadeira guerra que vimos acontecer entre defensores do meio ambiente, os que procuram levar o Brasil para uma situação de maior proteção de sua biodiversidade, e aqueles que, independentemente de também terem compromisso com esse propósito ou não – como há casos –, querem produzir, querem o crescimento econômico, principalmente ligado ao agronegócio, à agricultura familiar em nosso País.

V. Exª, Presidente, já tem uma experiência longa na vida pública, conhece a realidade e sabe que fica mais fácil ser legislador quando a gente vem do mundo real, como é o caso de V. Exª, como é o meu caso e o de tantos colegas aqui. Vivemos lá os problemas e, depois, temos a oportunidade de estar aqui fazendo ajustes ou propondo leis.

Então, minha participação no Código Florestal se deu, primeiro, com o aval desta Casa, dos meus colegas, mas me escorei na minha vivência como engenheiro florestal, como ex-prefeito que implantou parques em Rio Branco, uma das capitais do Brasil que mais tem parques urbanos, que tem o maior percentual de ciclovias no País. Sempre trabalhei na defesa do que falo, sem querer fazer uso de algo que é tão importante para nós, que é tentar fazer valer o legado de Chico Mendes. Minha vida inteira está vinculada a isso.

Agora mesmo fiz uma viagem com o Senador Luiz Henrique, onde fomos debater a nova agenda socioambiental do País.

Voltando ao transcurso de um ano de Código Florestal, alguns podem perguntar o que aconteceu. Aconteceu um enorme trabalho no Governo Federal. A Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, coordenou um grande programa, criando as condições para que essa lei não fique nas bibliotecas, nas prateleiras.

Agora, imaginem a dificuldade: temos mais de cinco milhões de propriedades; destas, 4,3 milhões são pequenas propriedades, mais vinculadas à agricultura tradicional, à agricultura familiar; e 800 mil médias e grandes propriedades. São mais de cinco milhões de propriedades, para ser preciso, 5.175.000 propriedades. E uma questão central para a implementação do Código é o regramento para o CAR, o Cadastro Ambiental Rural. Todas as propriedades do Brasil vão estar registradas no CAR, no Cadastro Ambiental Rural.

O CAR não pode ser implementado por decreto, não pode ser implementado pela boa vontade da Ministra do Meio Ambiente ou do Ministro da Agricultura, tem que ser por meio de uma ação do País, e essa ação está em curso. A Ministra Izabella já coordenou a assinatura dos convênios de cooperação necessários com todos os Estados. Prevê-se programa de treinamento de 15 mil pessoas para trabalhar a implantação do CAR, convênios com entidades patronais e de empregados, a cooperação entre ministérios.

É fato que todas as imagens de satélite necessárias para se trabalhar o Cadastro Ambiental Rural, o cadastro de todas as propriedades do Brasil, também foram adquiridas pelo Governo Federal. Mais do que isso: agora, o Governo Federal tem essas imagens numa resolução que nunca tivemos – e falo principalmente para quem defende o meio ambiente, para quem se preocupa com o meio ambiente –, a resolução dessas imagens adquiridas é uma resolução que o Brasil nunca teve para fazer o monitoramento de sua cobertura florestal e de sua atividade agrícola, uma resolução próxima de um metro de resolução. Um metro de resolução! Esse instrumento está disponibilizado para os Estados e é a essência da implantação do CAR. E junto com o CAR, agora, depois de um ano, nós vamos ter também as regras para o PRA, o Programa de Regularização Ambiental.

Então, Senadores, Senadoras e todos que me acompanham pela Rádio Senado e pela TV Senado, a implantação do novo Código Florestal tem dois instrumentos muito fortes. Um é o CAR, no qual vão estar registradas todas as propriedades. As pequenas propriedades, as mais pobres, as que não têm recursos terão uma ajuda que vai facilitar esse registro, sem custo. E aí, Sr. Presidente, também devem estar sendo lançadas nos próximos dias, pela Ministra do Meio Ambiente, as regras do CAR, como o Código Florestal estabelece, e as regras do PRA, Programa de Regularização Ambiental. Com isso, nós vamos ter o Brasil saindo de certa hipocrisia – de que tinha uma lei rígida, mas que não era cumprida.

O PRA, Programa de Regularização Ambiental, vai dar oportunidade para que os proprietários de terra que têm passivo ambiental, aqueles que fizeram desmatamento onde a lei não autorizava, aqueles que consumiram com atividade produtiva as áreas de reserva legal, tenham um compromisso firmado para iniciarem um processo de recomposição florestal.

A recomposição florestal acontecerá pela primeira vez na história do Brasil. Serão recuperados de 25 a 40 milhões de hectares. A recuperação dessas florestas nas margens dos rios, nas nascentes, nas encostas e nas áreas de reserva legal somada com a redução do desmatamento fará com que o Brasil seja um dos poucos países que vão cumprir e honrar o compromisso que a Presidenta Dilma assumiu, em Copenhague, de redução das emissões de gases de efeito estufa. Então, o Brasil será um dos poucos países, Presidente Sérgio Souza, que atua, junto comigo e com outros colegas, nesse tema, a cumprirem, antecipadamente, os compromissos e, mais do que isso, terá um crédito, uma sobra enorme...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – ... por conta da implantação do novo Código Florestal.

Devo dizer claramente: o Governo Federal, o Ministério do Meio Ambiente vai lançar os critérios do CAR, que já está sendo implementado em muitos Estados, vai lançar os critérios do PRA, e nós teremos, já em 2017, aquilo que o decreto de julho de 2008, assinado pelo Presidente Lula, tem como questão central, que é a vinculação: nenhum proprietário rural vai poder acessar crédito ou política de incentivo se não estiver cumprindo plenamente o novo Código Florestal.

Então, eu estou seguro de que a implementação do Código Florestal é um desafio enorme. Nós ainda não temos o que comemorar, mas nós temos algo para registrar, que é o trabalho do Ministério do Meio Ambiente e do próprio Ministério da Agricultura, que agora tem um conjunto de ferramentas...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – ... para poder estabelecer um planejamento já no Plano Safra 2013. E eu não tenho dúvidas de que essa ferramenta, que é o novo Código Florestal – mesmo não sendo o ideal, não sendo o código dos meus sonhos –, certamente, se aplicada, vai combater o desmatamento ilegal e vai fazer com que possamos ter o desmatamento estabelecido em lei neste País. Alguns falam: "mas nós temos que fazer a moratória do desmatamento, zerar o desmatamento". Concordo, se estiver acompanhado da palavra "ilegal". O desmatamento ilegal no País precisa, pode e deve ser combatido. Nós podemos ter desmatamento ambiental zero se houver uma ação conjunta das esferas de poder e da sociedade. Mas é importante deixar bem claro que o Código estabelece com que critérios e...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – ... em que condições pode haver desmatamento. Então, para não ficar oferecendo uma mercadoria que não pode ser entregue, como alguns fazem, distorcendo os fatos, prefiro acreditar que, com o anúncio que será feito brevemente, acredito, pela Ministra Izabella, dos critérios do Cadastro Ambiental Rural, dos critérios do PRA, o Programa de Regularização Ambiental, que vai fazer a maior recomposição florestal do Planeta, o Brasil vai se reencontrar com uma história e fazer com que a nossa autoridade aumente perante os organismos mundo afora. E o Brasil vai poder cobrar reciprocidade dos países quando o assunto for produção de alimentos, produção agropecuária e floresta.

É óbvio que ainda há um déficit...

(Interrupção do som.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – ... de atenção com o setor florestal brasileiro. Vou concluir, Sr. Presidente. (*Fora do microfone.*)

O nosso País tem a maior área de floresta tropical do Planeta e participa com menos de 4% do PIB florestal do mundo. Nós ainda nem aprendemos a transformar a nossa floresta em um ativo econômico. Floresta, para muitos, ainda é um problema; para mim e para muitos mais, graças a Deus, ela é parte da solução.

Acho que há um déficit de Amazônia na Esplanada dos Ministérios, um déficit de floresta na Esplanada dos Ministérios. Temos de mudar a governança florestal do Brasil. Mas devemos reconhecer que estamos no caminho certo; que a Presidenta Dilma foi corajosa quando baixou a medida provisória e fez alguns vetos e que a Ministra Izabella é a guardiã dessa lei, que, certamente, fará com que o mundo inteiro respeite mais o Brasil do ponto de vista socioambiental.

E não tenho dúvida de que, em vez de pôr a desconfiança...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – ... ou o descrédito na implementação do novo Código Florestal, aqueles que, como eu, entendem que esse não é o Código dos nossos sonhos devem se somar no esforço, com o Ministério do Meio Ambiente, organizações não governamentais, governos dos Estados, governos municipais, sociedade civil, de modo geral, organizações patronais e de empregados, para implementar essa lei, que, se implementada, como acredito, mudará a agenda florestal do Brasil e aumentará a autoridade do Brasil perante o mundo quando o tema for preservação ambiental e conservação das florestas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Jorge Viana, o Sr. Cícero Lucena deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Jorge Viana. Parabéns pelo pronunciamento.

Essa é uma pauta que orgulha a todos nós brasileiros. Temos um Código Florestal que é aplicável, que defende e que cuida do meio ambiente, sem restringir a produção agrícola, a alimentação – que é muito importante, não só para o povo brasileiro, mas para todos aqueles que residem nesse planeta.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Presidente, há um ano, essa era a equação que tornamos (*Fora do microfone*.) possível. O Brasil, o mundo tem fome, a população sairá de 7 bilhões para 9 bilhões de habitantes, e o Brasil é a esperança do mundo de aumento de produção de alimentos. Só respeitando o meio ambiente, só protegendo mais os nossos recursos naturais é que vamos ter autoridade e reunir as condições para produzir mais alimentos, saciar a fome no Brasil e no mundo e, ao mesmo tempo, virar um exemplo de proteção ambiental.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado a V. Exª, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves, do PMDB do Rio Grande do Norte, para uma comunicação inadiável.

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero me congratular, desta tribuna, com a Presidente Dilma Rousseff, que vem promovendo ações e ajudas emergenciais, via Governo Federal, ao povo nordestino. Essas ações têm sido imprescindíveis até para a própria sobrevivência das populações mais atingidas pela seca. Mas, infelizmente, não têm sido suficientes para derrotar todos os efeitos nocivos da maior seca a atingir o Nordeste brasileiro.

Entretanto, devo dizer que fiquei muito otimista com as novas perspectivas sobre as obras de transposição do Rio São Francisco, apresentadas pelo Ministro Fernando Bezerra e publicadas na imprensa. Com a conclusão das obras, certamente, avançaremos muito na busca pela melhoria de vida das populações mais atingidas pela seca.

Acredito firmemente que a conclusão das obras do Rio São Francisco evitará que continuemos a presenciar o famigerado êxodo rural dos dias de hoje, que ainda incha as cidades e contribui para o estrangulamento do sistema de saúde e de educação, eleva os índices de desemprego e de criminalidade e, mais do que tudo, inviabiliza o sonho de milhares de famílias nordestinas poderem viver e trabalhar em sua terra natal.

Sr. Presidente, eu agradeço a atenção de V. Exª permitindo-me falar desta tribuna porque, infelizmente, continuo com problema de locomoção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Garibaldi Alves, V. Exª é um guerreiro assíduo neste plenário diariamente e fará aniversário na semana que vem, no dia 27 de maio. Para nós, Senadores, é uma honra tê-lo aqui no Senado Federal com tão vasta experiência.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senadora Ana Rita, pelo tempo regimental.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, prezadas colegas Senadoras, prezados cole-

gas Senadores, é com orgulho que hoje à tarde venho a esta tribuna para falar da minha cidade, a cidade de Vila Velha, no Estado do Espírito Santo.

Há 478 anos, no dia 23 de maio, chegava a nau Glória na Prainha, em Vila Velha. O cenário era de guerra: índios aimorés, entre botocudos e puris, receberam os portugueses com flechas, e só desistiram da luta diante de armas de fogo nas mãos dos colonizadores. Não demorou muito, o fidalgo Vasco Fernandes Coutinho, no comando da caravela, recebeu, por Carta de Doação e Carta Foral, a Capitania do Espírito Santo. Como no Brasil estavam sendo distribuídas as sesmarias, o Espírito Santo coube a Vasco Fernandes Coutinho.

Formou-se, então, uma vila povoada por, aproximadamente, 60 colonizadores, com quase 30 casas e uma igreja. Mas o Fortim do Espírito Santo foi abandonado, após vários ataques indígenas.

Os colonizadores acabaram descobrindo-o após explorar os arredores da ilha, uma grande ilha – é a atual ilha de Vitória, capital do Estado –, dando-lhe o nome de Ilha de Santo Antônio, em comemoração ao dia de Santo Antônio.

Voltamos ao tempo da capitania hoje, porque, neste 23 de maio, comemoramos o Dia de Colonização do Solo Espírito-Santense. Precisamos lembrar o começo de tudo até para entender o que o Estado é hoje.

A primeira vila capixaba foi erguida, por ordem de Vasco Coutinho, aos pés do Morro do Moreno. Na área, foram construídas cabanas, e ali plantaram sementes trazidas de Portugal. Em 1550, devido a acordos comerciais com Portugal e com Angola, foi aberto um armazém alfandegado em Vila Velha, e daí começaram os primeiros traços da economia do Estado. A propósito, essa economia surgiu com forte presença da agricultura, item que permaneceu como grande sustentáculo das divisas capixabas até o século XX.

Depois da cana-de-açúcar, que não deu tão certo quanto em outros Estados – também capitanias –, veio a plantação do café, que, até hoje, põe o Espírito Santo em evidência diante do Brasil.

Vila Velha, Srs. Senadores e Senadoras, é o berço de tudo, inclusive em termos de religiosidade.

A primeira missão dos colonizadores foi construir a Igreja do Rosário. Segundo o pesquisador Gether Lima, a ideia de erguer o símbolo do cristianismo fazia parte de um convênio dos portugueses com a Santa Sé para difundir o cristianismo no mundo. E foi ao redor da Igreja do Rosário que a Vila do Espírito Santo foi sendo construída.

A Igreja do Rosário é a mais antiga do Espírito Santo e considerada a mais antiga do Brasil. Na praça, ainda se ostenta a mesma beleza, com palmeiras imperiais e com obeliscos, em homenagem ao donatário e a Nossa Senhora dos Prazeres. Orgulha-nos dizer: a igreja é um bem tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), ato que seu deu em 20 de março de 1950.

Mas o símbolo máximo do cristianismo em nossa terra foi construído oito anos depois. No alto da pedra, foi erguido o Convento da Penha, justamente para proteger as relíquias do monumento e da Igreja do Rosário dos holandeses, que tentavam invadir a capitania. Também foi construído o Forte do Piratininga ou São Francisco da Barra, hoje o 38° Batalhão de Infantaria.

Foram apenas 15 anos em que a cidade ficou sendo a capital, já que, em 1550, a Ilha de Nossa Senhora da Vitória se tornou a sede do Estado. Os índios a chamavam de Ilha de Guanaaní, e, ali, fundou-se Vila Nova, que, hoje, conhecemos como Vitória, a capital do nosso Estado.

A sede da capitania precisou ser mudada por questão de segurança, já que eram constantes os ataques de indígenas, de franceses e de holandeses. Historiadores contam que eles não perceberam sequer que Vitória era uma ilha. Chamavam a área de Rio do Espírito Santo, não baía.

Há uma história que merece ser relembrada, hoje, por todos nós capixabas, por nós, moradores orgulhosos de Vila Velha, que hoje, aos 478 anos, simbolicamente volta a ser a capital do nosso Estado. Isso se dará, com certeza, no dia 23, na próxima quinta-feira, quando o Governo do Estado do Espírito Santo...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Rita, conceda-me um minuto, por favor?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Quero só anunciar aqui a presença dos alunos do ensino fundamental da Escola nº 13, de Planaltina, Distrito Federal.

Sejam todos bem-vindos ao Senado Federal!

Obrigado, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Presidente.

Agradeço aos alunos aqui presentes e às professoras. Obrigada pela presença.

Conforme eu dizia, Senador, a capital do Estado do Espírito Santo será transferida simbolicamente na próxima quinta-feira, dia 23 de maio, num ato que acontece todos os anos, com a presença do Governador do Estado, do Prefeito municipal e de diversas outras autoridades.

Vila Velha é a cidade que eu adotei. Digo isso com muito orgulho, Sr. Presidente. E sei que Vila Velha também me adotou, quando eu tinha apenas seis anos de

idade, primeiro por escolha dos meus pais e, depois, por minha livre escolha. Moro lá até hoje. Somos mais de 414 mil habitantes. Como toda cidade populosa – é a maior do Espírito Santo –, vive problemas sérios, e os alagamentos são frequentes. Já falei sobre isso aqui diversas vezes, desta tribuna.

Em 2011, o Município foi beneficiado, por nossa iniciativa, com a liberação de R$5 milhões de verba do PAC, destinados para estudos de serviços de macrodrenagem. A ordem para a contratação de projetos foi assinada pela Ministra Miriam Belchior.

No Orçamento deste ano, estão previstos R$15 milhões em emendas individuais que apresentei ao Orçamento da União, para beneficiar a população do Espírito Santo. Dos R$2,7 milhões que serão destinados ao Município de Vila Velha, R$1 milhão custeará obras de drenagem e pavimentação de ruas no bairro Cobilândia, e outros R$750 mil serão empregados na construção do Centro de Referência da Mulher, com mais equipamentos, com a finalidade de prevenir e enfrentar a violência contra as mulheres.

Vila Velha merece se livrar, definitivamente das inundações. Por isso, além das emendas individuais, atuei em emenda de bancada, voltada para obras de macrodrenagem e controle da erosão marinha e fluvial desse Município. O custo é de mais ou menos R$100 milhões.

O Município merece mais, porque tem um povo trabalhador. Graças a isso, possui um polo de confecção consolidado e cresce vertiginosamente no setor de comércio exterior, com seus terminais portuários. Cerca de 90% das mercadorias que são escoadas pelo Espírito Santo passam pela cidade, além de contar com a tradicional fábrica de chocolates Garoto. Quem é que não conhece os bombons Garoto? Nossa cidade tem cheiro doce, de Serenata de Amor, o bombom mais apreciado dentro e fora do País, e tem no céu as cores do manto de Nossa Senhora.

Hoje, o cenário é de cidade moderna, que cresce, olha em frente. Mas mantém velhas referências: a Igreja do Rosário, a Gruta Frei Pedro Palácios, o Forte São Francisco Xavier e o Farol de Santa Luzia, que dão um ar especial à arquitetura da cidade.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – É em Vila Velha que encontramos um dos mais belos monumentos do Estado: o Convento da Penha. Do século XVI, o convento é considerado por muitos o símbolo do Espírito Santo. Do alto de um penhasco de 154 metros de altitude, orgulha-nos como monumento religioso mais importante da arquitetura capixaba.

Terra abençoada é a nossa, com 32 quilômetros de litoral, praticamente todo recortado por praias, que atraem turistas de todo o Brasil e do exterior. Rústicas e tranquilas, muitas delas oferecem clima de vila de pescadores, igrejinhas e lagoas, para a prática de canoagem.

Anualmente, o Município também realiza diversos eventos que fortalecem ainda mais seu potencial turístico, como a Festa da Penha, em homenagem a Nossa Senhora da Penha, considerado o terceiro maior evento religioso do Brasil. Como devota da padroeira do Estado, participo todos os anos da Romaria das Mulheres; de missas, como a das pastorais sociais, no Campinho; e da missa de encerramento da Festa da Penha, na Prainha.

Ali, todos se lembram, a caravela Glória aportou há 478 anos, quando o primeiro capítulo da nossa história foi escrito. Ali, onde índios e colonizadores travaram batalhas, hoje os devotos de Nossa Senhora da Penha, a padroeira do Estado, caminham, cantam e rezam. São dias e dias de romarias, reunindo mulheres, homens, crianças, militares, civis, separados e juntos na mesma fé.

Por tudo isso, pelo que foi e pelo que é para todos os capixabas, quero, aqui, parabenizar minha cidade. Parabéns, Vila Velha! Parabéns ao povo da minha cidade!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senadora Ana Rita.

Parabéns ao Espírito Santo! Parabéns a Vila Velha pelo seu aniversário!

Convido o próximo orador inscrito, o Senador Cyro Miranda, a fazer uso da palavra pelo tempo regimental.

V. Exª tem a palavra, Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente desta sessão, Senador Sérgio Souza.

Srªs e Srs. Senadores; os que nos acompanham pela Rádio Senado, pela TV Senado e pela Agência Senado; Sr. Presidente, venho a este plenário por questão de justiça. Eu quis ocupar a tribuna da mesma maneira como a ocupei em 24 de abril de 2013, quando de uma reportagem na TV Globo sobre o possível afastamento do ginasta Arthur Zanetti do Brasil, pois, naquele momento, ele e seu técnico não contavam com o apoio do Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Mas, quando fizemos esse pronunciamento, já estava em andamento um acordo. Depois, no dia 26, se não me falha a memória, eles fizeram um acerto.

Então, eu me comprometi com o Presidente do Comitê Olímpico, Dr. Carlos Arthur Nuzman, a ler o ex-

pediente que ele nos mandou e a relatar como estão os procedimentos em relação àquele ginasta. Ele diz:

> *Exmo Senador Cyro Miranda,*
> *Em consideração ao seu discurso no plenário do Senado Federal, em sessão realizada no último dia 24 de abril de 2013, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) vem, pelo presente, garantir a V. Exª que o ginasta Arthur Zanetti recebe todo o apoio do COB para realizar seus treinamentos com eficiência e qualidade, de forma a aprimorar o nível técnico que o levou à conquista da histórica medalha de ouro na argola nos Jogos Olímpicos Londres 2012.*

Ressalvam-se aqui também, Senador Collor, as péssimas condições de treinamento que tinha o ginasta Arthur Zanetti na cidade de São Bernardo do Campo. A reportagem, inclusive, mostrava que ele treinava com latas de óleo de 18 litros cheias de cimento, que serviam de base para as barras.

> *Nos meses que antecederam à disputa dos Jogos Olímpicos em Londres, o COB auxiliou diretamente o atleta e seu técnico, Marcos Goto, que treinavam em São Caetano (SP), com a disponibilização de uma equipe multidisciplinar de Ciências do Esporte, a qual planejou e executou um importante trabalho de preparação técnica com Arthur Zanetti, notadamente nas áreas de fisiologia, psicologia e nutrição. Além disso, forneceu novas argolas para o treinamento do atleta, idênticas às que seriam utilizadas na competição em Londres. Ainda neste período, desde abril de 2012, o COB passou a arcar com o pagamento do salário do treinador.*
> *A medalha de ouro de Arthur Zanetti em Londres 2012 comprovou o talento do ginasta, a qualidade de treinamento elaborado pelo técnico Marcos Goto e a importância da utilização das Ciências do Esporte na preparação do atleta de alto rendimento, serviço este oferecido pelo Comitê Olímpico Brasileiro a outras dezenas de atletas no período que antecedeu Londres 2012 e também durante os Jogos Olímpicos.*
> *Passados os Jogos Olímpicos Londres 2012, o atleta manifestou seu desejo de continuar treinando no Serc Santa Maria, em São Caetano (SP), onde mora e faz faculdade de Educação Física. Diante disso, o COB decidiu manter a estrutura de treinamento do ginasta, com a manutenção de serviços das Ciências do Esporte e o pagamento do salário de seu treinador.*
> *Alem disso, independentemente da matéria veiculada no programa Esporte Espetacular, o COB já providenciara o envio de novos aparelhos para o Serc São Caetano e para outros cinco clubes: Pinheiros (SP), AABB (SP), Grêmio Náutico União (RS), Minas Tênis Clube (MG) e Qualivida / Três Rios (RJ). Informamos que Arthur Zanetti e os ginastas desses clubes já utilizam os equipamentos, conforme matérias publicadas na mídia, as quais seguem em anexo.*
> *No total, o COB forneceu mais de 70 aparelhos de excelente qualidade, a fim de aprimorar as condições de treinamento desses locais. A ação beneficiará ainda jovens promessas e alunos das escolinhas que praticam ginástica nesses clubes. Entre os materiais enviados aos clubes estão: tablados para o solo, cavalos, trampolins, barras paralelas... [e outros equipamentos que se fazem necessários] (...).*
> *O campeão olímpico Arthur Zanetti e todos os atletas que treinam em São Caetano serão beneficiados também com uma nova sala de musculação. O COB, em parceria com a empresa Technogym, iniciou na semana passada o envio de oito novos equipamentos de força e condicionamento de última geração, escolhidos pelo próprio atleta e seu treinador, Marcos Goto.*
> *Informamos ainda que o Prof. Marcos Goto foi aprovado em vestibular realizado pelo Instituto Olímpico Brasileiro (IOB) e recebeu uma bolsa de estudos de capacitação, como aluno da Academia Brasileira de Treinadores, em curso de especialização com a duração de dois anos, patrocinado pelo COB.*
> *(...)*
> *Por fim, solicitamos a Vossa Excelência o especial obséquio de que este ofício seja lido em Sessão da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e arquivado nos anais do Senado Federal.*

Então nós tínhamos por obrigação ler esta carta, e quis fazê-lo aqui em Plenário, como fiz também na nossa reivindicação. Parabenizo, portanto, o COB e espero que, de outras vezes, não precisemos chegar à ameaça de o atleta ou seu treinador sair do País e perdermos, assim, valorosos atletas.

Eu agradeço, Sr. Presidente. Era isto o que eu queria: ser justo com a minha reivindicação, a minha crítica, que já estava sendo atendida pelo COB. Infelizmente, explicou-me o Presidente Nuzman, nós temos uma burocracia. No País, as coisas não saem da noi-

te para o dia, e nós tínhamos, sim, o perigo de perder esse atleta. Mas isso já está pacificado.

Então, eu agradeço a compreensão do COB e espero que fique atento para que não cheguemos mais, de nenhuma maneira, a essa situação de desestimularmos nossos atletas a participarem pelo nosso Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era só.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Cyro Miranda.

Respeitando a alternância entre Lideranças e oradores inscritos, convidamos o Senador Fernando Collor de Mello, que fala pelo Bloco União e Força, pelo tempo regimental.

Na sequência, como próximo orador inscrito, o Senador Humberto Costa.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Sérgio Souza, Srªs e Srs. Senadores, por duas oportunidades, nesta tribuna, trouxe à reflexão da Casa a minha preocupação com uma crise que se avizinha, perigosamente, entre os Poderes da República, em virtude do que chamei de esfacelamento institucional por que passamos.

Do mesmo modo, chamei a atenção para o paradoxo da credibilidade *versus* legitimidade, em que se verifica uma clara inversão de valores, de representatividade, no que tange às instituições, classes e agentes públicos.

De lá para cá, fatos, iniciativas e manifestações, cada vez mais recorrentes no âmbito dos três Poderes, têm revelado a razão de minha inquietação.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, as recentes declarações públicas do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa, com críticas diretamente jocosas ao Poder Legislativo e aos partidos políticos brasileiros afrontam a Lei Maior do País.

A simples distonia entre os Poderes republicanos, por si só, configura um descumprimento da Constituição Federal, cujo art. 2º reza, textualmente, que os Poderes da União são independentes e harmônicos entre si. Ou seja, provocar a desarmonia e a divergência entre o Poder Legislativo e os Poderes Judiciário e Executivo nada mais é do que violar aquele dispositivo constitucional, inserido no texto pelo Constituinte, vale lembrar, exatamente para evitar conflitos dessa ordem entre os Poderes republicanos.

Mais grave ainda é quando opiniões desrespeitosas partem de um membro da mais alta instância do Judiciário, um Ministro do Supremo Tribunal Federal e, pior ainda, no exercício da Presidência daquela Corte.

Trata-se de um lamentável episódio, vale a pena lembrar, sem precedentes – sem precedentes – na história do País.

O Estado de exceção, a ditadura, o absolutismo são materializados sempre pelas revoluções, pelas insurgências, pela revoltas e pelas insurreições, e essas acontecem exatamente quando a democracia falha e as instituições deixam de funcionar dentro do espírito do Estado democrático de direito.

Assim ocorreu com a Constituição de 1934, resultante da Revolução Paulista de 32; assim foi com a Constituição de 37, redigida por uma única pessoa, num período em que sequer tínhamos um Congresso funcionando, em virtude da Intentona Comunista de 1935. O mesmo se deu com a Constituição de 1967, após o Movimento de 64, novamente fruto de uma instabilidade político-institucional. Ou seja, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sempre que ocorrem movimentos de insubordinação com a vida pública, corre-se o risco de, ao fim, desaguarmos num indesejado autoritarismo. E, para tanto, uma relativa e imperceptível crise entre os Poderes, provocada por atos, opiniões e iniciativas fora do contexto da normalidade institucional, pode vir a se tornar a faísca deflagradora de uma crise maior, de um cenário político grave e, pior, irreversível.

É perigoso e desfocado, Sr. Presidente, achar que o simples exercício democrático de votar e exprimir livremente opiniões e que o alastramento e o aumento do número de eleitores são suficientes para avançarmos no aprimoramento da cultura cívica e política do País, muito menos para consolidá-la.

Mesmo a democracia plena tem seus limites estabelecidos na Constituição Federal. Desrespeitá-la, portanto, nada mais é do que ferir a democracia, e quando isso começa a se tornar rotina, a crise, ainda que vagarosamente, instala-se e, com ela, a ameaça de revoltas e levantes que, por reação, podem levar à perigosa seara de um Estado de exceção.

Ainda que possa parecer improvável, uma leitura mais acurada dos acontecimentos pode concluir pelo alto risco que corremos com esse tipo de conduta de um chefe de Poder.

Ademais, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como ensinam os *precepta juris* do Direito romano, o juiz somente pode se manifestar nos autos. Não por outro motivo a Constituição determina que nenhum juiz pode se filiar a um partido político ou se candidatar a um mandato público.

Ora, como pode um Magistrado com a responsabilidade de presidir a Suprema Corte manifestar antecipadamente suas ideias? E que ideias! Ao fazê-lo, ele e qualquer juiz estarão comprometendo seus julgamentos, suas decisões.

Por isso mesmo, a ele, juiz, não é permitido dar entrevistas, emitir opiniões sobre temas que futuramente ele possa vir a julgar. Ao juiz, isto sim, cabe

opinar sobre as leis, o direito, sempre nos autos dos processos. Jamais pode se expressar politicamente, pois, além de não fazer parte de suas atribuições, não faz parte de suas atribuições constitucionais, de suas prerrogativas. Uma postura desse tipo compromete até mesmo a própria independência do Magistrado.

E aqui, Sr. Presidente, não adianta alegar que as declarações foram dadas no universo acadêmico. O Ministro Joaquim Barbosa foi convidado a palestrar exatamente por ser o Presidente do Supremo Tribunal Federal. Sua figura e suas funções são indissociáveis. Enquanto exercer a Magistratura, ele jamais – jamais! – vai poder se comportar como agente político, menos ainda com discursos de palanque.

Vale destacar que os Ministros do Supremo são nomeados pelo Presidente da República, ou seja, o chefe do Poder Executivo, após seu nome ser aprovado pela maioria absoluta desta Casa, o Senado da República. Portanto, não pode ele agora – não pode ele agora –, em nenhuma hipótese, ainda mais na Presidência máxima do Poder Judiciário, desqualificar os demais Poderes, desmerecer os partidos políticos e subestimar os seus integrantes. Não foi para isso – definitivamente, não foi para isso – que ele recebeu uma delegação explícita do Poder Legislativo. Dele, o Parlamento, representando legitimamente a população, espera compostura, liturgia do cargo e dever cívico acima de tudo. Caso contrário, seremos obrigados a concordar com as Associações de Juízes do Brasil quando disserem, há cerca de um mês, que a gestão do Sr. Joaquim Barbosa é um equívoco histórico.

Torcemos para que não se torne, também, um equívoco histérico, a ponto de aprofundar de vez a crise e o esfacelamento institucional em que lamentável e perigosamente estamos ingressando.

Era o que tinha a dizer, por enquanto, Sr. Presidente, Sérgio Souza, Srªs e Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Fernando Collor. V. Exª possui razão, a separação dos Poderes é elemento essencial para a democracia.

Eu passo a palavra, como próximo orador inscrito, ao Senador Humberto Costa, do PT de Pernambuco. V. Exª detém o prazo do tempo regimental, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs. Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, expectadores da TV Senado, ontem, segunda-feira, tive a oportunidade de acompanhar a Presidenta Dilma Rousseff em viagem a Pernambuco para participar de três importantes cerimônias para o nosso Estado.

A primeira delas marcou o início das operações do petroleiro Suezmax Zumbi dos Palmares, a segunda embarcação construída no Estaleiro Atlântico Sul, no Porto de Suape, Município de Ipojuca, no Estado de Pernambuco. Esse petroleiro fará o transporte de óleo cru e tem a capacidade de estocar a metade da produção diária de barris de petróleo no Brasil: um milhão de barris. A embarcação tem 275 metros de comprimento, o que representa o equivalente a dois campos oficiais de futebol, e 51,6 metros de altura. Ou seja, é maior do que a estátua do Cristo Redentor.

A entrega do Suezmax Zumbi dos Palmares representa a consolidação de um grande empreendimento viabilizado em Pernambuco ainda no governo do ex-Presidente Lula: o Estaleiro Atlântico Sul. Representa, ainda, a retomada da indústria naval brasileira.

O Estaleiro Atlântico Sul foi formado pelos grupos Camargo Corrêa e Queiroz Galvão em 2005, quando ainda governava o Estado de Pernambuco o hoje Senador Jarbas Vasconcelos. Dois anos depois, sua planta foi construída e o estaleiro começou a operar em 2008. O primeiro navio, o petroleiro Suezmax João Cândido, foi lançado em maio de 2010, 13 anos depois que o Brasil parou de produzir grandes embarcações.

Com capacidade de processamento de 160 mil toneladas de aço ao ano, o estaleiro conta com 1,62 milhão de metros quadrados de terreno, área industrial coberta de 130 mil metros quadrados e um dique seco de 400 metros de extensão.

São empreendimentos como esse que estão promovendo uma verdadeira revolução em Pernambuco. Vale ressaltar ainda que, além do Estaleiro Atlântico Sul, o Estado sediará, em breve, um novo polo naval, o Estaleiro Promar, situado também no Porto de Suape.

Além de ser o segundo navio produzido pelo Estaleiro Atlântico Sul, o Suezmax Zumbi dos Palmares também é a quinta embarcação do Programa de Mobilização e Expansão da Frota, o chamado Promef, entregue à Transpetro em um período de 18 meses. As demais foram construídas no Rio de Janeiro e também receberam nomes de figuras relevantes da história do Brasil: Celso Furtado, Sérgio Buarque de Holanda, Rômulo Almeida e José Alencar.

Parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), o Promef teve papel fundamental no ressurgimento da indústria naval brasileira, com a abertura de novos estaleiros e a modernização daqueles já existentes. Criado em 2004, o programa encomendou 49 embarcações a estaleiros nacionais. Foram três novos estaleiros viabilizados com as encomendas do

programa, que recebeu cerca de R$11 bilhões em investimentos.

Graças à retomada da indústria naval brasileira, o País tem hoje a terceira maior carteira de encomendas de petroleiros do mundo e emprega 54 mil pessoas.

Aproveito para repetir aqui palavras da Presidenta Dilma durante a cerimônia de entrega do navio Zumbi dos Palmares, palavras que reforçam a confiança no Brasil, nas grandes obras empreendidas pelo Governo Federal, e afastam os pessimistas de plantão. Disse a Presidenta – abre aspas: "Não queremos ser só grandes produtores de petróleo e gás. Queremos ser grandes produtores de navios, plataformas e equipamentos".

Mas, Sr. Presidente, nesta segunda-feira, também, a Presidenta Dilma participou do primeiro evento-teste da Arena Pernambuco, no Município de São Lourenço da Mata, Região Metropolitana do Recife. Trata-se de outro grande empreendimento com dividendos importantes para o desenvolvimento do Estado.

Essa foi a entrega da última das seis arenas da Copa das Confederações. As demais arenas foram a do Castelão, em Fortaleza (CE); a do Mineirão, em Belo Horizonte (MG); a de Fonte Nova, em Salvador (BA); a do Maracanã, no Rio de Janeiro (RJ); e a do Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília (DF).

O segundo teste da Arena Pernambuco ocorre nesta quarta-feira (22 de maio), com o amistoso entre o Náutico e o Sporting, de Portugal. Durante a Copa das Confederações, em junho, a Arena receberá os jogos Espanha x Uruguai, Itália x Japão e Uruguai x Taiti. Já na Copa do Mundo, em 2014, serão cinco jogos.

Com investimentos de R$532 milhões, sendo R$400 milhões de financiamento federal do BNDES, a Arena Pernambuco tem 128 mil metros quadrados de área construída e seis pavimentos. O estádio comporta 46.106 espectadores, que ficarão confortavelmente acomodados em assentos individuais e rebatíveis ou na área VIP, com 102 camarotes e 1,6 mil lugares.

Esse, meus caros colegas, também é outro exemplo de que o Brasil dá certo, pois há muitos que diziam que os estádios não ficariam prontos. Mas é preciso apostar e acreditar neste País.

Ainda na sua visita a Pernambuco, a Presidenta Dilma visitou a Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco para reforçar a parceria do Governo Federal com o setor sucroalcooleiro.

Na ocasião, a Presidenta citou a destinação de R$125 milhões em subsídios, para ajudar os produtores de cana de açúcar do Nordeste a enfrentar a seca. A medida é importante para movimentar a economia da Zona da Mata do Estado, que também foi afetada pela estiagem.

Esses subsídios trarão um impacto positivo especialmente aos pequenos plantadores, que estimam perder 30% da sua produção. Segundo a União Nordestina dos Produtores de Cana, os agricultores familiares produzem menos de mil toneladas e representam 90% dos atingidos pela seca.

A medida beneficiará diretamente 17 mil produtores com um auxílio de R$12,00 por tonelada de cana, limitado a 10 mil toneladas por produtor. A iniciativa demonstra que o Governo da Presidenta Dilma se mantém sensível e alerta para as demandas do nosso Estado e, mais ainda, para as necessidades dos produtores agrícolas afetados pela maior seca dos últimos 50 anos.

Enfim, caros colegas, a última segunda-feira foi um dia de comemoração para Pernambuco. Um dia para renovar e fortalecer a certeza dos frutos dos investimentos e dos programas do Governo Federal para o crescimento e desenvolvimento deste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

De imediato, convido a Senadora Ana Amélia, para uma comunicação inadiável. Na sequência, como próximo orador inscrito, o Senador Pedro Taques. Não estando presente, o Senador Rodrigo Rollemberg, em permuta com a Senadora Lídice da Mata.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Sérgio Souza, Srªs e Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, volto aqui à tribuna para falar de um tema que é – perdão por fazer um trocadilho – uma dor de cabeça para todos os brasileiros: a questão da saúde.

Em especial, venho falar sobre a lei que estabelece prazo de 60 dias para que os pacientes com câncer comecem o tratamento no Sistema Único de Saúde. A Lei nº 12.732 começa a valer em todo o País depois de amanhã, nesta quinta-feira, dia 23 de maio. É uma importante notícia para todos que são obrigados a enfrentar o drama de lidar com essa doença, a segunda que mais mata em todo o mundo, e também aqui no nosso País, atrás apenas das doenças do coração. É um marco legal que trata basicamente sobre uma variável importantíssima para a eficiência no tratamento do câncer: o tempo.

Aliás, queria dizer que tenho muita honra de ter sido a Relatora dessa matéria, que foi uma iniciativa do ex-Senador Osmar Dias.

Sabe-se que quanto mais cedo o câncer for descoberto e tratado, maiores as chances de vida do paciente. No Sistema Único de Saúde, esse tempo tam-

bém é relevante e determinará a eficiência das políticas públicas de saúde no atendimento da população, especialmente àqueles com limitações de renda e de informações.

Vale lembrar que essa lei, sabiamente sancionada pela Presidência da República, foi fruto de um substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD 32/1997), de autoria do ex-Senador Osmar Dias, muito debatido também nesta Casa e do qual tive a responsabilidade de ser relatora no Senado, como eu havia dito. A parte que cabia ao Legislativo foi feita. Precisamos, agora, que o Executivo, especialmente o Ministério da Saúde e o SUS, crie condições gerenciais para que realmente a lei sirva ao cidadão e reduza as chances de mortalidade por câncer em nosso País.

Aliás, hoje, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, houve um debate sobre essa matéria. O Ministério mostrou as portarias que revelam como será o procedimento, suscitando algumas dúvidas sobre a sua implementação.

Uma pesquisa recente, publicada em uma respeitada revista internacional, especializada em medicina, a *Lancei Oncology,* indica que, nesta década, o número de novos casos de câncer, no Brasil, deve aumentar 38,1%, passando de 366 mil casos diagnosticados, em 2009, para mais de 500 mil novos casos, em 2020. O estudo envolveu 70 especialistas em câncer e adverte que, se não houver uma melhoria no diagnóstico precoce da doença e no acesso a tratamentos pelas populações mais pobres, a América Latina corre o risco de enfrentar um aumento substancial no número de mortes por câncer.

Por isso, o Governo Federal precisa de gestão eficiente e enorme parceria com os governos estaduais e municipais, para que as regras aqui aprovadas, e sancionadas pela Presidente Dilma Rousseff, funcionem e possibilitem mais segurança para o controle e combate ao câncer, seja qual for o tipo.

Essa foi uma das principais constatações dos participantes da audiência pública sobre a regulamentação da lei, sugerida por mim, e realizada hoje pela manhã na Comissão de Assuntos Sociais. Na ocasião, participaram a Presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama), Maira Caleffi, mastologista; a Coordenadora-Geral de Atenção a Pessoas com Doenças Crônicas do Ministério da Saúde, Patrícia Sampaio Chueiri; o Defensor Público Ricardo Salviano; e o representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Jurandir Frutuoso, além do Deputado Darcísio Perondi, que foi o autor do substitutivo na Câmara dos Deputados.

Atualmente, um paciente que recorre ao SUS para tratar o câncer demora até seis meses para começar o tratamento. O novo marco legal prevê que o paciente passe por uma cirurgia ou inicie sessões de quimioterapia ou radioterapia, conforme prescrição médica, em até 60 dias.

Aliás, amanhã, às 14h, na sede do Ministério Público Federal aqui, em Brasília, no Auditório Juscelino Kubitscheck...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ... será realizada uma audiência pública do Ministério Público e da Procuradoria Geral da República exatamente para tratar dessa questão e dessa matéria, como essa lei será implementada porque é um direito do cidadão que o SUS precisa assegurar, meu caro Senador Sérgio Souza.

Uma das questões levantadas hoje, em audiência pública, foi o momento de início da contagem do prazo de 60 dias. Segundo a regulamentação da lei, a contagem deve ter início a partir da inclusão do diagnóstico no prontuário do paciente. Segundo os especialistas, médicos convidados, isso deverá gerar atrasos no início do tratamento, gerando dificuldades para o cumprimento da lei que é de 60 dias.

O próprio Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, reconhece que cumprir a meta será um desafio de gestão entre União, Estados e Municípios. Portanto, há necessidade de informações claras e transparentes sobre as notificações de câncer no Brasil. Para que o SUS chegue a tempo de salvar os pacientes de câncer, é preciso saber onde...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ... esses doentes estão e a quanto tempo foi feito o diagnóstico da doença, seja uma mamografia, no caso das mulheres, ou outro qualquer exame de diagnóstico positivo.

A informação é parte relevante nesse processo. Em muitos casos, esses exames são custeados com uma poupança forçada ou com a ajuda dos amigos, mesmo pelos pacientes sem condições financeiras. Quando o paciente ingressa no SUS, alguns deles já estão com o câncer em estágio avançado, necessitando de monitoramento e atendimento urgente.

Um registro tardio não pode acontecer, caro Presidente.

Dados do Ministério da Saúde demonstram que, antes da vigência da lei, 78% dos pacientes em estágio inicial da doença já tinham o tratamento iniciado antes de 60 dias. Os médicos oncologistas têm dúvidas sobre essas informações. Por isso, a necessidade de dados precisos e de qualidade.

Prevenir é muito melhor e mais eficiente que remediar e mais barato também.

O Sr. Paulo Bauer (Bloco/PSDB – SC) – Senadora Ana Amélia, V. Exª me concede um aparte?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sim, Senador Paulo Bauer.

O Sr. Paulo Bauer (Bloco/PSDB – SC) – Eu queria, Senadora Ana Amélia, inicialmente cumprimentar V. Exª pelo brilhante pronunciamento e pela iniciativa de abordar, neste momento e nesta sessão, um tema desta importância. Sem dúvida, saúde é uma das questões que mais preocupam hoje os brasileiros e, por isso mesmo, merece nossa atenção. Quando V. Exª aqui traz informações com dados e com propostas para equacionar, para atender melhor, para resolver problemas de saúde, especialmente na área do câncer, V. Exª dá uma grande contribuição a esta Casa e ao País. E veja que coincidência feliz: eu, como Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Suíça, na tarde de hoje, neste exato momento, estou recebendo a visita da direção mundial e da direção brasileira da indústria farmacêutica Novartis.

(Soa a campainha.)

O Sr. Paulo Bauer (Bloco/PSDB – SC) – Estão aqui, neste plenário, neste momento, o Presidente, o CEO da empresa, em todas as unidades da empresa, o Sr. Joseph Jimenez, também o Presidente da Novartis no Brasil, o Sr. Adib Jacob. Ambos estão visitando o Congresso e, em poucos minutos, serão recebidos pelo Presidente Renan Calheiros. Eles me diziam aqui, conhecendo a manifestação de V. Exª, que a Novartis é uma das empresas, no mundo, que têm posição de vanguarda pelo desenvolvimento, pela pesquisa, pela inovação, exatamente na busca da cura do câncer, que nós queremos se torne cada vez maior e mais frequente também no Brasil. Cumprimento V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Paulo Bauer.

Aproveito também para, dando as boas-vindas aos visitantes que nos honram com as suas presenças, dizer que também sou autora de um projeto que garante a inclusão, no rol do...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ... tratamento obrigatório dos planos de saúde, a quimioterapia oral para os pacientes de câncer. Iniciativas como esta são relevantes no trato da questão da saúde.

Esperamos também que a participação brasileira neste mercado, o atendimento aos pacientes brasileiros faça uso dessa tecnologia para melhorar a qualidade de vida quando a doença é diagnosticada.

Muito obrigada e cumprimentos.

Eu queria só terminar, caro Presidente.

O tratamento que o governo tem dado às Santas Casas também precisa ser observado. É sabido que mais de 50% dos atendimentos relativos ao câncer através do SUS são feitos nessas importantes instituições filantrópicas,

essenciais para a boa prática das políticas de saúde – e aí o Senador Paulo Davim, que é médico, sabe bem do que eu estou falando e concorda. Eu estou quase terminando com essa inscrição, mas registro que está aqui o nosso Senador Mozarildo Cavalcanti, também médico, que participou ativamente da reunião de hoje.

O reajuste das tabelas do SUS...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ... e os repasses efetivos dos recursos da União para os Municípios são ações gerenciais que também precisam ser consideradas, para que a lei se reverta em saúde e qualidade de vida para os doentes de câncer.

As Portarias nºs 874 e 875, que tratam da regulamentação dessa lei, que vai entrar em vigor quinta-feira, precisam abordar a realidade e refletir as necessidades urgentes daquele paciente que precisa, com ou sem cabelo, com ou sem esperança, ganhar tempo e melhoria de vida para sobreviver.

Por isso, também, a importância desse debate, envolvendo o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União. Amanhã, 22, inclusive, como eu disse, o Ministério Público Federal tratará, às 14 horas, da regulamentação dos 60 dias para o início do tratamento de câncer no SUS, no encontro que haverá nessa audiência pública.

A 5ª Conferência Nacional das Primeiras Damas, que ocorrerá na próxima quinta-feira (23), aqui em Brasília, às 8h30 da manhã, em parceria com a Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama), também será uma oportunidade para a sociedade aprofundar, gratuitamente, o debate sobre o combate ao câncer na esfera municipal. A participação das prefeitas e prefeitos é essencial.

Temos que olhar para todos que enfrentam o câncer. Se uma atriz rica e famosa, como Angelina Jolie, precisou adotar uma atitude corajosa de retirar as duas mamas para se prevenir contra o câncer, um país, como o Brasil, precisa ser mais corajoso ainda para adotar ações importantes que garantam a eficiência de atendimento e tratamento para os doentes de câncer que não podem custeá-lo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Amélia, muito obrigado. Para-

béns por seu pronunciamento, como sempre trazendo temas de interesse da sociedade brasileira.

Quero registrar aqui a presença dos alunos do ensino médio do Colégio Estadual Virginio Santillo, de Anápolis, Goiás.

Sejam todos bem-vindos ao Senado Federal!

Como próximo orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg.

Transmito a Presidência à Senadora Ana Amélia.

O Sr. Sérgio Souza deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Ana Amélia.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza e Senadora Ana Amélia, que agora preside a sessão.

Brasília recebeu duas homenagens especiais no cinema nacional. Foram lançados, neste mês, dois filmes inspirados em um dos artistas mais consagrados e emblemáticos da nossa Capital: o cantor e compositor Renato Russo. De formas distintas, as obras humanizam narrativas da Capital na virada dos anos 70 para os 80, época marcada pela ditadura e por profundas contradições sociais, que revelam a formação desigual de nossa cidade, mas também pela extrema força cultural, que destacou Brasília como o berço e expoente do *rock* nacional.

Refiro-me ao filme *Somos tão Jovens*, do diretor Antônio Carlos da Fontoura, que narra as descobertas e conflitos da vida de Renato Russo até se tornar o mito da Legião Urbana, e ao filme *Faroeste Caboclo*, que se baseia na música homônima, composta em 1979 por ele para fazer uma contundente e atual reflexão crítica sobre a desigualdade social em Brasília, pela face mais trágica da violência e do tráfico de drogas, que ainda assolam a vida da Capital como consequência de um processo caótico e desordenado de crescimento.

Fui assistir, Srª Presidente, aos dois filmes e saí profundamente tocado, como filho de Brasília, como parte dessa geração, como um brasiliense apaixonado não só pela cidade, mas por sua capacidade inovadora de provocar mudanças na vida do País.

Seja no traço urbanístico da cidade, seja na vanguarda do *rock* aqui produzido, seja na diversidade que marca a vida cultural da cidade, seja na vocação agregadora de Brasília, que reúne e processa diferentes brasis em uma mistura autêntica, já com cara e sotaque próprio, essa Brasília humana, ainda pouco difundida nacionalmente, em sua dimensão mais real e cotidiana, foi mais do que um pano de fundo para a realização desses filmes; foi uma personagem, uma protagonista mesmo, porque aparece não só nas imagens das superquadras, da rodoviária, da Esplanada, das cidades-satélites e do barro vermelho do cerrado, mas no esteio da formação e da expressão de uma juventude que marcou um momento importante da vida brasileira de retomada democrática.

As duas obras, com propostas diferentes, mostram o retrato de uma geração que foi muito além da mera atitude contestatória; uma geração que não foi às ruas e não se engajou na militância dos movimentos de esquerda nem na estética tropicalista que a antecedeu, mas agregou uma reflexão crítica a um ambiente pós-utópico, no qual as grandes ideologias e sonhos revolucionários perdiam espaço para uma nova representação social e política na transição para a redemocratização.

Vivíamos em um clima paradoxal de esperanças e incertezas. Foi uma geração que pode até ter sido desengajada em termos de projeto, mas profundamente comprometida em atitudes questionadoras, na construção de uma cidadania crítica em torno da qual se formou uma nova identidade cultural da juventude brasileira. Foi uma geração que se mostrou impregnada por questões existenciais vividas na contradição de uma sociedade de consumo e na necessidade de um novo protagonismo político, e o fizeram na experimentação cultural, na criação musical inovadora e libertária, em uma nova estética de protesto e reflexão.

O filme *Somos tão Jovens* busca relatar esse momento da história do País a partir de um recorte biográfico da formação musical de Renato Russo e das bandas de *rock* que surgiam da "turma da Colina": vários jovens, em geral filhos de diplomatas, professores e servidores públicos, que, influenciados pelo *punk* inglês, se reuniam embaixo dos prédios universitários de Brasília para fazer música. Assim nasceu a primeira banda de Renato Russo, chamada "Aborto Elétrico", e as bandas Plebe Rude e Capital Inicial, entre várias outras.

O filme me emocionou muito, não só pela minha vivência na cidade, mas também pelo testemunho desses jovens. Não há dúvida de que muitos brasilienses se enxergaram na cidade pela trajetória de Renato Russo. Os atores do filme têm uma atuação impecável e conseguem nos envolver emocionalmente na trama de anseios e conflitos que marcaram a transformação do garoto solitário e melancólico do Plano Piloto em um dos maiores ídolos nacionais.

O cinema brasileiro devia essa homenagem a esse grande artista, que agora vem se somar ao premiado e bem-sucedido documentário *Rock Brasília*, dirigido pelo grande cineasta da Capital, Vladimir Carvalho.

Pela revolução e evolução de Renato Russo, milhares de jovens brasileiros refletiam sobre a realidade social, política e econômica do País. E também experimentavam uma arte extremamente autêntica,

musicalmente inovadora, que sacudia massas e, ao mesmo tempo, consciências. É o caso emblemático da canção "Faroeste Caboclo", para citar apenas um exemplo, que é praticamente um *rock* cordel, com 159 versos e nove minutos de duração, cantada de cor e salteado por jovens de todo o País. Um desafio para qualquer músico, porque consegue dialogar a estética da harmonia simples e competente com a riqueza simbólica e literária da narrativa e uma aguçada crítica social. Um fenômeno – em sua força musical, estética e social – para toda uma geração de jovens do Brasil.

Uma música, tão rica em conteúdo e imagens, estava mesmo à espera de um filme. E o diretor René Sampaio se superou nessa adaptação, que, como ele mesmo afirma, não é um videoclipe da música "Faroeste Caboclo", mas uma leitura livre, criativa e altamente provocadora, que narra a saga de um migrante que, após uma infância difícil e rodeada de violência no Nordeste brasileiro, veio para Brasília, onde se depara com a realidade subversiva e violenta do tráfico e com a força de uma paixão.

A trama é carregada de críticas sociais, seja na dimensão do êxodo rural do sertão, seja no drama diário da discriminação racial, seja no retrato extremamente atual da desigualdade social no Distrito Federal, ainda que seja uma história situada na década de 70. A trama de violência que sustenta o tráfico de drogas e a tragédia cotidiana do mundo da exclusão são humanizados na ficção por uma história de amor, vingança e ódio, com tudo para se tornar um épico candango.

Do ponto de vista cinematográfico, é inegável sua contribuição para a elevação da qualidade técnica, para o aprimoramento de uma dramaturgia realista e para o desenvolvimento de uma narrativa moderna de cinema de ação, na esteira do que representaram filmes como *Cidade de Deus* e *Tropa de Elite*.

O roteiro muito bem construído e a atuação espetacular dos atores envolvem o público do início ao fim, com o diferencial no próprio cinema, pelas referências do faroeste, pela fotografia arrojada, pela exploração bem sucedida da paisagem de Brasília e pelo diálogo preciso das dimensões regionais brasileiras, com elementos globais da cultura urbana. Além disso, foi um filme feito por um cineasta que é brasiliense, nascido na Capital, o Diretor René Sampaio.

Trata-se do seu primeiro longa-metragem, que já nasce com um patamar de qualidade que, certamente, o projetará no circuito nacional e internacional, com sucesso de público garantido.

O filme *Somos tão Jovens* também tem as mãos de um talento local, Marcelo Torres, que fez a produção executiva da obra. Ambos mostram a força e o talento da produção cinematográfica de Brasília, que, hoje, carece de estrutura e apoio.

Nesse sentido, um descaso injustificável é a situação de absoluto abandono que se encontra o Polo de Cinema de Sobradinho.

(*Soa a campainha*.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Criado para incentivar a produção de filmes na Capital do País, o prédio que abriga o polo não passa por reformas há 20 anos, com estruturas enferrujadas, vidros quebrados, além de estar sem partes do teto. E a situação é cada vez pior. Vazamentos no telhado do polo já destruíram cenários de duas produções brasilienses, e a deterioração da estrutura física do espaço é apenas a parte mais visível de uma política de audiovisual ainda tímida e atrofiada.

Fazer cinema em Brasília é muito difícil. Além dos baixos investimentos, faltam salas de cinema na cidade. O cinema, aqui, é reflexo da exclusão cultural. As salas que temos estão no Plano Piloto e, quase exclusivamente, em *shoppings*.

As produções brasilienses têm crescido significativamente, mas não há locais de exibição para esses filmes. Só temos, basicamente, o Festival de Cinema e algumas mostras, mas não há um circuito permanente para escoar essa produção. Para se ter ideia, até mesmo no último Festival de Cinema de Brasília, foi selecionada apenas uma produção local.

O brasiliense e produtor executivo do filme *Somos tão Jovens*, Marcelo Torres, declarou sua frustração à imprensa, durante as filmagens da obra.

Na ocasião, em 2011, disse: "quando filmamos Louco por Cinema (de André Luís de Oliveira, em 1994) no polo, tínhamos a esperança de que o mercado cinematográfico em Brasília iria melhorar ao longo dos anos. Era essa a sensação. Nós voltamos agora para fazer uma produção que vai levar a imagem da cidade para o resto do País e encontramos tudo deteriorado". Um depoimento como este é apenas um relato da insatisfação geral da classe cinematográfica do Distrito Federal. Não é de se espantar quando se sabe que as filmagens de "Somos tão jovens" e também de "Faroeste caboclo", apesar de gerarem movimentação econômica em Brasília, tiveram o giro de capital muito menor do que poderia ter sido se aqui encontrassem estrutura para isso.

Esperamos que o sucesso desses filmes seja mais um estímulo e um alerta para a importância de se valorizar e alavancar a indústria do cinema no Distrito Federal, que, além de ser uma expressão simbólica e cultural importantíssima para a projeção da nossa capital, está atrelada a uma indústria geradora de renda e divisas, formadora de mão de obra e serviços es-

pecializados, estratégicos para o desenvolvimento do Distrito Federal.

Os filmes brasileiros superaram o *status* de "gênero" cinematográfico ao alcançar competitividade para seduzir e conquistar o público nacional com uma oferta diversificada e uma inserção cada vez maior no mercado mundial. Brasília tem capacidade e talento de sobra para se fortalecer não só na cadeia de difusão, mas também na produção do cinema nacional. Que esses dois sucessos que agora homenagearam nossa capital possam abrir uma fase promissora para o cinema de Brasília e que sejam o estímulo para um dia o Distrito Federal assumir seus talentos com apoio, estrutura e políticas de governo no audiovisual de uma cidade que se traduz pela imagem e por sua cultura.

Era este o registro que eu gostaria de fazer, prezada Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cumprimento o Senador Rodrigo Rollemberg pelo pronunciamento e por falar sobre uma área cultural tão importante como o cinema.

Eu queria cumprimentar e saudar, Senador Wellington Dias, e sei que V. Exª fará a mesma coisa, os estudantes do curso de Arquitetura da Universidade do Vale do Itajaí, a Univali, de Santa Catarina, que visitam este plenário.

Bem-vindos a esta Casa.

Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Saudando também os estudantes, Srª Presidente, eu gostaria de pedir minha inscrição pela Liderança do PT.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – V. Exª está inscrito, Senador Wellington Dias, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

Pela ordem, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de solicitar a V. Exª, Srª Presidenta, a leitura da Mensagem nº 33, de 2013, e sua inclusão na Ordem do Dia, já que foi aprovado regime de urgência, hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Rodrigo Rollemberg, peço a orientação da assessoria da Mesa a respeito da solicitação que V. Exª encaminha à Mesa. *(Pausa.)*

A Mesa já recebeu os requerimentos citados por V. Exª.

Assim que começar a Ordem do Dia, a matéria entrará em discussão.

Convido para fazer uso da palavra, como orador inscrito pela Liderança do PTB, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, pessoas que nos assistem aqui nas galerias e que nos assistem através da TV Senado e nos ouvem através da Rádio Senado, na semana passada, os jornais, vários jornais, inclusive do sul do País, publicaram um levantamento sobre a liberação de recursos das emendas parlamentares e outras fontes para os Estados membros da Federação. E o meu Estado, que é o menor em termos de população, foi, consequentemente, pelo que foi dividido e foi mandado para lá, o que teve o maior volume de recursos *per* capita.

Poder-se-ia dizer, e eu até digo isto, que realmente é justo que se mande mais para quem mais necessita. É verdade que só vamos eliminar as desigualdades regionais se aplicarmos mais naquelas áreas menos desenvolvidas dos Estados mais carentes do Norte e do Nordeste, principalmente. Mas acontece que, nos últimos seis anos, em Roraima, o que se tem visto... Eu passei a semana passada lá e falei com gente de todas as categorias, da saúde, minha área, da educação, da segurança, de todos os segmentos, conversei com muitos prefeitos do interior, e o que ouvi como diagnóstico e também vi na imprensa – aliás, isso vem saindo repetidamente – é que o Estado está sendo sucateado em todos os aspectos. Na saúde falta tudo. Na educação, algumas escolas estão fechadas, outras sequer têm condições de funcionar adequadamente porque aparelhos não funcionam ou porque o teto está desabando... A questão das rodovias é outro caos. As ruas da capital também. Então, na verdade, é de se perguntar: o que é que está sendo feito com o dinheiro de Roraima de 2008 para cá?

Realmente, só se tem notícia da má aplicação, para não usar outro termo, dos recursos que têm ido, porque, se fossem aplicados de maneira realmente honesta e criteriosa, se fossem aplicados de maneira planejada, priorizando o que é prioridade de fato, como é o caso da educação, da saúde, da segurança, nós poderíamos ser um Estado modelo, mesmo tendo a menor população do Brasil. Aliás, seria mais fácil conseguir isso lá do que num grande Estado como São Paulo.

No entanto, o que se vê, o que se tem visto nos últimos anos é isto: um verdadeiro desgoverno, que não tem rumo, que não tem planejamento e, muito menos, a execução das coisas que poderiam levar a população a uma melhor qualidade de vida.

Portanto, quem leu essa matéria há de pensar que Roraima é um paraíso, que Roraima realmente está muito bem aquinhoado.

Embora eu não entre no detalhe matemático de achar que, em termos de divisão pela população, o maior volume de recursos federais, de emendas, *per capita* vá para Roraima, porque, repito, como amazônida, eu acho que há um equívoco muito grande do Governo Federal – não deste Governo da Presidente Dilma, mas de um modo geral – de realmente tratar a Amazônia como quintal do País. A Amazônia, de fato, não tem investimento adequado em infraestrutura. E aqui está um Senador que é lá de Rondônia.

Por exemplo, Roraima e o Amazonas se ligariam ao resto do País pela rodovia BR-319, que liga Manaus à capital de Rondônia, Porto Velho. Essa estrada foi construída, foi asfaltada durante o regime militar. De lá para cá, ela foi abandonada aos poucos, e aí entraram com ONGs, por proibições ambientais. O resumo é que o trecho do meio dessa estrada, hoje, praticamente não existe, o que dificulta sobremodo o transporte de gêneros de primeira necessidade do Amazonas para frente e dos gêneros de que o Amazonas precisa.

O Amazonas fica desligado do Brasil por via rodoviária e Roraima, por tabela, também fica, porque nossa única ligação com o resto do Brasil é pela rodovia que nos une com a capital Manaus.

Então, eu fico muito triste de ver que seja essa a realidade do ponto de vista claro da situação do meu Estado. Eu fiquei, como disse, nessa semana, ouvindo pessoas, para não ficar apenas com o viés partidário de ser oposição ao atual Governador de lá, mas para ouvir todas as camadas, e ouvi, inclusive, de aliados dele que realmente o Governo está sem norte. Há uma frase célebre que diz que ninguém veleja a porto algum se não sabe para onde vai.

Então, não há como pensar que um governo que já está no comando do Estado há cinco anos tenha essa incapacidade de planejar, de aplicar bem os recursos e, sobretudo, de evitar a corrupção, porque até na área de saúde, em meu Estado, houve uma operação da Polícia Federal que constatou, só na compra de medicamentos e de alguns materiais de consumo, que cerca de R$30 milhões foram desviados dos cofres públicos.

Eu tenho certeza de que, se houvesse uma fiscalização maior do Tribunal de Contas da União, da CGU e também do Tribunal de Contas do Estado, nós teríamos uma realidade. É lógico que o Tribunal de Contas da União tem a obrigação de fiscalizar os recursos federais que vão para lá, como tem a CGU, e o Tribunal de Contas do Estado tem a obrigação de fiscalizar aquelas ações que envolvam os recursos arrecadados pelo próprio Estado.

Mas deixo aqui, portanto, o meu registro, aliás, triste registro, porque retornei de lá ontem, depois de uma semana, constrangido de ver... E olhe que nasci lá e acompanhei toda a evolução, desde a época em que Roraima era Território Federal até sua transformação em Estado. Inclusive, eu, que fui Constituinte e que, junto com outros Deputados do Amapá e de Roraima, ajudei a transformar o Território em Estado, nunca vi um período de tamanho abandono da população nesses aspectos todos, especialmente nas áreas da saúde, da educação, da segurança e da produção.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cumprimento o Senador Mozarildo Cavalcanti e convido para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Cristovam Buarque. *(Pausa.)*

Como orador inscrito pela Liderança do PV, Senador Paulo Davim.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Srª Presidente, ainda há inscrição para comunicação inadiável ou está esgotado?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Um momentinho, Senador. Já vamos verificar com a assessoria.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Já falaram os três para comunicação, Senador.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Encaminhei à Mesa também a solicitação de inscrição no horário de Liderança.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Querida Senadora Lídice da Mata, depois do Senador Wellington Dias. É a inscrição de V. Exª.

Com a palavra o Senador Paulo Davim pela Liderança do PV.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) –Srª Presidente, a gente tem, diuturnamente, debatido nesta Casa as questões da saúde: o subfinanciamento, a gestão, os desvios de recursos. E a propósito, o Tribunal de Contas do meu Estado fez uma auditoria nos 22 hospitais estaduais administrados pela Secretaria Estadual de Saúde e chegou a um dado curioso. Dos 22 hospitais administrados pela Secretaria Municipal de Saúde, apenas 6 tem um percentual de ocupação estabelecido pelo Ministério da Saúde. Dezesseis dos vinte e dois hospitais do Estado do Rio Grande do Norte têm uma ocupação inferior a 85%, que é o preconizado pelo Ministério da Saúde nas suas ocupações. São hospitais que, por

incrível que pareça, têm uma média de ocupação de 13%, 14%, 15%, 18%, 19%.

Enquanto isso, os grandes hospitais da região metropolitana têm uma ocupação de até 147%, ou seja, os pacientes ficam internados nos corredores, ficam sentados nas cadeiras, ficam em pé. Isso demonstra a ineficácia da máquina gerencial do Estado sobre seus hospitais. Isso demonstra também a carência de profissionais, a carência de médicos. Há desfalque de médicos nas escalas: são em torno de 52 profissionais para fechar escalas. Há um déficit de 1,7 mil profissionais técnicos de enfermagem. Essa deficiência, esse déficit, seguramente, compromete a atenção do sistema hospitalar público do Rio Grande do Norte à sua população.

Chegou o dado de que 2.178 profissionais, que são da Secretaria Estadual de Saúde, estão municipalizados, o que leva a um custo de R$3,3 milhões por mês.

Estou apontando esses dados, porque não é a primeira vez que fazemos observações sobre a qualidade de gestão da saúde pública no Brasil. O subfinanciamento é um problema grave, sério e insofismável. O mau aproveitamento dos parcos recursos públicos também é uma verdade, da mesma forma que a gestão amadora dos serviços públicos de saúde neste País é outra grande verdade que ajuda a tornar cada vez mais grave o caos que atravessamos na saúde pública brasileira.

A despeito disso, Srª Presidente, trago um dado interessante do Tribunal de Contas da União, que promoveu uma auditoria operacional na Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) no ano de 2012 e que percebeu que os preços de 43 dos 50 princípios ativos de maior faturamento no Brasil estão acima da média internacional de preço, ou seja, o preço deles está acima da média internacional verificada nos países pesquisados. Os preços de 23 dos 50 princípios ativos de maior faturamento do Brasil estão acima de todos os preços verificados nos países pesquisados, e os preços de apenas três princípios ativos desses medicamentos estão abaixo da média internacional.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Ora, é simplesmente inadmissível que, no Brasil, os preços de praticamente 80% dos 50 princípios ativos de maior faturamento estejam acima da média mundial – na verdade, não são 80%, mas mais de 90%. Isso demonstra, Srª Presidente, que está faltando transparência, que está faltando uma fiscalização mais eficaz, associada ao subfaturamento inquestionável da saúde pública no Brasil.

Ademais, enquanto no Brasil não houver um financiamento adequado, um financiamento que não seja feito nos moldes de hoje... Na média mundial, são investidos na saúde 9,4% do PIB, mas o Brasil investe apenas 3,7% do PIB nessa área. Então, precisamos corrigir essa defasagem.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Vou concluir, Senadora *(Fora do microfone.)*.

Nós precisamos corrigir essa falha constatada por todos nós. Além disso, Srª Presidente, qualquer outra solução que não comece repondo os recursos orçamentários para a saúde, todas as soluções que não comecem por esse caminho serão panaceias, não resolverão definitivamente o problema da saúde pública no Brasil. Aqui, há um subfinanciamento claro, vergonhoso! Precisamos corrigir imediatamente isso. E, da mesma forma, paralelamente a isso, precisamos corrigir a fiscalização no uso do orçamento da saúde no Brasil.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Paulo Davim. O tema é sempre apropriado.

Consulto o Senador Luiz Henrique se quer fazer uso da palavra, porque é orador inscrito. Caso contrário, eu convidarei o Senador...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, Srªs e Srs. Senadores, no próximo dia 25, o novo Código Florestal comemorará um ano de vigência.

O Senador Jorge Viana e eu realizamos, recentemente, uma missão na Europa, que nos levou à França, à Bélgica e à Inglaterra, para saciar a curiosidade de líderes governamentais e parlamentares da União Europeia a respeito desse novo Código, dessa nova realidade. Tivemos como interlocutores algumas das principais lideranças da França, da Bélgica, da União Europeia e da Inglaterra. Lá percebemos uma grande curiosidade a respeito desse tema e um grande respeito pelo novo protagonismo do Brasil na cena internacional, mas, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, encontramos também muitos clichês equivocados, repetidos pela imprensa de forma reiterada, que atingiram a imprensa europeia, a respeito da nova realidade nacional.

Tivemos a oportunidade de salientar que o Brasil executa uma nova agenda, combinando crescimento econômico com justiça social e proteção ambiental. Tivemos a oportunidade de esclarecer vários equívocos. Quando nos perguntavam se era verdade que a

lei brasileira promove a anistia a desmatadores ilegais, nós respondíamos dizendo que, na verdade, a nova lei florestal, em vez de perdoar, em vez de anistiar quem desmatou ilegalmente, estabelece a obrigação de recompor aquilo que foi subtraído da vegetação. E perguntávamos: "Qual é o país que tem uma legislação semelhante à nossa, qual é o país que executa a filosofia da *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, segundo a qual sobre toda propriedade deve pesar uma hipoteca social?" E a hipoteca social que pesa sobre a propriedade rural brasileira é uma hipoteca onerosa, pesada. É uma hipoteca que, no desenho do novo Código, que mereceu a aprovação nesta Casa de quase 90% dos Srs. Senadores, é representada por duas figuras que não existem nas outras legislações ambientais: a figura da Área de Preservação Permanente e a figura da Reserva Legal.

Deixávamos boquiabertos alguns auditórios europeus, o Senador Jorge Viana e eu, quando demonstrávamos que 61% do território nacional são constituídos por florestas preservadas e que todas as cidades brasileiras, que abrigam mais de 80% da população nacional, ocupam apenas 1% do território; quando demonstrávamos que, além dos 61% de território florestado, havia ainda cerca de 10% de áreas tomadas por rios, lagos e demais cursos d'água; quando demonstrávamos ainda que 75% da Amazônia são constituídos de terras públicas e que apenas pouco menos de 25% das áreas amazônicas compreendem propriedades privadas. E, quando dizíamos que, nessas propriedades privadas amazônicas, da Floresta Amazônica, o proprietário poderia utilizar, no máximo, 20%, sentíamos nos auditórios um sentimento de grande surpresa, Senadora Ana Amélia.

O clichê que habitou a imprensa europeia é o de que o Brasil continua destruindo florestas para fazer plantação de soja e para ocupá-las com pecuária. Na verdade, a política legal que vigorou neste País, estabelecida em norma subconstitucional, durante algumas décadas, quando o Brasil estabeleceu uma política de avanço, de aumento da fronteira agrícola, obrigava aquele que ocupasse áreas de floresta, aquele que comprasse, que adquirisse imóveis em áreas de floresta, a desmatar 50%. Isso, que foi a política do passado, era entendido como a política que continua em nosso País.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – De modo, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que foi muito importante essa missão que desempenhamos, coordenada pelo Itamaraty, pelo Embaixador Pedro Borio, e executada de maneira muito competente, como sói acontecer com nossas representações, pelos nossos Embaixadores Bustani, na França; Amado, na Bélgica; e Jaguaribe, em Londres.

Devo salientar que nossa missão foi muito importante para esclarecer a verdade sobre a política florestal do nosso País.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cumprimento o Senador Luiz Henrique também pelo trabalho feito, na companhia do Senador Jorge Viana, porque esclarecer é uma forma de colocar transparência no que foi feito por esta Casa no Código Florestal.

Com a palavra, o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – É só para consultar V. Exª.

Nós temos Ordem do Dia hoje, Presidenta?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sim, haverá Ordem do Dia. Estamos aguardando o Presidente Renan Calheiros, que, em seguida, estará aqui para comandar a sessão e a Ordem do Dia.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Eu lhe agradeço.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Convido, para fazer uso da palavra, a Senadora Lídice da Mata, porque o orador anterior, pela Liderança, não está presente.

Então, a Senadora Lídice da Mata, pela Liderança do PSB.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer dois registros hoje, desta tribuna, ambos relacionados com nossa luta política pelo avanço da conquista do espaço de poder feminino em nosso País.

O primeiro diz respeito à saudação, aos parabéns que quero manifestar à Assembleia Legislativa da Bahia e à Deputada Luiza Maia pela homenagem que realizarão em sessão especial, na próxima quarta-feira, pelos 30 anos de existência do NEIM, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher.

A criação do NEIM, na Universidade Federal da Bahia, foi fruto de um ato de pioneirismo, numa academia, como a Academia Brasileira, ainda hoje marcadamente patriarcal.

O NEIM inseriu conteúdos inéditos no debate político e no ensino da universidade baiana, especialmente na Universidade Federal da Bahia. De lá para cá, avançou, consolidando o seu papel acadêmico, com a implantação recente do Mestrado e Doutorado em Gênero, Mulher e Feminismo, e também o prestígio político, o respeito e a admiração da sociedade baiana e brasileira em função desse exercício rigoroso do seu papel social e cidadão.

O NEIM, desde a Constituição Estadual de 1989, Presidente, quando deu apoio político e consultoria voluntária e gratuita à única mulher constituinte, a Deputada Amabília Almeida, o que resultou em um capítulo específico na Constituição do Estado da Bahia referente aos direitos da mulher, não mais parou nesse apoio voluntário ao trabalho parlamentar em nosso Estado.

A Comissão Permanente dos Direitos da Mulher na Assembleia Legislativa, nesses 20 anos, contou sempre com o apoio institucional, o apoio gratuito dos membros do NEIM, das mulheres estudiosas da academia baiana nas questões relacionadas com o direito da mulher para qualificar a atuação política das mulheres baianas no Parlamento, seja na Assembleia Legislativa, seja nos Parlamentos municipais, com a sugestão de políticas públicas em nível do Município.

Então eu queria fazer aqui esse meu registro, dizendo inclusive que uma das suas idealizadoras, a Profª Ana Alice Costa, foi agraciada há dois anos

com o Diploma Bertha Lutz no Senado Federal, por indicação de diversas organizações não governamentais da Bahia.

E, finalmente, Sr. Presidente, quero também destacar que hoje, pela manhã, nós tivemos, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, presidida pela nobre Senadora Ana Rita, um debate de grande importância para o processo político brasileiro. A audiência pública tratou da participação da mulher na política com foco nas últimas duas eleições.

(Soa a campainha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – E contou com o apoio do Presidente desta Casa, que viabilizou a infraestrutura para a realização dessa audiência com a participação de dois professores, pesquisadores: a Profª Clara Maria Araújo, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Desigualdades Contemporâneas e Relações de Gênero daquela Universidade; e o Prof. José Eustáquio Diniz Alves, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ambos participantes do livro *Mulheres nas Eleições 2010*. Essa obra é resultado de pesquisa desenvolvida pelo Consórcio Bertha Lutz, com o apoio da Secretaria de Política para as Mulheres, da Presidência da República, e nós tivemos a oportunidade de lançá-la durante essa audiência aqui no Senado. As Srªs e os Srs. Senadores receberão um exemplar desse livro, que traz uma importante pesquisa das eleições de 2010 e 2012 sobre a participação política da mulher.

(Soa a campainha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, poderei trazer a esta tribuna os resultados dessa pesquisa em outro momento. Neste momento, eu quero usar da tribuna apenas para agradecer à Presidente daquela Comissão, a Senadora Ana Rita, que viabilizou a apresentação desse trabalho na CDH no dia de hoje, e a V. Exª, que também atuou de forma bastante ágil para viabilizar que nós pudéssemos lançar hoje esse livro, dando ao Senado a oportunidade de conhecer esse estudo.

Não é possível discutir reforma política sem debater a presença das mulheres e dos negros, maioria neste País, no Parlamento nacional, e sem estabelecer como a política pode se dirigir a uma democratização que permita uma participação maior das mulheres na política brasileira.

(Soa a campainha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – O que essa pesquisa demonstra é que, apesar de termos elegido uma mulher e de termos tido duas mulheres candidatas a presidente da República na última eleição, nós não tivemos o crescimento da participação feminina, que era necessário para que o Brasil alcançasse o *ranking* dos países desenvolvidos, onde as mulheres participam num nível e num grau muito maior no Parlamento e na política nacional.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Srª Lídice da Mata, a Srª Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Exª, Senadora Lídice da Mata.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) –

ORDEM DO DIA

Antes de analisarmos...

Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para dizer a V. Exª que existe um acordo para se votar um empréstimo para o Estado de Pernambuco. Em outros projetos não foram feitos acordos.

Como o quórum está baixo, nós poderíamos votar o que ficou acordado e combinado, Sr. Presidente.

Era só para falar isso a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Exª.

Exatamente isso.

Antes de submetermos o item 1 da pauta à apreciação, se não houver objeção da Casa, nós gostaríamos de submeter à votação o:

Item extrapauta:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 33, DE 2013

Projeto de Resolução nº 33, de 2013 (apresentado como conclusão do Parecer nº 384, de 2013, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Rodrigo Rollemberg), que *autoriza o Estado de Pernambuco a contratar operações de crédito, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América.*

Não havendo objeção da Casa, vamos colocar, portanto, em apreciação o Projeto de Resolução nº 33.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir o projeto, declaro encerrada a discussão do projeto de resolução.

Coloco o projeto de resolução em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER
Nº 385, DE 2013
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 33, de 2013.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 33, de 2013, que *autoriza o Estado de Pernambuco a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).*

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de maio de 2013.

ANEXO AO PARECER Nº 385, DE 2013.

Redação final do Projeto de Resolução nº 33, de 2013.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº , DE 2013

Autoriza o Estado de Pernambuco a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares norte-americanos).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Estado de Pernambuco autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito referida no *caput* destinam-se a financiar o "Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Rio Ipojuca (PSA – Ipojuca)".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado de Pernambuco;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares norte-americanos);

V – modalidade: empréstimo com taxa de juros baseada na *Libor*;

VI – prazo de desembolso: até 6 (seis) anos, contado a partir da vigência do contrato;

VII – amortização: em parcelas semestrais, sucessivas, de valores tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira depois de 72 (setenta e dois) meses, e a última, ao final de 24 (vinte e quatro) anos, ambos contados da data de assinatura do contrato;

VIII – juros: serão exigidos semestralmente e, enquanto nenhuma conversão tenha sido efetivada, calculados sobre os saldos devedores periódicos do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo BID e composta pela taxa de juros *Libor* trimestral para dólar norte-americano, mais ou menos uma margem relacionada ao custo de captação do BID que financia seus empréstimos, mais a margem (*spread*) para empréstimos do capital ordinário;

IX – comissão de crédito: a ser estabelecida periodicamente pelo BID, até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do financiamento, exigida juntamente com os juros e entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;

X – despesas com inspeção e supervisão geral: em um semestre determinado, o valor devido não poderá ser superior a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

§ 2º É permitido ao mutuário, já devidamente autorizado por esta Resolução, com o consentimento formal do fiador, observados os prazos e montantes mínimos requeridos no contrato de empréstimo, exercer a opção de conversão para uma taxa de juros fixa, de parte ou da totalidade dos saldos devedores sujeitos à taxa de juros baseada na *Libor*, ou qualquer outra opção aceita pelo Banco, bem com da moeda do desembolso ou da totalidade ou de parte do saldo devedor, para moeda de país não mutuário ou para uma moeda local que o Banco possa intermediar eficientemente.

§ 3º Para o exercício da opção referida no § 2º, é autorizada a cobrança dos custos incorridos pelo BID na sua realização, assim como o repasse ao devedor de eventuais ganhos decorrentes da conversão.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado de Pernambuco na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no caput é condicionado a que o Estado de Pernambuco celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado de Pernambuco quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, bem como o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Discussão da redação final. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir a redação final, declaro encerrada a discussão da redação final.

Passamos à votação da redação final.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada a redação final.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – **Item 1:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 85, DE 2013
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 330, de 2013)

Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2013, do Senador Eduardo Lopes, que *susta os efeitos da resolução administrativa expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral nos autos da Petição nº. 9.495/AM, que redefine o número de Deputados Federais, Estaduais e Distritais.*
Pendente de parecer da CCJ.

Senador Clésio, com a palavra, V. Exª.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, haveria a possibilidade de adiar essa votação? Na realidade, o TSE baseou a distribuição dos Parlamentares pela população, mas quem realmente representa o Estado são os Senadores. Então, nessa alteração, Minas ganha dois Deputados, e sabemos que outros Estados perdem.

De uma forma ou de outra, é preciso discutir melhor essa questão. Então, essa seria a ponderação minha.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – A ponderação que V. Exª faz é recomendável levar adiante. Para tanto, consulto os Líderes partidários, já que não há consenso e há, preliminarmente, um requerimento que extingue a urgência, do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – Seria prudente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Nós podemos deixar essa matéria para...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Vamos votar, vamos votar o requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – ... uma posterior apreciação.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – Não há número.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – **Item 2:**

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, DE 2005
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 426, de 2013)

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto De Lei Do Senado nº 402, de 2005, do Senador Marcelo Crivella, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de homenagem permanente a Santos Dumont, o Pai da Aviação, nos aeroportos, bases aéreas e similares.*
Os pareceres, sob nºs 279 e 280, de 2013, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, que teve como Relator o Senador Sérgio Petecão; e de Educação, Cultura e Esporte, que teve como Relator ad hoc: o Senador Cristovam Buarque, são favoráveis.

Discussão do substitutivo da Câmara, em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o substitutivo da Câmara em turno único, declaramos encerrada a discussão.

A Presidência esclarece que, nos termos do art. 287 do Regimento Interno, o substitutivo da Câmara a projeto do Senado será considerado série de emendas e votado separadamente por artigo, parágrafo, inciso, alínea e item, em correspondência aos do projeto emendado, salvo aprovação de requerimento para votação em globo ou por grupo de dispositivo.

Nesse sentido, foi encaminhado à Mesa requerimento, assinado pelo Senador Cristovam Buarque, pedindo votação em globo.

É o lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 475, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 287, do Regimento Interno do Senado Federal, votação em globo so Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2005 (nº 6.579/2009, naquela Casa), do Senador Marcelo Crivella, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de homenagem permanente a Santos Dumont, o Pai da Aviação, nos aeroportos, bases áereas e similares*.

Sala das Sessões, de 2013.

Senador
(Cristovam Buarque)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a votação em globo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Cristovam Buarque.

Passa-se à votação do substitutivo da Câmara.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o substitutivo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

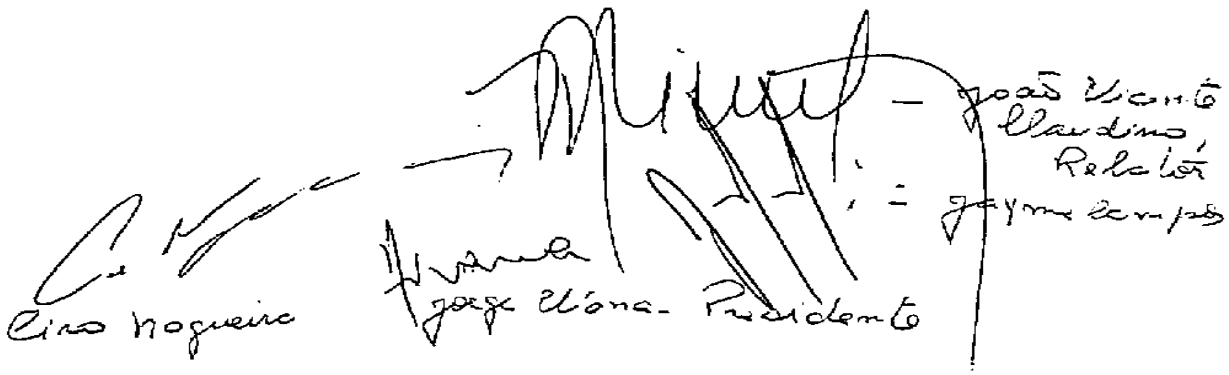
É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER
Nº 386, DE 2013
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2005 (nº 6.579, de 2009, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2005 (nº 6.579, de 2009, na Câmara dos Deputados), que *obriga os aeroportos, bases aéreas e similares a manter homenagem permanente ao "Pai da Aviação", Alberto Santos Dumont,* consolidando o Substitutivo da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de maio de 2013.



ANEXO AO PARECER Nº 386, DE 2013

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2005 (nº 6.579, de 2009, na Câmara dos Deputados).

Dispõe sobre a obrigatoriedade de homenagem permanente a Santos Dumont, o pai da aviação, nos aeroportos, bases aéreas e similares.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os aeroportos, bases aéreas e similares são obrigados a manter permanentemente, em local visível, a imagem de Santos Dumont acompanhada da inscrição "Pai da Aviação".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Em discussão a redação final do substitutivo. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a redação final do substitutivo, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação da redação final.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Consulto a Casa se poderemos avançar na apreciação dos requerimentos. É evidente que não há acordo para a votação das demais matérias, e o Senador Mário Couto...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu solicito a V. Exª, se possível...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Alvaro Dias

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – ... a votação do item nº 11, que V. Exª já inseriu na pauta a nosso pedido. É sobre a criação de um parque ambiental no Paraná. Creio que há consenso em relação a essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Se não houver objeção da Casa, nós vamos apreciar, por sugestão do Senador Alvaro Dias, o **Item 11** da pauta.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2003

> Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2003 (nº 7.032/2002, na Casa de origem, do Deputado Luciano Pizzato), que *cria o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no Estado do Paraná.*
>
> Pareceres favoráveis, sob nºs 107 e 108, de 2013, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Cristovam Buarque.

Discussão do projeto, em turno único.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Sérgio Souza

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria rapidamente de parabenizar o ex-Deputado Pizzato pela iniciativa, porque a Ilha dos Currais, no Estado do Paraná, é um berçário de várias espécies de árvores; está a poucos quilômetros da costa brasileira, da praia de Matinhos – visível, inclusive –, e nós preservarmos esse ambiente marinho e também a biodiversidade dessa ilha é importante para o Paraná e para o Brasil.

Então, manifesto o meu apoio a este projeto e peço o apoio dos demais Senadores que têm defendido causas como esta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Rodrigo Rollemberg. (*Pausa*.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Apenas, Sr. Presidente, para destacar a importância do ponto de vista de preservação ambiental. O Senador Sérgio Souza já enfatizou a necessidade de aprovação deste projeto há um bom tempo.

O ex-Deputado Luciano Pizzato é um ambientalista conhecido nacionalmente, já ocupou funções importantes na República ao tempo do Governo Sarney e certamente a sua proposta guarda relação com esse objetivo nacional de preservação do meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Wellignotn Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, quero sugerir a retirada dos itens: 23, 24, 25, 26 e 27. Faço essa sugestão porque, como o autor do projeto, tratava...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Se V. Exª puder repetir.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Do 23 ao 27. Na verdade, todos que tratam sobre o Projeto de Lei do Senado nº 124.

O projeto tinha sido apresentado na CAE – o Senador Lindbergh aqui é testemunha –, e apresentamos um requerimento para retirá-lo da comissão, porque há um semelhante na Câmara.

Na verdade, nós tínhamos encaminhado, lá atrás, quando houve um problema na Câmara. Então, fizemos a retirada. E estão sendo apensados vários projetos a um que está sendo retirado.

Então, eu estarei apresentando um requerimento a V. Exª também pedindo a retirada desse Projeto nº 124.

Assim, se não há o 124, não há como haver o apensamento de todos os outros a ele.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – A Presidência defere o requerimento de V. Exª. Deixam de ser apreciados os itens de 23 a 27. Portanto, como consequência da solicitação do Senador Wellington Dias.

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o requerimento de número 20, na verdade, para mim se revela uma grande surpresa, porque foi feito, em plenário, um acordo entre o Senador Jorge Viana e o Senador Eduardo Braga, Líder do Governo, quando nós apresentamos o requerimento de urgência para à votação do projeto, de minha autoria, da Lei das ZPEs.

Esse requerimento, portanto, está sobre a mesa. E eu sou surpreendida com a inclusão na pauta do Requerimento nº 20, do Senador Eduardo Braga, que fez um acordo de que o nosso requerimento de urgência viria à votação do Plenário, após a chegada do Senador Jorge Viana de sua viagem – portanto após o dia 10 deste mês – para que fosse a votos. E esse requerimento, no entanto, solicita o apensamento do nosso projeto a outro projeto, retirando, assim, a possibilidade de votação no plenário.

Quero dizer a V. Exª que, caso esse requerimento seja votado – que considero que não representa a decisão da maioria dos Líderes que assinaram o nosso requerimento de urgência –, terei que apresentar outro requerimento para desapensar tal projeto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Agradecemos à Senadora Lídice da Mata.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O projeto que cria o Parque Nacional não foi votado, não é? Ainda está em discussão, não é?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Não. Exatamente.

Nós vamos concluir a apreciação do projeto que cria o Parque Nacional. Em seguida, eu responderei à questão que foi levantada pela Senadora Lídice da Mata.

Não havendo quem queira mais discutir o projeto, eu declaro encerrada a discussão. Passamos à votação.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção, e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2013

(Nº 7.032/2002, na Casa de origem)

Cria o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É criado o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no Estado do Paraná, em conformidade com a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, com limites correspondentes ao quadrilátero formado pela ligação de quatro pontos com as seguintes coordenadas: Ponto 1: 25.43.13S e 048.22.26W; Ponto 2; 25.44.27S e 048.22.53W; Ponto 3: 25.45.47S e 048.19.49W; e Ponto 4: 25.44.33S e 048.19.21.W.

Art. 2º O Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais tem por finalidade proteger os ecossistemas das Ilhas dos Currais, bem como os ambientes marinhos dos limites do seu entorno, permitindo ainda a proteção e controle de relevantes áreas de nidificação de várias espécies de aves e de hábitat de espécies marinhas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Eu queria informar à Casa, antes de conceder a palavra ao Senador Wellington Dias, que o requerimento a que a Senadora Lídice da Mata se referiu, que trata da tramitação conjunta das ZPEs, ele, no dia 23/4, teve uma intervenção do Senador Jorge Viana, que presidia, na oportunidade, a sessão do Senado, que conclui pelo seguinte... Então, peço à assessoria da Mesa que guarde o requerimento até a sua apreciação, na terça-feira, após o dia 10 de maio. Mas, não havendo acordo com relação a esse encaminhamento, nós retiraremos da pauta a apreciação desse requerimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Certo, porque essa fala do Senador Jorge Viana, que presidia naquele momento, foi uma resposta ao apelo feito pelo Líder do Governo para que nós não votássemos naquela data, por estar tendo a votação da Medida Provisória dos Portos na comissão especial de que ele participava.

Então, para que nós possamos manter o acordo, eu sugiro que seja retirado da pauta.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Será retirado, portanto, como sugestão de V. Exª, da pauta de hoje, o requerimento.

Eu peço ao Senador Mozarildo Cavalcanti que nos dê a honra de presidir a sessão, na continuidade da apreciação da Ordem do Dia.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, queria só saudar aqui o Senador Sérgio Souza, pelo importante projeto na área ambiental aqui apresentado e aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Uma saudação ao Senador Sérgio Souza.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Sem revisão da oradora.) – Eu queria, já que V. Exª vai ser substituído pelo Senador Mozarildo, uma atenção ao requerimento, de minha autoria, que solicita tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2013, e dos Projetos de Lei do Senado nº 266, de 2011, e nº 268, de 2011, que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2008, por regularem de matéria correlata, no caso, matéria eleitoral. É um projeto de grande importância. Nós discutimos muito a iniciativa da Câmara que veio aqui a toque de caixa para ser votada, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 14, que trata de inviabilizar novos partidos e atingir violentamente o partido da ex-Ministra Marina Silva.

Então, esse apensamento, na verdade, dá aquilo que tanto nós reclamamos, que é a oportunidade para debatermos uma matéria, já que está a Casa discutindo a questão da reforma política eleitoral.

Obrigada, Presidente.

O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Senadora Ana Amélia, quero informar a V. Exª que esse requerimento será apreciado junto com o Requerimento nº 12.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Quero só manifestar, Sr. Presidente, apoio ao requerimento de apensamento das matérias da Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Não havendo mais acordo para votação de matérias, eu sugeriria a V. Exª que pudesse encerrar a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Após esta?

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Qual a matéria?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Segundo a informação, já houve acordo em relação a esta matéria.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Qual é a matéria, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – É a matéria sobre votação conjunta dos Requerimentos nºs 160...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Ah, está o.k.. Após esta aí, nós encerraremos a Ordem do Dia, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – **Item 12:**

REQUERIMENTO Nº 160, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 160, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Lopes, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 266 e 551, de 2011, por regularem matéria correlata (fidelidade partidária).*

Item 14:

REQUERIMENTO Nº 377, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 377, de 2013, da Senadora Ana Amélia e outros Senadores, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2013; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 266, de 2011 e 268, de 2011 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2008), por regularem matéria correlata.*

Coloco em votação, em globo, os requerimentos.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram...

Os Requerimentos nº 160, de 2012, e nº 377, de 2013.

Em votação, em turno único, os requerimentos já mencionados do Senador Eduardo Lopes, da Senadora Ana Amélia e outros, solicitando tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2013, com os Projetos de Lei do Senado nº 266, nº 551 e nº 268, de 2011.

Votação, em globo, dos requerimentos.

As Senadoras e Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

O Projeto de Lei do Senado nº 551, de 2011, perde o caráter terminativo.

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não havendo mais acordos para votação das demais matérias, declaro encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as demais matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2010
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 428, de 2013)

Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2010, de autoria do Deputado Gilmar Machado, que *altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.*

4
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2012

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal.*
Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

5
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2011

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.*
Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

6
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2011
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição no Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.*
Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

7
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 2012
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6º Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.*
Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

8
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 2012
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza.*

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

9
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 123, DE 2011

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011 (nº 98/2007, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Otavio Leite), que *acrescenta a alínea "e" ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.*

Parecer sob nº 484, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício Oliveira, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta, com voto vencido do Senador Eduardo Braga.

10
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115, DE 2011

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 115, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Bauer, que *altera o inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, para vedar a instituição de impostos sobre os medicamentos de uso humano.*

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Henrique, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo), que oferece.

13
REQUERIMENTO Nº 1.157, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1157, de 2012, de autoria do Senador Vital Do Rêgo, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2011, com o Projeto de Lei do Senado nº 559, de 2011, por regularem matérias correlatas (Lei Geral de Telecomunicações).*

15
REQUERIMENTO Nº 378, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 378, de 2013, de autoria do Senador Anibal Diniz, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, sejam ouvidas, também, respectivamente, as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos (logística reversa de veículos automotores).*

16
REQUERIMENTO Nº 379, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 379, de 2013, de autoria do Senador Anibal Diniz, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, sejam ouvidas, também, respectivamente, as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos (logística reversa de veículos automotores).*

17
REQUERIMENTO Nº 380, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 380, de 2013, de autoria do Senador Armando Monteiro, *solicitando que, sobre o Projeto*

de Lei do Senado nº 67, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, sejam ouvidas, também, respectivamente, as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos (logística reversa de veículos automotores).

18
REQUERIMENTO Nº 381, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 381, de 2013, do Senador José Pimentel, *solicitando que, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 2012, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (susta dispositivos de Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar).*

19
REQUERIMENTO Nº 382, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 382, de 2013, do Senador Randolfe Rodrigues, *solicitando que, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 86, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (susta o Decreto sobre atividades e serviços públicos durante greves).*

21
REQUERIMENTO Nº 384, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 384, de 2013, de autoria do Senador Eduardo Amorim, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2012, dos Projetos de Lei da Câmara nºs 114, de 2005; 40 e 106, de 2007; 143, 182 e 193, de 2008; 12, 55, 57, 75 e 99, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 42, 154, 542, 625 e 735, de 2007; 190 e 340, de 2008; 1, 54, 135, 408 e 429, de 2009; 55, 125, 180, 274, 276 a 283, de 2010; 6, 65, 271, 439, 452, 460, 463 e 470, de 2011; 97, 209 e 371, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (altera início de prazo decadencial no direito do consumidor).*

22
REQUERIMENTO Nº 386, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 386, de 2013, da Senadora Ana Rita, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (tipifica crime a omissão de autoridade policial nos casos de violência contra mulher).*

28
REQUERIMENTO Nº 419, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 419, de 2013, do Senador Paulo Davim, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 193, de 2011; e 426, de 2012, por regularem matéria correlata (destinação das receitas das multas de trânsito).*

29
REQUERIMENTO Nº 421, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 421, de 2013, do Senador Wellington Dias, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2012, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (dispõe sobre o exercício da profissão de Físico).*

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 476, DE 2013

Requeiro nos termos regimentais em aditamento ao Requerimento nº 848 de 2012, de criação da Comissão de Juristas com a finalidade de realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais instituída pelo Ato do Presidente nº 35, de 2012, que o colegiado passe a ser composta por 16 (dezesseis) membros, bem como a prorrogação de seu prazo por mais 120 (cento e vinte) dias.

Sala das sessões, de maio de 2013. – Senador **Renan Calheiros.**

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 477, DE 2013

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, seja submetida à mesa diretora a proposta de homenagem ao Poeta e Senador Ronaldo Cunha Lima com a publicação de sua biografia e atuação parlamentar como parte da coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2013. – Senador **Cássio Cunha Lima**

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 478, DE 2013

Nos termos regimentais, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2010, que "acrescenta § 9º e § 10º ao ar. 57, da Lei nº 8.213, de 23 de julho de 1991" seja apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além da comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, em de maio de 2013.

Senador Eduardo Braga
Líder do Governo no Senado

REQUERIMENTO Nº 479, DE 2013

Nos termos regimentais, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2010, que "acrescenta § 9º e § 10º ao ar. 57, da Lei nº 8.213, de 23 de julho de 1991" seja apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), além da comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, em de maio 2013.

Senador Eduardo Braga
Líder do Governo no Senado

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 480, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Solaris AM, pelo transcurso dos 25 anos de sua fundação, que ocorrerá no dia 26 de maio de 2013.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva a todos os seus funcionários e ouvintes, deverá ser encaminhada a sua Diretora Maria Teresa Fortuna no seguinte endereço: Av. Valdomiro Bocchese, 872 – CEP 95250-000 – Antônio Prado/RS.

Sala das Sessões, 21 de maio de 2013. – Senadora **Ana Amélia**, (PP-RS).

REQUERIMENTO Nº 481, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações ao *Jornal do Comércio*, pelo transcurso dos 80 anos de sua fundação, que ocorrerá no dia 25 de maio de 2013.

A homenagem do Senado Federal que é extensiva a todos os seus funcionários e leitores, deverá ser encaminhada ao seu Diretor – Presidente Mércio Tumelero, no seguinte endereço: Av. João Pessoa, 1282 – Santana – CEP: 90040-001 – Porto Alegre/RS.

Sala das Sessões, 21 de maio de 2013. – Senadora **Ana Amélia** (PP – RS).

REQUERIMENTO Nº 482, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações ao Jornal *Expresso Ilustrado* pelo transcurso dos 20 anos de sua fundação, que ocorrerá no dia 25 de maio de 2013.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva a todos os seus funcionários e leitores, deverá ser encaminhada ao seu Diretor João Lemes no seguinte endereço: Rua: Benjamin Constant, 590 – Centro – CEP 97700-000 – Santiago/RS.

Sala das Sessões, 21 de maio de 2013. – Senadora **Ana Amélia** (PP – RS).

REQUERIMENTO Nº 483, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações ao GBOEX – Presidência de Seguro Pessoais, pelo transcurso dos 100 anos de sua fundação que ocorrerá no dia 24 de maio de 2013.

A homenagem do Senado Federal que é extensiva a todos os seus funcionários e colaboradores, deverá ser encaminhada ao seu Diretor – Presidente Sérgio Luis Lhullier Renk no seguinte endereço: Rua Sete de Setembro. 604 – Centro CEP: 90010-190 – Porto Alegre/RS.

Sala das Sessões, 21 de maio de 2013. – Senadora **Ana Amélia.**

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Continuando, portanto, a chamada dos oradores, chamo agora o Senador Mário Couto, como Líder da Minoria.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho a esta tribuna na tarde de hoje para falar sobre a violência que toma conta deste País; falar da irresponsabilidade do Governo, um governo totalmente perdido, que tem a vontade de acabar com o Bolsa Família e diz que as reportagens são fruto da invenção do PSDB. É um Governo altamente incompetente. Em qualquer área que você possa observar, você enxerga o Governo da Presidenta Dilma com a sua incompetência.

Brasileiros e brasileiras, tombam nas ruas milhares de brasileiros por dia. As estatísticas são as piores possíveis. Segundo a última estatística, feita em 2010, tombaram, nas ruas, 36.792 pessoas, mortas por armas de fogo, à bala.

É um País totalmente perdido; um País com uma inflação que bate na porta de todos os brasileiros. A inflação perdeu o controle. O PIB não alcança as metas de jeito nenhum. A infraestrutura do País não existe, e os brasileiros são assassinados como se fosse uma guerra.

Quase 40 mil pessoas são assassinadas por ano nesta Pátria querida, nesta Pátria amada chamada Brasil.

O Governo Federal tinha em mãos, para investir na segurança, R$3 bilhões, mas a sua incompetência, o seu desmazelo, o seu interesse em proteger a sociedade brasileira levou-o a só gastar a metade desse dinheiro. Os Estados não recebem dinheiro público para combater a segurança, e a criminalidade avança a cada instante.

Eu pergunto à senhora dona de casa, eu pergunto ao senhor dentista, eu pergunto ao senhor trabalhador se vocês têm coragem de andar depois das dez horas da noite nos subúrbios da cidade. Eu pergunto ao Brasil que mora no interior, aos professores, aos alunos, se têm coragem de andar nas ruas depois das dez horas da noite.

E a maioridade penal? E a maioridade penal, Presidente? Quanta irresponsabilidade do Governo da Presidenta Dilma, que não assume a responsabilidade de mandar uma medida provisória nesse sentido, para que essa juventude que mata, essa juventude que assalta, possa diminuir a sua violência.

Ô Governo infeliz! Quanto tempo ainda vais demorar no poder? Quanto tempo ainda teremos para sofrer nesta Pátria querida?

Maioridade penal. Eu vou ler aos brasileiros a maioridade penal no mundo inteiro. No Brasil, é até 18 anos. A maioria dos crimes cometidos aqui, no Distrito Federal, na Capital deste País, foram cometidos por menores. Os bandidos contratam os menores para matarem porque sabem que, com os menores, nada acontece, a pena é amena, a pena é pouca. O traficante usa o menor para fazer o tráfico de drogas. Só a senhora, Presidenta, não vê isso. Olha, Brasil...

Presidente Mozarildo, consulto V. Exª. Só faltam quatro minutos para a minha fala? Parece algo errado. Eu tenho ainda mais catorze minutos. Obrigado.

Vamos começar pela Europa. Olhe, Presidenta Dilma, aqui, no Senado Federal, existe uma emenda à Constituição brasileira, datada de 1999, pelo então Senador Arruda, tratando desse assunto de maioridade penal. Mas não foi à frente. Nós temos que tirar da Constituição brasileira para depois, então, entrarmos em um projeto de lei. Mas não se tirou até hoje. Não se teve a responsabilidade de tirar até hoje. Poucos países têm a maioridade de 18 anos de idade. Na América Latina, só dois países têm maioridade de 18 anos, que é o arcaico Peru e o Brasil da administração da Dilma.

Olhem, brasileiros, onde estamos. Olhem, brasileiros, aonde chegamos. Todos evoluíram. Aqui, o menor mata a todo instante e a toda hora, porque sabe que não vai ser penalizado. Pasmem, senhoras e senhores, brasileiros e brasileiras: crimes bárbaros, os crimes mais bárbaros, neste País, são cometidos por menores.

Agora mesmo, há poucos dias, uma profissional dentista foi queimada viva por um menor, que não tinha 18 anos de idade. Estupros, mortes, roubos, todos feitos por meninos com menos de 18 anos de idade.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Precisamos, Sr. Presidente… Estou entrando aqui com o documento pedindo que o Senado Federal acelere a votação das emendas à Constituição, ou da emenda à Constituição que existe aqui neste Senado.

Vou deixar, Presidente, a minha parte, o meu dever cumprido, endereçando um documento a esta Mesa, pedindo para que a gente mude a Constituição e faça como todos os países do mundo fizeram, ao diminuir a maioridade penal.

Eu vou ler aqui, Sr. Presidente, sobre a Europa: a Alemanha, até 14 anos; a Dinamarca, 15 anos; a Finlândia, 15 anos; a França, 13 anos; a Itália, 14 anos; a Noruega, 15 anos; a Polônia, 13 anos; a Escócia, 8; a Inglaterra, 10 anos.

Dilma! Ei, Dilma! Acorda, Dilma! Os brasileiros não podem morrer, como estão morrendo, no meio da rua, assassinados por menores, Dilma. Acorda, Dilma. Sabem por quê, brasileiros e brasileiras? Sabem por quê? Porque a Dilma tem um carro de luxo; porque a Dilma tem segurança. A Dilma tem cem funcionários no seu palácio. Cem funcionários! Só de seguranças, a Dilma tem mais de trinta seguranças por dia. Anda, Dilma! Vai para o interior andar depois das dez horas. Não precisa colocar sapato alto, não. Vai de sapato baixo mesmo, para aprenderes a correr de marginal menor. Tu precisavas pegar uma carreira, Dilma, de um menor de 15 anos, 16 anos, para respeitares o povo brasileiro.

Na Inglaterra, Srªs e Srs. Senadores, 10 anos de idade. Hoje, meu querido Senador, um menino de 18 anos não é mais menino. Nós estamos na era da informática. A cabeça de um garoto de vinte, trinta anos atrás, não é a mesma cabeça de um garoto de hoje. Não é a mesma. O garoto de 18 anos de idade, hoje, não pode ser considerado um garoto.

Inglaterra , 10 anos de idade – 10 anos de idade! Rússia, 14 anos; Suécia, Ucrânia, 10 anos também; África do Sul, 7 anos; Argélia, 13 anos; Egito, 15 anos; Etiópia, 9 anos; Marrocos, 12 anos; Nigéria , 7 anos; 7 anos na Nigéria! E aqui, 18 anos.

Um garoto de treze, catorze, quinze, dezesseis anos sobe o morro. No morro, o traficante pega esse menino de quinze, dezesseis anos de idade, sabendo o traficante que esse menino não é penalizado. Põe o revólver na mão do menino, põe a droga no bolso do menino e usa aquele menino para cometer o crime, sabendo que esse menino não pode ser penalizado.

As estatísticas mostram o nosso atraso. As estatísticas mostram a irresponsabilidade do Governo Federal. O Brasil passou a ter uma guerra por dia.

São 40 mil, Brasil – estatística de 2010. Hoje, deveremos estar nos 50 mil assassinatos por bala neste País. É ou não é uma guerra? É ou não é uma guerra? E a maioridade penal de 18 anos de idade, Brasil.

Este Congresso Nacional, brasileiros e brasileiras, não pode mais se omitir de discutir esta matéria. Temos que colocá-la na pauta agora, já, emendar a Constituição brasileira. Temos que diminuir essa maioridade penal. Temos que acabar com o crime da juventude e dos meninos que se dizem meninos. Na era da informática, um menino de dez anos...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Senador Mário Couto, permita-me que eu registre, atrapalhando um pouco o seu discurso, a presença dos estudantes do curso de Direito das Faculdades Integradas Vianna Júnior, de Juiz de Fora, Minas Gerais.

Sejam bem-vindos ao nosso plenário.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – V. Exª quer me apartear, Senador Ricardo Ferraço? V. Exª quer-me apartear?

Brasileiros e brasileiras, eu vou mostrar uma estatística do Distrito Federal. O brasileiro e a brasileira andam nas ruas com uma espada na sua cabeça. Eu duvido, de sã consciência, quem não sai da sua casa hoje, nesta Pátria, com medo de não ser assaltado ou morto ou morta. Eu duvido. Só existe uma pessoa que não tem medo: é a Dilma, porque tem muitos seguranças. O resto dos brasileiros e brasileiras andam sobressaltados.

Olha, Sr. Presidente, na cidade da Dilma, onde a Dilma mora – na cidade da Dilma, no Distrito Federal. Eu fui pegar, Presidente, o Distrito Federal exatamente para mostrar, Senador Ferraço, na própria cidade da Presidenta, onde ela mora, quantos morrem. Distrito Federal, mortes, 2012: houve um aumento de 51% com relação a 2011, 312 mortes por bala. No Distrito Federal, onde a Presidenta da República mora. É um absurdo! É um absurdo!

O brasileiro sofre, o brasileiro clama, o brasileiro pede, o brasileiro confia nas pessoas que elegeu, mas não tem resposta. Hoje, além de cairmos nas ruas, assassinados pelos jovens – principalmente pelos jovens! –, o Brasil, Presidente, não tem condição de buscar a infraestrutura necessária para conter a inflação. Misture a fome com a morte, Presidente.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Não adianta aumentar a Bolsa Família: você dá de um lado e tira do outro. A fome e a miséria, com esta inflação, estão fazendo assim na porta dos brasileiros. Tem, sim, Presidente! Tem, sim – e eu provo –, brasileiro morrendo de fome neste País! E o Governo é mentiroso! O Governo mente, porque o Governo diz que acabou com a miséria. É o petista, é o PT, que sabe mentir mais do que ninguém. É a habilidade dos petistas, que sabem mentir mais do que ninguém.

Sr. Presidente, para descer, vou ler um documento e entregá-lo a V. Exª para que possa levá-lo ao Presidente do Senado.

Sr. Presidente...

Com a lida deste documento, desço da tribuna, Presidente. Sei que V. Exª é homem rígido quanto ao Regimento da Casa. Mas, além de sermos amigos, somos da mesma região, região sofredora, região que não é olhada, Presidente.

> *Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o clamor social elevado voltou-se indiscutivelmente em um único foco, Presidente, dar um basta na violência desenfreada a que está submetida a população brasileira, principalmente a população pobre deste País. Os anos têm passado, e nada de concreto é feito para ao menos minimizar essa onda de assassinatos, roubos, furtos, latrocínios. Tornou-se lamentavelmente comum ver a banalização da vida quando nos deparamos a cada dia com os jornais estampando casos que mais se parecem de uma fronteira de guerra, Sr. Presidente.*
>
> *Os crimes estão sendo praticados por motivos extremamente fúteis, até (às vezes) por R$10,00, R$1,00, um cigarro se mata alguém no Brasil, e geralmente são menores, Sr. Presidente. O que mais temos notado é que a grande maioria desses agentes do mal é composta por menores de 18 anos, invariavelmente na faixa etária entre 16 e 18 anos de idade. A questão da menoridade penal há muito deixou de ser perspectiva; tornou-se um caso permanente que precisa de uma resposta urgente, Sr. Presidente. Essa resposta está no art. 228 da Constituição Federal.*

Nós temos que tirar da Constituição Federal com uma emenda à Constituição, Srs. Senadores! É nosso dever, Presidente, fazer isso! E vamos ter que fazer logo, porque só dói, Presidente, quando se sente, quando é na família, quando o menor mata um irmão meu, quando atinge um filho nosso, quando a desgraça é na nossa casa! Quando dói na alma é que se sente a dor tão forte!

Sr. Presidente, já vou descer.

> *E isso depende de nós, Senado Federal. Nós temos que mudar o art. 228 da Constituição Federal, o qual precisa ser alterado urgentemente, a fim de seja reduzida de 18 para 16 anos, no mínimo, a idade do penalmente imputável. Diante do clamor social é que requeiro ao Senador Renan Calheiros que, observadas as regras regimentais e legais, seja constituída uma comissão de juristas especializados na área criminal, a fim de que se dê prioridade na tramitação das propostas de emenda à Constituição Federal que tramitam neste Senado com vista à redução da maioridade penal.*

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Exª permite?

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Eu já estourei o meu tempo. Se V. Exª for breve, e com o consentimento do nobre Presidente, eu lhe dou com a maior honra e prazer.

Pois não.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador, gostaria de transmitir, primeiro, que, conforme, ainda na semana passada, o Ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo, aqui esclareceu, é matéria impossível de ser modificada. Trata-se de cláusula que o Congresso Nacional não poderá modificar, a questão da maioridade penal. Em segundo lugar, gostaria de deixar claro que desde 2003, o primeiro ano que em se instituiu o Bolsa Família, que resultou dos quatro programas anteriormente existentes que foram unificados e racionalizados, de 3,5 milhões de famílias que estavam inscritas e paulatinamente foram aumentando, hoje são 13 milhões e quase 900 mil famílias inscritas.

Isso resultou que houvesse, pelos dados do IBGE, do Pnad e do Censo, uma diminuição, ano a ano, da chamada pobreza extrema e dos índices de desigualdade. O coeficiente Gini de desigualdade passou de 0,59, em 2001 e 2002, para, no ano passado, 0,519.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Conclua, Senador. Conclua que meu tempo está estourado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Todos os anos foi diminuindo. É claro, V. Exª tem razão. Ainda há muitas pessoas muito pobres no Brasil, mas houve um avanço muito significativo, resultado de projetos de lei que foram aqui aprovados por todos os partidos.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Conclua, Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Então quero dizer que o Programa Bolsa Família, que resultou dos programas que foram implementados durante os anos 90 por todos os partidos... O PT e o PSDB foram pioneiros na...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pois não, Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Então hoje esses programas ainda podem ser aperfeiçoados.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Conclua, Senador. Conclua, se não o Presidente vai me retirar aqui da...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Era isso que eu queria respeitosamente transmitir a V. Exª.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Entendi, Senador. Entendi o que V. Exª quer falar. Eu agradeço o aparte de V. Exª.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Está bem.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Entendi perfeitamente o que V. Exª quis falar.

Vou descer da tribuna, Presidente. Eu só fico triste quando vejo V. Exª dizer que é impossível ser modificada a situação da maioridade penal.

Pelo amor de Nossa Senhora de Nazaré, a minha padroeira querida!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Porque é cláusula pétrea.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Que cláusula pétrea! Eu não quero saber de nada, Senador! Eu quero saber é que os brasileiros não podem mais morrer na rua, mortos por menores, Senador! Não diga uma coisa dessa, pelo amor de Deus! Não faça isso, Senador! Não diga que este País não pode fazer isso!

Meu Deus do céu! Nada é impossível na vida, Senador, quanto mais isso!

Senador, eu não desejo mal a ninguém. Pense no nosso...

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Não pense só em filho de rico, Senador. Pense em filho de pobre, Senador, em quem o menor mete a faca, o menor atira na cara, o menor rouba! O menor mexe com tráfico! E V. Exª vem dizer aqui que é impossível mudar isso?!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É preciso dar educação adequada a eles.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Ah, Senador! Pare com história, Senador Suplicy! Eu lhe respeito muito! Eu lhe respeito muito, Senador!

Muito obrigado, Sr. Presidente. Já demorei muito.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Amorim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Com certeza, tempo esgotado.

Pois não, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela Liderança do PMDB, peço para fazer uso da palavra no grande expediente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – V. Exª está inscrito aqui pela Liderança, mas o próximo a falar seria o Senador Jarbas Vasconcelos.

Não se encontra no plenário.

Então seria agora o Senador Paulo Bauer, que também não está no plenário.

E agora com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o assunto que me traz à tribuna na tarde de hoje é a geração de energia e a necessidade de nós aumentarmos as nossas matrizes de energia elétrica no Brasil e também nos demais países que tendem a aumentar a inclusão social e o crescimento.

O exercício do cargo de Senador da República tem se constituído em grande e profícuo aprendizado pessoal. As diversas oportunidades que já tive de participar na vida pública me haviam permitido ter sensibilidade para aquilatar a importância da componente energia no bem-estar e na qualidade de vida da sociedade. A minha estada no Senado Federal tem ampliado e aprofundado esta percepção.

A avaliação da magnitude das reservas energéticas renováveis e não renováveis nacionais me traz grande otimismo em face dos desafios do crescimento econômico e do desenvolvimento social sustentável do

Brasil. Tenho a convicção de que, com o devido aporte de planejamento, tecnologia e adequada gestão, nosso País pode ser autossuficiente em energia, no mínimo, por mais de meio século, o que constitui grande fator de alavancagem e diferencial competitivo no concerto das nações.

A autossuficiência energética contribuirá para a manutenção da nossa vocação pacífica. A interpretação das notícias internacionais cotidianas indica-nos que a busca da segurança energética pelos países, visando garantir o suprimento de insumos e fontes primárias, tem sido provavelmente o maior motivador das demonstrações de força, ameaças e conflitos internacionais, passados e atuais.

Nesta oportunidade, focarei a energia que será utilizada pela nossa sociedade sob a forma de eletricidade e as fontes primárias necessárias para a sua produção.

Em nosso Planeta, 39% da energia elétrica é produzida a partir da queima de carvão; 25% da energia produzida no Planeta é produzida a partir da queima do gás ou do óleo; 19% vêm de hidrelétricas; 16%, nuclear; e 1% vem das demais fontes.

O Brasil constitui honrosa exceção, pois, nos últimos anos, cerca de 85% da eletricidade tem sido produzida pela fonte hídrica, limpa, barata e renovável. A necessária complementação térmica requerida pelo sistema elétrico vem sendo garantida basicamente pelas duas centrais nucleares nacionais, Angra 1 e Angra 2, que, nos últimos três anos, têm batido sucessivos recordes de geração, e pelas termelétricas a gás. Nos últimos anos, já se verifica uma pequena contribuição da biomassa e também da energia elétrica eólica, que aponta para a crescente contribuição dessas fontes no futuro.

Nos últimos 60 anos, Sr. Presidente, houve grande transformação na sociedade brasileira. A população urbana, que representava apenas 20% dos brasileiros, passou a representar hoje cerca de 80%, com os decorrentes problemas de saneamento básico e transporte de massa, juntamente com o crescimento da inclusão social das classes menos favorecidas do País. Todas essas atividades são intensivas em consumo de eletricidade.

Embora o Brasil esteja em 10º lugar mundial na produção bruta de eletricidade, nosso consumo *per capita* nos coloca na 90ª posição. Temos, portanto, que, paralelamente aos programas de eficiência energética, como o Procel, que visam reduzir o consumo sem a perda dos benefícios proporcionados pela eletricidade, aumentar de forma significativa a oferta, disponibilizando grandes blocos de energia para atender o inexorável crescimento econômico e o desenvolvimento social do nosso País.

Embora todas as fontes primárias de energia devam concorrer na composição da matriz de geração de eletricidade para a produção de grandes blocos de energia elétrica, a prevalência da fonte hídrica permanecerá pelas próximas décadas. A contribuição do carvão e da energia nuclear, entretanto, se tornará crescentemente necessária. Contudo, o uso do carvão mineral tende a sofrer crescentes restrições políticas e econômicas, tendo em vista as preocupações ambientais globais com os efeitos das emissões de gás carbônico nas mudanças climáticas. Esse fato faz com que a energia nuclear tenda a ter sua contribuição ampliada.

As grandes reservas brasileiras de urânio, o domínio tecnológico que o País tem sobre o ciclo do combustível nuclear e as preocupações com as mudanças climáticas globais são as motivações da presente contribuição.

Nesses últimos 60 anos de transformação econômica e social, o Brasil construiu um formidável conjunto de hidrelétricas, elevando de cerca de 2 mil para 90 mil megawatts a capacidade de geração instalada. A maior parte deste grande aumento de capacidade foi construída em regiões do País nas quais a topografia era favorável à construção de hidrelétricas, regiões que haviam sofrido desmatamento em virtude de um ciclo agropecuário passado. Essas condições especiais minimizaram o impacto ambiental da implantação desse grande sistema renovável de geração de eletricidade.

A avaliação do potencial hidráulico remanescente indica que, de forma otimista, poderíamos ainda dobrar a capacidade hidrelétrica instalada, tratando, com muita seriedade e racionalidade, a questão socioambiental.

O atendimento às restrições socioambientais fez com que o estoque de água nos reservatórios das hidrelétricas nacionais tenha se mantido praticamente constante desde o inicio da década de 1990, o que trouxe a necessidade de uma contribuição térmica para garantir o suprimento de eletricidade no nosso País. No período 2002 a 2012, essa contribuição essencial oscilou entre 7% e 15%.

Nas condições econômicas atuais, para gerar com energia firme na base do sistema, as termelétricas que produzem eletricidade a menor preço são as nucleares, seguidas das que queimam carvão mineral.

O consumo *per capita* de eletricidade no Brasil é de cerca de 2.000kWh/ano, muito abaixo do patamar de 4.000kWh/ano, que caracteriza o consumo mínimo dos países desenvolvidos, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) igual ou superior a 0,9. Note-se que o IDH brasileiro hoje é em torno de 0,8.

Esse indicador nacional de 2.000kWh/ano encontra-se abaixo da média mundial e é inferior a menos da metade dos indicadores equivalentes para países que recentemente ascenderam ao nível de desenvolvidos, como, por exemplo, Portugal, onde o consumo médio *per capita* é de 4.500kWh/ano, e Espanha, 5.600kWh/ano. Isso sem fazer comparações mais desfavoráveis, como Rússia, 5.700kWh/ano; Coreia do Sul, 6.400kWh/ano; França, 7.200kWh/ano; e Japão, 7.400kWh/ano. Recapitulando, no Brasil, 2.000kWh/ano; no Japão, 7.400kWh/ano. É o consumo *per capita* da população.

Por outro lado, quando se compara nosso indicador aos da China, 1.300kWh/ano *per capita*, Índia 500kWh/ano, percebe-se a dimensão do desafio colocado a esses países, muito maior que os colocados aqui no Brasil, e a vantagem competitiva que temos em relação a eles.

Aproveitando todo o nosso potencial hidroelétrico, para atingir o patamar de 4.000kWh/ano *per capita* e o correspondente IDH 0,9, precisaremos complementar o sistema elétrico nacional com pelo menos 15 usinas térmicas de 1.000MW. Se almejarmos níveis comparáveis aos da Espanha, seriam necessárias cerca de 60 usinas do mesmo porte, e, se nós imaginarmos a França, teríamos que construir cerca de 100 termelétricas de 1.000MW cada uma delas.

O ciclo de implantação de um empreendimento para gerar grande quantidade de energia elétrica é de seis a dez anos, quando se consideram os estudos e levantamentos preliminares necessários, projeto, licenciamento, construção e início de operação. Isso nos leva a concluir que, para o planejamento do sistema elétrico, 10 anos é curto prazo, 30 anos é médio prazo, e o planejamento a longo prazo, considerando a possível exaustão de alguma fonte primária de energia e os efeitos das mudanças climáticas, deve ser de, no mínimo, 50 anos.

Admitindo-se que, até o ano de 2060, a população brasileira se estabilize em torno de 250 milhões de habitantes, para atingir o mesmo padrão de consumo de energia elétrica e IDH da Espanha, hoje precisaremos, portanto, construir a mesma capacidade nuclear que a França tem neste momento, construída no período 1970-1995. Para atingir os padrões da França atual, a expansão da capacidade nuclear necessária seria equivalente àquela que os Estados Unidos da América construíram entre as décadas de 1950 e 1990.

As grandes reservas de urânio nacionais somadas ao domínio tecnológico do ciclo do combustível permitem que tais desafios possam ser superados pelo Brasil com autossuficiência, sem criar dependência de fontes primárias importadas. Mais ainda, esses dois fatores permitem que o País atenda às suas necessidades simultaneamente tendo uma participação significativa no mercado internacional desse energético.

As características geológicas do solo nacional fazem crer que somente a Austrália, com seu aproximado milhão de toneladas conhecidas, poderia nos superar em termos de reservas minerais de urânio. Às atuais 310 mil toneladas comprovadas, deverão se somar pelo menos 800 mil toneladas adicionais, hoje ainda especulativas, mas com grande possibilidade de serem confirmadas.

Essas reservas comprovadas equivalem a 238 anos de operação do gasoduto Bolívia-Brasil (25 milhões de metros cúbicos por dia) ou a 46 anos de abastecimento de toda a Europa com gás proveniente da Rússia (130 milhões de metros cúbicos por dia), supondo que todos estes fossem utilizados para a geração elétrica.

Se considerarmos adicionalmente as reservas brasileiras especulativas, elas seriam equivalentes a 164 anos de abastecimento da Europa com o gás russo.

Em termos de geração de recursos financeiros, a cotação da tonelada de urânio no mercado *spot* valora as reservas brasileiras comprovadas em mais de US$30 bilhões. Considerando as reservas adicionais especulativas, essa valoração chegaria a mais de US$100 bilhões.

Em termos de potencial energético, as reservas nacionais de urânio comprovadas equivalem a cerca de 7 bilhões de barris de petróleo. Se considerarmos também as reservas adicionais especulativas, essa equivalência seria de 25 bilhões de barris.

As estimativas das reservas de óleo do pré-sal divulgadas pela mídia variam de 19 bilhões de barris (campos de Tupi, Iara e Parque das Baleias) até 50 bilhões de barris. Verifica-se, portanto, que as reservas de urânio brasileiras têm dimensões muito significativas.

A dimensão das reservas nacionais de urânio e a provável liderança mundial do Brasil na posse desse valiosíssimo recurso mineral energético, associada ao domínio tecnológico do seu processamento, fazem-nos crer que seria do maior interesse nacional iniciar uma ampla discussão sobre sua exploração, similar àquela que hoje está em curso no País sobre as reservas de petróleo do pré-sal.

Essa discussão deverá, inicialmente, estabelecer diretrizes para a expansão do parque de geração nuclear brasileiro em longo prazo, incluindo o Plano Decenal de Energia e o Plano Nacional de Energia. Definidas essas necessidades, será possível passar à discussão do uso das reservas de urânio nacionais, estabelecendo-se modalidades adequadas de exploração que permitam garantir a autossuficiência e o

retorno social sustentável desta atividade econômica, também em longo prazo.

Seria, portanto, Sr. Presidente, altamente desejável o estabelecimento e a formalização de um programa nuclear brasileiro de longo prazo.

No Governo do Presidente Lula, foi criado o Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro, por decreto, em 18 de junho de 2008. Esse Comitê, coordenado pela então Ministra-Chefe da Casa Civil, hoje nossa Presidenta da República, Dilma Rousseff, foi bastante ativo em 2008, sendo muitas das realizações do setor nos últimos anos decorrentes das profícuas discussões entabuladas no seu âmbito e das diretrizes então emanadas pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. As atividades desse conselho, entretanto, foram descontinuadas em 2009. O cenário atual recomenda que as atividades desse conselho sejam retomadas.

Concluo, Sr. Presidente, portanto, chamando a atenção da nossa Senadora licenciada, Ministra-Chefe da Casa Civil, para a importância de serem retomadas as atividades do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro, levando em consideração que o Brasil é um País que terá um crescimento econômico, nos próximos anos, acentuado, principalmente pela inclusão social dos seus cidadãos, que, cada vez mais, passam a consumir energia, e a energia elétrica é uma matriz de sustentabilidade econômica e social deste País.

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Ao Brasil, que tem, na sua base, a prioridade pela energia limpa, nós estamos aqui sugerindo as pesquisas e o desenvolvimento para nós gerarmos energia nuclear. Também temos aí uma energia limpa, talvez uma das mais limpas no Planeta.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Uma boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Parabéns pelo seu pronunciamento, Senador Sérgio Souza.

Concordo que estamos pisando no melhor solo do Planeta. Duvido que, em outro canto do mundo, haja tanta riqueza mineral e natural quanto a que nós encontramos no nosso solo, no nosso subsolo. Entre elas, estão os recursos energéticos, como o senhor bem disse – por exemplo, as jazidas de urânio para uso pacífico, com certeza. Então, somos extremamente privilegiados, o que mostra que, se Deus não é brasileiro, Ele não se esqueceu do povo brasileiro, não; Ele se lembrou muito bem de todos nós brasileiros e nos colocou exatamente sobre o melhor solo e subsolo do Planeta.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Passo a palavra, como Líder do PSD, à Senadora Kátia Abreu. (*Pausa.*) S. Exª não está no plenário.

Em seguida, passo a palavra ao Senador Cássio Cunha Lima, que vai falar pela Liderança do PSDB.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, o que me traz à tribuna desta Casa, nesta tarde, foi a série de boatos que ocorreu no último final de semana em relação à possível extinção do Programa Bolsa Família.

Diga-se, de passagem, que esse boato não é novo. Ele apenas ganhou uma proporção diferenciada e alarmante. Em 12 ou 13 Estados da Federação, verdadeiras multidões compareceram às agências bancárias realizando mais de 920 mil saques, fruto desse boato.

O primeiro episódio que precisa ser analisado nesse acontecimento é como, no atual Governo, ministros ou ministras se confundem com militantes partidários, sem nenhum tipo de constrangimento. Isso salta aos olhos, chama a atenção em um Governo que fica tão aparelhado pelo Partido dos Trabalhadores que eles não conseguem mais distinguir o papel, a responsabilidade, a atribuição de um ministro ou de uma ministra de Estado do de uma militante política.

O despudor nesse aparelhamento do Estado chegou a essa proporção, porque, na última segunda-feira, a Ministra Maria do Rosário, através da sua conta no Twitter, declarou de forma expressa: "Boato sobre o fim do Bolsa Família deve ser da central de notícias da oposição. Revela posição ou desejo de quem nunca valorizou a política."

É inaceitável! É absolutamente inconcebível que, de forma – posso dizer, sem pedir vênia – leviana, uma Ministra de Estado proceda a uma acusação dessa natureza, até porque não é de hoje que esses boatos acontecem.

Na campanha de 2006... Eu que venho, como V. Exª, Presidente, de um Estado do Nordeste, com o orgulho de representar a Paraíba nesta Casa e V. Exª, com igual orgulho – tenho certeza – de representar o Estado irmão de Sergipe, deparamo-nos todos os dias, em todos os instantes, com eleitores que indagam, perguntam sobre a boataria do fim do Bolsa Família. É em toda eleição e não apenas com relação ao Bolsa Família, que é o que tem mais destaque, é o que ganha mais ênfase, mas as boatarias ocorrem com a privatização de Caixa Econômica, com a privatização de Banco do Brasil, com a suspensão de concursos públicos, numa negação do próprio debate político. E

é claro que a origem desses boatos é do Partido dos Trabalhadores, que está hoje no Governo. Não há do que duvidar quanto a isso.

Não vou ter a irresponsabilidade de acusar o Governo, como a lógica recomenda. O boato não circulou pelas redes sociais – e eu acompanho as redes sociais –, até porque o público alvo do Bolsa Família não é usuário maciço das redes sociais. Mas não circulou nas redes sociais essa boataria. Ela ocorre no sábado e no domingo.

E fiz – se não foi formulado ainda, estará sendo, no mais tardar, amanhã – um pedido de informação à Caixa Econômica, para que nós possamos ter a informação da Caixa Econômica sobre os últimos 12 meses de depósito nas contas dos beneficiários do Bolsa Família.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores e telespectadores da TV Senado, digo isso porque, se na sexta-feira que antecedeu à corrida para as agências bancárias tiver ocorrido um depósito atípico, fora do calendário normal, nós teremos um indício muito, mas muito forte, de que a boataria nasceu, sim, dentro do próprio Governo, que é o único que tem capilaridade e estrutura para fazer essa movimentação toda. Nas campanhas de 2006 e 2010, a boataria existia, mas, naquela altura – há de se reconhecer –, a credibilidade do Governo era maior.

O episódio do final de semana revela outro aspecto. Toda essa corrida é um voto de desconfiança no Governo. As pessoas já não acreditam no Governo por uma série de razões, por uma série de motivos, tanto é que correram às agências. Se o Governo tivesse confiança e credibilidade, não passaria de um boato. O boato não teria sido transformado, quase, em uma verdade, com o volume de saques que se verificou. É a crise de desconfiança, tal qual um banco que tem rumores de quebradeira e seus clientes correm para retirar o dinheiro porque não confiam mais na instituição bancária.

Foi exatamente o que o povo brasileiro fez; correu às agências, acreditando no boato pela desconfiança, que é crescente hoje no Governo. E por que população passou a desconfiar do Governo? Porque simplesmente o Governo está paralisado, o Governo não consegue responder a demandas que são latentes na nossa sociedade. Quanto aos problemas com a segurança pública – o principal responsável é, sim, o Governo Federal, porque de um lado é o que menos investe nesse setor e do outro lado, a droga, sobretudo o *crack*, é a força motriz que multiplica essa onda de violência pelo Brasil – o Governo Federal, simplesmente, se mantém distante dessa realidade.

Os desafios da educação não precisam ser enumerados.

Na saúde pública, agora outra manobra extremamente sofisticada como jamais vi na história republicana do Brasil. Importar médicos cubanos significa trazer para o Brasil seis mil militantes políticos para lidar com as camadas mais pobres, em desrespeito aos médicos brasileiros, em desconsideração a nossa população, visto que, para esses médicos, o Governo anuncia que não será cobrado o Revalida, que é a prova, Senador Armando Monteiro, que atesta o nível de conhecimento desses profissionais.

Curiosamente, eles vêm de Cuba, talvez possam vir da Venezuela, para fazer esse que reputo o mais sofisticado procedimento de aliciamento político da história do Brasil. Virão seis mil médicos para doutrinar, para fazer lavagem cerebral na população mais frágil e mais carente do nosso País, quando os índices da Organização Mundial de Saúde apontam de forma clara que o Brasil tem, sim, uma má distribuição de médicos. Há uma concentração de médicos, inegavelmente, nos grandes centros e na faixa litorânea do Brasil, mas temos médicos em quantidade suficiente para atender a nossa população, o que ocorre é a má distribuição desses profissionais. Ao mesmo tempo em que se espalha o boato do Bolsa Família, se anuncia, por outro lado, a importação de médicos cubanos para fazer doutrina política. Você vê, cada vez de forma mais nítida, que, lamentavelmente, nós somos obrigados a constatar que o Governo já não tem mais um projeto de Brasil e que possui apenas um projeto de poder. É um projeto que tenta prevalecer a todo preço, a todo custo, com qualquer que seja a prática, de aniquilar reputações, de eliminar adversários. Não faz muito tempo que este Plenário, sob a batuta do Governo, tentou impedir a candidatura de Marina Silva porque, no desejo da Presidenta Dilma, ela vai ser candidata única, não vai haver contraditório.

O que se pretende é impor um pensamento único, o que se deseja é uma nação que esteja doutrinada politicamente por um pensamento que quer impor as suas convicções das mais diversas formas e de maneira, muitas vezes, extremamente sofisticada.

Vamos olhar para o Brasil de hoje. Inflação em crescimento, valores da conquista recente do Brasil.

Foi o PSDB, através do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que não apenas criou o real, mas criou o programa de proteção social, a Rede de Proteção Social – sim não custa lembrar. O Bolsa Família nada mais é do que o Bolsa Alimentação, do que o Vale Gás, do que o Bolsa Escola, agregados em um único programa. Com méritos do Governo do Presidente Lula, foi ampliado. Mas a gênese, o nascedouro, a origem desses programas foi no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. E isso só foi possível graças à estabilidade da moeda, porque não havia punição

mais severa para o trabalhador e para o povo brasileiro do que a inflação.

E são três os grandes movimentos do Brasil nessas últimas décadas.

Primeiro, nós, povo brasileiro, com o sacrifício de muitos, com a morte de alguns, com a tortura de tantos, conquistamos a democracia. Sem ela, não haveria a estabilidade institucional para que pudéssemos avançar no movimento seguinte, que foi a estabilidade econômica.

Então, no primeiro grande movimento – conquista de todos, repito, conquista de todos, porque o Brasil não foi feito na última década, como dizem os que estão governando atualmente –, houve a estabilidade democrática, política.

No segundo movimento, estabilidade econômica, porque, se não houvesse o controle da inflação, se a inflação não fosse debelada, nada do que vimos em termos de avanços… E não temos dificuldades nenhuma de reconhecer os avanços. Temos que olhar para o futuro. Temos que olhar para o amanhã.

De forma muito hábil, o Governo e o PT comemoram dez anos de presença do PT no Governo, porque não dá para comemorar isoladamente os dois anos da Presidenta Dilma. Eles somam a esse período os oito anos do governo do Presidente Lula, em que havia um cenário internacional, economicamente falando, extremamente promissor; em que, indiscutível e inegavelmente, avanços foram registrados.

Agora, é preciso lembrar sempre que esses avanços tinham um piso, tinham um alicerce, um patamar, que foi exatamente a estabilidade da moeda, que é um valor nosso. E essa estabilidade da economia foi construída com três princípios: as metas inflacionárias rígidas; o ajuste fiscal; e o câmbio flutuante. Era o tripé de sustentação dessa política econômica bem-sucedida.

E talvez, dentre tantos outros méritos que o Presidente Lula possa ter tido, um dos maiores foi ter dito: "Esqueçam o que eu disse no passado; esqueçam o que eu preguei como oposição, porque agora a regra será essa". E o que fez, sabia e maduramente, o Presidente Lula? Manteve, rigorosamente, a base, ou seja, esse tripé que sustentava a nossa política econômica, com a presença, inclusive, de Henrique Meirelles, no Banco Central, Deputado Federal eleito pelo PSDB. Não apenas incorporou o nosso programa, não apenas incorporou a nossa proposta de política econômica, como foi buscar quadros dentro do próprio PSDB para compor o seu governo. Méritos para Lula.

Muito bem. No atual Governo, o câmbio já não flutua mais há muito tempo. É um dos últimos remédios para manter ainda a inflação sob controle. O Governo, de forma equivocada, utiliza-se do câmbio, para manter uma pressão inflacionária, em prejuízo de uns e em favor de outros.

A segunda perna: ajuste fiscal rigoroso. Esse já foi para o espaço há muito tempo. O Governo Federal, no ano passado, não conseguiu fazer sequer superávit primário. Para quem não sabe o que é superávit primário, para quem não conhece essa linguagem mais técnica, traduzindo, digamos assim, é descontar os juros da dívida e analisar o que o Governo arrecadou e o que o Governo gastou com o restante, sem computar, sem calcular as despesas com pagamento da dívida pública.

Pois bem. No campo fiscal, rombo de R$20 bilhões. O Governo não fechou as contas em R$20 bilhões e, ao final do exercício, fez lá uma química contábil, fez lá uma maquiagem – artificializou o pagamento de dividendos do Banco do Brasil, do BNDES, da Caixa Econômica, para fechar a conta dos R$20 bilhões. Ou seja, é um Governo que exige responsabilidade fiscal dos Estados, é um Governo que exige responsabilidade fiscal dos Municípios, mas é o mesmo Governo que rasgou, literalmente rasgou uma das maiores conquistas do Brasil moderno, que foi a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Vamos agora para a terceira perna desse tripé: meta inflacionária. Não apenas o Governo já não atinge a meta da inflação, como ele já atingiu o teto. Em fevereiro, ao contrário, já ultrapassou o teto da meta inflacionária e não consegue tratar da nossa economia de forma conjunta. As ações são estanques: espasmos de desoneração, espasmos de política industrial, espasmos de estímulo à produção. Na verdade, o que há é um Governo que não consegue fechar as suas contas, porque, não faz muito tempo, bateu a casa dos 39 ministérios – 39 ministérios.

Existe uma máquina pública que não para de crescer, e essa máquina custa para o cidadão. Os contribuintes pagam e financiam essa máquina, e o descontrole se revela nas contas públicas que não fecham. Vou repetir: o Governo não consegue sequer fazer superávit primário, que é o bê-á-bá, que é o dever de casa, que é a mais básica das conquistas de uma gestão fiscal responsável. O mínimo de responsabilidade fiscal que você pode exigir de um governante é, sem dúvida, atender à meta de superávit primário. E é esse o cenário com o qual estamos convivendo.

Eu escuto, com muita alegria, o Senador Armando Monteiro.

O Sr. Armando Monteiro (Bloco/PTB – PE) – Senador Cássio, quero congratular-me com V. Exª. A sua palavra é sempre muito acatada, porque V. Exª tem uma liderança em minha região e é uma voz sempre muito respeitada. V. Exª traz aqui uma preocupação com o ambiente macroeconômico, e eu quero compartilhar

com V. Exª essa preocupação. Veja, meu caro Senador Cássio, em muitos países hoje a política macroeconômica não entra no debate eleitoral e no debate político, porque seu núcleo fundamental é hoje preservado. Ninguém ousa desafiar os pilares, digamos assim, da lógica de uma política macroeconômica. O debate se dá em outros ambientes porque representam algo que corresponde a uma conquista, a um valor social, a um reconhecimento amplo de que um país não pode ter uma trajetória exitosa...

(Soa a campainha.)

O Sr. Armando Monteiro (Bloco/PTB – PE) – ... sem um ambiente macroeconômico saudável e equilibrado. E diz muito bem V. Exª: o que temos hoje é uma falta de coordenação entre a política fiscal, a política monetária e a política cambial, porque, além desse tripé, é fundamental que se opere a política com o sentido de coordenação. Por exemplo, a política fiscal não é consistente com os objetivos da política monetária, como bem disse V. Exª, porque é uma política fiscal expansionista, ou seja, propensa a produzir o gasto de má qualidade, que é o gasto não reprodutivo, o gasto de custeio. E ficamos com a política monetária que, evidentemente, não pode ficar sobrecarregada. Então, eu me congratulo com V. Exª. Penso que nós precisamos convergir nesse debate no Brasil para uma agenda...

(Soa a campainha.)

O Sr. Armando Monteiro (Bloco/PTB – PE) – ... que deve ficar a salvo do debate político momentâneo, preservando conquistas que são da sociedade brasileira, sobretudo a estabilidade macroeconômica, a estabilidade monetária, que é algo fundamental para o País. E quero dizer mais a V. Exª: o Brasil não logrou ainda a conquista definitiva de um processo que possa ser considerado de estabilidade plena, porque temos uma inflação muito alta para os atuais padrões internacionais. Precisamos avançar mais, Senador Cássio, desmontando inclusive os mecanismos de indexação que ainda estão presentes na economia brasileira. Então eu me congratulo com V. Exª. Tenho certeza de que V. Exª continuará a ajudar no debate desses temas, sempre com a lucidez e com o espírito público que o caracterizam.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Agradeço, sensibilizado, Senador Armando Monteiro, o vosso aparte,,,

(Soa a campainha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – ... que incorporo ao meu pronunciamento, permita-me, e que enriquece, engrandece, traz novos argumentos, argumentos sempre pertinentes, lúcidos.

E, como o tempo já expira, eu encerro o meu pronunciamento com a contribuição valiosa de V. Exª, apenas concluindo toda a construção desse pensamento.

É chegada a hora de elevarmos o nível da política, de olharmos para o Brasil e construirmos juntos, como sociedade que somos, mais uma etapa desse ciclo histórico, que, de forma recente, começa com a redemocratização, passa pela estabilização da moeda, da economia, e completa-se com avanços no campo social, mas que nos aponta a necessidade de construirmos um país moderno e competitivo. E não será com um projeto de manutenção de poder...

(Soa a campainha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – ... que faremos o Brasil moderno e competitivo que nós queremos.

Estaremos nesta Casa e nesta tribuna para fazer não apenas o bom combate, mas também para realizar o bom debate. E é esse bom debate que estamos propondo, para que práticas como a que aconteceu no último final de semana, de boatos, independente de sua origem, não sejam atribuídas à oposição, como fez uma ministra de Estado, confundindo-se, surpreendentemente, com uma mera militante política. O Brasil não tolera mais essa prática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Senador Cássio Cunha Lima, nós agradecemos o seu pronunciamento.

Logo saberemos a origem de toda essa maldade, como disse a Presidente Dilma, já que a Polícia Federal foi acionada e deve ter começado as investigações sobre a origem de tudo isso.

Sobre a importação de médicos, não creio que esse seja o melhor caminho. Eu acho que devemos ter, sim, uma política de recursos humanos que valorize todos os profissionais da saúde, entre eles médico, enfermeiro, que determine carga horária, que crie, realmente, uma política incentivadora e fixadora desses profissionais no nosso Sistema Único de Saúde. Com certeza, esse é o caminho.

Não creio que seja importando que vamos também resolver. E é inimaginável pensar que qualquer profissional médico, por exemplo, venha a este País exercer a Medicina e não tenha que se submeter ao exame Revalida. Isso seria dizer que a lei é só para alguns, não é para todos. Nem passa pela minha cabeça o Governo aceitar uma situação como essa. Eu acho que isso é inconcebível, porque, verdadeiramente, a lei tem que ser para todos, inclusive para todos os profissionais que aqui queiram realmente trabalhar e constituir família.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos. (*Pausa.*)

Não estando S. Exª no plenário, passo em seguida a palavra ao Senador...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Pois não.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Após o Senador Ferraço, com o maior prazer.

Eu gostaria só de examinar se estou inscrito pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Senador Wellington Dias, o senhor estava inscrito, mas já passou. Alguém que me antecedeu já deve ter chamado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Então gostaria de pedir a reinscrição, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Está solicitada a reinscrição.

Passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Eduardo Amorim.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, naturalmente, como um representante do Espírito Santo, Estado que, nos últimos anos, se apresentou ao País como grande produtor de petróleo e gás, o que representa um novo, decisivo e relevante ciclo econômico em nosso Estado, não apenas por ser importante para a economia do meu Estado, mas também por ser um tema da maior relevância, por ter uma importância estratégica para o nosso País, acompanhei, de perto, na semana passada, a 11ª rodada de licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás realizada, enfim, pela Agência Nacional do Petróleo.

O Brasil, a meu juízo, não marcou apenas um gol, Sr. Presidente; eu acho que o Brasil marcou uma goleada.

É fato que depois de um jejum de cinco anos sem oferta de novos blocos no mercado, e cinco anos sem concessões, os investidores tiraram nessa 11ª Rodada todo o atraso de que o nosso Brasil necessitava. Entre uma rodada como essa e a efetividade do processo de produção, nós teremos um período de pelo menos cinco a sete anos.

A Agência Nacional do Petróleo teve uma arrecadação recorde de R$2,8 bilhões com a venda de 142 blocos exploratórios. O ágio sobre o preço mínimo estabelecido para a concessão das áreas chegou a aproximadamente 800%, inegavelmente um sucesso sem precedentes. O volume de investimentos previstos nos blocos arrematados é da ordem de R$7 bilhões.

Todos esses dados já devem efetivamente ser do conhecimento das Srªs e dos Srs. Senadores e de todos aqueles que acompanham de perto este que é um tema muito relevante e importante para o nosso País. O que pretendo aqui não é reprisar esses dados; o que pretendo aqui é chamar a atenção para pelo menos duas questões que considero da maior importância na 11ª Rodada feita pela Agência Nacional do Petróleo.

A primeira delas, Sr. Presidente, é o sucesso da estratégia de desconcentrarmos as áreas exploratórias. Como decorrência do avanço dos estudos geológicos, foram ofertadas áreas fora do eixo tradicional – São Paulo, Rio de Janeiro e o meu Espírito Santo. Onze Estados foram contemplados e a vedete da rodada foi a margem litorânea que vai do Rio Grande do Norte até o Amapá, margem conhecida como setentrional.

Além disso, foi possível registrar que o Brasil não se resume ao pré-sal; ou não se resume ao pós-sal, em que pese toda a importância dessa descoberta para o Brasil.

Foi grande o interesse por áreas terrestres, onde a Bacia do Parnaíba foi destaque, mas também foi grande o interesse por blocos em águas rasas e águas profundas. Foi muito gratificante ver o interesse de investidores por áreas localizadas nos Estados do Maranhão, do Ceará, e do Piauí.

Segundo a Agência Nacional do Petróleo, o que já está hoje sendo produzido no Brasil representa apenas 5% das bacias sedimentares. Eu me congratulo muito com o meu amigo, o Senador Wellington Dias, por ver o Piauí sendo destaque, não apenas o Piauí, o Delta do Parnaíba, o Maranhão, enfim, a ANP aceitando essa reivindicação que fazíamos e fazemos sempre em nossos debates, sobretudo na Comissão de Assuntos Econômicos, para que a pesquisa e a exploração possam ser desconcentradas. Quer dizer, hoje, a produção de petróleo e gás está concentrada em torno do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. Esses dois Estados representam 89% da produção nacional de petróleo e aproximadamente 56% da produção de gás. Por que razão? Porque a Agência Nacional do Petróleo, ao longo dos últimos anos, não desconcentrou a exploração de petróleo e gás em todo o território brasileiro.

Ouço, com prazer, o meu querido amigo, estimado, Senador Wellington Dias.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Senador Ferraço, primeiro, quero reconhecer o trabalho de V. Exª no sentido de que se tenha essa expansão dessa riqueza no Brasil. Mais ainda, creio que o que não podemos perder na história é exatamente esse início, e é preciso reconhecer aqui... Eu me lembro, quando era Governador, em 2003, no segundo semestre, já depois da eleição, de uma pesquisa de um cidadão com quase 100 anos de idade. Ele chegou e disse: "tenho uma esperança em você, já falei com outros

governadores do Piauí, e ninguém nunca me levou a sério". E me entregou um documento, uma pasta: "sou pesquisador do Departamento de Mineração [parece-me que era o nome anterior da Petrobras], e o seu Estado tem gás e petróleo". Eu fiquei olhando, e ele me disse: "eu sei que você não vai acreditar, mas vá à Agência Nacional do Petróleo que você vai encontrar esse documento, este aqui é uma cópia". Conversei com o Presidente Lula. Na época, era o Alexandre da ANP, depois o Haroldo Lima, e localizaram. O Presidente Lula autorizou R$84 milhões para fazer a pesquisa na Bacia do Parnaíba, se confirmando Capinzal do Norte, inicialmente, no Maranhão, que já está em fase de exploração, e agora comemoramos esse êxito de 14 lotes do lado do Piauí, 6 no lado do Maranhão, já vai entrar na segunda rodada com o gás do xisto, e em mar. Então, creio aqui defender que, de um lado, o Brasil precisa tocar as explorações das áreas já conhecidas, manter e completar a pesquisa, não só para gás e petróleo, mas para todos os minérios nas outras áreas. Parabéns a V. Exª. Comemoro também as importantes vitórias do Espírito Santo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Vale lembrar, Senador Wellington Dias – e V. Exª foi um protagonista dos debates que nós fizemos aqui no Senado, infelizmente, em campos divergentes, mas democráticos e civilizados –, que nós vivemos aqui, talvez, o maior conflito federativo deste mandato que estamos a exercer. V. Exª representando o Piauí, eu representando o Espírito Santo, mas nós dois, e tantos outros Senadores, representando o País.

Na prática, o que podemos perceber é que a concentração das pesquisas, da exploração e produção de petróleo em poucos Estados serviu para potencializar esse conflito que vivemos aqui. É previsível, é natural, já é possível perceber uma distensão nas relações federativas, dentro e fora do Congresso Nacional. Isso vai nos levar a um ambiente de maior racionalidade nesse debate, não apenas na distribuição dos nossos *royalties*, mas naquilo que é um debate fundamental que precisamos fazer, que diz respeito à aplicação desses *royalties*. Até porque muitos dos Estados que se posicionaram naquele momento como não produtores, agora vão se posicionar como Estados produtores. Isso, seguramente, vai ter como conclusão e como resultado a distensão desse ambiente político, considerando que muitos Estados federados terão acesso a essa riqueza, que poderá favorecer e fortalecer o desenvolvimento econômico e social em mais Estados, em mais regiões do nosso País.

Essa, por si só, já teria sido, a meu juízo, uma grande vitória a comemorar na 11ª Rodada de Licitação feita pela Agência Nacional do Petróleo. Esse foi um importante passo. Mas não apenas esse – não apenas esse! Acho que há outra lição sobre a qual nós precisamos refletir, sem dar lugar a questionamentos ideológicos, sem reavivar debates infrutíferos.

A Agência Nacional do Petróleo mirou na eficiência, mirou nos resultados e, por isso, garantiu sucesso na 11ª Rodada, usando o velho, mas bem sucedido, e vitorioso processo de licitação por meio das concessões. O mesmo utilizado nos dez leilões anteriores, que produziu um excepcional resultado não apenas ao nosso País, mas também possibilitou um resultado excepcional para a Petrobras, pois foi nesse ambiente que vimos os resultados, a produtividade, a eficiência de a Petrobras ampliar-se de maneira exponencial.

O leilão trouxe de volta ao Brasil a gigante americana ExxonMobil, a maior empresa de petróleo do mundo, além de ter atraído outros investidores de grande porte, como a francesa Total e a Inglesa British Petroleum.

Boa notícia foi também a participação de várias empresas privadas brasileiras como a Petra, a Ouro Preto, até mesmo a capixaba que nos orgulha Imetame, principalmente em campos de terra; até mesmo a OGX surpreendeu com a compra de muitos blocos e também a Petrobras, que arrematou 34 blocos de forma isolada ou em consórcios com diversos agentes privados.

Se os acertos do leilão de ontem foram visíveis, eles merecem também, de nossa parte, acho eu, uma reflexão cuidadosa. Quantos bilhões, Sr. Presidente, quantos bilhões deixamos de arrecadar nos últimos cincos anos com a suspensão das rodadas de licitação de petróleo e gás? Para um palpite conservador, pouco ousado, perdemos, pelo menos, R$10 bilhões para os cofres da União e tantos outros recursos que, naturalmente, seriam investidos na atividade econômica. E o prejuízo não pode ser medido apenas pelo que deixamos de arrecadar em bônus de assinatura, é preciso levar em conta a estagnação da produção nesses últimos cinco anos, inclusive a queda, pequena é verdade, mas a queda de 2% que observamos no ano de 2012.

Neste ano de 2013, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pasmem: as áreas concedidas em exploração resumem-se a um quarto, a 25% daquilo que nós, brasileiros, explorávamos cinco anos atrás. Andamos de lado. Perdemos tempo, e esta reflexão precisa ser observada.

Outro dado revelado em artigo do Prof. Adriano Pires: no ano passado, as cinco maiores empresas de petróleo do mundo investiram, Sr. Presidente, US$100 bilhões em todo o mundo. Nenhum centavo, evidentemente, foi investido em nosso país, não gerando aqui atividade econômica nem multiplicando as oportunidades para os brasileiros, por uma simples razão: os leilões estavam suspensos.

As grandes empresas saíram do Brasil em busca das oportunidades crescentes em outros países, em outras regiões. Mas o maior prejuízo ficou com as pequenas e médias empresas, que ensaiaram, que se organizaram, que se planejaram para participar do setor. Várias dessas pequenas empresas, que dariam uma diversificação a esse mosaico, simplesmente não tiveram fôlego para sustentar esse jejum de cinco anos sem que nós pudéssemos disponibilizar qualquer tipo de concessão, de rodada, de concorrência para ampliarmos a produção de petróleo.

Se a perda, enfim, de bônus foi grande, a perda substancial foi de atividade econômica, de novos negócios, de empregos bem remunerados e de qualidade. Esse, sim, foi um prejuízo que nós precisamos considerar e sobre o qual precisamos refletir.

As licitações foram interrompidas após a descoberta do pré-sal, em meio às mudanças do marco regulatório do setor, da discussão acalorada em torno dos modelos de concessão e de partilha, e da pressão pela redistribuição de *royalties*. Ficamos aqui perdidos em conflitos ideológicos.

O sucesso, mais uma vez, vem garantindo o velho modelo das concessões – velho, porém ousado; velho, porém contemporâneo. E esse é o mesmo antagonismo e é até contraditório. Porque ele é velho, ele é ousado, mas é o que deu certo não apenas nos dez anos anteriores, mas agora na 11ª Rodada.

Estou convicto, Srªs e Srs. Senadores, de que chegou o momento, enfim, de termos a humildade suficiente para rever nossas escolhas e refletir acerca delas.

A escolha ou as escolhas que fizermos agora terão enorme impacto na vida, no cotidiano e no dia a dia das futuras gerações. Por que mudar um modelo que vem se comprovando como positivo e como vitorioso? Por quê, a não ser por um embate ideológico, insistirmos numa mudança cujos resultados ainda são absolutamente incertos e duvidosos?

É com base nessa reflexão, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que apresentei no final do ano passado, aqui no Senado, projeto que adota o regime de concessões como modelo único para produção e exploração de petróleo, tanto na camada pré-sal quanto na camada pós-sal, regime único por ter se apresentado vitorioso.

Assim, o PLS 416, de 2012, estabelece a concessão como modelo contratual tanto para o pós-sal quanto para o pré-sal.

E aqui eu aproveito a oportunidade para reivindicar do meu querido Presidente, amigo, querido e fraterno, Senador Vital do Rêgo, que nós possamos distribuir este projeto na Comissão de Constituição e Justiça, para que ele possa tramitar; que possamos, na Comissão de Assuntos Econômicos, fazer um debate técnico e um debate político, aliando a boa política e a boa técnica, que poderá produzir, estou convencido excepcionais resultados para o nosso País.

Será, enfim, necessário, obviamente, aperfeiçoar o regime de concessões ao tamanho do potencial das reservas do pré-sal, mudanças devidamente previstas em nosso projeto – e de forma alguma nos colocamos como donos da verdade, mas como proposta para que esse debate possa ser enfrentado e aprofundado –, que também tem o cuidado de assegurar que novas áreas exploratórias sejam oferecidas de modo mais disperso pelo território nacional. E, desse modo, manter como contínua e permanente a decisão acertada da Agência Nacional de Petróleo em desconcentrar a pesquisa a exploração no território brasileiro.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – E já caminho para o encerramento, Sr. Presidente.

Aliás, é comprovado que a maior riqueza do petróleo vem das oportunidades de negócios, e da geração de emprego e renda, infinitamente maiores que a distribuição das rendas governamentais.

Insisto: precisamos mirar os resultados. Fortalecer a indústria do petróleo e gás, com a geração de mais oportunidades, de modo a dar ao arranjo econômico mais dinamismo, inclusive mais transparência. Fortalecer sempre a Petrobras – orgulho nacional e de todos os brasileiros – e a harmonia entre os Estados federados. Ao fortalecer a harmonia, nós estamos também aprofundando este grande arranjo em torno do Pacto Federativo e da solidariedade federativa. Enfim, fortalecer a estratégia de conduzir a economia brasileira para um maior crescimento, para uma proteção ainda mais forte, neste momento de tantas incertezas e de tanta insegurança no cenário internacional.

Sr. Presidente, é essa a manifestação que faço. É essa a reflexão que trago. A 11ª Rodada precisa – acho eu – entrar na agenda do Senado Federal. Os seus ensinamentos, aquilo que vem dando certo, esta é uma reflexão e, muito mais do que uma reflexão, este é um debate que o Senado Federal precisa fazer em torno desta riqueza, que é uma riqueza que pode, enfim, se traduzir...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – ... na multiplicação das oportunidades para os brasileiros. Mas é sempre bom lembrar: mundo afora, há países que são ricos em petróleo, mas sua gente, seu povo, sua sociedade estão mergulhados na miséria por conta dos equívocos nas escolhas das governanças em torno deste que é um recurso muito importante para o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Ricardo Ferraço, o Sr. Eduardo Amorim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Os cumprimentos ao Senador Ricardo Ferraço, pelo seu brilhante pronunciamento nesta tarde.

Passo a palavra, agora, ao Senador Eduardo Amorim...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – ... que vai falar pela Liderança do PSC.

Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentadas congratulações ao doutorando pela Universidade Federal de Goiás, Eduardo Martins de Sousa, do Programa de Pós-Graduação em Medicina Tropical da Universidade Federal de Goiás, por seu trabalho de avaliação do sistema imunológico no tratamento da tuberculose.

O prêmio foi concedido pela Sanofi (empresa multinacional farmacêutica com sede em Paris) e pelo portal Medical Services.

A redução pela metade da incidência da tuberculose no mundo é uma das Metas de Desenvolvimento do Milênio e é prioridade do Ministério da Saúde do Brasil desde 2003, sendo uma das cinco doenças prioritárias do Ministério, no seu tratamento.

A importância da pesquisa premiada, portanto, está no fato de que ela abre a possibilidade da criação, pelo Brasil, de uma nova vacina para tuberculose, assim como uma nova ferramenta para auxiliar o diagnóstico. Será a primeira vacina BCG recombinante brasileira.

Muito obrigada.

Peço desculpas ao Senador Amorim por impedir o seu discurso imediato.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Não, foi muito justo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 484, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentadas congratulações ao Doutorando pela Universidade Federal de Goiás, **Eduardo Martins de Sousa**, do Programa de Pós-graduação em Medicina Tropical da Universidade Federal de Goiás, por seu trabalho de avaliação do sistema imunológico no tratamento da tuberculose. O prêmio foi concedido pela Sanofi (empresa multinacional farmacêutica com sede em Paris) e pelo portal Medical Services.

Justificação

A redução pela metade da incidência da tuberculose no mundo é uma das metas de desenvolvimento do milênio e é prioridade do Ministério da Saúde do Brasil desde 2003, sendo uma das cinco doenças prioritárias do Ministério.

No Brasil tem havido, em média, 69 mil casos novos de tuberculose, por ano, com 4 mil e 600 mortes. É a quarta causa de mortes por doenças infecciosas e a primeira causa de mortes por doenças com AIDS.

Se considerarmos as condições econômico-sociais da população brasileira, 28% da população infectada pela tuberculose no Brasil vivem em situação de pobreza e 14% recebem o Bolsa Família.

Todas as pesquisas da Organização Mundial de Saúde colocam a tuberculose como uma doença infecciosa que representa um dos principais desafios sociais, econômicos e de saúde pública no mundo, neste século XXI. Em todo o mundo são 10 milhões de novos casos e 3 milhões de mortes por ano. O que significa 18% de todas as mortes de adultos entre 15 e 59 anos.

A importância da pesquisa premiada, portanto, está em que ela abre a possibilidade da criação, pelo Brasil, de uma nova vacina para a tuberculose, assim como uma nova ferramenta para auxiliar o diagnóstico. Será a primeira vacina BCG recombinante brasileira.

Sala das Sessões, – Senadora **Lúcia Vânia.**

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Senadora Lúcia Vânia, V. Exª será atendida, na forma do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra, o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, espectadores da TV Senado, como, por exemplo, o ex-Prefeito de Frei Paulo, José Arinaldo – o pai –, que neste momento, com certeza, está nos assistindo; todos que nos acompanham pelas redes sociais, quero registrar a presença do amigo e Prefeito José Arinaldo, que ali se encontra, da cidade de Frei Paulo, em Sergipe. No *Diário Oficial* de ontem, foi concedida a licença para exploração de ferro, foi autorizada a extração de ferro nos Municípios de Frei Paulo e de Ribeirópolis, em Sergipe, cidades pelas quais temos um carinho enorme, cidades muito próximas onde, com certeza,

temos muitos amigos, como o Prefeito José Arinaldo, que aqui está neste momento.

Sr. Presidente, comparado com outros países, principalmente com os que integram o Grupo dos 20, ou G-20, como é conhecido, o Brasil é um dos que mais sofre com a violência no trânsito. Ocupamos a quinta posição em relação ao total de mortes em acidentes dessa natureza, o que é lastimável. Ficamos atrás da Índia, da China, dos Estados Unidos e da Rússia.

Segundo dados do Ministério da Saúde, em 2010, o SUS registrou mais de 145 mil internações de vítimas de acidentes, ao custo que ultrapassa, com certeza, a casa dos R$200 milhões. Contudo, em 2011, o número de vítimas internadas subiu para quase 155 mil, o que gerou um custo adicional superior a R$200 milhões.

Não podemos, ainda, deixar de levar em consideração que, em média, 30% dos leitos dos prontos-socorros são ocupados por esse tipo de paciente, Sr. Presidente, sendo que destes, 25% infelizmente vêm a óbito.

Em virtude do quadro que se apresenta, dia a dia, aos nossos olhos, e que é de conhecimento de toda a Nação, sabemos que o Brasil se encontra em situação gravíssima, no que diz respeito à segurança no trânsito. Além dos milhares de vidas que se perdem em nossas vias a cada ano e a cada dia, não podemos deixar de considerar o enorme peso que recai, particularmente, sobre o nosso Sistema Único de Saúde (SUS), além de todo o sofrimento familiar que, com certeza, traz como consequência.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uma das discussões mais importantes que temos tido, nos últimos tempos, é, sem sombra de dúvidas, o financiamento público e a alocação de recursos para a saúde. Não é gasto, Sr. Presidente, é investimento. O Governo precisa entender que saúde é investimento, tanto é verdade que foi instalada, aqui no Senado Federal, a CTS, Comissão Temporária destinada a propor soluções ao Financiamento do Sistema de Saúde do Brasil.

O que sabemos é que os custos com despesas em serviços de saúde, além de caros, são crescentes. Segundo a Organização Mundial da Saúde, os serviços com saúde representaram, em 1997, por exemplo, 8% do PIB mundial. Já em 2009, representou 9,4%, e, em um estudo prospectivo, estima-se que em 2020, Sr. Presidente, ou seja, em sete anos, esse valor seja da ordem de 16% do PIB mundial.

Nesse contexto de grande incremento das despesas mundiais com saúde, o Brasil, em termos de percentual do PIB, gasta uma quantia próxima à de países desenvolvidos que contam com sistemas universais de saúde – 8,9% do PIB em 2011. No Reino Unido e no Canadá, por exemplo, esse valor atinge 9,3% e 11,2% do PIB, respectivamente.

No entanto, diferentemente do que ocorre naqueles países, onde a parte das despesas com saúde é paga com recursos públicos, estima-se que, no Brasil, mais da metade dos gastos são suportados por empresas, famílias e indivíduos. Não é o financiamento público a principal fonte de receita para a nossa saúde, infelizmente, Sr. Presidente.

De fato, o percentual de gasto público com saúde no Brasil (45,7%) nos aproxima do modelo liberal adotado por países como Estados Unidos da América (45,9%) e Chile, por exemplo.

Entretanto, tal valor é bem inferior ao da maioria dos países desenvolvidos, como a Holanda (85,7%), da Noruega (85,6%), da Dinamarca (85,2%), do Reino Unido (82,7%), da Suécia (80,9%), da Itália (77,2%), da França (76,7), da Alemanha (75,9%) e do Canadá (70,4%), bem como de outros países da América Latina e Caribe, como a Colômbia (74,8%), Costa Rica (70,1%), Bolívia (70,8%), Argentina (60,6%) e Peru (56,1).

E essa estrutura de financiamento de saúde no País, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, não condiz com um modelo de sistema público de saúde que se pretende universal e gratuito.

Em função de tudo aqui exposto, acreditamos que nada mais justo, como contribuição permanente ao financiamento da saúde, que uma parte da arrecadação com multas de trânsito venha a suprir, ainda que parcialmente, tão urgente necessidade.

Por isso, o PLS nº 426, de 2012, por nós encaminhado a esta Casa, destina 30% dos recursos arrecadados com a cobrança de multas de trânsito diretamente ao Sistema Único de Saúde. Entretanto, com uma emenda apresentada pelo ilustre Relator, Senador Sérgio Petecão, o Projeto, aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), passa a transferir os recursos propostos, não só ao SUS, mas ao Fundo Nacional de Saúde.

O jornal *Folha de S.Paulo* publicou uma matéria, que diz que – abre aspas: "É um marco da primeira década do século XXI a explosão da arrecadação municipal, estadual e federal com multas de trânsito" – fecha aspas, Sr. Presidente. E, de fato, este ano, a previsão é de uma arrecadação superior a R$200 milhões no Rio de Janeiro e mais de R$1 bilhão em São Paulo. Isso só para citar essas duas capitais, que concentram a maior frota de veículos do País.

Reafirmo aqui, da tribuna desta Casa, a defesa de que parte dessa arrecadação seja destinada, com toda justiça, ao Sistema Único de Saúde. E é, sobretudo, importante ressaltar que, em boa parte dos casos, a assistência às vítimas envolve procedimentos de alta complexidade e, desta maneira, indiscutivelmente, com altos custos.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, gostaria de ratificar a importância do PLS nº 426, de 2012, e contar com o apoio dos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde tramita agora o referido projeto.

Sr. Presidente, sabemos do esforço do Ministério da Saúde, e temos a consciência de que o Brasil é o único País com mais de cem milhões de habitantes que assumiu o grande desafio de ter um sistema universal, público e gratuito de saúde. Temos ciência dos avanços nas áreas de saúde básica, da diminuição de doenças como a malária, tuberculose e hanseníase, sem falar na diminuição de mortalidade pelo vírus da AIDS.

Outra ação de grande importância é, incontestavelmente, o Provab – Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica, criado pelo Ministério da Saúde em parceria com o MEC, pelo qual, a partir deste ano, segundo dados do próprio Ministério da Saúde, 4,3 mil médicos estão atuando nas periferias e nas cidades do interior do nosso País.

Não obstante, Sr. Presidente, o déficit de financiamento para o setor é tema recorrente nas agendas dos governos e dos gestores, sendo apontado como o principal ponto de estrangulamento do SUS. Não é o único, Sr. Presidente, mas com certeza o principal. Temos consciência da necessidade de um maior financiamento para a saúde.

Contudo, precisamos de uma fiscalização mais eficiente, de qualidade nos gastos e de uma fiscalização rígida que coíba desvios e o mau uso do dinheiro público, bem como de mais investimentos em recursos humanos. Precisamos de uma política de recursos humanos, Sr. Presidente, que o Ministério da Saúde adote uma política de recursos humanos para as 14 categorias que compõem a área da saúde.

Todos os dias surgem denúncias das mais diversas naturezas e nos mais diversos lugares do País. Isso sem falar na falta de médicos e de profissionais de saúde em hospitais públicos, nas universidades, nos prontos-socorros, nas UPAs e em postos de saúde.

Sr. Presidente, colegas Senadores, colegas Senadoras, finalizo deixando um questionamento, uma reflexão: será que realmente precisamos importar médicos? Será que médicos importados não necessitam passar pelo Revalida, como passa qualquer outro profissional? Bastaria uma política de recursos humanos eficiente, capaz, que espalhasse e disponibilizasse profissionais por todos os cantos deste País para que o SUS fosse muito, muito melhor. Que o nosso Sistema Único de Saúde valorize todos aqueles profissionais que dedicam horas do seu dia ao atendimento de milhares e milhares de brasileiros por todos os cantos desta nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Meus cumprimentos, Senador Eduardo Amorim, pelo seu pronunciamento.

Passo a palavra agora, pela ordem de inscrição, ao Senador Wellington Dias, do PT do Piauí.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, saúdo V. Exª, o Senador Eduardo Amorim, a Senadora Kátia Abreu, os que nos acompanham pelo Brasil e é claro, de modo especial, no meu Piauí.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, neste final de semana, conforme acompanhamos em nossos Estados através da imprensa, um boato gravíssimo se espalhou e levou milhares de beneficiários do Programa Bolsa Família a procurar, no sábado e até no domingo, lotéricas e agências da Caixa, gerando filas e tumultos em pontos de saque, em pelo menos 12 Estados brasileiros e, depois, se espalhando para os demais.

Duas mentiras ganharam as redes e criaram tumulto Brasil afora. Os rumores eram sobre a suspensão do pagamento do Bolsa Família e, pior do que isso, que teria como data fatal o último final de semana. A outra mentira era que a Presidenta Dilma teria autorizado o pagamento de um bônus extra do Bolsa Família pelo Dia das Mães. Informações completamente falsas e graves. Repito, duas mentiras.

A origem dos boatos ainda é desconhecida, mas a Polícia Federal abriu inquérito para apurar o caso e trata com prioridade. Veja, trata-se de um crime típico da Internet, que regulamentamos recentemente nesta Casa, o que demonstra a importância da Lei da Internet, na qual são tipificadas como crime manobras como estas: o uso contra o interesse nacional, como foi o caso, ou contra a imagem e o interesse de pessoas físicas ou jurídicas.

A Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, divulgou nesta manhã – e deu uma coletiva ainda no domingo – que o pagamento do Bolsa Família segue normalmente. Os beneficiários do programa têm até o dia 31 deste mês para sacar o valor, conforme prevê o calendário do mês de maio, assim como do mês de junho, do mês de julho e assim por diante.

Portanto, permanece tudo em plena normalidade. Pelo contrário, a Presidenta Dilma tem aperfeiçoado o Programa Bolsa Família, que neste ano completa dez anos, desde o seu lançamento, que teve início no governo do Presidente Lula. Aprimora-se, por exemplo, com a implantação do Brasil Carinhoso, que destina um tratamento especial para as famílias que tenham crianças de até seis anos de idade para que possam

estar vinculadas ao programa de educação infantil e creches.

São cerca de R$2 bilhões transferidos pelo Ministério todo mês para 13,7 milhões famílias em todos os Municípios brasileiros, num total de 40 milhões de pessoas, aproximadamente, beneficiadas.

É importante que o beneficiário do programa faça o saque no dia previsto para o seu pagamento, para evitar filas nas agências e nos postos de atendimento da Caixa Econômica Federal. O objetivo das datas colocadas é apenas esse. Os recursos ficam disponíveis para os beneficiários por 90 dias após o crédito. Não tem atraso, não tem mudanças nas regras do programa nem faltam recursos. O pagamento é feito, como já dito, de forma escalonada.

O Nordeste tem o maior número de beneficiários: são 6,9 milhões de famílias. A região recebe o maior volume de recursos, superior a R$1 bilhão por mês. A Bahia é o Estado que tem o maior número de beneficiários e o maior volume de recursos, seguido por São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco. O Piauí tem 446.734 famílias beneficiárias que recebem R$75,9 milhões todo mês ou R$910 milhões.

Segundo a Ministra Tereza Campello, a quantidade de saques do Bolsa Família realizados no último sábado foi cinco vezes maior do que a média registrada nos sábados. A quantidade média de saques realizada aos sábados é da ordem de 100 mil, no máximo, ou de 200 mil, e, no último sábado, atingiu algo em torno de 500 mil. No domingo houve 400 mil saques. Os cerca de 900 mil saques feitos durante o final de semana contabilizaram R$150 milhões, de acordo com a Caixa Econômica Federal.

O Governo estuda enviar mensagens de celular aos beneficiários. A população pode entrar em contato com o Governo por meio do telefone 0800 707 2003.

Para este ano, o Ministério do Desenvolvimento Social destinou R$24 bilhões para o pagamento do benefício do Programa Bolsa Família.

De acordo com dados do Ministério, o programa atende cerca de 13 milhões de famílias e o valor do benefício varia entre R$32,00 e R$306,00, de acordo com a renda familiar *per capita* e a composição familiar.

Quero ressaltar que, pelas regras atuais, seriam atendidas, na verdade, 20 milhões de famílias, o que mostra que algo em torno de 7 milhões, pela via da renda, alterada para mais, ou por conta de emprego e concurso, ou porque montou um negócio, ou trabalha no setor privado, cerca de 7 milhões de famílias saíram do Bolsa Família pelo crescimento da renda. Este é o objetivo do Governo, desafiado neste período que se segue: tirar 13 milhões de pessoas dessa dependência.

Nesta segunda, em Pernambuco, a Presidenta Dilma Rousseff classificou como "desumano" e "criminoso" o autor dos boatos. A Ministra Tereza Campello esclareceu que, devido aos boatos, o pagamento dos benefícios programados para este mês foi liberado durante o final de semana para "evitar tumulto". Ela garantiu que não houve antecipação de recursos e que o calendário de pagamentos será mantido normalmente.

Também não houve benefício extra neste mês, referente ao Dia das Mães, como a mentira espalhada. Quem já tirou o dinheiro do Bolsa Família este mês só deve voltar à agência em junho, de forma normal, na data prevista no calendário do Bolsa Família.

Esclareço que a Ministra Maria do Rosário também já divulgou nota em que esclarece a declaração, retirando qualquer conclusão sobre culpados, o que saberemos após a investigação da Polícia Federal.

Então eu queria fazer este esclarecimento sobre o Bolsa Família, porque, quando, inclusive, cheguei ao aeroporto em Teresina, quase não consegui entrar, porque lá há uns caixas de pagamento da Caixa Econômica e do Banco do Brasil, e ali havia filas quilométricas. Pude ali fazer um esclarecimento, o que tranquilizou a população.

Outro tema, Sr. Presidente, que me traz aqui à tribuna, e quero encerrar com este, é o Festival de Inverno de Pedro II, que vai acontecer no final de semana do próximo dia 30 – sempre começa em Corpus Christi e vai até o final de semana –, e a Semana do Livro, que são dois grandes eventos no nosso Estado. E quero festejar a cultura brasileira de expressão piauiense, em particular esses dois importantes eventos que acontecem no final deste mês e no começo do próximo.

Estou me referindo ao Festival de Inverno de Pedro II, um festival de *jazz*, a realizar-se entre os dias 30 de maio e 2 de junho, e o Salão do Livro do Piauí, que acontece em seguida, no período de 2 de junho a 9 de junho, eventos artísticos que são – faço questão de destacar – motivo de orgulho do povo do meu Estado. O primeiro completa dez anos de existência. Começaram os dois ainda quando eu era Governador. O segundo está na sua décima primeira edição, ambos desfrutando de grande sucesso e da admiração de todos, não só dos habitantes locais como também dos visitantes de outros Estados e até de outros países, incluindo músicos, escritores e outros amantes da cultura.

Comecemos falando, amigos Senadores e Senadoras, do Festival de Inverno de Pedro II. Aliás, estendo o convite a todos os Senadores e ao povo brasileiro. Criado em 2004 – este ano comemorando, como eu disse, a sua décima edição –, com uma vasta e rica programação, atendendo a todos os gostos musicais,

sobretudo aos que apreciam um bom *jazz* e *blues*, com artistas internacionais e artistas brasileiros, artistas regionais e locais.

O Festival acontece em um Município localizado a 220km da capital, Teresina, mais precisamente ao norte do Estado, que é o Município de Pedro II. É uma cidade histórica, uma das mais antigas do Piauí, que tem esse nome em homenagem ao Imperador do Brasil D. Pedro II. A cidade tem 40 mil habitantes e é conhecida como a suíça do Piauí. Todo mundo conhece o Piauí pelo calor, principalmente da nossa capital, Teresina, devido ao clima quente da nossa capital. Pois, em Pedro II, nesse período, nós temos uma temperatura semelhante à de Brasília, em torno de 16 graus. Em alguns momentos chega a 12 graus.

É também a terra da opala. Ela é a cidade polo da maior reserva de opala comercial do Planeta. A maior reserva era a da Austrália, mas pelo uso mais antigo já está mais esgotada. E, para a extração dessa pedra preciosa, ali nós temos inúmeras pequenas fábricas, indústrias, que comercializam esse produto para o Brasil e para o mundo. Também é uma opala especial. Ela tem um colorido de vermelho com azul, roxo e amarelo, o que faz com que seja tratada como joia, não apenas como bijuteria, em vários países.

Pedro II também se destaca pela qualidade de seu artesanato, com a produção de lindas peças de tapeçaria e redes à base de fio de algodão, deixando os visitantes deslumbrados e ansiosos de levá-los para casa. É uma cultura antiga que permanece. Sem falar, ainda, das belezas naturais que a caracterizam, despontando entre elas o Morro do Gritador. É uma cidade localizada a cerca de 700m a 800m de altitude. O Morro do Gritador tem um *canyon* em que há uma bela base de atendimento ao público. O acesso é por uma estrada asfaltada, a cerca de 12km da cidade. Daí a organização, durante o evento, incentivar o ecoturismo para suas importantes cachoeiras e várias trilhas.

Neste ano, a programação do Festival conta também com a presença de nomes importantes, já confirmados, da música popular brasileira, como Maria Gadú e Zélia Duncan, além do brilhante músico francês Bernard Fines. Entre as atrações locais, despontam as bandas Validuaté e Theregroove.

Como espero contar com todos no Festival de Inverno de Pedro II, cuja presença nos honraria muito, deixo aqui registrada, para que eu não seja injusto com os artistas, a programação completa desse evento, contando com a presença de outros renomados artistas.

Para que se tenha a ideia da grandeza de nosso festival de inverno, que reúne milhares de pessoas a cada ano, basta dar uma olhada em alguns dos músicos consagrados, brasileiros e estrangeiros, que tocaram em seu palco: Hermeto Pascoal, Victor Biglione, Milton Nascimento, Stanley Jordan, Maria Rita, Leila Pinheiro, Kenny Brown, Zeca Baleiro, Fernanda Takai, Ivan Lins, Renato Borghetti, Rosa Marya Colin e Danilo Caymmi. Além desses, vários outros artistas de nosso Estado comparecerão também para fazer apresentações importantes: Luiza Miranda, no *show* "Vinícius Vive"; Artur Menezes e outras bandas que lá se apresentarão, como a Amarelo Cajuína.

À Frente da edição de 2013, está – a quem parabenizo de antemão e expresso votos de sucesso na realização do evento – a Prefeita Neuma Café. Estarei lá na próxima quinta-feira, como faço todos os anos, assim como a Bancada do Piauí, o Governador do Estado, os deputados estaduais e lideranças de todo o Piauí.

A Neuma Café é do meu partido e teve, com a renúncia do Prefeito Walmir Café, a tarefa de assumir a responsabilidade da condução desse trabalho com a sua equipe. É uma professora que desfruta de bastante prestígio entre os pedro-segundenses.

Este ano, o festival contará, devido à sensibilidade da prefeita e de sua incansável equipe, com um local especial para cadeirantes, à frente do palco, de modo que eles possam curtir satisfatoriamente todos os shows.

Além dos aspectos culturais e turísticos, nobres Senadores e Senadoras, o festival de inverno tem um papel fundamental na economia do Município, gerando emprego e renda para sua população, tanto pela deliciosa culinária servida ali naquela região, quanto pela acolhedora hospitalidade nas casas das pessoas.

Merece destaque aqui o competente trabalho desenvolvido pelo Sebrae, nas figuras de José Elias Tajra (Presidente), Mário Lacerda (Diretor), Delano Rocha (Diretor Técnico), e Ulysses Moraes (Diretor Administrativo), além, é claro, dos patrocinadores.

Outro evento que também merece ser louvado hoje, aqui da tribuna do Senado Federal, é o Salão do Livro do Piauí, iniciado em 2003 e que, nesta sua 11ª edição, homenageia o centenário de nascimento de três grandes escritores brasileiros: o poeta Vinícius de Moraes, o cronista capixaba Rubem Braga e o romancista piauiense Permínio Asfora.

Além desses três, a edição de 2013 é dedicada ainda, a exemplo dos anos anteriores, a um consagrado autor da terra, no caso, Manuel Paulo Nunes, membro da Academia Piauiense de Letras e atual Presidente do Conselho Estadual de Cultura, professor e intelectual por quem tenho enorme carinho.

O Salão do Livro do Piauí acontece em nossa capital, Teresina, e transcorre durante uma semana, reunindo um público, no Complexo Cultural Praça Pe-

dro II, de aproximadamente 150 mil pessoas, todas ávidas por leitura e por uma boa discussão literária, além de participarem ativamente das demais atividades culturais do evento: shows musicais, exposições de artes plásticas, espetáculos circenses, oficinas de argila e apresentações de dança.

A organização do evento está sob a responsabilidade da Fundação Quixote, entidade sem fins lucrativos formada por uma abnegada equipe de professores (Cineas Santos, Romero, Kássio, Jasmine e Edilva; destaco aqui também o trabalho, embora hoje fora da coordenação, do professor e poeta Wellington Soares) que, procurando despertar o saudável gosto pela leitura, solicita às livrarias baixarem os preços dos livros – e, nesse período, muitos títulos serão vendidos, por exemplo, por menos de R$5,00.

Na programação deste ano, constam autores e acadêmicos de renome nacional, tais como Evanildo Bechara, Fabrício Carpinejar, Antônio Carlos Secchin, Marcos Bagno, Paulo Lins, Salgado Maranhão e José de Nicola. Todos eles ministrando palestras e autografando livros novos e antigos de sua autoria.

Vale relembrar ainda que, durante essa década, já passaram pelo nosso salão outros nomes expressivos da cultura brasileira, entre eles Affonso Romano de Sant'Anna, Frei Betto, Ignácio de Loyola Brandão, Moacyr Scliar, Marina Colasanti, Alice Ruiz, Antônio Torres, Rubem Alves, Ariano Suassuna, Regina Navarro Lins, Zuenir Ventura, Roberto da Matta, José Miguel Wisnik, Nei Lopes e Ivan Junqueira.

Embora inserido no circuito nacional do livro, o salão do livro apresenta, caríssimos Senadores e Senadoras, um diferencial importante em relação a outras feiras literárias do País – a promoção do Língua Viva, seminário na área de comunicação voltado para a qualificação de professores dos níveis fundamental e médio de ensino, tanto da rede pública, como da rede privada.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Destaco ainda a integração com o Governo do Estado, principalmente através da Fundação Cultural e da Secretaria da Educação, com a presença muito importante de estudantes, que ali comparecem, por exemplo, e podem comprar livros a preços de até R$5,00, às vezes até menos, nessa parceria com as livrarias.

Um aspecto que me deixa particularmente feliz no salão do livro, como aprendiz de escritor, é a quantidade de livros de autores piauienses lançados anualmente no evento, bem acima de 30 títulos, englobando desde veteranos na arte da palavra até jovens iniciantes no mundo das letras.

Já tive o privilégio de ali também lançar um livro...

(Falha na gravação.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Concluindo, Sr. Presidente. Encerro meu pronunciamento, distintos Senadores e Senadoras, evocando um provérbio árabe, com o qual concordo plenamente, que diz que, onde há cultura, há mais vida. Aproveitando o gancho, vou além: também há mais solidariedade e mais felicidade, pressupostos que devem nortear nossas ações e nossos comportamentos.

Por isso que, ao governar o Piauí, entre 2003 e 2010, nunca medi esforços no sentido de garantir essas atividades, que ajudam a projetar o Piauí nacional e internacionalmente.

Constatar que esses dois eventos – o Salão do Livro do Piauí e o Festival de Inverno de Pedro II – estão consolidados, assim como outros festivais de meu Estado, em termos de público e prestígio, deixa em mim grata sensação de alegria, uma vez que nasceram por iniciativa de uma prefeitura e de uma ONG justamente no comecinho do meu governo, em 2003 e 2004.

Foram tantos outros que surgiram – outros festivais – na minha gestão...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – ...a exemplo do Festival da Uva, no Município de São João do Piauí, e do Festival da Rabeca, em Bom Jesus. Fico mais feliz ainda em constatar que o Governador Wilson Martins, junto com toda a sua equipe...

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – E, na próxima gestão, vão ser quantos?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) –... continua garantindo recursos e infraestrutura a esses importantes eventos culturais do meu Estado.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – E, na próxima gestão, vão surgir quantos?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – (*Risos*.) Isso vamos tratar em 2014 com o maior carinho, mas temos sempre um compromisso com a cultura.

Era o que eu tinha a dizer. Deixo aqui, como anexo do meu pronunciamento, o calendário, o cronograma do Festival de Inverno de Pedro II e do Salão do Livro, que espero ser considerado também como parte deste pronunciamento.

Muito obrigado, e obrigado pela tolerância.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR WELLINGTON DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FESTIVAL DE INVERNO DE PEDRO II 2013

Programação Completa

30 DE MAIO

21h30 – 23h
Bernard Fines & Julio Bittencourt Trio
"JAZZ A LA CARTE"

23h30 – 01h
Taryn Spilman e banda
Participação especial do renomado baterista Cláudio Infante

CRUVIANA POP

01h20 – 2h30
Theregroove

31 DE MAIO

21h30 -01h
Luiza Miranda com o show "Vinícius Vive"

22h30 – 01h
Maria Gadú

CRUVIANA POP
01h20 – 2h30
Validuaté

01 DE JUNHO

21h – 22h
Josué Costa e Banda
Participação especial de Carol Costa

22h15 – 23h15
Artur Menezes

22h30 – 01h
Zélia Duncan

CRUVIANA POP

01h20 – 02h30
Ostiga Jr. e Banda

02 DE JUNHO

21h – 22h
Banda Boathus

22h – 00h
Banda Amarelo Cajuína

ROCK'N BOSSA
Nos intervalos dos shows com os DJs Iéo Lima e Sérgio Donato

Durante o discurso do Sr. Wellington Dias, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Amorim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Parabéns, Senador Wellington Dias, pelo incentivo à cultura no seu Estado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Concederei a ordem para cada um.

Fiquei com tanta vontade de ir para o Festival, mas, com certeza, no nosso Estado, também começam os festejos juninos, começam em Pernambuco, na Paraíba, enfim.

Pela ordem, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – É porque antiguidade é posto; ele vai falar primeiro porque é mais velho. (*(Risos.)*.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Portanto, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente; obrigado pela cortesia, Senador Magno Malta.

Presidente, com base no art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, quero requerer voto de pesar pelo falecimento, no dia de hoje, no Amapá, do ilustre advogado Dr. Adelmo Caxias.

Dr. Adelmo Caxias, decano da advocacia amapaense, um dos pioneiros do Estado do Amapá e do então Território Federal do Amapá, deixa um legado de vida, um legado principalmente dedicado à ética e à conduta de defesa dos valores da advocacia, dos valores da República, como membro do Tribunal Regional Eleitoral que foi, como advogado amapaense.

O corpo do Dr. Adelmo está sendo velado hoje, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Amapá.

Eu queria, ao protocolizar este voto de pesar na Mesa do Senado Federal, fazer este registro da enorme perda para o Amapá do Dr. Adelmo Caxias, orgulho e grande eminência da advocacia amapaense.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Os nossos sentimentos, Senador Randolfe, à família e ao povo do Amapá, pela perda.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Só faço um registro, Sr. Presidente, rapidamente, porque o Senador Acir já está na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Ele será o próximo orador e, em seguida, a Senadora Kátia Abreu.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – E eu já agradeço a benevolência dele, que está tranquilo, sorridente. Então, vou fazer um registro muito rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Senador Magno Malta, V. Exª tem a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje tivemos reunião da Comissão que discute o novo Código Penal Brasileiro. Foi uma reunião marcada pelo Senador Eunício e pelo Senador Pedro Taques, Presidente e Relator, e convidamos, a meu convite no requerimento, o Presidente do Conselho Federal de Medicina, após a declaração da resolução dele de apoiar o aborto até 12 semanas, ou seja, três meses. E eu, chocado, achei que ali era o foro para discutir, já que estamos mexendo no Código Penal Brasileiro. Ele aceitou.

Veio o Dr. Fonteles, com conhecimento jurídico, sensibilidade humana, muita riqueza, com uma contribuição fabulosa, mas, infelizmente, o Presidente fugiu do debate. Hoje, ao meio-dia e meia, ele protocolou um ofício, dizendo que algo inesperado e inadiável fez com que ele não pudesse comparecer. Podia pelo menos fundamentar, porque fica igual a um juiz que manda prender os outros, mas não fundamenta o mandado de prisão. Não tem o menor sentido. Tinha que fundamentar o que foi esse algo inesperado, porque ele foi convidado já há algum tempo e desfez hoje, ao meio-dia, com um ofício que a nós, da Comissão, não cheirou bem. Mas ele poderia ter vindo, porque os debatedores são de uma riqueza, de uma capacidade... A meu juízo, ele raciocinou e viu a pedreira que iria enfrentar.

E o Dr. Cláudio Fonteles, amante da vida, defensor da vida, com conhecimento jurídico e um conhecimento da anatomia do homem desde a hora em que a vida é concebida, muito mais do que com colocações emocionais, que muitas vezes são melhores, mas com colocações jurídicas, enriqueceu aquele debate.

Eu quero parabenizar o Senador Pedro Taques e o Senador Eunício e pedir que reconvoquem o Presidente do Conselho Federal de Medicina, porque ninguém vem a público – um homem que preside uma entidade como essa – e diz que apoia o aborto com três meses de vida, respirando, o coração batendo, vivendo! O que mais me assusta – e é sobre isso que vou falar depois – é que toda regra tem exceção. Essa também tem. É que quase todo, nem sempre, mas quase todo defensor do aborto é contra a redução da maioridade penal. Eles defendem e não querem que um homem

seja punido aos 17, 18 anos de idade, e chamam de criança; mas defendem a morte de uma criança quando ainda no ninho, no nascedouro, no útero da sua mãe.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Concedo a palavra ao Senador Gurgacz e, em seguida, à Senadora Kátia Abreu.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham através da TV Senado, nossos amigos de Rondônia, que acompanham o nosso trabalho nesta tarde, início de noite da terça-feira, ontem, pela manhã, eu percorri a BR-364 para ver como andam suas obras de restauração. Saímos de Ji-Paraná, fomos a Presidente Médici, até próximo a Cacoal, eu e o nosso amigo José Vidal Hilgert, para acompanhar o trabalho do consórcio que ganhou a licitação, tem o contrato, ganhou a ordem de serviço.

Enfim, as recicladoras estão trabalhando, as fresadoras também estão trabalhando, estão atuando, de modo que, Senador Anibal, felizmente, a famosa restauração da BR-364 já iniciou, tem o seu trabalho feito. Alguns defeitos, alguns problemas, mas nós já conversamos com o engenheiro responsável que está no trecho, conversamos também com o Diretor do DNIT da região Acre-Rondônia, pois o tapa-buraco não está sendo feito. Mas se comprometeram que, amanhã, a equipe de tapa-buraco estará no trecho entre Presidente Médici e Ji-Paraná, que é o pior pedaço da estrada, da BR-364, exatamente entre Ji-Paraná e Cacoal, de modo que o serviço de restauração, com a recicladora do asfalto, todo esse trabalho está sendo feito, e o tapa-buraco também deve reiniciar amanhã, no mais tardar.

Vamos continuar acompanhando porque é um tema da maior importância para todos nós de Rondônia.

Também estou acompanhando a questão da BR-425, cuja abertura dos envelopes se deu, através do RDC, na última semana, no dia 17. A empresa Brasil Tec Construções e Serviços Ltda. apresentou uma proposta de R$50 milhões para cada um dos lotes, o menor preço ofertado, e nesta segunda-feira, dia 20, teria que enviar a proposta de preços adequada aos lances e seus documentos de habilitação, o que não aconteceu. Inexplicavelmente, a empresa fez o menor preço, a menor proposta e, na hora de apresentar os documentos, de se habilitar, a empresa desapareceu. Isso dá a impressão até de maldade, pois faz uma proposta de 50% do preço inicialmente ofertado, depois desaparece e não cumpre as suas responsabilidades. Vou aqui repetir o nome da empresa: Brasil Tec Construções e Serviços Ltda.

Vejo duas preocupações neste caso: o desconto de quase 50% sobre o valor em relação ao edital anterior, que foi revogado, numa demonstração de que a empresa mergulhou no preço; segundo, o fato de a empresa não cumprir o primeiro prazo previsto no edital, que era a entrega dos documentos de habilitação até ontem.

De acordo com o Regime Diferenciado de Contratação, essa foi desclassificada e deve ser chamada a segunda colocada para, se aprovada a documentação da segunda empresa, o processo siga o trâmite interno do DNIT e a empresa deverá começar a obra em até 15 dias após a ordem de serviço do órgão. Espero que isso de fato ocorra, pois a BR-425, construída há 30 anos, nunca passou por uma restauração, sendo que está em condições semelhantes ou, diria, até pior que a BR-364.

Hoje, pela manhã, estivemos em reunião com o Diretor-Geral do DNIT, General Jorge Fraxe. Discutimos e debatemos esse assunto de a empresa ter apresentado uma proposta com valor 50% a menos do valor inicial e não ter apresentado a documentação exigida para habilitá-la. O General Fraxe nos coloca claramente que essa empresa será punida, na forma da lei, pois ela será notificada e tornada inidônea pelos próximos cinco anos, o que a impedirá de participar de qualquer certame licitatório do Governo. Não dá para aceitar uma situação como essa: uma empresa dá o lance e não aparece para concluir o processo licitatório. É importante que isso aconteça e que passemos a punir não somente essas empresas, mas também os engenheiros responsáveis. Vamos punir mediante o CPF, porque empresas trocam de nome, fazem consórcio e mudam a razão social, mas os CPFs dos engenheiros responsáveis não há como mudar. É o que esperamos que aconteça realmente.

Meus cumprimentos ao General Jorge Fraxe, que prontamente já determinou que fosse feita uma notificação e que fosse enquadrada essa empresa dentro da lei, para que venha mais a atrapalhar os processos licitatórios do Governo.

Também solicitamos ao DNIT a execução dos projetos para a complementação da travessia urbana do Município de Ji-Paraná, com a iluminação e a duplicação de mais um trecho das duas pontas da cidade, para interligação com o anel viário, bem como a complementação das travessias urbanas de Vilhena – esteve conosco o Prefeito José Rover, que fez uma doação do projeto para o DNIT executar a licitação da obra, passando por essa fase em ter que licitar o projeto, e sim licitando a obra diretamente, pois a Prefeitura de Vilhena fez a doação do projeto de duplicação das travessias urbanas –, Ouro Preto do Oeste, Presidente

Médici, Candeias do Jamari, a conclusão de Ariquemes e o principal, o anel viário norte de Porto Velho, obra da maior importância para a nossa capital. Hoje todo o trânsito de caminhões que utiliza o porto de Porto Velho passa pelo centro da cidade, através da Avenida Jorge Teixeira. Portanto, já está em fase de projeto o anel viário norte de Porto Velho, que é realmente obra importantíssima para o Estado de Rondônia, mas principalmente para a nossa capital, Porto Velho.

Também solicitamos informações sobre outra rodovia que está abandonada há mais de 20 anos em nosso Estado, que é a BR-319, que liga Porto Velho a Manaus.

A BR-319 foi construída na década de 70, dentro do contexto de colonização da Amazônia. Inaugurada em 1973, essa rodovia é hoje o único canal de ligação terrestre de Manaus com o restante do País, mas foi abandonada no início dos anos 90.

Apesar de estar praticamente intransitável, a rodovia existe e virou estrada de turismo e lazer para muitos aventureiros, jipeiros e motociclistas que se aventuram pelos seus quase 900km. Mesmo em péssimas condições, ela é usada por equipes de manutenção das torres de telecomunicação ao longo da rodovia e do Sistema de Proteção da Amazônia.

A BR-319 está posicionada estrategicamente entre duas capitais e não pode ser apenas uma estrada de trilha para aventureiros, ela tem que servir como elo de ligação terrestre entre a população da Amazônia e como modal rodoviário para o escoamento da produção dos Estados da Região Norte, com a exportação desses produtos via Caribe e Atlântico, estabelecendo assim um novo eixo de exportação e desenvolvimento, principalmente para o nosso Estado de Rondônia, que tem grande parte da sua produção agrícola sempre destinada à cidade de Manaus. Portanto, essa rodovia é de fundamental importância para o nosso Estado Rondônia e, também, tem um grande apelo turístico muito grande, pois muitas pessoas brasileiras e estrangeiras gostariam de conhecer a Amazônia por estrada e a BR-319 é exatamente a ligação turística que falta para que as pessoas possam conhecer melhor a nossa Amazônia.

O primeiro projeto de reconstrução da BR-319 começou a ser elaborado em 2003, logo no início do primeiro mandato do presidente Lula. Em 2005, o Governo Federal anunciou a recuperação da rodovia. As obras começaram em 21 de novembro de 2008, com duas frentes de trabalho partindo dos extremos da rodovia, sob a responsabilidade do Exército Brasileiro.

Um trecho de 204km saindo de Manaus, no Amazonas, e outro de 208km saindo de Porto Velho, de Rondônia foram recuperados e finalizados no ano de 2010.

A ligação entre Porto Velho e Humaitá foi inaugurada pela Presidenta Dilma Rousseff no dia 24 de março de 2010, quando ela ainda era Ministra-Chefe da Casa Civil. Na ocasião, a então Ministra Dilma Rousseff prometeu aos rondonienses e amazônidas que eles poderiam ir de automóvel assistir aos jogos da Copa do Mundo de 2014 na Arena da Amazônia, em Manaus, pela BR-319 inteiramente reconstruída, pois a obra estava no PAC 2.

Ainda tenho esperanças de que isso possa ocorrer, mas vejo que a cada dia é mais difícil que nós consigamos atingir esse objetivo.

Isso porque a recuperação do trecho intermediário da BR-319, com a extensão de 405km, chamado de "meião" da BR-319, foi embargado pelo Ibama em 2009, mesmo com o projeto de restauração possuindo o Estudo de Impacto Ambiental, executado de forma competente pela Universidade Federal do Amazonas, a Ufam.

A avaliação positiva deste Estudo de Impacto Ambiental pelo Ibama permitiria a emissão das licenças ambientais para realização das obras, mesmo tratando-se apenas da restauração de uma rodovia já existente.

No entanto, o Ibama enxergou inconsistências no Estudo e embargou a obra, solicitando um estudo mais completo, a ser realizado durante o período de um ano, para avaliar o comportamento da fauna, da flora e o ciclo das águas durante as épocas da chuva e da estiagem, aspectos que inclusive já constavam do estudo realizado pela Ufam.

Esse novo estudo já foi licitado pelo DNIT, está sendo realizado e deve ser concluído até o dia 5 de março de 2014, abrindo possibilidade para que a restauração possa ser feita ou retomada a partir desse momento. Mas, por conta desse impasse ambiental, a Presidenta Dilma cancelou, no ano passado, o repasse no valor de R$90 milhões que estavam previstos no Orçamento da União para as obras da rodovia.

Esse recurso poderia ser utilizado nas obras de manutenção, já que poderiam tornar a rodovia transitável.

Quem perdeu com isso foi o povo da Amazônia, os produtores e exportadores que, dessa forma, ficaram reféns de sistemas de escoamento e de transporte por vias aérea e fluvial.

Atualmente, o Ibama flexibilizou a assinatura de um termo de compromisso do DNIT com um órgão estadual ambiental amazonense, o Ipam, para tornar a rodovia transitável. Porém o órgão ambiental estadual tem que tomar a anuência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o ICMBio, e do Centro Estadual de Unidades de Conservação, pois a BR-319 atravessa unidades de conservação

federal e estaduais, o que torna as obras de manutenção ou restauração ainda mais complicadas. Embora a licitação de manutenção do trecho de 405Km intermediários da rodovia já esteja homologada, está aguardando autorização dos órgãos citados para assinatura dos contratos.

Sr. Presidente, Rondônia está num eixo estratégico de expansão da agropecuária, do agronegócio no nosso País, com Porto Velho tornando-se um polo intermodal importante para a exportação dos produtos agroindustriais produzidos em Rondônia e nas regiões Centro-Oeste e Norte do nosso País.

Mas para que esse novo eixo estratégico para o desenvolvimento do País se viabilize é necessária a execução de projetos importantes, como a restauração, a reconstrução da BR-319; a Ferrovia Centro-Oeste até Vilhena, com sua extensão até Porto Velho e Rio Branco, no Acre; a hidrovia do Madeira, com a construção das eclusas nas usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio; bem como de outras obras de infraestrutura e logística que já estão em andamento ou previstas no Orçamento da União.

A reconstrução da BR-319 é uma questão de honra para a população da Amazônia, para os rondonienses e amazônidas de todos os Estados da Região Norte.

Portanto, solicito mais uma vez o apoio dos demais Senadores do nosso Estado de Rondônia, de toda a Amazônia e de todos os Estados brasileiros para essa luta de reconstrução dessa importante rodovia para a Amazônia. E, também, contamos com a sensibilidade da Presidenta Dilma para com o nosso povo da Amazônia, que somam 25 milhões de brasileiros.

A sustentabilidade econômica, social e ambiental da Amazônia passa por projetos que levem melhorias da qualidade de vida de sua população, que lhe deem o direito sagrado de ir e vir, o acesso às novas tecnologias, e não a deixem no abandono, como se encontram os moradores de cidades, aldeias e vilas ao longo da BR-319.

Eram essas as minhas colocações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Acir Gurgacz, o Sr. Eduardo Amorim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco/PR – SP) – Antes de chamar a Senadora Kátia, há expediente sobre a mesa.

A Presidência designa o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, conforme o **Ofício 575, de 2013**, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

É o seguinte o Ofício:

Of./GAB/I/Nº 575

Brasília, 21 de maio de 2013

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do Deputado Genecias Noronha para integrar, na qualidade de Suplente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Giroto.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Eduardo Cunha** Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco/PR – SP) – Tem a palavra a nobre Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada a V. Exª, Sr. Presidente, e a todos os brasileiros que têm a oportunidade aqui de nos assistir. Já estamos no final do dia, encerrando os nossos trabalhos, Senador Gurgacz, de Rondônia, que se encontra aqui.

Enfim, eu venho a esta tribuna hoje, Sr. Presidente, colocar uma situação de terror que nós estamos vivendo no Brasil. No terceiro milênio, no século XXI, é inadmissível que nós possamos estar vendo, num País de tamanho continental, com 850 milhões de hectares, brasileiros brancos se contrapondo a brasileiros índios, numa guerra artificial, insuflada por determinados organismos, o que não era necessário.

Eu venho aqui denunciar ao Brasil os riscos de violência a que estamos prestes a assistir, especialmente no Mato Grosso do Sul, nesta semana. São 30 fazendas, 17 mil hectares invadidos. Como se não bastasse, uma pequena fazenda de 300ha, mais próxima à reserva, foi invadida pelos índios, porque o dono da propriedade rural conseguiu uma liminar, na Justiça Federal, de reintegração de posse. Para nossa surpresa, para nossa indignação, a Polícia Federal, em vez de cumprir a reintegração de posse, devolvendo a propriedade aos seus legítimos donos, chegou ao local, sem estar preparada, e prendeu o fazendeiro e a sua esposa, junto com seus filhos. Que mundo é este?!

Nós estamos vivendo um conflito artificial, em que não temos a proteção da Justiça. O Ministério da Justiça, pelo visto, só faz justiça aos brasileiros índios. Quem fará justiça aos brasileiros brancos que também trabalham por este País?! A Funai protege os índios, o Cimi protege os índios, o Ministério Público protege os índios. Quem é que vai proteger os produtores rurais?

Sr. Presidente, nós estamos falando de um povo que emprega muita gente no Brasil. São 37% dos empregos dos brasileiros. Nós somos responsáveis por um quarto de tudo que o Brasil produz. Nós estamos segurando a balança comercial. E quero lembrar a todos que nos assistem que, dos 850 milhões de hectares, os produtores só produzem arroz com feijão e carne em 27,7% do Território. Menos de 30% estão ocupados pelos produtores, e os índios querem exatamente essas áreas. Nas mãos da Funai, nas mãos do Ibama, nas mãos do Incra, há mais de 50% do Território brasileiro. Por que as terras públicas não podem ser doadas para os índios? Mas, não; eles querem as terras de produtores rurais que estão, há anos, trabalhando, movimentando a terra, produzindo arroz com feijão, soja, milho, para manter a economia deste País.

Analisem os outros setores do Brasil. Infelizmente, a indústria, o comércio e os outros setores não conseguem sustentar a economia.

É a inovação e a tecnologia do agronegócio que vêm segurando a balança comercial, que vêm segurando a nossa economia. E quem vai fazer justiça aos produtores rurais?

Eu queria que o Sr. Ministro Eduardo Cardozo, da Justiça, tivesse o mesmo senso de justiça que teve com as quatro mil famílias da Fazenda Suiá Missu. Mas eram brancos! Eram brancos, e puderam ser expulsas mil crianças, que estão morando hoje debaixo de lona. Lá não esteve ninguém dos direitos humanos; lá não esteve Ministério Público para proteger quatro mil famílias de pequenos produtores, de pessoas pobres. "Mas é porque eram brancos e os outros eram índios; eles é que merecem toda a proteção!" Eles também merecem proteção, como qualquer brasileiro neste País, porque também pagamos impostos, e a Constituição e a lei têm de valer para todos. A única coisa que iguala todos – brancos, negros, índios; pobres e ricos – é a legislação. Não existe lei para rico e lei para pobre; não existe lei de branco e lei de índio. É uma lei só para todos, Sr. Presidente!

Eu exijo ao Sr. Ministro da Justiça que cumpra o seu papel, a sua responsabilidade, e não se omita, porque o senhor não é representante de classes; o senhor não é representante de índios; o senhor é Ministro do Brasil, pago com dinheiro público! O senhor deve satisfações ao povo brasileiro!

O que o senhor vai fazer com a Polícia Federal, que prendeu a família de produtores rurais? Eu quero saber, Sr. Ministro, o que o senhor vai fazer com a Polícia Federal, que, ao invés de obedecer à decisão judicial e retirar os índios da terra, retirou os donos da propriedade? Por que não retiraram os índios, como fizeram com quatro mil na Suiá Missu? Desvalidos, jogados ao vento e ao tempo, sem dó nem piedade. O coração só dói para os índios? Para os brancos não dói o coração do Sr. Ministro da Justiça.

Sr. Presidente, isso é um barril de pólvora. Não é uma ameaça pessoal. Eu tenho lutado como louca, para que nós possamos pacificar essa situação, para que a lei possa ser cumprida. Se o Governo Federal quiser dar terra para os índios, não há nenhum problema: compre as terras, desaproprie terras dos produtores, de quem quer que seja; pode dar o Brasil inteiro. Mas compre; desaproprie e pague; indenize quem é o dono da terra. Não é possível vivermos hoje nessa insegurança jurídica.

Rasgo a Constituição? Não, não sou capaz de fazer isso. Vou lutar pela Constituição até o fim. Eu jamais rasgaria uma página da Constituição, nesta Casa ou em qualquer lutar que fosse.

Sr. Presidente, o Cimi representa parte da Igreja Católica – eu quero dizer a minha Igreja Católica. Sou cristã e católica. Os brancos produtores rurais, na sua grande maioria, são católicos, Sr. Presidente. Eu peço ajuda à CNBB, ao Presidente da CNBB, ao Secretário-Geral, que não deixe o Cimi criar esse conflito entre brancos e índios, porque também nós somos cristãos e queremos a proteção da Igreja. Nós somos católicos na sua grande maioria, e há uma parte da Igreja que protege apenas os índios. Quem vai nos proteger? Será que até a Igreja vai nos virar as constas? Não acredito que isso possa acontecer. Não acredito que esse é o pensamento geral da Igreja, da minha Igreja, que eu frequento e na qual me congrego.

Sr. Presidente, a Funai faz questão absoluta de isolar os índios na fome, na miséria e na pobreza para fazer valer o seu poder e a sua autoridade. A Funai não quer ouvir os índios que reclamam de saúde, reclamam de escola, reclamam de celular, de televisão, de casa decente. Não! Ela quer aprisionar os índios no meio do mato, na floresta, como se fosse a poderosa, autônoma e mandatária desses seres humanos.

Os brasileiros índios, Sr. Presidente, querem exatamente o que querem os brasileiros negros, os brasileiros brancos, os homens e as mulheres deste País: conforto, decência, casa, água para tomar banho,

comida todos os dias. Mas a Funai é arcaica, bizantina, faz questão absoluta de fazer de conta que não está ouvindo os índios. Podem até existir grupos de índios que querem o isolamento, por opção, e nós temos que respeitá-los; mas a grande maioria, segundo pesquisa Datafolha, contratada pela CNA, quer viver bem; os índios querem viver bem.

A Funai não tem o direito de continuar escravizando e mantendo os índios isolados, deixando-os em petição de miséria, à mercê da droga, do alcoolismo, da gravidez na adolescência, da prostituição infantil, como estamos vendo em várias aldeias do País. Temos que proteger os índios como protegemos os brancos, que são, também, desprotegidos em várias partes, em vários lugares.

Sr. Presidente, quando uma linha da Eletronorte, quando uma ferrovia, ou uma estrada, ou uma hidrelétrica precisa ser feita em nossas fazendas, nós nos rendemos ao desenvolvimento. Recebemos a nossa indenização obrigatoriamente. Ou recebe ou o linhão passa assim mesmo; ou recebe ou a ferrovia passa assim mesmo. Mas os produtores nunca recusaram o desenvolvimento. Em terras indígenas, é um santuário: não se pode passar uma ferrovia, não se pode produzir energia para o Brasil, não se pode passar uma estrada.

Às vezes, temos de dar uma volta de quilômetros e quilômetros, torrando, gastando o dinheiro público, porque o Ministério Público e a Funai não querem que as terras indígenas possam, também, ser cedidas ao desenvolvimento do País, trazendo a real condição para que os índios recebam pedágios por uma ferrovia, por uma hidrovia, por uma hidrelétrica; recebam *royalties* para saírem da miséria e da pobreza, como os índios em toda parte do mundo. Não há índio pobre nos Estados Unidos, não, Sr. Presidente. Os que existem lá são todos ricos. Graça a Deus, são ricos! A Funai, parte do Ministério Público e o Cimi declararam, decretaram a pobreza permanente dos índios do Brasil, para manterem o seu poder, o seu *status quo.*

Sr. Presidente, quero aqui dizer que estamos pedindo, nada mais nada menos, que a lei seja cumprida. O que a Constituição diz? A Constituição diz que terra indígena é o fato ocorrido no dia 5 de outubro de 1988. Mas a dona Funai faz ouvidos moucos para a Constituição. Em 1988, a Constituição disse: "Basta! Hoje o que é de índio e de índio. Daqui para a frente não há ampliação mais. O que foi não é, e o que seria também não será. São apenas as terras demarcadas hoje, 5 de outubro de 1988."

Na promulgação da Constituição, havia 14 milhões de hectares de terras indígenas. Sr. Presidente, hoje são 125 milhões de hectares, um aumento de 874%. É a Funai, é o Ministério Público. Não há Presidente da República que mande neles; não há ministro, não há Justiça, não há Legislativo que mande neles. Eles vivem num mundo à parte, fazem o que querem da Constituição, todos os dias. Houve 874% de aumento nas terras indígenas deste País desde a Constituição, desobedecendo-lhe descaradamente.

Tivemos o episódio da Raposa Serra do Sol, em Roraima. Aliás, foi matéria de jornal, de televisão e de revista a miséria em que se encontram os índios de Roraima depois que tiraram de lá os arrozeiros. Não preciso aqui falar sobre isso, o Brasil inteiro assistiu. Depois da Raposa Serra do Sol, não houve um julgamento comum. Depois da Raposa Serra do Sol, os Ministros do Supremo, por quase unanimidade, resolveram, decidiram: "Vocês não sabem ler a Constituição? Então nós vamos repetir para vocês, brasileiros, como é que tem de ser terra indígena."

Terra demarcada não pode ser ampliada; foi o relatório do Ministro Carlos Alberto Direito, que eu faço a questão aqui de ler:

> *A partir da apreciação deste caso pude perceber que os argumentos deduzidos pelas partes são também extensíveis e aplicáveis a outros conflitos que envolvam terras indígenas. A decisão adotada neste caso [Raposa Serra do Sol] certamente vai consolidar o entendimento da Suprema Corte sobre o procedimento demarcatório com repercussão também para o futuro. Daí a necessidade do dispositivo explicitar a natureza do usufruto constitucional e seu alcance.*

Mas, Sr. Presidente, salvaguardas ampliadas a partir de voto-vista do Ministro Menezes Direito e deslocadas por iniciativa deste para a parte dispositiva da decisão. Técnica de decisão definitiva, Sr. Presidente.

Mas eu ainda queria ler o trecho do Ministro Cezar Peluso, a respeito de Raposa Serra do Sol e dos condicionantes que devem valer para todo o Brasil:

> *[…] não apenas pela circunstância de significar reafirmação do 'fato da posse indígena' na data da Constituição, ou seja, a posse encontrada naquela data e objeto da demarcação, mas também para efeitos futuros […].*

Mas também o Ministro Lewandowski, na mesma votação:

> *[…] – refiro-me especialmente àquele ponto em que se veda a ampliação da área –, porque consigno que o […] [Ato das Disposições*

> *Constitucionais Transitórias] fixou um limite temporal para que a área seja, enfim, determinada, […], e penso que agora, data venia, apenas com uma reforma constitucional é que se poderá alterar [essa situação].*

Ainda o Ministro Gilmar Mendes: "embora o prazo já tenha se esgotado…" Porque foram cinco anos, nas disposições transitórias. De 1988, na Constituinte, cinco anos era o prazo definitivo para que as áreas fossem demarcadas no País. Mas a Funai faz de conta que não sabe; o Ministério Público faz de conta que não sabe.

> *Embora* [diz Gilmar Mendes] *o prazo já tenha se esgotado, revela-se patente a finalidade do dispositivo de evitar delongas ou tergiversações no cumprimento, pelo ente público, do dever que lhe fora constitucionalmente imposto. […] Não se pode admitir [continua Gilmar Medes] a possibilidade de que, a qualquer momento, sejam ampliados os limites das terras indígenas já demarcadas, sob a alegação de que as necessidades dos grupos autóctones não foram corretamente aquilatadas à época da demarcação ou de que novos interesses teriam surgido após a sua conclusão.*

Ministro Gilmar Mendes é claríssimo ao dizer. Não pode aparecer uma demanda e, de repente, virar terra indígena. Se assim entender o Estado – que a terra está pequena para os índios –, compre, repito, desaproprie, pague, indenize e dê para quem quiser, para qualquer brasileiro deste País. Mas passar a perna nos brasileiros brancos, a Funai e o Poder Público não podem fazer.

Ainda, Carlos Alberto Direito, falecido Ministro do Supremo:

> *Eu ponderaria, apenas, que nós não devemos considerar a aplicação, pelo que foi dito ao longo de toda a discussão, exclusivamente no caso Raposa Serra do Sol. A ideia da Corte foi a de criar, através deste processo, um modelo próprio de demarcação de terras indígenas. Então, nesse caso, haveria, sim, de ser examinada a matéria. Eu entendo que, uma vez feita a demarcação, não deve caber a ampliação* [Sr. Presidente, é o voto do Relator, do Ministro do Supremo Tribunal Federal, votado por todos os Ministros, 99% dos Ministros], *porque a ampliação vai gerar consequências gravosas* [o que está acontecendo no Mato Grosso do Sul hoje, o Ministro Carlos Alberto Direito já previu lá atrás no dia do julgamento] (...) *e executada a demarcação, possam adquirir direitos em virtude dessa demarcação. Se nós admitirmos que é possível a ampliação, a cada momento, vamos ter novamente este embate*.

Sr. Presidente, Ellen Gracie, eu podia ficar aqui citando todos os Ministros que votaram dizendo que Raposa Serra do Sol é o marco temporal, é o marco que o Governo deve adotar em todas as vezes que for analisar alguma questão indígena. E, ainda mais, as condicionantes determinaram que o Poder Público municipal e estadual deve ser ouvido. De 1988 para cá, a dona Funai e parte do Ministério Público nunca chamaram os prefeitos ou os governadores, porque eles estão acima do bem e do mal, mandam mais do que os prefeitos e os governadores, a Presidência da República, o Congresso Nacional, que votou essa Constituição.

Sr. Presidente, recentemente, o Ministro Marco Aurélio foi convocado para uma decisão judicial e ele novamente decidiu que Raposa Serra do Sol é o marco temporal para definir e acertar as questões indígenas no País.

Quero lembrar que, em 2012, a AGU, entendendo essa definição do Supremo Tribunal Federal, publicou a Portaria nº 303, do dia 16 de julho de 2012. Aí que as coisas se agravaram, Sr. Presidente. O Ministro Adams, Ministro Chefe da AGU, publicou a portaria, dizendo: "Governo brasileiro, se quiser tratar a questão indígena, por favor, acompanhe os quesitos de Raposa Serra do Sol, as condicionantes que colocaram lá, especialmente a 17 – terra indígena demarcada não pode ser ampliada", Sr. Presidente.

Posteriormente a essa publicação, o Ministro Adams declarou à imprensa e à sociedade que os movimentos sociais o pressionaram e ele teve de recuar e despublicar uma portaria.

Sr. Presidente, depois de isso feito, no ano passado, as coisas se agravaram ainda mais. Ele alega que precisam ser votados os embargos declaratórios que o Ministério Público entrou no Supremo Tribunal. Não é verdadeiro porque os embargos declaratórios não são suspensivos, Sr. Presidente. Nada vai adiantar! É apenas postergar e insuflar a violência no campo brasileiro.

Sr. Presidente, eu encaminhei ao Ministro do Supremo, Joaquim Barbosa, a substituição do relator dessa matéria, porque Ayres Britto se aposentou e nós estamos esperando a indicação do novo Ministro do Supremo pela Presidente Dilma que será o relator dessa matéria ao herdar a relatoria de Ayres Britto. Nós não podemos esperar e pedimos, encare-

cidamente, ao Ministro Joaquim Barbosa, que substitua o relator e que seja o que Deus quiser e que o Supremo Tribunal decida, definitivamente, quem tem razão neste País.

Há pouco, a Ministra Gleisi Hoffmann, em um raio da inteligência e sabedoria, chamou a Embrapa Satélite e pediu que mapeasse os Estados em crise no País, e a Embrapa entregou, em primeira mão, o Estado do Paraná.

Sr. Presidente, a Constituinte foi em 1988, em 5 de outubro, e o que a Embrapa Satélite encontrou no Paraná, agora, há poucos dias? A Embrapa elaborou um mapeamento e concluiu que a presença de índios nos locais de estudo é recente ou até inexistente. A presença mais antiga data de 1990, e a Constituinte foi em 1988, Sr. Presidente.

Uma área chamada Tekoha Porã que reúne índios vindos de Naviraí e constitui uma aldeia inserida na malha urbana de Guairá. E índios, Sr. Presidente, já constatados pela Polícia Federal, do Paraguai... Nós estamos ampliando e demarcando terra indígena para índios do Paraguai no Estado do Paraná, um dos Estados mais prósperos da Nação e que produz muitíssimo para o agronegócio deste País.

A maioria sobrevive com o Bolsa Família e cesta básica. Das demais áreas, em dez há intrusões e ocupações indígenas a partir de 2007, Sr. Presidente. Em cinco delas, só foi registrada a presença de índios a partir 2012. O satélite é perfeito! Assim como ele encontra desmatamento, assim como ele encontra e enxerga até a cor do olho do boi, Sr. Presidente, ele enxerga a ocupação, quer seja de índio, de branco e de negro.

O satélite é poderoso. Não adianta contestar. Mas nós vamos fazer em todos os Estados de conflito. E em quatro áreas das 15 declaradas indígenas no Paraná, a Embrapa detectou zero índio. Nenhum índio.

Sr. Presidente, não é só o Paraná, mas também o meu Tocantins. Um Estado pacífico, onde nós sempre vivemos em paz com nossos índios. Estamos iniciando conflitos em Formoso do Araguaia; estamos criando conflito e vendo assistir em Lagoa da Confusão as áreas irrigáveis, altamente produtivas para as lavouras. E nós precisamos aumentar a produtividade sem desmatar, e é através da irrigação da margem do Rio Araguaia que nós vamos poder fazer valer o aumento de produção que a ONU nos pede até 2050.

Lagoa da Confusão e Formoso da Araguaia, regiões altamente produtivas, que sempre viveram pacificamente com os índios na Ilha do Bananal, agora criando conflitos com os fazendeiros; mas também Mato Grosso, onde estão sendo demandados 3,8 milhões de hectares; Rio Grande do Sul, são lavouras centenárias, sendo reivindicadas por aldeias indígenas; a Bahia sofrendo invasões de toda a ordem e de todo o jeito; 125 novos processos. O que a Funai pretende, Sr. Presidente? Não são só 13% do País para os índios. Não, eles querem 25% do País, enquanto toda a nossa produção de arroz com feijão e carne está ocupando 27,7% do Território nacional.

Encerro, Sr. Presidente, pedindo ao Governo Federal, à Presidente Dilma, que ela possa revalidar a Portaria 303 da AGU; que o Advogado-Geral da União possa obedecer ao Supremo Tribunal Federal, possa atender ao mando da Constituição e publique a Portaria, dizendo que todas as áreas têm que ser submetidas às condicionantes de Raposa Serra do Sol. Ou precisamos aprovar a PEC no Congresso Nacional, colegas Senadores, Deputados de todo o Brasil, dizendo que áreas indígenas têm que ser aprovadas pelo Congresso Nacional. E, enfim, a Joaquim Barbosa, que possa substituir o relator.

Nós confiamos na Justiça, Sr. Presidente. Os Ministros do Supremo não iam mudar de opinião. Eu tenho certeza de que valerá o que eles votaram lá atrás, e nós vamos voltar a ter paz no campo brasileiro, paz para que nós possamos aumentar a nossa produção, a nossa produtividade. Nós não queremos brigar com ninguém, nós não queremos brigar com os índios. Se nós temos alguma dívida com os índios, que todos os brasileiros possam pagar e não só os produtores rurais. Essa dívida não é só nossa, nós não tomamos terras indígenas, nós somos titulados pelo Estado brasileiro, a grande maioria com escritura pública, Sr. Presidente. Produzimos há quarenta, cinquenta, cem anos no mesmo lugar.

Eu peço que o Estado brasileiro, que o Sr. Ministro da Justiça, faça justiça de verdade para todos os brasileiros. Para isso ele é contratado e pago. E não só para os índios do Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco/PR – SP) – Há Expediente sobre a mesa.

A Presidência comunica, de conformidade com o **Ato Conjunto nº 3, de 2013**, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, que fica prorrogado por 60 dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Mista criada pelo **Ato Conjunto nº 1, de 2013**, destinada a elaborar proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ato:

ATO CONJUNTO Nº 3 DE 2013

DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Prorroga o prazo da Comissão Mista constituída pelo Ato Conjunto nº 1, de 2013, para conclusão dos trabalhos.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL e o PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições regimentais,

RESOLVEM:

Art. 1º Fica prorrogado por 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 1, de 2013, destinada a elaborar proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 13 de maio de 2013.

Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Deputado **HENRIQUE EDUARDO ALVES**
Presidente da Câmara dos Deputados

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco/PR – SP) – A Presidência designa, de conformidade com o **Ato Conjunto nº 4, de 2013**, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, para integrar a Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, criada pelo **Ato Conjunto nº 2, de 2013**.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ato:

ATO CONJUNTO Nº 4 DE 2013

DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera a alínea "c" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL e o PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições regimentais,

RESOLVEM:

Art. 1º A alínea "c" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013, que "Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º.....

I – .....

c) Eduardo Barbosa;

....." (NR)

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 21 de maio de 2013.

Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Deputado **HENRIQUE EDUARDO ALVES**
Presidente da Câmara dos Deputados

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco/PR – SP) – O próximo inscrito é o nobre Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, telespectadores da TV, ouvintes da Rádio Senado, o que me traz à tribuna nesta noite são dois assuntos que não me deixam alegre ao tratar deles.

O primeiro diz respeito à decisão do Supremo Tribunal Federal de não considerar a Emenda Constitucional da Constituição do Estado do Acre, que assegurava aos servidores contratados anteriormente a 1988 permanecerem em seus trabalhos.

Não reconheceram a estabilidade desses servidores. Então é um assunto que tem gerado uma grande comoção entre os servidores. Isso afeta diretamente algo em torno de onze mil servidores do Estado do Acre. Esse número é muito significativo, onze mil servidores, é mais ou menos 25% da força dos servidores públicos do Estado do Acre, nas mais diferentes áreas. Exatamente por isso há uma grande comoção. Ontem foi objeto de pronunciamento do Senador Jorge Viana aqui na tribuna e hoje houve uma reunião da bancada federal do Acre, de Senadores e Deputados Federais, para tratar desse assunto, no sentido de tentar interpretar essa decisão do Supremo Tribunal Federal e, ao mesmo tempo, tentar algum tipo de saída, algum tipo de atitude que traduza a solidariedade dos Parlamentares aos servidores do Estado do Acre, assim como tem feito o Governador Tião Viana. O Governador Tião Viana, desde que soube dessa decisão do Supremo, deixou clara a sua posição de lutar, até as últimas conseqüências, no sentido de tentar encontrar um caminho para que o prejuízo aos servidores seja o menor possível.

O ideal, uma vez que esses servidores já têm toda uma história com o serviço público do Estado do Acre, muitos deles já próximos à aposentadoria, seria que eles pudessem manter os seus empregos para o sustento de suas famílias e, ao mesmo tempo, pudessem continuar dando a sua contribuição para o Estado do Acre, porque 11 mil servidores ameaçados significa uma ameaça à economia do Acre; significa um forte perigo de um grande problema social, porque isso vai causar um transtorno social muito, muito grave também. E, exatamente por isso, a sociedade do Acre, os Parlamentares e o Governador Tião Viana estão preocupados em tentar encontrar uma saída e buscar o melhor caminho para que esse sofrimento não venha a ser concretizado de maneira fria como está sendo desenhado.

Essa luta vem de muito tempo. O Governador Jorge Viana, à época, já havia recebido essa determinação das demissões, mas recorreu dessa sentença e conseguiu manter. Depois, com o Governador Binho, da mesma forma: houve recurso e conseguiu manter esses servidores. E agora há uma decisão praticamente já concluída no Supremo Tribunal Federal. Teremos que encontrar outro mecanismo de diálogo com o Supremo para ver de que maneira diminuir o sofrimento dessas pessoas e tentar uma forma de o Governo do Estado do Acre não causar a concretização dessas demissões, que seria algo trágico para o povo do Acre. Então, a Bancada Federal do Acre, hoje reunida, externou a sua solidariedade e a busca de algum tipo de saída para este problema.

Outro assunto, Sr. Presidente, que me traz à tribuna do Senado hoje é para, mais uma vez, reforçar o meu convencimento de que houve uma ação açodada que vitimou pessoas inocentes, está vitimando pessoas inocentes no Acre quando dessa Operação G 7. A partir de um período de escuta telefônica da Polícia Federal, chegou-se a conclusões precipitadas e a pedidos de prisão também precipitados, porque não houve o devido processo legal, não se ouviu o Ministério Público, não se respeitou o direito de defesa e pediu-se a prisão preventiva de pessoas que têm endereço, que têm família, que têm emprego fixo, algo que não era necessário. A investigação poderia muito bem ter continuidade sem a prisão dessas pessoas.

Porque faltou o devido processo legal, porque houve precipitação no sentido de prender pessoas inocentes sem que elas tivessem o direito de defesa, exatamente por isso a gente considera que a Justiça está a dever, nesse caso do Acre. E, principalmente, a abordagem que tem sido feita por alguns veículos de comunicação, a partir dos fatos consumados. Fizeram um grande espetáculo com a prisão de pessoas inocentes televisionada pela TV Globo, mostrada em vários veículos de comunicação, como aconteceu, agora, no fim de semana. A revista *Veja* traz também uma reportagem dura e injusta com o Governador Tião Viana, que é uma pessoa que tem dedicado todas as horas do dia, todos os dias da semana, a fazer um trabalho em benefício do povo do Acre, tem procurado fazer o melhor. E, infelizmente, por conta dessas escutas, uma escuta que tem o seu toque de injustiça, porque

vem sendo feita há um ano e meio, desde setembro de 2011 – não conseguiram pegar nenhuma prova cabal de irregularidade no Governo –, ainda assim, o que se espalhou nos veículos de comunicação é como se estivesse um grande escândalo sendo desvendado e, na realidade, desse escândalo não houve fato concreto algum.

Exatamente por estar convencido da ação da justeza da ação do Governo do Estado do Acre e, principalmente, da seriedade do Governador Tião Viana e do respeito ao Erário público pelo seu Governo e pela sua equipe, o Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, Deputado Rui Falcão, soltou hoje uma nota pública em solidariedade ao Governo do Acre. Essa nota pública está sendo publicada no *site* do Partido dos Trabalhadores, no *site* da Bancada do PT aqui no Senado, e em vários outros veículos de comunicação.

A nota diz o seguinte:

> *O PT repele com veemência os ataques de setores da mídia e da oposição ao governador do Acre, por conta de investigações realizadas no Estado pela Polícia Federal. O PT e o Governo do Estado sempre manifestaram tolerância zero contra qualquer prática de corrupção. O companheiro Tião Viana, cuja conduta à frente da administração sempre se pautou pela transparência, pelo zelo com os recursos públicos e pela ética, vem promovendo uma verdadeira revolução no Acre. Seja pela gestão com ampla participação popular, seja pelas realizações nas áreas de saneamento, infraestrutura, moradia, saúde, educação, produção, e seu mandato orgulha a militância do Partido dos Trabalhadores [do Acre e do Brasil]. Tanto quanto o governador, o PT espera que a verdade prevaleça ao final das investigações. Mas que não se cometam injustiças. E, se houver culpados, que sejam punidos na forma da lei, respeitados os direitos constitucionais à ampla defesa, ao contraditório e ao devido processo legal.*
>
> *Finalmente, reafirmamos nossa confiança na conduta sempre inatacável do companheiro Tião Viana, a quem expressamos a nossa irrestrita solidariedade.*
>
> *São Paulo, 21 de maio de 2013.*
>
> *Rui Falcão, Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores.*

Ao mesmo tempo em que faço a leitura dessa nota, Sr. Presidente, eu gostaria de afirmar, neste pronunciamento, que não se trata de uma defesa apenas de um companheiro do Partido dos Trabalhadores ou de companheiros que estão fazendo parte do nosso projeto. Na realidade, estamos aqui fazendo uma defesa da justiça, uma defesa no sentido de que haja justiça na apuração dessas questões. Por quê, Sr. Presidente? Porque muitas inverdades foram espalhadas a respeito das investigações. Chegaram a conclusões muito precipitadas, dizendo, por exemplo, que, no programa Ruas do Povo, estavam sendo pagas obras que não estavam sendo executadas. Dizendo, inclusive, foi veiculado no Jornal Nacional – e olha que uma imagem dessas sendo veiculada, com a grande audiência que tem o Jornal Nacional, tem-se uma ideia do tamanho do estrago que isso causa à imagem de um governo sério e honesto, como é o governo do Governador Tião Viana.

Espalhou-se, a partir dessas denúncias, que no Município de Tarauacá, por exemplo, 22% da obra do Ruas do Povo havia sido realizada e que, no entanto, havia sido pago mais de 90% da sua execução.

Na realidade, não fizeram a devida observação de que obra de pavimentação não é simplesmente pôr tijolo ou asfalto sobre o solo, tem toda uma realização anterior à pavimentação. É preciso fazer toda a remoção de terra, é preciso fazer toda a parte de saneamento, de esgoto, de fixação da distribuição de água, da estrutura de tubulação, é preciso fazer a base, a sub-base. Isso tudo tem custo.

Quando se avaliou, a partir da ausência de uma parte de pavimentação e tijolo, como se a obra estivesse na estaca zero, não estava. Na realidade ela tem etapas, estava sendo construída etapa por etapa.

Os seis Municípios que foram apontados na reportagem, como se existissem falhas no programa Ruas do Povo, na realidade, a equipe técnica do Depasa, o departamento responsável pela realização dessas obras, fez um levantamento minucioso Município a Município, rua por rua, contestando cada uma das afirmações, o que é muito importante.

A população pode imaginar que a verdade seja o que foi divulgado, mas, na realidade, podemos confrontar essas afirmações. Foram feitas ilações de maneira precipitada, desonesta e desumana, porque pessoas estão sendo expostas à ridicularização e a injustiças por conta dessas afirmações. Mas são informações que estão sendo contestadas, ponto a ponto, pela equipe do

Depasa, que é o departamento responsável pela realização dessas obras, e também do Governo do Estado.

Para se ter uma ideia, na cidade de Acrelândia foram pagos 75% da obra e realizados 75,80% do planejado. No Município de Epitaciolândia foram pagos 99%, mas executados 100% da obra planejada. Isso no lote 1.

No lote 2, foram pagos 91,33%, mas a realização chegou a 100%.

Quanto ao Município de Manoel Urbano, que também aparece na reportagem como sendo um Município onde se fizeram ruas fantasmas, está-se mostrando que essa afirmação é injusta, caluniosa, porque todas as ruas pavimentadas foram documentadas com fotografias. E nós podemos mostrar, mediante um relatório substanciado, produzido pelo Governo do Estado, que essas ruas todas foram feitas. Existem fotos de como elas eram, como estavam no momento da execução da obra e como elas ficaram depois de prontas.

No Município de Manoel Urbano, foram pagos 62,12% e foram realizados 62% da obra.

No Município de Plácido de Castro, no lote 1, foram pagos 82,5% da obra e realizados 65,98% da obra física. No lote 2 de Plácido de Castro, foram pagos 63,14% e executados 41,28%.

Na Vila Campinas, que também é uma localidade pertencente a Plácido de Castro, no lote 1, foram pagos 85% e executados 100% das obras. Na Vila Campinas, lote 2, foram pagos 19,78% e executados 26,67% das obras.

Em Tarauacá, Município que apareceu também na reportagem, dando conta de que haviam sido executados apenas 22% e pagos mais de 90%, na realidade, foram pagos 87%, mas, do que foi planejado, já haviam sido executados 100%.

É importante ressaltar que, neste relatório apresentado pela equipe técnica do Depasa e pelo Governo do Acre, para cada Município onde apareceu esse tipo de denúncia, há uma resposta. Por exemplo, no caso do Município de Acrelândia, na representação feita pela Polícia Federal, os investigadores concluíram que apenas treze ruas tiveram obras de asfaltamento executado nos últimos doze meses. O relatório apresentado pela Polícia Federal apenas corrobora as planilhas existentes, uma vez que, como citado acima, a empresa já concluiu 12 ruas com extensão total. Vale reforçar que, do planejado, as empresas têm a responsabilidade de executar 100% e, se porventura, qualquer uma dessas ruas executadas tiver problema, ela tem que, primeiro, fazer a correção para poder receber em definitivo.

E o relatório que eles apresentaram, que vai constar da defesa dessas pessoas que estão injustamente presas, vai se referir a rua por rua que apareceu nas reportagens para mostrar o que era, o que foi feito e como estão atualmente essas obras. Tanto para o Município de Acrelândia quanto para o Município de Epitaciolândia, o Município de Manoel Urbano ou o Município de Tarauacá, na Fase 1, na Fase 2, e também a Vila Campinas, que pertence a Plácido de Castro, tanto na Fase 1 quanto na Fase 2, para cada um desses Municípios que foram citados nas reportagens como sendo obras não executadas tem um relatório devidamente ilustrado com os dados técnicos da equipe e com as fotografias das obras executadas.

O que temos a dizer com tudo isso, Sr. Presidente, é que um processo mal conduzido produz injustiça. E a injustiça praticada contra uma pessoa é uma ameaça a toda a sociedade, é uma ameaça a cada um dos cidadãos. E hoje nós estamos diante dessa situação.

Nós temos empresários da construção civil do Acre, e é muito bom afirmar isso aqui, porque se o Acre dos últimos 14 anos teve um salto de qualidade entre o que era e o que é atualmente contou com a presença firme de um governo comprometido, mas também com a participação do empresariado local, empresariado que também teve a sua parcela de contribuição e realizou grandes coisas pelo Estado do Acre. Hoje esses empresários estão sendo colocados sobre suspeição.

Disseram na reportagem que existe um G-7, que todas as obras do Acre são dirigidas a um grupo de sete empresas, mas na realidade esses dados apontados pelo Depasa garantem que participaram da execução das obras do “Ruas do Povo” e estão participando hoje 39 empresas. E em todas as obras executadas no Acre mais de 100 empresas têm participado efetivamente.

Então, na realidade, se houve gravações e se a Polícia Federal acha que deve investigar, ótimo, nós apoiamos que seja investigado mesmo. O Governador Tião Viana já fez essa referência, o Senador Jorge Viana já fez, eu também já tive oportunidade de ocupar esta tribuna e dar total apoio às investigações. O que não se concebe é o porquê da prisão preventiva de pessoas que têm endereço fixo, que não são ameaça à

sociedade, que não vão oferecer nenhum tipo de risco às investigações, o porquê da prisão dessas pessoas.

Então tem algo que aconteceu fora do processo legal, e isso é uma injustiça. Nós estamos aqui a questionar esse tipo de procedimento.

O outro aspecto que também foi apontado é que o programa Cidade do Povo estaria sendo direcionado a empresas, para beneficiar essas empresas. Na realidade o programa Cidade do Povo faz parte do programa Minha Casa, Minha Vida, é um programa gerido diretamente pela Caixa Econômica Federal. As empresas se habilitam e apresentam as suas propostas para a Caixa Econômica Federal, individualmente ou em consórcio.

Se as empresas se reuniram em consórcio para apresentar uma proposta, elas estavam exercendo legítimo direito de organização em consórcio. E assim elas fizeram ao apresentar a sua proposta para a Caixa Econômica Federal. E eu posso assegurar que, tão logo essas investigações prossigam e todas as pessoas da área técnica que tenham entendimento da execução de uma obra do início até o final possam ter acesso aos dados técnicos, elas vão chegar à conclusão de que não existe esse beneficiamento nem existe o desvio de recursos. O que nós podemos afirmar com toda certeza é que no Estado onde tem desvio de recursos, no Estado onde tem esquemas de corrupção as ações não acontecem, não chegam ao benefício do povo. E o Estado do Acre, nos últimos 14 anos, teve uma mudança da água para o vinho, do ponto de vista do que era e do que é.

O Estado estava completamente falido, as empresas estavam completamente falidas, o próprio salário dos servidores... Havia situação de secretarias em que o salário estava atrasado até cinco meses. E ao longo desses 14 anos nós temos um Estado completamente reativado, que está em condição de fazer operações de crédito, que tem a sua relação dívida/PIB completamente superavitária, tanto é que, nessas obras, tanto do "Ruas do Povo" quanto do Programa Minha Casa, Minha Vida e do Programa Cidade do Povo, as ações todas que estão sendo executadas contam, em grande parte, com recursos do Governo Federal, mas também contam com recursos de financiamentos contraídos pelo Governo do Estado junto ao BNDES e até junto ao Banco Mundial, situações que só acontecem em Estados que estão absolutamente habilitados para isso.

Estado nenhum consegue contrair um financiamento se não comprovar a sua condição, primeiro, de adimplência; segundo, a sua relação superavitária na dívida/PIB. É o caso do Acre, Estado que está em franco crescimento, em franco desenvolvimento. E a presença do Governador Tião Viana, com sua ousadia e com sua dedicação, tem contribuído imensamente para que o Estado dê um salto de qualidade.

Tudo que nós temos nesse momento é um espetáculo deprimente, que não está fazendo bem para as pessoas honestas que procuram dedicar-se inteiramente à realização do seu serviço. E isso é triste de se relatar.

Queremos sim que haja investigação, mas, como ponto de partida, é importante que as pessoas inocentes que estão presas sejam colocadas em liberdade e que elas respondam. Se houver qualquer tipo de irregularidade comprovada e identificada, que elas respondam por isso, mas em liberdade, porque assim diz a Constituição. As pessoas não podem ser privadas de liberdade sem que haja uma justificativa absolutamente plausível para tal situação.

Esse não é o caso. E eu tenho certeza de que nós iremos, juntamente com o Governo do Estado, reunir todas as informações possíveis para fazer o devido enfrentamento dentro das regras legais...

(Soa a campainha.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – ... para que as pessoas tenham justiça. O que nós estamos querendo para essas pessoas é justiça, porque o que está acontecendo, nesse momento, é uma tremenda injustiça para com essas pessoas, para com as famílias dessas pessoas e para com o Governo do Estado do Acre e o Governador Tião Viana, que estão tendo a sua imagem exposta negativamente, de maneira injusta. Os fatos vão provar, clara e inequivocamente, que essa investigação foi precipitada, chegou a conclusões precipitadas, e não é justo que pessoas inocentes venham a ser prejudicadas diante de um processo que não foi conduzido de maneira adequada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco/PR – SP) – Solicito ao Senador Anibal Diniz que assuma a Presidência, para que eu possa fazer o meu pronunciamento.

Próximo orador, Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O Sr. Antonio Carlos Rodrigues deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra, o Senador Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores, em meu pronunciamento hoje, nesta tribuna, quero tratar de uma questão que é motivo de grande preocupação das autoridades das cidades brasileiras. Trata-se da dívida pública dos Municípios com a União.

A título de colaboração, eu gostaria de encaminhar a esta Casa um documento elaborado pelo gabinete do Conselheiro Dissei, do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Dissei, que, durante muitos anos, foi Vereador da capital paulista, elaborou um estudo denominado "Dívida pública do Município de São Paulo – Considerações sobre o contrato de refinanciamento celebrado pelo Município com a União", que foi compartilhado com o Plenário do Tribunal de Contas do Município.

O Conselheiro assinala que, como relator das contas do Executivo municipal, tem observado o estado permanente de atenção em que se encontra o Município de São Paulo no que diz respeito à sua dívida pública. Explica que tem expedido inúmeros alertas endereçados à Administração, tendo em vista o fato de a dívida consolidada líquida situar-se acima dos limites estabelecidos pelo Senado Federal. Segundo o Conselheiro Dissei, o problema persiste desde o exercício de 2001, o que leva à conclusão de que a dívida do Município de São Paulo, nos termos em que está colocada, é impagável.

Em vista dessa situação, foram realizados e desenvolvidos estudos e simulações quanto ao comportamento da dívida, cujos resultados o Conselheiro apresentou ao Plenário do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, no último mês de março.

Analisando os pagamentos efetuados pela Prefeitura e o comportamento do saldo devedor do contrato no período 2000/2012, Dissei concluiu que, embora a Prefeitura tenha desembolsado, a título de pagamento, cerca de R$19,5 bilhões nesse período, o saldo devedor do contrato, que era de R$11,3 bilhões no início de sua vigência, aumentou para R$53,2 bilhões em 2012, ou seja, quase quintuplicou.

Nas palavras do eminente Conselheiro Domingos Dissei:

> *Se nada for feito até o final do contrato, ou seja, até 2030, o Município terá desembolsado mais de R$130 bilhões somente com pagamento da dívida, fato que não impedirá que remanesça um saldo residual da ordem de R$163 bilhões.*

Esta é uma situação dramática que estrangula a capacidade de investimento do Município de São Paulo.

Esse comportamento potencialmente explosivo da dívida paulistana pode ser explicado, em parte, pelas condições pactuadas no contrato de refinanciamento firmado com a União, em especial em função do indexador utilizado, o Índice Geral de Preços, disponibilidade interna, IGP-Dl, acrescido por juros nominais que variam de 6% a 9% ao ano.

Nesse ponto, destaco o Projeto de Lei Complementar nº 238, de 2013, de iniciativa do Poder Executivo, em tramitação na Câmara dos Deputados.

O referido projeto estabelece que os juros deverão ser de 4% ao ano e que a atualização monetária será calculada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mais estável que o IGP. Caso a soma ultrapasse a variação da taxa básica de juros – Selic do mês, esta será usada para atualização.

Com certeza, é uma iniciativa que pode auxiliar os Municípios endividados, como a capital de São Paulo.

Por considerar que este estudo, elaborado pelo Conselheiro do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, Dissei, contribui para uma análise da questão da dívida pública dos Municípios brasileiros, encaminho uma cópia do documento à Presidência desta Casa. Assim, ele poderá ser lido na íntegra pelos Senadores e demais pessoas com interesse nessa questão de profunda relevância para a Federação.

É o que tinha a dizer.

O meu muito obrigado a todos.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 26, de 2013** (nº 132/2013, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de março de 2013, as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

É o seguinte o Aviso:

AVISO
Nº 26, DE 2013

Aviso nº 132/GMF/MF-DF

Brasília, 30 de abril de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Art. 41 e §§ 1º e 2º do art. 24 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43/2001, encaminho documentação anexa contendo, além de relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério no mês de **março de 2013**, tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Informo que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos pela Caixa Econômica Federal dos Relatórios de Gestão Fiscal, publicados no Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação – SISTN e elaborados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

2. Quanto ao atendimento ao disposto no § 2º do art. 24 da RSF 43/2001, editou-se a Portaria STN nº 227, de 11 de abril de 2011, que estabelece procedimentos de comunicação pelo Ministério da Fazenda ao Poder Legislativo local, ao Tribunal de Contas competente e ao Senado Federal em caso de constatação de irregularidades na instrução de processos de autorização regidos pela RSF 43/2001. As irregularidades constatadas no período são comunicadas por meio do Anexo 5, para atendimento ao § 2º art. 24 da RSF 43/2001.

3. Com fulcro na mencionada Portaria, este Ministério enviava aviso a essa Casa Legislativa para cada caso de constatação de irregularidades na instrução de processos de autorização. Entretanto, considerando a elevação do quantitativo desse tipo de operação,

bem como o Princípio da Eficiência na administração pública, a comunicação de que trata o § 2º art. 24 da RSF 43/2001 está sendo realizada, a partir de **fevereiro** do corrente ano, por meio de relatório encaminhado mensalmente ao Senado Federal, conforme disposto no art. 41 da aludida Resolução.

4. Destaco que informações detalhadas acerca de cada operação de crédito enquadrada na situação descrita no parágrafo anterior, tais como Ente Federativo, Instituição Credora, valor, tipo de operação e condições financeiras, constarão de relatório anexo a este Ofício.

5. Esclareço que as informações ora encaminhadas estão dispostas nos seguintes anexos:

- **Anexo 1 –** Tabela demonstrativa da posição de endividamento dos Estados e do Distrito Federal, em atendimento ao inciso I, artigo 41 da RSF 43/2001;
- **Anexo 2 –** Tabela contendo a posição de endividamento dos Municípios, em atendimento ao inciso I, artigo 41 da RSF 43/2001;
- **Anexo 3 –** Tabela contendo cada uma das operações de crédito deferidas e não deferidas no período, bem como o número de instituições financeiras participantes das operações de crédito autorizadas no período, classificadas por tipo de operação em atendimento aos incisos II e III, artigo 41 da RSF 43/2001;
- **Anexo 4 –** Tabela contendo informações sobre as irregularidades constatadas de que trata o § 2º artigo 24 da RSF 43/2001 no período; e
- **Anexo 5 –** Tabela contendo informações sobre a situação das irregularidades passíveis de regularização (artigo 24 da RSF 43/2001 e §§ 1º e 3º artigo 33 da LRF) ou passíveis de cancelamento (artigos 35 ou 37 da LRF) no período.

6. Em cumprimento ao art. 42 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, informo que não consta de nossos registros, nos meses de janeiro a março de 2013, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

7. Informo que o trâmite das operações de crédito neste Ministério é atualizado diariamente em www.tesouro.fazenda.gov.br/operacoesdecredito-estados-municipios, no link "Consultar Operações de Crédito". Nesse mesmo endereço, poderão ser encontradas as planilhas eletrônicas com os dados que compõem os Anexos 2 e 3 deste Ofício.

Atenciosamente,

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

ANEXO 1

Tabela demonstrativa da posição de endividamento dos Estados e do Distrito Federal, em atendimento ao inc. I, art. 41 da RSF 43/2001

Dívida Consolidada Líquida dos Estados

Atualizado: 18/4/2013

R$ mil

UF	Dívida Consolidada Líquida - DCL														
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	30/9/12	31/8/12	31/12/12
AC	705.834	653.786	703.747	694.081	718.119	655.896	844.825	794.953	632.092	896.478	1.423.022	498.725	1.355.915	1.485.982	1.917.189
AL	2.670.510	2.451.353	3.491.788	4.482.250	5.072.920	5.487.783	5.927.277	6.218.123	6.955.422	6.509.556	6.798.649	7.099.747	5.754.218	7.166.948	n.d.
AM	1.925.679	1.568.313	1.850.103	1.696.945	1.681.725	1.600.703	1.556.436	1.011.766	819.600	1.459.133	2.086.958	1.648.844	751.873	62.535	n.d.
AP	31.016	35.202	226.777	260.458	273.970	151.826	172.481	184.009	97.330	246.308	449.436	347.815	-95.495	-26.553	595.232
BA	8.362.057	9.758.867	12.156.437	12.246.048	12.878.412	13.048.374	11.516.488	10.370.837	10.238.352	9.234.647	9.057.007	8.917.868	7.396.037	8.336.806	10.617.360
CE	2.711.864	3.402.080	4.543.190	4.448.874	4.276.527	3.876.734	3.041.566	2.512.029	1.857.038	1.446.523	2.680.112	3.221.715	2.805.716	2.732.540	3.360.363
DF	1.153.478	1.200.158	1.587.309	1.599.518	1.467.462	2.128.696	2.078.953	1.551.449	1.540.186	1.777.578	2.081.761	2.046.859	1.366.781	697.870	1.432.931
ES	2.129.027	2.123.028	2.963.875	3.383.641	3.018.009	2.244.686	1.872.059	1.210.426	800.197	636.022	1.615.501	1.335.736	827.450	1.2 7.383	1.633.945
GO	8.369.621	9.039.901	10.611.539	10.948.731	13.744.077	11.088.819	11.334.808	12.231.562	12.553 228	11.697.404	13.680. 16	12.770.845	12.901.124	12.8 2.223	14.378.869
MA	4.624.236	4.452.327	5.784.811	5.448.982	5.141.515	4.908 145	5.764.291	4.659.838	4.316.480	4.073.167	4.339.616	3.805.114	2.776.694	2.645.214	3.659.267
MG	13.614.294	26.737.537	32.941.741	34.735.247	37.464.487	39.706.846	41.767.078	44.692.747	51.560.659	52.264 515	60.499.483	62.779.833	65.477.048	68.695.983	70.461.771
MS	4.133 560	4.307.029	5.450.992	5.662 201	6.001.254	6.117359	6.207.989	5.839.442	5.567.198	5.602 766	6.210. 68	6.781 344	6.391.815	6.698 475	6.955.693
MT	4.379.490	4.107.381	3.995.655	5.505 364	5.037.346	4.781.493	4.539.587	4.592.566	4.324 155	3.897.458	3.928. 81	3.721 225	2.341.541	2.071.326	n.d.
PA	1.314.362	1.713.754	2.138.123	2.121 048	2.458 476	2.256.659	2.436.569	2.169.718	2.147.103	1.907.584	2.509.966	2.020 245	1.295.199	1.193.527	1.372.729
PB	2.418.987	1.977.968	2.769.785	2.618.406	2.513 317	2.584.626	2.463.929	2.201.350	2.115 180	1.585 380	1.809.843	1.492 822	1.212 361	1.147 173	1.651.102
PE	2.961.347	4.253.625	5.495 023	5.429.048	5.495 263	5.230.444	4.920.423	4.404.193	4.249 424	4.589.102	4.760.385	5.676 720	4.664.909	5.427.705	7.143.209
PI	2.002.176	2.341.789	2.602.589	2.561.526	2.751 157	2.580.295	2.262.084	2.380.281	2.208 190	2.424.575	2.443.126	2.867 500	2.554.171	2.526 917	2.815.560
PR	7.353.797	8.395.766	9.260 301	8.755.690	9.951.077	10.490.215	14.346.486	14 506.000	17.192.100	16.937.485	15 130.153	14.950 807	13.671.336	13.850.764	13.067.786
RJ	23.870.049	25.840.552	35.449 514	38.571 989	42.929.196	43.901.530	45.072.844	46 575.258	51.041 607	47.204 5 3	53.952.732	52.269.426	55.785.526	60.869.465	67.061.121
RN	1.148.656	964.036	1.291 502	1.157.033	992.857	1.001.351	970.171	870.373	878.003	841.601	1.104.556	775.654	862.198	451 139	713.792
RO	1.002 894	1.076 043	1.745.381	1.781.627	1.807.978	1 774.749	1.640 206	1 666 582	1.642.838	1.716.595	2.010.026	2.222 441	1.962.236	2.075 074	2.155.481
RR	160.000	171.309	257.377	289.172	32.909	159.669	123 951	-164.810	-204.269	506.160	73.668	-228 747	-429.333	192.888	466.022
RS	12.740.010	18.535.183	23.493.895	27 606.812	30.353.246	31 935.491	33.743 927	35 514.404	39.058.534	38.170.677	43.437.027	46 874 223	47.435.864	49.963.522	51.718.917
SC	6.010.289	5.680.842	8.511.284	8 555.064	9.324.484	8 019.912	8.030 930	7 677.817	8.065.824	6 312.345	7.464.223	6.298.321	5.337 060	6.307 823	5.898.678
SE	1.064 373	1.086.809	1.215.477	1 336.565	1.322.030	1 149.727	1.636 863	1 312.718	825.760	1 098.669	1.541.288	2.133.519	2 272.919	2.458 012	2.755.403
SP	62.347.593	70.308.906	90.210.046	97 826.864	110 330.939	111 916.498	118.355 919	120 461.936	133.020 658	130 208.983	152 727.942	157.420.440	160.578.123	163.035 318	177.517.847
TO	323.219	291.442	515.266	403 239	607.264	312.979	308 144	235.659	340.850	374.955	631.993	939 303	665 050	669 098	1.028.809
Total	184.556.637	212.584.938	271.275.952	290.979.444	315.639.960	321.287.505	333.546.345	335.486.023	364.848.999	353.270.445	404.273.068	421.088.425	408.821.184	425.690.197	n.d.

Fontes: Relatórios Fiscais homologados no SISTN em cumprimento à Portaria STN nº 883/11.
Relatórios Fiscais disponibilizados na Internet ou encaminhados pelos Estados.
n.d. - Informação não disponível

Obs: Os dados referentes a 31/12/2012 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2012 homologados e publicados até 18/4/2013 no SISTN.

Atualizado: 18/4/2013

R$ mil

UF	Receita Corrente Líquida - RCL														
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	30/4/12	31/8/12	31/12/12
AC	677.082	784.799	970.573	1.023.480	1.156.660	1.466.898	1.635.875	1.933.479	2.223.257	2.453.000	2.648.933	2.935.828	3.074.919	3.146.404	3.281.195
AL	1.105.875	1.375.355	1.417.375	1.619.021	1.918.255	2.442.250	2.674.900	3.105.363	3.528.415	3.597.965	4.205.565	4.801.099	4.913.115	5.015.137	n.d.
AM	1.925.171	2.288.852	2.761.75	3.054.642	3.751.410	4.294.390	4.670.314	5.331.931	6.395.995	6.161.491	7.407.732	8.515.352	8.712.384	9.239.811	n.d.
AP	678.300	701.103	810.519	940.819	1.210.060	1.444.006	1.584.277	1.917.132	2.401.878	2.237.967	2.492.365	2.897.411	3.150.680	3.301.465	3.344.164
BA	5 05.240	5.715.509	6.693.804	7.506.520	9.075.419	10.329.111	11.360.178	12.584.607	14.237.786	14.671.427	17.372.551	9.226.970	19.985.809	20.716.157	21.674.181
CE	3 03.12	3.628.078	3.866.405	4.209.618	4.636.442	5.304.380	6.032.606	6.560.099	7.886.593	8.400.940	9.664.273	0.966.435	11.459.092	11.442.276	12.150.621
DF	3.209.332	3.419.965	3.987.827	4.467.482	5.309.061	6.149.618	6.969.807	8.121.686	9.626.476	10.254.999	11.485.143	12.859.742	13.491.452	13.758.411	14.312.436
ES	2.170.236	2.565.412	2.500.765	3.331.517	4.122.214	5.143.638	5.552.712	6.367.980	7.735.570	7.485.192	8.239.168	9.772.908	10.259.232	10.602.221	10.915.833
GO	2.671.603	3.208.573	3.829.074	4.553.742	5.304.938	6.153.147	6.220.992	7.518.520	8.944.459	9.105.648	10.530.493	12.639.405	12.770.497	13.755.072	14.103.432
MA	1.794.116	2.121.935	2.121.935	2.454.001	2.950.836	3.700.427	4.389950	4.900.239	5.836.926	5.971.500	6.818.192	8.065.450	8.495.670	8.591.127	8.899.987
MG	9.629.795	11.412.858	12.542.039	14.305.978	16.695.939	19.550.334	22.083.399	25.801.628	29.742.489	29.118.470	33.179.152	37.284.184	38.432.272	39.490.016	40.371.090
MS	1.335.384	1.531.786	1.736.433	2.123.550	2.579.044	3.041.883	3.427.592	3.930.957	4.829.348	4.886.919	5.189.065	5.990.642	6.251.565	6.388.442	6.599.714
MT	1.748.543	2.005.871	2.512.858	3.136.452	3.872.936	4.296.180	4.516.921	5.882.482	6.181.777	6.467.671	7.099.537	7.820.279	8.185.162	8.630.266	n.d.
PA	2.313.563	2.706.265	3.204.733	3.502.004	4.068.167	4.847.313	5.590.771	6.270.309	7.587.651	7.997.163	9.117.950	10.426.250	11.044.649	11.476.2 2	12.722.720
PB	1.599.216	1.801.118	1.944.563	2.234.582	2.335.662	2.912.034	3.254.463	3.668.685	4.391.203	4.637.840	5.067.418	5.992.568	6.153.945	6.224.982	6.286.656
PE	3.458.428	3.803.157	4.383.269	4.629.449	5.295.561	6.281.279	7.388.664	8.401.076	10.010.231	10.631.854	12.441.687	14.549.104	15.054.518	15.330.052	15.612.666
PI	1.155.252	1.290.514	1.385.525	1.689.464	1.940.461	2.357.829	2.671.043	3.054.199	3.831.028	4.043.265	4.524.858	5.050.101	5.176.180	5.356.334	5.575.468
PR	5.709.876	6.260.845	7.490.807	8.367.454	9.245.030	10.453.929	11.406.920	12.469.291	14.482.742	15.092.440	16.968.377	19.713.389	20.657.570	21.394.805	21.849.073
RJ	11.529.903	13.608.848	15.100.326	19.168.781	21.099.274	23.094.091	26.192.742	26.845.821	31.830.685	28.976.658	34.534.904	39.268.345	39.502.980	40.487.529	40.613.615
RN	1.620.144	1.784.756	1.999.524	2.166.858	2.618.951	3.144.362	3.691.337	3.936.240	4.516.337	4.832.600	5.443.369	5.915.554	6.233.416	6.411.111	6.761.305
RO	902.789	1.022.129	1.204.801	1.467.007	1.757.061	2.094.079	2.282.720	2.586.405	3.267.805	3.236.548	3.715.154	4.480.602	4.643.893	4.737.715	4.789.561
RR	517.009	604.734	732.306	668.297	736.946	1.038.551	1.199.870	1.514.562	1.596.732	1.633.114	1.788.506	2.323.210	2.380.804	2.456.558	2.380.044
RS	6.657.896	7.378.894	8.414.927	9.859.597	10.736.730	12.349.352	13.312.373	13.991.364	16.657.289	17.387.287	20.297.847	21.927.905	22.625.744	23.188.622	23.710.654
SC	3.288.096	3.904.463	4.373.551	5.129.578	5.669.194	6.718.512	7.376.828	8.498.348	10.420.913	10.405.660	11.857.684	13.791.477	14.213.867	14.292.791	14.535.174
SE	1.239.361	1.395.943	1.674.710	1.803.467	2.043.107	2.536.658	2.865.674	3.102.889	3.799.264	3.934.265	4.629.287	4.914.198	5.002.433	5.149.165	5.221.654
SP	32.298.817	35.683.699	39.675.808	43.699.158	49.479.722	56.775.075	62.468.354	70.567.961	82.182.734	86.630.248	99.914.614	108.053.551	111.201.770	114.405.893	115.369.738
TO	932.333	1.084.734	1.391.422	1.537.933	1.743.111	2.268.410	2.416.121	2.781.449	3.451.007	3.606.416	3.881.220	4.548.795	4.758.170	4.844.847	4.991.435
Total	108.432.545	123.170.204	139.095.253	158.653.755	181.302.271	210.188.337	233.197.924	258.453.753	297.095.093	313.659.666	360.515.197	404.773.944	417.781.320	429.937.560	n.d.

Fontes: Relatórios Fiscais homologados no SISTN em cumprimento à Portaria STN nº 68/11.
Relatórios Fiscais disponibilizados na Internet ou encaminhados pelos Estados
n.d. - Informação não disponível

Obs: Os dados referentes a 31/12/2012 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2012 homologados e publicados até 18/4/2013 no SISTN.

Atualizado: 18/4/2013

UF	Relação DCL / RCL														
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	30/4/12	30/8/12	31/12/12
AC	1,04	0,81	0,73	0,68	0,62	0,15	0,52	0,41	0,25	0,37	0,51	0,50	0,44	0,42	0,56
AL	2,23	1,78	2,36	2,27	2,04	2,25	2,22	2,00	1,97	1,81	1,62	1,48	1,37	1,43	n.d.
AM	1,00	0,69	0,67	0,58	0,45	0,27	0,33	0,19	0,13	0,24	0,27	0,19	0,09	0,01	n.d.
AP	0,05	0,05	0,08	0,28	0,23	0,11	0,11	0,10	0,04	0,11	0,18	0,12	-0,03	-0,80	0,18
BA	1,64	1,71	1,82	1,63	1,40	1,17	1,02	0,82	0,72	0,63	0,52	0,46	0,37	0,40	0,49
CE	0,87	0,94	1,18	1,06	0,92	0,13	0,60	0,38	0,24	0,17	0,28	0,29	0,24	0,24	0,28
DF	0,36	0,35	0,40	0,26	0,28	0,35	0,33	0,19	0,16	0,17	0,18	0,16	0,09	0,05	0,10
ES	0,98	0,83	1,16	1,02	0,73	0,44	0,34	0,19	0,10	0,08	0,17	0,14	0,08	0,11	0,15
GO	3,13	2,81	2,77	2,40	2,21	1,85	1,82	1,61	1,40	1,28	1,20	1,01	1,01	0,93	1,02
MA	2,58	2,10	2,73	2,22	1,78	1,33	1,15	0,91	0,74	0,68	0,64	0,47	0,33	0,31	0,41
MG	1,41	2,34	2,63	2,13	2,24	2,03	1,89	1,88	1,76	1,79	1,82	1,82	1,70	1,74	1,75
MS	3,10	2,94	3,10	2,67	2,33	2,01	1,81	1,48	1,15	1,15	1,20	1,13	1,02	1,05	1,05
MT	2,50	1,97	1,59	1,76	1,30	1,11	1,10	0,96	0,30	0,54	0,55	0,40	0,29	0,24	n.d.
PA	0,57	0,63	0,67	0,61	0,60	0,46	0,44	0,35	0,28	0,24	0,29	0,19	0,12	0,10	0,11
PB	1,53	1,10	1,42	1,17	1,08	0,89	0,76	0,60	0,48	0,34	0,36	0,25	0,20	0,18	0,25
PE	0,86	1,12	1,35	1,17	1,04	0,83	0,67	0,53	0,42	0,43	0,38	0,39	0,31	0,35	0,45
PI	1,73	1,74	1,64	1,52	1,42	1,09	0,85	0,78	0,60	0,50	0,54	0,57	0,49	0,47	0,50
PR	1,29	1,34	1,24	1,05	1,08	1,29	1,26	1,16	1,19	1,12	0,89	0,76	0,66	0,65	0,60
RJ	2,07	1,90	2,35	2,01	2,04	1,90	1,72	1,73	1,60	1,53	1,50	1,46	1,41	1,50	1,65
RN	0,71	0,54	0,65	0,53	0,38	0,32	0,26	0,22	0,19	0,17	0,20	0,13	0,14	0,07	0,11
RO	1,11	1,05	1,45	1,31	1,03	0,85	0,72	0,64	0,50	0,53	0,54	0,50	0,42	0,44	0,45
RR	0,31	0,28	0,35	0,43	0,04	0,15	0,10	-0,13	-0,13	0,31	0,04	-0,10	-0,18	0,08	0,20
RS	2,66	2,51	2,79	2,80	2,83	2,58	2,51	2,54	2,34	2,20	2,14	2,14	2,10	2,15	2,18
SC	1,83	1,45	1,95	1,67	1,61	1,19	1,09	0,90	0,77	0,61	0,63	0,46	0,38	0,44	0,41
SE	0,88	0,78	0,73	0,68	0,65	0,45	0,57	0,42	0,22	0,27	0,23	0,43	0,45	0,48	0,53
SP	1,93	1,97	2,27	2,24	2,23	1,07	1,89	1,71	1,63	1,50	1,53	1,46	1,44	1,43	1,54
TO	0,35	0,27	0,37	0,36	0,35	0,14	0,13	0,08	0,10	0,11	0,16	0,21	0,14	0,14	0,21
Tota	1,70	1,73	1,95	1,83	1,71	1,53	1,43	1,30	1,19	1,13	1,12	1,04	0,98	0,95	n.d.

Relatórios Fiscais homologados no SISTN em cumprimento à Portaria STN n.º 683/11.
Relatórios Fiscais disponibilizados na Internet ou encaminhados pelos Estados
n.d. - Informação não disponível
Obs: Os dados referentes a 31/12/2012 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2012 homologados e publicados até 18/4/2013 no SISTN.

ANEXO 2

Tabela contendo a posição de endividamento dos Municípios, em atendimento ao inciso I, art. 41 da RSF 43/2001

Relação Divida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 3º Quadrimestre de 2012
data-base 31/12/2012
Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN Posição: 18/3/2013

UF	Nome do Município	Cód IBGE Estado	Cód IBGE Município	DV IBGE Município	DCL 2º Quadrimestre 2012	RCL 2º Quadrimestre 2012	% DCL/RCL
AC	RIO BRANCO	12	40	1	118.958.721,80	472.226.169,32	25,19
AL	PAULO JACINTO	27	660	4	(1.581.773,07)	12.380.853,02	-
AM	MANAUS	13	260	3	(471.485.247,94)	2.887.017.647,99	-
BA	AIQUARA	29	60	3	(1.628.837,77)	11.377.661,40	-
BA	ALAGOINHAS	29	70	2	23.099.642,31	212.429.362,71	10,87
BA	BOQUIRA	29	410	0	3.959.731,05	29.958.704,43	13,22
BA	BURITIRAMA	29	475	3	(2.450.242,04)	32.049.525,91	-
BA	CAMACAN	29	660	2	20.539.491,68	40.847.509,06	50,28
BA	CANDIBA	29	660	0	3.862.111,76	16.672.842,41	23,16
BA	CAPIM GROSSO	29	687	3	-	37.846.881,96	-
BA	CARAVELAS	29	690	7	(3.312.648,23)	51.129.474,77	-
BA	EUNAPOLIS	29	1072	7	70.297.298,96	157.888.928,25	44,52
BA	IBIRAPUA	29	1280	6	651.133,85	17.749.605,12	3,67
BA	IRAJUBA	29	1420	8	(457.022,02)	15.021.068,64	-
BA	ITANHEM	29	1600	5	217.194,99	28.822.519,17	0,75
BA	ITIRUCU	29	1690	6	(242.354,76)	17.668.968,28	-
BA	JUSSIAPE	29	1860	5	(1.333.200,20)	11.166.479,48	-
BA	MADRE DE DEUS	29	1992	6	(9.587.663,64)	128.626.462,39	-
BA	MATA DE SAO JOAO	29	2100	5	9.608.859,96	113.146.084,77	8,49
BA	MORTUGABA	29	2180	7	(578.665,47)	17.970.728,67	-
BA	MUCURI	29	2200	3	64.978.145,22	94.135.412,80	69,03
BA	NOVA VICOSA	29	2300	1	(429.807,77)	2.061.542,12	-
BA	SALVADOR	29	2740	8	1.819.439.681,04	3.512.572.230,41	51,80
BA	SAO FELIX DO CORIBE	29	2905	7	(6.798.680,55)	23.443.032,97	-
BA	SAUDE	29	2980	0	7.573.221,86	17.415.096,57	43,48
BA	SERRINHA	29	3050	1	32.443.984,90	101.096.600,50	32,09
BA	UIBAI	29	3240	8	(1.972.818,38)	19.867.343,69	-
BA	VEREDA	29	3325	7	(2.449,86)	13.145.597,03	-
BA	VITORIA DA CONQUISTA	29	3330	7	72.549.561,62	419.598.099,29	17,29
CE	BARBALHA	23	190	1	1.233.445,45	115.771.515,98	1,07
CE	FORTALEZA	23	440	0	171.465.299,53	4.014.305.976,52	4,27
CE	JUAZEIRO DO NORTE	23	730	4	55.084.139,63	293.820.901,92	18,75
CE	MARACANAU	23	765	0	(37.370.784,83)	421.771.045,25	-
CE	PACUJA	23	990	4	2.705.386,68	13.580.968,60	19,92
CE	PENAFORTE	23	1060	5	(2.197.526,49)	18.265.663,19	-
CE	SOBRAL	23	1290	8	(2.475.013,90)	367.423.861,77	-
ES	ALTO RIO NOVO	32	35	9	(312.443,36)	18.533.755,04	-
ES	ARACRUZ	32	60	7	(15.740.988,00)	299.877.127,00	-
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	32	120	9	(99.626.379,00)	303.480.297,63	-
ES	LINHARES	32	320	5	-	447.300.177,16	-
ES	NOVA VENECIA	32	390	8	9.311.027,83	89.192.330,07	10,44
ES	SERRA	32	500	2	215.544.703,12	834.109.992,50	25,84
ES	VITORIA	32	530	9	113.767.879,85	1.371.113.549,32	8,30
GO	APARECIDA DE GOIANIA	52	140	5	(189.888.987,85)	576.569.427,85	-
GO	APARECIDA DO RIO DOCE	52	145	4	1.078.909,37	11.408.936,40	9,46
GO	ARENOPOLIS	52	235	3	247.939,59	10.691.042,63	2,31
GO	BOM JESUS DE GOIAS	52	350	0	(5.201.796,12)	48.343.008,81	-
GO	CAIAPONIA	52	440	9	(3.423.305,00)	30.750.165,00	-
GO	CRISTALINA	52	620	6	2.377.858,53	96.861.209,70	2,45
GO	EDEIA	52	740	2	140.310,00	26.906.542,95	0,52
GO	FAZENDA NOVA	52	760	0	2.695.244,99	11.312.471,81	23,83
GO	GOIANIA	52	870	7	118.982.353,62	2.821.042.777,43	4,22
GO	IPORA	52	1020	8	(4.318.476,05)	41.149.120,27	-
GO	JARAGUA	52	1180	0	69.790.323,62	54.939.348,69	127,03
GO	JATAI	52	1190	9	(31.079.651,79)	220.454.602,71	-
GO	JESUPOLIS	52	1205	5	(2.362.777,49)	3.215.252,28	-
GO	NOVA AMERICA	52	1470	5	-	8.060.304,37	-
GO	RIANAPOLIS	52	1870	6	323.440,12	10.137.137,76	3,19
GO	RIO VERDE	52	1880	5	(146.010.163,22)	444.958.402,51	-

GO	SANTA ISABEL	52	1935	7	(4.809.491,62)	10.342.382,42	-
MA	IMPERATRIZ	21	530	2	54.361.162,15	375.666.193,88	14,47
MA	SAO JOSE DE RIBAMAR	21	1120	1	(1.257.606,94)	168.704.862,15	-
MG	ALFENAS	31	160	7	39.905.693,65	141.958.409,15	28,11
MG	ARAGUARI	31	360	4	(3.074.545,87)	178.878.854,33	-
MG	BELO HORIZONTE	31	620	0	2.119.370.537,47	6.092.781.463,02	34,78
MG	CABO VERDE	31	950	1	903.859,75	16.977.985,79	5,32
MG	CAMPESTRE	31	1100	2	-	25.470.048,18	-
MG	CARMO DA CACHOEIRA	31	1380	9	39.577,48	18.512.366,48	0,21
MG	CARVALHOPOLIS	31	1470	9	(2.661.473,59)	10.228.710,55	-
MG	CAXAMBU	31	1550	8	778.875,90	31.591.219,31	2,47
MG	CLAUDIO	31	1660	5	1.140.515,54	36.718.723,11	3,11
MG	CONCEICAO DO MATO DENTRO	31	1750	4	(1.625.205,40)	35.942.682,05	-
MG	COQUEIRAL	31	1870	0	1.139.278,42	13.510.310,04	8,43
MG	DELFINOPOLIS	31	2120	9	-	20.126.158,13	-
MG	DIVINOPOLIS	31	2230	6	69.628.781,33	380.430.358,26	18,30
MG	ESTIVA	31	2450	0	(549.870,74)	14.132.092,05	-
MG	FORMIGA	31	2610	9	(34.326.700,98)	94.451.248,70	-
MG	FRUTAL	31	2710	7	9.807.733,00	86.533.587,38	11,32
MG	GOVERNADOR VALADARES	31	2770	1	109.389.266,72	470.425.046,17	23,25
MG	GUAPE	31	2810	5	2.261.448,49	25.168.152,90	8,99
MG	ITABIRA	31	3170	3	(33.651.224,95)	372.143.781,81	-
MG	ITAUNA	31	3380	8	25.597.748,38	158.731.454,26	16,13
MG	JOAO MONLEVADE	31	3620	7	11.431.388,00	136.954.726,00	8,35
MG	JUIZ DE FORA	31	3670	2	(17.139.652,58)	963.444.771,90	-
MG	MACHADO	31	3900	3	(1.982.225,48)	53.054.738,23	-
MG	MARIANA	31	4000	1	(74.065.092,78)	258.135.043,21	-
MG	MOEMA	31	4240	3	(207.072,61)	10.965.500,02	-
MG	MURIAE	31	4390	6	(4.918.402,37)	161.415.341,54	-
MG	OURO PRETO	31	4610	7	(27.668.782,37)	237.237.615,18	-
MG	PARA DE MINAS	31	4710	5	299.233,87	118.251.124,23	0,25
MG	PATROCINIO	31	4810	3	22.954.778,50	141.194.294,98	16,26
MG	PONTE NOVA	31	5210	5	7.343.114,68	116.042.557,81	6,33
MG	POUSO ALEGRE	31	5250	1	(2.843.569,72)	249.906.541,69	-
MG	PRATINHA	31	5300	4	732.500,00	9.066.862,79	8,08
MG	SABARA	31	5670	0	(4.511.042,28)	163.658.908,36	-
MG	SANTA LUZIA	31	5780	7	41.576.666,62	251.508.102,98	16,53
MG	SANTA RITA DO SAPUCAI	31	5960	5	1.545.410,27	51.804.750,59	2,98
MG	SAO BENTO ABADE	31	6080	1	-	9.690.446,38	-
MG	SAO JOAO DEL REI	31	6250	0	10.712.470,96	126.073.460,48	8,50
MG	SAO SEBASTIAO DO PARAISO	31	6470	4	7.055.016,51	99.725.976,28	7,07
MG	SERRA AZUL DE MINAS	31	6650	1	1.500.069,53	9.145.394,43	16,40
MG	TEOFILO OTONI	31	6850	6	(28.563.855,96)	193.395.679,35	-
MG	TIROS	31	6890	3	(231.138,95)	13.522.602,95	-
MG	TRES PONTAS	31	6940	6	(6.008.339,51)	78.154.276,95	-
MG	UBA	31	6990	1	(63.063.334,68)	124.248.274,83	-
MG	UBERLANDIA	31	7020	6	43.681.231,00	1.286.360.402,00	3,40
MG	VESPASIANO	31	7120	4	6.865.659,70	155.897.084,36	4,42
MS	APARECIDA DO TABOADO	50	100	3	1.375.304,67	53.927.150,81	2,55
MS	CAARAPO	50	240	7	(1.550.735,23)	48.864.276,46	-
MS	CAMPO GRANDE	50	270	4	56.630.663,40	2.084.204.859,46	2,72
MS	IVINHEMA	50	470	0	(2.534.147,45)	48.071.451,74	-
MS	NAVIRAI	50	570	7	5.415.971,36	104.000.887,07	5,21
MS	TRES LAGOAS	50	830	5	3.308.887,81	267.934.747,81	1,23
MT	ALTA FLORESTA	51	25	0	(22.107.551,86)	75.790.652,55	-
MT	ALTO ARAGUAIA	51	30	0	(17.117.845,41)	52.580.810,32	-
MT	ARAGUAIANA	51	100	1	(309.588,50)	11.322.776,89	-
MT	ARAPUTANGA	51	125	8	(16.019.737,90)	28.532.072,60	-
MT	ARIPUANA	51	140	7	(3.604.800,06)	38.242.620,12	-
MT	BARRA DO BUGRES	51	170	4	(25.566.576,44)	58.064.436,62	-
MT	BARRA DO GARCAS	51	180	3	(49.631.726,19)	99.645.199,01	-
MT	CAMPOS DE JULIO	51	258	6	(1.777.381,45)	23.787.079,70	-
MT	CARLINDA	51	279	3	(11.476.010,11)	18.819.051,48	-
MT	CLAUDIA	51	305	6	507.147,14	18.808.948,85	2,70
MT	COLIDER	51	320	5	(20.479.865,61)	47.704.520,15	-
MT	CUIABA	51	340	3	525.856.932,77	1.223.847.426,75	42,97

MT	DIAMANTINO	51	350	2	4.786.591,23	47.700.722,51	10,03
MT	FELIZ NATAL	51	370	0	(3.824.954,65)	23.096.905,91	-
MT	GUARANTA DO NORTE	51	410	4	1.362.191,91	45.918.429,11	2,97
MT	INDIAVAI	51	450	0	(1.139.286,97)	9.213.525,27	-
MT	IPIRANGA DO NORTE	51	452	6	(5.396.943,75)	18.824.334,54	-
MT	LUCAS DO RIO VERDE	51	525	9	(58.734.687,67)	115.774.492,62	-
MT	MARCELANDIA	51	558	0	(9.850.487,74)	20.906.570,81	-
MT	MATUPA	51	580	6	(11.759.478,66)	27.875.705,25	-
MT	MIRASSOL D'OESTE	51	552	2	(4.755.042,58)	32.759.778,98	-
MT	NOVA CANAA DO NORTE	51	671	6	(9.766.635,42)	31.589.043,22	-
MT	NOVA GUARITA	51	880	8	(3.651.724,35)	9.892.101,76	-
MT	NOVA MARINGA	51	890	7	(1.346.256,00)	16.150.214,92	-
MT	NOVA MUTUM	51	622	4	(14.604.133,14)	76.443.864,63	-
MT	NOVA SANTA HELENA	51	619	0	(3.883.575,24)	10.557.765,06	-
MT	NOVA UBIRATA	51	624	0	(5.785.529,23)	29.058.548,12	-
MT	NOVA XAVANTINA	51	625	7	(9.510.637,68)	30.955.275,46	-
MT	PARANATINGA	51	630	7	(896.208,34)	42.206.364,34	-
MT	PORTO ALEGRE DO NORTE	51	677	8	(2.079.458,03)	14.724.526,87	-
MT	QUERENCIA	51	700	5	(2.038.788,08)	38.769.466,44	-
MT	RONDONOPOLIS	51	760	2	145.191.643,00	399.165.215,35	36,37
MT	SALTO DO CEU	51	775	0	(493.950,84)	9.441.811,41	-
MT	SANTA CARMEM	51	724	8	(575.442,58)	11.873.472,43	-
MT	SAO JOSE DO POVO	51	729	7	(5.175.933,25)	8.399.469,24	-
MT	SAO JOSE DO RIO CLARO	51	730	5	(12.890.124,24)	29.320.766,43	-
MT	SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	51	710	7	(18.163.597,95)	27.020.527,36	-
MT	SINOP	51	790	9	10.234.411,53	204.770.461,69	5,00
MT	SORRISO	51	792	5	(55.797.941,38)	139.268.115,97	-
MT	TABAPORA	51	794	1	-	17.231.757,21	-
MT	TANGARA DA SERRA	51	795	8	(3.472.755,27)	133.292.295,80	-
MT	TESOURO	51	810	5	(281.573,35)	7.432.430,83	-
MT	UNIAO DO SUL	51	830	3	(749.800,83)	10.195.590,24	-
MT	VERA	51	850	1	(10.861.613,39)	20.414.109,80	-
PA	BELEM	15	140	2	219.265.889,00	1.655.539.405,00	11,82
PA	PARAUAPEBAS	15	553	6	92.547.403,61	904.478.578,22	10,23
PB	BOA VENTURA	25	210	2	-	8.253.198,14	-
PB	CAC MBAS	25	355	5	-	12.200.131,09	-
PB	CAJAZEIRAS	25	370	4	-	58.758.471,95	-
PB	CAJAZEIRINHAS	25	375	3	-	7.959.986,20	-
PB	CAMPINA GRANDE	25	400	9	195.818.638,08	493.613.731,55	39,67
PB	CATINGUEIRA	25	420	7	-	9.013.524,77	-
PB	IBIARA	25	660	8	-	8.473.685,18	-
PB	JOAO PESSOA	25	750	7	(177.074.405,59)	1.329.908.473,03	-
PB	MANAIRA	25	900	6	-	12.291.611,19	-
PB	SAO JOSE DE PRINCESA	25	1455	2	-	7.391.557,76	-
PE	ABREU E LIMA	26	5	4	15.603.129,44	96.772.122,91	16,12
PE	AGRESTINA	26	30	2	19.086.539,87	30.599.538,89	62,38
PE	AGUA PRETA	26	40	1	8.618.264,60	43.014.993,79	20,04
PE	AGUAS BELAS	26	50	0	11.654.423,21	50.356.908,23	23,14
PE	ALAGOINHA	26	60	9	107.019,48	22.897.196,71	0,47
PE	ALIANCA	26	70	8	19.855.859,97	45.047.280,39	44,08
PE	ALTINHO	26	80	7	77.901.104,58	26.475.418,28	294,24
PE	AMARAJI	26	90	6	13.719.268,82	30.976.402,35	44,29
PE	ANGELIM	26	100	3	-	17.716.829,13	-
PE	BARRA DE GUABIRABA	26	130	0	10.861.971,81	18.903.047,27	57,46
PE	BARREIROS	26	140	9	32.644.204,48	47.434.186,90	68,82
PE	BELEM DE SAO FRANCISCO	26	160	7	1.077.217,29	30.778.727,39	3,50
PE	BELO JARDIM	26	170	6	7.780.290,01	96.892.985,01	8,03
PE	BOM CONSELHO	26	210	0	2.120.006,59	55.052.369,00	3,85
PE	BONITO	26	230	8	17.514.577,80	49.497.923,07	35,39
PE	BREJO DA MADRE DE DEUS	26	260	5	3.862.258,09	56.053.788,53	6,89
PE	BUENOS AIRES	26	270	4	981.175,62	17.518.747,06	5,60
PE	BUIQUE	26	280	3	(3.001.302,76)	57.352.555,46	-
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	26	290	2	11.417.444,21	427.422.903,31	2,67
PE	CABROBO	26	300	9	4.990.932,97	45.960.910,30	10,86
PE	CACHOEIRINHA	26	310	8	5.671.642,82	23.559.417,82	24,07
PE	CALCADO	26	330	6	(2.936.941,48)	17.840.771,72	-

PE	CALUMBI	26	340	5	222.341,41	12.468.183,67	1,78
PE	CAMUTANGA	26	360	3	5.283.121,30	19.757.164,33	26,74
PE	CANHOTINHO	26	370	2	4.102.348,19	30.649.096,32	13,38
PE	CARNAUBEIRA DA PENHA	26	392	6	(957.423,38)	17.217.711,87	-
PE	CARUARU	26	410	6	2.816.930,82	395.070.126,57	0,71
PE	CATENDE	26	420	5	14.516.832,01	45.429.056,91	31,95
PE	CEDRO	26	430	4	(2.923.309,82)	19.257.930,10	-
PE	CHA GRANDE	26	450	2	6.338.571,28	33.653.291,67	18,83
PE	CORRENTES	26	470	0	(3.308.326,03)	25.044.674,44	-
PE	CUPIRA	26	500	4	7.418.893,85	26.973.486,68	27,50
PE	CUSTODIA	26	510	3	12.901.498,00	46.353.527,00	27,83
PE	DORMENTES	26	515	2	7.173.038,10	28.145.765,90	25,49
PE	ESCADA	26	520	2	24.247.159,67	71.331.533,55	33,97
PE	EXU	26	530	1	(6.093.828,20)	42.013.034,40	-
PE	FEIRA NOVA	26	540	0	(171.115,51)	26.716.550,19	-
PE	FLORESTA	26	570	7	13.231.747,56	55.810.951,03	23,71
PE	GARANHUNS	26	600	2	7.872.966,37	169.281.335,79	4,65
PE	GLORIA DO GOITA	26	610	1	682.384,67	33.842.995,23	2,02
PE	GOIANA	26	620	0	42.500.666,68	105.798.906,79	40,17
PE	IATI	26	650	7	2.035.311,42	31.685.350,83	6,42
PE	IBIMIRIM	26	660	6	5.103.308,85	34.857.654,05	14,64
PE	INAJA	26	700	0	(1.287.719,31)	24.559.307,73	-
PE	IPOJUCA	26	720	8	(6.189.165,08)	417.953.936,46	-
PE	IPUBI	26	730	7	(1.818.615,20)	44.885.188,90	-
PE	ITAMBE	26	765	3	5.253.252,10	42.687.154,52	12,31
PE	ITAQUITINGA	26	780	2	10.900.324,04	36.357.575,17	29,98
PE	JABOATAO DOS GUARARAPES	26	790	1	111.547.405,23	706.926.961,44	15,78
PE	JAQUEIRA	26	795	0	-	16.297.266,06	-
PE	JATAUBA	26	800	8	1.679.775,99	24.992.328,96	6,72
PE	JOAO ALFREDO	26	810	7	5.682.755,24	37.042.111,03	15,34
PE	JOAQUIM NABUCO	26	820	6	(366.360,15)	27.082.244,47	-
PE	JUCATI	26	825	5	1.033.678,50	19.052.857,09	5,43
PE	JUPI	26	830	5	(1.837.677,82)	22.716.082,63	-
PE	JUREMA	26	840	4	7.012.271,25	21.283.771,56	32,95
PE	LAGOA DO CARRO	26	845	3	10.375.913,28	21.178.020,44	48,99
PE	LAGOA DO ITAENGA	26	850	3	20.906.097,25	33.924.254,91	61,63
PE	LAGOA DO OURO	26	860	2	2.061.874,07	22.146.745,30	9,31
PE	LAGOA DOS GATOS	26	870	1	4.586.046,22	22.529.826,72	20,36
PE	LAJEDO	26	880	0	6.559.997,05	51.505.416,42	12,74
PE	LIMOEIRO	26	890	9	34.738.845,45	64.832.545,05	53,75
PE	MANARI	26	915	4	543.772,67	27.998.337,02	1,94
PE	MARAIAL	26	920	4	16.138.031,92	18.787.009,89	85,90
PE	MIRANDIBA	26	930	3	(3.521.855,55)	19.972.973,47	-
PE	MOREILANDIA	26	1430	3	(1.188.726,26)	20.112.993,53	-
PE	NAZARE DA MATA	26	950	1	26.304.829,18	33.062.024,50	79,56
PE	OLINDA	26	960	0	34.108.772,66	418.068.308,38	8,16
PE	OROCO	26	980	8	3.981.075,18	21.689.834,75	18,35
PE	OURICURI	26	990	7	24.139.833,63	81.356.927,10	29,67
PE	PALMARES	26	1000	4	5.997.054,73	93.169.345,02	6,44
PE	PALMEIRINA	26	1010	3	2.155.952,37	14.431.172,60	14,94
PE	PANELAS	26	1020	2	12.809.577,49	26.807.185,49	47,78
PE	PARANATAMA	26	1030	1	(3.803.992,12)	19.728.257,11	-
PE	PARNAMIRIM	26	1040	0	(5.706.610,98)	31.755.273,61	-
PE	PAUDALHO	26	1050	6	51.171.749,59	60.596.005,05	84,31
PE	PAUL STA	26	1070	7	59.940.572,19	264.284.538,67	22,68
PE	PESQUEIRA	26	1090	5	19.535.125,64	71.295.829,51	27,40
PE	PETROLANDIA	26	1100	2	(1.673.047,13)	72.924.301,70	-
PE	PETROLINA	26	1110	1	108.787.232,85	377.080.391,20	28,85
PE	RECIFE	26	1160	6	157.977.114,31	3.099.350.699,48	5,10
PE	RIACHO DAS ALMAS	26	1170	5	5.404.972,62	28.993.297,53	18,64
PE	RIBEIRAO	26	1180	4	18.601.998,86	50.173.269,52	37,08
PE	RIO FORMOSO	26	1190	3	16.869.701,66	38.996.492,35	43,26
PE	SAIRE	26	1200	0	12.115.058,89	20.015.209,51	60,53
PE	SALGUEIRO	26	1220	8	2.916.868,25	75.512.342,11	3,86
PE	SALOA	26	1230	7	2.959.243,47	23.918.056,46	12,37
PE	SANHARO	26	1240	6	-	27.494.354,40	

PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	26	1250	5	6.397.189,41	80.775.615,58	9,46
PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	26	1260	4	5.586.006,52	53.395.631,01	10,46
PE	SAO BENEDITO DO SUL	26	1290	1	5.619.987,66	19.163.041,92	29,33
PE	SAO CAITANO	26	1310	7	10.642.129,58	39.368.420,63	27,03
PE	SAO JOAQUIM DO MONTE	26	1330	5	6.148.950,22	30.747.272,83	20,00
PE	SAO JOSE DO BELMONTE	26	1350	3	(394.962,00)	39.930.165,09	-
PE	SAO LOURENCO DA MATA	26	1370	1	20.876.434,51	100.719.015,65	20,73
PE	SERRA TALHADA	26	1390	9	18.637.607,01	100.896.088,11	18,47
PE	SIRINHAEM	26	1420	4	21.405.037,74	48.708.846,70	43,94
PE	SOLIDAO	26	1440	2	1.682.220,28	12.861.434,29	13,08
PE	SURUBIM	26	1450	1	(2.642.242,13)	62.450.955,64	-
PE	TABIRA	26	1460	0	739.473,93	32.133.287,64	2,30
PE	TAQUARITINGA DO NORTE	26	1500	3	16.857.980,07	29.733.071,62	56,70
PE	TEREZINHA	26	1510	2	76.712,94	12.824.632,77	0,60
PE	TERRA NOVA	26	1520	1	(3.720.872,41)	15.668.233,20	-
PE	TIMBAUBA	26	1530	0	21.999.636,46	72.587.575,29	30,31
PE	TORITAMA	26	1540	9	382.311,13	39.843.636,57	0,96
PE	TRACUNHAEM	26	1550	8	8.513.115,64	15.295.651,22	55,66
PE	TUPANATINGA	26	1580	5	1.128.247,68	39.454.313,44	2,86
PE	VERTENTES	26	1620	8	(1.266.903,49)	27.276.959,98	-
PE	VITORIA DE SANTO ANTAO	26	1640	7	19.797.757,83	157.163.526,82	12,60
PE	XEXEU	26	1650	6	15.554.857,47	23.192.466,02	67,07
PR	BOCAIUVA DO SUL	41	310	7	(178.834,69)	20.832.634,21	-
PR	CAMBE	41	370	1	(14.798.716,00)	128.819.973,00	-
PR	CAMPO MOURAO	41	430	3	15.502,40	150.433.535,22	0,01
PR	CASTRO	41	490	7	5.020.527,28	110.830.017,54	4,53
PR	CURITIBA	41	690	2	309.319.341,49	5.076.599.863,95	6,09
PR	FOZ DO IGUACU	41	880	4	86.372.000,45	493.858.960,23	17,49
PR	GUARATUBA	41	960	9	33.828.211,79	72.499.541,83	46,66
PR	IBAITI	41	970	8	287.319,79	34.053.724,55	0,84
PR	IRATI	41	1070	6	517.422,12	75.940.442,56	0,68
PR	MANGUEIRINHA	41	1440	1	7.701.777,54	40.214.807,10	19,38
PR	PARANAGUA	41	1820	4	30.279.608,59	237.681.627,11	12,74
PR	PATO BRANCO	41	1850	1	3.530.333,35	148.199.620,71	2,38
PR	PINHAIS	41	1915	2	(22.107.892,75)	201.739.282,09	-
PR	RANCHO ALEGRE	41	2130	7	(437.537,20)	9.254.348,07	-
PR	SALTO DO ITARARE	41	2290	9	-	9.111.081,54	-
PR	SENGES	41	2630	6	(1.912.242,78)	28.276.365,16	-
PR	TOLEDO	41	2770	0	4.597.335,46	216.751.114,89	2,12
RJ	ANGRA DOS REIS	33	10	0	35.034.024,60	761.816.911,00	4,60
RJ	AREAL	33	22	5	15.296.524,40	39.099.718,70	39,12
RJ	ARMACAO DOS BUZIOS	33	23	3	(4.560.781,20)	189.799.438,10	-
RJ	BARRA DO PIRAI	33	30	8	7.013.325,20	161.031.572,70	4,36
RJ	BARRA MANSA	33	40	7	28.018.760,50	325.233.055,30	8,61
RJ	DUQUE DE CAXIAS	33	170	2	131.139.036,70	1.458.487.612,40	8,99
RJ	ITABORAI	33	190	0	(129.381.652,80)	491.406.455,40	-
RJ	MARICA	33	270	0	(73.182.254,00)	288.779.238,00	-
RJ	MESQUITA	33	285	8	(61.981.214,70)	188.600.761,10	-
RJ	NOVA IGUACU	33	350	0	123.785.241,20	773.434.975,30	16,00
RJ	PETROPOLIS	33	390	8	5.610.907,80	640.857.310,90	0,88
RJ	RESENDE	33	420	1	93.109.853,70	341.074.068,60	27,30
RJ	RIO DE JANEIRO	33	455	7	8.687.039.248,55	16.042.082.267,07	54,15
RJ	SAO JOAO DE MERITI	33	510	9	(29.805.511,80)	404.838.144,50	-
RJ	SAPUCAIA	33	540	6	(2.422.497,20)	48.601.247,30	-
RJ	SAQUAREMA	33	550	5	18.039.597,60	138.594.755,50	13,02
RJ	TERESOPOLIS	33	580	2	(1.914.263,40)	312.169.423,70	-
RN	ACU	24	20	8	(2.126.504,40)	69.375.478,23	-
RN	CAICO	24	200	6	7.061.544,24	76.744.293,50	9,20
RN	MOSSORO	24	800	3	35.199.228,42	403.778.872,40	8,72
RN	NATAL	24	810	2	189.289.362,23	1.288.992.434,71	14,69
RO	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	11	37	9	(2.114.757,70)	21.254.547,85	-
RO	CACOAL	11	4	9	(1.380.626,13)	114.722.302,94	-
RO	CEREJEIRAS	11	5	6	(8.559.867,37)	27.022.968,95	-
RO	CORUMBIARA	11	7	2	(294.980,61)	18.692.647,03	-
RO	ITAPUA DO OESTE	11	110	1	(519.845,23)	15.987.496,22	-
RO	JARU	11	11	4	18.423.178,77	80.083.694,55	23,00

RO	JI-PARANA	11	12	2	(355.168,59)	154.880.935,35	-
RO	NOVA MAMORE	11	33	8	655.636,96	31.480.658,95	2,08
RO	PIMENTA BUENO	11	18	9	-	49.887.044,99	-
RO	PORTO VELHO	11	20	5	(88.549.695,72)	825.431.981,80	-
RO	PRESIDENTE MEDICI	11	25	4	3.152.760,10	29.529.638,34	10,68
RO	VILHENA	11	30	4	(3.355.528,54)	136.540.311,79	-
RS	ALTO ALEGRE	43	55	4	1.542.093,56	11.057.271,07	13,95
RS	ALVORADA	43	60	4	22.135.710,78	190.762.219,26	11,60
RS	BAGE	43	160	2	13.668.446,61	195.637.242,76	6,99
RS	BENTO GONCALVES	43	210	5	645.458,50	258.922.644,23	0,24
RS	CACAPAVA DO SUL	43	230	8	(651.421,12)	48.315.210,08	-
RS	CACHOEIRA DO SUL	43	300	4	[illegible]620.145,49	127.742.152,31	1,27
RS	CAMAQUA	43	350	9	[illegible]023.312,72	85.692.829,64	1,90
RS	CAMPO BOM	43	390	5	5.462.114,75	134.367.675,93	4,07
RS	CANGUCU	43	450	7	(985.4[illegible]8,92)	83.298.491,25	-
RS	CANOAS	43	460	8	45.139.492,36	783.409.460,72	5,76
RS	CAPAO BONITO DO SUL	43	462	2	-	9.139.669,19	-
RS	CARAZINHO	43	470	5	(1.228.765,02)	102.014.429,34	-
RS	CARLOS GOMES	43	485	3	47.044,76	6.961.462,66	0,68
RS	CAXIAS DO SUL	43	510	8	107.228.100,07	1.060.730.500,08	10,11
RS	CHIAPETTA	43	540	5	1.587.423,40	12.152.010,07	13,06
RS	CRISTAL DO SUL	43	607	2	82.587,70	7.963.039,95	0,79
RS	CRUZ ALTA	43	610	6	(3.425.056,76)	89.302.410,01	-
RS	ERECHIM	43	700	5	(16.145.229,46)	153.211.431,04	-
RS	ESTEIO	43	770	8	-	138.312.568,51	-
RS	FARROUPILHA	43	790	6	(7.898.404,31)	141.667.704,32	-
RS	FAXINAL DO SOTURNO	43	800	3	376.020,79	11.403.563,76	3,30
RS	GRAVATAI	43	920	9	298.624.178,12	416.518.552,73	71,74
RS	GUAIBA	43	930	8	20.333.840,60	165.082.204,03	12,11
RS	IJUI	43	1020	7	(24.709.514,34)	160.690.551,35	-
RS	IMBE	43	1033	0	24.657.780,84	50.682.524,54	48,65
RS	ITAQUI	43	1060	3	(3.702.012,23)	72.719.748,72	-
RS	LAJEADO	43	1140	3	(34.033.061,56)	133.767.357,23	-
RS	MAXIMILIANO DE ALMEIDA	43	1220	3	(151.276,24)	10.519.324,98	-
RS	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	43	1237	7	(1.153.466,57)	12.990.504,90	-
RS	MONTENEGRO	43	1240	1	54.515.374,24	101.473.060,10	53,72
RS	NOVA SANTA RITA	43	1337	5	(992.332,09)	47.944.321,34	-
RS	NOVO HAMBURGO	43	1340	9	(13.820.709,89)	529.029.268,57	-
RS	PAROBE	43	1405	0	9.360.349,33	76.853.502,10	12,18
RS	PASSO FUNDO	43	1410	0	(41.003.384,28)	322.130.900,64	-
RS	PEDRO OSORIO	43	1420	9	(709.387,21)	12.978.087,42	-
RS	PELOTAS	43	1440	7	136.749.725,99	489.112.085,42	27,96
RS	PINHEIRO MACHADO	43	1450	6	812.841,88	25.507.718,60	2,40
RS	PORTAO	43	1480	3	9.940.801,86	59.844.237,91	16,61
RS	RIO GRANDE	43	1560	2	(53.326.269,87)	383.8[illegible]6.134,01	-
RS	RIOZINHO	43	1575	0	582.161,33	12.358.547,36	4,7[illegible]
RS	ROLANTE	43	1600	6	(1.413.590,78)	29.938.584,63	-
RS	SANTA CRUZ DO SUL	43	1680	8	49.245.651,64	255.986.762,84	19,24
RS	SANTA MARGARIDA DO SUL	43	1697	2	(351.903,25)	9.563.619,50	-
RS	SANTA MARIA	43	1900	7	(117.978.092,[illegible]0)	307.554.208,47	-
RS	SANTA ROSA	43	1720	2	(13.971.872,99)	155.520.562,57	-
RS	SANTO ANGELO	43	1750	9	(6.122.349,51)	98.850.575,68	-
RS	SANTO ANTONIO DAS MISSOES	43	1770	7	1.801.0[illegible]6,85	20.961.403,48	8,59
RS	SAO BORJA	43	1800	2	(2.500.673,25)	113.232.224,39	-
RS	SAO GABRIEL	43	1830	9	3.321.279,00	84.696.754,00	3,92
RS	SAO JOAO DA URTIGA	43	1842	4	(1.409.931,45)	11.570.829,98	-
RS	SAO LEOPOLDO	43	1870	5	187.942.957,85	443.[illegible]78.518,75	42,35
RS	SAPIRANGA	43	1990	1	(19.277.405,44)	125.826.024,19	-
RS	SAPUCAIA DO SUL	43	2000	8	12.827.673,77	2[illegible]5.122.951,17	5,96
RS	SOLEDADE	43	2060	0	1.160.201,39	43.686.947,19	2,66
RS	TAQUARA	43	2120	4	7.462.150,81	76.115.723,23	9,64
RS	TAQUARI	43	2130	3	3.647.757,21	33.226.060,03	10,98
RS	TORRES	43	2150	1	12.787.871,05	74.750.781,28	17,11
RS	URUGUAIANA	43	2240	0	76.181.829,48	157.826.718,11	48,27
RS	VACARIA	43	2250	9	(2.102.659,75)	107.225.368,91	-
RS	VENANCIO AIRES	43	2260	8	(16.351.511,73)	99.910.131,04	-

RS	VIAMAO	43	2300	2	84.274.082,67	211.084.833,24	39,92
RS	VILA FLORES	43	2330	9	1.026.575,59	12.722.575,25	8,07
SC	APIUNA	42	125	7	186.865,89	21.558.992,04	0,87
SC	ARARANGUA	42	140	6	75.526,51	90.547.211,80	0,08
SC	BALNEARIO CAMBORIU	42	200	8	(69.837.238,29)	407.160.175,16	-
SC	BIGUACU	42	230	5	4.316.580,97	105.074.960,86	4,11
SC	BOTUVERA	42	270	1	(710.254,57)	10.880.600,40	-
SC	BRUSQUE	42	290	9	37.600.039,68	220.329.425,28	17,07
SC	CACADOR	42	300	6	(2.972.068,07)	117.468.244,03	-
SC	CAMBORIU	42	320	4	(578.998,30)	103.402.909,43	-
SC	CANOINHAS	42	380	8	(513.650,45)	84.778.845,45	-
SC	CONCORDIA	42	430	1	(11.385.029,96)	143.362.362,54	-
SC	CORONEL MARTINS	42	445	9	90.793,27	9.292.254,59	1,09
SC	CRICIUMA	42	460	8	67.268.838,68	389.188.010,05	17,28
SC	ERMO	42	519	1	(231.835,76)	8.054.641,48	-
SC	FLORIANOPOLIS	42	540	7	321.780.341,42	955.152.888,73	33,69
SC	GALVAO	42	560	5	492.867,74	9.248.544,90	5,33
SC	GASPAR	42	590	2	(11.737.597,87)	114.928.223,59	-
SC	GRAO PARA	42	610	8	1.595.236,03	12.683.073,03	12,59
SC	HERVAL D'OESTE	42	670	2	(4.164.709,36)	37.062.268,82	-
SC	IBIAM	42	675	1	(19.401,29)	8.455.787,87	-
SC	INDAIAL	42	750	2	2.829.234,42	112.489.614,73	2,52
SC	ITAPOA	42	845	0	(5.444.588,29)	50.635.551,57	-
SC	JAGUARUNA	42	880	7	2.326.207,00	29.655.312,00	7,84
SC	JOACABA	42	900	3	(12.308.085,50)	82.504.601,49	-
SC	JOINVILLE	42	910	2	493.715.186,46	1.211.867.282,80	40,74
SC	LAGUNA	42	940	9	(3.913.054,83)	72.222.589,95	-
SC	LEBON REGIS	42	970	6	(257.636,10)	16.416.933,21	-
SC	LUZERNA	42	1003	5	(2.424.832,18)	13.275.546,22	-
SC	MAFRA	42	1010	0	6.250.704,64	88.148.075,34	7,09
SC	NAVEGANTES	42	1130	9	3.345.783,63	135.700.841,93	2,47
SC	PALHOCA	42	1190	0	(32.210.335,60)	221.425.853,79	-
SC	PETROLANDIA	42	1270	0	(595.385,85)	12.298.924,80	-
SC	RIO DO SUL	42	1480	5	6.120.143,72	160.340.209,91	3,82
SC	RIO NEGRINHO	42	1500	0	2.134.317,96	82.176.739,12	2,60
SC	SALETE	42	1530	7	(206.705,40)	14.407.722,17	-
SC	SAO BENTO DO SUL	42	1580	2	16.679.634,46	187.727.162,93	8,89
SC	SAO FRANCISCO DO SUL	42	1620	6	(7.158.780,32)	162.718.952,24	-
SC	TAIO	42	1780	8	(4.218.018,83)	33.471.139,48	-
SC	TREZE TILIAS	42	1850	9	(3.247.500,91)	18.347.012,06	-
SC	TUBARAO	42	1870	7	6.038.022,80	157.893.101,92	3,82
SC	TURVO	42	1880	6	(4.391.778,01)	24.945.522,73	-
SC	VIDAL RAMOS	42	1920	0	(440.050,66)	15.304.718,03	-
SC	XANXERE	42	1950	7	(5.126.724,72)	74.767.610,42	-
SE	ARACAJU	28	30	8	95.457.723,86	1.129.625.543,54	8,45
SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	28	450	8	(7.971.307,62)	42.226.354,61	-
SP	ADAMANTINA	35	10	5	(4.362.159,35)	63.141.195,66	-
SP	AGUAI	35	30	3	796.80[illegible],24	57.346.700,78	1,39
SP	AGUAS DA PRATA	35	40	2	(3.809.183,9[illegible])	18.578.685,34	-
SP	AGUAS DE LINDOIA	35	50	1	(1.857.399,00)	47.056.402,00	-
SP	ALAMBARI	35	75	8	-	12.450.111,50	-
SP	ALTINOPOLIS	35	100	4	578.080,70	43.885.379,17	1,32
SP	ALUMINIO	35	115	2	3.094.312,23	54.000.090,81	5,73
SP	AMPARO	35	190	5	(11.217.118,73)	166.072.193,45	-
SP	ARACOIABA DA SERRA	35	290	3	4.311.077,90	57.665.029,74	7,48
SP	ARANDU	35	310	9	411.703,86	17.023.252,45	2,42
SP	ARARAQUARA	35	320	8	14.493.736,46	497.049.127,00	2,92
SP	ARARAS	35	330	7	(42.137.169,04)	306.448.507,25	-
SP	ASSIS	35	400	8	14.704.288,72	172.333.646,41	8,53
SP	AVANHANDAVA	35	440	4	1.560.691,36	22.625.649,86	6,90
SP	AVARE	35	450	3	15.853.304,00	166.919.803,00	9,39
SP	BARAO DE ANTONINA	35	500	5	(1.043.830,31)	10.481.196,98	-
SP	BARUERI	35	570	8	(536.543.634,25)	1.704.529.535,91	-
SP	BASTOS	35	590	7	34.623,52	36.320.210,61	0,10
SP	BAURU	35	600	3	166.995.391,62	688.408.404,61	24,26
SP	BIRIGUI	35	650	8	(8.085.193,48)	208.256.017,38	-

SP	BIRITIBA-MIRIM	35	660	7	4.308.526,51	42.913.908,78	10,04
SP	BOM SUCESSO DE ITARARE	35	715	9	39.001,00	10.367.053,00	0,38
SP	BORACEIA	35	730	8	(1.054.364,09)	1.700.364,09	-
SP	BORBOREMA	35	740	7	4.482.378,95	30.156.549,09	14,86
SP	BREJO ALEGRE	35	775	3	(1.617.099,73)	13.860.417,54	-
SP	BRODOWSKI	35	780	3	20.835.310,62	45.401.206,74	45,89
SP	BURITAMA	35	810	8	986.776,25	40.385.767,09	2,44
SP	BURITIZAL	35	820	7	-	18.383.382,52	-
SP	CAIABU	35	890	0	85.639,12	12.224.381,92	0,70
SP	CAIEIRAS	35	900	7	(15.269.365,40)	155.093.246,26	-
SP	CAIUA	35	910	6	19.749.932,24	17.582.077,71	112,33
SP	CAJATI	35	925	4	(5.993.975,95)	55.201.717,22	-
SP	CAJOBI	35	930	4	2.694.805,06	20.295.350,58	13,28
SP	CAJURU	35	940	3	(692.372,19)	42.570.037,24	-
SP	CAMPINAS	35	950	2	1.280.611.750,98	2.838.159.684,59	45,12
SP	CAMPO LIMPO PAULISTA	35	960	1	17.368.629,09	132.081.947,05	13,15
SP	CAMPOS NOVOS PAULISTA	35	980	9	308.006,33	13.7[illegible]2.605,63	2,25
SP	CANAS BONITO	35	1020	3	16.404.361,19	82.143.435,77	19,97
SP	CAPELA DO ALTO	35	1030	2	893.733,10	34.979.207,75	2,56
SP	CARAPICUIBA	35	1060	9	74.479.511,35	348.329.950,14	21,38
SP	CASTILHO	35	1100	3	-	66.136.887,11	-
SP	CERQUEIRA CESAR	35	1140	9	3.202.192,95	38.865.625,99	8,24
SP	CHARQUEADA	35	1170	6	(1.249.385,89)	31.030.026,01	
SP	CONCHAL	35	1220	9	5.857.424,71	58.546.542,63	10,02
SP	CONCHAS	35	1230	8	1.344.985,44	33.825.272,19	3,98
SP	CORDEIROPOLIS	35	1240	7	5.727.471,79	86.783.827,36	6,60
SP	CORONEL MACEDO	35	1260	5	17.378.542,06	13.085.933,26	132,80
SP	CORUMBATAI	35	1270	4	29.452,00	15.901.708,00	0,19
SP	COSMOPOLIS	35	1280	3	43.334.142,41	117.367.379,72	36,92
SP	COSMORAMA	35	1290	2	576.463,80	19.227.375,94	3,01
SP	CRUZALIA	35	1330	6	489.347,88	11.092.972,20	4,41
SP	CUBATAO	35	1350	4	-	709.484.115,24	-
SP	DOBRADA	35	1400	7	1.272.058,60	13.146.433,23	9,68
SP	DOURADO	35	1430	4	(2.201.073,74)	17.283.099,12	-
SP	EMBU	35	1500	4	33.554.519,13	364.319.582,55	9,24
SP	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	35	1515	6	(4.693.986,02)	71.666.270,01	
SP	ESPIRITO SANTO DO TURVO	35	1519	4	-	14.336.723,39	-
SP	FERNANDO PRESTES	35	1560	8	(782.039,23)	14.711.809,26	-
SP	FERNANDOPOLIS	35	1550	9	(8.810.618,96)	107.536.070,55	-
SP	FRANCA	35	1620	0	(72.977.503,65)	436.402.576,42	-
SP	GENERAL SALGADO	35	1680	3	52.947.539,97	25.339.498,98	208,95
SP	GLICERIO	35	1710	9	861.119,97	13.873.979,15	6,21
SP	GUAIRA	35	1740	6	5.281.547,44	115.640.039,05	4,57
SP	GUAPIACU	35	1750	5	(1.802.592,43)	43.180.077,88	-
SP	GUARACI	35	1790	1	4.435.923,18	31.574.193,80	14,05
SP	GUARAREMA	35	1830	5	(10.113.901,09)	158.530.165,55	-
SP	GUARATINGUETA	35	1840	4	60.407.295,50	219.196.040,46	27,56
SP	GUARUJA	35	1870	1	494.603.549,71	859.814.314,42	58,89
SP	GUARULHOS	35	1880	0	1.857.469.109,40	2.597.166.293,60	71,52
SP	HORTOLANDIA	35	1907	1	(244.059.913,50)	489.737.034,86	-
SP	ILHABELA	35	2040	0	(13.365.170,70)	145.945.274,80	-
SP	INDAIATUBA	35	2050	9	(733.475.222,63)	663.933.018,41	-
SP	INUBIA PAULISTA	35	2060	6	(1.109.422,61)	10.743.809,38	-
SP	IPAUSSU	35	2090	5	59.435,61	33.782.101,95	0,18
SP	IPEUNA	35	2110	1	(2.692.755,44)	20.997.883,76	-
SP	IPIGUA	35	2115	0	1.134.116,20	11.827.649,77	9,59
SP	IPORANGA	35	2120	0	3.075.032,57	14.797.270,41	20,78
SP	IPUA	35	2130	9	(506.143,55)	36.287.736,42	-
SP	ITABERA	35	2170	5	(1.452.149,69)	31.011.003,03	-
SP	ITAI	35	2180	4	(23.303.225,32)	52.939.915,69	-
SP	ITAJOBI	35	2190	3	551.530,61	35.825.668,62	1,54
SP	ITAPECERICA DA SERRA	35	2220	8	(29.410.115,05)	266.398.391,50	-
SP	ITAPETININGA	35	2230	7	62.380.154,75	277.830.977,70	22,45
SP	ITAPEVA	35	2240	6	40.168.847,68	190.779.507,57	21,06
SP	ITAPORANGA	35	2280	2	(1.676.609,28)	25.481.556,87	-
SP	ITARARE	35	2320	6	10.326.480,21	81.854.805,63	12,62

SP	ITATIBA	35	2340	4	(14.150.407,26)	232.355.903,22	-
SP	ITIRAPINA	35	2360	2	1.434.865,89	41.523.663,62	3,46
SP	ITU	35	2390	9	66.591.587,72	373.277.511,73	17,84
SP	ITUPEVA	35	2400	6	6.855.894,96	142.781.880,47	4,80
SP	JABOTICABAL	35	2430	3	(43.732.725,12)	158.432.505,92	-
SP	JACAREI	35	2440	2	18.088.804,35	488.215.792,18	3,71
SP	JACUPIRANGA	35	2450	0	4.322.021,83	30.411.207,47	14,21
SP	JARDINOPOLIS	35	2510	2	(3.216.775,09)	82.653.257,65	-
SP	JUNDIAI	35	2590	4	197.150.871,15	1.258.904.596,33	15,66
SP	LEME	35	2670	4	29.960.515,52	190.141.169,66	15,76
SP	LENCOIS PAULISTA	35	2680	3	(13.695.040,40)	168.947.894,92	-
SP	LINS	35	2710	8	12.775.954,33	129.609.577,57	9,86
SP	LOUVEIRA	35	2730	6	(196.401.998,32)	279.253.342,20	-
SP	LUCIANOPOLIS	35	2750	4	(589.625,67)	9.844.893,37	-
SP	MAIRIPORA	35	2850	2	(13.982.530,41)	154.280.037,66	-
SP	MARACAI	35	2880	9	(1.105.694,52)	31.708.804,07	-
SP	MARIAPOLIS	35	2890	8	(1.785.049,56)	10.082.537,07	-
SP	MARILIA	35	2900	5	140.216.496,21	496.138.527,12	28,26
SP	MARTINOPOLIS	35	2920	3	14.522.954,93	48.892.934,18	29,70
SP	MATAO	35	2930	2	52.168.846,12	145.419.998,50	35,87
SP	MINEIROS DO TIETE	35	2980	7	4.384.606,00	19.825.515,90	22,12
SP	MOGI DAS CRUZES	35	3060	7	16.275.379,09	815.695.701,95	2,00
SP	MOJI MIRIM	35	3080	5	11.381.770,15	228.765.394,58	4,98
SP	NHANDEARA	35	3260	3	(29.063,03)	22.590.160,30	-
SP	NOVA GUATAPORANGA	35	3310	6	(1.752.509,33)	8.640.785,73	-
SP	NOVA ODESSA	35	3340	3	(2.824.564,78)	117.222.400,53	-
SP	ORINDIUVA	35	3420	3	(2.283.572,88)	20.248.981,47	-
SP	OSASCO	35	3440	1	957.419.347,00	1.416.757.659,00	67,58
SP	PACAEMBU	35	3490	6	1.731.518,68	23.865.060,04	7,25
SP	PALMITAL	35	3530	9	(3.976.902,29)	49.505.181,84	-
SP	PEDERNEIRAS	35	3670	3	(13.526.226,85)	81.923.588,28	-
SP	PEDRANOPOLIS	35	3690	1	(344.169,72)	10.319.912,16	-
SP	PEDREIRA	35	3710	7	9.185.767,39	94.628.158,23	9,71
SP	PEDRO DE TOLEDO	35	3720	8	(855.671,31)	23.154.373,33	-
SP	PENAPOLIS	35	3730	5	42.735.658,81	125.981.545,04	33,92
SP	PIEDADE	35	3780	0	1.049.425,73	71.059.934,58	1,48
SP	PINDAMONHANGABA	35	3800	6	(61.215.176,79)	319.958.739,43	-
SP	PIQUEROBI	35	3830	3	99.160,00	12.602.873,00	0,79
SP	PIQUETE	35	3850	1	514.723,69	18.715.924,81	2,75
SP	PIRACICABA	35	3870	9	(26.896.082,98)	918.949.319,97	-
SP	PITANGUEIRAS	35	3950	9	10.111.355,42	73.487.969,20	13,76
SP	PLATINA	35	3970	7	-	11.967.340,93	-
SP	POA	35	3980	8	(5.116.134,01)	262.946.793,88	-
SP	PORTO FERREIRA	35	4070	5	26.160.074,69	113.748.002,49	23,00
SP	POTIM	35	4075	4	1.913.501,14	31.502.564,58	6,07
SP	PRACINHA	35	4085	3	-	8.072.254,74	-
SP	PRAIA GRANDE	35	4100	0	132.316.919,14	782.132.435,84	16,92
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	35	4140	6	41.327.511,74	410.589.109,56	10,07
SP	PROMISSAO	35	4160	4	(2.807.734,76)	71.980.938,60	-
SP	RANCHARIA	35	4220	6	(2.840.841,43)	61.345.638,59	-
SP	REGINOPOLIS	35	4250	3	37.547,03	16.079.115,89	0,23
SP	RIBEIRAO BONITO	35	4290	9	(3.858.066,04)	26.190.430,88	-
SP	RIBEIRAO PIRES	35	4330	3	36.674.357,14	185.241.989,18	19,80
SP	RIBEIRAO PRETO	35	4340	2	595.636.332,15	1.426.488.511,25	41,76
SP	RIO DAS PEDRAS	35	4400	4	12.911.846,54	76.106.081,05	16,97
SP	RIO GRANDE DA SERRA	35	4410	3	26.140.583,60	50.597.218,40	51,66
SP	RIOLANDIA	35	4420	2	(1.536.586,10)	24.331.253,83	-
SP	RIVERSUL	35	4350	1	5.164.990,98	12.205.874,35	42,32
SP	ROSEIRA	35	4430	1	4.260.510,36	20.249.907,79	21,04
SP	SALTO	35	4520	9	18.713.125,42	194.857.990,72	9,60
SP	SANTA BARBARA D'OESTE	35	4580	3	15.835.460,97	315.144.069,40	5,02
SP	SANTA CRUZ DA CONCEICAO	35	4620	7	(437.760,00)	14.374.929,30	-
SP	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	35	4640	5	1.854.611,78	84.570.847,48	2,20
SP	SANTA ISABEL	35	4680	1	(9.715.243,38)	103.320.975,97	-
SP	SANTA ROSA DE VITERBO	35	4760	1	21.382.341,78	42.842.503,09	49,91
SP	SANTANA DE PARNAIBA	35	4730	4	15.538.772,51	520.065.460,40	3,76

SP	SANTO ANASTACIO	35	4770	0	-	33.274.349,40	-
SP	SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	35	4790	8	249.377,81	15.126.134,02	1,65
SP	SAO BENTO DO SAPUCAI	35	4860	9	(1.013.098,46)	19.347.291,76	-
SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	35	4870	8	689.744.532,01	2.579.056.077,15	26,74
SP	SAO JOAO DA BOA VISTA	35	4910	2	(84.775.344,17)	186.327.359,77	-
SP	SAO JOAO DE IRACEMA	35	4925	0	(6.200.026,12)	17.266.595,00	-
SP	SAO JOAQUIM DA BARRA	35	4940	9	7.139.992,21	85.781.272,20	8,32
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	35	4980	5	42.090.583,44	929.909.461,69	4,53
SP	SAO MANUEL	35	5010	0	(32.191.940,89)	79.705.437,82	
SP	SAO PAULO	35	5030	8	63.083.408.915,88	31.572.359.127,12	199,81
SP	SAO PEDRO DO TURVO	35	5050	6	(800.171,49)	18.036.211,08	-
SP	SAO VICENTE	35	5100	9	438.261.601,61	599.206.415,07	73,14
SP	SEBASTIANOPOLIS DO SUL	35	5130	6	(216.968,44)	18.103.804,10	-
SP	TAGUAI	35	5300	5	(1.269.925,45)	20.292.381,00	-
SP	TAIUVA	35	5320	3	1.466.528,00	12.969.397,00	11,31
SP	TAMBAU	35	5330	2	2.209.220,08	52.807.850,10	4,18
SP	TAPIRAI	35	5350	0	510.371,14	17.497.060,86	2,92
SP	TAQUARITUBA	35	5380	7	-	41.727.306,95	-
SP	TARUMA	35	5395	5	159.559,30	39.312.334,22	0,41
SP	TAUBATE	35	5410	2	13.271.883,17	655.930.938,41	2,02
SP	TIETE	35	5450	8	2.799.950,58	92.455.934,74	3,03
SP	TUPA	35	5500	0	51.000,90	101.609.658,66	0,05
SP	TUPI PAULISTA	35	5510	9	-	26.640.646,57	-
SP	UBATUBA	35	5540	6	7.460.122,88	225.840.719,92	3,30
SP	UCHOA	35	5560	4	59.019,34	22.716.300,81	0,25
SP	UNIAO PAULISTA	35	5570	3	(1.832.648,36)	9.750.149,84	-
SP	URU	35	5590	1	(315.342,35)	8.559.752,77	-
SP	URUPES	35	5600	8	-	25.436.396,87	-
SP	VALENTIM GENTIL	35	5610	7	(1.245.378,70)	24.042.540,44	-
SP	VALINHOS	35	5620	6	285.419.276,71	318.997.731,53	89,79
SP	VISTA ALEGRE DO ALTO	35	5680	8	(4.050.561,76)	19.494.673,14	-
SP	VOTUPORANGA	35	5710	5	(302.154,76)	162.079.569,05	-
TO	CRIXAS DO TOCANTINS	17	625	8	-	7.013.050,62	-
TO	GURUPI	17	950	0	9.815.831,61	90.675.149,21	10,83

Relação Divida Consolidada Liquida/Receita Corrente Liquida dos Municipios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 2º Semestre de 2012
data-base 31/12/2012

Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes que optaram por divulgar semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do artigo 63 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN **Posição: 18/3/2013**

UF	Nome do Município	Cód IBGE Estado	Cód IBGE Município	DV IBGE Município	DCL 1º Semestre 2012	RCL 1º Semestre 2012	DCL/RCL
BA	TAPEROA	29	3120	2	3.189.796,77	31.442.241,49	10,14
BA	PILAO ARCADO	29	2440	5	(542.801,73)	54.077.528,82	-
BA	NILO PECANHA	29	2260	7	10.183.281,62	24.857.916,14	40,97
BA	ABAIRA	29	10	8	9.236.588,72	18.210.169,58	50,72
BA	ITIUBA	29	1700	3	3.724.087,00	49.375.889,19	7,54
CE	GUAIUBA	23	495	4	185.127,55	33.273.248,14	0,56
CE	MAURITI	23	810	4	2.826.856,08	58.637.280,92	4,82
CE	VARJOTA	23	1395	5	1.669.733,70	27.211.063,96	6,14
CE	ARARENDA	23	125	7	979.343,07	18.578.300,72	5,27
CE	URUOCA	23	1390	6	-	19.810.611,06	-
CE	UBAJARA	23	1360	9	4.562.893,57	43.650.237,91	10,45
CE	MERUOCA	23	820	3	(659.607,53)	23.189.846,85	-
ES	MUQUI	32	380	9	(851.626,47)	27.960.842,40	-
ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	32	506	9	-	46.854.621,27	-
ES	VARGEM ALTA	32	503	6	(2.997.411,41)	46.794.709,84	-
ES	SAO JOSE DO CALCADO	32	490	7	(4.950.205,64)	25.595.198,49	-
ES	SAO GABRIEL DA PALHA	32	470	8	(9.353.711,38)	57.747.345,72	-
ES	MARATAIZES	32	332	0	(23.948.402,00)	110.496.107,00	-
ES	SANTA TERESA	32	460	9	(1.095.403,01)	54.657.023,18	-
ES	MANTENOPOLIS	32	330	4	1.195.700,56	28.904.216,90	4,14
ES	JERONIMO MONTEIRO	32	310	6	(3.801.325,67)	27.704.884,40	-
ES	ALEGRE	32	20	1	6.069.316,52	59.550.033,65	10,19
ES	SAO DOMINGOS DO NORTE	32	465	8	(1.825.708,63)	21.840.004,59	
ES	AFONSO CLAUDIO	32	10	2	(8.173.586,26)	59.095.963,02	-
ES	CONCEICAO DO CASTELO	32	170	4	(2.881.845,64)	29.547.736,59	-
ES	BAIXO GUANDU	32	80	5	(5.264.849,81)	57.063.775,19	-
ES	CASTELO	32	140	7	(9.441.967,46)	68.895.299,44	-
GO	ABADIANIA	52	10	0	7.871.076,85	23.093.743,26	34,09
GO	CAMPO LIMPO DE GOIAS	52	485	4	(635.446,39)	11.550.331,05	-
GO	PIRACANJUBA	52	1710	4	12.231.596,53	43.522.266,62	28,10
MG	SERRANIA	31	6690	7	14.544,06	13.969.062,76	0,10
MG	SERITINGA	31	6640	2	273.811,09	7.579.578,10	3,61
MG	TURVOLANDIA	31	6980	2	439.144,50	9.444.785,90	4,65
MG	TRACENTES	31	6880	4	(1.65[illegible].145,67)	14.172.844,14	-
MG	SILVEIRANIA	31	6730	1	1.230.748,18	7.523.128,57	16,36
MG	UNIAO DE MINAS	31	7043	8	2.983.955,69	11.943.370,98	24,97
MG	SERICITA	31	6630	3	484.193,45	10.749.862,96	4,50
MG	SENHORA DOS REMEDIOS	31	6620	4	733.428,60	11.549.634,06	6,35
MG	VARGEM BONITA	31	7060	2	2.465.602,12	8.587.959,13	28,78
MG	FREI GASPAR	31	2680	2	2.308.187,32	11.877.234,27	19,43
MG	CRUZEIRO DA FORTALEZA	31	2070	6	2.945.029,42	12.277.345,55	23,99
MG	ITAOBIM	31	3330	3	(6.065.759,37)	27.116.897,00	-
MG	ITAMOGI	31	3290	9	2.267.971,92	15.726.139,55	14,42
MG	INCONFIDENTES	31	3060	6	(105.037,45)	11.168.080,64	
MG	ILICINEA	31	3050	7	3.211.790,08	16.699.521,39	19,23
MG	IBIRACI	31	2970	7	(3.871.446,77)	23.488.683,20	-
MG	GURINHATA	31	2910	3	-	13.508.717,64	-
MG	RIO DOCE	31	5500	9	363.115,90	9.059.686,99	4,01
MG	GUARANESIA	31	2830	3	(4.621.086,31)	30.083.987,98	-
MG	ITAPEVA	31	3360	0	4.676.107,97	17.169.819,79	27,23
MG	FRANCISCO BADARO	31	2650	5	936.449,03	12.370.023,29	7,59
MG	FERROS	31	2590	3	365.573,83	14.388.762,56	2,54
MG	EWBANK DA CAMARA	31	2500	2	-	8.265.245,78	-
MG	ESPIRITO SANTO DO DOURADO	31	2440	1	685.659,26	9.495.040,22	7,22
MG	DOURADOQUARA	31	2350	2	2.455.725,65	9.098.757,50	26,99
MG	DOM VICOSO	31	2280	1	415.808,31	7.264.077,63	5,72
MG	DOM SILVERIO	31	2270	2	(553.606,50)	9.725.305,21	-

MG	MONTE ALEGRE DE MINAS	31	4280	9	4.582.153,71	38.565.426,37	11,88
MG	GUIMARANIA	31	2890	7	-	12.169.863,73	-
MG	LAGOA FORMOSA	31	3750	2	3.470.095,79	27.661.116,24	12,55
MG	MONTALVANIA	31	4270	0	(2.501.111,91)	18.834.397,00	-
MG	MINDURI	31	4190	0	2.142.530,31	8.664.601,23	24,73
MG	MATUTINA	31	4120	7	(64.096,31)	9.615.174,68	-
MG	MARIO CAMPOS	31	4015	9	(2.460.745,84)	15.176.745,23	-
MG	MARIA DA FE	31	3990	4	(1.001.377,76)	19.223.005,85	-
MG	MACHACALIS	31	3890	6	608.186,47	11.412.662,54	5,33
MG	LUMINARIAS	31	3070	0	-	9.988.082,11	-
MG	ITAPAGIPE	31	3340	2	7.110.118,77	30.232.754,97	23,52
MG	LAGOA GRANDE	31	3753	6	(677.052,46)	14.079.041,31	-
MG	CRISTINA	31	2050	8	77.318,39	14.178.390,98	0,55
MG	LAGOA DOURADA	31	3740	3	(484.801,90)	17.324.709,92	-
MG	LAGOA DA PRATA	31	3720	5	906.566,00	62.252.376,19	1,46
MG	JENIPAPO DE MINAS	31	3545	6	114.336,79	11.659.392,22	0,98
MG	JAPARAIBA	31	3530	8	190.529,50	9.424.883,56	2,02
MG	JABOTICATUBAS	31	3460	8	(2.623.760,05)	25.530.503,89	-
MG	ITUTINGA	31	3450	9	473.855,77	10.255.039,34	4,62
MG	ITURAMA	31	3440	0	31.857.131,91	83.701.602,35	37,62
MG	SENADOR AMARAL	31	6557	8	(654.531,82)	10.092.292,81	-
MG	LEME DO PRADO	31	3835	1	347.867,54	10.605.226,19	3,28
MG	BOM REPOUSO	31	790	1	1.402.466,13	15.084.539,90	9,89
MG	DESTERRO DE ENTRE RIOS	31	2140	7	(632.100,22)	9.590.811,78	-
MG	CAMPANHA	31	1090	5	(325.358,28)	23.571.292,11	-
MG	CAMBUI	31	1060	8	(24.779.333,17)	42.234.114,67	-
MG	CAMANDUCAIA	31	1050	9	(3.824.744,76)	33.871.082,07	-
MG	CAETANOPOLIS	31	990	7	1.270.100,01	14.720.263,41	8,63
MG	CACHOEIRA DE MINAS	31	970	9	(2.467.530,68)	15.510.547,97	-
MG	CACHOEIRA DA PRATA	31	960	0	(2.011.327,32)	9.116.174,50	-
MG	CAPITOLIO	31	1280	2	(1.396.082,98)	19.055.281,29	-
MG	BRUMADINHO	31	900	6	(19.285.547,64)	149.631.148,33	-
MG	CARMO DE MINAS	31	1410	5	265.204,30	19.246.621,83	1,38
MG	BOM JESUS DO AMPARO	31	770	3	362.911,22	9.536.690,36	3,81
MG	BELO VALE	31	640	8	(2.069.226,72)	17.283.304,69	-
MG	BAMBUI	31	510	3	2.383.425,97	33.296.699,01	7,16
MG	ARGIRITA	31	440	3	-	9.001.945,36	-
MG	ANDRADAS	31	260	5	4.003.642,77	51.755.602,57	7,74
MG	ALVINOPOLIS	31	230	8	4.791.502,19	20.628.306,24	23,23
MG	ALTEROSA	31	200	1	(1.785.957,31)	19.854.130,42	-
MG	ALEM PARAIBA	31	150	8	291.407,82	47.976.314,59	0,61
MG	BUENO BRANDAO	31	910	5	(884.417,97)	13.686.824,92	-
MG	CONCEICAO DA APARECIDA	31	1710	8	2.041.644,65	13.840.927,65	14,75
MG	CRISTAIS	31	2020	1	435.336,26	18.211.756,16	2,39
MG	CORREGO FUNDO	31	1895	5	(1.609.890,00)	12.875.346,30	-
MG	CORREGO DO BOM JESUS	31	1990	5	(468.313,91)	7.911.335,79	-
MG	CORDISBURGO	31	1890	8	2.744.885,40	10.513.702,89	26,11
MG	CONSOLACAO	31	1850	2	(382.443,35)	7.146.217,11	-
MG	CONGONHAL	31	1790	0	66.056,04	13.956.452,60	0,49
MG	CONCEICAO DO RIO VERDE	31	1770	2	(1.453.254,58)	18.522.251,64	-
MG	CAPINOPOLIS	31	1260	4	5.700.138,64	25.856.481,17	22,05
MG	CONCEICAO DAS ALAGOAS	31	1730	6	8.615.123,99	54.781.714,22	15,73
MG	ITUETA	31	3410	3	(2.604.650,50)	12.296.819,54	-
MG	COMENDADOR GOMES	31	1690	2	-	12.299.906,73	-
MG	CLARAVAL	31	1640	7	1.712.581,63	9.803.097,35	17,47
MG	CHAPADA DO NORTE	31	1610	0	3.968.394,32	20.0[illegible]4.639,12	19,83
MG	CATUTI	31	1547	4	(1.651.542,54)	10.804.321,88	-
MG	CATAS ALTAS	31	1535	9	(1.110.434,59)	21.112.318,40	-
MG	CARMOPOLIS DE MINAS	31	1450	1	-	27.183.719,73	-
MG	CARMO DO R O CLARO	31	1440	2	2.210.177,26	33.205.796,76	6,66
MG	CARMO DO PARANAIBA	31	1430	3	(2.394.556,99)	40.958.924,97	-
MG	CONCEICAO DAS PEDRAS	31	1720	7	(132.463,89)	7.407.027,16	-
MG	PIEDADE DO RIO GRANDE	31	5030	7	(142.790,68)	9.915.109,63	
MG	NATALANDIA	31	4437	5	687.713,91	8.415.816,41	8,17
MG	PAPAGAIOS	31	4390	9	2.870.529,01	22.385.393,25	12,82
MG	NATERCIA	31	4440	9	949.435,83	9.266.051,50	10,26

MG	PEDRA DO ANTA	31	4880	6	(194.847,47)	8.056.955,28	-
MG	RESPLENDOR	31	5430	9	3.957.844,57	28.935.762,66	13,68
MG	PIRANGUCU	31	5090	1	-	8.898.719,20	
MG	PEDRALVA	31	4910	1	189.682,17	14.500.411,16	1,31
MG	PRUDENTE DE MORAIS	31	5360	8	2.804.261,82	13.222.174,72	21,21
MG	NEPOMUCENO	31	4460	7	(3.150.459,35)	30.639.466,79	-
MG	RESENDE COSTA	31	5420	0	(879.831,77)	13.671.574,54	-
MG	PRESIDENTE OLEGARIO	31	5340	0	(3.754.068,00)	32.202.996,87	-
MG	RIO PIRACICABA	31	5570	2	98.065,04	28.115.739,51	0,35
MG	PEDRA BONITA	31	4675	8	(13.062,63)	15.609.876,61	-
MG	PRESIDENTE JUSCELINO	31	5320	2	1.150.681,43	9.116.602,88	12,62
MG	OLIMPIO NORONHA	31	4550	5	417.530,12	8.888.856,47	4,70
MG	PRATAPOLIS	31	5290	7	12.421.683,12	14.557.995,85	85,33
MG	OLIVEIRA	31	4560	4	(4.301.185,21)	60.264.684,80	-
MG	PIRACEMA	31	5060	4	-	10.285.098,82	-
MG	POMPEU	31	5200	6	9.872.847,82	43.296.357,34	22,80
MG	POCO FUNDO	31	5170	1	(385.405,37)	23.610.676,45	-
MG	OURO BRANCO	31	4590	1	9.649.016,26	83.541.724,23	11,55
MG	PIRANGUINHO	31	5100	8	-	12.028.690,11	-
MG	NOVA RESENDE	31	4510	9	(16.406.703,61)	24.798.313,45	-
MG	SAO JOAO DO PACUI	31	6265	8	828.730,16	9.240.300,23	8,97
MG	SARDOA	31	6550	3	100.000,00	9.596.590,02	1,04
MG	MONTE SANTO DE MINAS	31	4320	3	(719.050,92)	29.166.711,70	-
MG	MONTEZUMA	31	4345	0	(4.973.446,11)	11.553.948,95	-
MG	SAPUCAI-MIRIM	31	6540	4	-	11.224.983,59	-
MG	SAO TOMAS DE AQUINO	31	6510	7	2.029.460,74	12.864.517,65	15,78
MG	SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA	31	6440	7	658.892,23	9.843.473,26	6,69
MG	SAO LOURENCO	31	6370	0	12.133.206,36	73.663.260,80	16,47
MG	SAO JOSE DO ALEGRE	31	6320	1	-	7.805.019,41	-
MG	SAO JOSE DA LAPA	31	6295	5	(359.003,90)	37.421.992,11	-
MG	MUNHOZ	31	4380	7	1.384.882,96	9.365.008,57	14,57
MG	PERDIZES	31	4980	4	7.130.331,31	35.760.375,16	19,93
MG	SAO GOTARDO	31	6210	4	7.842.641,04	40.004.704,32	19,60
MG	SAO GONCALO DO SAPUCAI	31	6200	5	1.318.818,02	30.350.479,57	4,35
MG	SAO FRANCISCO DO GLORIA	31	6140	3	362.533,01	10.583.482,57	3,43
MG	SAO BRAS DO SUACUI	31	6090	0	1.771.908,68	10.178.623,99	17,41
MG	SANTANA DO MANHUACU	31	5890	4	3.015.995,66	16.147.518,00	18,68
MG	MUZAMBINHO	31	4410	2	847.522,74	32.121.791,03	2,64
MG	NAQUE	31	4435	9	2.590.914,86	10.080.368,71	25,70
MG	SANTA VITORIA	31	5980	3	19.454.089,36	64.455.571,68	30,18
MG	SANTA MARGARIDA	31	5790	6	843.961,26	23.030.841,92	3,66
MG	RODEIRO	31	5630	4	-	12.123.164,41	-
MG	MORADA NOVA DE MINAS	31	4350	0	(9.244.551,58)	24.145.421,94	-
MS	SIDROLANDIA	50	790	1	6.253.846,13	93.512.617,04	6,69
MS	SANTA RITA DO PARDO	50	755	4	(4.095.178,71)	26.631.133,42	-
MS	RIO BRILHANTE	50	720	8	(4.417.757,15)	91.061.115,23	-
MS	RIBAS DO RIO PARDO	50	710	9	879.861,47	55.822.572,53	1,58
MS	NOVA ALVORADA DO SUL	50	800	2	185.669,96	39.843.650,06	0,47
MS	LADARIO	50	520	2	(123.412,88)	33.349.006,99	-
MS	ITAQUIRAI	50	460	1	1.803.687,37	34.954.583,83	5,16
MS	INOCENCIA	50	440	3	(6.192.712,30)	25.028.745,87	-
MS	ICUATEMI	50	430	4	(2.448.915,84)	30.623.068,66	-
MS	FIGUEIRAO	50	390	0	(1.303.242,53)	13.721.812,30	-
MS	COSTA RICA	50	325	6	2.573.836,79	64.196.938,59	4,01
MS	CHAPADAO DO SUL	50	295	1	(656.674,87)	71.094.799,38	-
MS	CAMAPUA	50	260	5	138.839,69	33.415.709,88	0,42
MS	AGUA CLARA	50	20	3	(1.381.588,25)	53.307.715,55	-
MS	COXIM	50	330	6	-	64.180.667,58	-
MS	SONORA	50	793	5	(2.266.638,85)	38.971.369,70	-
MT	PORTO ESTRELA	51	685	1	(4.379.138,91)	9.939.284,12	-
MT	SERRA NOVA DOURADA	51	788	3	(244.300,15)	6.743.814,71	-
PB	OLIVEDOS	25	1050	1	958.765,87	8.582.811,33	11,17
PB	CUITEGI	25	520	4	64.240,02	10.399.533,02	0,62
PE	CAETES	26	320	7	1.646.431,14	36.462.693,02	4,51
PE	PRIMAVERA	26	1140	8	11.394.080,88	21.251.360,86	53,62
PE	QUIXABA	26	1153	3	3.123.696,41	13.171.577,55	23,72

PE	SALGADINHO	26	1210	9	3.728.148,14	13.003.178,03	28,67
PE	BETANIA	26	180	5	1.445.304,96	21.493.441,22	6,72
PE	BREJINHO	26	250	6	(2.441.816,56)	13.909.224,45	-
PE	MACAPARANA	26	930	6	(1.309.801,00)	33.458.743,98	-
PE	SANTA MARIA DO CAMBUCA	26	1270	3	772.241,12	17.965.095,65	4,30
PE	SANTA TEREZINHA	26	1280	2	2.579.561,51	18.441.110,57	13,99
PE	SAO JOSE DO EGITO	26	1380	2	1.329.646,35	42.120.095,35	3,16
PE	SERRITA	26	1400	6	(1.678.758,91)	32.229.411,58	-
PE	BODOCO	26	200	1	3.472.103,74	50.381.282,98	6,89
PE	SANTA CRUZ	26	1245	5	-	25.433.341,10	-
PE	ITACURUBA	26	740	6	4.615.662,90	23.596.676,38	19,56
PE	FREI MIGUELINHO	26	580	6	6.084.129,04	19.335.712,64	31,47
PE	GRANITO	26	630	9	(3.857.639,39)	15.587.200,68	-
PE	IBIRAJUBA	26	670	5	5.792.488,27	13.680.588,97	42,34
PE	HERREIROS	26	550	9	1.106.968,35	18.111.296,44	6,11
PE	CUMARU	26	490	8	21.084.142,98	24.111.087,52	87,45
PE	CARNAIBA	26	390	0	2.124.004,02	31.039.649,90	6,84
PE	INGAZEIRA	26	710	9	300.139,02	12.008.555,89	2,50
PE	PASSIRA	26	1050	9	2.883.188,00	36.264.060,00	7,95
PE	ITAPETIM	26	770	3	1.109.058,87	18.257.721,00	6,07
PE	CHA DE ALEGRIA	26	440	3	535.218,72	19.209.246,61	2,79
PE	CASINHAS	26	415	5	900.391,00	24.666.056,85	3,65
PE	ITAPISSUMA	26	775	2	(6.434.607,33)	48.212.538,04	-
PE	JATOBA	26	805	7	-	21.695.631,56	-
PE	BOM JARDIM	26	220	9	2.534.267,02	44.399.858,58	5,71
PE	IGUARACI	26	690	3	(662.734,09)	16.165.277,83	-
PE	SERTANIA	26	1410	5	722.874,40	43.247.148,24	1,67
PE	VERTENTE DO LERIO	26	1618	3	-	13.704.250,24	-
PE	FLORES	26	560	8	1.650.872,39	31.611.881,78	5,22
PE	VERDEJANTE	26	1610	0	(1.565.512,29)	16.858.768,32	-
PE	VENTUROSA	26	1600	1	1.215.669,04	23.901.869,86	5,09
PE	TUPARETAMA	26	1590	4	2.363.473,52	14.322.206,86	16,50
PE	TRINDADE	26	1570	5	(3.991.007,58)	23.895.664,65	-
PE	TAMANDARE	26	1485	7	25.517.933,91	38.016.585,86	67,12
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	26	10	4	10.187.349,48	48.451.195,42	21,03
PE	TACARATU	26	1480	8	-	26.962.823,12	-
PR	MARUMBI	41	1550	7	3.656.527,05	9.978.233,88	36,65
PR	LIDIANOPOLIS	41	1342	9	(355.494,05)	8.876.405,25	-
PR	BORRAZOPOLIS	41	330	5	5.122.212,21	12.920.689,98	39,64
PR	ENEAS MARQUES	41	740	5	983.859,52	13.969.978,68	7,04
PR	LUNARDELLI	41	1375	9	3.460.439,19	10.274.777,39	33,68
PR	MARIALVA	41	1480	7	3.856.978,33	49.226.229,90	7,86
PR	BOM SUCESSO DO SUL	41	322	2	2.111.663,54	10.685.909,09	19,76
PR	BOA VISTA DA APARECIDA	41	305	7	955.888,05	16.197.444,23	5,90
PR	MARILANDIA DO SUL	41	1490	6	1.940.383,41	17.102.938,66	11,35
PR	MARILUZ	41	1510	1	2.672.108,67	17.430.724,11	15,30
PR	ADRIANOPOLIS	41	20	2	3.330.759,65	15.714.978,69	21,19
PR	JANIOPOLIS	41	1220	7	1.756.125,16	12.806.164,74	13,71
PR	MARIOPOLIS	41	1530	9	(442.514,31)	15.132.377,56	-
PR	BOA ESPERANCA DO IGUACU	41	302	4	262.663,32	10.058.017,69	2,61
PR	BOA ESPERANCA	41	300	8	362.631,19	12.342.893,38	2,94
PR	MEDIANEIRA	41	1580	4	14.568.664,41	62.823.102,88	23,19
PR	MERCEDES	41	1585	3	(517.019,70)	16.955.681,48	-
PR	ARIRANHA DO IVAI	41	185	3	218.236,45	8.649.546,87	2,52
PR	BELA VISTA DA CAROBA	41	275	2	96.145,90	9.003.436,00	1,07
PR	MIRADOR	41	1590	3	5.877.421,28	9.117.469,12	64,46
PR	MIRASELVA	41	1600	0	1.434.745,13	7.720.714,20	18,58
PR	BANDEIRANTES	41	240	6	5.037.503,07	48.451.251,30	10,40
PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	41	200	0	878.790,85	51.019.009,08	1,72
PR	MIGSAL	41	1605	9	(234.988,38)	26.221.409,71	-
PR	AMPERE	41	100	2	1.499.921,66	27.085.075,15	5,54
PR	CARAMBEI	41	465	9	3.092.088,01	49.129.666,02	6,29
PR	FLORAI	41	780	1	684.958,69	10.829.027,40	6,33
PR	CRUZEIRO DO IGUACU	41	657	1	305.793,45	13.047.530,30	2,34
PR	CURIUVA	41	700	9	3.267.540,03	21.987.250,68	14,86
PR	FORMOSA DO OESTE	41	820	5	2.678.027,20	13.548.515,36	19,77

PR	CIDADE GAUCHA	41	560	7	-	20.352.852,76	-
PR	CHOPINZINHO	41	540	9	83.725,81	44.288.590,20	0,19
PR	CAMPINA DO SIMAO	41	395	8	(231.846,85)	10.838.817,49	-
PR	GUARANIACU	41	930	2	(155.266,72)	27.043.459,53	-
PR	INDIANOPOLIS	41	1040	9	2.541.640,69	11.157.617,49	22,78
PR	FERNANDES PINHEIRO	41	773	6	(853.218,40)	14.873.458,44	
PR	CEU AZUL	41	530	0	(1.977.007,18)	32.329.872,65	-
PR	KALORE	41	1310	6	-	10.819.267,14	-
PR	IRACEMA DO OESTE	41	1055	6	452.684,29	8.123.208,17	5,57
PR	CAMBARA	41	330	2	3.959.882,79	32.407.617,44	12,22
PR	NOVA ESPERANCA	41	1690	1	5.332.556,11	37.117.058,60	14,37
PR	IRETAMA	41	1080	5	5.744.252,33	18.186.217,83	31,59
PR	IVAIPORA	41	1150	6	5.014.655,16	38.766.576,61	12,94
PR	ENTRE RIOS DO OESTE	41	753	8	(36.791,60)	18.000.570,50	-
PR	CAMPO DO TENENTE	41	410	5	1.373.139,41	14.891.087,16	9,22
PR	JACAREZINHO	41	1180	3	3.916.483,78	58.485.129,99	6,70
PR	JAGUARIAIVA	41	1200	9	(7.150.202,45)	58.878.451,37	-
PR	DOIS VIZINHOS	41	720	7	10.107.916,31	58.723.623,14	17,21
PR	GRANDES RIOS	41	870	0	14.033.421,09	11.110.272,44	126,31
PR	JESUITAS	41	1275	1	2.779.499,40	14.600.330,59	19,09
PR	FLOR DA SERRA DO SUL	41	735	0	763.183,48	11.525.275,07	6,62
PR	IPIRANGA	41	1050	8	(284.110,09)	25.210.183,47	-
PR	SAO JORGE D'OESTE	41	2520	9	1.975.553,85	28.219.236,58	7,00
PR	REALEZA	41	2140	8	(2.659.494,93)	25.358.035,05	-
PR	REBOUCAS	41	2150	5	266.037,43	23.535.815,01	1,13
PR	RESERVA	41	2170	3	(4.065.453,30)	37.416.740,92	-
PR	RIO NEGRO	41	2230	5	1.651.348,00	48.826.874,23	3,38
PR	SANTA HELENA	41	2350	1	(8.061.773,57)	83.799.398,87	-
PR	SANTA IZABEL DO OESTE	41	2380	8	1.972.646,56	20.223.541,16	9,76
PR	SANTA LUCIA	41	2382	4	(17.398,13)	9.798.992,43	-
PR	RANCHO ALEGRE D'OESTE	41	2135	6	593.625,24	9.321.225,56	6,37
PR	SAO JOAO DO IVAI	41	2500	1	2.982.882,82	17.779.084,50	16,66
PR	TAPIRA	41	2690	0	816.850,70	11.775.645,86	6,94
PR	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	41	2600	9	4.553.325,17	13.053.834,53	34,86
PR	SAUDADE DO IGUACU	41	2627	2	1.611.183,35	19.359.303,19	8,32
PR	SERRANOPOLIS DO IGUACU	41	2635	5	759.758,19	18.233.212,85	4,17
PR	SERTANEJA	41	2640	5	-	16.260.545,01	-
PR	SULINA	41	2665	2	290.238,15	10.111.099,81	2,87
PR	TEIXEIRA SOARES	41	2700	7	(2.106.680,32)	18.455.307,27	-
PR	TUPASSI	41	2795	7	(3.487.766,07)	17.348.208,08	-
PR	VITORINO	41	2870	8	(877.729,36)	13.988.631,03	-
PR	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	41	2440	0	2.206.389,60	26.995.496,39	8,17
PR	NOVA AMERICA DA COLINA	41	1660	4	1.286.929,14	9.728.765,18	13,23
PR	NOVA SANTA ROSA	41	1722	2	2.118.635,70	17.195.758,67	12,32
PR	NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	41	1695	0	(89.125,79)	11.830.754,40	-
PR	QUITANDINHA	41	2120	8	133.684,21	26.614.957,22	0,50
PR	PRANCHITA	41	2035	8	(512.853,25)	11.628.519,35	-
PR	NOVA SANTA BARBARA	41	1721	4	576.774,87	10.218.416,66	5,64
PR	PIEN	41	1910	3	1.906.751,41	23.174.251,21	8,23
PR	PORTO AMAZONAS	41	2010	1	(411.215,51)	10.302.204,62	-
PR	OURO VERDE DO OESTE	41	1745	3	(2.411.586,56)	15.182.581,78	-
RJ	ITALVA	33	205	8	977.353,10	40.480.155,14	2,41
RJ	CANTAGALO	33	110	8	-	64.508.551,18	-
RJ	ITATIAIA	33	225	4	9.376.188,30	106.444.481,00	8,99
RJ	VASSOURAS	33	820	6	(12.238.925,40)	85.744.568,20	-
RJ	PATY DO ALFERES	33	385	6	(5.230.784,90)	63.613.098,90	-
RJ	SANTA MARIA MADALENA	33	480	7	5.101.350,00	44.661.417,50	11,42
RN	SITIO NOVO	24	1370	6	2.666.458,86	9.778.511,97	27,27
RN	JARDIM DO SERIDO	24	570	2	2.356.339,09	15.542.035,96	15,16
RO	ALTA FLORESTA D'OESTE	11	1	5	1.632.590,71	43.559.283,04	3,75
RO	COLORADO DO OESTE	11	6	4	(2.976.930,71)	26.396.754,20	-
RO	ESPIGAO D'OESTE	11	9	8	(5.815.383,15)	43.954.655,45	-
RO	CACAULANDIA	11	60	1	(13.320.610,08)	14.622.499,20	-
RO	ALTO PARAISO	11	40	3	(4.311.107,24)	29.329.849,53	-
RO	VALE DO PARAISO	11	180	7	(2.333.149,35)	16.946.559,17	-
RO	ALVORADA D'OESTE	11	34	6	25.366,16	26.837.858,27	0,09

RO	OURO PRETO DO OESTE	11	15	5	(10.076.988,68)	62.302.223,62	-
RO	MONTE NEGRO	11	140	1	4.639.434,88	26.837.960,95	17,29
RO	PIMENTEIRAS DO OESTE	11	146	8	(704.812,55)	11.782.481,45	-
RO	PRIMAVERA DE RONDONIA	11	147	6	(565.910,41)	9.823.864,20	-
RO	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	11	149	2	3.882.507,82	31.108.254,36	12,42
RO	URUPA	11	170	8	(2.310.948,76)	21.998.981,02	-
RO	CABIXI	11	3	1	(3.390.669,51)	14.200.493,29	-
RO	CASTANHEIRAS	11	90	8	932.692,67	11.947.228,56	7,81
RS	TEUTONIA	43	2145	1	1.037.789,95	50.946.175,95	2,04
RS	ITATIBA DO SUL	43	1070	2	156.932,57	10.437.616,16	1,45
RS	TAVARES	43	2135	2	2.304.001,76	10.968.972,25	21,00
RS	IRAI	43	1050	4	(588.400,95)	12.278.218,08	-
RS	IPIRANGA DO SUL	43	1046	2	(2.122.889,19)	9.680.656,27	-
RS	IPE	43	1043	9	978.903,73	13.539.582,56	7,23
RS	TIO HUGO	43	2146	9	704.016,80	9.419.041,99	7,47
RS	INHACORA	43	1041	3	361.824,22	8.500.945,30	4,26
RS	TIRADENTES DO SUL	43	2147	7	(3.824.343,55)	11.890.697,79	-
RS	ILOPO. IS	43	1030	6	(1.651.770,98)	10.541.145,09	-
RS	IGREJINHA	43	1010	8	1.869.419,21	64.375.879,95	2,90
RS	TOROPI	43	2149	3	(1.674.376,37)	9.500.947,96	-
RS	IBIRUBA	43	1030	9	(366.025,35)	34.932.228,27	-
RS	IBIRAPUITA	43	995	1	-	12.192.047,76	-
RS	TRES ARROIOS	43	2133	4	(226.219,30)	10.404.099,78	-
RS	IBIRAIARAS	43	990	2	227.504,43	14.749.136,32	1,54
RS	IBIACA	43	980	3	(326.210,89)	13.025.290,36	-
RS	INDEPENDENCIA	43	1040	5	112.130,16	14.723.525,46	0,76
RS	SINIMBU	43	2057	7	(5.348.629,77)	17.231.244,34	-
RS	TABAI	43	2085	9	(334.255,65)	10.360.731,53	-
RS	LAJEADO DO BUGRE	43	1142	9	191.182,36	8.126.745,46	2,35
RS	LAVRAS DO SUL	43	1150	2	(593.059,33)	17.490.099,92	-
RS	SETE DE SETEMBRO	43	2057	8	-	7.289.675,77	-
RS	MARCELINO RAMOS	43	1190	8	(1.025.800,98)	10.981.423,32	-
RS	SOBRADINHO	43	2070	1	2.179.633,97	25.681.917,72	8,49
RS	JACUTINGA	43	1090	0	(2.934.704,74)	9.866.298,31	-
RS	LINDOLFO COLLOR	43	1162	7	275.363,60	11.135.883,53	2,48
RS	MARIANO MORO	43	1200	5	(942.551,52)	8.877.946,36	-
RS	MARAU	43	1180	9	493.959,15	72.519.128,13	0,69
RS	MACAMBARA	43	1171	8	973.249,67	14.898.242,16	6,53
RS	MACHADINHO	43	1170	0	(3.319.083,08)	12.934.154,08	-
RS	SILVEIRA MARTINS	43	2065	1	242.565,45	8.830.611,22	2,75
RS	MAMPITUBA	43	1173	4	(1.258.245,29)	10.728.527,17	-
RS	SEVERIANO DE ALMEIDA	43	2060	2	(720.886,07)	11.040.268,33	-
RS	LIBERATO SALZANO	43	1160	1	(1.299.391,46)	12.788.093,37	-
RS	MATA	43	1210	4	(37.014,68)	11.948.159,03	-
RS	JACUIZINHO	43	1087	6	-	8.696.196,08	-
RS	TAQUARUCU DO SUL	43	2132	9	(1.142.219,69)	9.891.124,50	-
RS	JULIO DE CASTILHOS	43	1120	5	116.130,97	37.653.067,83	0,31
RS	JAGUARI	43	1110	6	(949.782,43)	17.997.207,89	-
RS	MARATA	43	1179	1	(4.390.460,29)	9.698.748,26	-
RS	TAPES	43	2110	5	(411.562,60)	26.163.645,33	
RS	LAGOA VERMELHA	43	1130	4	(6.093.426,30)	47.089.506,63	-
RS	MATO CASTELHANO	43	1213	8	113.391,45	10.054.651,04	1,13
RS	MARIANA PIMENTEL	43	1198	1	562.616,96	14.049.063,57	4,00
RS	JOIA	43	1115	5	102.177,73	21.849.170,29	0,47
RS	TAPERA	43	2100	6	1.542.576,45	19.363.159,36	7,97
RS	SERTAO	43	2050	3	(95.860,74)	13.935.844,30	-
RS	LAGOA BONITA DO SUL	43	1123	9	(900.859,82)	7.640.376,88	-
RS	TAPEJARA	43	2090	8	(2.929.810,21)	36.226.676,43	-
RS	LAGOA DOS TRES CANTOS	43	1127	0	164.465,29	9.704.147,72	1,69
RS	IVOTI	43	1080	7	(3.562.151,33)	38.466.793,56	-
RS	JARI	43	1113	0	(1.721.722,21)	10.773.182,70	-
RS	ERVAL GRANDE	43	720	3	-	11.034.781,28	-
RS	TRINDADE DO SUL	43	2195	6	(559.608,31)	12.345.192,51	-
RS	FELIZ	43	810	2	(3.341.895,28)	27.601.612,96	-
RS	FAZENDA VILANOVA	43	807	8	(330.430,00)	12.592.264,00	-
RS	VALE REAL	43	2254	1	873.582,34	11.661.371,16	7,49

RS	FAGUNDES VARELA	43	786	4	(401.488,48)	10.403.332,13	-
RS	EUGENIO DE CASTRO	43	783	1	(527.976,12)	11.305.403,70	-
RS	VALE VERDE	43	2252	5	(493.840,20)	10.691.794,59	-
RS	ESTRELA	43	780	7	(1.011.485,42)	58.608.927,04	-
RS	ESTANCIA VELHA	43	760	9	3.990.544,58	80.668.633,71	4,95
RS	VANINI	43	2255	8	(670.379,72)	8.392.817,63	-
RS	ESPERANCA DO SUL	43	745	0	(2.717.959,04)	9.340.329,03	-
RS	FLORES DA CUNHA	43	820	1	(7.183.547,38)	58.378.385,80	-
RS	VERANOPOLIS	43	2280	6	(468.376,22)	55.069.767,59	-
RS	FORMIGUEIRO	43	840	9	(1.676.117,13)	12.012.419,89	-
RS	ERNESTINA	43	705	4	76.541,55	13.625.869,34	0,56
RS	VESPASIANO CORREA	43	2285	5	(1.147.361,88)	8.779.568,34	-
RS	ENTRE-IJUIS	43	693	2	397.272,66	14.721.111,14	2,70
RS	ENTRE RIOS DO SUL	43	695	7	(1.739.049,44)	12.893.321,83	-
RS	VIADUTOS	43	2290	5	(286.638,22)	12.183.386,07	-
RS	SANTA VITORIA DO PALMAR	43	1730	1	9.444.651,42	55.824.941,53	16,92
RS	VICENTE DUTRA	43	2310	1	(1.461.157,30)	10.593.192,37	-
RS	DOUTOR RICARDO	43	675	9	(981.042,88)	8.076.127,50	-
RS	DOUTOR MAURICIO CARDOSO	43	673	4	(1.156.832,00)	14.377.684,00	-
RS	VICTOR GRAEFF	43	2320	0	905.163,27	11.375.407,36	7,96
RS	DOM PEDRO DE ALCANTARA	43	655	1	(967.284,01)	8.263.051,62	-
RS	ESMERALDA	43	740	1	-	11.958.183,00	-
RS	SAO VALERIO DO SUL	43	1973	7	2.181.461,75	8.393.002,56	25,99
RS	IBARAMA	43	975	3	(839.583,60)	10.823.481,35	-
RS	HUMAITA	43	970	4	(3.917.829,38)	14.942.486,82	-
RS	TRES DE MAIO	43	2180	8	(1.213.356,84)	33.153.335,77	-
RS	HULHA NEGRA	43	965	4	(1.789.534,99)	13.019.401,51	-
RS	HORIZONTINA	43	960	5	(8.884.395,12)	42.601.124,54	-
RS	TRES PALMEIRAS	43	2185	7	(2.376.477,22)	14.976.369,66	-
RS	HERVEIRAS	43	957	1	(949.365,40)	8.685.826,17	-
RS	HARMONIA	43	955	5	(163.553,04)	14.028.138,16	-
RS	TRES PASSOS	43	2190	7	(2.655.675,95)	43.272.542,68	-
RS	GUABIJU	43	925	8	(1.484.006,14)	7.764.987,41	-
RS	GRAMADO XAVIER	43	915	9	(614.386,98)	9.842.586,47	-
RS	UBIRETAMA	43	2234	3	(2.540.551,44)	8.582.255,31	-
RS	GRAMADO DOS LOUREIROS	43	912	8	573.586,71	8.364.827,84	6,86
RS	TRES CACHOEIRAS	43	2186	7	(3.826.359,59)	16.282.849,04	-
RS	GRAMADO	43	910	0	924.902,92	110.053.582,40	0,84
RS	TUCUNDUVA	43	2210	3	(2.224,86)	11.427.320,84	-
RS	GLORINHA	43	905	0	(2.722.099,72)	20.837.649,63	-
RS	GIRUA	43	900	1	564.907,03	38.556.955,86	1,47
RS	TUPANCI DO SUL	43	2218	6	-	8.249.570,58	-
RS	GETULIO VARGAS	43	890	4	8.015.255,92	25.701.435,01	31,19
RS	GAURAMA	43	870	5	(3.129.406,90)	12.647.974,28	-
RS	TUPANDI	43	2225	1	(504.046,97)	19.911.300,91	-
RS	GARIBALDI	43	860	7	(9.094.144,69)	65.893.252,12	-
RS	FORQUETINHA	43	843	3	(1.033.982,08)	8.226.792,91	-
RS	TUPARENDI	43	2230	1	554.475,13	14.711.835,23	3,77
RS	SERAFINA CORREA	43	2040	4	1.731.626,65	32.953.494,97	5,25
RS	PIRAPO	43	1455	5	(858.183,46)	8.647.464,12	-
RS	PASSO DO SOBRADO	43	1407	6	10.308,64	12.798.109,68	0,08
RS	QUINZE DE NOVEMBRO	43	1535	4	(260.213,23)	12.135.311,11	-
RS	SAO JOSE DO HORTENCIO	43	1848	1	(2.255.850,34)	13.100.937,40	-
RS	QUATRO IRMAOS	43	1531	3	(686.932,77)	8.027.176,19	-
RS	PUTINGA	43	1520	6	(163.737,80)	13.017.236,94	-
RS	SAO JOSE DO INHACORA	43	1849	9	(1.075.535,88)	8.718.415,73	-
RS	PROGRESSO	43	1515	6	175.342,97	12.012.107,61	1,46
RS	PRESIDENTE LUCENA	43	1514	9	(531.782,38)	8.719.486,23	-
RS	SAO JOSE DO NORTE	43	1850	7	(10.391.388,14)	34.472.603,83	-
RS	PORTO XAVIER	43	1510	7	(692.425,08)	18.256.689,00	-
RS	POCO DAS ANTAS	43	1475	3	(1.748.787,82)	9.275.813,73	-
RS	SAO JORGE	43	1844	0	(123.997,22)	6.552.791,89	-
RS	PLANALTO	43	1470	4	-	15.862.723,90	-
RS	RELVADO	43	1545	3	(806.309,78)	8.545.998,82	-
RS	SAO JOSE DO SUL	43	1851	4	(756.597,57)	10.548.941,75	-
RS	PINHEIRINHO DO VALE	43	1449	8	(184.072,39)	10.910.954,74	-

RS	PINHAL GRANDE	43	1447	2	(2.414.688,70)	18.446.867,23	-
RS	SAO LOURENCO DO SUL	43	1880	4	(15.650.028,51)	69.001.350,05	-
RS	PINHAL DA SERRA	43	1446	4	(808.901,30)	15.547.371,74	-
RS	PICADA CAFE	43	1442	3	(880.100,70)	17.219.615,17	-
RS	SAO MARTINHO	43	1910	9	397.315,32	12.033.146,17	3,30
RS	PEJUCARA	43	1430	8	1.148.043,45	13.656.117,89	8,41
RS	PEDRAS ALTAS	43	1417	5	(4.659.184,26)	11.420.441,90	-
RS	SAO MARTINHO DA SERRA	43	1912	5	(173.000,82)	9.019.741,68	-
RS	NOVA ALVORADA	43	1275	7	(375.615,73)	11.496.939,60	-
RS	SAO JOSE DO OURO	43	1860	5	(538.331,46)	13.124.291,40	-
RS	RONDINHA	43	1620	4	(117.792,90)	12.669.355,05	-
RS	SANTA TEREZA	43	1725	1	(1.795.325,05)	7.473.641,77	-
RS	SANTA MARIA DO HERVAL	43	1695	8	570.463,54	13.541.148,20	4,21
RS	SANTANA DA BOA VISTA	43	1700	4	1.192.573,75	16.420.954,45	7,26
RS	SANTA CLARA DO SUL	43	1675	8	(1.729.106,00)	12.743.826,26	-
RS	SANTA CECILIA DO SUL	43	1673	3	(134.984,77)	9.057.955,58	-
RS	SANTIAGO	43	1740	0	6.708.565,35	66.727.029,99	10,05
RS	SANTA BARBARA DO SUL	43	1670	9	4.006.353,45	22.138.700,83	18,10
RS	SANANDUVA	43	1660	0	(1.494.542,85)	27.618.457,57	-
RS	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	43	1760	8	(1.994.938,11)	58.095.800,75	-
RS	SALVADOR DO SUL	43	1650	1	1.326.648,70	16.544.529,00	8,02
RS	SALVADOR DAS MISSOES	43	1647	7	(812.644,40)	10.142.638,99	-
RS	REDENTORA	43	1540	4	2.257.511,30	16.218.645,66	13,92
RS	SALTO DO JACUI	43	1645	1	5.724.114,05	22.799.967,53	25,11
RS	SAO MIGUEL DAS MISSOES	43	1915	8	(2.691.925,23)	20.662.721,40	-
RS	SANTO EXPEDITO DO SUL	43	1795	4	133.795,82	8.805.997,96	1,52
RS	RONDA ALTA	43	1610	5	1.718.390,60	20.753.183,87	8,28
RS	ROLADOR	43	1595	8	-	9.293.052,76	-
RS	SAO DOMINGOS DO SUL	43	1805	1	(1.182.103,74)	9.191.498,36	-
RS	RODEIO BONITO	43	1590	9	(691.691,35)	12.163.607,63	-
RS	ROCA SALES	43	1580	0	(3.695.489,43)	19.805.974,32	-
RS	SAO FRANCISCO DE ASSIS	43	1810	1	3.231.861,21	32.846.632,45	9,84
RS	RIO PARDO	43	1570	1	13.984.950,50	50.317.592,99	27,79
RS	RIO DOS INDIOS	43	1555	2	3.795.417,58	10.053.998,63	37,75
RS	SAO FRANCISCO DE PAULA	43	1820	0	(4.266.500,25)	38.281.504,16	-
RS	RESTINGA SECA	43	1550	3	(12.028.910,97)	26.856.453,26	-
RS	SANTO ANTONIO DO PALMA	43	1755	8	(211.405,05)	9.560.794,48	-
RS	MORRO REUTER	43	1247	6	582.657,64	13.721.097,10	4,25
RS	PAVERAMA	43	1415	9	831.666,00	12.243.120,00	6,79
RS	DOM PEDRITO	43	680	1	(7.885.824,80)	86.680.548,19	-
RS	SAO VENDELINO	43	1975	2	(568.945,00)	10.153.325,00	-
RS	NONOAI	43	1270	8	4.983.711,61	20.898.845,26	23,85
RS	NICOLAU VERGUEIRO	43	1257	4	(2.054.580,02)	7.896.033,44	-
RS	SAO VICENTE DO SUL	43	1980	2	(2.677.890,77)	17.459.014,27	-
RS	NAO-ME-TOCUE	43	1265	8	(4.293.579,45)	33.958.698,56	-
RS	MULITERNO	43	1262	5	348.479,33	9.120.326,72	3,82
RS	SARANDI	43	2010	7	(3.620.278,77)	34.871.669,02	-
RS	MUITOS CAPOES	43	1261	7	(2.457.011,70)	12.825.771,00	-
RS	MUCUM	43	1260	9	-	12.188.101,32	-
RS	ELDORADO DO SUL	43	676	7	(4.325.452,60)	66.439.617,56	-
RS	MOSTARDAS	43	1250	0	2.245.859,20	27.887.353,85	8,05
RS	NOVA BASSANO	43	1290	6	(7.841.056,73)	23.785.705,92	-
RS	SEDE NOVA	43	2023	0	(1.345.023,29)	9.945.970,40	-
RS	MORRO REDONDO	43	1245	9	(2.847.318,51)	11.445.047,92	-
RS	MORRINHOS DO SUL	43	1244	3	(750.934,25)	7.936.561,56	-
RS	SEGREDO	43	2026	3	(1.702.941,24)	16.032.034,31	-
RS	MORMACO	43	1242	7	(530.002,72)	8.786.046,74	-
RS	MONTE BELO DO SUL	43	1238	5	(527.880,62)	9.747.119,54	-
RS	SELBACH	43	2030	5	(146.280,99)	13.448.095,92	-
RS	MONTAURI	43	1235	1	(2.457.238,37)	9.622.754,94	-
RS	MIRAGUAI	43	1230	2	1.777.501,78	8.940.546,88	19,88
RS	SENADOR SALGADO FILHO	43	2032	1	(1.056.489,34)	9.051.045,79	-
RS	MATO QUEIMADO	43	1217	9	(102.405,28)	7.996.224,99	-
RS	SEBERI	43	2020	6	(434.487,47)	20.211.114,52	-
RS	NOVA RAMADA	43	1333	4	(1.993.010,81)	9.799.956,62	-
RS	PARAI	43	1400	1	(900.350,14)	16.351.323,99	-

RS	PANTANO GRANDE	43	1385	3	2.033.046,86	17.578.615,90	11,57
RS	SAO PEDRO DA SERRA	43	1935	6	(2.003.262,73)	11.965.617,58	-
RS	PANAMBI	43	1390	4	(2.453.081,73)	92.529.077,14	-
RS	PALMITINHO	43	1380	5	(189.774,26)	13.184.116,63	-
RS	SAO PEDRO DAS MISSOES	43	1936	4	218.671,25	8.306.282,04	2,63
RS	PAIM FILHO	43	1360	7	(320.635,63)	10.649.626,73	-
RS	OSORIO	43	1350	8	(20.378.316,94)	167.568.080,73	-
RS	SAO PEDRO DO BUTIA	43	1937	2	(2.298.351,93)	10.168.196,76	-
RS	NOVO TIRADENTES	43	1344	1	(137.682,81)	8.761.509,46	-
RS	NOVO CABRAIS	43	1339	1	(833.090,85)	10.866.031,12	-
RS	NOVA ARACA	43	1280	7	(1.906.203,02)	13.305.814,81	-
RS	NOVA ROMA DO SUL	43	1335	8	-	13.148.440,85	-
RS	MATO LEITAO	43	1215	3	(525.176,95)	11.679.212,41	-
RS	SAO SEBASTIAO DO CA	43	1950	5	1.340.345,12	42.793.597,31	3,13
RS	NOVA PRATA	43	1330	3	(4.360.221,12)	55.458.144,11	-
RS	NOVA PETROPOLIS	43	1320	1	(8.611.753,03)	40.951.377,48	-
RS	SAO SEPE	43	1960	4	(27.141.078,00)	40.209.316,00	-
RS	NOVA PALMA	43	1310	2	(640.597,72)	16.201.288,74	-
RS	NOVA PADUA	43	1300	9	508.849,12	9.727.466,14	5,23
RS	SAO VALENTIM	43	1970	3	(1.881.925,17)	10.069.115,26	-
RS	NOVA ESPERANCA DO SUL	43	1303	7	714.97",26	10.058.448,07	7,11
RS	NOVA CANDELARIA	43	1301	1	(653.376,26)	10.920.676,92	-
RS	SAO VALENTIM DO SUL	43	1971	1	(1.658.815,99)	8.523.047,50	
RS	NOVA BOA VISTA	43	1295	5	1.382.125,81	9.391.177,79	14,72
RS	SAO PEDRO DO SUL	43	1940	6	(3.466.043,35)	29.644.986,54	-
RS	CERRO BRANCO	43	513	2	(46.255,56)	10.757.934,42	-
RS	AMETISTA DO SUL	43	64	6	(228.537,00)	14.519.449,00	-
RS	CACIQUE DOBLE	43	320	2	(244.599,83)	10.216.360,77	-
RS	CARLOS BARBOSA	43	480	4	(3.693.888,58)	64.733.990,77	-
RS	CASEIROS	43	495	2	(2.734.742,10)	9.710.975,76	-
RS	CACEQUI	43	260	7	3.807.755,43	21.428.401,66	17,77
RS	CATUIPE	43	500	9	579.799,22	16.502.230,68	3,51
RS	ANDRE DA ROCHA	43	66	1	(1.627.882,83)	7.714.183,93	-
RS	CENTENARIO	43	511	6	-	9.320.118,70	-
RS	BUTIA	43	270	9	8.014.752,64	29.821.861,28	26,88
RS	BOSSOROCA	43	250	1	(460.311,15)	15.632.440,44	-
RS	ANTA GORDA	43	70	3	1.103.277,01	13.580.189,04	8,12
RS	CAPITAO	43	480	7	(227.464,03)	11.547.036,34	-
RS	CERRO GRANDE	43	515	7	(152.369,00)	8.622.575,00	-
RS	BRAGA	43	280	0	867.640,29	9.247.657,97	9,27
RS	CERRO GRANDE DO SUL	43	517	3	(759.008,50)	17.327.332,13	-
RS	CERRO LARGO	43	520	7	(312.807,39)	23.698.461,88	-
RS	ANTONIO PRADO	43	80	2	1.354.031,51	25.494.166,49	5,35
RS	BOZANO	43	258	4	(959.349,56)	7.990.978,10	-
RS	CAMPINAS DO SUL	43	380	5	(2.566.364,56)	13.278.605,64	-
RS	ARAMBARE	43	85	1	(27.927.376,25)	13.088.710,02	-
RS	CHARRUA	43	537	1	(3.119.509,06)	8.633.859,34	-
RS	BROCHIER	43	265	9	(154.380,54)	11.466.816,68	-
RS	CAMARGO	43	355	8	(1.677.926,28)	10.265.617,10	-
RS	CAMPINA DAS MISSOES	43	370	7	(1.536.684,21)	12.467.723,74	-
RS	AJURICABA	43	20	8	-	15.418.889,37	-
RS	AGUDO	43	10	9	826.435,99	28.189.585,42	2,93
RS	CAMPO NOVO	43	400	2	(190.845,22)	11.604.460,87	-
RS	AGUA SANTA	43	5	9	(941.986,43)	12.469.881,77	-
RS	CANDELARIA	43	420	0	(3.208.616,57)	39.659.795,46	-
RS	ALMIRANTE TAMANDARE DO SUL	43	47	1	(738.834,54)	9.364.197,56	-
RS	ACEGUA	43	3	4	(2.619.078,03)	15.990.429,91	-
RS	CANDIDO GODOI	43	430	9	441.013,41	13.944.446,92	3,16
RS	AMARAL FERRADOR	43	63	8	559.624,60	12.271.202,96	4,56
RS	CAMPESTRE DA SERRA	43	367	3	408.130,55	11.327.759,41	3,60
RS	CAPIVARI DO SUL	43	467	1	(5.480.361,48)	13.302.902,36	-
RS	CANELA	43	440	8	(23.334.747,06)	82.900.812,35	-
RS	CAPAO DA CANOA	43	463	0	11.891.139,57	94.167.220,96	12,63
RS	ALPESTRE	43	50	5	(277.848,59)	16.965.016,23	-
RS	ALTO FELIZ	43	57	0	(2.261.652,94)	9.967.523,46	-
RS	CAICARA	43	340	0	828.618,54	12.217.980,90	6,78

RS	CAPAO DO CIPO	43	465	5	(572.521,93)	12.406.243,56	-
RS	CAPELA DE SANTANA	43	468	9	(8.874.612,07)	16.666.495,23	-
RS	BARRA DO QUARAI	43	187	5	(1.046.183,91)	14.234.152,26	
RS	CAIBATE	43	330	1	(830.628,98)	11.194.468,58	-
RS	CHAPADA	43	530	8	(1.563.269,45)	19.619.273,33	-
RS	CANDIOTA	43	435	8	4.454.724,49	39.366.715,75	11,31
RS	CRUZEIRO DO SUL	43	620	5	1.301.584,25	19.591.009,89	6,64
RS	VISTA GAUCHA	43	2370	5	701.258,83	10.552.468,32	6,65
RS	BOM PRINCIPIO	43	235	2	3.048.636,32	30.013.395,82	10,16
RS	CORONEL PILAR	43	593	4	(949.831,64)	8.622.133,11	-
RS	AUGUSTO PESTANA	43	150	3	(1.765.638,97)	15.076.091,79	-
RS	VISTA ALEGRE DO PRATA	43	2360	6	(150.953,33)	10.176.128,21	-
RS	COTIPORA	43	595	9	(378.647,00)	11.624.573,00	-
RS	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	43	205	5	(463.069,43)	8.827.097,20	-
RS	CRISSIUMAL	43	600	7	(1.139.113,03)	23.694.026,07	-
RS	BARRACAO	43	180	0	(541.380,09)	13.870.239,08	-
RS	VISTA ALEGRE	43	2350	7	(740.431,25)	8.972.714,25	-
RS	BOA VISTA DAS MISSOES	43	215	4	-	10.139.185,65	-
RS	CRISTAL	43	605	6	(1.489.213,89)	13.264.541,61	
RS	CORONEL BICACO	43	690	0	1.092.343,10	14.407.683,38	7,58
RS	VILA NOVA DO SUL	43	2345	7	(84.671,81)	9.960.896,35	-
RS	DAVID CANABARRO	43	630	4	(390.119,36)	10.990.340,41	-
RS	DOIS IRMAOS	43	640	3	(1.581.527,14)	57.377.578,45	-
RS	BARRA FUNDA	43	195	8	(482.478,67)	11.762.452,47	-
RS	BARRA DO RIO AZUL	43	192	5	200.227,79	9.511.248,04	2,11
RS	VILA MARIA	43	2340	8	(469.811,13)	14.398.662,14	-
RS	DOIS LAJEADOS	43	645	2	(835.971,89)	9.838.909,15	-
RS	BARAO	43	165	1	1.127.374,00	13.099.428,00	8,61
RS	DOM FELICIANO	43	650	2	(2.774.281,09)	26.490.129,73	-
RS	ENCANTADO	43	660	9	(970.412,09)	40.400.820,45	-
RS	AUREA	43	155	2	(462.523,43)	9.258.419,12	-
RS	ARROIO DO SAL	43	105	7	(156.134,13)	25.098.340,59	-
RS	COLORADO	43	560	3	(7.388.905,64)	11.990.381,68	-
RS	COLINAS	43	558	7	(937.166,30)	9.585.691,62	-
RS	CORONEL BARROS	43	587	1	(1.634.664,39)	10.765.069,09	-
RS	VILA LANGARO	43	2335	8	615.327,14	9.756.234,14	6,31
RS	CONCOR	43	570	2	1.105.352,96	15.266.683,63	7,24
RS	BOM JESUS	43	230	3	11.312.711,02	22.152.124,11	51,07
RS	COQUEIRO BAIXO	43	583	5	194.812,70	7.879.178,20	2,47
RS	BOA VISTA DO CADEADO	43	222	0	(1.504.506,18)	11.682.742,78	-
RS	BOA VISTA DO BURICA	43	220	4	(17[illegible],380,69)	14.342.573,69	-
RS	ARARICA	43	67	7	225.784,89	13.661.721,00	1,65
RS	ARROIO GRANDE	43	130	5	3.032.069,31	30.639.928,02	9,90
RS	COQUEIROS DO SUL	43	585	0	(1.599.046,04)	9.953.674,94	-
RS	CIRIACO	43	550	4	(1.026.107,41)	11.283.043,87	-
RS	CHUVISCA	43	544	7	(1.917.565,35)	11.206.104,56	-
RS	ARATIBA	43	90	1	(4.556.691,49)	36.492.422,43	-
SC	SANGAO	42	1545	5	(1.276.793,39)	16.698.463,72	-
SC	PRESIDENTE GETULIO	42	1400	3	2.891.[illegible]54,59	27.936.919,21	10,35
SC	RIO DOS CEDROS	42	1470	6	(3.751.075,25)	19.275.711,12	-
SC	DIONISIO CERQUEIRA	42	500	1	(7.076.586,86)	24.651.921,92	-
SC	CORONEL FREITAS	42	440	0	(1.358.410,07)	20.254.260,01	-
SC	SANTA HELENA	42	1555	4	(681.046,67)	8.893.647,40	-
SC	ERVAL VELHO	42	520	9	(696.899,85)	11.471.230,97	-
SC	CORUPA	42	450	9	48.680,59	27.038.769,90	0,18
SC	RIQUEZA	42	1507	5	(534.182,33)	10.547.586,78	-
SC	DESCANSO	42	490	5	(1.295.801,68)	14.158.648,44	-
SC	RIO FORTUNA	42	1490	4	(489.855,25)	10.792.457,36	-
SC	ENTRE RIOS	42	517	5	(699.451,23)	8.821.300,38	-
SC	RODEIO	42	1510	9	187.295,23	17.867.542,34	1,05
SC	DOUTOR PEDRINHO	42	515	9	(52.554,07)	9.486.161,83	-
SC	RIO RUFINO	42	1505	9	232.322,05	7.311.552,54	3,18
SC	SANTA CECILIA	42	1550	5	1.772.342,17	27.739.793,47	6,39
SC	DONA EMMA	42	510	0	(389.431,01)	8.919.758,83	-
SC	MODELO	42	1090	2	797.448,33	10.900.280,07	7,32
SC	PRESIDENTE NEREU	42	1410	2	(183.698,30)	8.386.038,91	-

SC	NOVO HORIZONTE	42	1165	2	227.298,95	10.594.486,02	2,15
SC	ITAIOPOLIS	42	810	4	(1.532.189,35)	33.844.742,97	-
SC	NOVA VENEZA	42	1160	3	1.688.845,24	26.673.163,94	6,33
SC	ITAPIRANGA	42	840	1	(85.991,92)	34.800.738,60	-
SC	NOVA ITABERABA	42	1145	4	(279.235,31)	11.661.354,28	-
SC	ITUPORANGA	42	860	0	(332.958,78)	37.717.382,06	-
SC	NOVA ERECHIM	42	1140	5	321.444,44	11.825.372,55	2,72
SC	JABORA	42	860	9	(280.375,37)	11.929.514,86	-
SC	MORRO GRANDE	42	1125	6	1.449.201,71	10.476.130,03	13,83
SC	JACINTO MACHADO	42	870	8	(574.765,12)	17.260.994,10	-
SC	OURO	42	1180	1	(652.349,46)	13.553.746,26	-
SC	JARDINOPOLIS	42	895	5	674.732,72	8.014.285,92	8,42
SC	IRINEOPOLIS	42	790	8	(2.077.263,39)	19.241.314,95	-
SC	JOSE BOITEUX	42	915	1	903.839,04	10.804.474,91	8,37
SC	MIRIM DOCE	42	1065	2	(585.557,91)	9.060.269,94	-
SC	LUPIA	42	917	7	(332.727,38)	8.097.464,42	-
SC	MELEIRO	42	1080	3	1.134.955,09	15.570.008,49	7,29
SC	LAJEADO GRANDE	42	945	8	(344.086,20)	8.328.655,30	-
SC	MATOS COSTA	42	1070	4	396.822,16	8.752.128,29	4,53
SC	LAURENTINO	42	950	6	337.067,25	12.035.262,21	2,80
SC	MASSARANDUBA	42	1060	5	(383.612,12)	28.618.002,00	-
SC	LAURO MULLER	42	960	7	3.104.025,52	27.098.943,16	11,45
SC	MACIEIRA	42	1005	0	-	9.362.202,77	-
SC	LEOBERTO LEAL	42	980	5	(790.802,24)	10.546.255,35	-
SC	LINDOIA DO SUL	42	985	4	(1.949.344,07)	12.636.965,60	-
SC	MONTE CASTELO	42	1110	8	365.584,93	13.777.192,83	2,65
SC	PRAIA GRANDE	42	1380	7	(330.319,16)	13.288.568,26	-
SC	RIO DO OESTE	42	1460	7	(1.676.976,81)	12.699.905,89	-
SC	GAROPABA	42	670	4	(2.824.145,03)	37.221.291,96	-
SC	RIO DO CAMPO	42	1450	8	1.457.551,92	12.9[illegible]8.050,11	11,28
SC	GUARACIABA	42	640	5	(24.008.437,08)	17.140.960,69	-
SC	RIO DAS ANTAS	42	1440	9	(610.752,23)	16.306.443,57	-
SC	GUARUJA DO SUL	42	660	3	(817.124,13)	10.801.602,59	-
SC	RANCHO QUEIMADO	42	1430	0	(597.111,12)	10.857.276,50	-
SC	GUATAMBU	42	665	2	-	13.735.276,80	-
SC	QUILOMBO	42	1420	1	(27.300.329,49)	20.838.740,61	-
SC	IBICARE	42	680	1	(1.710.828,90)	9.515.701,15	-
SC	IBIRAMA	42	890	0	(844.379,69)	32.418.086,00	-
SC	ITA	42	800	5	2.796.223,52	27.568.812,75	10,14
SC	IMARUI	42	720	5	1.112.634,04	21.178.363,65	5,25
SC	FRAIBURGO	42	550	6	(2.869.226,24)	67.742.947,65	-
SC	IMBUIA	42	740	3	(2.067.087,39)	12.055.511,96	-
SC	POUSO REDONDO	42	1370	8	(783.219,93)	27.764.110,49	-
SC	IOMERE	42	757	7	174.639,44	12.111.255,38	1,44
SC	PINHEIRO PRETO	42	1300	5	616.953,36	10.961.183,98	5,63
SC	IPORA DO OESTE	42	765	0	(231.887,47)	16.757.592,28	-
SC	PIRARRAS	42	1260	9	(1.804.998,43)	44.906.555,40	-
SC	IPUM RIM	42	775	0	(160.879,19)	18.394.257,10	-
SC	PERITIBA	42	1260	1	(335.225,04)	9.120.216,64	-
SC	IRACEMINHA	42	775	9	(250.418,13)	9.909.971,15	-
SC	PEDRAS GRANDES	42	1240	3	(640.385,73)	9.414.621,20	-
SC	IRANI	42	780	9	327.074,38	18.059.532,43	1,81
SC	PAULO LOPES	42	1230	4	893.060,91	13.123.963,00	6,80
SC	CAMPO ERE	42	350	1	(618.752,99)	17.839.765,67	-
SC	SAO MARTINHO	42	1710	5	(133.592,70)	8.910.210,60	-
SC	BELMONTE	42	215	6	(183.567,01)	8.723.607,73	-
SC	SAUDADES	42	1730	3	876.968,67	16.217.267,60	5,41
SC	TREZE DE MAIO	42	1840	0	(984.515,48)	12.210.315,65	-
SC	BENEDITO NOVO	42	220	6	(2.174.106,60)	10.811.705,07	-
SC	SAO MIGUEL DO OESTE	42	1720	4	12.094.879,09	59.547.796,85	20,28
SC	URUSSANGA	42	1900	2	1.563.744,31	39.017.307,29	4,01
SC	AGUA DOCE	42	40	8	(3.022.060,02)	20.775.095,72	-
SC	TREVISO	42	1835	0	(411.047,79)	16.047.860,95	-
SC	TIMBE DO SUL	42	1810	3	(275.381,30)	11.023.715,34	-
SC	BOM JESUS DO OESTE	42	257	8	235.461,60	8.195.25[illegible],60	2,87
SC	BALNEARIO GAIVOTA	42	207	3	(1.590.592,92)	18.150.759,70	-

SC	AGROLANDIA	42	20	0	479.293,73	16.159.402,97	2,97
SC	BOM RETIRO	42	260	2	(602.846,11)	14.886.453,47	-
SC	SAO JOSE DO CEDRO	42	1670	1	(441.087,77)	23.512.206,78	-
SC	BOCAINA DO SUL	42	243	8	152.443,64	10.138.407,49	1,50
SC	TANGARA	42	1790	7	1.916.608,99	22.470.935,06	8,53
SC	ANTONIO CARLOS	42	120	8	(482.516,71)	20.892.952,88	-
SC	ARABUTA	42	127	3	42.301,48	12.335.654,19	0,34
SC	TIJUCAS	42	1800	4	-	68.241.252,91	-
SC	TIMBO	42	1820	2	(9.344.486,47)	89.192.569,01	-
SC	ARROIO TRINTA	42	160	4	(913.441,20)	12.054.616,92	-
SC	ANCHIETA	42	80	4	(1.570.100,37)	11.725.147,65	-
SC	AGUAS FRIAS	42	55	6	(382.114,34)	9.301.313,14	-
SC	ASCURRA	42	170	3	(568.665,47)	12.569.799,44	-
SC	SEARA	42	1750	1	1.060.095,89	35.153.261,65	3,02
SC	TRES BARRAS	42	1830	1	4.680.763,95	42.723.142,00	10,96
SC	AGUAS MORNAS	42	60	6	(468.974,90)	11.705.785,91	-
SC	SANTA ROSA DE LIMA	42	1560	4	(2.309,30)	8.393.035,16	-
SC	SOMBRIO	42	1770	9	10.590.653,85	42.556.490,65	24,89
SC	BELA VISTA DO TOLDO	42	213	1	(269.698,56)	14.282.519,10	-
SC	SAO LOURENCO DO OESTE	42	1800	0	(484.711,04)	45.769.241,61	
SC	TIGRINHOS	42	1795	6	(717.973,93)	7.827.319,17	-
SC	SANTIAGO DO SUL	42	1569	5	-	7.744.285,38	-
SC	CAMPO ALEGRE	42	330	3	(3.286.679,83)	23.347.276,92	-
SC	VIDEIRA	42	1930	9	(8.198.542,19)	109.907.438,89	-
SC	BRACO DO TROMBUDO	42	265	9	(1.311.079,35)	11.902.730,41	-
SC	SAO BERNARDINO	42	1575	2	(222.302,35)	9.162.338,80	-
SC	UNIAO DO OESTE	42	1885	5	30.945,43	9.267.127,01	0,33
SC	SAO JOAO BATISTA	42	1630	5	(604.030,42)	47.145.109,44	-
SC	CAPIVARI DE BAIXO	42	395	6	905.412,15	52.143.613,73	1,74
SC	SAO DOMINGOS	42	1610	7	(1.082.736,84)	16.245.874,98	-
SC	XAVANTINA	42	1960	6	(1.540.798,92)	13.266.692,55	-
SC	CAXAMBU DO SUL	42	410	3	1.571.529,90	12.158.632,03	12,93
SC	XAXIM	42	1970	5	610.345,34	51.425.285,42	1,19
SC	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	42	1568	7	616.222,23	8.363.650,24	7,37
SC	ZORTEA	42	1985	3	(958.608,63)	10.558.755,07	-
SC	COCAL DO SUL	42	425	1	1.481.717,49	32.812.508,87	4,52
SC	WITMARSUM	42	1940	8	(1.645.417,91)	9.989.847,51	-
SC	VARGEM BONITA	42	1917	8	78.260,44	15.607.905,10	0,49
SC	ABELARDO LUZ	42	10	1	3.703.346,46	38.493.460,62	9,62
SC	SAO JOAQUIM	42	1650	3	1.650.675,54	33.407.016,84	4,94
SC	CAIBI	42	310	5	925.910,69	13.548.590,34	6,84
SC	SAO JOAO DO ITAPERIU	42	1635	4	(73.090,10)	9.423.271,35	-
SC	CALMON	42	315	4	2.933.479,11	10.842.942,19	27,05
SE	ITABAIANINHA	28	300	5	(9.238.026,43)	56.069.205,04	-
SE	MACAMBIRA	28	370	8	1.234.478,83	12.324.586,07	10,02
SP	CRAVINHOS	35	1310	8	16.303.841,55	70.047.863,09	23,28
SP	ARIRANHA	35	370	3	(2.250.472,54)	38.456.663,09	-
SP	CUNHA	35	1360	3	(1.157.895,95)	33.902.542,89	-
SP	UBARANA	35	5535	6	1.814.875,02	16.927.881,26	10,72
SP	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	35	4840	1	(952.626,11)	11.029.540,68	-
SP	ALTAIR	35	90	7	600.383,70	13.284.745,62	4,52
SP	BOM JESUS DOS PERDOES	35	710	0	(4.125.446,12)	45.508.184,88	-
SP	CRISTAIS PAULISTA	35	1320	7	-	18.744.599,26	-
SP	TORRINHA	35	5470	6	472.090,98	17.119.952,79	2,76
SP	VITORIA BRASIL	35	5095	8	(334.434,30)	8.628.729,74	-
SP	AMERICO BRASILIENSE	35	170	7	(3.607.569,05)	60.676.050,45	-
SP	SOCORRO	35	5210	6	(3.707.032,92)	57.119.803,78	-
SP	VIRADOURO	35	5680	0	1.230.013,72	36.493.911,17	3,37
SP	BOCAINA	35	680	5	-	25.861.849,14	-
SP	ALVARES FLORENCE	35	120	2	(101.328,75)	12.636.132,38	-
SP	AGUAS DE SAO PEDRO	35	60	0	4.294.618,75	16.266.095,29	26,40
SP	BADY BASSITT	35	460	2	3.076.886,36	31.549.919,13	9,75
SP	SAO PEDRO	35	5040	7	(3.436.604,18)	65.682.180,87	-
SP	AGUDOS	35	70	9	13.334.772,60	89.625.641,72	14,85
SP	CLEMENTINA	35	1190	4	675.031,38	16.671.253,85	4,05

SP	TABAPUA	35	5260	1	2.316.065,13	23.618.147,91	9,81
SP	VALPARAISO	35	5630	5	112.148,00	46.901.937,00	0,24
SP	SAO FRANCISCO	35	4900	3	(4.718.713,45)	10.246.340,26	-
SP	JUNQUEIROPOLIS	35	2600	1	982.658,04	40.204.421,33	2,44
SP	FLORIDA PAULISTA	35	1600	2	(1.884.925,55)	23.809.889,04	-
SP	ITAPURA	35	2300	8	-	17.414.332,53	-
SP	ITOBI	35	2380	0	2.141.525,17	13.430.571,94	15,95
SP	PEDREGULHO	35	3700	8	(1.980.298,00)	34.572.926,90	-
SP	JOAO RAMALHO	35	2560	7	(1.095.473,68)	14.664.444,22	-
SP	PARAPUA	35	3600	0	(1.756.092,80)	21.858.941,04	-
SP	JOSE BONIFACIO	35	2570	6	(6.368.867,27)	65.373.149,89	-
SP	PALMEIRA D'OESTE	35	3520	0	2.573.878,58	15.880.170,95	16,21
SP	TAJU	35	2200	0	-	11.579.026,03	-
SP	PALMARES PAULISTA	35	3510	1	6.532.572,80	16.574.353,60	39,41
SP	PIRANGI	35	3900	4	(1.113.733,24)	20.263.138,08	-
SP	NOVAIS	35	3325	4	479.095,39	11.542.053,19	4,15
SP	ADOLFO	35	20	4	(2.536.528,99)	13.532.276,11	-
SP	MACATUBA	35	2800	7	(2.760.398,61)	51.793.313,88	-
SP	NOVA ALIANCA	35	3280	1	(234.165,80)	14.779.097,52	-
SP	MERIDIANO	35	2950	9	899.902,31	14.987.741,70	6,00
SP	NIPOA	35	3270	2	608.477,00	10.779.001,00	5,63
SP	MONTE ALEGRE DO SUL	35	3120	9	(1.319.810,26)	17.706.043,47	-
SP	MONTE CASTELO	35	3160	5	(3.964.948,13)	12.354.594,28	-
SP	MONTEIRO LOBATO	35	3170	4	(340.287,97)	11.055.579,43	-
SP	JUMIRIM	35	2585	4	(842.570,23)	12.681.055,59	-
SP	RINOPOLIS	35	4380	8	(1.479.710,28)	17.200.962,74	-
SP	DIRCE REIS	35	1385	0	(992.269,01)	8.616.475,16	-
SP	SANTA ERNESTINA	35	4650	4	(1.601.673,81)	11.976.787,14	-
SP	DRACENA	35	1440	3	2.559.979,33	77.616.397,36	3,30
SP	ELISIARIO	35	1492	4	(589.620,00)	10.539.192,95	-
SP	SANTA ALBERTINA	35	4570	4	(388.278,68)	16.629.668,11	-
SP	ESTRELA D'OESTE	35	1520	2	119.667,65	19.829.423,10	0,60
SP	SANTA ADELIA	35	4560	5	(137.956,36)	26.757.215,75	-
SP	LAVINIA	35	2650	6	(6.977.924,06)	19.688.189,50	-
SP	PINDORAMA	35	3810	5	1.049.875,70	30.538.649,20	3,44
SP	GABRIEL MONTEIRO	35	1650	7	634.457,44	9.101.135,88	6,97
SP	SANTA SALETE	35	4765	0	(702.140,20)	10.024.407,83	-
SP	GUATAPARA	35	1885	9	1.275.349,81	20.759.909,83	6,14
SP	IACANGA	35	1910	5	(308.839,89)	28.266.838,32	-
SP	RIBEIRAO GRANDE	35	4325	3	-	23.585.433,67	-
SP	IACRI	35	1920	4	(692.805,52)	13.992.592,75	-
SP	QUATA	35	4170	3	(1.977.297,56)	30.535.736,22	-
SP	IBATE	35	1930	3	12.756.211,23	58.511.798,67	21,80
SP	POTIRENDABA	35	4080	4	567.156,03	37.558.855,62	1,51
SP	IBIRA	35	1940	2	7.161.997,00	23.722.523,00	30,19
SP	PORANGABA	35	4050	7	-	16.741.693,99	-
SP	IRACEMAPOLIS	35	2140	8	2.985.375,81	44.801.289,18	6,66
SP	SALTINHO	35	4515	9	-	17.259.852,16	-
TO	NOVA OLINDA	17	1488	0	1.564.646,82	13.397.126,51	11,68
TO	BRASILANDIA DO TOCANTINS	17	360	2	(892.995,23)	6.311.295,26	-

ANEXO 3

Tabela contendo cada uma das operações de crédito deferidas e não deferidas no período, bem como o número de instituições financeiras participantes das operações de crédito autorizadas no período, classificadas por tipo de operação em atendimento aos incisos II e III, art. 41 da RSF 43/2001

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 23/04/2013

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2013 a 31/03/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001275201255	**Interessado:**	**UF:**	**Tipo de Operação:**	**Prazo:**	**Valor:**	**Juros Efetivos:**
	Governo do Estado do Pará	PA	Operação Contratual Interna	86 meses	112.078.943,39	3,40% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira:		**Data:**	**Status:**		
	Caixa Econômica Federal		04/03/2013	AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944001227201003	**Interessado:**	**UF:**	**Tipo de Operação:**	**Prazo:**	**Valor:**	**Juros Efetivos:**
	Governo do Estado do Rio Grande do Norte	RN	Operação Contratual Interna	257 meses	22.700.000,00	6,00% a.a. acrescidos da TR
	Instituição Financeira:		**Data:**	**Status:**		
	Caixa Econômica Federal		04/03/2013	AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
19406000370200797	**Interessado:**	**UF:**	**Tipo de Operação:**	**Prazo:**	**Valor:**	**Juros Efetivos:**
	Prefeitura Municipal de Gravataí	RS	Operação Contratual Interna	100 meses	43.070.526,00	0,0333% ao dia
	Instituição Financeira:		**Data:**	**Status:**		
	Rio Grande Energia S/A		07/03/2013	ARQUIVADO - A REGULARIZAR		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944001149201110	**Interessado:**	**UF:**	**Tipo de Operação:**	**Prazo:**	**Valor:**	**Juros Efetivos:**
	Prefeitura Municipal de Gravataí	RS	Operação Contratual Interna	121 meses	2.287.048,04	não há
	Instituição Financeira:		**Data:**	**Status:**		
	Companhia Riograndense de Saneamento		07/03/2013	ARQUIVADO - A REGULARIZAR		

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2013 a 31/03/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
19408000371200731	**Interessado:**	**UF:**	**Tipo da Operação:**	**Prazo:**	**Valor:**	**Juros Efetivos:**
	Prefeitura Municipal de Gravataí	RS	Operação Contratual Interna	121 meses	1.715.238,00	não há
	Instituição Financeira:		**Data:**	**Status:**		
	Companhia Riograndense de Saneamento		07/03/2013	ARQUIVADO - A REGULARIZAR		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
19406000369200762	**Interessado:**	**UF:**	**Tipo de Operação:**	**Prazo:**	**Valor:**	**Juros Efetivos:**
	Prefeitura Municipal de Gravataí	RS	Operação Contratual Interna	308 meses	24.550.013,69	8,50% a.a., acrescido da TR
	Instituição Financeira:		**Data:**	**Status:**		
	Companhia Estadual de Energia Elétrica		07/03/2013	ARQUIVADO - A REGULARIZAR		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
19406000321200835	**Interessado:**	**UF:**	**Tipo de Operação:**	**Prazo:**	**Valor:**	**Juros Efetivos:**
	Prefeitura Municipal de Taió	SC	Operação Contratual Interna	18 meses	100.000,00	0
	Instituição Financeira:		**Data:**	**Status:**		
	Pessoa Física		08/03/2013	ARQUIVADO - REGULARIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944001374201237	**Interessado:**	**UF:**	**Tipo de Operação:**	**Prazo:**	**Valor:**	**Juros Efetivos:**
	Prefeitura Municipal de Belém	PA	Operação Contratual Interna	288 meses	314.000.000,00	6% a.a. acrescidos da TR
	Instituição Financeira:		**Data:**	**Status:**		
	Caixa Econômica Federal		14/03/2013	AUTORIZADO		

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2013 a 31/03/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001055201141	**Interessado:**	**UF:**	**Tipo de Operação:**	**Prazo:**	**Valor:**	**Juros Efetivos:**
	Prefeitura Municipal de Araras	SP	Operação Contratual Interna	56 meses	7.885.642,75	6 % a.a. acrescido de IGP-M
	Instituição Financeira:		**Data:**	**Status:**		
	Elektro Eletricidade e Serviços S.A.		18/03/2013	ARQUIVADO - REGULARIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944001300201209	**Interessado:**	**UF:**	**Tipo da Operação:**	**Prazo:**	**Valor:**	**Juros Efetivos:**
	Governo do Estado do Rio de Janeiro	RJ	Operação Contratual Interna (com garantia)	240 meses	1.199.871.427,0	6,0% a.a. acrescidos do IPCA
	Instituição Financeira:		**Data:**	**Status:**		
	Caixa Econômica Federal		19/03/2013	AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO 48 – OPERAÇÃO CONTRATUAL INTERNA (COM GARANTIA)		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000145201386	**Interessado:**	**UF:**	**Tipo de Operação:**	**Prazo:**	**Valor:**	**Juros Efetivos:**
	Governo do Distrito Federal	DF	Operação Contratual Interna	282 meses	517.477.350,00	6% a.a. + atualização igual aquela das contas do FGTS
	Instituição Financeira:		**Data:**	**Status:**		
	Caixa Econômica Federal		20/03/2013	AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944001919200829	**Interessado:**	**UF:**	**Tipo de Operação:**	**Prazo:**	**Valor:**	**Juros Efetivos:**
	Prefeitura Municipal de Jaraguá	GO	Operação Contratual Interna	0 meses	364.140,66	Não disponível
	Instituição Financeira:		**Data:**	**Status:**		
	Saneamento de Goiás S/A		21/03/2013	ARQUIVADO - A REGULARIZAR		

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2013 a 31/03/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001465201272	**Interessado:** Governo do Estado de Santa Catarina	SC	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna (com garantia)	**Prazo:** 264 meses	**Valor:** 3.000.000.000,0	**Juros Efetivos:** 0,8% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social		**Data:** 25/03/2013	**Status:** AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO 48 – OPERAÇÃO CONTRATUAL INTERNA (COM GARANTIA)		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000046201302	**Interessado:** Prefeitura Municipal de Campos Borges	RS	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna	**Prazo:** 54 meses	**Valor:** 700.000,00	**Juros Efetivos:** até 6% a.a.
	Instituição Financeira: Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS		**Data:** 25/03/2013	**Status:** ARQUIVADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944001892201170	**Interessado:** Prefeitura Municipal de Palmeiras de Goiás	GO	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna	**Prazo:** 274 meses	**Valor:** 707.534,69	**Juros Efetivos:** iguais aos aplicados às tarifas de energia elétrica
	Instituição Financeira: Companhia Energética de Goiás		**Data:** 25/03/2013	**Status:** ARQUIVADO - A REGULARIZAR		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000645201156	**Interessado:** Prefeitura Municipal de Araras	SP	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna	**Prazo:** 54 meses	**Valor:** 3.000.000,00	**Juros Efetivos:** 4% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: Banco do Brasil S/A		**Data:** 26/03/2013	**Status:** AUTORIZADO		

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2013 a 31/03/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000028201312	**Interessado:** Prefeitura Municipal de Cajamar	SP	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna	**Prazo:** 120 meses	**Valor:** 7.111.403,00	**Juros Efetivos:** IPC/Fipe
	Instituição Financeira: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo		**Data:** 26/03/2013	**Status:** ARQUIVADO - A REGULARIZAR		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**	**UF:**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000843200903	**Interessado:** Prefeitura Municipal de Ipora	GO	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna	**Prazo:** 144 meses	**Valor:** 5.600.170,56	**Juros Efetivos:** 1% a.m. acrescido do IGP-M
	Instituição Financeira: Companhia Energética de Goiás		**Data:** 26/03/2013	**Status:** ARQUIVADO - A REGULARIZAR		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**	**UF:**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000086201346	**Interessado:** Prefeitura Municipal de Belém	PA	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna	**Prazo:** 85 meses	**Valor:** 24.077.268,29	**Juros Efetivos:** 3,40% a.a. + TJLP
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		**Data:** 27/03/2013	**Status:** AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**	**UF:**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944001267200822	**Interessado:** Prefeitura Municipal de Luziânia	GO	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna	**Prazo:** 84 meses	**Valor:** 6.226.171,36	**Juros Efetivos:** 1% a.m. acrescidos de IGP-M
	Instituição Financeira: Companhia Energética de Goiás		**Data:** 28/03/2013	**Status:** ARQUIVADO - A REGULARIZAR		

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2013 a 31/03/2013

ARQUIVADO

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA / NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R$)
Município	Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS	1	700.000,00
	Total de operações - Municípios	**1**	**700.000,00**
	Total de operações	**1**	**700.000,00**

ARQUIVADO - A REGULARIZAR

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA / NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R$)
Município	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	1	7.111.403,00
Município	Companhia Energética de Goiás	3	12.533.876,61
Município	Companhia Estadual de Energia Elétrica	1	24.590.013,69
Município	Companhia Riograndense de Saneamento	2	4.002.286,04
Município	Rio Grande Energia S/A	1	43.070.526,00
Município	Saneamento de Goiás S/A	1	364.140,56
	Total de operações - Municípios	**9**	**91.672.245,90**
	Total de operações	**9**	**91.672.245,90**

ARQUIVADO - REGULARIZADO

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA / NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R$)
Município	Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	1	7.885.642,75
Município	Pessoa Física	1	100.000,00
	Total de operações - Municípios	**2**	**7.985.642,75**

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/03/2013 a 31/03/2013

Total de operações	**2**	**7.985.642,75**

AUTORIZADO

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA / NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R$)
Estado	Caixa Econômica Federal	3	652.256.293,39
	Total de operações - Estados	**3**	**652.256.293,39**
Município	Banco do Brasil S/A	1	3.000.000,00
Município	Caixa Econômica Federal	2	338.077.268,29
	Total de operações - Municípios	**3**	**341.077.268,29**
	Total de operações	**6**	**993.333.561,68**

AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO 48 – OPERAÇÃO CONTRATUAL INTERNA (COM GARANTIA)

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA / NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R$)
Estado	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	1	3.000.000.000,00
Estado	Caixa Econômica Federal	1	1.199.871.427,00
	Total de operações - Estados	**2**	**4.199.871.427,00**
	Total de operações	**2**	**4.199.871.427,00**

Status das Operações de Crédito analisadas (Integrante do Anexo 3)

Status	Descrição
Arquivado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados
Arquivado - A Regularizar	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados. A contratação de novas operações de crédito fica condicionada à regularização da operação de crédito em questão
Arquivado – Regularizado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o recebimento documentos e informações solicitados necessários para sua regularização
Autorizado	O pleito atendeu os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF
Autorizado pela Resolução 48 – Operação Contratual Interna (com garantia)	Não há nada a opor à concessão da pleiteada garantia da União, desde que, previamente à assinatura do contrato de garantia, seja: i) verificada pelo Ministério da Fazenda a adimplência do Ente com a União e suas entidades controladas; ii) formalizado o respectivo contrato de contragarantia.
Indeferido	O pleito sob exame não atende os requisitos mínimos previstos no art. 32 da RSF nº 43/2001

ANEXO 4

Tabela contendo informações sobre as irregularidades constatadas de que trata o § 2º art. 24 da RSF 43/2001

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Período de 01/03/2013 a 31/03/2013

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS - complemento

OPERAÇÕES INTERNAS - Informações sobre a comunicação de que trata o § 2º art. 24 da RSF 43/2001

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R$)
	Total de operações	**0**	**0,00**

ANEXO 5

Tabela contendo informações sobre a situação das irregularidades no período, passíveis de regularização (artigo 24 da RSF 43/2001 e §§ 1º e 3º artigo 33 da LRF) ou passíveis de cancelamento (artigos 35 ou 37 da LRF)

Período de 01/03/2013 a 31/03/2013

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional – STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS (Anexo 5)

Passíveis de regularização (art. 24 da RSF 43/2001 e §§ 1º e 3º artigo 33 da LRF)

Arquivados - a Regularizar						
Nº de processo	Ente	Credor	Nº operações	Valor (R$)	Data	Observações
19404.000370/2007-97	Gravataí - RS	Rio Grande Energia S/A	1	43.070.526,00	07/03/2013	
17944.001149/2011-10	Gravataí - RS	Companhia Riograndense de Saneamento	1	2.287.048,04	07/03/2013	
19406.000371/2007-31	Gravataí - RS	Companhia Riograndense de Saneamento	1	1.715.238,00	07/03/2013	
19406.000369/2007-62	Gravataí - RS	Companhia Estadual de Energia Elétrica	1	24.590.013,69	07/03/2013	
17944.001919/2008-29	Jaraguá - GO	Companhia Saneamento de Goiás S/A	1	364.140,56	21/03/2013	
17944.001892/2011-70	Palmeiras de Goiás - GO	Companhia Energética de Goiás	1	707.534,69	25/03/2013	
17944.000028/2013-12	Cajamar - SP	Cia Saneamento Básico do Estado SP	1	7.111.403,00	26/03/2013	
17944.000843/2009-03	Iporá - GO	Companhia Energética de Goiás	1	5.600.170,56	26/03/2013	
17944.000086-2013-46	Luziânia - GO	Companhia Energética de Goiás	1	6.226171,36	28/03/2013	
17944.001436/2011-20	Carazinho - RS	Centrais Elétricas de Carazinho S/A	1	342.884,00	27/03/2013	
		Total de operações	10	92.015.129,90		

Passíveis de regularização (art. 24 da RSF 43/2001)

Arquivados - Regularizado						
Nº de processo	Ente	Credor	Nº operações	Valor (R$)	Data	Observações
19406.000321/2008-35	Taió - SC	Pessoa Física	1	100.000,00	08/03/2013	
17944.001055/2011-41	Araras - SP	Elektro eletricidade e Serviços S.A.	1	7.885.642,75	18/03/2013	
		Total de operações	2	7.985.642,75		

Passíveis de cancelamento (artigos 35 ou 37 da LRF)

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R$)
	Total de operações	0	0,00

Status das Operações de Crédito analisadas (Integrante do Anexo 5)

Status	Descrição
Arquivado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados
Arquivado – A Regularizar	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados. A contratação de novas operações de crédito fica condicionada à regularização da operação de crédito em questão
Arquivado – Regularizado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o recebimento documentos e informações solicitados necessários para sua regularização
Autorizado	O pleito atendeu os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF
Autorizado pela Resolução 48 – Operação Contratual Interna (com garantia)	Não há nada a opor à concessão da pleiteada garantia da União, desde que, previamente à assinatura do contrato de garantia, seja: i) verificada pelo Ministério da Fazenda a adimplência do Ente com a União e suas entidades controladas; ii) formalizado o respectivo contrato de contragarantia.
Indeferido	O pleito sob exame não atende os requisitos mínimos previstos no art. 32 da RSF nº 43/2001

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O **Aviso nº 26, de 2013**, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu, do Tribunal de Contas da União, o **Aviso nº 1.027, de 2013**, na origem, referente ao Requerimento nº 1.058, de 2011, que encaminha cópia do Despacho que conheceu de recurso interposto em face do Acórdão 526/2013, daquele Tribunal, referente à auditoria realizada no Serviço Social da Indústria e no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (TC 028.129/2012-1).

É o seguinte o Aviso:

Aviso nº 1.027-GP/TCU

Brasília, 16 de maio de 2013

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Despacho (acompanhado da Instrução Técnica) exarado em 3-5-2013 pelo Ministro-Relator Benjamin Zymler, nos autos do processo nº TC-028.129/2012-1, por meio do qual suspendeu os efeitos

do item 9.1 e subitens do Acórdão nº 526/2013-TCU--Plenário, cuja cópia segue em anexo.

Atenciosamente, – **João Augusto Ribeiro Nardes**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O **Aviso nº 1.027, de 2013**, foi juntado ao processado do Requerimento nº 1.058, de 2011, e encaminhado, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, DE 2013

Dispõe sobre o acesso a informações da administração pública para fins de transição entre governos e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o acesso a informações da administração pública, para fins de transição entre governos, no âmbito federal, estadual, municipal e do Distrito Federal.

Art. 2º Os eleitos para os cargos de Presidente da República, Governador de Estado ou do Distrito Federal e Prefeito têm direito a acessar os dados e demais informações referentes aos órgãos e entidades que compõem o correspondente ente estatal, inclusive os referentes às contas públicas, aos contratos e projetos em execução.

§ 1º Para os fins do disposto no *caput* o futuro titular da chefia do Poder Executivo designará equipe de transição para conhecer a situação da correspondente administração pública direta e indireta.

§ 2º O titular da chefia do Poder Executivo em fim de mandato também pode designar de equipe própria de transição.

§ 3º As equipes de transição terão, cada uma, o seu coordenador, indicado pelo respectivo titular.

Art. 3º O disposto no art. 2º se aplica a partir da proclamação do resultado da eleição pela Justiça Eleitoral.

Art. 4º O titular da chefia do Poder Executivo em fim de mandato tem a obrigação de disponibilizar espaço físico e apoio administrativo para a efetivação dos trabalhos de transição de que trata esta Lei, além de fornecer as informações solicitadas, no prazo de cinco dias, a contar do recebimento do pedido.

Art. 5º O art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"**Art. 11.** .....

.....

VIII – deixar de prestar informações para fins de transição entre governos, conforme previsto em lei." (NR)

Art. 6º Cabe à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios regulamentar esta Lei, no âmbito de cada ente.

Parágrafo único. A regulamentação prevista no *caput* estabelecerá os quantitativos das equipes de transição e as respectivas remunerações.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente iniciativa pretende dispor sobre o acesso a informações da administração pública para fins de transição entre governos.

O Estatuto Magno garante o direito de acesso a informações sob guarda da administração pública, nos termos do disposto no inciso XXXIII do seu art. 5º.

Ademais, o § 2º do art. 206 da Lei Maior estabelece que cabem à administração pública, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear a sua consulta a quantos delas necessitem.

A propósito, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, veio regulamentar o direito de acesso à informação previsto nos dispositivos constitucionais citados, significando uma conquista efetiva da Cidadania.

De outra parte, a Lei federal nº 10.609, de 20 de dezembro de 2002, veio regulamentar a transição entre governos no nível federal, inaugurando elogiável prática democrática.

Devemos agora institucionalizar essa prática de transição entre governos em todos os níveis de governo, alcançado os Estados, Municípios e o Distrito Federal, além da própria União.

Assim, conforme propomos, os proclamados eleitos pela Justiça Eleitoral para os cargos de Presidente da República, Governador de Estado, Prefeito e Governador do Distrito Federal têm direito a acessar os dados e demais informações referentes aos órgãos e entidades que compõem o correspondente ente estatal, inclusive os referentes às contas públicas, aos contratos e projetos em execução.

Para tanto, o futuro titular da chefia do Poder Executivo designará equipe de transição para conhecer a situação da correspondente administração pública direta e indireta, podendo o titular em fim de mandato também designar equipe própria.

Outrossim, o chefe do governo em fim de mandato passa a ter obrigação de disponibilizar espaço físico e apoio administrativo para a efetivação dos trabalhos de transição, além de fornecer as informações solicitadas, no prazo de cinco dias, a contar do recebimento do pedido.

Estamos ainda, para evitar que sejam negadas as informações solicitadas, estabelecendo que tal negativa configura ato de improbidade administrativa contra os princípios da administração pública, sujeito aos gravames da lei, inclusive a suspensão dos direitos políticos (art. 37, § 4º, da CF).

Por outro lado, para não ferir a autonomia político-administrativa de cada ente (*v.g.* art. 18 da CF) não estamos propondo a adoção de normas específicas sobre a matéria aqui tratada.

Sendo assim, estamos prevendo que cada ente estatal regulamente a matéria levando em conta as suas especificidades, observadas as normas gerais ora propostas.

Como conclusão, solicitamos o apoio de nossos pares para o aperfeiçoamento e ulterior aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões,

Senador **BLAIRO MAGGI**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....
.....
.....

TÍTULO II
Dos Direitos e Garantias Fundamentais
CAPÍTULO I
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º.....

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

.....
.....
.....

TÍTULO III
Da Organização do Estado
CAPÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

§ 1º - Brasília é a Capital Federal.

§ 2º - Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

§ 3º - Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 15, de 1996) Vide art. 96 - ADCT

.....
.....
.....

CAPÍTULO VII
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Seção I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37.....

§ 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

.....
.....
.....

Art. 216. .....

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

.....
.....

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992.

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

.....
.....
.....

Seção III
Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

II - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;

III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;

IV - negar publicidade aos atos oficiais;

V - frustrar a licitude de concurso público;

VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo;

VII - revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

.....
.....
.....

LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

.....
.....
.....

LEI Nº 10.609, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002.

Dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Presidente da República, cria cargos em comissão, e dá outras providências.

.....
.....
.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 2013

Altera o art. 7º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para condicionar a abertura de processo licitatório para a contratação de obras com valor estimado igual ou superior a cem milhões de reais à elaboração prévia de projeto executivo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 7º** .....

§ 1º A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, à exceção do projeto executivo, o qual poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços, desde que também autorizado pela Administração, ressalvado o disposto na alínea *b* do inciso I do § 2º deste artigo.

§ 2º.....

I – estiver disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório, após aprovação pela autoridade competente:

a) o projeto básico, em quaisquer casos;

b) o projeto executivo, nas licitações para a contratação de obras com valor estimado igual ou superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, não se aplicando às licitações cujo edital já tenha sido publicado.

JUSTIFICAÇÃO

Um dos grandes problemas dos contratos de obra pública no Brasil é a falta de planejamento e a forma atropelada como são conduzidos os processos licitatórios. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, exige projeto básico prévio nas licitações para obras e serviços de engenharia. No entanto, sabemos que nem sempre os projetos elaborados têm um grau de detalhamento capaz de permitir aos licitantes elaborar com segurança propostas que possam ser objetivamente comparadas umas com as outras.

A ausência de precisão na definição do objeto licitado redunda em prejuízo não apenas para os licitantes, por aumentar o subjetivismo na escolha da proposta vitoriosa, mas também para a própria Administração, uma vez que abre espaço para diversas alterações contratuais na fase de execução das obras, levando à celebração de aditivos que encarecem os custos finais para o Poder Público. Em muitos casos, pode-se mesmo suspeitar que as falhas no projeto básico sejam deliberadas, constituindo uma estratégia para futuras revisões contratuais, nas quais saem ganhando a empresa contratada e o administrador que age em conluio com ela, tudo em detrimento da coletividade.

Como reconhecido pelos estudiosos do Direito Administrativo, "a exigência apenas de um projeto básico tem servido para, após a contratação, revelar a inviabilidade da execução do contrato e, assim, justificar alterações que normalmente multiplicam o valor contratado" (DALLARI, Adilson Abreu. *Aspectos jurídicos da Licitação,* São Paulo: Saraiva, 2003, p. 108). Em razão disso, muitos defendem que, em lugar do projeto básico, torne-se obrigatória a elaboração do projeto executivo de obras previamente à licitação. A esse respeito, assinala Marçal Justen Filho (*Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos,* São Paulo: Dialética, 2012, p. 166):

> Configura-se uma potencial lesão à Constituição e à Lei quando se promove licitação de obras de enorme complexidade (rodovias, metrôs, projetos de irrigação) sem projeto executivo. A maior causa de inovações e modificações nas contratações consiste precisamente nesse ponto. Talvez uma das providências mais essenciais que a reforma da Lei de Licitações deva conter seja a vedação à instauração de licitação de obra fundada apenas em projeto básico. A existência do projeto executivo é uma garantia inafastável para o interesse coletivo.

A Lei Geral de Licitações e Contratos define o projeto executivo como o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Admite a sua elaboração pelo próprio contratado, já na fase de execução das obras. Não se nega que isso permite maior celeridade no processo licitatório e a absorção dos custos do projeto executivo no próprio contrato de obras. Quando o projeto executivo é apresentado previamente à licitação, normalmente a Administração deve contratar um escritório de engenharia para elaborá-lo, salvo quando dispõe de corpo técnico apto a realizar esse serviço.

Avaliando os prós e os contras de uma e de outra alternativa, entendemos que atende melhor ao interesse público exigir a disponibilidade do projeto executivo previamente ao certame ao menos na contratação de obras de grande vulto. Com efeito, equívocos na definição de objeto nesses casos podem

provocar prejuízos de grande monta ao erário. É por isso que propomos neste projeto a alteração da Lei nº 8.666, de 1993, para se exigir o projeto executivo prévio nas licitações para contratação de obras com valor estimado superior a 100 milhões de reais.

Com a convicção de que a proposta aperfeiçoa a legislação sobre o assunto, solicitamos o apoio de nossos pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador CÁSSIO CUNHA LIMA

LEGISLAÇÃO CITADA

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Texto compilado

Mensagem de veto

Vide Medida Provisória nº 544, de 2011

(Vide Lei nº 12.598, de 2012)

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:

I - projeto básico;

II - projeto executivo;

III - execução das obras e serviços.

§ 1º A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, à exceção do projeto executivo, o qual poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços, desde que também autorizado pela Administração.

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

I - houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;

II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;

III - houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;

IV - o produto dela esperado estiver contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual de que trata o art. 165 da Constituição Federal, quando for o caso.

§ 3º É vedado incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica.

§ 4º É vedada, ainda, a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.

§ 5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

§ 6º A infringência do disposto neste artigo implica a nulidade dos atos ou contratos realizados e a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

§ 7º Não será ainda computado como valor da obra ou serviço, para fins de julgamento das propostas de preços, a atualização monetária das obrigações de pagamento, desde a data final de cada período de aferição até a do respectivo pagamento, que será calculada pelos mesmos critérios estabelecidos obrigatoriamente no ato convocatório.

§ 8º Qualquer cidadão poderá requerer à Administração Pública os quantitativos das obras e preços unitários de determinada obra executada.

§ 9º O disposto neste artigo aplica-se também, no que couber, aos casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 196, DE 2013

Denomina "Rodovia Engenheiro Lysímaco Franco Ferreira da Costa" o trecho da BR-277 que se estende de Curitiba a Paranaguá; "Rodovia do Café Governador Ney Braga" os trechos da BR-277 e BR-376 que se estendem de Curitiba a Nova Londrina e seu prolongamento até Porto São José, na divisa com Mato Grosso do Sul; e "Rodovia General Luiz Carlos Pereira Tourinho" o trecho da rodovia BR-369 entre Londrina e Maringá.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1 - O trecho da rodovia BR-277 compreendido entre as localidades de Curitiba e Paranaguá, no Estado do Paraná, passa a denominar-se "Rodovia Engenheiro Lysímaco Franco Ferreira da Costa".

Art. 2 - Os trechos das rodovias BR-277 e BR-376 que se estendem, respectivamente, de Curitiba a São Luiz do Purunã e desta localidade a Nova Londrina, bem como seu prolongamento até Porto São José, na divisa com Mato Grosso do Sul, passam a denominar-se "Rodovia do Café Governador Ney Braga".

Art. 3 – O trecho da rodovia BR-369 que faz a ligação entre Londrina e Maringá passa a denominar-se "Rodovia General Luiz Carlos Pereira Tourinho".

Art. 4 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Trata o presente projeto de homenagear três personalidades de destaque na história do Paraná, cujos nomes estão inequivocamente associados ao desenvolvimento do Paraná, notadamente na sua estrutura rodoviária.

O primeiro homenageado é o engenheiro Lysímaco Franco Ferreira da Costa, responsável pelo arrojado traçado e pela execução da ligação rodoviária entre a capital do Paraná e seu principal porto marítimo; no final dos anos 40 do século passado, no primeiro governo de Moysés Lupion, o ainda jovem engenheiro Lysímaco Franco Ferreira da Costa embrenhou-se na inóspita mata virgem da Serra do Mar e, comandando a abertura de picadas, definiu o traçado para a complexa obra que iria cruzar uma área com trechos extremamente íngremes. O desnível de 940 metros nos 86 km que separam Curitiba e Paranaguá dá bem a medida da complexidade da obra que até hoje impressiona pela suavidade de suas 74 curvas com raios de 160 metros e inclinação máxima de 5%.

Lysímaco Franco Ferreira da Costa não só projetou o traçado da rodovia como assumiu, por intermédio da empresa que mantinha em sociedade com seu irmão, o também engenheiro Alberto Franco Ferreira da Costa, o desafio de iniciar sua execução.

A segunda homenagem busca ressaltar os méritos do então governador do Paraná em seu primeiro mandato no início dos anos 60 do século passado – o general Ney Aminthas de Barros Braga – como o responsável pela integração entre o então florescente Norte do Paraná, que constituía na época a mais importante região produtora de café do país e a Capital do Estado e nosso principal porto marítimo.

Em meio a inúmeras outras iniciativas que adotou visando a modernização do Paraná, Ney Braga ousou encarar o desafio de implantar aquela estratégica ligação rodoviária.

Por sua importância para o escoamento não só da safra cafeeira paranaense mas também da produção agrícola do hoje estado do Mato Grosso do Sul, aquela deveria ser uma obra federal. Consciente da importância da ligação rodoviária e da urgência que se fazia necessária, o então governador decidiu não esperar nem mesmo por recursos que, sabia, dificilmente viriam do governo federal: dirigiu-se a Washington, onde, em 24 de maio de 1963, tornou-se o único governador da nossa história a ser recebido por um presidente dos Estados Unidos em audiência na Casa Branca.

O então presidente John Kennedy não só o recebeu como estendeu por 45 minutos a audiência prevista para durar apenas 15 e assegurou a ele, por intermédio do antigo programa Aliança para o Progresso, recursos suficientes para a viabilização da obra.

O terceiro mas não menos importante homenageado é o engenheiro, professor e general de brigada da reserva do Exército Luiz Carlos Pereira Tourinho (1913-1998), neto de Francisco Antônio Monteiro Tourinho, outro brilhante engenheiro militar, ambos com notáveis contribuições à engenharia paranaense.

Luiz Carlos Pereira Tourinho foi diretor do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e autor do primeiro Plano Rodoviário do Paraná, consolidado no governo do também engenheiro Bento Munhoz da Rocha Neto. Introduziu a aerofotogrametria no estudo de estradas e a pavimentação asfáltica no Estado. Atuou como diretor técnico da Companhia Paranaense de Energia (COPEL). Foi, ainda, interventor do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e diretor da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Presidiu o Instituto Histórico e Geográfico e o Instituto de Engenharia (IEP) do Paraná.

Pelo exposto, submeto à apreciação dos ilustres membros do Congresso Nacional, na expectativa do apoio necessário à sua aprovação, esta proposta, que sinto-me honrado em apresentar, de homenagem a três personalidades paranaenses que, por seu talento, competência, determinação, visão de futuro e amor à causa pública, inscreveram de maneira positiva seus nomes nas páginas da história do nosso Estado e por isso merecem ser publicamente reconhecidas.

Sala das Sessões,

Senador **ALVARO DIAS**

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, DE 2013

Institui a Semana Nacional do Bebê e do Aleitamento Materno.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É instituída a Semana Nacional do Bebê e do Aleitamento Materno, a ser celebrada anualmente durante a semana que incluir o dia 25 de agosto.

Parágrafo único. As ações destinadas a efetivar o disposto no *caput* ficarão a cargo do poder público, em conjunto com organizações da sociedade civil, e terão a finalidade de fomentar ações, planos; programas e debates sobre os cuidados fundamentais para a garantia de uma primeira infância segura.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A primeira infância constitui uma fase de oportunidades excepcionais na vida de nossas crianças. É ali que se darão os cuidados que repercutirão em todas as fases posteriores da vida, abrangendo desde os aspectos de saúde física até questões de intimidade psicológica. Por outro lado, o abandono e as carências verificados nesse período também irão interferir no desenvolvimento da pessoa e acarretarão prejuízos, alguns dos quais, irrecuperáveis.

Estudos do Ministério da Saúde, por exemplo, mostram que crianças que sofreram de anemia em sua primeira infância terão menor capacidade de aprendizagem durante sua vida escolar, mesmo depois de tratadas. A anemia sofrida nessa fase é a causa também de redução da expectativa de vida e de menor capacidade para o trabalho entre os adultos. A maior vulnerabilidade nesse item atinge precisamente crianças menores de dois anos.

Os direitos das crianças à sobrevivência, ao desenvolvimento, à proteção integral e à participação são assegurados por organismos internacionais desde 1919. Em 1989, reforçando esse entendimento, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Convenção sobre os Direitos da Criança, reafirmando a necessidade de proteção total às pessoas de até 18 anos.

No Brasil, os direitos das crianças estão garantidos pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, um dos documentos mais avançados de todo o mundo na efetivação da doutrina de proteção integral às crianças e garantia de direitos, em condições de liberdade e de dignidade.

No entanto, sabemos que há uma distância significativa entre a proteção legalmente estatuída e a realidade enfrentada pela infância e

adolescência no País, vítimas que são da extrema desigualdade social que ainda nos atinge e envergonha em pleno século XXI.

Como não se pode desperdiçar mais nenhuma geração, propomos o engajamento do Estado e da sociedade na proteção à primeira infância, simbolizado pela celebração de uma semana dedicada à discussão sobre esse período da vida. Acreditamos que, ao investir na primeira infância e assegurar às crianças o direito à proteção, à saúde e à educação de qualidade, presta-se uma enorme contribuição para que cessem as condições de reprodução das desigualdades.

A celebração da semana do bebê já é uma realidade em muitos dos municípios brasileiros, sob o importante incentivo do UNICEF (Fundos das Nações Unidos para a Infância). O estabelecimento da data em nível nacional vai contribuir para fortalecer essas iniciativas.

Propomos que a Semana Nacional do Bebê seja aquela que inclua o dia 25 de agosto, a data natalícia da notável brasileira que foi dona Zilda Arns, médica pediatra e sanitarista, cuja vida foi dedicada ao combate à mortalidade infantil. Líder de importantes iniciativas que, entre outros resultados decisivos, contribuíram para a significativa redução de mortes de bebê por desidratação e para a erradicação da poliomielite em nosso país, dona Zilda faleceu em janeiro de 2010, vítima do terremoto que atingiu o Haiti, onde estava empenhada em disseminar as práticas de proteção à infância.

Por tais razões, conto com o apoio dos meus Pares para instituir essa data em nosso calendário de eventos cívicos, com o objetivo de contribuir, por meio da conscientização da sociedade e mobilização do Estado, para uma maior proteção da primeira infância.

Sala das Sessões,

Senador RODRIGO ROLLEMBERG

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

.....

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

.....

.....

Memória dos eventos realizados pelo Fórum Senado Debate Brasil, nas jornadas intituladas **"Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura de Paz"**, atendendo as disposições da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que "Fixa critério para instituição de datas comemorativas".

1ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz

Data: 18 /11/2008 a 21/11/2008

Local: Auditório Petrônio Portela - Senado Federal – Brasília-DF e Assembléias Legislativas Estaduais

Tema: Primeira Infância e Cultura da Paz

Objetivo: Sensibilizar e conscientizar as autoridades constituídas, organizações não governamentais e toda a sociedade no sentido de dedicar maior atenção à Primeira Infância, tendo em vista que essa é uma fase primordial na construção do ser humano (da concepção aos seis anos), para a formação de um indivíduo apto à convivência social e à cultura da paz.

Público-alvo: Senadores e Deputados Federais, Deputados Estaduais; representantes da Presidência da República; representantes do Poder Executivo nas áreas de Educação, Saúde, Desenvolvimento Social e Direitos Humanos; representantes dos governos estaduais; professores e estudantes universitários das áreas afins; profissionais dos Meios de Comunicação; membros de organizações não-governamentais e instituições da sociedade civil.

Programação:

1º Dia: 18/11/2008 – Terça-feira

2º Dia: 19/11/2008 – Quarta-feira

3º Dia: 20/11/2008 – Quinta-feira

4º Dia: 21/11/2008 – Sexta-feira

1º Dia: 18/11/2008 – Terça-feira

8h00 – Credenciamento e entrega de material

8h30 – **Abertura:** Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves

Execução do Hino Nacional Brasileiro pela violinista Kátia Carvalho, *spalla* da Orquestra Sinfônica de Brasília

Apresentação da cantora Leila Pinheiro -Oração pela Paz, São Francisco de Assis

Palavras dos integrantes da Mesa: Deputado Arlindo Chinaglia, Presidente da Câmara dos Deputados; Senador Efraim de Morais, Primeiro Secretário do Senado Federal; Senador Pedro Simon, autor da Lei nº 11.523 – Prevenção da Violência na Primeira Infância; Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação do Senado; Senadora Patrícia Saboya, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais; Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado; Dr. Agaciel da Silva Maia, Diretor Geral do Senado; Sr. Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil; Dr. Dioclécio Campos Jr, Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria.

11h40 – **Visão geral do evento:**

Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz
Dr. Salvador Célia (RS)

12h10 - Intervalo para almoço

14h30 – Visão legislativa: Senador Pedro Simon – RS

14h40 – Conferência I:

Prevenção da Violência – A intervenção na família centrada no bebê

Dr. João Carlos Campos Gomes-Pedro(Lisboa, Portugal)

Coordenador: **Dr. Laurista Corrêa Filho** (DF)

15h30 – Debate pós-conferência

16h10 - Intervalo para café

16h30 - Visão legislativa: Senadora Lúcia Vânia - GO

16h40 – Conferência II:

Contribuições das Neurociências dentro da abordagem consiliente das questões da Primeira Infância

Dra. Iole da Cunha (RS)

Coordenador: **Dr. João Figueiró** (SP)

17h30 – Debate pós-conferência

18h10 – Coquetel de abertura da exposição *Primeira Infância e Cultura da Paz – Pintando o Seis*

Local: Salão Negro do Senado Federal

2º Dia: 19/11/2008 – Quarta-feira

8h30 – Visão Legislativa: Senador Augusto Botelho – RR

8h40 – Painel I:

A importância do início da vida: gestação, nascimento e período pós-natal

Expositores:

Dra. Diana Dadoorian (RJ) – ***Aspectos psicológicos da gravidez na adolescência***

Dr. Raulê de Almeida (DF) – ***Interação Cuidador/ Bebê – Estruturação psíquica da criança e sua inserção na sociedade***

Dr. Nelson Diniz (DF) – ***O Bebê de alto risco: qual o seu futuro? Seguimento da UTI Neonatal tradicional aos cuidados contingentes .***

Moderador: Dr. Antonio Marcio Lisboa (DF)

11:00h - Debate

12h50 - Intervalo para almoço

Atividade Paralela:

10h00 – Audiência Pública Conjunta das Comissões de Educação, Cultura e Esporte; de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e Legislação Participativa – Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz.

Prof. Dr. João Carlos Campos Gomes-Pedro (Lisboa, Portugal) – *Ciências da Vida e da Paz – contribuições para o desenvolvimento de uma cultura da criança*

Prof. Vital Didonet (DF) – *O plano nacional da Primeira Infância*

Prof. Victor Guerra (Montevidéu, Uruguai) – *Educação e intersubjetividade: dois parceiros na vida.*

Local: Plenário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

14h30 – Visão Legislativa: Deputado William Woo – SP

14h40 – Painel II:

O brincar no desenvolvimento infantil e a Cultura de paz
Expositores:

Profª. Renata Meireles (SP) – *Brincar no Brasil: reconhecendo a unidade na diversidade*

Profª. Marilena Flores Martins (SP) – *O brincar no desenvolvimento infantil e os pilares da resiliência*

Prof. Marcelo Girade Corrêa (DF) – *Indivíduo, Protagonismo, Auto-realização e Cultura de Paz*

Moderador: Dr. Antônio Marcio Lisboa (DF)

16h00 – Debate

16h10 – Intervalo para café

16h30 - Visão Legislativa: Senador Marisa Serrano - MS

17h00 – Conferência IV:

O brincar como ponte para a intersubjetividade

Dr. Victor Guerra (Montevidéu, Uruguai)

Coordenadora: Dra. Regina Orth de Aragão (RJ)

18h00 – Debate pós-conferência

19h00 – Lançamento do livro *Os cuidados no Início da Vida*, resultado do VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê (ABEBÊ) de 2006

Local: Museu do Senado Federal

3º Dia: 20/11/2008 – Quinta-feira

8h30 – Visão Legislativa: Senador Flávio Arns – PR

8h40 – Conferência V:

A creche e suas funções junto à criança e sua família

Dr. Victor Guerra (Montevidéu,Uruguai)

Coordenador: Dr. Laurista Corrêa (DF)

9h30 – Debate pós-conferência

10h00 - Visão Legislativa: Deputada Iraê Lucena – PB

10h10 – Painel III:

A criança em abrigos e creches

Expositores:

Dra. Isabel Kahn Marin (SP) – ***Intervenções institucionais junto à primeira infância em contextos de vulnerabilidade.***

Profª. Telma Scott (SP) – ***O Ambiente como terceiro educador – A importância da organização dos espaços para garantir a qualidade da Primeira Infância.***

Profª. Shyrlene Nunes Brandão (DF) – ***Reintegração familiar: cuidados necessários para o exercício da parentalidade.***

Profª. Maria da Penha Oliveira da Silva (DF) – ***Adoção: o encontro de vários desejos***

Moderadora: Dra. Regina Orth de Aragão (RJ)

12h00 – Debates

12h30 - Apresentação dos palhaços Cleoruak e Paulo Federal

12h50 - Intervalo para almoço

14h30 – Visão Legislativa: Senador Magno Malta - SP

14h40 – Painel IV:

Criança em situação de vulnerabilidade e violência

Expositores:

Dr. João Augusto Figueiró (SP) – ***Violência, Cidadania e Ciência***

Dra. Isabel Kahn Marin (SP) – ***Subjetividade e Vulnerabilidade na criança e na sua família.***

Moderadora: Ambar de Barros (SP)

16h40 - Apresentação dos palhaços Cleoruak e Paulo Federal
Intervalo para café

17h00 – Mesa de Encerramento – *Balanço do Evento – Apresentação de propostas – Perspectivas*

18h30 – Encerramento

4º Dia: 21/11/2008 – Sexta-feira

Oficinas para educadores e cuidadores

Local: Interlegis

Vagas limitadas

Infância & Paz
2ª semana de valorização da primeira infância e cultura da paz
ORDEI
ESSO
PROGRAMAÇÃO
2009
O BRINCAR NA CONSTRUÇÃO DA PAZ

27 a 30 de outubro de 2009

Objetivo

Sensibilizar e conscientizar o Poder Público e sociedade para a importância do cuidado primordial na Primeira Infância, período de formação do indivíduo apto à convivência social e à cultura da paz, promovendo o desenvolvimento integral da criança.

Público-alvo

Legisladores; Poder Executivo e Poder Judiciário; profissionais das áreas de educação, saúde, assistência social, direitos humanos, meios de comunicação, planejamento urbano; gestores, pais, professores e estudantes.

Locais

Auditório Petrônio Portela - Senado Federal - Brasília-DF
Interlegis
Instituto Legislativo Brasileiro - ILB

Via Internet

Assembléias Legislativas
http://www.senado.gov.br/infanciaepaz
Rede Universitária de Telemedicina - RUTE
http://rute.rnp.br/
Canal Saúde - Fundação Oswaldo Cruz
http://www.canalsaude.fiocruz.br/
TV Senado
http://www.senado.gov.br/tv

Certificação

A participação presencial será certificada pelo Instituto Legislativo Brasileiro - ILB

Inscrições e informações

http://www.senado.gov.br/infanciaepaz

Organização

Comissão Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz
infanciaepaz@senado.gov.br

27 outubro
terça-feira

Infância & Paz

2ª semana de valorização da primeira infância e cultura da paz

PROGRAMAÇÃO

9h00 Credenciamento, entrega de material e inscrição nos cursos e oficinas
Local: ***Auditório Petrônio Portela***

9h30 **Abertura:** *Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney*
Palavras dos integrantes da Mesa: Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados; Dr. José Gomes Temporão, Ministro da Saúde; Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal; Senador José Nery, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do SF; Senador Pedro Simon, autor da Lei Infância e Paz (Lei 11.523/2007), que instituiu a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância; Dr. Dioclécio Campos Jr., Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria; Dr Vincent Defourny, representante da UNESCO; Dra. Marina Felli, Adida de Cooperação da Embaixada da França no Brasil.

Hino Nacional Brasileiro

11h00 **Visão geral do evento:** *Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz*
Professor Vital Didonet (DF), Organização Mundial para Educação Pré-escolar - OMEP

11h30 ***Apresentação do curta-metragem***
A Invenção da Infância - 2000, direção de Liliana Sulzbach (26min)
O filme trata da des-invenção da infância brasileira: crianças com infância roubada pelo trabalho; outras, pela sobrecarga de tarefas escolares e extra-curriculares e todas, inseridas precocemente no mundo adulto, com conseqüências nefastas – erotização, consumismo, violência. A obra provoca a reflexão sobre o direito ao brincar.
Local: ***Auditório Petrônio Portela***

12h00 *Intervalo para almoço*

14h00 ***Curso 1 - Brincar e a saúde física e mental***
Etapa 1: O contar histórias na humanização hospitalar
Responsável: Associação Viva e Deixe Viver

Horário: 14h00 às 17h00 **Local:** Interlegis - Auditório
Carga horária total: 9 horas **Número de vagas:** 148

Infância & Paz

2ª semana de valorização da primeira infância e cultura da paz

PROGRAMAÇÃO

14h00

Curso 2: Formação de cuidadores de creches
Etapa 1: Aplicação da Metodologia de Pikler-Loczy na formação de cuidadores das creches e abrigos
Responsável: Dra. Regina Orth de Aragão (RJ)
Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê - ABEBÊ

Horário: 14h00 às 17h00 **Local:** ILB – Auditório
Carga horária total: 6 horas **Número de vagas:** 50

17h00

Violência: *uma epidemia silenciosa*
Apresentação do projeto do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), que aborda a questão da violência como um problema de saúde pública
Dr. Osmar Terra, Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul
Abertura: *Senadora Marisa Serrano (MS)*
Coordenador: Professor Vital Didonet
Local: ***Auditório Petrônio Portela***

17h40

Conferência I
Prevenção da Violência com ação na Primeira Infância
Professor Dr. Richard Iremblay, diretor do Centro de Excelência para o Desenvolvimento da Primeira Infância, da Universidade de Montreal (Canadá)
Abertura: *Senador Pedro Simon (RS)*
Coordenador: Dr. Laurista Corrêa Filho (DF)
Local: ***Auditório Petrônio Portela***

18h40

Exibição do filme - "As origens da agressão"
(National Board Film Office National du Film – NBF/ONF - Canadá)
Duração: 50 minutos

19h30

Debate sobre a conferência e o filme
Local: ***Auditório Petrônio Portela***

Infância & Paz

2ª semana de valorização da primeira infância e cultura da paz

PROGRAMAÇÃO

20h00 ***Coquetel de abertura das exposições:***

INFÂNCIA E PAZ - *O BRINCAR NA CONSTRUÇÃO DA PAZ*

Criação e arte: Toni Lucena (DF)
Fotografia, produção e pesquisa: Ianê Heusi (RJ)
Programação visual: Tiago Palma (DF)

Educadores e especialistas municiaram o artista plástico Toni Lucena para a criação de um varal de panos em grande formato em que imagens e textos sintetizam a urgência de valorização da Primeira Infância e do reconhecimento da criança como sujeito de direitos sobre os alicerces da cultura da paz.

MUSEU DA INFÂNCIA

Coordenação: Professora Maria Isabel Leite (SC) e Professor Celdon Fritzen (SC)

O Museu da Infância é um espaço de preservação, produção e circulação da produção científica e artístico-cultural PARA, SOBRE e DA infância. Visa contribuir para ampliação de repertório artístico-cultural de crianças e adultos, na reformulação dos processos de formação de professores, nos projetos de ação pedagógica das escolas e demais instâncias culturais, dando subsídios para pesquisadores da infância e para políticas públicas de educação e de acesso à cultura.

Local: ***Salão Negro do Senado Federal***

Infância & Paz

2ª semana de valorização da primeira infância e cultura da paz

28 outubro quarta-feira

PROGRAMAÇÃO

8h30 Credenciamento / Secretaria do evento
Local: ***Auditório Petrônio Portela***

9h00 **Painel – O Brincar e as Políticas Públicas**
Abertura: *Senador Garibaldi Alves Filho (RN)*
Coordenadora: Jornalista Ambar de Barros (SP)

Tema: ***Brinquedotecas na Educação Infantil***
Professora Rita Coelho
Coordenadora Geral de Educação Infantil do Ministério da Educação

Tema: ***Ação Ludicidade – Transmissão e Preservação da Cultura da Infância***
Professor Américo Córdula
Secretário da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura

9h50 **Debate**
Local: ***Auditório Petrônio Portela***

10h00 **AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA**
Comissão de Educação, Cultura e Esporte; Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Direitos Humanos – Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz

Tema 1: ***Fatores da Prevenção na Primeira Infância***
Professor Dr. Antoine Guedeney (França)
Presidente da World Association for Infant Mental Health - WAIMH

Tema 2: ***A Prevenção da Violência pelo Aprendizado na Primeira Infância e a importância de avaliar os programas e serviços disponíveis para a prevenção***
Professor Dr. Richard Tremblay (Canadá)
Diretor do Centro de Excelência para o Desenvolvimento da Primeira Infância, da Universidade de Montreal (Canadá)

Tema 3: ***O Brincar no Desenvolvimento Infantil***
Professora Marilena Flores Martins (SP)
Presidente do IPA Brasil – Associação Brasileira pelo Direito de Brincar
Local: ***Comissão de Educação, Cultura e Esporte***

12h30 *Intervalo para almoço*

Infância & Paz

2ª semana de valorização da primeira infância e cultura da paz

PROGRAMAÇÃO

14h00

Curso 1 - O Brincar e a saúde física e mental

Etapa 2: A animação no hospital

Responsável: Doutores da Alegria

Horário: 14h00 às 17h00 **Local:** Interlegis - Auditório
Carga horária total: 9 horas **Número de vagas:** 148

14h00

Curso 3 - O Brincar na educação infantil e a prevenção da violência

Etapa 1: O Brincar no desenvolvimento integral da criança

Responsáveis: Marilena Flores Martins - IPA Brasil (SP)
e Sandra Garcia - Mind Lab Brasil (SP)

Horário: 14h00 às 17h00 **Local:** Interlegis - Sala de Apoio
Carga horária total: 9 horas **Número de vagas:** 50

14h00

Curso 5 - Formação de cuidadores em entidades de acolhimento

Etapa 1 - Importância do preparo da criança nos processos

Responsável: Maria da Penha Oliveira
Instituto Berço da Cidadania

Horário: 14h00 às 17h00 **Local:** Auditório do ILB
Carga horária total: 6 horas **Número de vagas:** 50

17h00

PLANO NACIONAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Apresentação:
Vital Didonet - Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar - OMEP,
Mônica Mumme - Centro de Criação de Imagem Popular - CECIP
e Adelaide Jóia - Fundo do Milênio para a Primeira Infância

Responsável: Rede Nacional da Primeira Infância
Coordenador: Gustavo Amora, Secretário Executivo da RNPI
Local: ***Auditório Petrônio Portela***

Infância & Paz

2ª semana de valorização da primeira infância e cultura da paz

PROGRAMAÇÃO

18h00 **Conferência II**

A importância do apego na relação pais-bebê

Professor Dr. Antoine Guedeney

Presidente da World Association for Infant Mental Health - WAIMH

Abertura: *Senador Tião Viana (AC)*

Coordenadora: Dra. Regina Orth Aragão (RJ)

Local: ***Auditório Petrônio Portela***

19h00 **Conferência III**

A Enciclopédia sobre o desenvolvimento da primeira infância

Produzida pelo Centro de Excelência para o Desenvolvimento da Primeira Infância, da Universidade de Montreal

Professor Dr. Francisco Quiazua, Coordenador de pesquisa da Primeira Infância e Internacional do Centro de Excelência para o Desenvolvimento da Primeira Infância, da Universidade de Montreal (Canadá)

Abertura: *Senador Augusto Botelho (RR)*

Coordenador: Dr. João Augusto Figueiró (SP)

19h50 **Debate pós-conferências**

Local: ***Auditório Petrônio Portela***

20h00 **Coquetel de Lançamento do Livro**

"BRINCAR É PRECISO"

Autora: Professora Marilena Flores Martins

Presidente do IPA Brasil – Associação Brasileira pelo Direito de Brincar

O livro apresenta reflexões sobre o desenvolvimento da criança e o direito dela às brincadeiras e alegria típicas da infância. Dirigido a mães, pais, educadores, profissionais que lidem com crianças, funciona como um guia com atividades que permitem a interação entre crianças e adultos.

Local: ***Biblioteca do Senado Federal***

29 outubro

quinta-feira

Infância & Paz

2ª semana de valorização da primeira infância e cultura da paz

PROGRAMAÇÃO

8h15

Curso 2 - Formação de cuidadores de creches

Etapa 2: Aplicação da Metodologia de Pikler-Loczy na formação de cuidadores das creches e abrigos

Responsável: Professora Regina Orth de Aragão (RJ)

Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê – ABEBÊ

Horário: 8h15 às 11h15 **Local:** ILB - Auditório

Carga horária total: 6 horas **Número de vagas:** 50

8h15

Curso 4 - Promoção do desenvolvimento do cérebro do bebê

Etapa 1: O pediatra como facilitador no desenvolvimento do cérebro do bebê

Responsável: Dr. Laurista Corrêa Filho

Contribuição do desenvolvimento do apego na construção do cérebro do bebê

Responsável: Professor Dr. Antoine Guedeney

Horário: 8h15 às 11h15 **Local:** Interlegis - Auditório

Carga horária total: 6 horas **Número de vagas:** 148

8h15

Oficina 1: Construção de Brinquedos

Responsável: Professor Sassá (SP)

Horário: 8h15 às 11h15 **Local:** Interlegis - Sala de Apoio

Carga horária total: 3 horas **Número de vagas:** 50

Infância & Paz

[2ª Semana de valorização da primeira infância e cultura da paz

PROGRAMAÇÃO

11h30 **DEBATE INTERATIVO**

Políticas para a Primeira Infância, quebrando a Cadeia da Violência

Moderador: *Senador Renato Casagrande*
Coordenador: *Senador Flávio Arns (PR)*
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte
Componentes da Mesa: Senador José Nery, Presidente da Comissão de Direitos Humanos (em exercício); Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais; Senador Pedro Simon, autor da Lei Nacional da Prevenção da Violência com investimento na Primeira Infância.

O debate será realizado entre conferencistas nacionais e internacionais, senadores, estudantes universitários e professores, sendo transmitido por vídeo-conferência para as Assembléias Legislativas e para as Instituições membros do Grupo Especial de Interesse em Saúde da Criança e do Adolescente na Rede Universitária de telemedicina, coordenada pelas Professoras Evelyn Eisenstein, da UERJ, e Suzy Santana Cavalcante, da UFBA: UFAM, UFPA, UFMA, UFC, UFRN, UFPE, UFBA, UERJ, IFF, UFRJ, USP, INCA, UNICAMP, UFSCAR, UFRS e o Canal Saúde da FIOCRUZ.

Todos os Senhores Senadores estão convidados a participar deste debate.

Apoio: INTERLEGIS E POLYCOM
Local: ***Auditório Petrônio Portela***
Duração: 1 hora

12h00 *Intervalo para almoço*

14h00

Curso 1 - O Brincar e a saúde física e mental
Etapa 3: A biblioteca no hospital
Responsável: Professora Kennya Kattlem (RJ)
Instituição Social Cultural Alegria de Ler - ISCAL

Horário: 14h00 às 17h00 **Local:** Interlegis - Auditório
Carga horária total: 9 horas **Número de vagas:** 148

Infância & Paz

2ª semana de valorização da primeira infância e cultura da paz

PROGRAMAÇÃO

14h00

Curso 3 - O Brincar na educação infantil e a prevenção da violência
Etapa 2: O Brincar na educação infantil e a prevenção da violência
Responsável: Dr. João Augusto Figueiró (SP)
Instituto Zero a Seis

A importância da ação política na prevenção da Violência
Responsável: Professor Dr. Francisco Quiazua (Canadá)
Centro de Excelência para o Desenvolvimento da Primeira Infância, Universidade de Montreal

Horário: 14h00 às 17h00 **Local:** Interlegis - Sala de Apoio
Carga horária total: 9 horas **Número de vagas:** 50

14h00

Oficina 2 - Convivência Familiar e Comunitária
Responsável: Sandra Morato (DF) - ***Valor Cultural***
Agência para o Desenvolvimento Social e Humano

Horário: 14h00 às 17h00 **Local:** ILB - Auditório
Carga horária total: 3 horas **Número de vagas:** 50

17h30 **VISITA À EXPOSIÇÃO INFÂNCIA E PAZ E MUSEU DA CRIANÇA**
Local: ***Salão Negro do Congresso Nacional***

18h00 **Conferência IV**
O Brincar na Construção da Paz
Professora Marilena Flores Martins, presidente do IPA Brasil – Associação Brasileira pelo Direito de Brincar
Abertura: *Senadora Lúcia Vânia (GO)*
Coordenador: Dr. João Augusto Figueiró
Local: ***Auditório Petrônio Portela***

19h00 **Debate pós-conferência**

Infância & Paz

2ª semana de valorização da primeira infância e cultura da paz

30 outubro

sexta-feira

PROGRAMAÇÃO

9h00

Curso 3 - O Brincar na educação infantil e prevenção da violência

Etapa 3: Qual o espaço do Brincar? A Escolarização da Infância

Responsável: Professora Claúdia Siqueira (SP) - Instituto Sidarta

Horário: 9h00 às 12h00 **Local:** Interlegis - Sala de Apoio
Carga horária total: 9 horas **Número de vagas:** 50

9h00

Curso 4 - Promoção do desenvolvimento do cérebro do bebê

Etapa 2: O pediatra como facilitador no desenvolvimento do cérebro do bebê

Responsável: Dr. Laurista Corrêa Filho (DF)

A Primeira Infância e as Raízes da Violência

Responsável: Dr. Antonio Márcio Lisboa (DF)

Horário: 9h00 às 12h00 **Local:** Interlegis - Auditório
Duração total: 6 horas **Número de vagas:** 148

9h00

Curso 5 - Formação de cuidadores em entidades de acolhimento

Etapa 2 - Cuidados especiais com as crianças abrigadas

Responsável: Dirce Barroso França

Instituto Berço da Cidadania

Horário: 9h00 às 12h00 **Local:** ILB - Sala de Apoio
Carga horária total: 6 horas **Número de vagas:** 30

Oficina 3 - Incremento da comunicação e do vínculo parental em prol dos filhos menores, por meio da mediação familiar, em casais separados ou em processo de separação.

Responsáveis: Prof. Marcelo Girade Corrêa
e Prof. Ana Valéria Silva Gonçalves

Horário: 9h00 às 12h00 **Local:** ILB - Auditório
Carga horária total: 3 horas **Número de vagas:** 50

12h00 *Intervalo para almoço*

Infância & Paz

2ª semana de valorização da primeira infância e cultura da paz

PROGRAMAÇÃO

14h00 ***Oficina 4 - A importância dos brinquedos e das brincadeiras na formação da personalidade da criança***
Responsáveis: Dr. Antônio Marcio Lisboa (DF) e Dr. Dráuzio Viegas (SP)

Horário: 14h00 às 17h00 **Local:** Plenário da Comissão de Educação
Carga horária total: 3 horas **Número de vagas:** 40

14h00 ***Oficina 5 - Jogos e Brincadeiras nos espaços de brincar***
Responsáveis: Professoras Leatrice Cristina Affonso e Rayssa Winnie da Silva Aguiar – IPA Brasil (SP)

Horário: 14h00 às 17h00 **Local:** Interlegis - Sala de Apoio
Carga horária total: 3 horas **Número de vagas:** 50

14h00 ***Oficina 6 - Direitos do Coração (Canadá)***
Oficina sobre a utilização de coleção com filmes de animação sobre direitos das crianças e adolescentes. O material é distribuído gratuitamente pela Embaixada do Canadá a instituições de ensino ou de apoio a jovens para o desenvolvimento de atividades pedagógicas.
Responsável: Prof. Ana Jamily (DF)

Horário: 14h00 às 17h00 **Local:** ILB - Auditório
Carga horária total: 3 horas **Número de vagas:** 50

14h00 ***Oficina 7 - A brinquedoteca como equipamento na saúde***
Responsável: Prof. Beatriz Piccolo Gimenes (SP)
Associação Brasileira de Brinquedotecas - ABBri

Horário: 14h00 às 17h00 **Local:** ILB - sala
Carga horária total: 3 horas **Número de vagas:** 30

14h00 ***Oficina 8 - O brincar e a neurociência***
Responsável: Escola Aha! (SP)

Horário: 14h00 às 17h00 **Local:** Interlegis - Auditório
Carga horária total: 3 horas **Número de vagas:** 148

Infância & Paz

2ª semana de valorização da primeira infância e cultura da paz

PROGRAMAÇÃO

1º DIA: 27/10/2009 – TERÇA-FEIRA

9:00 Credenciamento e entrega de material

9:30 ***Cerimônia de Abertura***

Visão geral do evento
Valorização da Primeira Infância e Prevenção da Violência
Professor Vital Didonet (OMEP/RNPI)

11:00

Curta metragem: *A invenção da infância*, de Liliana Sulzbach

12:00 Intervalo para Almoço

14:00

Curso 1 **- Etapa 1**
Associação Viva e Deixe Viver

Curso 2 - Etapa 1
Professora Regina Orth de Aragão
ABEBÊ

17:00

Apresentação do projeto "Violência: uma epidemia silenciosa"
Dr. Osmar Terra, Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul
Abertura da Senadora Marisa Serrano

18:00

Conferência I: Prevenção da Violência com ação na Primeira Infância
Professor Richard Tremblay, diretor do Centro de Excelência
para o Desenvolvimento da Primeira Infância
Abertura do Senador Pedro Simon
Filme: *As origens da agressão* (NBF/ONF)
Debate

20:00 *Cerimônia de Abertura do Projeto Infância e Paz e Lançamento do Livro*

Infância & Paz

2ª semana de valorização da primeira infância e cultura da paz

PROGRAMAÇÃO

2º DIA: 28/10/2009 – QUARTA-FEIRA

8:30 Credenciamento e entrega de material

9:00 **Painel: O Brincar e as Políticas Públicas**
Representantes do MEC e MinC
Abertura do Senador Garibaldi Alves Filho
Debate

10:00 **Audiência Pública Conjunta nas Comissões de Educação, Cultura e Esporte; de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos**
Valorização da 1ª Infância e Cultura da Paz
Professor Antoine Guedeney (França), Professor Richard Tremblay (Canadá) e Professora Marilena Flores Martins (Brasil)

Transmissão audiência para o Petrônio Portella

12:30 Intervalo para Almoço

14:00
Curso 1 **- Etapa 2**
Doutores da Alegria

Curso 2 **- Etapa 1**
Professoras Marilena Flores Martins (Pa e Sandra Garcia (Uruguai)

Curso 3 **- Etapa 1**
Professoras Marilena Flores Martins (Pa e Sandra Garcia (Uruguai)

17:00 ***Apresentação do Plano Nacional da 1ª Infância***
Rede Nacional Primeira Infância
Professores Vital Didonet, Mônica Mumme e Adelaide Jóia

18:00 ***Conferência II: A importância do apego na relação pais-bebê***
Professor Dr. Antoine Guedeney, Faculdade de Medicina Xavier Bichat, Paris VII
Abertura do Senador Tião Viana
Conferência III: Enciclopédia sobre o Desenvolvimento da 1ª Infância
Professor Francisco Quiazua, Coordenador de Pesquisa da Primeira Infância do Centro de Excelência
Abertura do Senador Augusto Botelho
Debate

20:00 ***Coquetel de lançamento do livro Brincar é preciso, de Marilena Flores Martins***
IPA Brasil

Infância & Paz

2ª semana de valorização da primeira infância e cultura da paz

PROGRAMAÇÃO

3º DIA: 29/10/2009 – QUINTA-FEIRA

8:15

Curso 2 - Etapa 2
Professora Regina Orth de Aragão
ABCBL

Curso 4 - Etapa 1
O pediatra como facilitador no desenvolvimento do cérebro do bebê
Dr. Laurista Corrêa Filho

Contribuição do desenvolvimento do apego na contrução do cérebro do bebê
Professor Dr. Antoine Guedeney

Oficina 0
Professor Sassá

11:15

11:30

Debate Interativo: Políticas para a Primeira Infância, quebrando a cadeia da violência
Videoconferência gerada pela Polycom/Interlegis:
Assembléias Legislativas, Rede Universitária de Telemedicina, Canal Saúde Fiocruz

13:00

Intervalo para Almoço

14:30

Curso 1 - Etapa 3
Kennya Kattlem
INCAL

Curso 0 - Etapa 0
[illegible]

Oficina 2
Samira Morato
Valor Cultural

17:30

VISITA À EXPOSIÇÃO

18:00

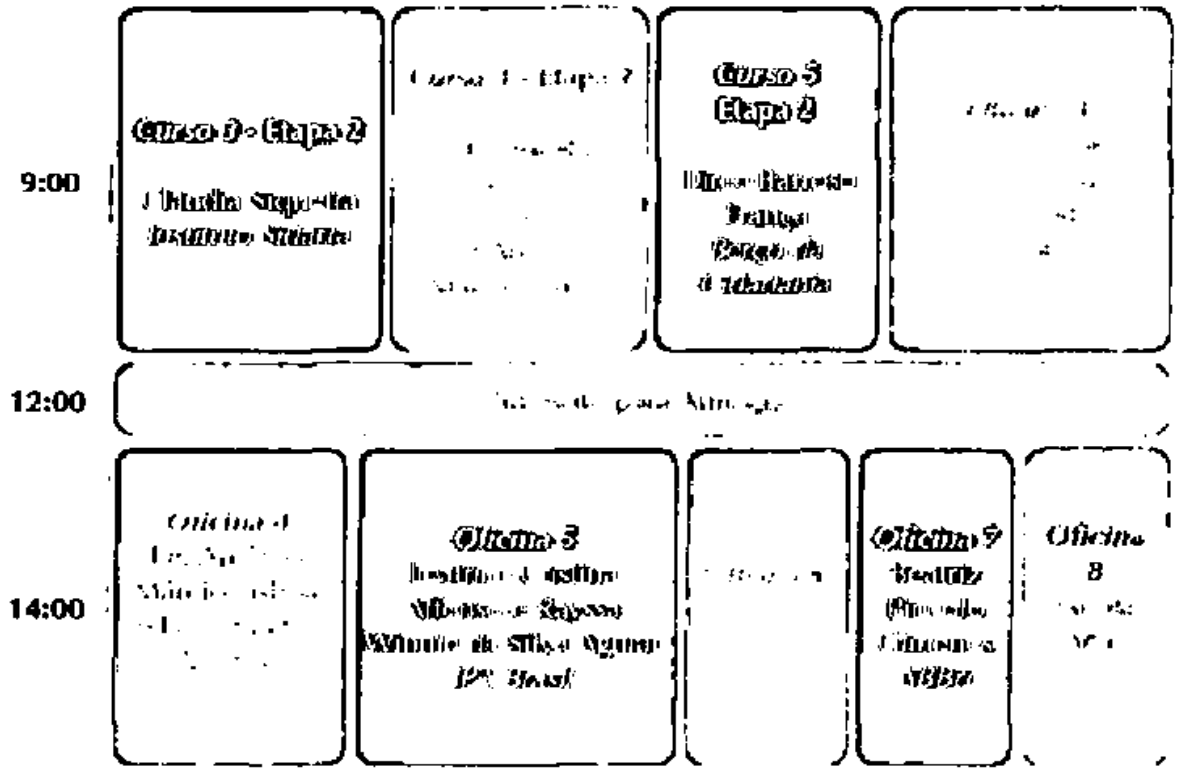
Conferência IV: O Brincar na Construção da Paz
Professora Marilena Flores Martins
Abertura da Senadora Lúcia Vânia
Debate

Infância & Paz

2ª semana de valorização da primeira infância e cultura da paz

PROGRAMAÇÃO

4º DIA: 30/10/2009 – SEXTA-FEIRA



LEGENDA PARA OS LOCAIS DAS ATIVIDADES

- AUDITÓRIO PETRÔNIO PORTELLA
- AUDITÓRIO ILB
- AUDITÓRIO INTERLEGIS
- BIBLIOTECA
- COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
- COMISSÃO DE EDUCAÇÃO SENADO
- SALA DO INTERLEGIS
- SALA DO ILB
- SALÃO NEGRO

Infância & Paz

2ª semana de valorização da primeira infância e cultura da paz

REALIZAÇÃO

SENADO FEDERAL

PARCERIA ESPECIAL

PRIMEIRA INFÂNCIA

Valor Cultural

PARCEIROS INSTITUCIONAIS

ANDI

Instituto Sidarta

Mind Lab® Brasil

Museu da Infância

AHA! Escola que faz sentido

INTERLEGIS

RNP

RUTE

ARTE@METRO

unicef

CENTRES OF EXCELLENCE FOR CHILDREN'S WELL BEING
CENTRES D'EXCELLENCE POUR LE BIEN-ÊTRE DES ENFANTS

APOIO

Canada

Université de Montréal

Terravista

iscol

POLYCOM

parlandoItaliano

Grand Cru
Importadora de Vinhos

AMMP

HOSPITAL SANTA LÚCIA

HOSPITAL SANTA HELENA

prontonorte

evoluir

FUNDAÇÃO UNIVERSA

L'Hermitage

EDUCAÇÃO

PACINI

REALIZAÇÃO

SENADO FEDERAL

Infância & Paz

4ª semana de valorização da primeira infância
e cultura da paz

PROGRAMAÇÃO

18 de outubro terça-feira	MANHÃ	
Período	Atividade	Local
9h às 11h15	Credenciamento e entrega de material Execução do Hino Nacional Vídeo de apresentação Mesa de abertura	Auditório: Petrônio Portela
11h15 – 11h30	Intervalo	
11h30 à 12h30	"Prioridade à primeira infância como prevenção da violência – retrospectiva de 5 anos de debate" Dr. Laurista Côrrea Filho	Auditório: Petrônio Portela
12h30 às 14h	Almoço	

18	TARDE	
Período	Atividade	Local
14h às 16h10	**Conferências** **Apresentação: Senador Cristovam Buarque** **Estratégias de prevenção e intervenção precoce junto ao bebê e sua família no período perinatal** Jacqueline Wendland (França) **Psicologia normal e patológica da gravidez. Construção da interação inicial mãe-bebê e os riscos patológicos para a criança.** Monique Bydlowski (França) **Coordenadora:** Daniela Chatelard	Auditório: Petrônio Portela
16h10 às 16h25	Intervalo	
16h25 às 19h	Painel: Macro-ações de promoção dos Direitos da Criança Apresentação: Senador Pedro Simon Deputado Osmar Terra Carmen Silveira de Oliveira Leslie Marques de Carvalho Vital Didonet **Moderadora:** Maria Cristina Milanez Werner	Auditório: Petrônio Portela

Infância & Paz

4ª semana de valorização da primeira infância e cultura da paz

PROGRAMAÇÃO

19 de outubro quarta-feira	**MANHÃ**	
Período	Atividade	Local
9h às 10h	**Painel: "Redes de organizações na primeira infância"** **Apresentação: Senador Rodrigo Rollemberg** Rodolfo Cómez Ponce de León Angélica Goulart Paulo Vicente Bonilha Almeida **Moderadora:** Maria Thereza Marcilio	Auditório: Petrônio Portela
10h	**Audiência Pública Conjunta** Bernard Martino (França) Jaqueline Wendland Monique Bydlowski Deputado Federal Osmar Terra	Plenário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte
12h às 14h	Almoço	
19	**TARDE**	
Período	Atividade	Local
14h às 16h	**Curso (Etapa 1/2): A importância do apoio da família à gestante para a prevenção da saúde mental. "Modelos de intervenção terapêutica em perinatalidade – a experiência francesa"** Jaqueline Wendland (França) **"O papel da família e dos cônjuges na promoção da saúde mental da mãe e do bebê na gestação, no parto e na primeira infância"** Maria Cristina Milanez Werner **Coordenador:** Dr. Laurista Corrêa Filho	Auditório do Interlegis
16h às 16h15	Intervalo	
16h15 às 18h30	**Oficina: "Bebês: o que podemos aprender com eles e sobre eles?"** Cláudia Siqueira Telma Scott	Auditório do Interlegis
17h15 às 18h30	**Oficina: "Política de atenção humanizada ao recém-nascido – Método Canguru"** Zeny Carvalho Lamy **Coordenadora:** Sandra Morato	Miniauditório do Interlegis

Infância & Paz

4ª semana de valorização da primeira infância e cultura da paz

PROGRAMAÇÃO

20 de outubro quinta-feira	**MANHÃ**	
Período	Atividade	Local
9h – 10h45	**Conferência e exibição do filme: "Emmi Pikler, uma pediatra à frente de sua época, e Instituto Pikler de Budapeste – um lugar de destaque da humanidade"** **Apresentação:** Senadora Lídice da Mata Bernard Martino **Coordenador:** Dr. Lauriste Corrêa Filho	Auditório: Petrônio Portela
10h45 às 11h	Intervalo	
11h às 12h	**Painel: "Cuidados na infância como prevenção para a saúde mental na adolescência"** Rosane Albuquerque Sandra Nunes **Moderadora:** Cláudia Siqueira	Auditório: Petrônio Portela
12h às 14h	Almoço	
20	**TARDE**	
Período	Atividade	Local
14h às 16h	**Curso (Etapa2/2): A importância do apoio da família à gestante para a prevenção da saúde mental.** **"Metodologia de trabalho com as famílias – experiência no Brasil"** Dico Barroso França **"A importância da mediação social no desenvolvimento da criança e na prevenção da morbimortalidade infantil"** Jairo Werner Júnior	Miniauditório do Interlegis
	Oficina: "A consulta do pediatra no pré e pós natal – saúde física e mental" Antonio Mauro Lisboa Lauriste Corrêa Filho	Auditório do Interlegis
16h às 16h15	Intervalo	
16h15 às 18h15	**Oficina: "Mãe, adolescente, família e saúde mental"** Monique Bydlowski Diana Dalbosco	Auditório do Interlegis
18h15	Lançamento de livros e coquetel	Hall do Interlegis

Apresentação

Inscrições abertas para a 5ª Semana de Valorização da Primeira Infância

A Comissão de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz do Senado Federal tem a satisfação de anunciar a realização da 5ª edição da Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz nos dias 06, 07 e 08 de Novembro de 2012.

A 5ª edição trará como tema oficial "O Desenvolvimento Integral da Criança - Teoria e Prática". Muito tem se falado sobre a importância de dar toda a atenção para a Primeira Infância. Nestes anos todos de eventos, trouxemos um pouco do que tem sido feito, no Brasil e no exterior, a partir dos conhecimentos teórico-científicos sobre o desenvolvimento da criança. Sabemos todos que o mais difícil, para não dizer o mais desafiante em educação e saúde (e aqui nos referimos muito mais à saúde mental, tão negligenciada em nosso meio) é passarmos da teoria à prática.

Teremos nestes dias a oportunidade de entrar em contato com a vivência e experiências de profissionais de origem brasileira, francesa e portuguesa. Para viabilizar essa abrangência, contamos com a parceria da Embaixada da França, que viabilizou a vinda desses especialistas ao Brasil.

Atuando na França, os eminentes professores Maurice Berger, a portuguesa Susana Tereno e a brasileira Jaqueline Wendland. Berger (Psiquiatra da Infância e da Adolescência), dirige o Serviço de Psiquiatria Infantil e do Adolescente do Hospital Saint-Etienne e é membro de várias comissões ministeriais cujo tema é a proteção da criança. Dentro se sua experiência de mais de 30 anos, responderá a grande questão: "Pode-se prevenir a violência por meio de intervenções educativas durante a Primeira Infância?"

Tereno, que há muito vive na França, é professora, pesquisadora e membro associado do Laboratório de Psicopatologia e Processos de Saúde, no Instituto de Psicologia da Universidade Paris Descartes. Seu tema é o "Apego na Primeira Infância: a trama das interações familiares precoces".

Wendland, radicada há vinte anos em Paris também, é psicóloga, Professora titular de Psicopatologia da Perinatalidade, da Parentalidade e da Primeira Infância na Universidade Paris V e diretora do Mestrado em Psicologia Clínica e Psicopatologia. Neste evento ela contará como funciona, com sucesso, o centro de acolhimento e atendimento à criança e à família onde também atua - a Unité Petite Enfance et Parentalité Vivaldi, Serviço de Psiquiatria da Criança e do Adolescente, Hospital Pitié-Salpêtrière, em Paris, França, na conferência "Prevenção em Perinatalidade e na Primeira Infância: O modelo dos acolhimentos preventivos pais-bebês".

Contaremos também com as presenças de renomados especialistas brasileiros, que através de conferências, cursos e oficinas estarão abrilhantado o nosso evento, com suas experiências, demonstrando o que existe na teoria e o que precisa ser realizado na prática, com temas relacionados ao desenvolvimento do bebê em todo o período da primeira infância sob o entendimento de que, assim como não podemos dispensar cuidados específicos de sobrevivência, não podemos perder de vista a importância da etapa de desenvolvimento do cérebro humano em construção. Além disso, representantes gestores do Poder Executivo participarão de painéis relatando o quadro atual das políticas públicas referentes à Infância.
A realização de audiência pública conjunta das Comissões de Educação e Desporto, Direitos Humanos e Assuntos Sociais também é motivo de destaque entre os eventos da Semana, que se encerrará com lançamentos de várias obras, entre elas, o livro "Primeira Infância - ideias e intervenções oportunas", editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas e pela Comissão de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, organizadora deste evento.
Na Galeria do Senado Federal, estará em exibição, de 3 a 10 novembro, a mostra "Infância & Paz A neurociência, a Primeira Infância e o Desenvolvimento Humano", realizada pela OSCIP Valor Cultural, que atua com a temática de criança e adolescente.

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última a decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Os Srs. Senadores Mário Couto, Paulo Bauer, Cássio Cunha Lima, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias e Ciro Nogueira enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo de autoria do historiador e professor da Universidade de Federal de São Carlos, Marco Antonio Villa, intitulado: "O mito da presidente workaholic", publicado pelo jornal *O Globo* em sua edição de 19 de março de 2013.

Segundo o autor, nove ministros, cerca de um quarto do ministério, nunca foram recebidos pela presidente Dilma no período de seis meses, entre agosto de 2012 a janeiro passado. Ainda, segundo o autor, a presidente workaholic trabalharia diuturnamente, seria superexigente, realizaria constantes reuniões com os ministros, analisaria detidamente os projetos e cobraria impiedosamente resultados.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos *Anais do Senado Federal*.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Publicado no *Globo* desta terça-feira

Marco Antonio Villa

O MITO DA PRESIDENTE WORKAHOLIC

Ao longo dos últimos dois anos, os propagandistas de Dilma Rousseff construíram vários figurinos, todos fracassados pela dura realidade dos fatos. O último foi o da presidente workaholic. Trabalharia diuturnamente, seria superexigente, realizaria constantes reuniões com os ministros, analisaria detidamente os projetos e cobraria impiedosamente resultados. Porém, os dados oficiais da sua agenda, disponibilizados na internet, provam justamente o contrário.

Em agosto despachou com 17 ministros. Um terço deles, apenas uma vez (como Aldo Rebelo e Celso Amorim). Deu preferência a Paulo Sérgio Passos, Gleisi Hoffman e especialmente a Guido Mantega, recebido 9 vezes. Se a a maioria deles não teve um minuto de atenção da presidente, o mesmo não se aplica a Rui Falcão, presidente do PT, e até ao presidente da UNE, Daniel Iliescu, que foram ouvidos a 9 e 22 de agosto, respectivamente.

Dilma pouco se deslocou de Brasília. Numa delas foi a São Paulo, no dia 6. Saiu às 11h30m direto para o escritório da Presidência da República na capital paulista, à época ainda sob a responsabilidade de Rosemary Noronha. Dilma foi se encontrar com Lula. Passaram horas discutindo política. Às 18h40m, retornou a Brasília. Foi a única atividade do dia.

Em setembro recebeu 14 ministros. Os mais assíduos foram os que despacham no Palácio do Planalto (Miriam Belchior, Gleisi Hoffman e Ideli Salvatti; as duas últimas, quatro vezes, e a primeira, três) e Aldo Rebelo (Esportes), três vezes. Uma sequência de 12 dias com pouquíssima atividade chama a atenção. No dia 5 recebeu um ministro (Edison Lobão) às 9h e não há mais qualquer registro. No dia seguinte trabalhou das 10h às 12h. E só. No feriado compareceu ao tradicional desfile. Na segunda-feira, dia 10, só registrou duas audiências, uma às 10h e outra às 15h.

Dois dias depois, foi uma espécie de "quarta maluca". A presidente teve apenas dois compromissos e nenhum administrativo: às 15h, recebeu o presidente do PCdoB, "o partido do socialismo", Renato Rabelo, e uma hora depois, mostrando o amplo arco de apoio do governo – e haja arco! –, o megaempresário Jorge Gerdau. E mais nada. No dia seguinte compareceu à posse de um ministro e ao lançamento de um programa de incentivo do esporte de alto rendimento. Na sexta-feira (14), anotou na agenda às 10h um despacho interno e rumou, no início da tarde, para Porto Alegre, onde permaneceu o fim de semana e a segunda-feira – neste dia visitando dois estaleiros.

Nada mudou em outubro. Despachou com 19 ministros. Fez uma breve viagem ao Peru, visitou São Luís e São Paulo (duas vezes: uma delas novamente ao escritório da Presidência da República e para mais um encontro com Lula). Se muitos ministros, em três meses, não foram recebidos pela presidente, o mesmo não ocorreu com Renato Rabelo. O presidente do PCdoB teve mais uma audiência, a segunda em dois meses. Dilma teve tempo para ouvir Fernando Haddad,

prefeito eleito de São Paulo, no dia 29, e, dois dias depois, o de Goiânia. Ambos do PT. Curiosamente a agenda não registrou – caso único – onde a presidente esteve nos dias 27 e 28, fim de semana.

Dilma manteve em novembro sua estranha rotina de trabalho. Recebeu 15 ministros. Dois pela primeira vez, nos últimos 4 meses: Paulo Bernardo e Antonio Patriota. Concedeu duas audiências a prefeitos eleitos: de Niterói, Rodrigo Neves, do PT; e Curitiba, Gustavo Fruet, do PDT e apoiado pelo PT. Fez uma longa viagem à Espanha e uma breve à Argentina. Mas três dias se destacam pelas curiosas prioridades: 21, 22 e 23. Na quarta-feira (21), a presidente não recebeu nenhum ministro e não efetuou qualquer despacho administrativo. Dedicou o dia a José Sarney, Gim Argello, Eduardo Braga e ao seu vice-presidente, Michel Temer.

Como ninguém é de ferro, à noite assistiu o filme "O palhaço". No dia seguinte, a agenda registrou três compromissos, um só com ministro (o dos Portos), a posse do presidente e vice-presidente do STF e um encontro com a apresentadora Regina Casé. E na sexta-feira? Somente duas audiências e no período da tarde.

Dilma incorporou o péssimo hábito de que o mês de dezembro é "de festas". Fez duas viagens ao exterior (França e Rússia) e despachou com apenas 9 ministros. Antecipou o réveillon para o dia 28, suspendendo as atividades por 13 dias, até 9 de janeiro.

Iniciou o novo ano com a mesma disposição do anterior: pouquíssimos despachos, audiências ou reuniões de trabalho. Em janeiro, despachou com 11 ministros. Lobão foi o recordista: quatro vezes. E, por incrível que pareça, e sempre de acordo com a agenda oficial, concedeu pela primeira vez em um semestre uma audiência para o ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Melhor sorte teve o ex-jornalista Franklin Martins: esteve duas vezes, em apenas quatro meses, com Dilma.

Nesse semestre (agosto de 2012/janeiro de 2013), nove ministros – cerca de um quarto do ministério – nunca foram recebidos pela presidente: Marcelo Crivella, Aguinaldo Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Brizola Neto, Gastão Vieira, Maria do Rosário, Eleonora Menicucci, José Elito e Alexandre Tombini (presidente do Banco Central, mas com status de ministro).

Outros não mais que uma vez. Uma reunião entre a presidente e alguns ministros de áreas correlatas nunca foi realizada. Em alguns dias (como a 16 de janeiro), não concedeu nenhuma audiência e nem efetuou despachos internos. Pior ocorreu duas semanas depois, a 30 de janeiro, uma quarta-feira: está sem nenhum compromisso. É uma agenda de uma workaholic?

Marco Antonio Villa é historiador e professor da Universidade Federal de São Carlos (SP)

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo de autoria do jornalista Guilherme Fiuza, intitulado: "Aprovação a Dilma mostra que o Brasil 'encherga' bem", publicada pela revista *Época* em sua edição de 1º de abril de 2013.

Segundo o autor, moradias do programa Minha Casa Minha Vida oferecem como bônus minhas goteiras, minhas rachaduras na parede. O jornalista cita uma das redações do Enem onde o candidato escreveu "enchergar" – com "ch" em vez de x. Enquanto isso o então Ministro da Educação, Fernando Haddad, estava ocupado com a agenda de campanha para a prefeitura de São Paulo.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos *Anais do Senado Federal*.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO BAUER EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Aprovação a Dilma mostra que o Brasil "encherga" bem

Há uma grita injustificada no caso das provas semianalfabetas do Enem. Não dá para entender tanta indignação. Há anos o governo popular vem preparando o Brasil para a grande revolução educacional, pela qual a norma culta se norteará pelo português falado nas assembleias do PT. Como se sabe, depois de uma blitz progressista da presidente Dilma Rousseff e do prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, livros didáticos passaram a ensinar que é certo escrever "nós pega o peixe", entre outras formulações revolucionárias. Alguns especialistas teriam argumentado que o certo seria "nós rouba o peixe", mas isso já é discussão interna deles.

Numa das redações que levaram nota máxima no Enem, o candidato escreveu "enchergar" – com "ch" em vez de "x". Não há reparo a fazer, está perfeito o critério. Depois de três anos deixando o Enem à mercê dos picaretas, pois estava muito ocupado com sua agenda eleitoreira, Haddad elegeu-se prefeito. Um fenômeno desses jamais aconteceria num país que enxerga – só num país que "encherga". Está corretíssima, portanto, a observação por parte do estudante da nova norma culta.

Moradias do programa Minha Casa Minha Vida oferecem como bônus minhas goteiras, minhas rachaduras na parede

Os que veem algum erro nisso não sabem acompanhar as velozes mudanças da língua, comandadas pela nova elite. O relato de Dilma Rousseff sobre seu encontro com o papa Francisco também mereceria nota máxima no Enem. Contou a presidente: "Ele estava me 'dizeno' que espera uma presença grande dos jovens *(na Jornada da Juventude)*, na medida em que ele é o primeiro papa, ele é várias coisas primeiro". Os corretores progressistas do Enem só dariam nota 1.000 a uma construção dessas porque não existe 1.001.

O novo recorde de aprovação que acaba de ser batido pelo governo e pela "presidenta" só comporta duas explicações possíveis: ou o Brasil está "enchergando" bem, ou o Brasil está "enchergano" bem. Qualquer das duas hipóteses, porém, garante imunidade total à "presidenta" (que também é várias coisas primeira). Ela pode passear de helicóptero sobre as enchentes de Petrópolis e depois pousar, como uma enviada do Vaticano, para rezar pelas vítimas. Os desabrigados de dois anos atrás na mesma região continuam sem as casas prometidas pelo governo popular. Há famílias morando em estábulos. Alguns quilômetros serra abaixo, casas oferecidas pelo governo popular para removidos de áreas de risco foram inundadas pelas últimas chuvas. Moradias do programa Minha Casa Minha Vida oferecem como bônus minhas goteiras, minhas rachaduras na parede.

O povo deve estar "enchergano" tudo isso, porque acolhe o helicóptero de Dilma como um disco voador em missão turística e reza com ela na igreja local, pedindo proteção a não se sabe quem.

A aprovação popular ao estilo governamental de Dilma é comovente. Quem distribui as verbas federais contra enchentes é o ministro da Integração, Fernando Bezerra Coelho – aquele que mandava cerca de 80% do dinheiro para Pernambuco, por acaso seu domicílio eleitoral. As enxurradas podem levar casas e povoados inteiros, mas nada arranca Bezerra do cargo. A cada nova intempérie, é ele quem surge para rechear os comícios chorosos de Dilma com cifras voadoras, que servem basicamente para drenar as manchetes. Ainda de Roma, a chefa suprema da nação declarara que tomará "medidas drásticas" para remover os teimosos que insistem em morar em áreas de risco. O Brasil merece isso tudo.

A população culta também está "enchergano" bem. Todos chocadíssimos, batendo panela contra o pastor acusado de homofobia – nomeado para presidir a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Quem manda na Câmara? Quem fica caçando votos dos evangélicos, distribuindo vantagens a seus líderes, como o famigerado Ministério da Pesca? "Nós pega o peixe e entrega ao pastor", reza a norma culta do governo popular. Quanto maior o rebanho, melhor a boquinha. Comissão de Direitos Humanos é troco.

Evidentemente, uma redação do Enem que enxergasse, com "x", que o Brasil e suas instituições estão emprenhados de ignorância pela indústria do populismo levaria nota zero. A revolução petista não tolera esses arroubos elitistas. Prefere receita de miojo.

Guilherme Fiuza é jornalista. Publicou os livros *Meu nome não é Johnny*, que deu origem ao filme, *3.000 dias no bunker* e *Amazônia, 20º andar*. Escreve quinzenalmente em ÉPOCA gfiuza@edglobo.com.br

NA PRÓXIMA SEMANA: Eugênio Bucci

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo de autoria do sociólogo Demétrio Magnoli, intitulado: "Lula e a falência da 'Doutrina Garcia'", publicado pelo jornal *O Globo* em sua edição de 31 de janeiro de 2013.

Segundo o autor, Lula ao assumir a Presidência da República em 2003, nomeou Marco Aurélio Garcia como assessor especial e começou a conduzir a política brasileira para a América Latina de acordo com os mandamentos da 'Doutrina Garcia', que almeja promover a liderança regional do Brasil, preservar o regime autoritário cubano e erguer uma barreira geopolítica entre América Latina e EUA. Os palacianos não perceberam a falência dessa doutrina.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos *Anais do Senado Federal*.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lula e a falência da 'Doutrina Garcia'

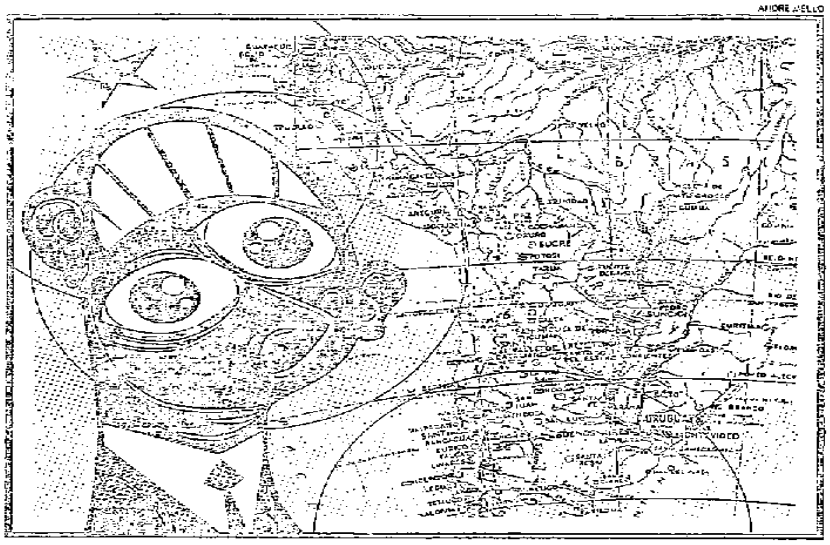
Lula sabe mais que os "intelectuais progressistas" reunidos em seu instituto para, nas palavras do assessor Luiz Dulci, "definir um plano de trabalho para o desenvolvimento e integração" da América Latina. Há muito reduzidos à condição de intelectuais palacianos, os convidados celebraram os "avanços" na integração regional e a miraculosa clarividência do ex-presidente. O anfitrião, contudo, pediu-lhes algo diferente da bajulação habitual: a formulação de uma "doutrina" da integração latino-americana. No décimo-primeiro ano de poder lulista, o pedido traz implícito o reconhecimento de um fracasso estrondoso de política externa — e da crise regional que se avizinha.

"Não tem explicação, depois de mais de 500 anos, eu inaugurar a primeira ponte entre Brasil e Bolívia; não tem explicação, depois de mais de 500 anos, eu inaugurar a primeira ponte entre Brasil e Peru", proclamou o ex-presidente, sem ser corrigido por nenhum dos intelectuais que decoravam o ambiente. O trem inaugural da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré chegou a Guajará-Mirim em abril de 1912. Os presidentes Café Filho e Paz Estenssoro inauguraram a Estrada de Ferro Brasil-Bolívia em Santa Cruz de La Sierra, em janeiro de 1955. A Ponte da Amizade, sobre o Rio Paraná, uma custosa obra de engenharia, foi inaugurada em 1965, conectando o Paraguai às rodovias brasileiras e ao porto de Paranaguá. As pontes que Lula inaugurou estavam previstas na Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), aprovada na conferência de chefes de Estado de Brasília, em 2000, no governo FHC. De lá para cá, sob o lulismo, integração regional converteu-se em eufemismo para alianças políticas entre governantes "progressistas".

Desde 2003, com a nomeação de Marco Aurélio Garcia como assessor especial da Presidência, a política brasileira para a América Latina foi transferida da alçada do Itamaraty para a do lulopetismo, impregnando-se de reminiscências políticas antiamericanas, terceiro-mundistas e castristas. O coquetel conduziu-nos ao impasse atual, que Lula é capaz de identificar mesmo se tenta disfarçá-lo pelo recurso à bazófia autocongratulatória.

A "Doutrina Garcia" rejeita a ideia de livre comércio, que funcionou como pilar original do Mercosul. A Argentina dos Kirchner aproveitou-se disso para violar sistematicamente as regras do Mercosul, desmontando o edifício da zona de livre comércio. No seu instituto, Lula denunciou a "preocupação maior de relação preferencial com os EUA ou com a Europa ou com qualquer um, menos entre nós mesmos". Entretanto, na celebrada última década, a América Latina não aprofundou o comércio intrarregional, limitando-se a estabelecer uma "relação preferencial" com a China, que absorve nossas exportações de commodities. O primitivismo ideológico impede até mesmo a conclusão de um tratado comercial Brasil-México, elemento indispensável em qualquer projeto de integração latino-americana.

A "Doutrina Garcia" acalenta a utopia de uma integração impulsionada por investimentos estatais e de grandes empresas financiadas por recursos públicos. Contudo, a estratégia de expansão regional do "capitalismo de estado" brasileiro esbarrou nas resistências nacionalistas de argentinos, bolivianos e equatorianos, que assestaram sucessivos golpes em negócios conduzidos pela Petrobras e por construtoras beneficiadas por empréstimos privilegiados do BNDES. Numa dessas amargas ironias da história, o espectro do "imperialismo brasileiro" reemergiu como acusação dirigida por líderes latino-americanos "progressistas" contra o governo "progressista" de Lula.



Brasil ajudou a converter a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos numa ferramenta de proteção da ditadura castrista

A "Doutrina Garcia" almeja promover a liderança regional do Brasil, preservar o regime autoritário cubano e erguer uma barreira geopolítica entre América Latina e EUA. Em busca da primeira meta, o Brasil colidiu com as pretensões concorrentes da Venezuela de Hugo Chávez, que criou a Aliança Bolivariana das Américas (Alba). A concorrência entre o lulopetismo e o chavismo paralisa a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), esvaziando de conteúdo suas reuniões de cúpula. Em busca das outras duas metas, que compartilha com o chavismo, o Brasil ajudou a converter a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) numa ferramenta de proteção da ditadura castrista e de desmoralização da Carta Democrática da Organização dos Estados Americanos (OEA). Dias atrás, Cristina Kirchner definiu a ascensão de Cuba à presidência rotativa da Celac como o marco de "uma nova época na América Latina". Ela tem razão: é o fim da curta época na qual os Estados da região levaram a sério seus proclamados compromissos com os direitos humanos e as liberdades públicas.

Distraídos, os intelectuais palacianos nada perceberam, mas a falência da "Doutrina Garcia" foi registrada no radar de Lula. De um lado, abaixo do celofane brilhante da Unasul e da Celac, desenvolve-se um processo que deveria ser batizado como a desintegração da América Latina. A principal evidência disso encontra-se na emergência da Aliança do Pacífico, uma área de livre comércio formada sem alarido por México, Colômbia, Chile e Peru, aos quais podem se juntar o Panamá e outros países centro-americanos. De outro, lenta mas inexoravelmente, desmorona a ordem castrista em Cuba, aproxima-se uma incerta transição na Venezuela chavista e dissolve-se o consenso político kirchnerista na Argentina. Quando clama por uma nova "doutrina" da integração latino-americana, o ex-presidente revela aguda consciência da encruzilhada em que se colocou a política externa brasileira.

A consciência de um problema é condição necessária, mas não suficiente, para formular suas possíveis soluções. Lula e seu cortejo de intelectuais não encontrarão uma "doutrina" substituta sem lançar ao mar o lastro de anacronismos ideológicos do lulopetismo. Isso, porém, eles não farão. ●

Demétrio Magnoli é sociólogo
demetrio.magnoli@uol.com.br

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/ PSDB – PA Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo de autoria do economista Maílson da Nóbrega, intitulado "Desastre no Petróleo", publicado pela revista *Veja* em sua edição de 20 de fevereiro de 2013.

Segundo o autor, a mudança da Lei do Petróleo, motivada por razões políticas e ideológicas, ainda não foi posta em prática, mas o intervencionismo sugere que vai ser e que cobrará um preço elevado em termos de desenvolvimento do Brasil.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos *Anais do Senado Federal*.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Desastre no petróleo

O petróleo produz fascínio. A ideia de que se trata de um bem "estratégico" é poderosa. Roberto Campos dizia, porém, que o petróleo "é apenas um líquido pegajoso e fedorento". Na verdade, estratégico é atributo da educação e das instituições. Claro, grandes reservas de petróleo podem impulsionar a economia e assegurar o suprimento de energia, mas elas não são essenciais. Suíça, Coreia do Sul e Singapura, países bem-sucedidos, não têm uma gota sequer de petróleo no seu território. Na Nigéria e na Venezuela, grandes produtores, o petróleo se tornou uma calamidade e perpetua o atraso. A desgraça vem do uso irresponsável dos recursos, que inibe a construção institucional, provoca o desperdício e anima a corrupção.

O Brasil instituiu o monopólio da exploração e produção do petróleo em 1953 e confiou sua execução à Petrobras. Com o tempo e duas crises do petróleo (anos 1970), ficou claro que a autossuficiência dependeria de atrair capitais privados. Daí a Lei do Petróleo, de 1997, que manteve o monopólio da União mas permitiu a participação de empresas privadas na atividade.

A mudança da Lei do Petróleo, motivada por razões políticas e ideológicas, ainda não foi posta em prática, mas o intervencionismo sugere que vai ser e que cobrará um preço elevado em termos de desenvolvimento do Brasil

Adotou-se, então, o regime de concessão, que trouxe maior dinamismo ao setor. Sob o incentivo da competição, a Petrobras se fortaleceu, bateu recordes de produção e granjeou reputação nacional e internacional. Os leilões atraíram quase 100 empresas privadas, nacionais e estrangeiras. Muitas outras se prepararam para fornecer bens e serviços. As reservas de petróleo e gás cresceram de forma acelerada. O novo modelo foi um grande êxito.

O PT, que se opôs à nova lei, lutou pela contrarreforma. A oportunidade surgiu com a descoberta do pré-sal, que Lula considerou um "bilhete premiado". Mudou-se a lei e instituiu-se o regime de partilha nessa região, o qual amplia a ingerência estatal, reduz a competição e submete o setor a ações de política industrial. É grande a semelhança com a ação estatal que levou à estagnação do país nos anos 1980.

Imaginava-se que a mudança manteria o interesse das empresas petrolíferas, em razão do potencial das reservas e da inexistência de oportunidades comparáveis no mundo. Diagnóstico errado. Surgiram novas oportunidades menos arriscadas e mais atraentes, viabilizadas pela revolução tecnológica — como no gás de xisto e no *tight oil* (petróleo) nos Estados Unidos — e pela expansão da fronteira de produção na África, na Rússia e no Iraque.

O regime mais restritivo contribuiu para que muitas empresas deixassem o Brasil. Um efeito colateral da mudança foi despertar o apetite de estados e municípios pelos recursos da exploração, criando o atual imbróglio da divisão dos royalties. Não há novas licitações desde 2008. O investimento privado estancou. A produção caiu em 2012. Esses e outros aspectos foram abordados em excelente livro organizado por Fabio Giambiagi e Luiz Paulo Vellozo Lucas *(Petróleo,* Editora Elsevier, 2012).

A lógica que permeia o novo modelo — ingerência estatal e "desenvolvimentismo" — é a mesma que o governo usa na gestão da Petrobras, à qual foi imposto o peso excessivo da participação de pelo menos 30% em todos os consórcios do pré-sal. A rentabilidade despencou por causa do controle de seus preços, que a obriga a importar gasolina e diesel para revendê-los a preços mais baixos no mercado brasileiro e a perder bilhões de reais com tal política. Por isso, a empresa tem sido obrigada a se endividar mais intensamente, de forma a não interromper o ambicioso plano de investimentos. O problema é que, apesar do recente aumento de seu capital, o endividamento começa a chegar perto de seus limites. O custo financeiro poderá aumentar se a classificação de risco da empresa for rebaixada. Tal situação, insustentável, pode comprometer a exploração de nossas reservas de petróleo. Conforta saber que a nova e séria presidente da Petrobras parece compreender os riscos de tamanha intervenção.

A mudança da Lei do Petróleo, motivada por razões políticas e ideológicas, ainda não foi posta em prática, mas o intervencionismo em curso sugere que vai ser e que cobrará um preço elevado em termos de desenvolvimento do país. É hora de discutir o retorno à racionalidade nessa questão fundamental.

MAÍLSON DA NÓBREGA
é economista

30 | 20 DE FEVEREIRO, 2013 | veja

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo de autoria do sociólogo Demétrio Magnoli, intitulado: "Não se preocupe, embaixador", publicado pelo jornal *Estado de S. Paulo* em sua edição de 28 de fevereiro de 2013.

O autor aborda a visita polêmica da blogueira Yoani Sánchez ao Brasil e comenta sobre os possíveis motivos que causariam a queda do embaixador de Cuba no Brasil, Carlos Zamora Rodrígues, segundo rumores que circularam durante a visita.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos *Anais do Senado Federal*.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NÃO SE PREOCUPE, EMBAIXADOR

28 de fevereiro de 2013 | 2h 10

A Carlos Zamora Rodríguez, embaixador de Cuba no Brasil:

Circulam rumores de que a passagem da blogueira Yoani Sánchez pelo Brasil terá efeitos desastrosos para sua carreira diplomática. Escrevo para acalmá-lo. À luz dos critérios políticos normais, qualquer um dos quatro motivos mencionados como causas possíveis de sua queda seria suficiente para fulminar um diplomata. Contudo os governos de Cuba e do Brasil não se movem por critérios normais.

Comenta-se, em primeiro lugar, que o Planalto solicitaria sua remoção em reação à interferência ilegal da embaixada nos assuntos internos do País. De fato, é ultrajante reunir militantes do PT e do PCdoB na representação diplomática cubana para distribuir um CD contendo calúnias contra uma cidadã em visita ao Brasil. Mas não se preocupe. Sob Lula, quando prendeu e deportou os pugilistas cubanos que tentavam emigrar, o governo brasileiro violou a Carta Interamericana de Direitos Humanos para atender a um desejo de Havana. Dilma Rousseff só precisa ignorar a violação de leis nacionais para encerrar o "caso Yoani".

Em segundo lugar, corre o rumor de que Havana pretende substituí-lo por razões de incompetência funcional. A causa seria o vazamento para Veja das informações sobre a reunião na embaixada, que contou com a presença de Ricardo Poppi Martins, auxiliar do ministro Gilberto Carvalho - uma notícia depois confirmada pela própria Secretaria-Geral da Presidência. Certamente as agências de inteligência de seu país não apreciaram a condução desastrada da operação, mas duvido que o governo de Raúl Castro desconsidere os fatores atenuantes: a inconveniência representada pela liberdade de imprensa e os "dilemas morais pequeno-burgueses" de militantes de esquerda não submetidos ao centralismo do Partido Comunista Cubano.

Um terceiro motivo para seu afastamento residiria nas implicações lógicas das acusações difundidas pela embaixada contra a blogueira. O CD qualifica Yoani como "mercenária financiada pelo governo dos EUA" para "trabalhar contra o povo cubano". Afirmar isso, porém, significa dizer que, mesmo dispondo das provas da atuação de uma agente inimiga em seu território, o governo de Cuba optou por não prendê-la e processá-la, pondo em risco a segurança do país. O raciocínio, impecável, destruiria um diplomata de um país democrático, mas não arranhará sua reputação perante o regime dos Castros: o discurso totalitário não almeja a persuasão racional, não se deixa limitar pela regra da consistência interna e não admite o escrutínio da crítica.

Afigura-se mais grave a quarta razão que apontam como ameaça à sua carreira. Ao estimular a perseguição movida por hordas de militantes organizados contra Yoani, a embaixada amplificou a voz e o alcance da mensagem da blogueira, produzindo um efeito contrário ao desejado por Havana. Construído no terreno de um cínico pragmatismo político, o argumento parece irretocável, mas não creio que deva alarmá-lo. Na perspectiva do regime cubano, as repercussões da visita sobre a opinião pública são o preço a pagar pela afirmação de um princípio inegociável do totalitarismo: os dissidentes nunca estão a salvo da violência real ou simbólica do "ato de repúdio".

O "ato de repúdio" é o equivalente político do estupro de gangue. Na China da Revolução Cultural, onde alcançou o apogeu, a prática chamava-se "assembleia de denúncia". Segundo o relato de Jung Chang, uma jovem chinesa que testemunhou aqueles tempos, a Universidade de Pequim realizou sua pioneira "assembleia de denúncia" em 18 de junho de 1966, quando o reitor e dezenas de professores sofreram espancamentos e foram obrigados a permanecer ajoelhados durante horas em meio à multidão histérica. "Enfiaram à força em suas cabeças chapéus cônicos de burro, com slogans humilhantes" e "derramaram tinta em seus rostos para deixá-los negros, a cor do mal" (Cisnes Selvagens: Três Filhas da China). A matriz chinesa, nós dois sabemos, inspirou a ditadura cubana, cujos "atos de repúdio" excluem a tortura, mas não a violência física moderada, a intimidação direta e uma torrente de insultos.

Yoani relata no seu blog o primeiro "ato de repúdio" a que assistiu, quando tinha 5 anos ("as pessoas

gritavam e levantavam os punhos ao redor da porta de uma vizinha"), e um outro, do qual foi vítima juntamente com as Damas de Branco ("as hordas da intolerância cuspiram em nós, empurraram e puxaram o cabelo"). No "ato de repúdio", o "inimigo do povo" deve ser despido de sua condição humana e convertido em joguete da violência coletiva. A agressão física é um corolário último desejável, mas não é um componente necessário do ritual - e, dependendo das circunstâncias políticas, deve ser prudentemente evitada. Estou convicto de que sua embaixada levou isso em conta quando indicou o caminho dos atos contra Yoani.

Seu conhecido Breno Altman, um quadro político do PT, defendeu os "atos de repúdio" contra a blogueira em debate televisivo, alegando que "ninguém saiu ferido". De fato, apenas em Feira de Santana chegaram a empurrar Yoani e a puxar-lhe o cabelo. Na mesma cidade e em São Paulo, gangues de vândalos insultaram-na em público, cassaram-lhe o direito à palavra, ameaçaram pessoas que queriam escutá-la, provocaram o cancelamento de eventos literários e cinematográficos. Tudo isso caracteriza constrangimento ilegal, um crime contra as liberdades públicas e individuais.

No Brasil, a palavra de Yoani desmoralizou a ditadura cubana. Mas, nessa particular guerra de princípios, sua embaixada venceu: a polícia não interferiu, os "intelectuais de esquerda" silenciaram, a editora que publica Yoani eximiu-se da obrigação de protestar e uma imprensa confusa sobre a linguagem dos valores democráticos qualificou os vândalos como "manifestantes". Por sua iniciativa, o "ato de repúdio" fincou raízes no meu país. Creio que lhe devem uma medalha.

* **Demétrio Magnoli** é sociólogo e doutor em Geografia Humana pela USP. E-mail: demetrio.magnoli@uol.com.br.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) anunciou para os dias 30 e 31 de outubro próximos o primeiro leilão de exploração de blocos de gás, adotando uma prática inovadora em relação a esse tipo de licitação. Normalmente, os blocos de gás estão incluídos nos leilões de exploração de petróleo. Agora, vão ter leilão próprio, o que revela a sua importância.

Mas a melhor notícia, neste caso, é que a ANP incluiu no certame áreas em que há potencial para a exploração do chamado gás de xisto. Essa nova fonte energética vem provocando, como se sabe, uma verdadeira revolução na matriz energética dos Estados Unidos, em razão dos avanços tecnológicos que fazem com que o gás de xisto seja um combustível extremamente barato.

Para se ter uma ideia do que estamos falando, no Brasil o preço do gás convencional gira em torno de 12 dólares por milhão de BTU, enquanto o gás de xisto, nos Estados Unidos custa cerca de três dólares por milhão de BTU! Lá, o preço do gás andava em torno de nove dólares antes da tecnologia que viabilizou o gás de xisto. Trata-se de uma diferença considerável, que vem alavancando fortemente a economia norte-americana, ajudando-a a sair das dificuldades em que se encontra.

O gás de xisto também proporciona redução substancial da poluição ambiental, uma vez que as usinas térmicas a gás diminuem a emissão de CO2 em cerca de 50%, e reduzem a índices próximos a zero a emissão de partículas sólidas, em relação às térmicas a carvão, por exemplo.

Evidentemente, energia barata é desenvolvimento econômico, em franca e direta relação. Prova disso é que essa revolução energética na economia americana está afetando muitas decisões de investimentos. Novos negócios que poderiam vir para cá estão se dirigindo para onde a energia é mais barata, no caso, para os Estados Unidos.

O custo da energia elétrica no Brasil está perdendo competitividade, entre outros motivos, por causa da falta da construção de novas hidrelétricas com reservatórios, capazes de gerar energia elétrica a preços baixos, como demonstra estudo recente produzido pela Consultoria Legislativa do Senado.

De acordo com esse trabalho, uma hidrelétrica de grande porte produz energia elétrica a cerca de 85 reais por megawatt-hora (R$/MWh). As de médio porte, geram a 150 R$/MWh. Enquanto isso, as térmicas a carvão produzem energia elétrica a cerca de 336 R$/MWh; as que são movidas a gás natural geram a cerca de 393 R$/MWh; e quando o combustível é óleo diesel ou combustível, o preço varia de 500 a 600 R$/MWh.

É preciso mudar essa situação, Sr. Presidente!

Um País com tantas e tão ricas fontes energéticas não pode perder essa competição porque a sua energia elétrica é cara! Indústrias muito dependentes do gás e da energia elétrica – como cerâmica, vidro, petroquímica, química básica e alumínio, por exemplo – perdem a competitividade, paralisam planos de expansão e reorientam seus investimentos para fora do País.

Com a decisão da ANP, ganhamos mais uma alternativa importante para enfrentar a competição mundial. O gás de xisto, mais barato e menos poluente, produzido aqui, o que evita custos de transporte, será uma excelente opção tanto para a geração de energia elétrica mais barata, quanto para a indústria que utiliza o gás como insumo, além de servir para abastecer a frota nacional de veículos.

Nesse próximo leilão, devem entrar na rodada as bacias do Parecis, em Mato Grosso; do Recôncavo, na Bahia; do Rio Paraná, entre Paraná e Mato Grosso do Sul; do Rio São Francisco, entre Minas Gerais e Bahia;

e do Parnaíba, entre o Maranhão e o Piauí, o que nos deixa bastante satisfeitos.

Como se vê, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, há perspectivas de exploração dessa promissora fonte energética em todo o território nacional, o que também é muito importante, porque facilita a distribuição do gás.

As nossas reservas de gás de xisto são estimadas em 6,4 trilhões de metros cúbicos. Segundo a Agência Internacional de Energia, se utilizarmos a técnica do fraturamento hidráulico, podemos chegar à décima posição no ranking das maiores reservas mundiais de gás de xisto. Mas alguns especialistas afirmam que essas reservas estão subestimadas e que o Brasil pode ter algo como 17 trilhões de metros cúbicos de gás de xisto! É uma bela perspectiva!

É claro que precisaremos ter todos os cuidados na exploração dessa magnífica fonte energética por meio do fraturamento hidráulico. Se temos essa riqueza, que pode e deve ser explorada, temos também reservas de água doce, como os Aquíferos Alter do Chão e Guarani, os dois maiores do mundo, que representam uma riqueza inestimável e precisam ser preservados com muito carinho. Vive-se sem o gás, mas não sem água! Essa lição, nós, nordestinos, conhecemos muito bem.

A solução para isso é a exploração bem feita, criteriosa. É o que já determinam as novas exigências que serão feitas pela ANP nessa licitação, como fraturamento com poço revestido, cimentação mais adequada e projeto aprovado pela Agência. Mas nada disso será suficiente sem uma fiscalização rigorosa sobre esses requisitos seguros de exploração do gás.

De acidentes nunca estaremos livres, como mostra a exploração do petróleo mundo afora. Mas podemos reduzi-los ao máximo e é o que devemos fazer, já que não podemos prescindir de fontes energéticas baratas e mais limpas.

Segundo o noticiário, o interesse pelas bacias de exploração de gás de xisto já vem sendo manifestado por empresas como Petra, OGX, HRT, Orteng, Cemig e Petrobras. A Petrobras, aliás, já está revisando a sua carteira de projetos de olho no potencial do gás em terra, sobretudo no gás de xisto, como anunciou a sua presidente, Maria das Graças Foster.

Infelizmente já estamos um pouco atrasados nessa corrida. Os Estados Unidos, que até 2006 nada produziam, já extraíam 25 milhões de metros cúbicos por dia de gás de xisto no ano passado. Contudo, o amadurecimento da tecnologia de extração nos favorece. Assim, temos que entrar rápido nessa corrida antes que fiquemos para trás definitivamente.

O gás de xisto certamente reduzirá os custos de produção de energia elétrica e os custos da indústria nacional, aumentando a sua competitividade, o que é crucial neste mundo altamente globalizado em que vivemos. Parabéns à Agência Nacional do Petróleo pela decisão de realizar o leilão dessas áreas. É, sem dúvida, algo de que o Brasil muito necessita.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se, amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 85, DE 2013

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 330, de 2013)

Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2013, do Senador Eduardo Lopes, que *susta os efeitos da resolução administrativa expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral nos autos da Petição nº. 9.495/AM, que redefine o número de Deputados Federais, Estaduais e Distritais.*

Pendente de parecer da CCJ.

2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2010
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 428, de 2013)

Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2010, de autoria do Deputado Gilmar Machado, que *altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.*

3
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2012

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal.*
Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

4
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2011

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.*
Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

5
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2011
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição no Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.*
Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 - CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

6
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 2012
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6º Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.*
Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 - CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

7
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 2012
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza.*
Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 - CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

8
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 123, DE 2011

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011 (nº 98/2007, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Otavio Leite), que *acrescenta a alínea "e" ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais*

ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.
Parecer sob nº 484, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício Oliveira, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta, com voto vencido do Senador Eduardo Braga.

9
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115, DE 2011

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 115, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Bauer, que *altera o inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, para vedar a instituição de impostos sobre os medicamentos de uso humano.*
Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Henrique, nos termos da Emenda nº 1 - CCJ (substitutivo), que oferece.

10
REQUERIMENTO Nº 1.157, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1157, de 2012, de autoria do Senador Vital Do Rêgo, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2011, com o Projeto de Lei do Senado nº 559, de 2011, por regularem matérias correlatas (Lei Geral de Telecomunicações).*

11
REQUERIMENTO Nº 378, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 378, de 2013, de autoria do Senador Anibal Diniz, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, sejam ouvidas, também, respectivamente, as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos (logística reversa de veículos automotores).*

12
REQUERIMENTO Nº 379, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 379, de 2013, de autoria do Senador Anibal Diniz, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, sejam ouvidas, também, respectivamente, as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos (logística reversa de veículos automotores).*

13
REQUERIMENTO Nº 380, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 380, de 2013, de autoria do Senador Armando Monteiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, sejam ouvidas, também, respectivamente, as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos (logística reversa de veículos automotores).*

14
REQUERIMENTO Nº 381, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 381, de 2013, do Senador José Pimentel, *solicitando que, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 2012, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (susta dispositivos de Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar).*

15
REQUERIMENTO Nº 382, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 382, de 2013, do Senador Randolfe Rodrigues, *solicitando que, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 86, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (susta o Decreto sobre atividades e serviços públicos durante greves).*

16
REQUERIMENTO Nº 383, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 383, de 2013, do Senador Eduardo Braga, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 764, de 2011 e 316, de*

2012, por regularem matéria correlata (Zonas de Processamento de Exportação).

17
REQUERIMENTO Nº 384, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 384, de 2013, de autoria do Senador Eduardo Amorim, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2012, dos Projetos de Lei da Câmara nºs 114, de 2005; 40 e 106, de 2007; 143, 182 e 193, de 2008; 12, 55, 57, 75 e 99, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 42, 154, 542, 625 e 735, de 2007; 190 e 340, de 2008; 1, 54, 135, 408 e 429, de 2009; 55, 125, 180, 274, 276 a 283, de 2010; 6, 65, 271, 439, 452, 460, 463 e 470, de 2011; 97, 209 e 371, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (altera início de prazo decadencial no direito do consumidor).*

18
REQUERIMENTO Nº 386, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 386, de 2013, da Senadora Ana Rita, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (tipifica crime a omissão de autoridade policial nos casos de violência contra mulher).*

19
REQUERIMENTO Nº 387, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 387, de 2013, do Senador Ruben Figueiró, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2011 - Complementar, das seguintes matérias: Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 240, de 2006; 90, 180, 298, 414 e 540, de 2007; 66, 72, 265 e 482, de 2008; 12, 128, 175, 229, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507, de 2009; 21, 75, 538 e 719, de 2011; 62, 86, 99, 113, 135, 170, 375, 376; 382, de 2012, e 124, de 2013 - todos Complementares (incentivos e benefícios fiscais).*

20
REQUERIMENTO Nº 388, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 388, de 2013, do Senador Francisco Dornelles, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2012 - Complementar, das seguintes matérias: Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 240, de 2006; 90, 180, 298, 414 e 540, de 2007; 66, 72, 265 e 482, de 2008; 12, 128, 175, 229, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507, de 2009; 21, 75, 538, 591 e 719, de 2011; 62, 99, 113, 135, 170, 375, 376; 382, de 2012, e 124, de 2013 - todos Complementares (incentivos e benefícios fiscais).*

21
REQUERIMENTO Nº 389, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 389, de 2013, do Senador Alvaro Dias, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 240, de 2006; 99 e 375, de 2012; e 124, de 2013 - todos Complementares, por regularem matéria correlata (incentivos e benefícios fiscais).*

22
REQUERIMENTO Nº 390, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 390, de 2013, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2013 - Complementar, com as seguintes matérias: Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 90, 180, 298, 414 e 540, de 2007; 66, 72, 265 e 482, de 2008; 12, 128, 175, 229, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507, de 2009; 21, 75, 538, 591 e 719, de 2011; 62, 86, 113, 135, 376 e 382, de 2012, - todos Complementares, por regularem matéria correlata (incentivos e benefícios fiscais).*

23
REQUERIMENTO Nº 414, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 414, de 2013, do Senador Ricardo Ferraço, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2012, ambos Complementares, por regularem matéria correlata (incentivos e benefícios fiscais).*

24
REQUERIMENTO Nº 419, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 419, de 2013, do Senador Paulo Davim, *solici-*

tando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 193, de 2011; e 426, de 2012, por regularem matéria correlata (destinação das receitas das multas de trânsito).

25
REQUERIMENTO Nº 421, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 421, de 2013, do Senador Wellington Dias, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2012, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (dispõe sobre o exercício da profissão de Físico).*

26
REQUERIMENTO Nº 424, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 424, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 246, de 2009, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (cobrança de couvert artístico).*

27
REQUERIMENTO Nº 425, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 425, de 2013, do Senador José Agripino, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (alienação fiduciária de veículo).*

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 29 minutos.)

Agenda do Presidente Renan Calheiros

21/05/2013
Terça-feira

11h30	**Recebe o Ministro Guilherme Afif Domingos, da Secretaria da Micro e Pequena Empresa** Sala de Audiências
12h	**Recebe o Presidente João Roberto Marinho, do Conselho Editorial das Organizações Globo** Sala de Audiências
12h30	**Recebe o Embaixador Roberto Azevedo, eleito Diretor-Geral da OMC** Sala de Audiências
15h	**Reunião da Bancada do PMDB** Gabinete da Liderança do PMDB
16h	**Ordem do Dia** Plenário
17h	**Convenção Nacional do PMDB Mulher** Auditório Petrônio Portela do Senado Federal
18h30	**Recebe o Doutor Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Presidente da OAB** Sala de Audiências
19h	**Prefeito Joaquim Beltrão, de Coruripe/AL** Sala de Audiências
20h	**Jantar oferecido pelo Vice-Presidente Michel Temer aos Governadores do PMDB** Palácio do Jaburu

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro
Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão
Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará
Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco
Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo
Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais
Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás
Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Morais** (S)

Mato Grosso
Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul
Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba
Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo
Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí
Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte
Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina
Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas
Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas
Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná
Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre
Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal
Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia
Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins
Bloco-PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá
Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima
Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos
*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 28
PMDB-20 / PP-5 / PSD-2 / PV-1

Ana Amélia. . . . . PP/RS
Benedito de Lira. . . . . PP/AL
Casildo Maldaner. . . . . PMDB/SC
Ciro Nogueira. . . . . PP/PI
Clésio Andrade. . . . . PMDB/MG
Eduardo Braga. . . . . PMDB/AM
Eunício Oliveira. . . . . PMDB/CE
Francisco Dornelles. . . . . PP/RJ
Garibaldi Alves. . . . . PMDB/RN
Ivo Cassol. . . . . PP/RO
Jader Barbalho. . . . . PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos. . . . . PMDB/PE
João Alberto Souza. . . . . PMDB/MA
José Sarney. . . . . PMDB/AP
Kátia Abreu. . . . . PSD/TO
Lobão Filho. . . . . PMDB/MA
Luiz Henrique. . . . . PMDB/SC
Paulo Davim. . . . . PV/RN
Pedro Simon. . . . . PMDB/RS
Renan Calheiros. . . . . PMDB/AL
Ricardo Ferraço. . . . . PMDB/ES
Roberto Requião. . . . . PMDB/PR
Romero Jucá. . . . . PMDB/RR
Sérgio Petecão. . . . . PSD/AC
Sérgio Souza. . . . . PMDB/PR
Valdir Raupp. . . . . PMDB/RO
Vital do Rêgo. . . . . PMDB/PB
Waldemir Moka. . . . . PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25
PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2
PRB-1 / PSOL-1

Acir Gurgacz. . . . . PDT/RO
Ana Rita. . . . . PT/ES
Angela Portela. . . . . PT/RR
Anibal Diniz. . . . . PT/AC
Antonio Carlos Valadares. . . . . PSB/SE
Cristovam Buarque. . . . . PDT/DF
Delcídio do Amaral. . . . . PT/MS
Eduardo Lopes. . . . . PRB/RJ
Eduardo Suplicy. . . . . PT/SP
Humberto Costa. . . . . PT/PE
Inácio Arruda. . . . . PC DO B/CE
João Capiberibe. . . . . PSB/AP
João Durval. . . . . PDT/BA
Jorge Viana. . . . . PT/AC
José Pimentel. . . . . PT/CE
Lídice da Mata. . . . . PSB/BA
Lindbergh Farias. . . . . PT/RJ
Paulo Paim. . . . . PT/RS
Pedro Taques. . . . . PDT/MT
Randolfe Rodrigues. . . . . PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg. . . . . PSB/DF
Vanessa Grazziotin. . . . . PC DO B/AM
Walter Pinheiro. . . . . PT/BA
Wellington Dias. . . . . PT/PI
Zeze Perrella. . . . . PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 16
PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves. . . . . PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira. . . . . PSDB/SP
Alvaro Dias. . . . . PSDB/PR
Ataídes Oliveira. . . . . PSDB/TO
Cássio Cunha Lima. . . . . PSDB/PB
Cícero Lucena. . . . . PSDB/PB
Cyro Miranda. . . . . PSDB/GO
Flexa Ribeiro. . . . . PSDB/PA
Jayme Campos. . . . . DEM/MT
José Agripino. . . . . DEM/RN
Lúcia Vânia. . . . . PSDB/GO
Maria do Carmo Alves. . . . . DEM/SE
Mário Couto. . . . . PSDB/PA
Paulo Bauer. . . . . PSDB/SC
Ruben Figueiró. . . . . PSDB/MS
Wilder Morais. . . . . DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 12
PTB-6 / PR-5 / PSC-1 / PPL

Alfredo Nascimento. . . . . PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues. . . . . PR/SP
Armando Monteiro. . . . . PTB/PE
Blairo Maggi. . . . . PR/MT
Eduardo Amorim. . . . . PSC/SE
Epitácio Cafeteira. . . . . PTB/MA
Fernando Collor. . . . . PTB/AL
Gim. . . . . PTB/DF
João Vicente Claudino. . . . . PTB/PI
Magno Malta. . . . . PR/ES
Mozarildo Cavalcanti. . . . . PTB/RR
Vicentinho Alves. . . . . PR/TO

Bloco Parlamentar da Maioria.	28
Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco Parlamentar Minoria.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	12
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)
Ataídes Oliveira** (Bloco-PSDB-TO)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)
Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)
Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)
Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)
Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)
Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)
Gim* (Bloco-PTB-DF)
Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)
Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)
Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)
Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)
Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)
Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)
João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)
João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)
João Durval* (Bloco-PDT-BA)
João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)
Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)
José Agripino** (Bloco-DEM-RN)
José Pimentel** (Bloco-PT-CE)
José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)
Kátia Abreu* (Bloco-PSD-TO)
Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)
Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)
Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)
Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)
Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin** (Bloco-PC DO B-AM)
Vicentinho Alves** (Bloco-PR-TO)
Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Wilder Morais** (Bloco-DEM-GO)
Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (62,70)

.....

Líder do PMDB - 20

Eunício Oliveira (62,70)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (105)
Romero Jucá (40,104)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 2

Sérgio Petecão (84,87)

Vice-Líder do PSD
Kátia Abreu (11,13,52,60,85)

Líder do PV - 1

Paulo Davim (75)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,66)
Eduardo Amorim (17,47,48,72)
Blairo Maggi (19,51)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56,58,59)

Líder do PR - 5

Alfredo Nascimento (41,66)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48,72)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25

Líder
Wellington Dias - Bloco (24,65,90)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,67,97)
Rodrigo Rollemberg (69,98)
Inácio Arruda (89,99)
Eduardo Lopes (37,45,63,100)

.....

Líder do PT - 12

Wellington Dias (24,65,90)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,93)
Anibal Diniz (25,94)
Paulo Paim (95)
Eduardo Suplicy (96)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55,67,97)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4

Rodrigo Rollemberg (69,98)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,82)

Líder do PC DO B - 2

Inácio Arruda (89,99)

Vice-Líder do PC DO B
Vanessa Grazziotin (1,91)

Líder do PRB - 1

Eduardo Lopes (37,45,63,100)

Líder do PSOL - 1

Randolfe Rodrigues (18,76)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,82)
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16

Líder
Mário Couto - Bloco (34,61)

Vice-Líderes
Wilder Morais (101)
Ataídes Oliveira (102)
Cyro Miranda (31,103)

.....

Líder do PSDB - 12

Aloysio Nunes Ferreira (7,68)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (74)
Alvaro Dias (78)
Paulo Bauer (5,35,79,80)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,44,46,77)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (28,106)

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1° e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011,lido na sessão do dia 1° de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento n° 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM n° 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF n° 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. N° 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. n° 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT N° 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4 ° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. n° 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC N° 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. n° 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem n° 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2° Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB n° 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1° Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2° Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
66. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
68. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
69. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
70. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
77. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.

78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Více-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Wilder Morais é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (2,7)	1. VAGO (2,7)
VAGO (2,7)	2.
VAGO (2,7)	3.
VAGO (2,7)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
VAGO (5,8)	1. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	2. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (4,6)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4°, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. n° 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. n° 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. n° 71/2013-GLDBAG).

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008
Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (3)
Senador José Pimentel (PT) (1)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (4)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Membro da Comissão Diretora

Notas:
*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.
*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.
******. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.
1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012
Designação: 28/02/2012

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)
Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)
Senador Paulo Paim (PT) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)
Senador Sérgio Souza (PMDB) (2)
Senadora Ana Amélia (PP) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)

Notas:
1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Ségio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012
Designação: 04/04/2012
Instalação: 13/11/2012
Prazo final: 22/12/2012
Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) (3)	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) (3)
Senadora Lídice da Mata (PSB) (3)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (4)	1. Senador Benedito de Lira (PP) (4)
Senador Paulo Davim (PV) (4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) (1)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) (5)

Notas:
*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).
**. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.
1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).
4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).
5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

4) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) (1)

Designação: 17/07/2012
Instalação: 08/08/2012
Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 28/11/2012
Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 11/02/2013
Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 26/02/2013
Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) (4,5)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) (2)	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. VAGO (12)
	4. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB) (7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. VAGO (6,10,11,13)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Suspensão de Prazo : 28/11/2012 a (Art. 118, § 4º, do RISF)

Notas:
*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

**. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).
***. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).
*****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.
******. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.
*******. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.
1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).
2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).
3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios Nºs 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).
4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 135/2012-GLDBAG).
6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).
7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).
10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
12. Vago, em razão de o Senador Luiz Henrique não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 132/2013).
13. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33031176
E-mail: rprado@senado.gov.br

5) CT- DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (3)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (7)

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012
Designação: 17/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) (2,4)
Senador Paulo Davim (PV) (2,4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos (DEM) (5,6)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (1)

Notas:
*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Graziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).
2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.
4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).
5. Vaga cedida ao DEM.(Of. nº107/13-GLPSDB).
6. Em 3.4.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 22/13-GLDEM).
7. Em 4.4.2013, foi lido o Ofício 002/2013-CTS, que comunica a eleição do Senador Psulo Davim para Vice-Presidente nesse colegiado.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues martins
Telefone(s): 061 33033501
Fax: 061 33031176
E-mail: sscepi@ssenado.leg.br

6) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012
Instalação: 30/08/2012
Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 05/02/2013
Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 05/04/2013
Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 06/05/2013
Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 04/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO (7)
VAGO (9)	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB) (2,11)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) (6)
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO (8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) (1,3,4)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Reletório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:
*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
**. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.
***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Morais como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
*****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.
******. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).
*******. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1° a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).
********. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).
*********. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).
**********. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento n° 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).
***********. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.
1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).
3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).
4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).
5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).
11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).

7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti
RELATORA: Maria Tereza Uille Gomes (1)

Designação: 22/11/2012
Instalação: 04/04/2013

MEMBROS
Sidnei Agostinho Beneti
Gamil Föppel El Hireche
Carlos Pessoa de Aquino
Edemundo Dias de Oliveira Filho
Denis de Oliveira Praça
Maria Tereza Uille Gomes
Marcellus Ugiette
Roberto Charles de Menezes Dias
Técio Lins e Silva
Luís Alexandre Rassi
Sergio Alexandre Meneses Habib

Notas:
1. Em 10.05.2013, a Comissão reunida designou como Relatora a Doutora Maria Tereza Uille Gomes (Of. 15/2013 - SSCEPI).

Secretário(a): REINILSON PRADO
Telefone(s): 33033492
Fax: 33031176
E-mail: rprado@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

Finalidade: Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão

Designação: 22/11/2012
Instalação: 03/04/2013

MEMBROS
Luis Felipe Salomão
Marco Maciel
José Antônio Fichtner
Caio Cesar Rocha
José Rogério Cruz e Tucci
Marcelo Rossi Nobre
Francisco Antunes Maciel Müssnich
Tatiana Lacerda Prazeres
Adriana Braghetta
Carlos Alberto Carmona
Eleonora Coelho
Pedro Paulo Guerra de Medeiros
Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski
Francisco Maia Neto
Ellen Gracie Northfleet
André Chateubriand Pereira Diniz Martins
José Roberto de Castro Neves
Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira
Walton Alencar Rodrigues
Roberta Maria Rangel
Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim

Notas:
*. Em 28.11.2012, aprovado o Requerimento nº 1.022, de 2012, que amplia em 4 o quantitativo de vagas da Comissão.
**. Em 27.03.2013, aprovado o Requerimento nº 216, de 2013, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão.
***. Em 17.04.2013, aprovado o Requerimento nº 262, de 2013, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão.
****. Em 07.05.2013, aprovado o Requerimento nº 355, de 2013, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão.

9) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mário Couto (PSDB-PA) (7)

Instalação: 17/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) (4)	1. Senador Ivo Cassol (PP) (4)
Senador Roberto Requião (PMDB) (6)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Mário Couto (PSDB) (1)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB) (1,3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
VAGO (5,8)	1. Senador Magno Malta (PR) (2)

Notas:

1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
3. Em 09.04.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 116/2013-GLPSDB).
4. Em 10.04.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 149/2013, designando o Senador Jarbas Vasconcelos como membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
5. Em 16.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão(Of. nº 92/2013-BLUFOR).
6. Em 16.04.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão(Of. nº 152/2013-GLPMDB).
7. Em 17.04.2013, a Comissão reunida elegeu o Senador Mário Couto como Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2013-CTEFPF).
8. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 109/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33031176
E-mail: sscepi@senado.leg.br

10) CT - LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE À PREVENÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIOS NO BRASIL

Finalidade: Realizar levantamento da legislação pertinente à prevenção e combate de incêndios no Brasil, e elaborar proposta concreta, eficaz e de alcance nacional das normas técnicas necessárias, tendo como referência rigorosos padrões internacionais.

(Requerimento nº 18, de 2013, da Senadora Ana Amélia)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (5)
RELATOR: Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Pedro Simon (PMDB) (2)	1. Senador Romero Jucá (PMDB) (2)
Senadora Ana Amélia (PP) (2)	2. Senador Sérgio Souza (PMDB) (2)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Paulo Paim (PT) (4)	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) (4)
Senador Jorge Viana (PT) (4)	2. Senador Eduardo Suplicy (PT) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) (3)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Gim (PTB) (1)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) (1)

Notas:
1. Em 06.03.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 40/2013, designando o Senador Gim, como membro titular, e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
2. Em 06.03.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 77/2013, designando o Senador Pedro Simon e a Senadora Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá e Sérgio Souza, como membros suplentes, para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
3. Em 15.03.2013 é designado o Senador Cyro Miranda como membro titular para compor o Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.94/2013-GLPSDB).
4. Em 19.03.2013, são designados como membros titulares os Senadores Paulo Paim e Jorge Viana, e como membro suplentes os Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy para comporem o Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 49/2013).
5. Em 26.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Ana Amélia, como Presidente, e o Senador Cyro Miranda, como Vice-Presidente, deste colegiado, e designou como relator o Senador Paulo Paim (Of. nº 1/2013 - CTLEGINC).

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins
Telefone(s): 61 33033501
Fax: 61 33031176
E-mail: sscepi@senado.leg.br

11) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO COMERCIAL

Finalidade: Elaborar anteprojeto destinado a substituir o Código Comercial que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Ato do Presidente nº 13, de 2013)

Número de membros: 19

PRESIDENTE: João Otávio Noronha
VICE-PRESIDENTE: Alfredo de Assis Gonçalves Neto
RELATOR: Fábio Ulhoa Coelho

Instalação: 07/05/2013

MEMBROS
João Otávio Noronha
Fábio Ulhoa Coelho
Alfredo de Assis Gonçalves Neto
Arnoldo Wald
Bruno Dantas Nascimento
Cleantho de Moura Rizzo Neto
Clóvis Cunha da Gama Malcher Filho
Daniel Beltrão de Rossiter Correia
Eduardo Montenegro Serur
Felipe Lückmann Fabro
Jairo Saddi
Marcelo Guedes Nunes
Márcio Souza Guimarães
Newton de Lucca
Osmar Brina Corrêa-Lima
Paulo de Moraes Penalva Santos
Ricardo Lupion Garcia
Tiago Asfor Rocha Lima
Uinie Caminha

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 13, de 2013

PRAZOS

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (58)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) (58)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (13,68)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) (61,10,14)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (33)
José Pimentel (PT) (9,10)	3. Anibal Diniz (PT) (41,42)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (57)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) (70,34,35,46,47)	6. Acir Gurgacz (PDT) (70,8)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (62,65)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) (62,66)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (29)	
Eduardo Braga (PMDB) (60)	1. Casildo Maldaner (PMDB) (60)
Sérgio Souza (PMDB) (60)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (60,17,22)
Valdir Raupp (PMDB) (49,50,60,73,36,37)	3. VAGO (60)
Roberto Requião (PMDB) (60,64)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) (60)	5. Waldemir Moka (PMDB) (60)
Romero Jucá (PMDB) (60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) (60,3,7,16,26,27)
Luiz Henrique (PMDB) (60)	7. Ana Amélia (PP) (60)
Ivo Cassol (PP) (60)	8. Ciro Nogueira (PP) (60)
Francisco Dornelles (PP) (60,11,12,18,20)	9. Benedito de Lira (PP) (60,5)
Kátia Abreu (PSD) (55,59,60,23,25,43,44)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (56,1)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) (56)
Cyro Miranda (PSDB) (56)	2. Aécio Neves (PSDB) (56,2)
Alvaro Dias (PSDB) (56)	3. Paulo Bauer (PSDB) (56)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (30,31,32)
Jayme Campos (DEM) (30)	5. Wilder Morais (DEM) (4,15,40)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (29,45)	
Armando Monteiro (PTB) (67)	1. Gim (PTB) (67,74)
João Vicente Claudino (PTB) (67,74,78)	2. Alfredo Nascimento (PR) (48,67,75,78)

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Blairo Maggi (PR) (53,67,26,27,28)	3. Eduardo Amorim (PSC) (51,52,67,71,72,76,38,39)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (54,67,6)	4. Vicentinho Alves (PR) (67,77,21)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

**********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

************. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro sumplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).
11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 88/2013-BLUFOR)
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PSD)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Morais (DEM) (1)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (1)	
Delcídio do Amaral (PT) (5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (7)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:
1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
**. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como mebro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

Notas:
*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como mebro titular e do Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (1)	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:
1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).
*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (36)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (8,42)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) (26)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) (18)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Waldemir Moka (PMDB) (23,35)	1. Sérgio Souza (PMDB) (6,17,23,30,35)
Roberto Requião (PMDB) (2,23,35,37)	2. Pedro Simon (PMDB) (23,30,35)
Casildo Maldaner (PMDB) (3,4,23,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) (23,30,35)
Vital do Rêgo (PMDB) (23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (23,30,35,37)
João Alberto Souza (PMDB) (23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) (23,30,35)
Ana Amélia (PP) (14,15,16,21,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) (10,23,30,35)
Paulo Davim (PV) (23,25,30,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) (23,30,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (34)	1. Aécio Neves (PSDB) (34)
Lúcia Vânia (PSDB) (34)	2. Cyro Miranda (PSDB) (9,11,13,34)
José Agripino (DEM) (7,9,34,40,43,44)	3. Paulo Bauer (PSDB) (34)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (22,27)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (31,38,41,45,46)	1. Armando Monteiro (PTB) (41)
Eduardo Amorim (PSC) (1,5,41)	2. João Vicente Claudino (PTB) (24,41)
Vicentinho Alves (PR) (28,29,32,39,41,47,48)	3. VAGO (19,20,33,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.
*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)
6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).
10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)
14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).
18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.
24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).
25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).
26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão(OF. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (OF. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 85/2013-BLUFOR)

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)
RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) (3,4)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO (1)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:
1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).
5. Em 21.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 38/2013 - Presidência/CAS).
*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.
**. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (78)

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (78)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (23,83)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) (9,88,90)
Ana Rita (PT) (54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) (9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) (7,9,76)
Anibal Diniz (PT) (6,75)	4. Acir Gurgacz (PDT) (24,25,49,51,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) (8,79)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (32,33)	7. Humberto Costa (PT) (12)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (87)	8.
Eduardo Suplicy (PT) (88)	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (38)	
Eduardo Braga (PMDB) (39,50,77)	1. Romero Jucá (PMDB) (2,4,16,20,27,39,50,77)
Vital do Rêgo (PMDB) (1,15,39,50,77)	2. Roberto Requião (PMDB) (3,16,36,39,46,50,77)
Pedro Simon (PMDB) (39,50,77)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (13,16,39,50,52,53,63,64,77)
Sérgio Souza (PMDB) (39,50,77)	4. Clésio Andrade (PMDB) (14,16,39,50,77)
Luiz Henrique (PMDB) (20,39,50,77)	5. Valdir Raupp (PMDB) (39,77)
Eunício Oliveira (PMDB) (26,39,77)	6. Benedito de Lira (PP) (39,77)
Francisco Dornelles (PP) (39,77)	7. Waldemir Moka (PMDB) (39,77)
Sérgio Petecão (PSD) (40,41,43,70,73,74,77)	8. Kátia Abreu (PSD) (29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69,73,74,77)
	9. Lobão Filho (PMDB) (89)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) (71)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (71)	2. Ataídes Oliveira (PSDB) (71,72)
Alvaro Dias (PSDB) (71)	3. Cícero Lucena (PSDB) (11,71,86)
José Agripino (DEM) (17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) (18,42,44)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (86)	5. Flexa Ribeiro (PSDB) (86)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (38,59)	
Armando Monteiro (PTB) (82)	1. Gim (PTB) (5,45,65,81,82)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (62,82,84,85)	2. Eduardo Amorim (PSC) (10,45,80,82)
Magno Malta (PR) (82)	3. Blairo Maggi (PR) (19,21,34,35,66,67,82)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (82)	4. Vicentinho Alves (PR) (47,48,82,91)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunicio Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

********. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*********. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

************. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

**********. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à propocionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB.
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão(OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
74. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
75. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
76. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
77. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga,, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

78. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).
79. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
80. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
81. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 029/2013).
82. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
83. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
84. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
85. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 81/2013-BLUFOR).
86. Em 18.04.2013. o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
87. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
88. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
89. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
90. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
91. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (1)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO (2)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (1)	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. n° 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. n° 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (63)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (63)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (68,15)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (36)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) (47)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (13,23)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (16)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) (30)
	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (39)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) (41,44,60,2,19)
Roberto Requião (PMDB) (26,27,28,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (41,44,54,60)
Romero Jucá (PMDB) (41,60,6,12,25)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41,60)
João Alberto Souza (PMDB) (29,31,37,41,60)	4. Luiz Henrique (PMDB) (41,44,60)
Pedro Simon (PMDB) (41,60,17)	5. VAGO (41,44)
Ana Amélia (PP) (41,44,60)	6. VAGO (41,44,20)
Benedito de Lira (PP) (41,44,45,46,52,53,60)	7. VAGO (41,10)
Ciro Nogueira (PP) (41,44,60)	8. (41)
Kátia Abreu (PSD) (41,44,60)	9. (41)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (59,3)	1. Cícero Lucena (PSDB) (32,59)
Alvaro Dias (PSDB) (59,14,22)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (59,70,5)
Paulo Bauer (PSDB) (59)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) (59,4)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (51,59,18)
José Agripino (DEM) (7)	5. Ataídes Oliveira (PSDB) (42,43,59,61,62,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (39,48)	
Armando Monteiro (PTB) (66)	1. Eduardo Amorim (PSC) (55,64,66)
VAGO (66,71,72,73)	2. João Vicente Claudino (PTB) (40,66,67,1)
VAGO (66,11,24)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (34,35,57,66,73)
VAGO (58,66,24)	4. VAGO (49,50,56,65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
************. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1°.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. n° 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício n° 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. n° 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB n° 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. n° 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. n° 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND n° 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. n° 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício n° 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. n° 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. n° 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. n°s 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o OF. n° 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1° suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício n° 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. n° 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB)
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarido Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:
*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (58)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (58)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (11,64)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (63,67)
Acir Gurgacz (PDT) (8,12,35,36,43,44)	2. Delcídio do Amaral (PT) (3)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Ana Rita (PT) (62)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB) (60)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (33)	
Romero Jucá (PMDB) (13,55)	1. Sérgio Souza (PMDB) (37,38,47,48,55)
Luiz Henrique (PMDB) (16,17,34,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) (55)
Garibaldi Alves (PMDB) (55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) (17,18,55)
Valdir Raupp (PMDB) (4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) (14,55,61,68)
Ivo Cassol (PP) (55)	5. Eunício Oliveira (PMDB) (28,29,31,57)
Kátia Abreu (PSD) (9,10,19,21,55)	6. VAGO (6,25,26,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) (50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (50)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7,50,53)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (50,54)
José Agripino (DEM) (15,23,24)	3. VAGO (23,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (33,40)	
Blairo Maggi (PR) (1,22,46,59,65)	1. Gim (PTB) (2,56,59,65)
Eduardo Amorim (PSC) (41,42,49,51,59,65)	2. VAGO (39,59,65,69,70,71)
Fernando Collor (PTB) (65)	3. Armando Monteiro (PTB) (65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. n° 046/2011 - GLPTB / OF. n° 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. n° 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. n° 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. n° 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. n° 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF n° 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS n°s 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. n° 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. n° 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of n° 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. n° 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. n° 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of n° 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício n° 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB n° 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. n° 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro(Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares(Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 89/2013-BLUFOR)
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (OF nº 103/2013 - BLUFOR).

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (3)	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO (13)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) (2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (10)	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	2. VAGO (4,9,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,8)	1. VAGO (12)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (10)	
Eduardo Amorim (PSC) (5,14)	1. VAGO (13)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. n° 154/2012-GLPMDB).
12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. n° 52/2013-CMA).
14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. n° 52/2013/CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) (18)
VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (18)
RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (18)

Instalação: 16/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. VAGO (7,16)
VAGO (16)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO (7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
Sérgio Souza (PMDB) (7)	1. Valdir Raupp (PMDB) (11)
Ivo Cassol (PP) (20)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (8,19)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) (16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (6)	
Blairo Maggi (PR) (3,7,12)	1. Eduardo Amorim (PSC) (7,13,14,15,17)

Notas:
1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).
19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).
20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPMDB).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (13)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)
RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) (13)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Jorge Viana (PT) (6)	1. Anibal Diniz (PT) (6,9)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO (14)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (8)	
Sérgio Souza (PMDB) (1,3,4,7)	1. Ivo Cassol (PP) (10)
Valdir Raupp (PMDB) (11)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (8)	
Blairo Maggi (PR) (12,5,9)	1. VAGO (14)

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
9. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.3.2013, bem como a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.
14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) (1)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
VAGO (2,3,4)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:
1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
2. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
3. Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).
4. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
*. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (60)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (60)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (14,66)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) (47,50,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) (12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (68)	4. Anibal Diniz (PT) (13,24,26)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) (10,37,38)	6. Lídice da Mata (PSB) (21,59)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (41)	
VAGO (58,67)	1. Roberto Requião (PMDB) (6,8,25,32,58)
Pedro Simon (PMDB) (2,11,27,28,29,40,58)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (36,58)
Paulo Davim (PV) (31,33,39,58)	3. VAGO
VAGO (16,30,58,62)	4. VAGO (19)
Sérgio Petecão (PSD) (18,58)	5. VAGO (11)
VAGO	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) (3,7,15,34,44,61)	1. VAGO (5,22,57)
VAGO (4)	2. VAGO (56)
VAGO (17,35,43,52)	3. Wilder Morais (DEM) (46)
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (41,49)	
Magno Malta (PR) (1,54,65)	1. VAGO (45,53,65)
Gim (PTB) (9,42,64,65,69)	2. VAGO (63,65)
VAGO (65)	3. VAGO (48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.
********. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
************. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)
12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)
23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).
27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
28. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabiperibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).

64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).
65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) (7)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Sérgio Petecão (PSD) (3)	1. VAGO (4)
Paulo Davim (PV) (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,6)	1.

Notas:
1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. N° 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1°.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:
*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.
***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (1)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:
1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).
*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Aníbal Diniz (PT) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:
2. Em 10.04.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).
1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. n° 64/2013-CDH).
*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (41)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) (41)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (7,48)	
Jorge Viana (PT) (43)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) (43,44,49)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (4,6)	3. Lindbergh Farias (PT) (3)
Anibal Diniz (PT) (5,8,9,44)	4. Eduardo Lopes (PRB) (17,18)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) (16)
Lídice da Mata (PSB) (42)	6. João Capiberibe (PSB) (15)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (40)	1. Sérgio Souza (PMDB) (40)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (40)	2. João Alberto Souza (PMDB) (40)
Pedro Simon (PMDB) (23,24,27,40)	3. Roberto Requião (PMDB) (40)
Eunício Oliveira (PMDB) (40)	4. Romero Jucá (PMDB) (40)
Luiz Henrique (PMDB) (40)	5. Ana Amélia (PP) (40)
Francisco Dornelles (PP) (40)	6. Sérgio Petecão (PSD) (12,13,14,21,28,32,33,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) (38,39)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (38)
Paulo Bauer (PSDB) (2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (38)
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) (10,30,45)
Cyro Miranda (PSDB) (50)	4. Cícero Lucena (PSDB) (53)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (22,29)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (47,51,52)	1. Gim (PTB) (34,46,47)
Fernando Collor (PTB) (31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) (1,47)
Magno Malta (PR) (25,26,35,36,47)	3. VAGO (19,20,37,47)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

************. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
13. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia(Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (3)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) (2,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (7)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) (5,6)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:
1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.
****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamnto da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Blairo Maggi (PR) (6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (6)	
Blairo Maggi (PR) (15,16,18,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) (11,12)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (4,7)	4. Sérgio Souza (PMDB) (1,5,9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (13)	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (13)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
10. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) (52)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (52)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (59,8)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (19,20)
Acir Gurgacz (PDT) (30,31,43,44)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) (18)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (24)	
Clésio Andrade (PMDB) (25,32,33,46,47,54)	1. Romero Jucá (PMDB) (25,54)
Lobão Filho (PMDB) (25,54)	2. Sérgio Souza (PMDB) (2,3,10,25,54)
Eduardo Braga (PMDB) (25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (25,54)
Valdir Raupp (PMDB) (25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) (9,25,54)
Vital do Rêgo (PMDB) (25,54,58)	5. Waldemir Moka (PMDB) (11,21,22,25,54)
Jader Barbalho (PMDB) (25,54,64)	6. Ivo Cassol (PP) (25,54)
Ciro Nogueira (PP) (25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) (15,16,17,23,25,54)
Sérgio Petecão (PSD) (26,29,38,39,49,50,53,54)	8. Kátia Abreu (PSD) (5,6,12,14,26,27,29,50,53,54)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (51,55,65)	1. Aécio Neves (PSDB) (51)
Flexa Ribeiro (PSDB) (51)	2. Alvaro Dias (PSDB) (51)
Lúcia Vânia (PSDB) (1,4,51)	3. VAGO (4,7,51,61)
Wilder Morais (DEM) (28,36)	4. Jayme Campos (DEM) (28,37)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (24,40)	
Fernando Collor (PTB) (60)	1. Gim (PTB) (60)
Blairo Maggi (PR) (35,45,57,60)	2. Armando Monteiro (PTB) (60)
Vicentinho Alves (PR) (34,60,62,63)	3. Eduardo Amorim (PSC) (41,42,48,56,60)
Alfredo Nascimento (PR) (60)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (60)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).
21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).
23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. N° 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. N° 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Morais como titular (OF. N° 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 140/2012 -GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO n° 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. n° 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (OF. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 86/2013-BLUFOR)
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 134/2013-GLPSDB)

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,6,10)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
	1. VAGO (3,4,7,8,9,11)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).
10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
**. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:
*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como mebro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (46)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) (46)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (10,49)	
Wellington Dias (PT) (1)	1. João Capiberibe (PSB) (44)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (43)	2. Zeze Perrella (PDT) (7,11)
Inácio Arruda (PC DO B) (45)	3. Walter Pinheiro (PT) (2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) (32,33,38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) (13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (29)	
Romero Jucá (PMDB) (42)	1. Eduardo Braga (PMDB) (14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) (20,21,22,28,31,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (42)
Ana Amélia (PP) (42)	3. João Alberto Souza (PMDB) (3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) (15,34,42)	4. Ivo Cassol (PP) (26,42)
Benedito de Lira (PP) (42)	5. VAGO (8,9,16,18)
Kátia Abreu (PSD) (42)	6. VAGO (23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (5,12,19,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) (41)
Ruben Figueiró (PSDB) (41)	2. Lúcia Vânia (PSDB) (6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Morais (DEM) (4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (29,36)	
Armando Monteiro (PTB) (40,48,50)	1. VAGO (50)
VAGO (30,50,51,52,55)	2. VAGO (50)
Vicentinho Alves (PR) (50,53,54)	3. (50)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel(Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 87/2013-BLUFOR)
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (1)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim (3,4,5,7,8)	

Notas:
1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. N° 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB n° 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. N° 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (4)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. VAGO (10,11)
VAGO (9)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (8)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12)
Ivo Cassol (PP) (3,5,6,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:
1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Zeze Perrella (PDT) (1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (9)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO (6)
VAGO (5)	2. VAGO (7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) (3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1°.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício n° 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) (64)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (64)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (7,10,22,23,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (67)
Zeze Perrella (PDT) (11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (38,47)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) (4,67)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (37)	
Clésio Andrade (PMDB) (62)	1. Romero Jucá (PMDB) (28,29,35,52,62)
Sérgio Souza (PMDB) (62)	2. Luiz Henrique (PMDB) (62)
Casildo Maldaner (PMDB) (25,26,27,36,49,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) (39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) (62)	4. Valdir Raupp (PMDB) (62)
Ivo Cassol (PP) (12,13,19,21,62)	5. Ciro Nogueira (PP) (62)
Benedito de Lira (PP) (62)	6. Sérgio Petecão (PSD) (17,62)
Kátia Abreu (PSD) (31,59,61,62)	7. Garibaldi Alves (PMDB) (32,43,44,58,59,61,63)
Waldemir Moka (PMDB) (24,33,34,46,66,68,69)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (2,60)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (60)
Ruben Figueiró (PSDB) (60)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (3,9,14,60)
Jayme Campos (DEM)	3. Cícero Lucena (PSDB) (5,18,48,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (37,45)	
Gim (PTB) (1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6,54)
	2. Blairo Maggi (PR) (24,41,42,55,56)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibardi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).
2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).

67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).
69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) (34)

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) (34)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (7,38)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) (32)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (33,40)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) (10,12)
João Capiberibe (PSB) (8,9,17)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT) (40)	5. Eduardo Lopes (PRB) (1,19,20)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (21)	
Lobão Filho (PMDB) (31)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (2,4,11,31)
João Alberto Souza (PMDB) (22,23,27,28,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (31)
Valdir Raupp (PMDB) (31)	3. Ivo Cassol (PP) (31)
Luiz Henrique (PMDB) (31,36)	4. Benedito de Lira (PP) (26,31)
Ciro Nogueira (PP) (31)	5. Sérgio Souza (PMDB) (5,6,13,15,35)
Sérgio Petecão (PSD) (31)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (30,37)	1. VAGO (30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) (30)	2. Cícero Lucena (PSDB) (30)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (21,24)	
Gim (PTB) (25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (39)
Alfredo Nascimento (PR) (3,16,39)	2. VAGO (16,29,39)
Eduardo Amorim (PSC) (39)	3. (39)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.
**********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
************. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.n° 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento n° 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria(Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira(Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda(Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:
1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).
*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 11/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (1)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011
4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013
5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Sérgio Souza (PR)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO

PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (TO)

Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)
VAGO

Atualização: 03/04/2013

Notas:
*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.
1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP) (1)	PR

Atualização: 11/03/2013

Notas:
1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (1)	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013

Notas:
1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260
E-mail:scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 15/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS)
PT
Angela Portela (RR)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
VAGO
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Lídice da Mata (BA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB

Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:
1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (2)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS)
PT
Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
Armando Monteiro (PE)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
José Agripino (RN)
PR
Antonio Carlos Rodrigues (SP)
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2014

Notas:
1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (3)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Jarbas Vasconcelos (PE)
PT
Paulo Paim (RS)
PSDB
Cícero Lucena (PB)
PTB
VAGO (2)
PP
Ana Amélia (RS)
PDT
VAGO
PSB
João Capiberibe (AP)
DEM
José Agripino (RN)
PR
VAGO
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)

PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandado, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES)
PT
Anibal Diniz (AC)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Morais (GO)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)

PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:
1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (2)

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC)
PT
Jorge Viana (AC)
PSDB
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Morais (GO)
PR
Blairo Maggi (MT)
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)

PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)
Representante da sociedade civil organizada
Pesquisador com produção científica relevante
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

Atualização: 24/04/2013

Notas:
1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303.5258 **Fax:**3303.5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados [2]

COMPOSIÇÃO [3]

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA)[8]
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) [8]
2º Vice-Presidente: Senador Francisco Dornelles (PP/RJ) [8]
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP) [8]

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. [6]
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSD)**	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES)[5]
Francisco Dornelles (PP/RJ)[7]	2. [5 e 7]
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) [5]
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB)[4]
Wilder Morais (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT)
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB / PR / PSC)**	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL [1]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Giroto (PMDB/MS)
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Pirante (PMDB/PA)[4]
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO)[4]
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) [2]
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) [3]
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) [5]
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1.
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) [6]	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. João Dado (PDT/SP)
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB [1]	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:
1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.
3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.
4- Designados os Deputados José Pirante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.
5-Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.
6-Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas
Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893
Fax: (61) 3216-6905
E-mail: cmo@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita:

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	
II – Saúde	
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	
VII – Justiça e Defesa	
VIII – Poderes do Estado e Representação	
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS

II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR

III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados [21]

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin [15, 20 e 27]
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro [15, 20 e 27]
Relator: Deputado Sarney Filho [16, 20 e 27]

Instalação: 27-2-2013 [15, 20 e 27]

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Jorge Viana (PT/AC) [7]	1. Wellington Dias (PT/PI) [7]
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [7, 13 e 17]	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) [7]
Blairo Maggi (PR/MT) [7, 23 e 26]	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [7]	4. [7 e 17]
[22]	5. [22]
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSD)**	
Sérgio Souza (PMDB/PR) [3, 14 e 29]	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) [3 e 29]
Eduardo Braga (PMDB/AM) [3 e 29]	2. Romero Jucá (PMDB/RR) [3 e 29]
Ciro Nogueira (PP/PI) [3, 11, 12 e 29]	3. [3 e 29]
Sérgio Petecão (PSD/AC) [3, 18 e 29]	4. [3, 19 e 29]
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) [2]	1. [2 e 24]
Wilder Morais (DEM/GO) [6, 10 e 25]	2. Jayme Campos (DEM/MT) [6, 10 e 28]
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB / PR / PSC)**	
João Vicente Claudino (PTB/PI) [4 e 29]	1. [8, 9 e 12]
	2.
PSOL [1]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) [5 e 29]	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Magi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício n° 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
25- Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) [2]	1. [2 19]
Márcio Macêdo (PT/SE) [2]	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) [2]
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) [2, 5 e 6]	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) [2]
André Zacharow (PMDB/PR) [2, 9 e 10]	2. Adrian (PMDB/RJ) [10]
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) [14 e 15]	1. [14]
[14]	2. [14]
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) [2 e 11]	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) [2]
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) [2]	1. Rebecca Garcia (PP/AM) [2]
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) [2]	1. [2 e 8]
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) [2 e 18]	1. [2, 12 e 18]
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) [2 e 17]	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) [2, 7, 13 e 17]
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) [2]	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) [2]
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Sarney Filho (PV/MA) [2 16]	1.Alfredo Sirkis (PV/RJ) [2 16]
PTB [1]	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) [2 e 3]	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) [4]

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº s 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.
16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.
17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone: (61) 3303-3122
E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados[1]

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)**	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB/PP/PSD)**	
Roberto Requião (PMDB/PR)[5]	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB/DEM)**	
Wilder Morais (DEM/GO) [3]	1. Jayme Campos (DEM/MT) [3]
	2.
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB/PR/PSC)**	
	1.
	2.
PSOL[2]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) [4]	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Nelson Pellegrino [4]
Vice-Presidente: Senador Ricardo Ferraço [4]

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA José Guimarães (PT/CE)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA** Eunício Oliveira (PMDB/CE) [1]
LÍDER DA MINORIA Nilson Leitão (PSDB/MT)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** Mário Couto (PSDB/PA) [2]
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Nelson Pellegrino (PT/BA)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL** Ricardo Ferraço (PMDB/ES) [3]

(Atualizada em 10.04.2013)

Notas:
1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).
4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores [18] e 13 (treze) Deputados [18] e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011
Designação: 14-12-2011
Instalação: 8-2-2012
Prazo Final: 19-8-2012
Prazo Final Prorrogado: 28-3-2013 [17]
Prazo Final Prorrogado: 9-8-2013 [21]

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) [20]	2. Lídice da Mata (PSB/BA) [10 e 11]
[11]	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. [6]
[19]	5. [19]
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSC / PMN / PV)**	
[16]	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [14 e 15]
Ana Amélia (PP/RS) [3, 4, 9 e 13]	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) [2, 8, 12 e 16]
	3.
	4.
[19]	5. [19]
Bloco Parlamentar Minoria (**PSDB / DEM**)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) [7]
PSOL [1]	
[5]	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.
10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.
11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.
12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.
13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.
14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotini, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.
17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16-7-2012 (Sessão do Senado Federal).
18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
20- Em 13-9-2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura.
21- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 4, de 2013, lido em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Nilda Gondim [14 e 16]	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) [9 e 12]
Jô Moraes (PCdoB/MG) [1]	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) [10 e 11]	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) [8]
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) [5]
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. [2, 4 e 13]
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) [7]	1 Sandra Rosado (PSB/RN) [7]
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Morais (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) [6]
PTB [1]	
Magda Mofatto (PTB/GO) [15]	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) [3]

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Fulan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

12- Designada a Deputada Elcione Barbalho, como membro suplente, em substituição à Deputada Nilda Gondim, em 4-12-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.229/2012, da Liderança do PMDB.

13- Vago em virtude da renúncia do Deputado Neilton Mulim ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

14- Vago em virtude da renúncia da Deputada Teresa Surita ao mandato de Deputada Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

15- Designada a Deputada Magda Mofatto, como membro titular, em substituição à ex-Deputada Célia Rocha, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 125, de 2013, da Liderança do PTB.

16- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro titular, em 26-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 284, de 2013, da Liderança do PMDB.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) [1]	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) [5]	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) [5]
Eunício Oliveira (PMDB/CE) [5]	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) [5]
Clésio Andrade (PMDB/MG) [5]	3. [5 e 11]
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) [1]	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) [2]	1. Pedro Taques (PDT/MT) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [2]	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Paulo Paim (PT/RS) [2 e 7]	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) [7]
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) [2]	1. [6 e 10]
Wilder Moraes (DEM/GO) [2 e 6]	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) [3]	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) [3]
Gim (PTB/DF) [3]	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) [3]
PSD [4]	
Sérgio Petecão (PSD/AC) [2]	1. [2, 8, 9 e 12]

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela [1]	1. Geraldo Resende [1]
Luiz Pitiman [1]	2. Sandro Mabel [1]
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto [1]	1. Toninho Pinheiro [1]
DEM	
Augusto Coutinho [1]	1. João Bittar [1]
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Augusto Carvalho [1]	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza [1]
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro [1]
Relator: Senador Romero Jucá [1]

Instalação: 12-3-2013 [1]
Prazo Final: 11-5-2013

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Morais (PCdoB/MG)

Notas:
1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza[1]
Relator: Senador Romero Jucá [2]

Instalação: 2-4-2013 [2]

Câmara dos Deputados	Senado Federal
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Romero Jucá (PMDB/RR)
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	Jorge Viana (PT/AC)
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Pedro Taques (PDT/MT)
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)

Notas:
1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.
2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	**PRESIDENTE** Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE André Vargas (PT-PR)	**1ª VICE-PRESIDENTE** Jorge Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Fábio Faria (PSD-RN)	**2º VICE-PRESIDENTE** Romero Jucá (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO Marcio Bittar (PSDB-AC)	**1º SECRETÁRIO** Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
2º SECRETÁRIO Simão Sessim (PP-RJ)	**2º SECRETÁRIO** Angela Portela (PT-RR)
3º SECRETÁRIO Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	**3º SECRETÁRIO** Ciro Nogueira (PP-PI)
4º SECRETÁRIO Biffi (PT/MS)	**4º SECRETÁRIO** João Vicente Claudino (PTB-PI)
LÍDER DA MAIORIA José Guimarães (PT/CE)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA** Eunício Oliveira (PMDB–CE)
LÍDER DA MINORIA Nilson Leitão (PSDB-MT)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA** Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Décio Lima (PT/SC)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Vital do Rêgo (PMDB-PB)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Nelson Pellegrino (PT/BA)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL [1]

(13 titulares e 13 suplentes)
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** [2]
Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** [2]

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO[3]
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO[4]
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004
3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
ssccn@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.
2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.
3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.
4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO [1]

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente:

Vice-Presidente:

Vice-Presidente:

Designação: 07.05.2013

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Iara Bernardi
Fernando Marroni	Márcio Macêdo
Newton Lima	Taumaturgo Lima
PMDB	
André Zacharow	Lelo Coimbra
Íris de Araújo	Osmar Serraglio
Marçal Filho	Ronaldo Benedet
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	
Eduardo Azeredo	
Walter Feldman	
PSD	
Geraldo Thadeu	Átila Lins
Hugo Napoleão	Dr. Luiz Fernando
Raul Lima	Eleuses Paiva
PP	
Dilceu Sperafico	Luis Carlos Heinze
Renato Molling	Renato Andrade
PR	
Wellington Fagundes	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Beto Albuquerque
Luiza Erundina	Leopoldo Meyer
DEM	
Júlio Campos	
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
PTB	
Paes Landim	Jorge Corte Real
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire	Antônio Roberto
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
João Ananias	Chico Lopes
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PTdoB	
Luis Tibé	

1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.

Senadores

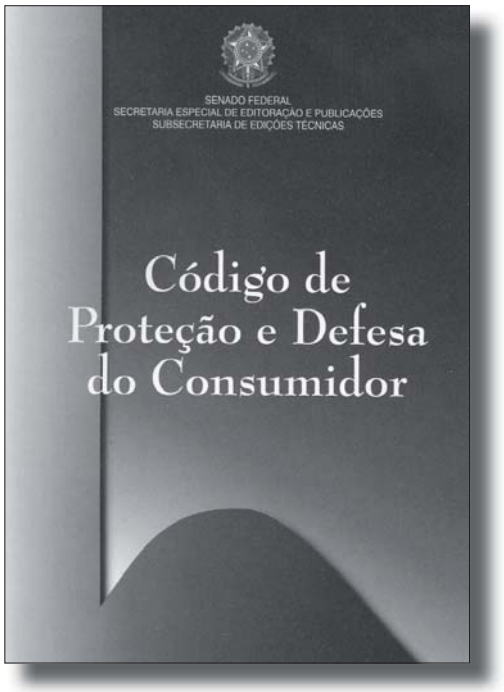
Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Pedro Simon	Casildo Maldaner
Roberto Requião	Valdir Raupp
Ana Amélia	Luiz Henrique
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy	Antonio Carlos Valadares
Paulo Paim	Inácio Arruda
Acir Gurgacz	Humberto Costa
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer	Cássio Cunha Lima
Wilder Morais	Jayme Campos
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
Alfredo Nascimento	Fernando Collor
Gim	Eduardo Amorim

(Atualizada em 07.05.2013)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor



Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Inclui os dispositivos constitucionais pertinentes, vetos presidenciais, legislação correlata e completo índice temático.

Estatuto da Criança e do Adolescente

Lei nº 8.069, de 1990, acrescida de legislação correlata e atos internacionais relativos ao tema criança e adolescente.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 464 páginas

(OS: 12408/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL